

le ne fay rien
sans

Gayeté

(Montaigne, Des livres)

Ex Libris
José Mindlin

BIBLIOTECA DE ESCRITORES PORTUGUESES
(SÉRIE C)

CARTAS
DO
PADRE ANTÓNIO VIEIRA
COORDENADAS E ANOTADAS

POR
J. LÚCIO D'AZEVEDO

TOMO PRIMEIRO



COIMBRA
IMPRESA DA UNIVERSIDADE
1925

CARTAS
DO
PADRE ANTÓNIO VIEIRA

BIBLIOTECA DE ESCRITORES PORTUGUESES
(SÉRIE C)

CARTAS
DO
PADRE ANTÓNIO VIEIRA
CÓORDENADAS E ANOTADAS

POR
J. LÚCIO D'AZEVEDO

TOMO PRIMEIRO



COIMBRA
IMPrensa DA UNIVERSIDADE
1925

**Desta edição
fez-se uma tiragem especial de 200 exemplares
numerados e rubricados**

INTRODUÇÃO

Diferentes vezes se têm publicado as cartas do Padre António Vieira, que são, para o gôsto do nosso tempo, a parte de suas obras que mais interêsse suscitará.

A curiosidade por esta famosa correspondência foi sempre viva, e logo após a morte do autor se deu princípio às diligências, para que de tantos e tão consideráveis sucessos nela consignados se não perdesse a memória. Meio século de história nacional, e de um período fecundo em perturbações internas e externas, se reflecte nas folhas de miúda letra, onde, no espaço de uma longa vida, semeou as suas confidências o português mais notável da época. Loquaz por condição, e até à extrema velhice atento ao mundo exterior e interessado na política, não houve caso, dos que podiam apaixonar a opinião do seu tempo, sôbre que a êste ou àquêle não communicasse o seu parecer. Aos noventa anos, valetudinário, cego e quasi surdo, dita ainda cartas onde o inquieta a morte iminente de Carlos II de Espanha, e dá arbitrios sôbre a situação económica do Brasil. Oito dias depois expirava, e a mesma nau trouxe à metrópole a nova do passamento e aquêlas cartas.

Pouco tempo decorrido, o padre italiano António Maria Bonucci, que ajudara o debilitado ancião nos trabalhos da Clavis Prophetarum, e fôra pelos superiores encarregado de pôr em ordem o manuscrito da obra, de que o autor

fazia grande estima, dava parte ao Geral da Companhia de Jesus de ter mais de duzentas cartas em seu poder. Plausivelmente parte delas os rascunhos que Antonio Vieira dera a transcrever ao seu fiel colaborador e companheiro de muitos anos, Padre José Soares, que não tardou a segui-lo na jornada final; e algumas antigas, de mais importância, de que por isso êle próprio teria guardado cópias. Pode-se ainda supôr que essas cartas, trazidas a Lisboa com os papéis restantes do espólio, fôssem as que o Inquisidor Geral Nuno da Cunha confiou ao Conde da Ericeira para serem publicadas. Seriam essas duzentas e tantas, reunidas por Bonucci, o cabedal primitivo: e, com as que o Duque de Cadaval ofereceu, e outras obtidas por diligências do Conde, e seu continuador o Oratoriano Padre António dos Reis, preencheram os dois tomos dados ao prelo em 1735.

A publicação, que saciava a avidez dos curiosos, era conjuntamente preito rendido ao autor, cuja fama literária, por algum tempo esmorecida, atingiu o pináculo nessa quadra. Mostram-no os termos pomposos em que àcerca da obra se exprimem os censores. Todavia o intuito da homenagem não impediu que por vezes desfalecesse a atenção dos editores, deixando êles introduzir na impressão êrros visíveis, que em escritos de tal pena lhes cumpria evitar. Êsse não é contudo o senão mais aparente: outro, secundário para os contemporâneos, achamos nós mais sensível. Certas cartas, e não das menos importantes, encontramos-las truncadas. São aquelas em que o escritor se refere ao assuntó, que sempre punha em efervescência os ânimos: aos cris'tãos novos e ao Santo Officio. A verdade é que nem os editores ousariam, nem lhes permitiria a censura, trazer a lume opiniões desfavoráveis ao mais altivo poder do Estado. E, como poderiam figurar as queixas e os justos despeitos do jesuíta, réu que tinha sido, quite da pena pela usual

clemência do tribunal; como poderiam desabafos dessa ordem figurar nas páginas, de que se devia o conhecimento ao entusiasmo e admiração de um Inquisidor?

Não menos de sentir é a ausência freqüente de individualização nas referências pessoais, substituídos os nomes por um símbolo gráfico, N. N., com que perdem muito do significado aqueles casos de que a importância principal está na qualidade dos figurantes, ao mesmo passo que a narrativa, conservando-se no vago, excita sem a satisfazer a curiosidade do leitor. Tão longe foi o escrúpulo que cartas há onde na regra do título se omite o nome de quem as recebia, usando das menções — A certo ministro — A certa pessoa, como se fóra inconfidência deixar saber, por exemplo, que o ministro ou pessoa, com a qual discursava o escritor em assuntos políticos cem anos atrás, era o Secretário de Estado Pedro Vieira da Silva. Semelhantes modos não são compatíveis ao gosto nem às necessidades intellectuais do tempo de agora; e quando, sequiosos do passado, versamos crónicas, epistolários, memórias, havemos de referir os factos às pessoas, e ligar os actos a seus motivos, o que não é uma vã curiosidade, mas o só meio de comprehender a alma das gerações extintas, objectivo essencial da história.

Parece que, na ocasião de serem publicadas as cartas, corriam já particularmente cópias manuscritas, conservando essas fielmente as impressões e confidências do autor. Muitas se encontram na colecção Várias Obras do Padre Antônio Vieira, pertencente à Academia das Sciências, em catorze volumes, e também no códice da Biblioteca Nacional, do Fundo antigo, número 1724, compilações ambas do século xviii. De aí se tomaram para a presente edição os trechos que nas antecedentes faltavam, reconstituindo assim o texto integral.

Aos dois tomos, dados ao prelo em 1735, seguiu-se o

terceiro ouze annos depois, em 1746, compilação do Padre Francisco António Monteiro, bacharel em Cânones, oferecida ao Patriarca de Lisboa D. Tomás de Almeida. Os precedentes o tinham sido ao Inquisidor Geral. Neste volume se encontram seis cartas já publicadas no segundo tomo, inadvertência que o editor no prólogo confessa sem se desculpar.

Algumas cartas mais se estamparam, com outros escritos do autor, nos volumes das Vozes saudosas e Voz sagrada, respectivamente de 1736 e 1748 (1), e em 1827 saiu na imprensa, por editor anónimo, a correspondência com Duarte Ribeiro de Macedo, sendo 16 cartas para e 110 de Vieira, das quais 101 existem em original no Ministério dos Estrangeiros, todas presumivelmente recolhidas com o espólio daquêle diplomata, quando faleceu em 1680, indo em viagem para a Itália. As restantes, menos duas, extraviadas, ao que parece, após a publicação, e mais 132 inéditas até agora, guardam-se no códice da Biblioteca Nacional, do Fundo antigo, número 901, onde também se encontram 17 cartas de Macedo a Vieira, em cópias e minutas originaes.

Em 1854 e 55 nova edição se fez do epistolário, em quatro tomos, como parte das obras completas do autor. A publicação, empreendida por mero interêsse commercial, abrange a matéria dos três volumes do século XVIII: com a mesma ordenação, que não fôra determinada pelas datas, assuntos ou pessoas, mas pela successão em que chegaram os originaes à officina do impressor; e com os mesmos descuidos, sem excluir a repetição das seis cartas, que lá se encontram nos correspondentes lugares. Pela adição de algumas, das

(1) Vozes saudosas da eloquência, do espirito, do zêlo e eminente sabedoria do Padre António Vieira, e Voz sagrada, politica, rêtórica e métrica, ou Suplemento ás Vozes saudosas.

impressas separadamente, intercaladas às primeiras, e mettendo nos volumes terceiro e quarto as 110 para Duarte Ribeiro de Macedo, mais no fim 19 inéditas, da Biblioteca de Évora, para o Marquês de Niza, se completou a compilação. No total, abatidas as duplicações, 511 cartas.

Este mesmo número, menos uma carta, que por negligência do editor ou impressor ficou de fora, oito novas no corpo da obra e em apêndice, nem todas completas, trouxe ao mercado a Empresa Literária Fluminense, em dois volumes sem data, mas provavelmente de 1877 ou logo depois. Do ano acima data a existência da casa editora. Desta vez arrumou-se o texto na ordem cronológica, com o que foi possível evitar o erro das repetições.

Todas estas edições se foram tornando raras, e era sensível além disso a falta de outra, menos viciada de imperfeições, e realizada com aquêle carinho que merece a obra, e com o respeito devido ao grande nome do autor. Juntas as espécies até o presente inéditas, e outras estampadas posteriormente a 1877, ou de que não tiveram conhecimento os editores, conta a compilação de agora 710 números, e pode ocorrer que, até saírem a lume os tomos seguintes, ainda novas descobertas enriqueçam o acervo. Das edições anteriores se rejeitam dois escritos, que, por não terem carácter propriamente epistolar, pareceu não deverem manter-se na colecção: um trecho com a descrição de Lisboa, e o parecer de 1644 acerca da guerra com Castela, ambos do segundo volume de 1735. Em compensação entra no 1.º tomo o escrito famoso Esperanças de Portugal, que foi a base jurídica da perseguição de Vieira pelo Santo Officio, e entrará no 3.º a Carta apologética ao Padre Jácome Isquazafigo, em castelhano, que, impressa em 1747, a Mesa Censória mandou depois proibir e queimar; ambas as quais, se propriamente missivas não são, têm a forma epistolar, e

oferecem grande interêsse pelo que revelam da personalidade íntima e das ideas do autor.

Assim organizada a colecção, por copiosa que a julgemos, longe estará do número infinito que escreveria êste fecundo epistológrafo, em sessenta anos, durante os quais foi quasi sempre e conjuntamente homem do século e religioso. É certissimo que muitas peças se perderam, porventura a maior parte, e ainda mal, porque assim ficam em perpétua obscuridade acções e pensamentos seus, nunca para desdenhar, e fragmentos de história, que nessas cartas se encontrariam, sendo especialmente para lastimar a falta de muitas dirigidas a D. João IV.

Do total são conhecidos hoje os originaes de 344, repartidos: 141 no códice da Biblioteca Nacional de Lisboa; 101 no Ministério dos Estrangeiros; 55 na Torre do Tombo (dos quais 51 em um volume adquirido por subscrição e 4 nos papéis dos jesuitas); 38 na Biblioteca de Évora, e os restantes em várias colecções fora de Portugal. Todavia nem todos do próprio punho de Vieira, e alguns em dúvida, não se podendo seguramente discriminar se escreveu êle as missivas, as ditou, ou deu a outrem o rascunho para pôr a limpo. De aqui procede carecer de unidade a ortografia, em que aliás o próprio Vieira era incerto, assim como na rapidez da escritura escapavam deslizes gramaticais, que agora será custoso descobrir de onde procederiam: se dêle, do amanuense, ou, nos originaes perdidos, de êrros do copista ou impressor.

Em cada uma das edições mencionadas, de 1735 a 1877, o modo de escrever as palavras foi o corrente no período, e até na primeira, onde poderiam ter-se cingido ao do autor, não quizeram assim fazer os que empreenderam a publicação. Ainda agora, e na impossibilidade, ou na difficuldade extrêma, de reduzir integralmente o texto à orto-

grafia de Vieira, tal qual a conhecemos dos autógrafos, o que seria em todo o caso uma falsificação; de outra parte atendendo à incongruência de dois sistemas de escritura discordantes, no mesmo livro, se na impressão se conservasse às cartas de que possuímos os originais, e a essas somente, a sua própria, adoptando a de hoje ou das primeiras edições para o resto; por um e outro motivo pareceu bem seguir os exemplos de atrás, reduzindo ao paradigma mais recente as diferentes ortografias de três séculos. E poderão os curiosos da ortografia do autor, que é certamente indício não desdenhável da sua individualidade literária, instruir-se pelo exame dos autógrafos, e de várias reproduções autênticas em outras obras.

Assim como a ortografia, modernizou-se a pontuação, insuficiente nos manuscritos, e nos impressos algumas vezes prejudicial ao entendimento do sentido.

Quem tomar o trabalho de cotejar com os originais as cartas até aqui publicadas, há-de ver quanto foi descuidada quasi sempre a obra do copista ou impressor; e descobrir com frequência erros de leitura, vocábulos trocados, palavras difíceis de entender omitidas, saltos, e até frases intercaladas, parecendo às vezes existir o intuito de melhorar a redacção primitiva. Se tais infidelidades só raramente alteram o sentido, o mesmo não sucede quanto à linguagem, e importa serem muito cuidadosos aqueles que nas cartas de Vieira vão colher exemplos gramaticais, e modelos de dição, porque se arriscam a tomar por sentença de clássico a falha do amanuense ignaro. Para êsses, da comparação resultará o convencimento de que só confiança medíocre lhes devem inspirar os textos de que desapareceu o original.

Aos nomes próprios de pessoas, de língua estranha, conservou-se em geral a forma que lhes deu o escrevente,

às vezes inexacta, quando aquella pareceu corresponder à maneira porque éle as pronunciava. E o mesmo se praticou com os termos geográficos, quando a divergência com o modo actual de os representar não é considerável.

Nas cartas de Vieira, como em toda a literatura epistolar, seja ela familiar ou de negócios, e de qualquer assunto que trate, há entre os correspondentes um entendimento comum, de que nascem referências a factos e pessoas, alusões, metáforas, conceitos, transparentes às partes no intercâmbio, às vezes porém inacessíveis aos estranhos. E até succede perder-se o fio a successos, marcantes na época, e que uma palavra, mais tarde indecifrável, basta para designar aos contemporâneos. Estes enigmas, frequentes nas missivas do Padre, fez-se o possível por esclarecê-los, em notas que nos passos obscuros acompanham o texto; mas ainda assim restam não poucos déles por interpretar. Não se renuncie contudo a esperança de tal conseguir: à proporção que se fôrem conhecendo mais cabalmente os pormenores da nossa história, na segunda metade do século xvii, as anedotas, e as vidas das pessoas eminentes, ou que por qualquer motivo prendiam a atenção pública, assim os pontos agora impenetráveis serão successivamente elucidados; e outra edição que venha a fazer-se das cartas, dará mais satisfação que a presente à curiosidade do leitor.

As notas não presidiu nenhum iulento erudito, e forçosamente curtas, limitam-se ao indispensável para recordar os factos e as pessoas a que alude o texto; assim como na parte biográfica as uoticias não vão além do bastante para a identificação.

Na disposição das matérias seguiu-se, como era de razão, a ordem cronológica, partindo esta em séries correspondentes a épocas diversas da vida do autor, as quais de feito coincidem com preocupações também diversas do seu espirito,

versátil, e também capaz de tudo versar como a poucos é dado. Em cada uma das divisões igualmente se assiste ao desenrolar de um período da história nacional, com as ideias que o caracterizam. O sumário dos acontecimentos, que precede as diferentes séries, ajudará à compreensão do sentido das comunicações e do estado de ânimo do epistológrafo.

Abril de 1925.

J. L. A.

ÍNDICE

Cartas	Páginas
ANUA DA PROVÍNCIA DO BRASIL.	
I. — Ao Geral da Companhia de Jesus 1626 Setembro 30	3
PRIMEIRA MISSÃO DIPLOMÁTICA — PARIS e HAIA .	
II. — Ao Marquês de Niza. 1646 Fevereiro 25	77
III. — Ao mesmo » Março 4	80
IV. — Ao mesmo » 11	85
V. — Ao Rei D. João IV » 28	89
VI. — Aos judeus de Ruão » Abril 20	92
VII. — A António Moniz de Carvalho. 21	94
SEGUNDA MISSÃO DIPLOMÁTICA — PARIS e HAIA .	
VIII. — Ao Marquês de Niza. 1647 Setembro 26	100
IX. — A Pedro Vieira da Silva » 30	101
X. — Ao Marquês de Niza Outubro 3	102
XI. — Ao mesmo » 21	103
XII. — A Pedro Vieira da Silva. » 25	104
XIII. — Ao Marquês de Niza. Dezembro 23	107
XIV. — Ao mesmo » 30	113
XV. — A Pedro Vieira da Silva » 30	116
XVI. — Ao Marquês de Niza 1648 Janeiro 6	118
XVII. — Ao mesmo » 12	120
XVIII. — Ao mesmo » 20	129
XIX. — Ao mesmo » 27	140
XX. — Ao mesmo Fevereiro 3	154
XXI. — Ao mesmo » 10	158
XXII. — Ao mesmo » 17	164
XXIII. — Ao mesmo » 24	168
XXIV. — Ao mesmo Março 2	171
XXV. — Ao mesmo » 16	173
XXVI. — Ao mesmo » 23	176

Cartas		Pág.
XXVII. — Ao Marquês de Niza.	1648 Março	30 178
XXVIII. — Ao mesmo.	Abril	6 181
XXIX. — Ao mesmo.	»	13 182
XXX. — Ao mesmo.		20 185
XXXI. — Ao mesmo.		27 187
XXXII. — Ao mesmo.	Maio	4 189
XXXIII. — Ao mesmo.	» »	11 193
XXXIV. — Ao mesmo.	» »	19 195
XXXV. — Ao mesmo.	» »	25 200
XXXVI. — Ao mesmo.	» Junho	1 203
XXXVII. — Ao mesmo.	»	8 207
XXXVIII. — Ao mesmo.		15 210
XXXIX. — Ao mesmo.	» »	22 215
XL. — Ao mesmo.	»	29 221
XLI. — Ao mesmo.	Julho	6 224
XLII. — Ao mesmo.	» »	10 228
XLIII. — Ao mesmo.	» »	13 233
XLIV. — Ao mesmo.	»	22 236
XLV. — Ao mesmo.	Agosto	3 239
XLVI. — Ao mesmo.		12 241
XLVII. — Ao mesmo.	»	24 244
XLVIII. — Ao mesmo.	»	31 252
XLIX. — A Francisco de Sousa Coutinho	Novembro	10 255
PRIMEIRA JORNADA A ROMA .		259
L. — A Pedro Vieira da Silva.	1650 Janeiro	23 261
LI. — Ao Príncipe D. Teodósio .	» Maio	23 263
LII. — Ao Rei D. João IV	Junho	6 267
TEMPOS DE MISSIONÁRIO .		269
LIII. — Ao Padre Nuno da Cunha.	1651 Junho	17 271
LIV. — A um Ministro da côrte de Lisboa	1652 Julho	5 »
LV. — Ao Padre Provincial do Brasil	» Novembro	14 274
LVI. — Ao Príncipe D. Teodósio	» Dezembro	25 290
LVII. — Ao Padre André Fernandes.	» »	25 294
LVIII. — Ao Padre Francisco de Avelar	1653 —	298
LIX. — Ao Padre André Fernandes.	Janeiro	22 299
LX. — Ao Príncipe D. Teodósio	» »	25 300

Cartas		Pág.
LXI. — Ao Padre Francisco de Morais	1653 Maio	6 303
LXII. — Ao Rei D. João IV	» »	20 306
LXIII. — Ao Padre André Fernandes .	»	21 315
LXIV. — Ao Padre Provincial do Brasil		22 316
LXV. — Ao mesmo .	1654 —	355
LXVI. — Ao mesmo .	—	383
LXVII. — Ao Rei D. João IV.	Abril	4 416
LXVIII. — Ao mesmo.	» »	4 421
LXIX. — Ao mesmo.	» »	6 431
LXX. — Ao Procurador da Província do Brasil	»	15 441
LXXI. — A um Padre da Companhia de Jesus.	1655	16 443
LXXII. — Ao Rei D. João IV.	» Agosto	5 444
LXXIII. — Ao mesmo.	Dezembro	6 445
LXXIV. — Ao mesmo.		8 448
LXXV. — A Pedro Vieira da Silva.	» »	14 457
LXXVI. — Ao Padre André Fernandes .	1656 —	459
LXXVII. — Ao Rei D. Afonso VI	1657 Abril	20 460
LXXVIII. — Ao Padre André Fernandes	1657 —	472
LXXIX. — A um Padre	1658 Fevereiro	— 473
LXXX. — Ao Padre Provincial do Brasil	Junho	10 474
LXXXI. — Á Rainha D. Luísa.	» Setembro	1 483
LXXXII. — A um fidalgo do Conselho Ultramarino.	1659 Março	486
LXXXIII. — Ao Padre André Fernandes	Abril	29 488
LXXXIV. — Ao mesmo.	Novembro	11 547
LXXXV. — Ao mesmo.	» —	548
LXXXVI. — Ao Rei D. Afonso VI	» Novembro	28 549
LXXXVII. — Ao mesmo .	1660 Dezembro	4 571
LXXXVIII. — Ao Padre André Fernandes	» »	» 574
LXXXIX. — Ao Padre Manuel Luís.	1661 —	576
XC. — Ao índio Guaquaíba ou Lopo de Sousa .	Janeiro	21 577
XCI. — Á Câmara do Pará	» Fevereiro	12 579
XCII. — Ao Rei D. Afonso VI	Maio	21 583
XCIII. — Aos Padres Pedro Pedrosa e Gonçalo Veras.	» Junho	11 591
APÊNDICE .		593
B		

ÂNUA DA PROVÍNCIA DO BRASIL

(1626)

O Padre António Vieira nasceu em Lisboa, de família modesta, a 6 de Fevereiro de 1608. Com seis anos de idade foi com seus pais residir na Baía. Aos quinze entrou como noviço no colégio dos jesuítas, que já frequentava como aluno diligente e de grandes promessas. No ano seguinte, de 1624, foi tomada a cidade pelos holandeses, sob o comando do almirante Jacob Willekens. Com o grosso da população, em fuga para o interior, foram os jesuítas, e com êles António Vieira, permanecendo em uma povoação de Índios, que os padres dirigiam, até à retirada do invasor, passados doze meses.

Tanto se havia distinguido o noviço, durante êsse tempo, pela agudeza do entendimento e saber adquirido, e tais provas dera de exímio latinista, que a êle os Superiores encarregaram de redigir a *Carta Ânua*, circunstanciado relatório que, pela regra, todas as Províncias da Companhia hão de mandar ao Geral.

Desta carta existem nos arquivos da Sociedade, em Roma, dois exemplares, ambos autógrafos e assinados por António Vieira, um com data de 21 de Novembro, outro de 1 de Dezembro de 1626. Pelo Padre Francisco Rodrigues, jesuíta, que últimamente as examinou, sabemos ser o texto latino mais breve; o português, evidentemente depois concertado na linguagem, mais copioso de notícias (1). O escrito, nesta forma, e como tem sido publicado na imprensa, difere

(1) No artigo intitulado: O Padre António Vieira, contradições e aplausos, à luz de documentos inéditos. Em *Revista de História*, tomo 11.º, pág. 83.

igualmente na data, 3o de Setembro de 1626, porventura a do primitivo rascunho, vertido a latim, e a que mais tarde o autor aditou reminiscências e poliu a linguagem. A narrativa, além do valor histórico, tem o que deriva de nos fornecer a primeira parte um capítulo de autobiografia, embora sem referência pessoal; pois, nos factos mencionados, em alguns foi António Vieira figurante ao mesmo tempo que observador.

CARTA I

Ao Geral da Companhia de Jesus (1)

1626 — Setembro 30

Pax Christi

Ainda que a guerra algumas vezes não impede a pena com que se exprimem os sucessos dela, contudo, é ela outras vezes tal (como esta em que nos achamos) que tudo perturba e não dá lugar a escrituras; pelo menos as que são mais largas, e requerem tempo e algum descanso. Por esta razão, até agora se não escreveu nem mandou Ánua a Vossa Paternidade, desde o ano de 1624 para cá;

(1) Padre Mucio Vitelleschi, em exercício de 1615 a 1645. Manuscrito apógrafo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com o título: « Annua ou Annaes da Provincia do Brazil dos dous annos de 1624, e de 1625. E successos respectivos ás Cuzas que por esse tempo conservavão naquelle Estado os extinctos Jesuitas: E por dizer respeito á mesma Narração se tracta da Violencia entrada, que os Hollandezes fizeram naquellas p.tes e principalmente na Cid.ª da Bahia com a curioza exposição da sua situação progressos, e miudas circumstancias dessa falta (sôlta?) e atrevida Invazão. ESCRITA por comissão, e obed.cia dos seus Superiores Pelo Padre ANTONIO VIEIRA da mesma Companhia ». Impresso em *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIX (1897), e pela primeira vez, parcialmente, na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, vol. X (1843).

e também porque não vieram relações dos outros colégios e casas; e algumas vieram tarde por falta de embarcações, e pelas dificuldades das navegações que, neste tempo tão trabalhoso, foram maiores que nunca. Pelo que, sou forçado a dar a Vossa Paternidade conta nesta do que succedeu nos dois anos de 1624 e 1625, e ainda não de tudo; porque em todas as partes do Brasil houve tais sobresaltos que impediram o notar e não deram lugar a escrever.

Sustenta esta província do Brasil, pouco mais ou menos, 120 padres da Companhia: 90 sacerdotes, dos quais 31 são professos de quatro votos, de três solenes 2, coadjutores espirituais formados 20; 62 estudantes; coadjutores 50, e dêstes, 30 formados. Estes todos divididos em três colégios, seis casas, e treze aldeias anexas às mesmas casas e colégios. No colégio da Baía residem comumente 80; no de Pernambuco 40; 35 no do Rio de Janeiro; na residência do Espírito Santo 12; na de Santos 5; na de S. Paulo 7; na casa dos Ilhéus 4; em Pôrto Seguro 4; e 4 no Maranhão. Todos êles se occupam em procurar de alcançar a salvação e perfeição própria e das almas, que é o fim da nossa Companhia.

COLÉGIO DA BAÍA

Com o grande trabalho e má vida dêstes tempos caíram enfermos quási todos os dêste Colégio: mas, de tal maneira os repartiu a Divina Providência que nunca faltaram sãos que servissem aos doentes no corporal e no espiritual, e acudissem aos próximos. Dêstes enfermos passou a melhor vida o padre Fernão Cardim, natural de Viana de Alvito, arcebispado de Évora, professo de quatro votos (1), varão

(1) Mandado ao Brasil em 1582, do Colégio de Évora, a que per-

verdadeiramente religioso e de vida inculpável; mui afável e benigno, e em especial para com seus súbditos. A todos parece que queria meter na alma, de todos se compadecia e a todos amava. Prova (1) estas suas grandes entranhas o que poucos dias antes da sua morte, por ocasião de re-prender um súbdito, disse: que nunca, depois que entrara na Companhia, tivera má vontade a pessoa alguma, nem escrúpulo de tratar seus súbditos com paixão. O que, bem considerado, tanto mais é quantos foram os anos que viveu na Companhia, em os quais ordinariamente governou; e só os anos em que foi Provincial e Reitor passaram de vinte. Estendia-se esta sua caridade também aos de fora, como o experimentaram, e mais particularmente, os prêso da cadeia e os pobres do hospital; porque a estes visitava a miúdo, remediando suas necessidades com esmolas; por aqueles intercedia, solicitando suas causas como próprias; e a todos finalmente ajudava com grande amor. E era porque o Divino ardia tanto em seu peito, porque Deus os servia (2), em Deus os representava, e a Deus neles. A seu corpo tinha ódio santo: castigava-o com disciplina de cada dia, sendo, como era, fraco e carregado de anos. Mas a fraqueza do corpo sustentava com o esforço do espírito,

tencia, por companheiro do Visitador, Padre Cristóvão de Gouveia. Escreveu o relatório desta visita com a descrição dos lugares e das missões. Ms. da Biblioteca de Évora, publicado em 1847 por F. A. de Varnhagen, Lisboa, Imprensa Nacional.

(1) *Provão*, no texto impresso publicado, o que parece erro de cópia.

(2) Talvez se deva ler: *que por Deus os servia*, e não como em cima. Assim imprimiu Melo Morais na *Corographia Historica Chronographica, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Imperio do Brasil* (Rio de Janeiro, 1860) onde, parece que de cópia diferente, incluiu este escrito no vol. 4.º

madrugando todos os dias uma e duas horas antes dos outros, as quais gastava na presença do Santíssimo Sacramento, a quem tinha muito particular affecto e devoção. Comunicava-lhe Deus aqui uma insigne magnanimidade, com que padecia trabalhos, resistia às tentações, e vencia grandes dificuldades. Nesta desgraça da Baía(1) era Reitor; e por isso quebravam nele mais todas as ondas das adversidades: mas, como rocha viva, sempre se conservou em paz, e esteve mui firme e conforme com a vontade Divina. Na sua última enfermidade, além das dôres e grande fraqueza, padecia muita falta de todo o necessário. Chegou pois aquella ditosa hora de se partir, a que elle todos os dias convidava sua alma, repetindo com muita devoção o — *proficiscere anima Christiani* — e exercitando-se e actuando-se na lembrança da morte. Faleceu com grande dor e sentimento de todos, por se vêrem juntamente órfãos de pai e mãe. Nele tudo tinham; porque como pai os criava com sua doutrina e exemplo, e, como mãe piedosa, entranhavelmente os amava. Contudo, por outra parte, sendo que lhe queriam todos como filhos, ainda que com perda sua, se alegraram de o ver fora deste destêrro. Entrou na Companhia no ano de 1556, de 15 annos de idade; viveu nela 60, e faleceu de 75, aos 27 de Janeiro do anno de 1625.

Teve a mesma sorte o padre Gregório da Rocha, natural da capitania de Pernambuco. Tinha, ao tempo em que Deus o chamou para si, trinta annos de idade. Entrou no anno de 1611, de 15 annos, na Companhia, e nela viveu outros 15 com satisfação e observância religiosa. Sabia bem a lingua da terra; e melhor a exercitava nas aldeias, cultivando os índios. Era enfermo de ordinário, e nas

(1) A tomada da cidade pelos holandeses em 1624.

enfermidades mui animoso e paciente; em especial na última, que foi mui trabalhosa, e de grandíssimas dôres; entre as quais, com muita dévoção e consolação da sua alma, recebeu todos os Sacramentos e faleceu a 9 de Maio de 1625.

No mesmo ano levou Deus para si ao Irmão Antõnio Fernandes, natural da ilha da Madeira, coadjutor temporal, com 29 anos de idade e 10 da Companhia, na qual entrara de 19, no ano de 1615. Neste tempo viveu uma vida tão perfeita e exemplar, com as paixões do corpo e alma tão mortificadas e sujeitas à razão que não parecia homem, mas, como muitos lhe chamavam, Anjo encarnado. Foi neste Colégio, perto de oito anos, enfermeiro com caridade espantosa. Trabalhava de dia e noite, sem descansar. Assistia e acudia com maravilhosa e incansável continuação a todos, sendo, como era, fraco de compleição. Neste último trabalho da Baía se apurou mais e resplandeceu sua caridade. Entre tantos enfermos e tanta falta do necessário, mostrava quão engenhoso era; porque sendo, além dos doentes de casa, que foram muitos, muitos mais os portuguezes saídos da cidade, e os índios da aldeia do Espírito Santo, onde residiu, para todos achava mèzinhas, a todos acudia, a todos visitava; e finalmente fazia tudo a todos com tal espírito que, ainda aos mesmos índios, com serem menos entendidos, se não escondia e lhe chamavam santo.

Não só curava com remédios humanos seus enfermos, mas igualmente lhes applicava os Divinos, fazendo devoções particulares por cada um, e assim fazia curas mais que naturais; como depois da sua morte se achou apontado, em um livrinho seu, que o Santo Anchieta (1) dera saúde

(1) Padre José de Anchieta, natural de Tenerife. Estudou em

milagrosa a um padre, o qual estava tão perigoso, e em tais termos, que ninguém julgou poder escapar. Faltando a fala, para se confessar, a uma índia que estava na hora da morte, com suas orações lha alcançou de Deus.

Não foi menos admirável a sua grande paciência e mortificação. Entre outros muitos, que curou de chagas asquerosas, foi um índio ferido de um pelouro, com uma chaga tão pôdre e de tão mau cheiro, que ninguém, nem o mesmo doente o podia sofrer; nem seus parentes se atreviam a curá-lo. Mas, como a Graça é mais poderosa que a natureza, tinha êste Irmão tão vencida a sua que, com suas próprias mãos, tratava aquela podridão, mostrando tão pouco asco, mas antes tanto gôsto, como se a matéria fôra de rosas e flores mui cheirosas. E, na verdade, como tais estimava êle todas as coisas de mortificação, porque só a estas se pegava com muito gôsto, estas eram seus passatempos, estas suas delícias; e já, com o continuo exercício delas, parecia totalmente insensível, e em particular

Coimbra, e entrou aos 17 anos na Companhia de Jesus. Desde 1553 empregou-se nas missões do Brasil, onde morreu, com fama de santidade e de muitos milagres, em 1597. Êle é a figura primacial do apostolado do cristianismo na América, e sômente inferior a Francisco Xavier nas Índias. Seu prestígio entre os selvagens parece ter sido extraordinário. Atribui-se-lhe a composição de um poema latino, de 5.700 versos, em louvor da Virgem, quando esteve entre êles cativo, o qual, não podendo escrevê-lo, guardou na memória até voltar para povoação de portugueses. Seus ossos foram transferidos da Capitania do Espírito Santo, onde faleceu, para o colégio da Baía, e aí se encontravam em um cofre de jacarandá, guarnecido de prata, por ocasião de se arrolarem, em 1758, os bens dos jesuítas, expulsos do Estado. O cofre, com o seu conteúdo, foi remetido para o Reino, pelo Chanceler da Relação da Baía, encarregado do sequestro, e dêle não constam mais notícias.

nas mãos, as quais tinha tão calejadas que, quando o açúcar estava no ponto mais alto, metia os dedos nele como em água fria, e, como se admirassem alguns, êle para dissimular respondia, com sua costumada prudência, que lhe procedia do uso e continuação do fogo. Mas, que isto fôsse graça mais que natural, deixo ao juízo de quem o considerar, sendo experimentado. Nunca ao doente, por importuno e mal sofrido que fôsse, disse uma palavra; antes a todos consolava, condescendendo com êles no que não encontrava a saúde. Por embaraçado que estivesse e afogado com occupaões, estava sempre a sua alma tão livre e pouco perturbada que, por outras muitas que sobreviessem no mesmo tempo, a todas (1) acudia o melhor que era possível, sem mostrar enfadamento algum, antes com maior alegria; e a mesma tinha quando eram muitos os enfermos.

Nunca se pôde enxergar nele um mínimo sinal de pouco sofrimento, ainda nas ocasiões em que corria perigo qualquer boa paciência; e, se por ventura alguém em alguma coisa o encontrava, só para com êste se mostrava particular, porque com particular vontade e amor buscava ocasiões de o servir. Com ser tanto e tão continuado o trabalho dêste Irmão, quando as occupaões lhe davam algumas breves tréguas, não o achariam senão na capela de joelhos; e aqui sem dúvida ganhava fôrças para outros trabalhos maiores. Na modéstia e recolhimento foi raro, porque, além de em casa ser um espelho de compostura religiosa, quando convinha sair fora enxergava-se-lhe no rôsto um grande pejo, fazia-se como uma papoila, todo se perturbava; e o mesmo padecia quando por razão do seu ofício

(1) *Todas* parece melhor lição que *todos*, como está no impresso.

acompanhava o médico até à portaria, se era visto por gente; e dava por causa disto sua pusilanimidade, que com esta e semelhantes capas cobria e disfarçava suas virtudes. Destas, e de outras muitas que sua humildade nos encobria, tinha lavrada sua corôa, que (1) a 13 de Junho, dia de Santo António, cujas pisadas com o nome seguira, foi possuir a glória.

Entre as coisas mais notáveis, que dêste bem-aventurado se contam, foi uma que, partindo-se daquela aldeia em que estivera, como se chegassem a êle alguns índios em reconhecimento do que da sua caridade receberam, êle se perturbou e, perguntada a causa, respondeu que era porque não os havia de ver mais. E assim succedeu, porque, chegando à cidade, caiu enfermo e disse que aquela era a última da sua vida, como foi; e só sentia o que os enfermos haviam de padecer.

Três dias antes da sua morte, perguntando-se-lhe se se queria confessar, pois estava no último, respondeu que o escusava, quanto por via de escrúpulo, porque, depois que entrara na Companhia, todas as confissões fizera como se cada uma fôra a última da sua vida.

Sendo ainda noviço, andava um nosso mui atribulado, e de modo que bem mostrava ao exterior o que no interior trazia. Vio-o êste Irmão e, entendendo seu enfadamento, chamou-o à parte, perguntou-lhe a causa; mas, não lha querendo descobrir, êle, como se mui de raiz a soubera, lhe foi dando tais razões e tão eficazes, todas ordenadas à causa do sentimento, que ficou dali por diante livre da tentação. O que na verdade parece coisa divina, por um Irmão sem letras lhe dar o remédio que muitos padres

(1) Talvez: *de que*, em lugar de *que*, por lapso do copista.

doutos e graves, com quem o comunicára, não puderam. E, como era tão observante, não se atreveria a falar tão livremente sendo noviço, se não fôra mandado de Deus, como êle confessou ao mesmo.

Outra vez acaso encontrara um dos nossos padres, que mostrava andar enfadado; e, sabida a causa, era por ter perdido um dente do santo José Anchieta, que muito estimava. Consolou-o êle dizendo que o encomendaria a Deus, e, detendo-se um pouco sem se mover de um lugar, o levantou do chão, em parte onde se tinha buscado com muita diligência.

Além destas graças particulares, tinha outra maior e mais universal, e era, sem ter estudo, entender com suficiência qualquer livro latino; e nas mais sciências, particularmente em matérias espirituais, dava tão acertados pareceres que pareciam de homem de muitas letras. A todos estes dons ajuntou o da pureza virginal, que guardou inviolável até à morte, e com a qual mereceu assistir agora diante do trono de Deus, seguindo ao cordeiro sagrado para onde quer que vai.

A estes três foi o Senhor servido dar na outra o prêmio das obras que nesta vida fizeram. Os mais todos se ocuparam nos ministérios da nossa Companhia, segundo a vocação e talentos de cada um, e, pela divina bondade, com proveito seu e dos próximos.

As quarenta horas do primeiro dêstes dois anos se celebraram com o costumado aparato e concurso grande de confissões e comunhões. As do segundo, conforme o estado e trabalho das coisas, mas umas e outras com notável fruto das almas; e, como o principal fruto espiritual dêstes tempos se colheu na tomada e recuperação da cidade da Baía, é necessário relatá-la brevemente, e dizer também a certeza do que se passou na realidade, para que a ver-

dade tenha lugar, e se não creiam algumas falsidades, que do caso se contem (1).

Abre esta costa do Brasil, em treze graus da parte do sul, uma boca ou barra de três léguas, a qual, alargando-se proporcionalmente para dentro, faz uma baía tão formosa, larga e capaz que, por ser tal, deu o nome à cidade, chamada por autonomasia — Baía. Começa da parte direita em uma ponta, a qual, por razão de uma igreja e fortaleza dedicada a Santo António, tem o nome do mesmo santo; e, correndo em meia lua espaço de duas léguas, se remata em uma língua de terra, a que deu o nome de Nossa Senhora de Monserrate uma ermida consagrada à mesma Senhora. No meio desta enseada, com igual distância de ponta a ponta, está situada a cidade no alto de um monte, íngreme e alcantilado pela parte do mar, mas por cima chão e espaçoso; rodeiam-na por terra três montes de igual altura, por onde estende seus arrabaldes, dos quais o que fica ao sul tem por remate o mosteiro de S. Bento, e no que lhe responde ao norte está situado o de Nossa Senhora do Carmo; o terceiro está ao leste e menos povoado. É a praia da cidade em baixo estreita, e defendem-na três fortes, dois em terra e um no mar, avantajado aos mais por razão do sítio e fortaleza.

Alguns dias antes da chegada dos inimigos, estando no côro em oração dois dos nossos padres, viu um dêles a Cristo Senhor Nosso, com uma espada desembainhada contra a cidade da Baía, como quem a ameaçava. Ao outro dia (2) apareceu o mesmo Senhor com três lanças, com que

(1) Em Melo Morais, talvez com mais exacção, *se contam*.

(2) A palavra *día* parece interpolada, e o pronome antecedente referir-se a *padres*. Em Melo Morais lê-se: *e a outro*.

parecia atirava para o corpo da igreja. Bem entenderam os que isto viram que prognosticava algum castigo grande; mas de qual houvesse de ser estavam incertos, quando, em dia da aparição de S. Miguel, que foi a 8 de Maio de 1624, apareceram de fora, na costa, sôbre esta Baía, 24 velas holandesas de alto bordo, com algumas lanchas de gávea, as quais fizeram crer aos cidadãos, costumados a viver em paz, o que lhes não persuadiram de todo os avisos que dois anos antes mandara Sua Majestade, nem a nau capitaina desta mesma armada, que quási todo o mês passado tinha andado na barra, e roubado um navio que de Angola vinha carregado com negros para o serviço e maneió desta Capitania.

Mandou logo o senhor Governador Diogo de Mendonça Furtado(1) dar rebate; ajuntou-se a gente, que foram pouco mais ou menos três mil homens, e armados, cada um como pôde, se repartiram em companhias, deram cargos e assinaram estâncias. Na mesma tarde saíu o senhor bispo D. Marcos Teixeira(2), com uma companhia de eclesiásticos, armados, não só para animar a gente, mas para com a espada na mão se defender, e ofender, se fôsse necessário, ao inimigo; e, correndo todas as estâncias, exortava a todos, como verdadeiro prelado e pastor, a pelejarem até à morte por sua fé e rei, e que, vencendo ou morrendo, por esta causa sempre venceriam. Saíram com a mesma pressa

(1) 12.º Governador do Brasil. Tomou posse a 12 de Outubro de 1621. Aprisionado na conquista da cidade, foi conduzido à Holanda.

(2) Arcebispo da Sé de Évora, e Inquisidor na mesma cidade, promovido em 1592 ao Conselho Geral do Santo Officio, e em 1618 enviado como Visitador ao Brasil. Na Baía instalou o seu tribunal, prendeu e julgou a várias pessoas por heresia. Ali voltou, bispo da diocese, em Dezembro de 1622 e morreu em Outubro de 1624.

os nossos padres pelas ruas, casas e fortalezas a animar e confessar os soldados, e o mesmo fizeram muitos dos outros religiosos. Prepararam-se com não menor cuidado as almas para a morte que os corpos para a guerra. Aqui tiveram fim ódios muito antigos, descobriram-se pecados encobertos com o silêncio de muitos anos, e, na verdade, foi tal a mudança presente, que, só por razão dela, pareceu a muitos conveniente dar Deus êste castigo.

Com a luz do dia seguinte apareceu a armada inimiga, que repartida em esquadras vinha entrando. Tocavam-se em todas as naus trombetas bastardas a som de guerra, que com o vermelho dos pavezes vinham ao longe publicando sangue. Divisavam-se as bandeiras holandesas, fâmulas e estandartes que, ondeando das antenas e mastarêus mais altos, desciam até varrer o mar com tanta majestade e graça que, a quem se não temera, podiam fazer uma alegre e formosa vista. Nesta ordem se vieram chegando muito a seu salvo sem lho impedirem os fortes, porque, como o pôrto é tão largo, tinham lugar para se livrar dos tiros.

Tanto que emparelhou com a cidade a Almiranta (1), a salvou sem bala, e despediu um batel com bandeira de paz. Mas à salva, e à embaixada antes de a ouvirem, responderam os nossos com pelouros, o que vendo os inimigos se puseram todos a ponto de guerra. Viraram logo as naus enfiadas sôbre a terra, e, por onde iam passando, descarregavam os costados na cidade, forte e navios que estavam abicados na praia, o que continuaram segunda e terceira vez, até que, depois do meio dia, puseram todos a

(1) *Almeiranta* nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*.

prôa em terra, e as três dianteiras em determinação de abalroarem a fortaleza, mas, impedidas dos baixos, lançaram ferro, e em árvores sêcas, como se foram todas de fogo e ferro, começaram a desfazer tanto nêle que parecia pelejava nelas o inferno. E foi tal a tempestade de fogo e ferro, tal o estrondo e confusão, que a muitos, principalmente aos pouco experimentados, causou perturbação e espanto, porque, por uma parte os muitos relâmpagos fuzilando feriam os olhos, e com a nuvem espêssa do fumo não havia quem se visse; por outra, o contínuo trovão da artilharia tolhia o uso das línguas e orelhas, e tudo junto, de mistura com as trombetas e mais instrumentos bélicos, era terror a muitos e confusão a todos.

Respondam-lhe da terra o forte e as nossas naus, ainda que desigualmente, por ser a artilharia pouca, e andar já quente com o avantajado emprêgo.

Mas, enquanto nos ocupávamos em defender a praia, duas ou três, naus holandesas, que ficavam na retaguarda, despejaram na ponta, que dissémos, de Santo António muita gente, e dizem seriam quinhentos para seiscentos soldados. Vendo isto duas bandeiras nossas, que lá estavam em guarda, não aguardaram que chegassem, antes, não se atrevendo a resistir, voltaram para a cidade, esquecidos daquêle nome portugês, que ainda em nossos tempos fez tremer e fugir exércitos inteiros; e pôsto que um padre nosso os animava que tornassem, adiantando-se com ânimo de verdadeiros portugueses e verdadeiros soldados de Cristo, até chegar cara a cara com os inimigos, armados só da confiança em Deus, contudo estavam tão frios do medo, que não foi partê para os apertar o fervor e espírito do padre.

Entretanto não cessava a bateria, antes cada vez se acendia mais. Entendendo pois o inimigo que os nossos

largaram (1) as naus, que estavam mais ao pego, e se meteram nas que estavam mais junto à terra, para dali pelejarem mais seguros, botou um bom número de batéis providos de soldados e marinheiros, para que senhoreassem as que estavam sem gente. Começaram de subir a elas e, adiantando-se um soldado para arvorar a bandeira holandesa, um homem do mar, português, que estava em uma nau das mais vizinhas à praia, não lhe sofrendo o ânimo ver tal ousadia, leva o arcabuz ao rôsto, e fazendo tiro dá com êle morto, e com a bandeira no meio do convés; o mesmo fez ao segundo e terceiro, que pretenderam executar na bandeira o mesmo intento que o primeiro, e fê-lo tão dèstramente que, não errando nem um só tiro, todos três empregou.

Enquanto os três acabaram desta maneira começaram os demais, uns a levar as naus para o pego, outros a defender-se com os mosquetes, o que vendo os nossos, e que não lhe podiam ser bons, acudiram ao último remédio, que foi arrombar umas e queimar outras, carregadas como estavam, tendo por melhor entregá las ao mar e ao fogo, que ao inimigo. Isto foi causa de se estender o dia e a guerra, porque, ainda que era noite, vencia as trevas dela a claridade do fogo, que, ateando-se no breu e açúcar, lançava grandes labaredas, as quais, embebendo-se e transformando-se nas nuvens, que lhe ficavam em cima, davam tão grande luz a todo o pôrto, que se podia (2) muito bem ver e atirar de parte a parte, como fizeram enquanto durou o fogo.

Com esta ocasião, o inimigo, a quem o incêndio das naus acendera mais, determinou render a fortaleza, que

(1) *Largavão* no texto impresso dos *Annaes* cit.

(2) *Podião* no texto impresso.

como ainda então não estava acabada, e só igual com as ondas, sem mais outro reparo que uns cestões, parte cheios de terra, parte vazios, era a entrada fácil. Saíram logo das naus inimigas muitos batéis com os soldados em pinha, e, cercando o forte, depois de muitas cargas de mosquetaria o abordaram, para entrar com os nossos. Mas elles resistiram valorosamente, não os deixando pôr o pé em cima, antes os lançaram a todos fora, matando e ferindo a muitos; e soldado houve que, com a espada feita, foi de mergulho atrás do inimigo, que pôr debaixo de água lhe fugia. Não desistiu com isto o holandês; antes, animado com o novo socorro do mar, insistiu com maior fôrça, carregando tanto uns sôbre os outros que, não podendo os nossos, por estarem já cansados, ter o recontro, depois de mortos alguns se retiraram para terra, donde, amiudando os tiros, de tal maneira sacudiram os inimigos que, em breve tempo cederam da fortaleza, à qual se foram logo dois soldados lançar ao mar a artilharia, que naquele entremeio tinham elles cravado.

Era já nesse tempo alta noite quando, de improviso, se ouviu por toda a cidade (sem se saber donde teve principio) uma voz: *já entraram os inimigos, já entram, os inimigos já entram*; e, como no meio dêste sobresalto viessem outros dizendo que já vinham por tal e tal porta, e acaço pela mesma se recolhesse neste tempo uma bandeira nossa com mechas caladas, como o medo é mui crédulo, verificou-se esta temeridade; e assim, pelejando a noite pela parte contrária, ninguém se conhecia, fugiam uns dos outros, e quantos cada um via tantos holandeses se lhe representavam.

Instava, entre tanta confusão, o cansado e afligido Governador, nesta noite como outro Eneas na do incêndio, juntando e animando os soldados, a morrer antes com

honra que a ter vida sem ela; mas não aproveitavam estas vozes, porque estavam já do medo e das trevas da noite tão cegos que, não vendo quanto se infamavam a si e a todo Portugal, desampararam totalmente a cidade, fugindo cada um por onde pôde, deixando todos suas casas e fazendas, e muitos, para mais ligeireza, as próprias armas, que parece cuidavam que estas se haviam de converter contra êles, como escreveu o cronista de el-rei de Macedónia (1), em semelhante caso, dos soldados persas, que — *pavor etiam auxilia formidat*.

Vendo êste desamparo o senhor Bispo, veio-se ao nosso colégio, deu conta do que passava e, ainda que dois padres dos nossos lhe lembraram que ninguém esperaria, se tivessem notícia da saída de S. Senhora, contudo, ouvindo a outros dois padres, e a muitas pessoas de fora, que a cidade estava já entrada dos inimigos, e vendo que só não podia já defendê-la, se saiu. Consumidas pois algumas fórmulas do Santíssimo Sacramento, porque as mais eram já levadas para fora em outra custódia, com a devoção que o tempo e a ocasião pedia; e tendo já tirada a mais da prata, e os ornamentos postos em côbro, que não deu o tempo lugar para mais, seguiram ao prelado os nossos, que estavam em casa, e os que se recolhiam do forte e mais estâncias, aonde até então assistiram a pé quedo, animando e confessando a gente. Detiveram-se na quinta do colégio (2), meia légua da cidade, e, não havendo esperança de defesa, se puseram ante-manhã a caminho.

(1) Quinto Cúrcio na *História de Alexandre Magno*.

(2) A quinta do Tanque, onde passou a maior parte de seus últimos dias o autor da epístola. O sitio fica hoje dentro do recinto urbano, bairro da Soledade, e no lugar das antigas edificações elevou-se um hospital.

! Mas, quem poderá explicar os trabalhos e lástimas desta noite! Não se ouviam por entre os matos senão ais sentidos e gemidos lastimosos das mulheres que iam fugindo; as crianças choravam pelas mães, elas pelos maridos, e todas e todos, segundo a fortuna de cada um, lamentavam sua sorte miserável. Acrescentava-se a êste outro trabalho não menor, que, como forçadamente, para passarem ávante, iam demandar um rio a que chamam Rio Vermelho, aqui se viam no apêrto em que se viram os filhos de Israel no outro Mar Vermelho, quando fugiam de Faraó: porque o medo lhes representava os holandeses já nas costas, o rio lhes impedia a passagem, a noite dificultava tudo, e o susto chegava a todos. Pelo que, vendo-se em tanto apêrto e perplexidade, sem tomar conselho, tudo era romper em ais e gemidos, com que feriam o céu e os corações dos que os ouviam.

Tanto que o sol saiu em 10 de Maio, julgando os holandeses, da muita quietação da cidade, estar sem defensores, deliberaram-se a entrar nela. Entraram, não sem receio de alguma cilada; mas a cidade (ou para melhor dizer deserto) lhe deu entrada franca e segura. Vão-se logo tomar posse das casas reais, onde estava o Governador, desamparado de todos e acompanhado só de um filho e três ou quatro homens. Presos estes e postos a recato na Almiranta (1), correm todos aos despojos, que tanto

(1) Frei Vicente do Salvador, testemunha quási presencial, pois chegou à Baía dias depois de entrarem os holandeses, descreve assim o caso: «O governador, vendo que a gente era toda fugida, ainda que não faltou quem lhe dissesse que fizesse o mesmo, respondeu que nunca lhe estava bem dizer-se dêle que fugira e antes se poria a fogo e abrária, e... se recolheu dentro de sua casa com seu filho António de Mendonça, Lourenço de Brito, o sargento mór Francisco de Almeida de Brito, e Pero Casqueiro da Rocha. Pela manhã chegaram os holan-

a mãos lavadas lhe ofereciam liberalmente as casas com as portas abertas. Tudo roubam e, a nada perdendo, empregam-se no ouro, prata e coisas de mais preço, e, despedaçando o mais, o deitam pelas ruas, como a quem custaram tão pouco.

Saqueadas já e destruídas as casas, vão-se aos templos os sacrilegos, e aqui fazem o principal estrago. Arremetem com furor diabólico às sagradas imagens dos santos e do mesmo Deus: *quis talia fando temperet à lacrimis*. A esta tiram a cabeça, àquela cortam os pés e mãos, umas enchem de cutiladas, a outras lançam no fogo. Desarvoram e quebram as cruces, profanam altares, vestiduras e vasos sagrados; usando dos cálices, onde hontem se consagrou o sangue de Cristo, para em suas desconcertadas mesas servirem a Baco, e dos templos e mosteiros dedicados ao serviço e culto divino, para suas abominações e heresias. Tal foi a misericórdia do nosso Deus que quis então tomar em si a maior parte do castigo, por não nos castigar com outro maior, como nossos pecados mereciam.

Depois desta entrada não se ocuparam todos nos despojos, mas a alguns deu a nossa fugida ousadia para saírem da cidade; entre estes vieram ter à nossa quinta sete, mas sem armas de fogo. Estava aqui um padre grave, que se deixára ficar em companhia de alguns enfermos, com esperança de uma gloriosa morte por seu amor, se Deus fôsse servido. Êste não deixou passar a ocasião de se confessar a si e aos companheiros, em presença dos heroges,

deses... Subiram alguns à casa do governador, que neste tempo quis pôr fogo a uns barris de pólvora, para abrasar-se, se Pero Casqueiro lhe não tirara o morrão da mão. E, vendo-ós entrar, levou da espada e remeteu a êles, mas enfim o prenderam e aos que com êle estavam, e os repartiram pelas naus». *História do Brasil*, edição revista por Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro 1918, p. 512.

por católicos romanos, que elles tanto aborrecem: como foi que, indo um com a espada nua para um crucifixo, o padre lhe foi à mão dizendo que aquella era a imagem verdadeira do filho de Deus Jesus Cristo, digna de toda a veneração; e pedindo-lhe elles carne lha negou, e disse que a igreja católica e romana a proíbe a seus fiéis nas sextas-feiras, qual aquele dia era, e portanto lha não havia de dar. Deu-lhes porém outras coisas de comer, e antes, no benzer da mesa, e depois, no dar das graças, nomeou distintamente as pessoas da Santissima Trindade, ao que elles cobriram o rôsto, e logo, com grande fúria quebrando tudo, e deitando com desprêso por terra as imagens, reliquias e ornamentos dos altares, fizeram prêsa nos cálices e lampadários e outra prata, e a levaram consigo.

Sabendo porém o caso dois ou três escravos nossos, e não soffrendo que fôsem tão carregados, os determinaram aliviar, saindo-lhe ao encontro com arcos e flechas, e tanto que elles as começaram a sentir, vendo que lhes saia mui caro comprar prata por sangue, quizeram antes largá-la que as vidas.

Enquanto os holandeses se occupavam nestes sacrilégios cobriam os matos e praias os desterrados, que só dos portuguezes seriam dez ou doze mil almas, servindo de casa a uns as árvores agrestes, e a outros o céu, sem mais algum abrigo da calma, chuvas e sereno da noite; todos a pé, muitos descalços e despídos, morrendo à fome e sede aquelles que pouco havia, deixaram casas tão ricas e abastadas de tudo, que mais pareciam servir ao regalo que à necessidade.

Mas não há que espantar serem vencidos os que viviam nesta abundância. Bem ensinava Alexandre Magno aos seus soldados que a pobreza era a única mestra da milícia, e por isso os Macedónios venciam tudo, porque nada

tinham; que as cidades com ferro se defendem e não com ouro; com homens armados e não com casas ornadas, como depois de bem experimentado o confessou el-rei Dario. Bem coube dêste trabalho muita parte aos nossos padres, particularmente aos velhos e enfermos, que não podiam aturar o caminho nem suportar a calma. Os mais esforçados chegaram naquele dia à aldeia do Espírito Santo, distante seis ou sete léguas da cidade, e pouco a pouco ali se ajuntaram todos, com muito trabalho. Quanto aqui fôsse o apêrto e incomodidade bem se deixa ver, pois moravam setenta em casas feitas e repartidas para quatro.

A esta aldeia se acolheu e recolheu naqueles primeiros dias a maior parte da gente, à qual acudiu a caridade dos nossos com o que podia, não faltando a ninguém carne, nem farinha, que é o pão da terra, e neste tempo era o maior regalo. O mesmo fizeram todos os moradores da Baía, que tinham fazendas fora, que agasalharam com muita caridade, por muitos dias, quem cento, quem duzentas e trezentas pessoas, dando-lhes todo o necessário até buscarem remédio. Por esta grande piedade e misericórdia pôs Deus seus piedosos olhos em nós, para nos acudir e temperar o rigor do seu castigo.

Depois que a gente despejou e foi menos, nos reparimos nesta e outra aldeia, e alguns currais, com assás incomodidade porque a casa era estreita, a cama o sobrado e, quando boa, uma rede; a mesa tão apertada e pobre que muitas vezes não havia mais que ervas e legumes, e estes às vezes sem sal nem azeite, cozidos somente na água.

A povoação se passou para a aldeia de S. João, mais afastada uma légua, e, como as casas dos nossos aqui não estavam mais que armadas, foi necessário aos Irmãos

noviços por suas mãos levarem-nas por diante, até onde o remédio da necessidade requeria, e aqui com todo o recolhimento possível se conservou a ordem do Noviciado, que no Colégio se guardava. Tudo isto leváramos bem contanto que escaparam das mãos do inimigo o nosso Padre Provincial Domingos Coelho e o Padre António de Matos, que lhe havia de suceder, com nove companheiros, que do Rio de Janeiro traziam (1); porém ainda nisto foi Deus servido castigar-nos, porque, além de os tomarem, nunca os largaram, sendo assim que a todos os mais religiosos e seculares deram liberdade; e a causa que disto davam era porque os nossos em suas terras lhe fazem muita guerra com as prêgações do Sagrado Evangelho. Daqui os embarcaram para Amsterdam, com o senhor Governador e mais cativos que atrás dissemos, dando-lhes o mau trato a que o ódio de muitos anos concebido aos da Companhia os incitava. Ditosos êles, que por tal causa padeceram e padecem.

Depois da cidade tomada, ao quarto dia, vieram doze ou treze índios parentes de alguns que na bateria do forte foram mortos, deliberados a tomar vingança de suas mortes nas vidas dos holandeses; e assim o fizeram em

(1) Na chamada fragata da Companhia, pertencente aos Jesuítas, que os holandeses aprisionaram. Conta Frei Vicente do Salvador, muito noticioso em tudo o tocante a êste episódio das guerras flamengas no Brasil: «Entre estes navios tomados foi logo dos primeiros um dos padres da Companhia, em que costumam visitar os colégios e casas que têm por esta costa, e nesta ocasião vinha do Rio de Janeiro o padre Domingos Coelho, seu Provincial que ia já acabando, e o padre António de Matos que lhe havia de suceder, e outros padres e irmãos da Companhia, que por todos eram dez. Vinham também quatro religiosos de S. Bento, e eu e meu companheiro da Ordem do nosso padre S. Francisco». *História do Brasil* cit., p. 531.

alguns, que andavam desgarrados por fora. Porém um destes, em cujo peito vivia a memória do pai morto, e o amor do mesmo o obrigava a mais, vai-se com seu arco e flechas à porta da cidade, com ânimo avantajado ao do outro Pultão Pinense⁽¹⁾ na guerra de Itália, porque, se este rompeu por meio dos inimigos, para livrar a vida ao pai cativo, o nosso, para vingar a do pai morto, comete a cidade, desafiando a todos e, depois de ter bem vendida a sua vida e melhor vingada a morte do pai, o acompanhou com a sua, caindo trespassado de uma bala.

Não eram mais em numero que doze, nem traziam diferentes intentos outros índios que, achando além de Vila Velha, em uma casa de palha, alguns soldados holandeses, os acometeram: e, tendo elles por mais seguro defender-se com a casa, atirando de dentro, que defendê-la com suas pessoas saindo, ao disparar pegou o fogo na palha, e onde cuidaram que o evitavam se lhes dobrou o perigo, porque os que fugiam do fogo não escapavam às flechas, e os que temiam estas morriam abrasados; esta foi a causa de os inimigos desampararem logo aquela fortaleza de Santo António. O mesmo dano fizeram ao inimigo, não longe de S. Bento, uns poucos de portuguezes com alguns frecheiros, cativando dois e matando sete ou oito, entre os quais foi um capitão de nome. Nem foram só estes; semelhante fim tiveram outros tantos da parte do Carmo, quasi no mesmo tempo.

O senhor Bispo, que com os nossos se recolhera à aldeia do Espírito Santo, ajuntou alguns desembargadores e officiais da Câmara, e com elles fez conselho sobre o

(1) E não *Plutão* como nos textos impressos. O caso vem em Valério Máximo, liv. V, cap. IV «... pinnensem juvenem cui Pultoni erat cognomen».

govêrno da Baía, visto que a fortuna do Governador prêso o tinha em tal estado que, ainda que vivo, se havia reputar por morto. E por isso se abriu logo a segunda das vias, em que Sua Majestade nomeava por governador dêste Estado o senhor Matias de Albuquerque, que ao presente o era de Pernambuco; mas, como pela distância de cem léguas faltava a sua presença, e os soldados sem capitão presente andavam (como se o não foram) desanimados e desgarrados por diversas partes, pareceu que convinha e era necessário eger-se capitão mór, para os ajuntar, animar e resistir às saídas insolentes do inimigo. E logo foi eleito no tal cargo o dr. Antão de Meşquita de Oliveira, Chanceler da Baía, o qual fez tudo o que pôde, mas, impossibilitado do estado das coisas, não pôde chegar ao muito que pretendeu.

Passados alguns dias, o senhor Bispo, que não se esquecia do seu rebanho, antes, como outro Argos, vigiava sôbre êle e, como piedoso pai, chorava seus males, vendo que se não ordenavam as coisas à medida do seu desejo, e que o inimigo desenfreado não se contentava já sòmente com a cidade, mas que com grande ousadia se desmandava por fora, sem haver quem lhe pusesse freio a tanto desfôro, e que alguns portuguezes se metiam e se faziam amigos com êles, para recuperar o que já perderam ou para não perderem o que ainda possuíam; depois de ver bem e considerar os meios com que, segundo o estado das coisas, se podia acudir por nossa santa fé católica e lealdade à corôa real, reprimindo as entradas dos amigos e as saídas dos inimigos, lhe pareceu bem, e determinou, trocar o bago com a lança, e o roquete com a sáia de malha, e de prelado eclesiástico fazer-se capitão de soldados. ; Feito digno de ânimo não menos pio que esforçado! O que vendo o povo, e reconhecendo nele, agora mais que

nunca, um extremado zêlo, não só para as coisas da honra do seu Deus mas também para as do serviço do seu rei, todos a uma voz o aclamaram por capitão mór, e que a êle seguiriam e obedeceriam em tudo. Elêito que foi nesta forma, mandou logo sob pena de vida que ninguém trate com o inimigo, antes se ajunte toda a gente e preparem armas contra êle; e, tanto que teve um moderado número de soldados, assinalou capitães e repartiu companhias, com ânimo de tornar a entrar e cobrar a cidade aos treze de Junho. E parece que se punha o céu da nossa parte, porque no mesmo tempo viu Sua Senhoria no ar uma bandeira com Cristo crucificado de uma parte, e da outra Santo António, cuja festa naquele dia celebrava a igreja.

Para mais comodidade do assalto quiseram tomar primeiro alguns rebeldes portuguezes, que no mosteiro do Carmo estavam aposentados. Estes, antes que amanhecesse, foram presos, mas antes que o fôsem, vendo-se acometidos, deram com um sino rebate aos holandeses, cujos espias eram. Vendo pois os nossos, que fizeram esta boa prêsa (e não passavam de cincoenta, e dêles a maior parte índios) que eram sentidos, arremetem sem conselho à cidade, e soldado de cavalo houve que daquela feita se adiantou até pregar a lança na porta da cidade, ferindo e atropelando os guardas dela; mas, sobrevindô os inimigos e disparando algumas roqueiras, se retiraram.

Com êste successo pareceu vir a causa (1) a pareceres; e foram os mais acertados que, além da difficuldade grande de entrar a cidade, era maior a da conservação dela, porque estava o inimigo com as fôrças inteiras no mar, e os nossos poucos e desarmados; que melhor seria pôrem

(1) Na *Corographia Historica*, e em um manuscrito da Bibliotheca Nacional de Lisboa: a *cousa*.

cêrcos por terra, impedindo-lhes as saídas com assaltos, que aventurar tudo em uma hora, pois os que antepuseram o certo ao duvidoso foram sempre mais prudentes. Em todas estas coisas acudiram os nossos padres a Sua Senhoria com todos os índios das aldeias, assistiram-lhe em conselho, acompanharam-no em todos os caminhos, e até o padre Reitor, que era Fernão Cardim, sendo tão velho e fraco, o fez algumas vezes, e o serviram em tudo com muita vontade, como tínhamos de obrigação e tão honrado prelado nos merecia.

Estando tudo isto pois nestes termos, manda (1) o prelado, como capitão mór, assentar arraial, com sua igreja, uma légua da cidade pouco mais ou menos. Faz ajuntar aqui a gente de guerra, os clérigos religiosos e oficiais de justiça que pode. Aqui se recolhem (2) todos em choupanas ou barracas feitas de palma, e do mesmo feitio era a igreja. Aqui se administram os Sacramentos e justiça. Aqui se curam os enfermos. Aqui se guarda e distribui todo o mantimento dos soldados. Daqui finalmente saem para os assaltos, tornando a demandar o mesmo lugar. Fortifica-se este pôrto com cavas, trincheiras e plataformas nos passos de mais importância, em as quais assentaram algumas peças de uma nau, que escapou das mãos dos inimigos.

Aplicaram-se logo aos alardes seiscentos soldados, determinados de apagarem com sangue holandês a nódoa das injúrias passadas, e se dividiram com seus capitães nos lugares apontados e mais acomodados para o intento.

Puseram-se em todos os caminhos postas, por tal ordem

(1) *Mandou*, no texto impresso.

(2) *Recolheram*, no texto impresso. Na *Corographia Historica* lêem-se os dois verbos no presente, e assim deve ser em concordância com os demais.

que (1), do que a primeira desse fé o soubessem facilmente as outras, e avisassem aos capitães subordinados, e últimamente ao maior de todos.

Eram os capitães vinte e sete, e as companhias de vinte e cinco até quarenta soldados, porque a multidão, em matos e caminhos estreitos, não impedisse ou dificultasse a peleja. Entre todos os capitães só dois eram os principais, a que obedeciam todos os outros, um dos quais tinha à sua conta a porta de S. Bento e o outro a do Carmo.

Para sustentar toda esta gente eram necessários grandes gastos, e para elles estava a Fazenda Real nesta Capitania impossibilitada; porém Sua Senhoria deu traça com que houve todo o necessário, obrigando-se a si e a sua renda, por maneira que não faltou nada.

Repartidos os capitães e soldados pela dita ordem, o primeiro encontro, em que deram a conhecer sua apostada determinação ao inimigo, foi que, vindo do pôrto de S. Filipe, vizinho a Nossa Senhora do Monserrate, o seu coronel ou governador, homem intrépido e afamado em uma e outra guerra, naval e campal, assim em Flandres como nas armadas, acompanhado de cem soldados de guarda, reben-taram os nossos de uma emboscada contra elles, e um remeteu com o governador, que vinha a cavallo, e o der-rubou. Tanto que este caiu, caiu com elle o ânimo aos pés dos soldados que o acompanhavam, como bem se viu no efeito, porque, faltando-lhe às mãos para resistirem, só nos pés lhe sobejou para fugir. Vendo isto os que estavam dentro, dali em diante não saíram, como dantes, poucos com poucas armas, mas muitos e bem armados, e sempre

(1) Assim na *Corographia Historica*. Nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*: postas por tal ordem, do que a primeira etc., onde é evidente o êtro.

em ordem de guerra, com o que tanto maior gôsto davam aos nossos quanto melhor era a ocasião de empregarem suas fôrças e desejos; e assim estavam alerta e, tanto que os acolhiam fora, invocando o nome de Jesus davam neles, ao princípio com flechas e pelouros, e depois lhe faziam conhecer e sentir o ferro português, se antes de chegar a êste ponto, como muitas vezes acontecia, não tinham por mais barato o voltar, pois o esperar lhe custava tão caro.

Além dêstes soldados e capitães havia (1) outros, no recôncavo da cidade, que estavam prestes para socorrer a qualquer necessidade, e divididos pelos portos d'onde os inimigos podiam sair, em tal ordem que, em qualquer parte que desembarcavam, já os nossos eram com êles; e por boas vindas os recebiam com uma salva de arcabuzes e flecharia, com que lhe impediam o passo ou lhe tiravam as vidas.

Tinham êles saído na Ilha de Tapariça, fronteira à Baía, e aqui, levados de furor herético, deram muitos golpes em uma cruz, que à porta de uma ermida estava arvorada. Tornando poucos dias depois, os nossos, como era costume, os esperaram e, encontrando com êles ao saltar em terra, a cruz, que antes estendia os braços de lêste a oeste, se foi torcendo do meio para cima, ficando o pé imóvel, até que os braços se puseram de norte a sul, abertos para os que pelejavam. Parece (2) dava mostras de que os ajudava a vingar suas injúrias. E, se bem experimentaram os nossos êste favor, melhor o sentiram os inimigos, porque, ficando quási todos mortos, deixaram um

(1) *Haviam*, nos textos impressos, mas deve ser engano dos copistas.

(2) Na *Corographia Historica* assim pontuado: *para os que pelejavam, parece etc.*

batel e uma lancha com três roqueiras, e a nau em que vinham logo deu volta, temendo que chegasse ao mar a morte que em favor dos nossos triunfava em terra.

É esta cruz santa agora mui venerada e celebrada dos moradores, porque, além do primeiro milagre, obra Deus de presente muitos outros por seu nome e por seu meio.

Não foi bastante esta ruim aventura do inimigo para se não aventurar outra vez na mesma ilha. Porém, se da primeira lhe foi mal, não saiu bem da segunda, e indo pois um patacho para fazer carnes, investiram-no da nossa parte alguns frecheiros, e com machados o começaram a abrir, metendo-se-lhe debaixo da artilharia, aonde nem esta nem alguma outra arma os podia ofender, porque estavam continuamente com a frecha no arco e os olhos no bordo, para que, em chegando algum a êle, antes que fizesse dano o recebesse. Mas, como sobreviesse ao holandês socorro, e o que os nossos esperavam faltasse, foi necessário largar a prêsa; levaram porém uma lancha com duas roqueiras, ficando o navio e alguns d'êles maltratados.

Saíram mais os inimigos em bom número a Sapetiba, légua e meia da cidade, a roubar uma fazenda que está naquele pôrto, e provavelmente houveram de tomar o senhor dela, por ser mui velho e quási entrêvado. Mas neste perigo uma filha sua, a quem a piedade deu o ânimo de Eneas, o tomou às costas e o pôs em salvo. Entraram os holandeses nesta fazenda e a roubaram, porque a nossa gente os aguardava noutra parte mui distante, e não pôde logo acudir; acudiram porém alguns, que lhe fizeram rôsto até que lhe chegou socorro e, ainda que tarde, não deixaram de matar perto de vinte.

Ajudavam muito, para os nossos saberem as saídas dos inimigos, três portuguezes que o senhor Bispo trazia na

cidade, um dêles bem exercitado na lingua holandesa, os quais, com passaporte que tinham do holandês, entravam e saíam livremente; mas, sendo-lhes achada uma carta, em que Sua Senhoria mandava perdão aos rebeldes que se quisessem sair, depois de mortos na cidade os penduraram a S. Bento em uma picota por cadeias de ferro, e em cima a sentença escrita em pergaminho, a qual dizia: « Que condenavam à morte, a Manuel Gonçalo de Almeida e Francisco de Figueiredo, por serem tredos ao Conde Mauricio, e com seu passaporte entrarem e saírem da cidade a tratar negócios dos portuguezes ». Mas não se passaram muitos dias sem que pagassem as vidas dêstes três com morte de quatro, em Tapagibe um, e junto à porta de Santa Luzia, da parte de S. Bento, três, que estavam de guarda com alguns escravos; e daí a pouco tiveram o seguinte castigo, mais severo, de nossas armas.

Saíram a Vila Velha mais de duzentos, fora grande número de negros. Encontraram-se com uma bandeira nossa e, pôsto que muito desigual em número e armas, no que estas faltaram supria o ânimo e esforço portuguez, que vencia todas as desigualdades, ainda que com muito risco; porém, mandando aviso com toda a pressa, foram socorridos de mais três capitães, e, como a diligência na guerra é tudo para com efeito se alcançar vitória, havendo aquela, não podia faltar esta, como não faltou, porque se houveram de maneira que, ficando no campo quarenta e cinco, e um sargento prêso, puseram os máis em fugida com morte de um só da nossa parte.

Foi esta vitória tão célebre, e acobardou tanto os contrários, que a todos os nossos alegrou e animou grandemente, e em particular a Sua Senhoria, o qual, além de fazer muitos mimos e honras aos que nela pelejaram, em

especial armou cavaleiros a alguns, com as solenidades que as leis militares requerem.

Tanto que se assentou arraial, nele assistiram sempre os nossos padres, dois e quatro às vezes, prègando, confessando, exortando e animando a gente, no que colheram grande fruto, não só do esforço dos soldados, mas também de muitas confissões, umas gerais, outras de muitos anos, outras de muita importância, desarreigando ódios, torpezas e outros muitos pecados.

Enquanto uns faziam isto no arraial, andavam outros em missão pelo recôncavo, fazendo o mesmo fruto com grande consolação da gente, em particular da mais miserável e desamparada.

Estas vitórias tinham os nossos alcançado do inimigo, quando chegou ao arraial Francisco Nunes Marinho de Eça, fidalgo de grande entendimento, zêlo do serviço de Deus e de el-rei, e experiência na guerra, no qual proveu o senhor Governador Matias de Albuquerque o officio de capitão mór da Baía.

Entregou-lho logo em chegando o senhor Bispo, largando-o com tanta vontade no tempo já mais próspero, com quanta o aceitára no mais adverso e trabalhoso; varão verdadeiramente de coração generoso e ânimo igual em tudo; pois, em tempo que pudera buscar a quietação que o estado e a inclinação lhe pedia, tomou uma resolução, tão pesada para a sua pessoa, e tão proveitosa para todo o Estado, levado sòmente do zêlo do bem comum e da glória de Deus.

É bem verdade que determinou Sua Senhoria, vendo as coisas desta Baía em tão ruim estado, retirar-se à cidade de Seregipe, distante daqui dez léguas, para com mais quietação, em companhia de seus cônegos e clérigos, governar suas ovelhas. Mas, dizendo-lhe os nossos padres

que, sé Sua Senhoria se ausentava, destruiria o inimigo esta capitania em tal grau que nunca, ou com muita dificuldade, se restaurasse, mudou de parecer e, aparelhando-se como quem ia a morrer, fazendo testamento e tudo o mais que para isso era necessário, voltou sôbre a cidade, como fica dito. E assim a êle se deve, depois de Deus, o conservar as fazendas; a êle o apertar e intimidar o inimigo, sendo a uns freio para o não seguïrem, e a outros espora para o perseguirem.

Gastava ainda o pouco que tinha em premiar os esforçados. A tudo acudia, sempre em pé e incansável; a uns animava, com outros chorava, e a todos mostrava grandes entranhas e excesso de amor, com palavras que significavam bem os intentos santos que tinha, e, como tais, foram sempre mui favorecidos de Deus. Bem claro se viu isto nos evidentes perigos em que os nossos se acharam, matando e ferindo muitos contrários sem dano algum seu; e aconteceu muitas vezes darem os pelouros nêles desarmados, e caïrem-lhe aos pés, como se os peitos de carne, em que davam, foram de aço ou diamante; o que tudo procedia dos merecimentos do seu bom capitão e santo prelado, porque, enquanto êles com as armas combatiam o inimigo, êle dizia missa todos os dias e, em oração, como outro Moisés, com lágrimas e suspiros lhes negociava o favor do céu para alcançarem vitórias quási milagrosas. Mas, como Deus nos quis ainda castigar a nós e premiá-lo a êle, foi servido de o levar para si em 8 de Outubro de 1624, poucos dias depois de largar o cargo.

Caïu o bom pastor D. Marcos Teixeira em cama, mais de cansaço e trabalho que de doença. Nela esteve oito dias, e em breve foi gozar da corôa, que em menos de seis meses mereceu fôsse tão acabada e perfeita como o são as dos outros grandes no céu. Deixou todos os seus

súbditos tão satidosos que se não sabiam falar nem lembrar senão de suas virtudes, de suas palavras tão santas e lágrimas tão contínuas, e de sua vida em tudo tão exemplar, trazendo à memória o muito que padeceu; e, enternecendo-se agora mais do que quando o viam pelos matos sem comer, nem beber, vestido de burel, com a barba crescida e com as armas às costas (1), diziam, levados do grande sentimento, que mais os castigára Deus com a morte do seu prelado que com a tomada da cidade. E com muita razão, pois esta se restauraria, como restaurou, e aquela não poderia jámais ter remédio.

Os índios das nossas aldeias, em particular, choravam mais sua morte, porque de todos êles era pai, defensor e protector. Nós os da Companhia tivemos razão de a sentir, como sentimos mais que todos, pois na paz e na guerra se ajudou de nós amorosamente, com benévola e íntima afeição, e nós o servimos e acompanhámos até à morte, como tínhamos de obrigação.

Vendo-se os soldados sem tal capitão não ficaram desanimados, antes mais confiados, esperando lhes alcançasse o defunto, de Deus no céu, maiores vitórias que as que com êle houvera vivendo na terra. Nem se enganaram porque, dali por diante, tiveram sempre nos mesmos perigos o mesmo successo. Estavam acima da Fonte Nova, emboscados em uma ilha de mato, uns poucos dos nossos; foram sentidos dos inimigos e, saíram logo muitos em número, cuidando tinham a prêsa na mão; mas saiu-lhe bem ao

(1) «E entendendo (o Bispo) que a tomada da cidade fôra castigo do céu por vícios e pecados, depois se castigava a si mesmo, e fazia tão áspera penitência que nunca mais fez a barba nem vestiu camisa, senão uma sotaina de burel, dormia muito pouco e jejuava muito . . .». Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* cit., p. 540.

revés do que cuidaram, porque, além de morrerem alguns, foi necessário a muitos largar as armas, para tomar às costas os que de mal feridos não podiam fugir.

Com esta ocasião mandaram logo muitos negros roçar aquele mato, e, em defesa dêles, muitos mais mosqueteiros. Tiveram os nossos disto noticia, e, sem serem vistos, esperaram boa conjunção de os acometer, mas, como pegasse fogo a um arcabus antes do tempo, foi sentida e descoberta a cilada. Contudo, ainda que o inimigo os não via, porque não cuidasse que era falta de ânimo a retirada daquele passo, arremetem com os roçadores e a sua guarda, e aqui se viram juntas, o que raramente succede, temeridade e boa ventura. Chegaram os portuguezes em seguimento dos holandeses que fugiam, e, sendo assim que estavam as trincheiras cobertas de defensores, e das roqueiras chovia o ferro em abundância, brigaram com o peito descoberto bom espaço de tempo, ficando ferido só um, que já tinha morto dois.

Com estes e outros favores da fortuna, e com o aplauso universal de todos, se foram animando tanto os nossos que de todo vieram a desprezar ao inimigo, matando e cativando fora de S. Bento alguns holandeses e negros de Guiné. A um destes, depois de ter as mãos cortadas, mandaram à cidade com um escrito ao pescoço, em que desafiavam o inimigo, dizendo que, se quèriam provar as fôrças, êles esperavam em campo descoberto, fora de matos e emboscadas. Aceitou o holandês e, ao seguinte dia, vieram a S. Pedro, fora da cidade, com esquadrão formado, pouco mais ou menos quatrocentos soldados escolhidos e armados, para o desafio. Saíram-lhe os nossos logo intrèpidamente e, na verdade, vendo-se tão poucos em número e tão inferiores nas armas, se resolveram a que estavam em um de dois extremos mui perigosos, ou de largar a vida pelejando,

ou depôr a honra fugindo. E, pôsto neste apêrto, como se foram portugueses antigos, com extraordinário brio acharam que lhes era mais sofrível perder a vida, que pôr em risco a honra. Com esta determinação investiram à porfia ao inimigo, e com uma fôrça tão impetuosa que a não puderam sofrer os holandeses, nem se atreveram a sustentar o campo, e logo viraram as costas; para que se entenda e veja bem que o tomarem uma vez a cidade foi mais fraqueza nossa, causada de pecados, que esforço seu, pois os que então uma vez, sem pelejar, lhes fugiram, agora tantas vezes os faziam fugir pelejando.

Considerando pois os inimigos o ruim successo, que por esta via tinham, mudaram as saídas, mas nem por isso mudaram a ventura. Levaram uma nau com um patacho e lanchas ao Camamú, e aí, no engenho do Colégio, tomaram algum gado; mas não tornaram muito mercadores, porque, saindo três ou quatro índios a um batel seu, por sete bois que levavam mataram sete holandeses. Também entraram de paz na vila de Cairú, para contratar com os moradores, mas responderam-lhe que nem queriam nem podiam ser tredos; porém, se quizessem por fôrça fazer o contracto, que seria de pólvora e pelouro.

Na bôca de Matoim, rio do recôncavo da Baía, acome-teram um engenho, com naus e lanchas; acudiram-lhe os nossos e, depois de uma travada e porfiada briga, se recolheram os holandeses com alguns mortos e muitos feridos, e os portugueses todos vivos e sãos. Com o mesmo dano foram rebatidos da entrada de outros dois engenhos, um no rio de Iguaripe, outro na Ilha dos Frades.

Costumavam êles ter junto ao forte de Tapagipe, que está uma légua da cidade, uma lancha sôbre fateixa, em que se serviam de ir e vir da mesma cidade; cuidavam que estava bem segura, por lhe ficar à porta da fortaleza

e nas bôcas das bombardas; mas não bastou isto para a livrarem de um soldado nosso, o qual a nado a tomou, com duas roqueiras e um barril de pólvora, e, só, a trouxe ao seu capitão, escapando venturosamente dos pelouros, que enquanto o puderam alcançar o perseguiram.

Tanto que os nossos viram que êles, forçados da falta da lancha, haviam de vir à cidade por terra, foram esperá-los ao caminho, para lhe fazerem o serviço que costumavam. Porém êles, que os não temiam menos do que os nossos o pretendiam, engenharam uma jangada em que mandaram dois homens. Contra esta saiu logo outra da nossa parte, com outros dois, mas não teve efeito, porque, antes dela chegar, chegou uma lancha sua, a qual, para que estivesse segura, prenderam com uma corda; porém, se esta bastou para a tirar do nosso poder, não bastou para a livrar do fogo, porque a seguinte noite, querendo-a os nossos levar, e não podendo por razão da cadeia, a queimaram debaixo das peças do inimigo valorosamente.

Todas estas vitórias sucederam governando Francisco Nunes Marinho de Eça. Para lhe suceder no cargo, chegou neste comenos, mandado por el-rei, D. Francisco de Moura, fidalgo bem conhecido na guerra e na paz, na Índia e no Cabo Verde; nos sucessos do seu tempo veremos logo a sua boa fortuna. Não houve no ânimo dos nossos mudança com as dos capitães, antes, com a mesma e porfiada continuação, foram sempre àvante.

Entre as embarcações, com que o inimigo saía pelo recôncavo, a melhor, em ligeireza de remo e concôrto de falcões, era um bergantim que fôra do senhor governador Diogo de Mendonça Furtado. Por ser tal, se determinou um nosso capitão a lho tirar das mãos, e, tendo já de dia marcado o lugar em que entre as naus estava, no meio do silêncio da noite toma a espada na bôca, vai-se nadando a

êle e, não sentindo gente, torna a chamar quatro soldados de esforço, que para o efeito trouxera. Começaram então todos a levá-lo à sirga e, depois que se viram afastados, saltaram dentro com as espadas empunhadas, mas, faltando em que as empregar, em lugar delas empunharam os remos e trazem o bergantim a um porto nosso. Esta foi a primeira embarcação com que os nossos saíram a receber a armada, apregoando as vitórias passadas e prognosticando as futuras.

Entre estas não foi de menos louvor a que alcançaram ao Carmo, depois da vinda do novo capitão mor. Alguns dos nossos encontraram-se com os holandeses e, por causa da muita água, cessou o fogo, não tiveram os arcabuzes lugar, e houve de vir o negócio à espada, ficando de cima, como sempre, a portuguesa, cerrando com os inimigos, matando-os e ferindo-os à vontade. Não ousaram êles resistir a pé quêdo, mas, pelo terem mui ligeiro, escaparam alguns, indo muitos mal feridos e ficando muitos mortos. Da nossa parte só um caiu, e não erram os que dizem que foi morto pelos nossos, por andar muito metido entre os holandeses, e cuidaram que era dêles. Ficou no campo grande número de armas, de que os nossos se aproveitaram igualmente e se honraram. Com estas perdas e desgraças ficou o inimigo oprimido, e tão receoso de ter sempre adiante a pior sorte, que mandou lançar bando que ninguém pusesse mais pés fora da cidade; e assim, com duas penas de morte, ambas certas, os ameaçavam de dentro suas justiças e de fora nossas armas, e os tinham como em estreita prisão dentro dos limites da cidade.

Mudaram-se os capitães no arraial, mudaram-se também os nossos padres, porque se revezavam, forçados das enfermidades, em que caíram por razão do trabalho intolerável, que estavam padecendo estando nele; porque dor-

miam em casas de palha; as camas eram rédes, com pouco fato ou nenhum, para se abrigarem do frio da noite, que no Brasil é mui nocivo; os comeres eram poucos, fracos e ruins; e finalmente padeciã̃m tanto que parecia milagre poderem aturar a prègar e confessar, como faziam com igual admiração e edificação de todos. Principalmente na Quaresma se applicavam mais e, pelo tempo ser mais santo, acrescentaram ladainhas, procissões e mais prègações, e fizeram celebrar os officios da Semana Santa, desencerrando o Santíssimo Sacramento, assim e da maneira que o fizeram se estiveram na cidade, coisa que consolou muito e animou os verdadeiros católicos, que vendo que os hereges inficionavam a cidade com suas abominações e ritos heréticos, nós em procissões, orações e officios santos santificávamos os matos, com o que Deus era mui servido e honrado.

Neste lugar parece que convém ponderar algumas circunstâncias mais particulares, que realçaram as vitórias passadas e as fizeram mais admiráveis e dignas de memória, porque tanto mais de admirar e estimar é o valor e ânimo dêstes soldados portugueses, quanto maiores foram as incomodidades, que no necessário para a vida e para a guerra igualmente, padeceram. Vigiam todas as noites sem cessar, passavam os dias sem descansar, tinham por casa o céu e a terra por cama, expostos ao frio e à calma, padecendo muitas fomes e sêdes. Muitas vezes, particularmente ao princípio, se sustentavam só de farinha de guerra, sem mais do que uma pouca de água, e isto ainda de quando em quando lhe faltava. As fôlhas das árvores lhe serviam de pratos para comer e de púcaros para beber. Menos sentiam porém esta falta que a de armas e munições, a qual era tanta que o soldado, que disparava o segundo tiro, não tinha com que atirar o terceiro; e não

poucas vezes aconteceu levarem o arcabuz ao rôsto em vão, para não mostrarem ao inimigo sua pobreza, que chegou a não haver em todo o arraial mais que um barril mui pequeno de pólvora, com o qual se sustentou o capitão Francisco Nunes Marinho muitos dias, pregoando fingidamente que havia muita pólvora em uns barris, que em casa tinha cheios de areia, afim de o inimigo cuidar que estávamos bem providos; e os nossos matavam uns holandeses, para poder matar outros, servindo-se da pólvora, que tomavam aos primeiros, para poder atirar aos segundos. E, com ser tão grande esta falta, nunca nos nossos faltou o ânimo, de sorte que, fôsem os holandeses poucos ou muitos, sem armas ou bem armados, quando saíam da cidade sempre tornavam menos e menos contentes. Finalmente tão bem se houveram que parece refizeram a quebra passada, em que incorreram quando largaram a cidade aos holandeses. É certo que folgara eu muito de aqui os nomear a todos os que o fizeram esforçadamente, dando a cada um o louvor devido, mas, porque não sei a inteireza do que todos fizeram, nem também é do meu intento, por isso o não faço.

Não ficaram aquém nesta empresa os índios frecheiros das nossas aldeias; antes eram a principal parte do nosso exército, e que mais horror metia aos inimigos, porque, quando estes saíam e andavam pelos caminhos mais armados e ordenados em suas companhias, estando o sol claro e o céu sereno, viam súbitamente sôbre si uma nuvem chovendo frechas, que os trespassavam, e, como lhes faltava o ânimo do outro Espartano (que disse pelejaria mais a seu gôsto quando as setas do persa fôsem tão espessas que, cobrindo o sol, lhe fizessem sombra), não se atreviam a resistir, porque, enquanto êles preparavam um tiro de arcabuz ou mosquete, já tinham no corpo despe-

didas do arco duas frechas, sem outro remédio senão o que davam os pés, virando as costas; mas nem êste lhe valia, porque, se êles corriam as frechas voavam e, descendo como aves de rapina, faziam boa prêsa; e ainda que não matavam algumas vezes de todo, todavia, como muitas eram ervadas, ia o veneno lavrando por dentro até certo termo, em que lhes dava o último da vida.

Entre estes índios se avantajavam uns na destreza do atirar, outros no ânimo de acometer, mas em geral se experimentou em todos os desta capitania grande ódio aos contrários e maior fidelidade aos nossos, porque, sendo assim que muitos negros de Guiné, e ainda alguns brancos, se meteram com os holandeses, nenhum índio houve que travasse amizade com êles, o que foi muito particular e especial mercê de Deus, e indústria também dos nossos padres, os quais sempre, e agora mais que nunca e com mais eficácia, os instruíam (1) na fé, intimando-lhes o amor que deviam ter a Cristo, e lealdade a Sua Magestade; grande bem espiritual e não menor temporal para os moradores dêste Brasil, porque sem índios não podem viver nem conservar-se, como todos confessam.

Tornemos aos inimigos, os quais, enquanto presos e encerrados na cidade, não estavam ociosos, porque, entendendo que havíamos de ser socorridos com a armada de Portugal, todo o seu cuidado era fortificar-se quanto mais podiam contra ella. Para reforçar os muros da cidade e das suas portas, que estavam fracos, levantaram uns montes de terra, tão altos que mais pareciam criados com poder da natureza que levantados à fôrça de braços, e a mesma terra que tiravam abria uma cova, tão profunda quanta era a altura dos baluartes. Fizeram sobresair por

(1) *Instruiri*am, no texto impresso.

cima umas pontas de paus, tão agudas e unidas sôbre si, que dificultavam notavelmente a subida se alguém a intentasse. Pelas quebradas dos três montes, que dissemos cingiam a cidade, represaram as correntes de algumas fontes, e fizeram um tanque, tão largo e alto quanto bastou para impedir a passagem a qualquer fôrça ordinária. Levantaram o forte da praia que estava imperfeito. Por toda a cidade em rodâ assentaram artilharia nos portos e postos mais importantes. E, porque lhes não faltasse coisa alguma, com que pudessem impedir-nos a entrada na cidade, semearam ao redor dela, e dentro, nas bôcas das ruas, uns estrêpes de ferro, feitos por tal arte que, de qualquer parte que caíam, assentavam três pontas no chão ficando outra para cima, e estes em tal distância uns dos outros que, caminhando, ainda em boa paz, não bastava qualquer tento para assentar o pé em salvo, e, errando o passo, ficava um homem prêso e enredado sem remédio.

À vista destas prevenções crescia muito, em todos os nossos, o desejo de ver já o socorro que esperavam. Nas aldeias, onde estávamos os da Companhia, além das orações, e penitências que se acrescentavam, todas as sextas feiras e sábados se fazia uma procissão com ladainhas cantadas, pedindo misericórdia a Deus, até que o mesmo Senhor, no dia da redenção do mundo, nos quis mostrar a nossa, antecipando-nos as aleluias com a primeira vista da nossa armada, a qual, dia de páscoa da ressurreição, primeiro de Abril de 1625, amanheceu toda dentro na baía, posta em ala, para que as velas inimigas, que no pôrto estavam, não pudessem sair nem escapar.

Vinham todas juntas as armadas, a de Espanha, a de Portugal, a Real de Castela, a do Estreito e a Capitainá de Nápoles, com outros galeões e navios; por todas eram sessenta velas pouco mais ou menos. Por generalissimo

de todas estas armadas vinha o senhor D. Fradique de Toledo, general da Real de Castela, e bem afamado pelos anos que há é general, e pelas vitórias que houve ainda contra os mesmos holandeses; esta armada foi a mais poderosa que até agora passou a linha, e nela pudera vir a pessoa real, conforme a fidalguia que de Portugal vinha.

Começou a desembarcar a gente em terra sem resistência, porque os nossos de cá tinham tudo por seu, até à cidade, que, a não ser assim, havia de custar as vidas de muitos o desembarcar. Mas esta facilidade e segurança foi causa da desgraça que direi.

Os que vinham na armada, vendo que eram tantos mil, e que quatro homens tinham em tanto apêrto o holandês, fizeram pouco caso dêle, não advertindo que o inimigo quanto mais despresado mais ousado, e assim se começaram a alojar nas casas de S. Bento, desarmados e como quem estava em sua casa, descansando do trabalho que tiveram em andar uma légua de caminho até àquele pôsto.

Vendo os da cidade o inimigo, botaram uma mangá de duzentos ou trezentos arcabuzeiros, que de repente os acometeram, estando descuidados de tal ousadia; saiu logo cada um com as armas que a pressa lhe ofereceu, e investiram os mais com piques. Os inimigos, disparando os ârcabuzes, se iam retirando para a porta da cidade, e os nossos seguindo-os; mas, tanto que os descobriu a artilharia da porta, recolhendo-se em salvo os holandeses, deram fogo a umas peças que, espalhando um chuva de balas, pregos e ferro miúdo, fizeram grande estrago em muitos soldados e alguns fidalgos castelhanos de muita importância e valor na guerra. Entre estes o mais illustre foi um españhol, mestre de campo, chamado D. Pedro Osório, o qual, fazendo uma confissão geral com um dos nossos padres, foi tão venturoso que, sendo absolto, foi imediatamente

morto no mesmo conflito. Parece que Deus o quis salvar, em lhe trazer o padre ali naquela ocasião, sendo que o chamavam para outra parte e êle se escusou, com intento de concluir aquela confissão.

Desembarcados que foram todos, dividiram-se, juntamente com os soldados da terra, nos três montes, onde se recolheram uns em algumas casas que havia, outros em barracas de palha. Aqui trabalharam todos e foram levantando trincheiras de terra e fachina, servindo na obra além da soldadesca ordinária os melhores do campo; entre estes se assinalaram muito os fidalgos portugueses, que na armada vinham, particularmente os que vinham por soldados ordinários, que então resplandecia mais neles a nobreza, quando, carregados com os feixes de rama ou cestos de terra, andavam servindo entre os plebeus pela glória e honra de seu Deus e rei. Verdadeiramente que nos alegrámos, e todos nos enterneçemos, de ver os condes e senhores titulares feitos mariolas nesta empreza gloriosa, como se foram daquele primeiro Portugal o velho. Não nomeio aqui a todos, dando a cada um os grandes louvores que merece, porque nem posso, nem também pertence ao meu intento, além de que cada um dêles merece por si só uma relação inteira.

Esta alegria nos aguava o muito dano que os inimigos nos faziam, não cessando todo o dia e toda a noite de jogar a artilharia, com a qual faziam pontaria aos nossos, por andarem muito amontoados e em montes altos e descobertos. Sobretudo nos maguou a morte do morgado Martim Afonso de Oliveira, fidalgo tão illustre, esforçado, conhecido, bemquisto; tratou-o tão mal uma bala que, em espaço de dois ou três dias, concluiu a vida. Mas consolou-nos que recebeu todos os Sacramentos, e morreu verdadeiro cristão, como sempre foi.

No mesmo tempo quási, botou o inimigo uma noite duas naus abrasadas em fogo, para que, levadas da maré, dessem pelas nossas e, ateando-se em uma, fôsse o fogo saltando às outras e desbaratasse a todas; mas, como estavam prevenidas e preparadas, escaparam largando velas, amarras e âncoras, ainda que com grande perigo das mais vizinhas, das quais livrou Deus uma ou duas milagrosamente.

Por esta ocasião temeram os nossos que, desesperados os holandeses de se poderem defender, intentassem acolher-se nas suas naus, porque, ainda que as nossas tinham bem tomada a barra, com facilidade, particularmente na revolta da noite, podia escapar alguma. Pelo que, chegando mais as nossas às inimigas, e ajudadas também da nossa artilharia de terra, desaparelharam a umas mastros e enxárcias, e meteram no fundo outras, por maneira que todas ficaram mancas para navegar.

Impossibilitada ao inimigo esta fuga, estavam já as trincheiras e plataformas levantadas. Plantaram nelas a artilharia, e aos 16 pouco mais ou menos da chegada, que foram outros tantos de Abril, começou a bateria formada, e mui furiosa, a varejar de todas as partes a cidade, derrubando grande parte do muro, e muitas casas que com sua ruína davam a morte a muitos; porque, quantas pedras se batiam e caíam tantas balas se despediam, as quais não eram de menos efeito que as de ferro, se acertavam. Respondiam-lhe os de dentro com animosa continuação, assestando umas peças com pontaria contra os combatentes, e atirando com outras a montão, que, como era muita a gente, não matavam menos que as primeiras, nem lhes desacordava os ânimos a destruição de seus anteparos e baluartes, porque punham tanta diligência em os refazer que, quanto anoitecia derrubado com a bateria de dia, tanto amanhecia ao seguinte reedificado com o trabalho da

noite, e não só renovavam o caído, mas faziam novas e mais grossas trincheiras por dentro, que atravessavam as ruas, abocaindo nelas peças para fora. Mas em tudo trabalhavam debalde, porque a nossa artilharia eram meios canhões, mui reforçados, que com muita facilidade quebravam e arrasavam tudo, e a seu ímpeto não havia fôrça que resistisse nem reparo que parasse.

Proseguindo sem descançar o combate, à sombra da artilharia se iam os nossos chegando com trincheiras, para serviço das quais faziam primeiro cavas na terra, por onde pudessem caminhar sem o inimigo dar fé dêles, porque o mesmo era serem vistos dos olhos que pescados dos pelouros. Por momentos se viam cada vez mais apertados, porém maior apêrto era o em que os punha a destreza dos nossos bombardeiros que, embocando umas balas pela sua artilharia dêles e outras pelas ruas, com as primeiras descavalgavam as peças, matando os que as governavam, com as segundas levavam quanto havia diante, exercitando grande mortandade e carniçaria cruel.

Passados doze ou treze dias de bateria, vendo o holandês por terra toda a sua artilharia, e os mais dos artilheiros mortos, em quem principalmente confiava, e que estavam já quasi abarbadadas as nossas trincheiras com as suas, considerando como o resistir lhe custava tanto e rendia tão pouco, e que se quisesse sustentar o cêrco se arriscava a serem metidos à espada e acabarem miseravelmente todos, houveram por bem render-se e vir a concertos. Pelo que, depois de várias propostas e réplicas de parte a parte, se assentou que entregariam a cidade com todo o recheio e os rebeldes, e que em suas pessoas e no que sôbre si tivéssem se não boliria; e que para tornarem às suas terras lhe dariam embarcação, algumas armas e mantimentos, pagando êles holandeses tudo por seu justo preço.

Determinadas as coisas nesta forma, dia de S. Felipe e S. Tiago, que foi o primeiro de Maio de 1625, entraram os nossos a tomar posse da cidade, e, abatida a bandeira holandesa, se arvorou a de Portugal e Castela. Gratificou-se a Deus Nosso Senhor o bom successo de tão importante empresa desencerrando-se na Sé, e no nosso Colégio, o Santíssimo Sacramento, com prègações em ambas as igrejas, e sessão solene, a que se acharam presentes todos os generais, capitães, senhores, fidalgos e mais gente da armada. Na nossa igreja se concertou logo o sacrário, e nele se pôs o Santíssimo Sacramento primeiro que nas outras igrejas, um ano depois de o tirarmos do mesmo lugar, quando saindo da cidade o levámos comnosco.

Depois de chegada a nossa armada, e sitiada por ela a cidade e pôrto da Baía, como era muita a gente, eram necessários muitos padres, e assim se vieram, das aldeias do Espirito Santo e S. João, o padre reitor com onze sacerdotes de nossa Companhia, a uma quinta dêste Colégio, meia légua da cidade, donde se dividiram e andaram no cêrco os padres, repartidos pelas estâncias, exercitando muitas obras de piedade, administrando os Sacramentos de confessar, dizer missa e comungar, para ganharem o jubileu que Sua Santidade concedeu a todos os que se achassem neste cêrco; a tudo acudiam com grande fervor e trabalho, e não menor perigo de vida, por serem as balas muitas e os reparos poucos. Muitas vezes escaparam milagrosamente dos pelouros grandes e pequenos que, ora zenindo-lhe pelas orelhas, ora caindo-lhe aos pés e nos lugares onde havia pouco tinham estado, mostravam bem a particular protecção com que Deus os guardava.

Os que ficaram nas aldeias não deixaram também de ajudar, trabalhando por terem o céu propício, com orações diante do Santíssimo Sacramento, que nesta ocasião tive-

ram lá desencerrado. Em especial nos edificaram muito os quatro padres portuguezes, que vieram na armada de Portugal, e dois espanhois, que vieram na de Castela, porque não só não faltaram um ponto da obrigação, que tinham, de verdadeiros filhos e obreiros da Companhia, mas trabalharam tanto, que só o trabalho, com as incommodidades corporais e falta do necessário, bastara para lhes acabar a vida, se durara mais o cêrco.

Bem prova isto que digo a morte gloriosa do nosso padre António de Sousa, o qual (como nos escreveram) teve tão grande caridade para os muitos enfermos da sua nau que, de puro cansaço em lhes acudir e servir, expirou para gozar no céu da corôa, que cá e lá tão valorosamente mereceu.

Ao cêrco da cidade vieram também, mandados pelos padres, todos os índios das nossas aldeias, e trabalharam sempre mui bem, assim como o fizeram em todo o tempo antecedente nos assaltos e no arraial. Mas, como todos eram e são poucos, e não passam muito de trezentos, não chegam a quatrocentos, entre a muita gente da armada, que cuidavam haviam de ter milhares dêles para trabalharem no desembarcar o fato e puxar a artilharia, não apreciavam nem avultavam muito. Até os escravos do Colégio, que por estarem muito desbaratados eram bem poucos, e êsses necessários para o serviço e sustentação dos padres, trabalharam no que puderam, no que tivemos assás de fadiga e opressão. Esta foi muito maior depois de entrados no Colégio, porque, como estava inficionado dos hereges, adoeceram os padres e irmãos quási todos, e, com as enfermidades e falta de bons comeres, padeciam tanto que aos sãos cortavam as entranhas; até de quem os servisse havia falta, e, de puro cansaço em os servir e lhes acudir, adoeceu o enfermeiro e morreu, como fica dito.

Também os nossos capitães e oficiais da Fazenda Real, que no Colégio se achavam depois dos holandeses, nos deram bem enfadamento, por nos tomarem a metade do Colégio e nos meterem, aonde nós morávamos, guardas, com grande tumulto e inquietação.

Mas fez-nos Deus mercê que, por bom modo, os fomos arrumando todos para uma parte do Colégio e, com paus de madeira postos nos corredores, nos separámos, de maneira que ficámos com quietação e clausura religiosa acomodada ao tempo.

Aliviava-nos tudo a alegria, que tínhamos, de estar de posse da cidade e do Colégio, senão quando, a vinte e seis de Maio, chegaram trinta e três ou trinta e quatro velas holandesas, em socorro dos que já se tinham entregues. Dêmos graças a Deus pelas desviar e deter, de maneira que, se chegassem antes da nossa armada, então custara muito mais sangue a restauração da cidade, e nos alegrámos muito, cuidando que nos acrescentasse Deus a mercê passada com nos dar segunda vitória no mar, depois da primeira que se houvera na terra; mas não mereceram nossos pecados tanto bem, porque, vindo entrando as naus inimigas, cuidando que a terra estava pelos seus, lhe saíram os mais dos galeões da nossa armada, à vista dos quais elas voltaram logo as costas e, indo-lhe já no alcance alguns dos nossos para os abalroarem (1), por receios que houve de darem em uns baixos, se deu sinál com uma peça a recolher, e, na verdade, um galeão nosso deu em um baixo e esteve a risco de se perder; desgraça foi esta que muito sentimos e chorámos, assim por razão do sucesso, como por haver de ficar ainda a costa infestada dos inimigos.

(1) Assim no texto impresso.

Ficou por isso esta Baía oprimida com mil soldados de presidio e, para os sustentar, com tributo lançado sôbre os moradores. Mas Deus Nosso Senhor nos fez mercê de lançar as trinta e três velas para as Antilhas, castigando-os lá como êles mereciam (1).

Contudo, ainda esta cidade padece muito, e tarde tornará ao antigo, por falta de navios e não acabar de vir o novo Governador. Tudo causam pecados, que agora são mais que nunca.

Dêste Colégio se faz o possível pelos desterrar, com prêgações, doutrinas, confissões e conselhos, e, porque há entre os soldados alguns italianos, se dedicou um padre italiano para lhes acudir às suas necessidades, e para os doutrinar e confessar, o que faz com muito fruto, e esperamos em Deus que se tire tanto, de todos os da terra, que se mude de vida e ponha o mesmo Senhor os olhos da sua misericórdia em nós.

COLÉGIO DO RIO DE JANEIRO

Ainda que a tempestade da Baía nela mesma quebrou toda a sua fúria, contudo, em tempo que a cabeça padecia tanto, não podiam os mais membros estar folgados.

Fortificaram-se todos os lugares dêste Estado, esperando pelo inimigo, o qual estava já senhor do principal, segundo as novas certas que corriam. Particularmente na cidade do Rio de Janeiro se pôs todo o cuidado, para não

(1) A armada de socorro dos holandeses, que depois de repelida em Pernambuco, e de um desembarque na baía da Traição, foi dar a Pôrto-Rico, onde, penetrando de surpresa, ficou por algum tempo ensacada, por lhe impedirem a saída os fortes da barra. Mas não se justificou o júbilo de Vieira, porque, em uma noite de tormenta, conseguiram os holandeses escapar-se, com poucas perdas.

perder agora o bom nome e reputação que antigamente, e que há poucos anos, em outras ocasiões de guerra, alcançaram. A êste fim determinou o senhor Governador Martim de Sá fortificar em primeiro lugar o recebimento da praia, e para isso pediu aos nossos padres ajuda de índios. Foram chamados com toda a brevidade, e com a mesma chegaram e se distribuíram pelos moradores, para que cada um com êles trabalhasse na parte que lhes coube.

Mandou o padre Reitor em particular entrincheirar a testada do nosso Colégio, e ajuntar grande número de arcos e flechas, para no conflito acudir e prover os que estivessem faltos de armas. O mesmo cuidado houve da nossa parte em fazer ajuntar os índios, para o edificio de uma fortaleza que, no mesmo tempo, se levantou na barra. Gastaram-se nela alguns meses, e do Colégio se dava a maior parte dos mantimentos para os trabalhadores, até que de todo se acabou, e dizem que é a melhor ou das melhores de todo êste Estado. Foi tal a obra que todos estimaram e estimam muito, e os da Câmara, com os mais principais da terra, o agradeceram muitas vezes aos padres; e com razão, porque na verdade ou se não houvera de fazer, ou ao menos não saíra tão boa e forte, se êles, além de trazer e sustentar os índios, não estiveram presentes, nem assistiram com suas pessoas em todo o tempo que nela se trabalhou.

Não foram estes padres, que então se acharam presentes, de muito préstimo e proveito somente para aquella fabrica material, mas também, e muito mais, para a espiritual dos soldados, evitando com sua presença, doutrina e bons conselhos, jogos mui ruins e contínuos juramentos, brigas e murmurações, e assim os preparavam melhor para a guerra que os capitães com as armas e exercícios militares.

Por momentos esperavam pelo inimigo, já repartidos em suas estâncias os nossos padres e soldados e índios, para o que se dispôs, não digo já a rebater, mas a um mínimo sinal, acudissem com suma diligência. E vendo-se todos os nossos padres tão de dentro nestas preparações para a guerra, e que de dois em dois tinham tomado a seu cargo todas as estâncias, animados com tais companheiros não só se exortavam e provocavam uns aos outros com muito esforço, mas também com grande alegria, para quando chegassem as naus inimigas, e já não sabiam o dia nem a hora em que haviam de chegar.

Alguns sinais e rebates falsos se deram neste tempo, e foi muito para ver a diligência com que todos os padres do Colégio, os homens e os índios de suas casas, corriam, ou para melhor dizer voavam, e se punha cada um onde era seu lugar. Como esperavam cada dia pelos inimigos, e temiam todos o perigo em que se podiam ver, foi extraordinária a moção que houve nas prègações, doutrinas e confissões, que os da nossa Companhia faziam. Um havia cinco, outro doze, outro vinte e quatro ou mais anos, que encobriam pecados gravíssimos, com que o demônio os trazia enlaçados.

Estes, movidos e guiados pelos nossos, se confessaram bem e inteiramente, e comungaram com tanta devoção e tais propósitos que se puseram, e continuaram dali por diante, no caminho da sua salvação.

Havia entre certos homens uma contenda de interêsse grosso, e cegos com êle não podiam ver a verdade, que a todos persuade a união e amizade cristã, antes pertinazmente levavam adiante o negócio com maus intentos, sem dar oulhas nem às amoestações de uns, nem aos rogos de outros. Entrou com êles um nosso padre e, ainda que com trabalho, depois de lidar largo tempo, os concertou e pôs em paz.

Não foi de menor serviço de Deus o que outro dos nossos atalhou entre dois dos principais do govêrno; porque, travando-se sôbre matérias de jurisdição, vieram a tanto rompimento que, ajuntando cada um da sua parte muita gente de armas, o meuos que com fundamento se receava era a morte de um dêles. Mas acudiu um nosso padre e, com muita edificação e consolação de todos os da terra, os aquietou e apaziguou.

Além dêstes socorros espirituais, em que a caridade dos nossos se empregou com os moradores, também lhes acudiu com todo o corporal que pôde nestes anos, porque, deixando as esmolas ordinárias, que fazem aos pobres e necessitados da terra, como por causa das guerras faltaram navios do reino, houve geral falta das coisas dêle, a qual se acudiu da nossa parte com o que tínhamos, remediando a todos. E o mesmo fizeram aos soldados, que vieram em socorro da Baía, um padre e um irmão que com êles vinham, mantendo os mais dêles do necessário que para si traziam.

Nas aldeias, que pertencem a êste Colégio, além do trabalho grande em ajuntar e mandar índios para a fortificação da cidade, tiveram os nossos outro muito maior, e foi que, sendo mandados os índios, homens de fôrça, para a guerra, e por isso faltando nelas, ficaram os velhos, mulheres e crianças sem o necessário para passar a vida, que aquêles cada dia lhes buscavam e davam. Mas a caridade dos padres, ainda com padecerem muito, a todos remediou com a sua pobreza, tirando muitas vezes da bôca, para lhe dar o de que precisamente tinham necessidade para sua sustentação. Particularmente na aldeia de S. Barnabé se serviu Deus de permitir muitos doentes, e a todôs se acudiu com grande cuidado; e por vezes, não podendo êles de fraqueza levar o comer à bôca, os ajudavam os

nossos, servindo-os em tudo, em lugar dos parentes, que então por asco nada quizeram fazer, e muito menos o ofício de enfermeiros. Um destes, considerando depois de são o estado em que estivera, às portas da morte e já ungido, agradeceu muito aos padres o cuidado que puseram em o curar, estimando-o como coisa nova e que só a êle se fizera; mas mais novo foi nele o agradecimento, o qual porque não fôsse só de palavra, pediu ao Superior da Casa licença para, êle só, varrer a igreja certos dias, obra que fazia muito a ponto e com muita diligência, consolando os nossos e edificando os seus.

Ocupados em tão boas obras quatro dos nossos na aldeia de S. Barnabé, se serviu Deus de os livrar de um evidente perigo, que foi que, descendo do sertão grande multidão de Goaitacazes, gente feroz e bárbara que, sustentando-se de carne humana, sem perdoar ao seu próprio sangue, ainda os filhos sacrificam ao apetite da gula, vieram ter à nossa aldeia, que estava despovoada por causa dos rebates, e sem resistência alguma nem defesa.

Não deixaram de temer os padres, mas, recorrendo com todo o coração a Deus, com a esperança no mesmo Senhor tomaram ânimo, saíram ao encontro a estes bárbaros, convidaram-nos e receberam com muita festa; êles, vendo o som de guerra, se tornaram tão brandos que, de cruéis inimigos, ficaram amorosos e agradecidos. Por várias vezes foram ao mar pescar e ao mato caçar, e depois, do que trouxeram, deram aos padres com muito amor, coisa jámais nêles vista. Estes ficaram na aldeia acima dita alguns, e se acomodam já a tratar e viver com os cristãos. Queira Deus abrir-lhes os olhos, para que, conhecendo-o e buscando-o, se salvem.

MISSÃO DOS PATOS

Para a parte do sul, entre o Rio de Janeiro e S. Vicente, corre um famoso rio, chamado vulgarmente Laguna dos Patos. É cercado, de uma e outra ribeira, com terras tão férteis de trigo que ainda as arcas delas não têm inveja às melhores da Europa, e por suas praias e sertões tem espalhado muito gentio, dividido em aldeotas de duzentos até trezentos índios.

Para acudir ao desamparo destas pobres almas, partiram do Colégio do Rio dois padres, os quais em certos sítios, distante das principais povoações trinta ou quarenta léguas, fizeram uma pequena casa, onde pudessem dizer missa, e dali mais comodamente tratar com esta gente, a fim de os reduzir e ajuntar a todos em um lugar, onde recebendo o Sagrado baptismo vivessem cristãmente, porque é impossível fazerem-no estando tão divididos.

No ano depois de 1624 se partiram desta sua estância para a Alaguna, com determinação de os abalarem e trazerem consigo para aquela igreja, e, chegados à primeira daquelas aldeias, ainda que ao princípio se mostraram os índios mais duros e menos tratáveis, contudo, em um dia solene, lhe fez um dos padres uma prática sobre a importância do santo baptismo e do que para êle se requer, e mostrando-lhe também de uma parte as penas do inferno, da outra os bens da glória, e como depois de sua partida ficavam arriscados a, morrendo, perder êste e ser condenados àquelas, pois não teriam ordem nem ocasião de ser baptizados, ainda que muito o quisessem.

Pôs Deus nestas palavras tal eficácia que, rendidos muitos, com grandes desejos no coração e lágrimas nos olhos, começaram a pedir que os fizessem cristãos, de

modo que em oito dias foram suficientemente catequizados, e receberam a água do Sagrado Baptismo perto de duzentas almas, e tal afeição tomáram, depois de serem baptizados, às coisas Divinas que, morando muitos dêles uma légua distante da igreja, continuaram com muito fervor a ouvir missa todos os dias santos, e ainda em tempo de grandes frios e chuvas, não obstante a declaração que se lhe fez de ficarem totalmente desobrigados.

Entre os convertidos o mais assinalado foi um, no qual claramente se vê que tem Deus em sua mão a chave dos corações dos homens, para os abrir e entrar neles quando é servido. Era êste índio mui afamado por seu esforço, e o principal nos assaltos, que todos os destas partes costumam dar aos Guaianazes, contrários seus, os quais correm por detrás das serras que cingem esta costa; e, quando menos se esperava, mudado totalmente, pediu pôsto de joelhos o Santo Baptismo e, no tempo que o havia de receber, abominou públicamente todas as suas valentias passadas, prometendo de nunca mais tornar a elas, do que se espantaram muito os outros, porque não podem jámais acabar cõmsigo de fazer o mesmo.

A outra e maior dificuldade, que nestes contra a lei natural reina, é o haverem de deixar as suas muitas mulheres que têm. Mas todos os que se baptizaram repudiaram as que tinham, recebendo a primeira, segundo o uso da santa igreja católica romana. Donde se pode inferir que, assim como estes romperam por esta dificuldade, assim a vencerão outros, e que a pertinácia que se vê em uns não é impedimento à conversão dos outros, como bem se experimentou nesta ocasião, além de muitas, em que, não se podendo acabar com certo índio aceitasse o baptismo, dizendo queria comer mais, como se os baptizados não comessem, sua mulher e filhos e toda a mais família,

sem os nossos lhe falarem, o pediram com muita instância e foram baptizados com grande alegria e consolação dos padres.

Com êste fruto se partiram êles, deixando mui saudosos os índios já cristãos, os quais com lágrimas lhe pediram e instaram muito tornassem logo e os não deixassem de todo. De passagem entraram nas terras de um grande principal chamado Tubarão. Aqui receberam o baptismo vinte e sete, e muitos mais o fizeram, mas faltou o tempo para os catequizar, que era necessário para caminhar. Desceu também o mesmo Tubarão, a chamado dos padres, os quais lhe deram uma bateria para o converter, mas êle endurecido acudiu que o baptismo era para as crianças, e que Deus não o criára para o céu, mas para morador da terra, em testemunho e prova da qual verdade o pusera nesta e não naquele. Parece que lhe tinha o demónio metido na cabeça aquêle versículo do psalmista, mas mal entendido: *Cælum cæli Domina, terram autem dedit filiis Hominum*; e assim ficou pertinaz em seus ruins propósitos.

Nas mais aldeias, por onde os dois padres passaram até chegar à última do Caibi, o seu cuidado principal era fazer a todos uma prática tocante a importância da salvação, e visitar logo os enfermos, provendo-os com o que podiam, e sangrando-os, se não havia outro sangrador, com suas próprias mãos, e, quando estavam em perigo, depois de instruídos os baptizavam.

Chegados finalmente a esta última aldeia, começaram a tratar do seu intento principal, que era ajuntá-los em uma igreja, mas muitos dêles estavam já embaídos, com os embustes de alguns portuguezes de ruim consciência, a não quererem viver juntos, para que assim mais facilmente os possam levar e vender por cativos.

É muito grande dificuldade esta, nem é menor a que outro Principal de muita gente põe a seus súbditos, porque é grande feiticeiro, e lhe tem dito o demónio que, no ponto e tempo em que os nossos entrarem em suas terras, não terão efeito algum as suas artes. Êste Principal mandou vários recados aos padres que não passassem àvante, nem fôsem a suas terras, ao que os nossos responderam que haviam de pôr em execução os mandados de seus maiores, que eram de passarem adiante.

Nestes termos estava o negócio da conversão até êste tempo. Quisera Deus por sua misericórdia que tenha bom successo, para que se abra por aqui a porta à salvação de innumeráveis almas, que vivem da outra banda do rio.

CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO

Também esta capitania do Espírito Santo sentiu o poder das armas holandesas, ainda que com melhor fortuna. Saíram da Baía oito naus inimigas para o reino de Angola, com o intento de entrarem a cidade de Loanda, como tão importante para o comércio do Brasil, cuja cabeça estava já rendida. Mas não respondeu o successo ao desenho, porque, ainda que um mês inteiro trabalharam na empresa, como o ânimo dos moradores portuguezes era grande e a vigilância igual, nunca lhes foi possível pôr pé em terra.

Voltando pois para a Baía, antes de chegar a ela cem léguas para o sul, entraram no pôrto do Espírito Santo a 12 de Maio de 1625, assás confiados que, por bom concêrto ou ruim guerra, a vila se lhes entregaria, ou êles a renderiam, publicando por uma parte a altas vozes paz, e por outra, com o disparar das bombardas, ameaçando guerra. Não havia na povoação defesa de artilharia, pelo

que, com mosquetes e frechas, se dividiu a gente pelas trincheiras, que fechavam as bôcas das ruas nos passos mais necessários, esperando a determinação do inimigo, e foi esta que, por entre o fumo e perturbação dos tiros, aparelharam sete lanchas, com o melhor dos soldados e ainda marinheiros, os quais, saindo das naus e saltando livremente em terra, começaram a marchar para a estância do capitão Francisco de Aguiar Coutinho, que também o era da vila e senhor dela. Estava aqui uma roqueira (que não havia outra na terra), e tanto que foi vista dos inimigos, para evitarem o perigo, desfizeram as fileiras e, arrimando-se todos às paredes, continuaram a entrada. Vendo isto o animoso capitão, manda pôr fogo à roqueira (o que não foi de balde), e logo sucessivamente salta fora das trincheiras, com alguns poucos, que o seguiram. Conjecturaram os holandeses que tanto ânimo vinha confiado em maior poder de gente, e, sem fazer rôsto, deram as costas e largaram as armas. Os nossos lhe foram dando até à praia, com tal valor e ventura que, além do grande número dos feridos, morreram muitos, uns em terra à espada, outros no mar afogados.

Ficaram êles com a desgraça muito sentidos, e bem o mostraram os tristes e desconcertados gritos, que nas duas naus levantaram, e na nossa vilã se ouviam. Quiseram no dia seguinte recuperar o perdido nas fazendas que estão pelo rio acima, mas dobraram a perda, porque o capitão Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro — vinha êste fidalgo, por ordem de seu pai, dar socorro ao cêrco da Baía com duas caravelas e quatro canôas grandes — não se tendo achado o dia de antes no assalto, por guardar sua estância, os foi esperar e, tendo êles tomado já uma barçaça, os acometeu com as canôas, e apertou de maneira às frechadas que, sendo mortos

quarenta, largando uma lancha à fôrça de remo, escaparam.

Com estes ruins successos desesperado já de sua fortuna, o general inimigo mandou ao outro dia, que era o terceiro da entrada, um recado ao capitão, em que lhe pedia um sobrinho seu, que parece ficara prêso entre nós, oferecendo resgate, e que os padres da Companhia lhe mandassem algum refrêsko, pelo bom agasalho que êle fizera aos outros padres que na Baía foram tomados. Visto o que, respondeu o capitão que, enquanto ao sobrinho, devia de morrer na briga, porque o não tinha prêso, e ao segundo, que não havia na terra outro refrêsko senão o que nos dois dias antecedentes tinham experimentado, e com êle estava aparelhado para os receber a qualquer hora. Ouvida a resposta, levaram ferro no mesmo dia e se fizeram na volta do norte.

Em um e outro encontro se acharam os nossos padres; no primeiro os que residiam na vila, no segundo dois, que em companhia do capitão Salvador Correia vieram do Rio de Janeiro; e assim uns como outros não faltaram nem à guerra, nem aos soldados antes dela. Também os que residiam nas aldeias, no ponto em que souberam o que passava, se partiram com os índios a toda a pressa, pôsto que, quando chegaram, como a jornada é comprida, não foram necessários. Em uma destas aldeias foi Deus servido levar para si o irmão António Frois, estudante, com uma morte mui repentina, porque, andando achacoso, um dia o acharam morto. Sentiu-se geralmente esta morte, por ser assim apressada, mas muito mais sentida fôra se o irmão não andara bem aparelhado como andava; além do que, em toda a sua vida foi mui edificativo e resignado na obediência, e já pode ser que, por obedecer, lhe viesse esta morte, causada das chuvas, passagem de rios

e outros muitos trabalhos, que naquela residência, onde pelos superiores fôra pôsto, continuamente padecia. Falleceu no ano de 1625, de idade de vinte e seis anos, com oito da Companhia.

MISSÃO DOS MARES VERDES

Os índios Paranaubis, que em nosso vulgar é o mesmo que Mares Verdes, foram buscados por tantos anos, assim dos padres nossos como dos portugueses, sem serem achados senão neste tempo em que, chegada já a sua hora, desceram para a Igreja. São em número perto de quatrocentas e cincoenta almãs, gente belicosa, valente, bem disposta, bem assombrada e de bom entendimento. Viviam cento e trinta léguas metidos pelo sertão, e por isso de poucos conhecida. Achára os há pouco tempo um padre nosso, e tinha alcançado dêles palavra que, vindo em sua busca, o acompanhariam.

Intentou-se a missão por várias vezes, mas sem efeito, até que finalmente o houve. Não faltaram para a impedir grandes dificuldades, não só antes da partida, mas também estando já pelo sertão dentro; porém com o favor de Deus, que queria a salvação daquelas pobres almas, todas, e algumas quasi milagrosamente, se venceram. Foi a viagem parte por um rio parte por terra, de um mês, com mais trabalho e enfadamento do que alguém pode imaginar, por ser o caminho de terra igualmente trabalhoso que perigoso o do rio.

Chegaram os dois padres e foram de todos recebidos com grandes sinais de amor e alegria, e providos de todo o necessário, que é coisa digna de espanto achar tal humanidade em gente selvagem e bárbara, cuja glória está posta em matar e comer seus inimigos, uns dos quais eram

os índios companheiros dos mesmos padres, e isto acrescenta mais a maravilha e exalta mais a onnipotência.

Três dias depois da chegada, tendo-se ajuntado a gente que, com o mesmo capitão, andava toda espalhada à caça, se lhe propôs que se lembrassem da palavra que tinham dada; e, para mais os mover, lhes falaram cinco índios cristãos, dos nossos, com tanto espírito que bem se via serem movidos do Divino, o qual queria converter aquêles bárbaros, e para isso lhes dava tal eficácia de palavras e tão divinas.

Acabada a prática, respondeu o Principal que êle estava prestes para guardar a palavra, e desceria com toda a sua aldeia; e, para mostrar que assim o determinava, deu um sinal manifesto, e foi que, estando cingido com uma faixa larga, de que pendiam muitos fios cobertos de continhas pretas, com os dentes dos Tapúias que tinha morto, por remate, esta apresentou aos padres como peça de maior estima, dizendo: «Esta me determinou que fizesse Araroba (que é um dos feiticeiros que êles veneram como a Deus), para que matasse muitos Tapúias; já tenho morto dez e alcançado dez grandes nomes». Outras semelhantes peças trouxeram alguns, de maneira que claramente se via como pouco a pouco iam renunciando *omnibus pompis, Diaboli*.

Começaram logo a se aparelhar para a jornada, indo com grande festa uns a fazer mantimentos, outros ao mato a lavrar as canôas necessárias para o rio, e capazes de toda a gente. Enquanto nos aparelhávamos, foi a aldeia molestada de muitas doenças, que particularmente davam nas crianças, e tais que muitas morreram, as mais delas baptizadas, e outras chegaram ao último, e, quando estavam nestes termos, as traziam as piedosas mães aos padres, para que êles lhes dessem saúde. E, o que é mais para dar graças à divina bondade, não se arrependem com isto,

nem lhes vir ao pensamento que aquele mal se lhes pegava dos nossos, como é provável se pegou, antes daqui tomavam ocasião para terem suas terras por muito doentias, e as deixarem mais depressa.

Em um mês que aqui houve de detença, foram os nossos tratados sempre dos índios e venerados como homens vindos do céu. Exortavam-se uns aos outros com prêgações de dia e de noite, a que se viessem com êles e confiassem nêles muito, porque eram homens santos e seus libertadores. Preguntavam-lhes depois de os ver dizer missa: ¿ Que lhes dera Deus a sentir acêrca da partida ? tendo-os por homens que tratavam com o mesmo Senhor familiarmente. E muitas vezes, quando no terreiro da aldeia pásseavam rezando suas horas, vinham logo alguns dêles ali a varrer e limpar o lugar por onde êles andavam. ¿ Tanto é o respeito e reverência que têm aos padrês !

Pôsto a ponto tudo o necessário para a partida, fez o Principal sua prática a todos, exortando-os a que o seguissem, com o que se animaram muito. Puseram fogo às casas, e começaram a caminhar sem mostra alguma, nem ainda pequena, de tristeza por deixar sua pátria, antes com muita alegria, porque livrando-se dela se livravam das mãos do demônio, do qual entendiam que eram perseguidos, e ao mesmo atribuíam as doenças que na aldeia padeceram depois da chegada dos padres, dizendo que se queria vingar, porque se apartavam dêle. Assim como êles o entendiam era na verdade, porque trabalhou muito o inimigo pelos fazer tornar atrás, pondo-lhes diante os perigos do rio, o comprimento e aspereza dos matos e caminhos, e outras muitas dificuldades que êle lhes sabia formar na fantasia. Mas logo estas sombras com as luzes das razões dos nossos se desfizeram, e êles ficaram quietos e consolados.

Postos a caminho, começaram a sentir os trabalhos rigorosos e os perigos dêle, porque o rio é de grandeza e velocidade estranha, mórmente nas cachoeiras, onde, estreitando-se a corrente entre precipícios de pedra, vai tão arrebatado que não bastava muito número de gente com cordas para ter mão nas canôas, e vencer a fôrça impetuosa das águas, e por esta razão escaparam muitas das mãos e se fizeram em pedaços, e outras se viraram, como foi uma em que vinha um dos padres, que correu perigo evidente de se afogar, mas todos se escaparam com vida, mais por milagre do céu que por indústria dos pilotos, cuja arte em semelhantes passos não tem lugar.

Não era nestas cachoeiras menor enfadamento o carregar e descarregar as canôas tantas vezes quantas elas eram, e eram muitas, e passar às costas os doentes e velhos, e vez houve em que foi necessário, para evitar um perigo, levar por terra grande espaço as mesmas canôas, que eram quarenta. A estes enfadamentos se ajuntava a falta de todo o necessário, que com ser sempre muita nestas missões, nesta foi mais que ordinária, até que em fim chegaram todos com saúde e alegria à aldeia dos Reis Magos, residência desta capitania do Espírito Santo, donde os padres tinham partido. Mas, como acharam esta aldeia infestada de bexigas, ateou-se a peste dela nos novamente vindos, e pouco a pouco começaram a morrer, tendo porém todos recebido o santo baptismo, e muito poucas horas antes da morte, com certa probabilidade que o Senhor, o qual por tantos trabalhos os trouxera à sua Igreja, lhes daria a glória mais depressa do que êles puderam imaginar.

COLÉGIO DE PERNAMBUCO

Entre outros, que o Senhor visitou com doenças neste Colégio, levou para si ao padre Manuel de Sá, coadjutor espiritual formado, com 72 anos de idade, cincoenta e dois dos quais vivera na Companhia. Quão bem gastados êsses fôsem dá bom testemunho o grande exemplo de suas virtudes. Entre todas resplandecia nele, com avantajado grau, a caridade, a qual não se estreitava dentro dos limites da religião, nem só se lembrava daquêles com quem tratava, mas estendia-se a todos, particularmente aos pobres, para socorro dos quais, movido de sua inclinação piedosa, ajuntava pela terra esmolos, dando com elas a uns o comer, o vestido a outros, e remediando a todos.

Mas, se era grande o cuidado com que acudia às necessidades corporais dos próximos, com muito maior se empregava nas espirituais, sendo o primeiro nas confissões, perseverando com incansável fervor muitas horas neste santo exercício, e, o que mais é, em tempo que já os anos o desobrigavam dêste trabalho, e as intensas dôres de suas enfermidades bastantemente o escusavam.

Acompanhou a êste padre na jornada do céu o irmão Jerónimo de Côrte Real, estudante, natural de Angola, a quem na primavera de seus anos, que não eram mais que dezanove, e dois e meio de Companhia, cortou o fio a morte, com universal sentimento do Colégio e de todos, por se murcharem tão em breve as flores, de que ao diante se esperava copioso fruto, porque era excelente na língua latina e na de Angola, tão necessária como proveitosa nestas partes. Mas deu-lhe Deus, que tal é a sua liberalidade, antes do trabalho, a paga.

Também faleceu o padre Salvador Coelho, natural da

Baía, professo de quatro votos, que, tendo gastado religiosamente quarenta e um anos nos ministérios da Companhia, em dia de Nossa Senhora dos Prazeres, de quem era particular devoto, chamou-o Deus para si a usar da glória que, em cincoenta e oito anos que vivera, tinha merecido. Fez grande fruto nas almas com as suas prègações: disto foram boas testemunhas as lágrimas, com que muitos choraram a perda de tal apóstolo, que assim lhe chamavam. Fez-lhe grandes honras o Prelado da administração de Pernambuco, com toda a sua cleresia: entraram pelo Colégio e o trouxeram com tochas do seu cubículo à igreja, onde lhe cantaram um officio com toda a solenidade e pompa, poucas vezes vista nem praticada com os da nossa profissão e instituto.

Com ser grande o fruto, que dos púlpitos e confissionários tiram os nossos naquela capitania, não é menor o que das práticas familiares se segue, pelo que de um e outro apontaremos alguns casos mais notáveis.

Travou o inimigo comum da paz uma discórdia, de que se temiam grandes dissensões e danos, por serem as partes homens ricos e poderosos; eram já passados seis meses, mas não se apartava de seus corações o ódio, antes, como em matéria bem disposta, cada vez se ateava mais êste fogo infernal e sempre prejudicial às almas, do qual sabendo um dos nossos padres, acudiu com toda a pressa antes que se levantasse maior incêndio, e, apagando-o com favor divino, por sua boa indústria deixou em seu lugar o que Cristo Nosso Senhor trouxe á terra.

Entre outros se levantou uma demanda grossa e, como a ambição se acompanha sempre do ódio, seguiram-se daqui grandes inimizadas. Buscaram-se meios para as atalhar. Interpôs-se a autoridade de muitas pessoas graves, mas tudo em balde; até que finalmente entrou um da nossa

Companhia no negócio e lhe deu o fim desejado, que tanto mais vale, para mover corações, a caridade religiosa que a autoridade mundana.

Mas, com ser tanta a diligência, que os obreiros de Cristo põem em arrancar a cizânia semeada pelo inimigo, contudo não desiste, antes então, com diabólica astúcia, busca novas traças e quanto mais perseguido mais sagaz. Bem se viu isto em dois casados, entre os quais foram crescendo tanto os desgostos, de parte a parte, que se vieram a apartar de todo, sem bastar rogos alguns para que tornassem à antiga e devida amizade, mas, persuadidos com a boa razão e conselho de um nosso, se reconciliaram, como também o fizeram outros dois em semelhante caso, e, em outros diferentes, se fizeram muitas amizades.

Em dia do santo padre S. Francisco Xavier, veio à nossa portaria, guiado, como êle disse, pelo mesmo santo, um pecador tão esquecido e descuidado até então da vida eterna, quão cuidadoso e lembrado da presente. Daquela nenhum caso fazia; para esta deitava largas contas e, não fazendo nenhuma da que havia de dar a Deus, naquelas se empregava, esquecido do emprêgo certo para a morte eterna. Mas agora, já todo mudado e contrário, se confessou geralmente, largando o pêso grande dos pecados de toda a vida que, pouco a pouco, o iam abismando no inferno. A êste imitaram outros três que, tendo-se uma vez apartado da graça divina, e reteídos pelo demónio no pecado, com que os tinha enlaçado, não buscavam guia para o céu. Porém, buscados e guiados pelos nossos, e recuperada com a penitência a antiga amizade de Deus, tornaram ao caminho da sua salvação.

Além disto, como o bem dos índios da terra é o principal fim da nossa Companhia, nesta província se procurava mui deveras ajudá-los no corporal e no espiritual, que de

ambos estes meios são igualmente necessitados. Daqui nasceu que os da aldeia de Uná, os quais estavam encarregados a um sacerdote secular, que os não ajudava como elles desejavam, vieram tomar o senhor Governador por terceiro para com o padre Reitor, que lhes dêsse padres para residir na sua aldeia. Alcançaram de Sua Senhoria que fôsem lá dois nossos em missão, e ficaram tão cativos do seu bom trato e conversação que logo despediram o clérigo, e tornaram segunda vez a pedir residência de padres; mas, como o segundo despacho fôsse como ao primeiro (1), replicaram e repetiram a mesma petição tantas vezes que, finalmente, visto seu fervor e perseverança ao serviço grande que nele esperávamos fazer a Deus, se lhes concedeu a residência que pediam. O que effectuou, e concluiu de todo êste negócio, foi a resolução com que todos protestaram de se tornár para o sertão, se ficavam frustrados (2) do seu intento. Assás, enquanto não tinham o despacho, tristes e pensativos andavam os pobres (3) mas, tanto que o tiveram, se desfizeram em festas e alegrias e, vendo os nossos, saiu em procissão a aldeia toda, com músicas e danças a seu modo, a recebê-los, como triunfando da vitória que tiveram em os alcançar.

Não foram só estes os que, movidos da caridade dos padres, e zêlo de se aproveitarem dêles, os pediram; também os da aldeia de Nossa Senhora da Conceição em Tabueramá, tanto que souberam serem chegados alguns nossos, dos que a fúria holandesa lançara da Baía, pare-

(1) Em *Corogr. Hist.*: semelhante ao primeiro, que parece ser a lição exacta.

(2) *Se ficassem frustrados*, em *Corogr. Hist.* Idem.

(3) *Assás tristes e pensativos andavam os pobres enquanto não tinham o despacho.* Assim em *Corogr. Hist.*

cendo-lhes esta ocasião boa para alcançar o que tanto tempo havia que desejavam, foram-se logo ao Colégio e, pedindo-os, lhos concederam com muita consolação sua. Porém, assim como facilmente os tiveram, assim facilmente os perderam, porque, recuperada outra vez a cidade, se tornaram outra vez à sua estância. Foi tanto o sentimento que os índios tiveram com a sua ausência, tantos os rogos com que os tornaram a pedir, que foi necessário, para sua consolação, condescender com elles, mudando os da aldeia de S. Miguel para a de Nossa Senhora de Mecugé, ao menos por algum tempo. Imaginaram os de S. Miguel que os deixavam para sempre, e acudiram ao Colégio mui queixosos, por várias vezes, alegando sua justiça com tanta instância que, como possuidores, foram restituídos à antiga posse, e se lhes concedeu com grande alegria residência dos nossos como dantes, e ficaram os outros de Nossa Senhora de visita (1), como sempre estiveram, ainda que assás sentidos e maguados de não terem sempre consigo os padres, que tanto amam.

Êste amor mostraram elles bem agora na revolta dos holandeses. Tanto que em Holanda souberam que tinham por sua a Baía, logo trataram de socorro e mandaram, com a maior pressa que puderam, trinta e tantas velas, como já disse acima; mas a nossa armada foi Deus servido que andasse e chegasse mais depressa, e assim, quando os holandeses chegaram ao pôrto, acharam outro maior poder, pelo que, virando na volta do norte, desesperados já da do Salvador de Todos os Santos, surgiram na baía da Traição para aguada, tendo primeiro intentado entrar a cidade da Paraíba, mas sem efeito, por andar o tempo verde, os mares grossos e a barra ser infestada de baixos

(1) *De visita*; faltam as duas palavras em *Corogr. Hist.*

pouco sabidos, nos quais, ainda que navios pequenos nadem, as naus grandes, como eram as dos inimigos, não podiam deixar de tocar. A esta baía acudiram os nossos que puderam, e se entrincheiraram em parte, para impedir o passo ao inimigo, que já tinha gente em terra, e tanto que desembarcaram procuraram logo em primeiro lugar a amizade dos índios, e alcançaram de algumas aldeias, mas nenhuma delas estava a nosso cargo, nem dos da nessa Companhia, porque nos fez Deus particular mercê que todos os índios da nossa doutrina fôsem fidelísimos.

Desembarcados que foram os holandeses com os índios amigos, todos juntos, formando esquadrão, começaram a marchar com o desejo de tomar algum refrêscos de carnes, mas saiu-lhe muito ao contrário, porque, rebatidos dos nossos, foram obrigados a se recolher com perda de alguns dos seus. Tanto que disto teve notícia o senhor Governador, veio com toda a diligência a êste Colégio pedir os índios e religiosos, para socorrer esta necessidade por terra, enquanto mandava o Governador do Maranhão por mar.

Ordenou logo o padre Reitor a dois padres, e um dêles mais exercitado na língua, que se partissem a toda a pressa em companhia dos índios, os quais se convidaram uns aos outros, para irem pelejar por nossa santa fé em companhia de seus padres, e padecer os mesmos trabalhos que êles padecessem; e não foram estes poucos, por ser no coração do inverno. Chegaram com quatrocentos frecheiros ao nosso arraial, mas nunca se ofereceu ocasião de provar as fôrças com os holandeses, porque daí a poucos dias levantaram ferro e deram à vela.

Porém, receando-se que o gentio rebelde, tornando-se para a sua terra do Copaoba, fizesse algum dano, pareceu bem castigar sua deslealdade. Arremeteram os nossos

com os rebeldes às frechadas; resistiram êles ao princípio com igual valor, mas, como as nossas frechas iam guiadas pela razão, sempre acertaram mais e fizeram grande estrago nos inimigos, não obstante serem estes e os nossos da mesma nação, e muitos de estreito parentesco, porque o capitão da aldeia de S. Miguel, de três tios, que tinha da parte contrária, deixou dois mortos. Tanto estimaram a fidelidade que a antepuseram ao próprio sangue.

Notável foi também o ânimo que mostrou outro índio capitão, em um caso extremado de três índios rebeldes, os quais amotinavam os das nossas aldeias. Vinham êles, ao que parecia mandados de propósito, espalhando a fama que a Baía, Pernambuco e Paraíba estavam destruídos, e com êste engano procuravam persuadir os nossos que se rebelassem. Ouviu-os o índio capitão de uma nossa aldeia e, vendo-se só, dissimulou, tendo-os de ôlho, e depois que se viu acompanhado dos seus prende logo a todos três, entrega dois ao capitão português da fortaleza do Rio Grande, e manda enforçar o terceiro — parece que lhe achou mais culpa — para que com a morte pagasse o alvitre de semelhantes novas, mostrando no efeito a lealdade devida ao seu Deus e rei, e à boa doutrina que dos padres aprendera.

Quando os holandeses, depois de renderem a cidade da Baía, começaram com raiva herética e desatinada a quebrar as imagens dos santos (como já dissémos em seu lugar), foram à sacristia do Colégio, arremeteram a um crucifixo muito devoto, que nela estava, e, arrastando-o, o lançaram de uma varanda abaixo. Caiu em terra, quebrou-se a cruz de pau e com a fôrça do golpe se fez em pedaços, e a imagem (coisa maravilhosa), que não era de metal mais forte, antes mais fraco, ficou tão inteira como se a terra dura, em que caiu, estivera alcatifada de colchões

ou cochins brandos. Aqui esteve jazendo dois dias, à falta de quem o levantasse; nem faltou quem, levado de uma fúria mais que herética e infernal, lhe fizésse mil injúrias, até que, emfim, quis o libertador dos homens, que um o fôsse seu.

Passaram por ali acaso dois soldados portuguezes; um dêles, movido de compaixão, deita-se, com piedade cristã, aos pés do seu Deus, toma-o nos braços com muitas lágrimas e suspiros, envolve-o em uma capa de baêta, e passa-se com êle ao lugar onde se recolhe, sofrendo mil injúrias e ouvindo mil blasfêmias dos hereges.

Parece nos quis o Senhor dar a entender, com o luto da baêta, o muito sentimento que tinha dos nossos pecados, pelos quais éramos justamente castigados, e êle quási obrigado a deixar as igrejas e altares em que o venerávamos.

Dali a alguns dias, oferecendo-se embarcação para Pernambuco, embarcou-se o soldado, levando consigo o Senhor. Chegou, e tanto que a terra soube do grande tesouro que em si tinha, não se pode fácilmente explicar o alvoroço e devoção, com que todos desejavam de o ver e venerar. Foi depositado na casa da Santa Misericórdia, enquanto se lhe restituia a sua cruz, e na primeira Dominga de Julho o levaram em procissão, com grande solenidade, ao nosso Colégio, onde foi colocado na capela de Jesus. Prêgou o padre Reitor com grande abalo do auditório, e, por razão da guerra, estava então na vila gente junta de todas as partes; concorreu toda e, por isso, foi o maior concurso que de muitos anos a esta parte se viu na terra.

Determinou logo o Prelado da administração de Pernambuco, à petição de muitas pessoas de respeito, que esta tão assinalada mercê se gratificasse a Nosso Senhor, dizendo-se todas as sextas feiras daquele ano ao santo

crucifixo uma missa cantada, para o qual efeito se elegeram por mordomos quatro homens graves, os quais se tiveram por muito ditosos em ser os primeiros no serviço de tal senhor. Agora, com a nova confraria, e indulgências que Sua Santidade concedeu, se continúa a mesma devoção com grande fervor.

Pareceu conveniente vir de Pernambuco uma nau em socorro à Baía, e por capitão dela Jerónimo Cavalcante de Albuquerque. O mesmo capitão em pessoa foi ao Colégio pedir com muita instância alguns padres, que fôsem em sua companhia, com que iriam seus soldados e êle muito mais animados para qualquer encontro que succedesse. Concederam-lhe um padre e um irmão, e não se enganou o homem porque, indo na volta da Baía, achou uma nau holandesa de maior porte que a sua. Travaram-se ambas e pelejaram das seis da manhã até às cinco da tarde. No tempo da briga acudia o padre no espirital a todos, confessando-os e animando-os com um crucifixo nas mãos, e o irmão, que entendia bem de cirurgia, se ocupava em curar os feridos e em lhe acudir com o comer necessário para se esforçarem.

Sucedeu aqui um caso milagroso, e foi que pôs o padre na câmara da pôpa uma relíquia do santo padre José Anchieta; e, sendo assim que todos os pelouros, que deram nas outras partes da nau, passaram fazendo muito dano e matando alguns, quantos deram no lugar, onde estava a santa relíquia, resvalaram para fora, sem prejuízo da nau naquela parte, e das vidas dos que na mesma estavam, antes dando um de mosquete, no peito desarmado de um soldado, lhe caiu aos pés. Tudo se atribuiu, com muita razão, aos merecimentos do santo padre José Anchieta. Sua canonização se espera e deseja com grande alvoroço de toda esta Província, assim dos de casa como

dos de fora, e não duvidamos de haver de ser um grande meio para uns se emendarem e outros se melhorarem.

A êste fim ajudou também a beatificação do santo padre Francisco de Borja, a qual se celebrou neste Colégio de Pernambuco no ano de 1625, com a solenidade que pôde ser, de vésperas, missa cantada e prègação, jubileu, muitas confissões e comunhões, e também houve algumas luminárias.

Nos outros dois Colégios, da Baía e Rio de Janeiro, se fez quási o mesmo e, pelo menos, em ambos houve vésperas, missa cantada e prègação.

Isto é o que me pareceu referir a Vossa Paternidade dêstes dois anos, depois de se fazerem todas as diligências possíveis para tirar a limpo a verdade, que as guerras, de ordinário, não só pretendem esconder mas sopeiam e atropelam.

Peço a santa benção e santos sacrificios de Vossa Paternidade. Baía, 3o de Setembro de 1626.

Por comissão do padre Vice-Provincial:

Filho indigníssimo em Cristo de Vossa Paternidade.

António Vieira.

PRIMEIRA MISSÃO DIPLOMÁTICA

PARIS E HAIA

(FEVEREIRO A JULHO DE 1646)

Tendo-se distinguido como orador sagrado na Baía, o padre António Vieira veio em 1641 à metrópole, onde logo captou a admiração pública, por sua eloquência no púlpito, e o favor de D. João IV, pelo modo como apreciava os negócios do Estado.

Em 1646 a situação destes era grave. Na Europa falhavam os recursos para a guerra com Castela; na América a revolta dos colonos, em Pernambuco, contra o domínio holandês, infundia receios de que as Províncias Unidas, dando por quebrada a trégua ajustada em 1641, rompessem por sua vez em declarada beligerância. Para o congraçamento com este possível contendor, e para a resistência ao outro, efectivo, contava D. João IV com o socorro da França. Desde a proclamação da monarquia nova, em Portugal, prosseguiram as negociações para uma liga entre as duas corôas contra a Espanha, inimigo comum; mas continuamente os ministros franceses, Richelieu primeiro e depois Mazarini, pródigos de promessas, iludiam as esperanças afaçadas em Lisboa.

Nesta época D. João IV, desanimado sobre os negócios do Brasil, cuidava de concertar-se com a Companhia Ocidental holandesa, resgatando por dinheiro Pernambuco, transacção que excluía a eventualidade de guerra formal com a República; e para esse fim pretendia a intervenção da França. No intuito de reforçar a tentativa, e estimular o zêlo dos embaixadores, deliberou mandar a Paris e Haia um emissário, e escolheu o padre Vieira, pelo que fiava de suas aptidões em política, e como entendido nas coisas do Brasil,

O jesuíta saiu de Lisboa por mar em 1 de Fevereiro, e chegou a 20 a Paris, onde não encontrou o embaixador, Conde da Vidigueira, que dali havia partido a embarçar em Nantes, de regresso a Portugal. Em posse da embaixada achava-se o secretário António Moniz de Carvalho, com o título de Residente. Com elle o padre Vieira visitou a Mazarini. Depois, desempenhada a sua incumbência, deixou Paris em 2 de Abril, domingo de Páscoa, de caminho a Ruão, onde tinha de receber dos judeus portuguezes, lá estabelecidos, créditos bancários para Amsterdam. De Ruão viajou para Calais, e dali embarcado a Rotterdam, chegando a Haia em 18 de Abril.

Na Holanda ficou três meses, sem que o propósito da jornada fôsse realizado. Em Agosto achava-se novamente em Lisboa.

A última carta dêste período corresponde à chegada do padre à capital flamenga. Da seqüência dos acontecimentos não temos informação por Vieira, e as cartas que no-la haviam de dar podem ter-se por definitivamente sumidas.

CARTA II

Ao Marquês de Niza (1)

1646 — Fevereiro 25

Escrevo a V. Ex.^a de Paris, aonde cheguei vinte dias depois de haver partido de Lisboa, apressando quanto me foi possível as jornadas, sem perder momento de tempo para achar ainda a V. Ex.^a nesta côrte; mas em Orléans me disseram os padres do nósso Colégio havia V. Ex.^a passado por aquela cidade oito dias antes. Afirmo a V. Ex.^a que foi o meu sentimento muito maior do que sei declarar, assim pelo bom successo desta minha missão depender da presença e autoridade de V. Ex.^a, como pelo grande desejo que eu trazia de me ver aos pés de V. Ex.^a, reconhecendo-me V. Ex.^a pelo seu mais afeiçoado e mais obrigado criado, e logrando eu de mais perto a mercê que V. Ex.^a em toda parte há sido servido fazer-me. E verdadeiramente que, na esperança desta ventura, levei com melhor ânimo os trabalhos da terra e perigos do mar,

(1) Embaixador em Paris, nesse tempo ainda Conde da Vidigueira. O título de Marquês de Niza foi-lhe dado quando, no ano seguinte, voltou a tomar conta da embaixada. Autógrafo na Biblioteca de Évora. Impressa pela primeira vez esta carta na edição por J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, tómo 4.º, Lisboa, 1855.

que foram os que costuma padecer quem, nos meses de Janeiro e Fevereiro, se arrisca às costas de França em um brulote de cem toneladas. Bem conheci eu estes riscos em Lisboa; mas ofereci-me a êles, porque tenho pelo maior de todos a dilação, e mais quando dela dependia não achar a V. Ex.^a nesta côrte, como me aconteceu, por mais que o quis prevenir; mas sou eu tão amante das conveniências de V. Ex.^a que, pela de V. Ex.^a se restituir mais cedo a sua casa, e pelo que estes negócios podiam embaraçar a V. Ex.^a alguns dias fora dela, quasi me não pesou de V. Ex.^a ser partido, fineza com que só posso pagar as obrigações que devo a V. Ex.^a e às senhoras condessas da Vidigueira (1), de quem, e da senhora D. Teresa (2), trazia para V. Ex.^a as cartas que remeto. Estas senhoras e todos os senhores da família de V. Ex.^a ficam com boa saúde, e particularmente o senhor D. Francisco e o senhor D. Simão (3), que me deram dois abraços para V. Ex.^a.

O fim da minha jornada verá V. Ex.^a pelas cartas de S. M. que remete a V. Ex.^a o Residente, a quem eu as entreguei conforme as ordens que trazia; e me parece pessoa que fará tudo com grande disposição e acêrto, e não só merecedora do lugar em que V. Ex.^a o deixa, senão que, mais perto de S. M., o pudera servir com grande utilidade do reino, que não tem muitos talentos desta qualidade. As coisas do Brasil hão tido menos felizes sucessos do que se prometeram, e do principal de todos cada vez há menos confiança nos que o deram por certo, pôsto que eu, pelas

(1) Mãe e mulher do embaixador.

(2) Irmã do Marquês, mulher de D. Jorge Manuel de Albuquerque, agraciado por Filipe IV com o título de Conde do Lavradio, que o govêrno da Restauração não confirmou.

(3) Filhos do embaixador, nascido o primeiro em 1636, o segundo em 1642.

notícias que tenho daquele Estado, nunca esperei mais que o que vejo, e o lembrei a tempo em que se pudera haver escusado o empenho. Quer agora S. M. o que V. Ex.^a verá (1); mas parece que não está capaz Holanda de se reduzir a êste modo de conveniência, segundo o que de lá se avisa; e assim entendo que se deve intentar a paz ou continuação da trégua por qualquer caminho, porque não estamos em tempo de romper uma guerra, que não podemos assistir, com gente tão poderosa nas nossas conquistas, de cuja conservação depende a do reino.

E nesta resolução fica S. M. desejoso de que, quando menos, se consiga não haver hostilidades, com que nos livremos por agora dêste cuidado, e possamos lograr o comércio, enquanto se trata de composição mais geral. Ficamos considerando os meios por onde se poderá introduzir a prática dêste negócio com toda a brevidade possível, antes que os empenhos da Holanda em socorrer o Brasil a dificultem; V. Ex.^a seja servido avisar-nos do que lhe parece e nos ordena nesta matéria, que em tudo seguiremos as disposições de V. Ex.^a como mais acertadas.

Do nosso reino não há que contar mais que irem-se continuando as Côrtes (2); felizmente oferecem os povos pagar vinte mil infantes e quatro mil cavalos, e é grande a união com que todos desejam dar tudo para a sustentação de uma boa guerra, e mais acreditada do que eu acho a nossa por estes países, de onde só desejam entradas por Castela, sem considerarem quanto ajudamos a França na desunião de Castela, que conservamos, e na diversão de tantos mil

(1) Resgatar a dinheiro Pernambuco, e os demais territórios de que se haviam apossado os holandeses no Brasil.

(2) Convocadas em Dezembro anterior. Nelas foi proclamada padroeira do reino a Virgem da Conceição.

cavalos e infantes que, se juntos com o poder de Portugal voltaram sôbre Catalunha, haviam de fazer grande mudança na fortuna daquela guerra. Mas entre os descréditos que a ignorância ou a malevolência semeia na nossa nação, basta a opinião que V. Ex.^a deixa em todas as partes dêste reino para a acreditar muito, o que eu estimo como português, e como o mais zeloso criado ao serviço de V. Ex.^a, a que V. Ex.^a me terá em toda a parte com um coração muito verdadeiro, e muito desejoso de me empregar nele. Deus guarde a V. Ex.^a como desejo e o nosso reino há mistér. Paris, 25 de Fevereiro 646. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA III

Ao Marquês de Niza (1)

1646 — Março 4

Chegado a esta côrte avisei logo a V. Ex.^a da minha vinda e da causa dela, significando o sentimento, com que ainda estou, de por tão poucos dias perder a V. Ex.^a. Se a jornada em Lisboa se apressara conforme eu a apliquei, sem dúvida eu antecipara os meus temores, de que é boa testemunha a senhora condessa D. Leonor (2), que me ani-

(1) Autógrafo na Biblioteca de Évora. Primeira impressão em 1855, pelos editores citados, com a data errada do mês de Fevereiro, que também está no original.

(2) Mãe do Marquês. Foi senhora dada às letras, e, segundo a *História Genealógica*, compôs um livro de cavalaria, intitulado *D. Belindo*, que ficou manuscrito.

mava com boas esperanças, prometendo-me achar a V. Ex.^a por todo Fevereiro em Paris; mas o certo é que as instâncias da senhora condessa D. Inês (1) com Deus e com El-rei foram as que em Lisboa me detiveram com tempos contrários, e obrigaram a S. M. a não querer escrever a V. Ex.^a se detivesse, que foi meio que eu lhe propús, de que peço perdão a V. Ex.^a, e, com S. M. reconhecer a importância do negócio, que lá se julga porventura por mais arriscado que desta banda, e com saber quanto fazia ao caso a presença e autoridade de V. Ex.^a, pôde mais com êle a palavra que tinha dado à senhora condessa, e o desejo de ver a V. Ex.^a mais perto de si, que todas as outras conveniências suas. E verdadeiramente que foi esta a ocasião em que mais conheci quanto S. M. deseja dar gosto a V. Ex.^a, porque sabia eu quão empenhado S. M. está na brevidade e bom successo dêste negócio, por se ver desembaraçado do cuidado de Holanda, e se aplicar com todas as fôrças do reino à guerra de Castela, inimigo mais perigoso e tão vizinho.

Ô que por cá semeiam os castelhanos, e consideram ou murmuram os franceses, algum fundamento teve na pouca fortuna da campanha passada, que consistiu em o inimigo gastar um exército na ponte de Olivença, que rompeu, e em ganhar um reduto que defendiam quarenta homens, sendo rechaçado duas vezes em Jerumenha, que é uma aldeia junto ao Guadiana, onde estava só uma companhia de soldados, e não se atrevendo a intentar outra coisa, retirando-se para Badajoz tanto que o nosso exército esteve para sair de Elvas, que impedido das chuvas não pôde obrar a vingança, pôsto que a retirada do inimigo foi

(1) D. Inês de Noronha, filha do Conde da Calheta, mulher do Marquês.

bem conhecida vitória. Mas estamos nós tão costumados a ter outras, que estas vem a ser desar de nossas armas; contudo, senhor, eu desejara muito que, para conservarmos a opinião de que tanto dependem os reinos novos, nos conformáramos com a dos estrangeiros, gastando o cabedal, que hoje se consome com menos fruto, em uma guerra muito limpa, com que ganháramos uma cidade ou rompêramos um exército, que estas são as acções que só dão nome no mundo. De algumas cartas que vi de V. Ex.^a em Lisbóa, e do que aqui tenho ouvido, sei é êste o parecer de V. Ex.^a, e entendo que S. M., pela justa estimação que faz do juízo e experiência de V. Ex.^a, não deixará de o seguir, nem V. Ex.^a, pelo zêlo que tem da pátria, de lhe fazer tão apertadas instâncias que vençam os votos da opinião oposta, se ainda houver alguém (que de tudo há) que com tão claras experiências se não haja ou não queira desenganar.

As novas que V. Ex.^a me pede de S.S. M.M. e A.A. são ficarem todos com muito boa saúde, particularmente a infanta Joana (1), que tinha padecido umas febrinhas dilatadas, que nos haviam pôsto em algum cuidado; mas já fica muito bem, e o parecerá em Paris. El-rei mais bem disposto que nunca, e mui amado de seus vassallos, como todos o mostraram nesta ocasião, em que ficavam juntos em Côrtes, oferecendo todos com grande zêlo e liberalidade as fazendas e as vidas, e desejosos que se empreguem na maior utilidade do reino, para que se vão propondo e examinando vários arbitrios, e estamos certos escolherá S. M. os mais suaves, e que mais convierem ao bem comum de que se trata.

E, neste particular, não deve menos o reino à Rainha

(1) Infanta D. Joana, então de onze anos.

nossa senhora que, não só com acções de piedade e devoção, mas com as de valor e conselho, ajuda muito o bem público, e nesta ocasião da ausência de El-rei ficaram todos afeioadíssimos ao seu govêrno; todo o seu valimento é a senhora condessa D. Leonor, e desta eleição julgará V. Ex.^a quais são as de seu grande juízo e prudência.

Do Príncipe (1), que Deus guarde, não digo nada a V. Ex.^a, porque todo o encarecimento é curto para as excellentes partes de que Deus o tem dotado. Não vi engenho em muito maior idade que tanto me admirasse. Lê e entende o latim perfeitamente; argumenta nas questões da filosofia e política com grande juízo. Na astrologia e judiciária é tão inteligente que compôs o prognóstico dêste ano, com notável disposição, estilo e propriedade. Eu pasmei de o ver responder a argumentos que lhe propús, e de o ouvir aprovar e refutar autores e opiniões, com tanta segurança e inteligência como um mestre muito versado. Deus o guarde, que tão grandes fundamentos lhe tem dado para o que dêle esperamos.

Agora propuseram as Côrtes que convinha dar-lhe S. M. casa; mas não sei se se conseguirá de presente mais que aio. V. Ex.^a vai de muito boa côrte e a muito bom tempo (2); assim o cuido e assim o ouvi, se outro lugar de mais próxima importância não se antepuser a êste. Da capacidade do senhor D. Francisco, e das feiticerias do senhor D. Simão, tinha muito que contar a V. Ex.^a, mas havia de ser em presença; a senhora condessa o terá feito nas cartas que remeti, que sempre há matéria nova.

Tudo o que V. Ex.^a me diz dos talentos e partes do

(1) D. Teodósio, herdeiro da corôa, nascido em 1634, e que veio a falecer em 1653.

(2) [Para ser nomeado].

Residente António Moniz de Carvalho (1) conheci logo que o vi, e cada vez o vou descobrindo mais com o trato e ocasião dos negócios, e lhe devo muito boa vontade, que estimarei me faça V. Ex.^a mercê agradecer-lhe. Êle, entendo, representa a V. Ex.^a um sonho que teve sôbre D. Luís de Portugal (2) ir a Holanda, que a mim me parece bem, quanto pode julgar quem não tem mais noticia da pessoa que ouvi-lo falar em uma conversação breve. Pareceu-me entendido e afeiçoado a nossas coisas; V. Ex.^a ordenará neste particular o que fôr mais conveniente e menos dilatado, que, segundo os aprestos que hoje me disse um mercador se fazem em Zelanda, quanto os anteciparmos melhor negociaremos. E, segundo o pouco que a França se quer mostrar parcial em nossas coisas com os holandeses, também duvido que se queira empenhar por elas com D. Luís, que é querermos que vença duas dificuldades quem experimentamos fraca para uma. Deus nos escolha o melhor, e guarde a V. Ex.^a os anos que eu desejo, que serão infinitos. Paris, 4 de Março 646. — Criado de V. Ex.^a.

António Vieira.

(1) Doutor em leis, Desembargador da Casa da Suplicação. Antes de ir para França secretário das embaixadas a Dinamarca, Suécia e Inglaterra. Autor de vários escritos referentes a seus cargos diplomáticos e em favor de D. João IV.

(2) Filho de D. Manuel, primogénito do Prior do Crato, e da Princesa Emília de Nassau, filha de Guilherme o Taciturno. Nasceu em 1601. Em 1637 escreveu a Caramuel, reconhecendo por soberano a Felipe IV, e a carta foi publicada por aquele autor na sua obra em defesa do direito castelhano sôbre Portugal. D. João IV chegou a nomeá-lo seu representante no congresso de Munster, aonde devia acompanhá-lo António Vieira; depois embaixador, em substituição de Francisco de Sousa Coutinho. Mas nunca êle foi investido nos cargos, até que novamente prestou obediência a Castela e lá se acolheu.

CARTA IV

Ao Marquês de Niza (1)

1646 — Março 11

Quanto V. Ex.^a se detém nesse pôrto (2), tanto mais cresce em mim o sentimento de não poder ir buscar a V. Ex.^a; e se o que V. Ex.^a escreve ao nosso Residente, de partir o caminho até Orléans, fôra possível, estimara-o eu grandemente para falar com V. Ex.^a em muitos particulares, que se não podem fiar do papel, e que podiam importar não pouco, assim aos negócios do reino como à disposição dos de V. Ex.^a, -cujos acêrtos, aumentos e conveniências me tocam muito a mim, como ao maior e mais afeiçoado e obrigado criado de V. Ex.^a. O certo é, senhor, que, como as coisas de França se entendem diferentemente em Portugal, assim das de Portugal não pode haver cabais notícias em França, e ainda no mesmo Portugal receio que as ache V. Ex.^a com dificuldade, porque a gente daquele país, que V. Ex.^a muito bem conhece, poucas vezes julga das coisas com os olhos livres de paixão. Grande mercê faz Deus a Portugal em levar lá a V. Ex.^a; mas entendo que a não tem feito menor a V. Ex.^a em ter a V. Ex.^a tantos anos fora de Portugal. Do que V. Ex.^a me diz na sua carta entendo eu que V. Ex.^a está no conhecimento desta verdade; mas as experiências de mais perto ainda hão de confirmar mais a V. Ex.^a nela. Esta é a razão porque se obra menos do que convém, e do que se pudera,

(1) Impressa em 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) De Nantes.

e não têm tanta culpa as causas primeiras como o mundo lhes imputa; porque com instrumentos contrários só Deus pode obrar, e quando o faz é milagrosa e não naturalmente. Deus nos mude as condições, que, enquanto formos portugueses, não sei se faremos coisa digna de tão honrado nome.

Muito estimo que haja sempre sido da opinião de V. Ex.^a a paz com Holanda, a qual está nos termos que V. Ex.^a vê, porque a alguns valentões de Portugal lhes pareceu que eram poucos para inimigos os castelhanos. Eu estava em uma cama sangrado dezasseis vezes, quando do Brasil me vieram as primeiras notícias do que se queria intentar; e, porque o impedimento me não permitia falar com S. M., e dizer-lhe pessoalmente o que entendia naquela matéria, como quem tantos anos havia estado no Brasil, e sabia o que lá se pode, pedi a um prelado muito confidente de S. M. lhe quizesse representar de minha parte o perigo e dificuldade desta empresa, e que o segurasse que era impossível render-se a principal fôrça, por mais que os de lá, enganados do desejo da liberdade, o promettessem; e acrescentava que, ainda quando o Brasil se nos dêsse de graça, era matéria digna de muita ponderação ver se nos convinha aceitá-lo com os encargos da guerra com a Holanda, em tempo que tão embaraçados nos tem a de Castela; porque são homens os holandeses com quem não só vizinhamos no Brasil, senão na India, na China, no Japão, em Angola, e em todas as partes da terra e do mar onde o seu poder é o maior do mundo. Estas e outras razões propús àquele prelado, que não sei se as representou a S. M.; só sei que por nosso mal fui profeta, e queira Deus que aqui parem os meus temores.

O que V. Ex.^a diz de se haver de propôr o tratado da paz absolutamente para que, descendo-se aos meios da

conveniência, se ponha em prática o da compra, é matéria que não tem dúvida pela aceitação e conveniência do mesmo contrato, que, oferecido da nossa parte em primeiro lugar, fica de muito desigual condição; mas não me conformo facilmente com os que querem que a proposição da paz com Holanda, e da mediação de França, haja de nascer dos mesmos holandeses; porque, se havemos de esperar que êles dêem o primeiro movimento a êste negócio, nunca se começará; porque a êles está-lhe muito melhor a guerra que a paz, e nós não estamos em tempo de a dilatar, porque na dilação crescerão os empenhos, e com êles a dificuldade da convencia (1). Digo tudo isto pelo que o Residente haverá escrito a V. Ex.^a, acêrca do que lhe disse o conde de Briana (2) que tinha assentado em Holanda Mr. Brasset (3) com Francisco de Sousa (4).

Do Príncipe, que Deus guarde, tenho já dado as novas a V. Ex.^a, e também do que se tratava acêrca de lhe dar casa, e que me parecia não se conseguiria por agora mais que aio. Deseja muito êste cargo o Monteiro-mor, e passaram os desejos a demonstrações públicas, de que V. Ex.^a haverá tido notícia; mas, se a eleição se houver de fazer em embaixadores de França, os sucessos das embaixadas desta corôa, e a opinião que as pessoas deixaram nela, deve de resolver a questão pela parte que na outra minha tenho significado a V. Ex.^a.

(1) A última palavra assim no autógrafo.

(2) Conde Loménie de Brienne; Secretário de Estado em 1638, encarregado em 1643 dos negócios estrangeiros.

(3) Secretário da embaixada de França em Haia.

(4) Francisco de Sousa Coutinho, embaixador em Holanda, para onde foi em 1643, tendo antes ocupado pôsto igual na Suécia e Dinamarca. Antes da restauração agente do Duque de Bragança em Madrid, negociou-lhe o casamento com D. Luísa de Gusmão.

Na devassa em que V. Ex.^a me fala tenho já tirado por testemunhas a toda a França, que por toda ela não ouvi falar mais que nos grandes delitos daquela pessoa que S. M. saberá, referidos não como êles merecem, mas por bôca de quem S. M. cuida que lhe há-de falar verdade(1). Viva-nos V. Ex.^a muitos anos para honra da nossa nação e bem de todo o reino, que com a assistência e conselho de V. Ex.^a lhe podemos esperar grandes melhoras.

Dos meus sermões trazia alguns comigo com tenção de cá os ler a V. Ex.^a, assim por desempenhar a palavra da senhora condessa, como por receberem êles de V. Ex.^a a mercê que V. Ex.^a lhes costuma fazer(2); mas, como a saúde me não deu nunca lugar a os tirar do primeiro borrão em que foram lançados, estão em tal estado que nem eu senão adivinhando me atrevo a os ler: e esta é a razão porque os não envio a V. Ex.^a. Se por cá tiver algumas horas ociosas (que as dilações dos despachos não prometem poucas) determino i-los alimpando e enviando a V. Ex.^a, já que noutra coisa não presto para servir a V. Ex.^a como muito desejo. Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos. Paris, 11 de Março de 646.

Uma carta do reverendo padre Frei André Teles enviêi

(1) Em tom entre desconfiado e jocoso escrevera o Conde: « Das faltas que hei cometido peço a V. P. me faça V. P. tirar exacta devassa, para mandar a S. M., porque estimarei ser julgado pela informação que V. P. der ». De Nantes, 3 de Março de 1646. Carta publicada em *Boletim da segunda classe da Academia das Sciências de Lisboa*, vol. 9.º.

(2) Resposta ao seguinte: « Em todos os navios me escrevia minha mãe que me mandaria sermões de V. P., e a trôco disso pedia o que queria; mas os sermões não chegavam. Se V. P. tem consigo algum », etc. Ibid.

a V. Ex.^a, em que cuido pede uma de favor para Roma sobre um negócio que me encomendou; estimarei que V. Ex.^a me diga se há V. Ex.^a escrito, ou há-de escrever, para que eu dê conta de mim. — Criado de V. Ex.^a.

António Vieira.

CARTA V

Ao Rei (1)

1646 — Março 28

Senhor. — Da Rochela dei conta a V. M. da minha chegada àquele porto e da ocasião dela. Chegando a esta côrte de Paris (que tudo fiz em vinte dias) avisei também a V. M. de como em ausência do Conde Almirante, que já estava em Nantes, entreguei as cartas de V. M., conforme a ordem que trazia, ao Residente António Moniz de Carvalho, e como esperava do zêlo que nêle havia, e inteligência dos negócios, encaminharia êste com todo o acêrto e cuidado, como tem feito; porque, na audiência que teve do Cardial (2), que nesta côrte são muito difíceis, além de outras matérias de muita importância, pertencentes a outras embaixadas, no que toca ao negócio de Holanda alcançou a resolução, que nas circunstâncias presentes parece se podia desejar, pôsto que com alguma diferença do que se pedia. Porque, se de França se mandara pessoa,

(1) D. João IV. Cópia na Biblioteca de Évora. Publicado em *Bolet. da Acad. das Ciências*, vol. cit.

(2) Mazarini.

e não falando nos maiores gastos nem na menor autoridade que se segue da multiplicação da embaixada, é fôrça que os efeitos desta padecessem a dilação, que costumam ter as jornadas dos embaixadores, com que o negócio se poria em tanto pior estado quanto maiores fôssem os empenhos que os holandeses tivessem mandado ao Brasil, e mais certas as novas da conservação do Recife, cuja dúvida é a que mais fácilmente os pode trazer aos meios da conveniência. E, em lugar desta pessoa que se pedia, se prometem ordens apertadíssimas para Mr. Brasset, Residente de França em Holanda, e para Mr. de la Thuillerie (1), que estará lá em princípios de Abril, recolhendo-se da Suécia, onde foi compôr as pazes entre aquele reino e o de Dinamarca, pessoas ambas de grande intelligência e afeição à corôa de Portugal, em que o serviço de V. M. se espera fique muito melhorado; e eu fico aguardando que estas cartas se despachem, do que já tem ordem o secretário de Estado, e as promete dar com brevidade, e com a mesma me partirei a levá-las, sem fazer mais detença que a que fôr necessária em Ruão, por onde hei de passar a ajustar os créditos para Holanda, e dar escritos autênticos para Lisboa, que êste foi o modo e o lugar a que se passaram, e, como desembarquei em pôrto tão distante, não se pôde fazer esta diligência à vinda.

Isto é só, Senhor, o que ao presente tenho de que avisar a V. M., e o faço tão sucintamente porque dêste e dos mais negócios e noticias faz particular relação a V. M. o Residente António Moniz, a quem julgo deve V. M. mandar agradecer o cuidado e acêrto com que tem encaminhado êste negócio, e contínuo trabalho com que nesta côrte

(1) Gaspar Coignet de la Thuillerie, mediador por parte da França no congresso de Broemsebro, e embaixador em Haia.

assiste aos das outras embaixadas, que verdadeiramente é um dos mais diligentes, zelosos e inteligentes ministros que tem o serviço de V. M., e muito capaz de ocupar qualquer pôsto de confiança, como mais particularmente poderá informar a V. M. o Conde da Vidigueira, pois em tantos anos de experiência e comunicação tem maior conhecimento de suas partes. Com o Conde não pude falar, mas em todos os lugares de França, por onde passei, achei dêle boa opinião, e maior nesta Côrte, e os mesmos franceses, que por relação dos que vêm dêsse reino vivem menos contentes dos ministros de Portugal, dizem que o Conde o pudera lá ser com grande satisfação e crédito, e eu me atrevo a dizer isto a V. M. pelo zêlo que tenho de que o serviço de V. M. se faça com o aplauso e aceitação dos naturais e dos estrangeiros, e pelo sentimento com que conheço aqui, com maiores evidências, que a causa das nossas coisas não estarem tão assentadas e seguras em França, como puderam e convinha, foi falta de indústria e aplicação nos ministros portuguezes, que no principio as trataram.

Depois de ter escrito esta se deram as cartas de El-rei cristianíssimo para Mr. Brasset e Mr. de la Thuillerie, e em razão da brevidade e do perigo, que pode haver na passagem de Calais para Zelanda, pareceu ao Residente e a mim que convinha mais irem pelo correio, e já são partidas; e, porque estamos em dia de semana santa, eu me dilato até dia de Páscoa, em que partirei, e farei toda a diligência para chegar com a maior brevidade. Guarde Deus a V. M. como a cristandade e os vassallos de V. M. havemos mister. Paris e Março 28 de 1646.

António Vieira.

CARTA VI

Aos judeus de Ruão (1)

1646 — Abril 20

Senhores meus. — Escrevo a todos V. M.^{cês} no mesmo papel, porque não é justo faça divisões a pena onde não reconhece diferença o coração. Foi tão igual a grande mercê, que V. M.^{cês} me fizeram, e tão igual o affecto que em todos experimentei que, quando particularmente o considero, o que devo a cada um me parece maior, e assim não quero fiar a significação do meu agradecimento a diversas cartas, porque a diferença das palavras não argúa desigualdade na obrigação. Conforme êste conhecimento me tem todos, e cada um de V. M.^{cês}, tão desejoso como obrigado a seu serviço, esperando e pedindo a V. M.^{cês} me queiram ocupar em tudo que fôr dêle, estando mui certos que, até onde chegar o pouco que possuo, mostrarão as obras a verdade dêste meu ânimo.

O que mais tenho sentido é haverem sido tão poucos os dias que V. M.^{cês} me comunicaram, que se não pôde manifestar neles o affecto com que a todos V. M.^{cês} amo, que, se antes do conhecimento o fazia grande a razão e a indignação, depois que vi e tratei a V. M.^{cês}, o faz já muito maior a obrigação e a dôr. Espero em Deus, que sempre nas grandes empresas se serviu de instrumentos fracos, há de querer ajudar nesta a pureza do meu zêlo, e a grandeza do de V. M.^{cês}, de que venho tão consolado como magoadô.

(1) Mss. da Biblioteca Nacional de Lisboa, fundo antigo. Cópia. Publicado em *Bolet. da Acad. das Sciências*, vol. cit.

S. M. saberá muito cedo por cartas quão leais vassallos tem em Ruão, e quão merecedores de os ter perto de si, e, se Deus me leva a seus reais pés, eu prometo a V. M.^{çes} que fique muito mais confirmado no bom ânimo com que o deixei, porque até agora o persuadia com argumentos do discurso, e daqui por diante o poderei fazer com experiências da vista (1).

As coisas grandes não se acabam de repente; hão mister de tempo e todas têm seu tempo. O desta parece que é chegado, porque vejo concorrerem para ela todas as influências, de que não digo mais, porque isto é papel.

A minha jornada foi cheia de perigos e trabalhos, que em nenhuma parte dela faltaram, escapando milagrosamente das mãos dos dunquerquezes, e de várias tempestades em que os companheiros padeceram naufrágio; e Deus, que de tantos perigos me guarda, deve ser para algum grande bem. A divina Majestade dê a V. M.^{çes} todos os que lhes desejo, e guarde a V. M.^{çes} por muitos anos com as felicidades que desejam. Meu companheiro (2) beija as mãos a V. M.^{çes}, e ambos mandamos as nossas saúdaes, que verdadeiramente são grandes. Haia, 20 de Abril de 646.

António Vieira.

(1) Desde antes trabalhava o padre para que fôsem readmitidos no reino os judeus foragidos, e se moderassem as práticas da Inquisição. Em 1643 publicou um escrito (Proposta feita a El-rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do reino, e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa, *Obras Inéditas*, 2.º, 30) advogando essas ideas, que foi apreendido por ordem do Santo Officio.

(2) Padre António de Melo, nomeado para acompanhar o sócio na v.ajem, consoante a regra da Ordem.

CARTA VII

A António Moniz de Carvalho (1)

1646 — Abril 21

Senhor meu. — Escrevo a V. M.^{cé} da Haia, onde cheguei aos 18 do corrente, tendo escapado dos maiores perigos em que nunca me vi, porque, atrevendo-me a passar de Calais a Zelanda em um barco sem comboio, defronte de Dunquerque estivemos tomados daqueles piratas, de cujas mãos nos livrou Deus quasi milagrosamente, fora da esperança de todos os que vinham embarcados; e na mesma travessia foi tão rijo o vento que nos levou um homem ao mar, que não pudémos recolher.

De Flessinga a Dort, e de Dort a Rotterdam, viemos também por mar, e de ambas as viagens com tempestade, de que se perderam, na primeira três e na segunda dois barcos da mesma carreira. Assim foi Deus servido que chegássemos vivos a esta côrte, onde fico pousado em casa do senhor Embaixador, em cuja afabilidade e discrição acho tudo o que V. M.^{cé} me tinha dito, com a diferença que fazem as notícias intuitivas às abstractivas. No Secretário (2) experimento o mesmo, e me parece companhia com que se podem passar os rigores de um tão frio des-

(1) Cópia na Biblioteca de Évora. Publicado em *Bolet. da Acad. das Ciências*, cit.

(2) Dr. Feliciano Dourado, natural da Paraíba, de onde foi levado prisioneiro dos holandeses para Amsterdam. Secretário de embaixada em Haia e Paris. Mais tarde, regressando a Portugal, Conselheiro Ultramarino.

têrro como êste. Essa foi a maior pensão de Paris, estar nela em hábito, que não foi possível trocar a casa em que estávamos pela de V. M.^{cé}, onde lográssemos mais tempo o que agora padecem nossas saúdaes (1).

Fico com saúde, e mais animado nas esperanças dêste negócio do que lá o estava. Queira Nosso Senhor dar-lhe o fim que desejamos. V. M.^{cé} me façá mercê mandar muitas novas, e ter-me em sua graça, que, se fôr com o lugar que mereço, será o primeiro entre os amigos e servidôres de V. M.^{cé}. Deus guarde a V. M.^{cé} muitos anos como desejo. Haia e Abril 21 de 646.

Antônio Vieira.

(1) Em França, Vieira conservava o trajo de jesuíta, e alojou-se por isso na casa do Noviciado de Paris. Em Holanda, vestido à secular, para evitar desacatos da intolerância calvinista, residia com o embaixador.

SEGUNDA MISSÃO DIPLOMÁTICA

PARIS E HAIA

(AGÔSTO DE 1647 A NOVEMBRO DE 1648)

Não se tendo composto os negócios com Holanda, resolveu D. João IV mandar outra vez a êsse país António Vieira, e conjuntamente tratar em França o casamento do Príncipe D. Teodósio com M.^{lle} de Montpensier, filha do Duque de Orléans, sôbre que já antes tinha feito tentativas. Tão pouco segura julgava o soberano em si a corôa, que propunha abandoná-la ao filho, e retirar-se para os Açores, declarando-se rei de um novo Estado, com Angra por câpital, constituído pelo arquipélago e, juntamente, o território do Pará e Maranhão. A noiva podia ser, já aquela princesa, já a filha do Duque de Longueville. O essencial era que, pelo consórcio, ficasse a defesa do reino assegurada pela França. Até à maioridade do Príncipe, o sogro, qualquer dos dois que fôsse, governaria por êle.

Com esta melindrosa incumbência, e a de promover o resgate de Pernambuco, sôbre que havia escrito um parecer (1), saiu de Lisboa o Padre Vieira em um patacho francês, destinado ao Havre, em 13 de Agôsto de 1647. Foi porém a embarcação aprisionada em caminho por corsários, e o jesuíta conduzido a Dover em uma nau inglesa. De aqui passou a Londres, e de Londres tornou a Dover, de onde atravessou para Calais. A 11 de Outubro chegava a Paris.

No seguinte dia levou-o para a sua residência em Moret, perto de Fontainebleau, o Marquês de Niza. A côrte achava-se então naquela

(1) Parecer do Padre António Vieira sôbre se restaurar Pernambuco e se comprar aos holandeses. Impresso em *Obras várias*, tómo 1.º, pág. 159. Ed. 1854.

cidade. A 17 foi recebido em audiência pelo primeiro ministro, Cardinal Mazarini, e depois pela Regente Ana de Austria. Mazarini, prevenido da missão de Vieira pelo agente de França em Lisboa, Francisco Lanier, acolheu-o com reserva. A proposta tão descompassada era que lhe pareceu simulada; em todo o caso não a julgou conveniente à corôa de França. O Marquês de Niza, êsse dizia que lhe cortassem as mãos antes que obrigá-lo a assinar ajuste semelhante. Nesta parte, pois, ficou logo atalhada a negociação.

Em 21 de Outubro, regressou Vieira com o embaixador a Paris, para onde se havia transferido o Cardinal. Ali teve conferências com êle, com o ministro Conde de Brienne, e M. de Lionne, secretário da Rainha. A 22 de Novembro nada mais tinha que fazer em Paris, e, continuando a viagem, estava a 28 em Calais, e a 17 de Dezembro em Haia, onde com muito alvoroço o recebeu o embaixador.

Aqui tinham assumido as negociações uma feição perigosa. Não se tratava já de comprar Pernambuco aos flamengos, senão de lhes restituir, a trôco da paz, os territórios onde, em nome de D. João IV, dominavam os revoltosos. Do resgate se cuidaria depois. Os holandeses, desconfiados, não queriam depôr as armas, sem se lhes dar por garantia uma praça na Eurôpa, chegando a pedir o Pôrto; depois a ilha Terceira, e finalmente a Baía. Além disso exigiam forte indemnização por danos causados pelos rebeldes. Repelindo a humilhante condição do penhor, e tentando reduzir a moderados limites a indemnização, Francisco de Sousa Coutinho prontificava-se a ir, na qualidade de governador, ao Brasil, fazer entrega de tudo o que os revoltosos tinham conquistado. Assim estavam os acontecimentos à chegada de António Vieira.

Ali permaneceu, na companhia de Francisco de Sousa Coutinho, até que ordens terminantes do Rei o fizeram voltar a Lisboa, em 31 de Agosto de 1648. Também ao embaixador foi mandado se retirasse, entregando a embaixada a D. Luís de Portugal. Aquele porém não obedeceu, aguardando que o Padre, chegando a Lisboa, o justificasse.

Tinha dado motivo a ordens tais a indignação que suscitou no reino a notícia do acôrdo em trato com os holandeses. A opinião geral era que, em vez de forçar os colonos à restituição, se lhes desse auxílio para continuarem a reconquista.

António Vieira, fiel a suas ideas anteriores, ao mesmo tempo que socegava a Francisco de Sousa Coutinho, afiançando-lhe que, na côrte, as principais pessoas aprovavam as negociações em curso, compunha em defesa da proposta da entrega o famoso parecer, conhecido pelo

nome de *Papel forte*, que depois tanto mal haviã de fazer à sua fama (1). Mas outros pareceres conseguiram prevalecesse o voto contrário, e afinal, no sentido favorável a êste prosseguiram os acontecimentos.

Demais dos assuntos diplomáticos, occupou-se Vieira em Holanda da aquisição de navios, mantimentos e munições de guerra para o Estado. A compra da fragata *Fortuna*, a que nas cartas se refere, foi por êle considerado serviço relevante, de que se jactava.

Em meio das negociações formou o plano de uma companhia de comércio, em que entrassem franceses e suecos, resultando da competência com as companhias holandesas arruinarem-se estas, em detrimento do poder militar da República. Outros assuntos de interesse público versou êle durante a sua demora em Holanda. Nesse tempo uma só preocupação o domina: servir a pátria e o rei; talvez o rei primeiro que a pátria. Separado do ambiente religioso, trajando à secular, em convivência com homens de Estado e diplomatas, com êles intriga, discute, negocia. Nas cartas dêste período nada revela o sacerdote; tudo o apaixonado político.

(1) Impresso com o titulo: Parecer que fez o Padre António Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses. Em *Obras Inéditas*, 3.º, 5. Ed. de 1854.

CARTA VIII

Ao Marquês de Niza (1)

1647 — Setembro 26

Ex.^{mo} Sr. — Pelas cartas que em outros navios haverão chegado, terá V. Ex.^a entendido como S. M., que Deus guarde, me manda a essa côrte (2) a servir nela alguns dias a V. Ex.^a, circunstância que só me pudera facilitar a obediência de tão trabalhosas jornadas, como eu tenho experimentado estas.

A presente foi a mais cheia de perigos e infortúnios que jámais se padeceu nesta carreira, faltando-nos só a morte, mas não os riscos dela, que quâsi não houve dia sem susto, cuja relação reservo para a presença: alfim a cabo de trinta e nove dias de viagem, havendo-nos tomado os dunkerqueses um patacho francês, que me havia de lançar no Havre de Grâce, cheguei em uma nau inglesa ao pôrto de Douvres, de onde logo tratei de atravessar a Calais, mas achei estar a cidade impedida de peste, com que foi necessário dilatar e mudar o caminho. E, porque o dinheiro que trouxe comigo era pouco, e aqui tem grandíssimas quebras, nem achar mercador que mo dêsse,

(1) Publicada pela primeira vez em 1748, na *Voç sagrada*. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) De Paris.

foi fôrça ir negociá-lo a Londres, onde vim pela posta, trazendo comigo as cartas de todas as embaixadas, para de aqui as encaminhar, como faço, por mão do senhor embaixador de França, debaixo de cujos maços irão seguras, reservando sòmente aquelas que não posso apartar de mim. Amanhã parto outra vez a Douvres a embarcar-me, e procurarei com toda a brevidade achar-me aos pés de V. Ex.^a. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Londres, e Setembro 26 de 647.

Vão também os maços das senhoras Marqueza e Condessa (1), e outro para o senhor Residente, a quem beijo a mão.

António Vieira.

CARTA IX

A Pedro Vieira da Silva (2)

1647 — Setembro 30

Neste mesmo navio tenho escrito a S. M. e a V. M.^çe largamente da Côrte de Londres; agora o faço dêste pôrto de Douvres, onde estou para me partir de aqui a uma hora para o de Calais, sem embargo de estar aquela cidade impedida de peste, porque tenho o perigo da dilação por maior de todos; e não vou por Bolonha como tinha determinado, porque há notícias certas que andam na barra

(1) Marquesa de Niza e Condessa da Vidigueira.

(2) Secretário de Estado, que succedeu a Francisco de Lucena, quando êste foi prêso. Deixou o cargo por ocasião do golpe de Estado de D. Afonso VI. Seguiu mais tarde a carreira eclesiástica e morreu bispo de Leiria. Carta autógrafa na Biblioteca de Évora. Publicada em 1735 na 1.^a ed. das *Cartas*, t. 1.^o.

fragatas de Ostende, que é o Dunkerque de agora: e passando, como faço, no paquebote, que é o barco do correio ordinário, vou seguro de corsários, por ser livre. Para em Calais me não impedirem a saída, nem nas outras cidades até Paris me negarem a entrada por ir de lugar infecto, levo passaporte e recomendação do embaixador de França que está neste reino, o qual também me remeteu os maços das embaixadas debaixo dos seus, que foi maior segurança com que se podiam enviar; e a tudo o mais do serviço de S. M. se ofereceu com boa vontade. Medindo as jornadas, espero estar em Paris dia de S. Francisco (1). Deus nos ajude e guarde a V. M.^{cê} muitos anos como desejo. Douvres, 30 de Setembro de 1647.

António Vieira.

CARTA X

Ao Marquês de Niza (2)

1647 — Outubro 3

Pax Christi.

Ex.^{mo} Sr. — De Londres escrevi a V. Ex.^a com os despachos de S. M., que vão neste correio debaixo dos maços do embaixador de França. E, pôsto que o meu intento era passar a Bolonha, soube depois que aquele pôrto anda continuamente infestado de fragatas de Ostende, pelo que

(1) 10 de Outubro, festa de S. Francisco de Borja.

(2) Autógrafo na Biblioteca de Évora, com a data errada do mês de Setembro. Publicada em *Voç Sagrada*.

me resolvi a vir no paquebote de Calais, trazendo passaporte e recomendação do embaixador (1), para nem aqui nem nas outras cidades nos impedirem, o que aviso a V. Ex.^a, porque um português vindo de Ruão, que achei em Douvres, me disse o cuidado com que V. Ex.^a está de minha chegada, que verdadeiramente foi arriscadíssima; mas já, a Deus graças, estamos livres de perigos do mar, que até nesta última passagem não faltou enfadamento. De todos os meus trabalhos espero achar o alívio na presença de V. Ex.^a, em que me verei quarta ou quinta feira (2), que, pelas muitas chuvas e minha pouca saúde, não é possível tomar a posta como desejara, e o pede a importância dos negócios. Ao senhor Residente e ao reverendo padre Frei Francisco (3) me recomendo. Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Calais, em 3 de Setembro (4) de 1647.

António Vieira.

CARTA XI

Ao Marquês de Niza (5)

1647 — Outubro 21

Ex.^{mo} Sr. — Como a vida do noviciado é tão conforme ao meu humor, ainda que me falte a virtude, naturalmente

(1) De França.

(2) 9 ou 10 de Outubro.

(3) O polígrafo Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, nêsse tempo hóspede do Marquês de Niza.

(4) Aliás Outubro.

(5) Autógrafo na Biblioteca de Évora. Publicado em *Voz Sagrada*.

me hei de achar bem com ela, e ainda melhor depois que se acabar a pensão destas primeiras correspondências, que é o mesmo que depois que fôr mais noviço e mais meu.

Quanto ao negócio de Mr. Briana basta que seja parecer de V. Ex.^a para que o tenha eu por mui acertado; e, se em outro tempo o foi, quanto mais na ocasião presente, que é a última e a maior que havemos de ter, e em que se não deve escusar nenhuma das diligências e negociações possíveis, pois no bom successo delas nos vai tanto, por não dizer tudo. A tarde de amanhã é ocupada com correio: sirva-se V. Ex.^a que seja eu o que vá; e outro dia haverá em que esta casa receba a honra que V. Ex.^a lhe quer fazer.

Guarde Deus a V. Ex.^a como desejo. Noviciado (1). Segunda feira (2).

António Vieira.

CARTA XII

A Pedro Vieira da Silva (3)

1647 — Outubro 25

Não quero deixar de dar novas minhas a V. M.^{ce}, porque sei que V. M.^{ce} as estimará, sendo melhores do que a falta delas e a tardança da minha viagem haverão lá pro-

(1) Dos jesuítas em Paris, onde se alojava o autor da carta.

(2) Forçosamente 21 de Outubro. O Marquês de Niza tinha chegado de Moret em 20. Cf. as cartas do mesmo no Cod. 2667 da Biblioteca Nacional.

(3) Publicada na 1.^a ed. das *Cartas*, t. 1.^o. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

gnosticado. Cá se cuidou que éramos tomados ou perdidos, e para tudo houve ocasião, porque lidámos com inimigos, com tempestades, com outros infinitos géneros de trabalhos e perigos, de todos os quais foi Deus servido livrar-me, e trazer-me ao cabo de cincoenta e nove dias a Paris, onde fico ao serviço de V. M.^{çê}; de saúde, que não é pouco havendo padecido tanto, e não sem esperanças de que os negócios a que S. M. foi servido mandar-me tenham o fim que V. M.^{çê} e eu lhe desejamos. Segundo o estado em que V. M.^{çê} tinha pôsto aquele negócio (1), entendia eu que nestes últimos navios viessem novas de estar já publicado. Só me pesará que, se contra êle se levantaram algumas dificuldades, hajam prevalecido os autores dêste mal entendido zêlo contra os que o tem mais verdadeiro. Quanto mais ando pelo mundo, mais me confirmo nesta verdade: e, se os que estão nesse reino tiveram saído dêle, também sairiam da cegueira em que vivem nesta e em outras matérias. Baste o exemplo do Marquês de Niza, e o do seu Frei Francisco de Macedo, os quais, tendo sido de tão contrária opinião que um deu conselhos e o outro escreveu livros contra êla, depois que viram o mundo se lhe abriram os olhos, de maneira que ambos se têm retratado; e o Marquês, antes de eu vir, tinha escrito a S. M., pedindo com grande apêrto o mesmo de que nós tratamos (2), e se preza muito de ser êste o seu voto. Os proveitos que da execução dêste negócio se esperam são infalíveis, e assim o prometem todos os por-

(1) *Aquele negócio*: a isenção do confisco dos bens comerciais, dos cristãos novos presos na inquisição, sôbre que António Vieira fizera um relatório ao Rei, no regresso da precedente viagem. *Obras Inéditas*, 2.º, 21.

(2) Carta de 24 de Setembro de 1647, e memória, originais na Biblioteca Nacional, Coleção Pombalina, Cod. 738.

tugueses destas partes, que falam com menos receio nas acções do que os que lá vivem. Todos estão muito sentidos de El-rei de Castela, pela destruição que se tem feito nas Índias (1), e porque de presente tomou todas as consignações a todos os assentistas portugueses, exceptuando nomeadamente os genoveses, de que receberam igual perda e escândalo. Agora é o tempo de que experimentem favor em seu rei natural, para que tratem de o servir antes a êle. V. M.^{ce} vá por diante com esta empresa, e diga a El-rei nosso senhor o que sente, pois V. M.^{ce} sabe que conhece S. M. a verdade e inteireza do zêlo e justiça de V. M.^{ce}, e quão livre é de todos os outros respeitos mais que o de seu maior serviço, que por esta via se adiantaria com grandíssimas vantagens; e, quando a experiência as não mostrasse, ou dela se seguisse algum grave inconveniente, a concessão dêste privilégio não tira a S. M. o poder para o derogar ou mudar quando fôr servido. Ao padre Manuel Monteiro me fará V. M.^{ce} mercê de oferecer por mim esta, enquanto o tempo me não dá lugar, até lhe escrever particularmente: e, se se descuidar em falar a S. M. sôbre o negócio que ficou à conta de Sua Reverendíssima, V. M.^{ce} lho lembre e lho requeira por parte do serviço de Deus e bem da pátria, porque sei quanto importarão suas diligências para o levar ao cabo, pelo grande conceito que S. M. tem de suas letras, virtude e zêlo. Deus guarde a V. M.^{ce} muitos anos, como desejo e como o nosso reino há mistér. Paris, 25 de Outubro de 1647. — Servidor de V. M.^{ce}.

António Vieira.

(1) A perseguição pelo Santo Ofício nos domínios castelhanos da América, sendo portugueses os mais dos condenados por judaísmo.

CARTA XIII

Ao Marquês de Niza (1)

1647 — Dezembro 23

Ex.^{mo} Sr. — Terça feira à noite, 17 do corrente, chegámos a esta côrte da Haia, havendo partido de Calais na quinta feira passada, embarcados em uma nau de comboio, que nos levou a Flessinga em três dias, no último dos quais corremos grande tormenta; mas, côm ser a viagem tanto mais larga do que costuma, a tivemos por muito feliz, por chegarmos a salvamento, quando não aconteceu assim a outros; porque a mesma nau mercantil, que comboiámos, não se sabe ainda que derrota haja levado, e, quando chegámos a Flessinga, acabavam os pescadores de tirar nas rêdes muitos corpos mortos de naufragantes, e André Henriques (2), que chegou no mesmo tempo de Lisboa, me disse que encontrara muitos pedaços de navios dos que o mar sossobrara. Os perigos são próprios do tempo, e o escapar dêles é fortuna dos que navegam em serviço de S. M., e não o atribuo a milagre de Santo António, porque partimos à quinta, e chegámos à terça, salyo se V. Ex.^a quer que as quartas feiras tenham véspera e oitava.

Emfim, senhor, chegámos a esta casa, onde achei duas cartas de que V. Ex.^a me fez mercê, que me acrescentaram muito a alegria de haver chegado, e com o mesmo con-

(1) Publicada na edição das *Cartas* de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) Mercador cristão novo de Lisboa.

tentamento receberei todas as que me trouxerem boas noças de V. Ex.^a, com que peço a V. Ex.^a me não falte, afirmando a V. Ex.^a que lho merece o meu coração, e as minhas saudades, que ainda que a companhia do senhor embaixador Francisco de Sousa baste para fazer esquecer as moléstias do caminho, as lembranças do senhor Marquês de Niza em nenhuma distância se esquecem, e com nenhum outro lugar nem companhia se consolam.

A resolução, que V. Ex.^a tomou de *avisar ao Brasil* (1), é tão importante e acertada como todas as de V. Ex.^a. E se os mercadores se acomodassem a que fôsse em direitura à Torre de Garcia de Ávila, ao Morro, ao Camamú, ou a outro pôrto dos vizinhos à Baía, fariam ainda maior serviço a S. M., porque *o Cabo de S. . .* (2) *dista 120 léguas*, e os correios gastam no caminho quando menos vinte dias, à causa dos rios e matos que passam. Mas Deus *vai detendo estes senhores* (3) de maneira, *fechando-os, se não com cadeados de neve com tais tempestades e ventos contrários*, que haverá muito tempo para *o aviso chegar primeiro que elles*.

Também entendo que a conveniência de *irem as fragatas de S. Maló* (4) é tão grande que, sem ordem de S. M., deve V. Ex.^a fazer que se aprestem logo logo, não só quateo mas seis e oito, *se houver quem as queira armar*, e sôbre isto mesmo havia eu falado com Luís Hiens, um mercador francês de S. Maló que esteve muitos anos em Pernambuco, e há de ir logo buscar a V. Ex.^a para este

(1) O itálico nesta e nas seguintes cartas desta série corresponde a cifra no original.

(2) De Santo Agostinho.

(3) A esquadra que os holandeses mandavam a socorrer Pernambuco.

(4) Navios que havia intenção de comprar.

mesmo negócio. Achei-o em Meldeburg para passar à sua terra; é pessoa de poucas palavras, mas de grande cabedal e crédito, e muito amigo dos portuguezes, e lhe dei uma carta para V. Ex.^a. E importaria muito que *a maior parte dêstes navios fôsem antes à Baía que a outros portos*, para ali *ajudarem a nossa armada*, porque *o poder que vai de Holanda* entendo que será *superior*, pôsto que viço diferentes opiniões; mas na minha é de tanta importância acharem-se *com a nossa armada mais alguns navios de força*, que, para os *convidar a ir à Baía*, se lhe podia *conceder que pagassem menos a quarta parte dos direitos*, no que a fazenda de S. M. não perde nada, *pois assegura tanto*.

Na memória que V. Ex.^a me mandou das fragatas, desejava se declarasse a idade delas, e o calibre da artilharia; e, se não forem velhas, e a artilharia boa, me parece que se davam a bom preço. E, ou êsses ou outros, importa que V. Ex.^a mande comprar navios, porque os que se fabricavam em Portugal estão quasi parados, e daqueles quatro, e de outro que começa o conde de Odemira na Ribeira, se entende que não poderão ir ao mar o ano que vem mais que dois, e ainda dêsses se duvida. André Henriques vem a comprar navios por ordem de S. M., e traz créditos de cem mil cruzados, e suposto que dêste homem, que é muito inteligente, fia El-rei a compra, quando a V. Ex.^a lhe pareça podia êle também comprar aqui os outros quatro, para que V. Ex.^a tem ordem, e eu os poderia também ir ver, mandando V. Ex.^a autoridade só para se celebrarem os preços, e o dinheiro o mandará V. Ex.^a entregar aos donos dos navios.

Estimo que *o Briana* ande fino, e que *a liberdade de S. A.* (1) não tenha mais estorvos que *o juramento*, para o

(1) O Infante D. Duarte, prêso em Milão.

qual não nos faltarão doutores na Sorbona, se bem Mr. de la Tulherie disse hontem ao senhor Embaixador, que os *castelhanos* absolutamente a negavam; e que assim õ tivera por carta última *do duque de Longa Vila* (1). Sustente Deus a Nápoles (2), e traga tão boas novas da armada de França que vá por diante *a prática da liga*, que folgo muito de ver admitida.

No particular da *despedida* de V. Ex.^a, e do outro negócio que eu havia de tratar com o senhor Embaixador, não falo, porque na segunda carta remete V. Ex.^a estas resoluções para segundos avisos, pelos quais ficamos esperando. O senhor Embaixador aprova mais a proposta futura que a passada, a qual diz que sente muito, e mais não cheguei eu a lhe descobrir todas as circunstâncias; porque calei cá as que V. Ex.^a lá calou; mas depois de lhe discorrer um pouco sôbre os motivos, respondeu com encolher os ombros.

Os negócios daqui estão da parte dos Estados em silêncio, pôsto que da nossa faz o senhor Embaixador todas as instâncias, e não falta quem de uma e outra parte lhe aconselhe que peça *licença para se ir*, entendendo que com êste torcedor se romperá êste obstinado silêncio, e que, respondendo, será a resposta sem dúvida a favor da paz, que Holanda e todos desejam, e só Zelanda encontra. E que quando os Estados *venham à catcha, e queiram deixar ir* o senhor Embaixador, *acudirá o de França a o impedir*. Isto disse Brassset, e *Mazarino* o aconselha, e Luis Pe-

(1) Duque de Longueville, plenipotenciário de França no congresso de Munster.

(2) Em revolta, capitaneada por Masanielo. O govêrno francês mandara uma armada para auxiliar o movimento.

reira (1) o aprova. E eu me conformarei mais com o parecer de V. Ex.^a, que com nenhum outro. O meu, ainda que se me não pediu, foi que, em caso que se falasse em *despedida*, fôsse sòmente insinuando-se por termos que mostrassem a ferida mas não empenhassem a palavra, com que ficasse sempre livre a *Francisco de Sousa ir ou ficar*, como melhor lhe estivesse. O senhor Embaixador fica resolutos a ir apertando pela resposta, e *chegar aos últimos termos quando os outros não bastem*. E entretanto despacha um barco a Lisboa a avisar a S. M., por cujas respostas eu também faço conta de esperar, quando o estado dos negócios não peça mais apressada resolução, a qual V. Ex.^a me mandará conforme vir que elles se vão pondo.

Recebi carta de Lisboa, de 29 de Setembro, do padre procurador do Brasil, em que me diz chegara caravela da Baía, com aviso de que a nova da armada era lá chegada, e com ela se partira logo Sigismundo (2) para o Recife, deixando só três navios em Taparica, e a fôrça guarnecida. Não se sabe o intento desta jornada: pode ser que vá acudir a Pernambuco, entendendo que irá lá armada, ou que não queira êle ser o que perca Taparica, ou finalmente que iria consultar o Conselho Supremo, que reside no Recife, a cuja disposição remetem tudo os Estados.

Acabo esta com representar a V. Ex.^a, o que é impossível dizer-se em poucas palavras, que é o miserabilíssimo estado a que a pobreza de D. Luís de Portugal tem reduzido sua casa. Demandam-no pelas dívidas não já os acredores maiores, mas os do pão, os da cerveja e de outras

(1) Luís Pereira de Castro, delegado português no Congresso de Munster, que se achava então em Haia, de regresso a Portugal.

(2) Sigismundo van Schkopp comandante das fôrças holandesas no Brasil.

miudezas dêste género, e é tal o apêto que lhe fazem, e a impossibilidade sua, que está arriscado a o executarem, e ainda a padecer maiores indecências, porque a justiça dêstes paízes é inexorável a qualquer respeito, e o do mesmo príncipe de Orange lhe não valeu para os Estados lhe concederem um seguro que pediu, e lhe foi negado. Sua mulher me mandou chamar hontem por D. Alexandre (1), e a achei lastimosíssima: ela escreve a V. Ex.^a, pedindo que V. Ex.^a, em nome de S. M., queira acudir a êste desamparo, mandando ordem com que se lhe acabe de pagar o resto daquela antiga mercê de S. M., que cuidão são dois mil cruzados: o que eu posso afirmar a V. Ex.^a, é que a necessidade presente dêstes pobres senhores é tão extrema que a mercê vem a ser esmola, e a piedade justiça. Entendendo que tudo o que V. Ex.^a fizer pela remediar será muito bem recebido de S. M., que Deus guarde, de cuja real clemência conheço que, se lhe fôra presente tão grande desamparo, lhe mandara acudir com maiores socorros. O senhor Embaixador lhe mandou hoje uma esmola de sua casa, e não sei eu nenhuma que seja mais bem empregada.

O padre Pontilier (2) beija a mão a V. Ex.^a muitas vezes, sentido de V. Ex.^a lhe não mandar aquelas novas de Lisboa: não escreve, porque prêgou hontem, e prêga dia de Natal e a primeira e segunda oitava, e todas as mais vezes que o quizerem ouvir, e creia-me V. Ex.^a que é grande prêgador.

(1) Filho de D. Luís de Portugal.

(2) Padre João Ponthelier (conforme a assinatura num processo no Santo Officio, em que foi testemunha), jesuíta francês, confessor do agente de França Lanier, e companheiro do Padre António Vieira nesta viagem. Vieira escrevia sempre Pontilier.

V. Ex.^a tenha muito boas festas, e Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos como desejo, e o nosso reino há mistér. Haia, 23 de Dezembro de 647. — Criado de V. Ex.^a.

António Vieira.

CARTA XIV

Ao Marquês de Niza (1)

1647 — Dezembro 30

Ex.^{mo} Sr. — Chegou o alívio desta semana com a carta de V. Ex.^a, ainda que foram breves as respirações para tão compridas saúdaes, que, se bem a distância as não cansa, experimento eu quanto as acrescenta. Não há senão apelar para as monções de Março, em que, segundo aqui vejo, cuido que poderei ir esperar por V. Ex.^a (2), pois sei que V. Ex.^a não há-de esperar por ninguém: e não cuide V. Ex.^a que êste oferecimento, ainda que tem tanto de comodidade, não leva também seu pouco de fineza, porque me acho em tão subido grau de fortuna, que sou requerido de excelentíssimos plenipotenciários de Munster, e hontem recebi carta do sr. Francisco de Andrada Leitão (3), em que me pede o avise de quando é a minha partida, para que façamos viagem juntos. Já V. Ex.^a terá noticia de como

(1) Publicada na edição de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) Em Lisboa.

(3) Delegado de Portugal ao Congresso de Munster, com Luís Pereira de Castro, havendo entre os dois desavenças, a que alude Vieira em seguida.

se tratou entre os dois, a petição do que fica, que se capitulassem pazes juradas, em que o que vai não quis vir, porque se julga de superior partido. Deus encaminhe a um e a outro.

À nova da perdição dos seis navios se acrescenta agora a de haver dado peste de bexigas na armada (1): o certo é que o vento não os favorece, e as águas desta nossa vizinhança estão já tão geladas que, hontem e ante-hontem, fomos ver correr sôbre elas a burguesia: e neste mesmo tempo entendo que estará a nossa armada (2) dando bons princípios de ano à Baía, com sua vista, e queira Deus que seja também com vitória dos navios de Sigismundo, que, se são em número os que diz o aviso das Ilhas, sem dúvida haveria encontro no mar.

Dos negócios daqui não há que dizer de novo: têm-nos prometido conferência, esperávamos que fôsse hoje, mas não veio recado. Se é certo o capítulo secreto de que V. Ex.^a avisa, devem isto de ser traças de entreter, e não verdadeiro desejo de concertar. E ainda que o tenha, se Deus não impede de todo a partida da sua armada, entendo que, até não saberem o successo dela, não hão de ajustar coisa que obrigue; e, de no Brasil vencerem ou ficarem vencidos, depende o ficarmos aqui ou em paz ou em guerra para sempre.

Persuada-me V. Ex.^a outra coisa, que das mentiras de *franceses* (3) muitos dias há que estou persuadido; e quem fala muito não pode ser verdadeiro em tudo. O capítulo

(1) Da Companhia holandesa das Índias Ocidentais, de auxílio a Pernambuco, às ordens do almirante De With.

(2) A que saíra de Lisboa, sob o comando do Conde de Vila Pouca, para socorrer a Baía, sitiada pelos holandeses.

(3) « Os franceses em mentir são todos uns ». Carta do Marquês de Niza, de 20 de Dezembro de 1647.

da carta do Padre Assistente (1) está amplificado a la moda, e da prática da Rainha também eu não tive noticia.

Muito sinto que até V. Ex.^a não tenha cartas de S. M., e, quando isto nos pudera servir de consolação aos demais, a mim me desconsola infinito, e desculpara esta falta com a ausência de Almeirim, se não fôra geral de todos os tempos.

Faça-me V. Ex.^a mercê de me mandar dizer se falou em mim o padre Nuno, e se dá alguma razão de novo para que se não faça a paz: ainda mal, porque temo que lhe há Deus de cumprir seus desejos.

Ao Padre Pontilier dei os recados de V. Ex.^a; êle me deixa, e se vai a Portugal sôbre negócios do serviço de S. M., de que é o principal o que V. Ex.^a sabe, sôbre que espero resposta de Lisboa.

Que V. Ex.^a a não acabe de ter nessa côrte é muito para sentir, depois de tão merecida. João de Guimarães (2) se não carteia com esta embaixada há muitos correios, e assim não se sabe cá nada do seu tratado, e para ser à satisfação de S. M. basta que V. Ex.^a o aprove.

Se V. Ex.^a) tem algumas novas certas de Munster, socorra-nos V. Ex.^a, porque os nossos doutores escrevem encontrados. Mr. de la Tulherie nos diz que as cousas da paz estão mui embaraçadas, pôsto que nega a breve partida do Duque de Longa-Vila para França, em que os nossos concordam. Deus guarde a V. Ex.^a, e dê a V. Ex.^a e a toda a casa muitos bons princípios de ano de 648, e o

(1) Padre Nuno da Cunha, jesuíta, Assistente de Portugal junto ao Geral. O Padre Ponthelier escreveu-lhe dizendo ter tido em Paris uma audiência da Rainha, o que não era verdade. Cf. a carta citada do Marquês de Niza.

(2) Residente (Encarregado de negócios) na Suécia.

faça tão feliz como os Bandarristas querem e crêem.
Haia, 3o de Dezembro de 647.

António Vieira.

CARTA XV

A Pedro Vieira da Silva (1)

1647 — Dezembro 3o

Senhor meu. — Escrevo esta já de Holanda, e, ainda que se aumenta a distância e a ausência, posso afirmar com toda a verdade a V. M.^{ce} que não se diminuem, antes crescem cada vez mais as saúdades. Lembro-me daquelas horas solitárias dessa secretaria, em que o coração de V. M.^{ce} e o meu, como tão conformes no zêlo e no desejo, se costumavam entristecer ou consolar juntamente; e de uma e outra cousa oferecem cada dia os tempos novas causas, mas sem aquêlê alívio que até por carta me falta há cinco meses.

Pelo assento que tomou o Conselho de Estado, sôbre os agradecimentos que se mandaram ao embaixador Francisco de Sousa, julguei quanto lá se estimará a conclusão desta paz. Nas primeiras cartas, que escrevi de Paris, quási a segurei, pelas que me mostrou o marquês de Niza; nas segundas a comecei a duvidar, pelo que fui *experimentando* e agora tenho por quási certo que se não concluirá, por mais que digam os que vão, e escrevam os que ficam, ainda que a paz entre Castela e Holanda se publique, que é o termo que lhe assinam os ministros de França e nossos. O

(1) Na 1.^a ed. das *Cartas*, t. 1.^o

sucesso da Baía, senhor, é o que para sempre nos há-de concertar ou desconcertar com esta gente (1); e até vir recado dêle poderão entreter-nos com conferências, mas não hão-de concluir o tratado.

Sôbre o modo da guerra que se deve fazer, escrevo o que me ditou o zêlo, e o desejo de que acertemos em negócio tão grande e tão arriscado. V. M.^{cé} risque e emende o que lhe parecer menos acertado, mas peço-lhe muito seja de voto que vençamos antes em seis meses do que arriscarmos tudo em um dia. Concertemos a armada, estorvemos os mantimentos ao inimigo; e eu seguro o *cunctando restituit rem*.

Manuel de Sequeira leva uma via dêste papel, e o padre José Pontilier, meu companheiro, outra; encomendo-o muito a V. M.^{cé}, e porque nesta mesma ocasião tenho cansado a V. M.^{cé}, com oito cartas de diferentes matérias para S. M., e algumas muito largas, não quero dilatar mais esta, e acabo com pedir a Nosso Senhor muito bons princípios de anos de 48, em que Deus nos faça ver as felicidades que as profecias nêle parece nos prometem. — Haia, 30 de Dezembro de 1647.

Depois de escrita esta, houve conferência ontem, 3 de Janeiro, na forma que V. M.^{cé} lá verá. As esperanças da paz antes se adiantaram que diminuíram: muitas graças devemos a Deus, que peleja e negocea por nós. A armada (2) tem arribado duas vezes, perdeu já alguns navios, vai-lhe morrendo gente, e os ventos cada vez mais contrários e tempêstuosos: e já se persuadem alguns dêstes fiéis cristãos, e seus predicadores, que não quer Deus que vão ao

(1) Refere-se ao efeito da armada do Conde de Vila Pouca. Supra, p. 114.

(2) Dos holandeses.

Brasil, com que estão mais brandos os que furiosamente queriam a guerra, mas ainda pedem como quem a não teme. Agora era o tempo de negociar, mas como o dinheiro e os créditos estão na mão do Marquês (1), e se gastam três semanas com ir e vir o correio, perdem-se ocasiões que às vezes consistem em um momento. Eu não aprovo nem condeno; mas, ou S. M. não fie as embaixadas de quem não fia o dinheiro, ou fie o dinheiro de quem fia as embaixadas. — O maior e mais verdadeiro servidor de V. M.^{ce}.

António Vieira.

CARTA XVI

Ao Marquês de Niza (2)

1648 — Janeiro 6

Já não fazia conta de poder escrever neste correio a V. Ex.^a, pela muita ocupação destes dias em escrever a Portugal, que foi necessário fazê-lo com mais largueza, dando-lhe conta desta armada, e discorrendo com as notícias do Brasil, sôbre o modo da guerra que lá se deve fazer, que, se não fôr muito particular, pode correr risco a nossa armada, e após ela tudo. Se puder mandarei a V. Ex.^a a cópia de um papel, para que, com a aprovação de V. Ex.^a, tenha esperanças de que em Portugal se aceite, e no Brasil se execute. Leva-o o Padre Pontilier que, sôbre hoje nos aguar a solenidade dos Reis com os senti-

(1) De Niza.

(2) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

timentos de sua despedida, agora se fica para outra ocasião, porque, como o bom vento aqui é tão raro, os pilotos não esperam por ninguém. Várias perdas se referem de navios e gente do inimigo (1), particularmente morta de bexigas, que depois que o reverendo padre Francisco (2) as lisonjeou tanto em El-rei de França, puseram-se da parte de El-rei de Portugal. Houve conferência, em que antes alcançámos que perdemos esperanças. Veio Zelanda (3), que nunca tinha vindo, e agora é o tempo de a comprarmos, se ela se quiser vender, com que a principal dificuldade ficará vencida.

Mr. de la Tulherie me chama demasiadamente confiado, porque me vê rijo em condescender com petições demasiadas dêstes senhores; bem sabe V. Ex.^a que ninguém mais que eu deseja a paz, mas há-de ser como convém. Sinto que não haja partido a fragata de Ruão, porque de cá não foi nem pôde ir aviso até agora, nem poderá ir senão com o mesmo vento que levar a armada, e importava muito que chegara quando menos um mês antes. Também me pesa que o negócio das de S. Maló não tivesse efeito até agora. Espero que S. M. o aprove, e entendo que, com aviso seu e sem êle, lhe fará V. Ex.^a mui particular serviço nesta negociação.

Tomei tão pouco papel, porque cuidei que me não desse lugar a tantas regras o senhor Embaixador, com quem imos esta tarde a cear com Mr. de la Tulherie, que nos convidou.

(1) Da armada de socorro a Pernambuco.

(2) Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

(3) A Província de Zelândia. A Companhia das Índias era administrada por cinco câmaras de directores, nas diferentes Provincias, de onde eram os accionistas, as quais deliberavam separadamente, transmitindo seus votos ao Conselho dos XIX, com sede alternadamente em Amsterdam e Midelburgo, tocando a êsse a direcção geral.

Deus nos tenha as cabeças de sua mão, e a V. Ex.^a dê⁷⁴ muito bons Reis, e se fôr bom um basta. Pelos meus peço me tenha V. Ex.^a em sua graça. Haia, 6 de Janeiro de 648. — Criado de V. Ex.^a.

António Vieira.

CARTA XVII

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Janeiro 12

Ex.^{mo} Sr. — Creio o contentamento que V. Ex.^a me faz mercê dizer recebeu com a nova da minha chegada a esta casa, tanto pelo que leio na carta de V. Ex.^a, como pelo que me assegura o meu coração, cujo affecto merece a V. Ex.^a esta boa vontade, pôsto que, por tudo o mais, não caiba em mim o favor e mercê que V. Ex.^a me faz.

Muito me espantou a simplicidade do que se deixou dizer *António Moniz* (2), e, se V. Ex.^a a não escusa por êste nome que lhe dou, digo que Deus nos livre de *bacharéis*. Mas como o zêlo, desinterêsse e inteireza de V. Ex.^a está tão conhecida de S. M. e de todos, há-me de dar licença V. Ex.^a para me não conformar com que a confiança de V. Ex.^a, quando deve estar tão segura, desse entrada a semelhante escúpulo. Antes entendo que o pode V. Ex.^a fazer de se não pôr em prática o negócio dos navios de

(1) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) O secretário da embaixada em Paris António Moniz de Carvalho.

S. Maló, e muito mais pela nova razão que V. Ex.^a aponta, a qual só, quando não houvera outras, era bastante para se concederem grandes privilégios a quem nos fôsse socorrer em tal ocasião. Para tudo há entendimentos; mas o meu considera tão diferentemente êste caso, que cuido devia S. M. fazer mercês aos mercadores que quisessem armar, e não êles serviço a V. Ex.^a (1).

Sôbre os negócios de André Henriques (2) fui esta semana a Amsterdam, onde achei tudo empatado, porque as ordens que traz são que êle, e Bento Osório, e um Diogo Nunes Roxo, que são os que hão-de pagar os créditos, todos três juntos vejam os navios, e se satisfaçam dêles e do preço; e, quando se haja de fazer a compra em Hamburgo ou Lubeque, nomeiem estes dois mercadores outros dois, que lá façam o mesmo em seu nome, de maneira que nem êles sem André Henriques, nem André Henriques sem êles, possam fazer cousa alguma.

Sucedeu pois que, no mesmo dia em que chegou André Henriques, morreu Diogo Nunes Roxo, e a isto se pega agora Bento Osório, dizendo que falta uma condição essencial, e que sem ela nem êle pode comprar nem dar dinheiro, porque teme que depois lho não levem em conta. Fiz quanto pude pelo mudar desta opinião, alegando-lhe outra

(1) Toda esta alínea joga com o seguinte parágrafo da carta do Marquês de Niza: «Concertado estava com António Rodrigues de Morais e Francisco Rodrigues Lobo para mandarem um navio ao Brasil; êles o buscavam para despachar, o nosso Residente aprovava isto muito, mas, estando um dia comigo, muito a fogo se deixou dizer que bem podiam estes homens fazer-me um bom serviço, pois lhes concedia licença para irem ao Brasil, em que tanto haviam de interessar: entrou com isto em mim a desconfiança, e logo lhes escrevi que não fizessem a jornada». 3 de Janeiro de 1648. Biblioteca de Evora.

(2) Supra, p. 109.

cláusula das mesmas ordens, a qual diz que os navios hajam de estar em Lisboa por todo Março, e que segundo isto se hão-de interpretar as ordens, e entender-se que, em falta de um dos commissários, dão poder aos outros para contratarem, pois do contrário se fica perdendo o tempo e o mesmo negócio, e que para maior segurança lhe daria isto mesmo assinado e aprovado pelos embaixadores de S. M. e por mim. Acrescentou-se a isto que últimamente chegou outra carta de Lisboa, na qual se diz a André Henriques que, bondade por bondade e preço por preço, vá antes comprar os navios a Hamburgo ou Lubeque, pelo perigo que há de os holandeses os poderem aqui tomar ou embargar. A que satisfiz dizendo-lhe que tínhamos, por notícias certas, que em Hamburgo não havia navios, e que, quando os houvesse, não podiam ser iguais na bondade aos que aqui há, porque são as melhores fragatas de guerra que até agora se viram, e sôbre tudo que no-las queriam vender com seguro de se entregarem em Lisboa, em que não havia risco algum. Mas nenhuma destas razões e outras muitas bastou a dobrar a obstinação de Bento Osório, firme sempre em que não havia de dar o dinheiro sem nova ordem, e que, quando menos, se haviam de ir comprar os navios a Hamburgo.

Este é, senhor, o estado em que estão os créditos dos cem mil cruzados, e eu não culpo tanto a tenacidade de Bento Osório, porque alfim tem alguma razão (quando o não faça por temor dos da Companhia, e por ser êle um dos mais interessados na Ocidental). Mas tenho grande dor que de Portugal venham as cousas ordenadas em tal forma, e que se faça tão pouca confiança ou das pessoas que se mandam, ou dos ministros que cá tem S. M., que nenhum dêles tenha neste caso autoridade para dispôr o que mais convém a seu real serviço, e que êste se haja

de perder, ou quando menos dilatar, que no negócio presente vem quasi a ser o mesmo.

Para ver se podia remediar isto de algum modo, fiz o que agora direi a V. Ex.^a. Há em Amsterdam um flamengo, homem do maior crédito, cabedal e sciência de esquipagem, de quantos têm estas Províncias, e sobretudo muito fiel e verdadeiro, e de que a república de Veneza *fla o trato que aqui tem de navios. Êste flamengo se oferece a nos fabricar de novo seis ou mais fragatas de guerra, pelas bitolas que lhe der André Henriques, e de as dar aparelhadas e acabadas, postas no pôrto de Texel para partirem com o primeiro vento, desde o dia que se celebrar o concêrto a três meses, e com condição que as segurará até se entregarem em Lisboa, pagando-se-lhe ou o que concertarem logo, ou o que as ditas fragatas, depois de acabadas, houverem feito de custo, com a ganância que fôr razão.

E o mesmo flamengo as fornecerá de velame, enxarcia, munições e artilharia, porque de tudo isto tem grandes armazens, e é contente que, se em alguns dêstes gêneros houver cousa que em Portugal não pareça bem, se queime e se lhe não pague. E, para-se começarem logo a fazer estes navios, não quer mais que ficar com êle André Henriques, que lhos pagará em dinheiro que tenha para isso efectivo, sem intervir mercador algum, por razão do secreto que convém guardar, e por via de mercadores se rompe logo, como aconteceu nêste mesmo negócio, que muito antes de chegar André Henriques era público na Bôlsa de Amsterdam.

O que eu posso segurar a V. Ex.^a é que André Henriques está doido de contente com a traça dos navios, que a mim me parecem os melhores que se têm feito, nem pode haver para guerra. De Calais vim em um dêstes, e

em Amsterdam estive em outro, que é o que inculcou Jerónimo Nunes (1).

Não passam de duzentas toneladas, e jogam 26 peças de artilharia de 8, de 12 e de 16 libras. São muito fortes, muito aparatosos, muito ligeiros; demandam tão pouca água que podem entrar em Viana com águas mortas; governam-se com pouco pano, com pouca enxarcia e com pouca gente; e no preço entendo que não há-de passar de vinte mil cruzados, com artilharia e tudo o mais, feitos de novo.

Para não se perder tempo nem esta boa ocasião, disse a André Henriques que lançasse mão dela, e que logo se concertasse sobre seis navios com todas as condições referidas, e que bem podia segurar o dinheiro, porque eu escreveria a S. M. que viessem as ordens em forma que, sem perigo de secreto, nem impedimento de terceiro, se pudesse fazer o pagamento com toda a pontualidade.

Não se conformou com êste meu conselho André Henriques, pôsto que lhe pareceu muito bom; mas não se atreveu, por não estar assim escrito nas suas ordens, que estes doutores marítimos também não admitem interpretações. E assim o deixei em Amsterdam sábado, 11 dêste, resoluto a quarta feira se pôr em caminho para Hamburgo. Contudo, depois de comunicar êste meu parecer aqui ao senhor Embaixador, com aprovação sua tornei a escrever a André Henriques sobre o mesmo, encarecendo-lhe a importância do negócio, e a perda irreparável do tempo e ocasião, e tomando sobre mim a culpa, quando a haja. Não sei se valerá alguma cousa, porque a carta foi hontem, e não poderá vir a resposta senão amanhã.

(1) Jerónimo Nunes da Costa, judeu, mercador em Amsterdam, onde usava o nome de Moisés Curiel, agente financeiro do governo português.

Isto quanto aos navios que se hão-de fazer: feitos tem êste mesmo homem a fragata «Fortuna», de que avisou Jerónimo Nunes, e outros três ou quatro do mesmo porte: estes me parece que são os melhores que V. Ex.^a pode mandar comprar, conforme a primeira ordem de S. M., sem embargo de não haverem vindo as medidas, porque André Henriques, que as traz, julga que são os navios muito melhores(1) do que de lá vem arqueados. E êle podia fazer esta compra, pois é pessoa enviada por S. M. para isso, e iriam os navios carregados de trigo, e levariam o embaixador Francisco de Andrada.

Havendo de se fazer esta compra, entendo que seria com mais comodidade da fazenda de S. M. (mas isto em segredo) correndo por mão de André Henriques que pela de Jerónimo Nunes, porque havendo falado ambos com o dono da mesma nau, e sôbre o preço, André Henriques me falou em 4.000 ou 5.000 florins menos. E, se se fizer o ótro contrato, ajudará a que seja mais acomodado o preço destes navios. Sôbre uns e outros fico esperando aviso de V. Ex.^a, para assim desistir de todo ou tornar a insistir neste conselho, que dava a André Henriques.

Muito estimo, e muito é para estimar o *tratado dos socorros*, e ainda será melhor o que depende da continuação da guerra. Mr. de la Tulherie nos disse, ontem à noite, que os espanhois estavam muito inteiros em se não quere rem descer às condições da paz(2), e que os pontos da repugnância eram estes seis: o senhor D. Duarte, a assistência de Portugal, a continuação das fortificações começadas em Catalunha, a divisão de Flandres, Casal(3), e o duque de

(1) Talvez lapso de pena por *maiores*.

(2) Entre França e Castela.

(3) Praça forte em Itália, de que se discutia a posse no congresso de Munster.

Lorena. Mas que isto era só querer dificultar ou negar com pretexto: porque os dois primeiros pontos já estavam decididos, e que sôbre êles, e sôbre os três seguintes, se tinha dito por parte de França aos holandeses, que o príncipe de Orange e êles os julgassem (devem de estar seguros da tenção dos juizes, ou ser isto modo de satisfação e cumprimento); que ao duque de Lorena dava França cem mil cruzados de renda, a seu irmão quarenta, a sua mulher outros quarenta, e que Castela o não assistisse um ano, em que suas cousas se acomodassem, e quando a cabo dêle o não estivessem se tomariam árbitros.

Do estado dos negócios de aqui não há que dizer; tudo consiste em haver modo de reduzir a Zelanda que, como mais interessada, é a maior e mais pertinaz adversária. A êste fim referiu hontem o senhor Embaixador a Mr. de la Tulherie o que o Cardial (1) nos respondeu, quando se lhe disse *que havia meio para se comprar Zelanda por 100.000 escudos, e que até os 200.000 se dariam se se fizesse a paz, com condição porém que não se pagariam senão depois de feita.* Não está aqui com quem se há-de fazer esta negociação, mas virá cedo. Se tiver efeito eu a darei por bem empregada, e entendo que V. Ex.^a também. Mas mais me fiarei dos ventos contrários, se Deus fôr servido que continuem, porque só a desesperação parece que reduzirá estes obstinadissimos ânímos a acomodamento.

A barca que despachou o senhor Embaixador ainda não é partida à causa do vento. De Lisboa não tivemos carta mais que de Mr. Lanier. As novas que V. Ex.^a nos dá, [de?] em Alentejo se converterem as armas em arados (2), parece

(1) Mazarini.

(2) O Marquês de Niza tinha comunicado: «Também se escreve que... o Conde de S. Lourenço tinha assentado com o Marquês de

cousa da vinda do Messias; contentíssimos ficámos todos de ouvir isto. Também as novas do Patriarca não são para desejar (1): em Amsterdam ouvi que a causa, de não virem naus da Índia êste ano, fôra mandar o vice-rei todas em socorro de um rei contra os holandeses.

À senhora D. Ana de Portugal (2) dei a carta de V. Ex.^a, e li o capítulo da minha: agradecidíssimos estão todos estes senhores a V. Ex.^a pela mercê e esmola dêste socorro, que tudo foi. O senhor Embaixador os havia já socorrido com mil florins, pela extrema necessidade, e hoje lhes mandou os quinhentos. Faz-se diligência pela letra, que irá se vier a tempo, e carta da senhora D. Ana, que me mandou hoje pedir, por seu filho D. Manuel, que também da sua parte desse a V. Ex.^a as graças, como faço.

O padre Pontilier está ainda aqui; não o fizeram mártir os hereges, mas os católicos o quiseram apedrejar, porque dia de ano bom, àcerca do sangue de Cristo, disse alguns louvores dos portugueses; o que foi tão mal aceito dos senhores católicos, nossos capitais inimigos, que chamaram ao sermão oração fúnebre de El-rei de Portugal: por tão morto o dão! Mas o senhor Embaixador os multou com ordenar que não tivessem mais sermão, nem em francês nem em flamengo, e assim se lhes declarou em uma estação, que foi melhor que o sermão.

Hontem logo escrevi a Jerónimo Nunes a falta que

Távora, general em Badajós, que os campos de uma e outra parte se lavrassem livremente, como se estava fazendo, e que nas ditas sementiras não houvesse hostilidades ». 3 de Janeiro de 1648. Biblioteca de Évora.

(1) Novas da Índia, em uma carta do Patriarca da Etiópia, por via da Pérsia, de que teve conhecimento o Marquês de Niza.

(2) Mulher de D. Luís de Portugal, Ana Maria Capeci Galeoti, napolitana, filha do Príncipe João Baptista de Monteleone.

havia em Portugal de pão, e quanto lá se podia interessar nesta droga, para que por si e por outros procurasse que fôsse. E, se a razão do interêsse não obrigar aquêles amigos a mandar o trigo, entenda V. Ex.^a que nenhum outro respeito lho persuadirá, porque temos entre êles muito poucos que hoje desejem o nosso bem, uns por holandeses, e outros por finíssimos castelhanos e inimigos de S. M.: por sinal que, de três com que só falei em Amsterdam, me pôs um em ocasião de lhe fazer um fraco serviço por esta causa, se me não lembrara mais do hábito que professo, que do que agora visto (1); mas de palavra me ouviu o que não quisera.

Acabo, como V. Ex.^a, com o Padre Nuno da Cunha na bôca, cujos modos não estranho, e, sem V. Ex.^a me mostrar as cartas, conjecturo o que elas podem dizer em razão desta minha jornada, porque não são as primeiras que vi dêste assunto escritas e firmadas por sua mão. Eu lhe perdôo, mas Deus me vingá, porque tenho aviso de Roma que, muito a seu pesar, vai em bons termos o negócio da divisão das províncias (2). Viva o nosso Alentejo, e viva V. Ex.^a tantos e tão felizes anos, como êste afeiçoadíssimo servidor lhe deseja. Haia, 12 de Janeiro de 648. — Às 10 da noite, que é a causa por que não respondo ao senhor Residente, que farei no correio seguinte.

(1) O trajo secular. O caso deu-se com Bento Osório. Sôbre que o Marquês de Niza escreveu a Vieira: «Vila Real [Manuel Fernandes Vila Real, Cônsul em Paris, cristão novo, mais tarde justicado pela Inquisição de Lisboa] esteve aqui ontem comigo, e me disse a briga que Vossa Paternidade tivera em Amsterdam, acrescentando que Vossa Paternidade puxara de uma adaga para o tal homem». 21 de Janeiro. Biblioteca de Évora.

(2) A divisão da provincia Portuguesa da Companhia de Jesus em duas, da Beira e do Alentejo, que D. João IV, talvez inspirado por Vieira, patrocinava, e o Padte Nuno da Cunha repelia.

O padre Pontilier não escreve por não estar para isso, e não está para isso porque vem amanhã comer cá Mr. de la Tulherie; e, porque se queixa que lhe dão bem de comer e mal de beber, se encomendou a prova dos vinhos ao padre de Bordeus (1), o qual mostrou nela não ser de prova. Mas, porque se não scandalize o reverendo Padre frei António (2), advirto que nesta terra não é pecado nem desonra.

António Vieira.

CARTA XVIII

Ao Marquês de Niza (3)

1648 — Janeiro 20

Ex.^{mo} Sr. — Com razão promete alentôs esta carta de V. Ex.^a de 10 do corrente, pois as nóvas dela podem resuscitar os mortos, quanto mais alentar os vivos. Melhor é esperar em Deus que nos homens; mas bom é experimentar e conhecer também a estes, para que se não refiram as graças senão a quem se devem os beneficios.

Na passada dizia eu a V. Ex.^a que boa era a nova dos socorros, mas melhor a esperança de os não haver mister; e, segundo o que V. Ex.^a passou com o *Cardial*, pouco falta para se poder ter por certo que continuará a guerra entre Castela e França; e, o pedir-nos esta assistências, quando aquela nos oferece suspensões, efeitos parecem nascidos da mesma causa, e dignos de toda

(1) Padre Ponthelier, natural daquela cidade.

(2) Frei António de Serpa, capucho, capelão do Marquês de Niza.

(3) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

consideração. A que V. Ex.^a faz, sôbre o *Cardial* querer tirar socorros de Portugal, quando por sua vontade ou pela dos castelhanos há-de continuar a guerra, é ponderação mui do juízo de V. Ex.^a, e a verdadeira. De maneira, senhor, que até agora nos dizia êste mesmo ministro que França não havia de deixar de fazer a paz por amor de Portugal, e nós mandava cada dia repetir êste desengano, em Lisboa, em Paris e em Munster; e agora, que a conveniência ou a fôrça o reduz a continuar a guerra, quer-nos vender a liga (1), como se deixara de fazer a paz por nossa causa, e como se, uma vez posta França em guerra, necessitara menos da conservação e união de Portugal que da de Nápoles, a que tão poderosa e tão empenhadamente assiste!

Eu entendo que, em aceitar a liga, fazemos nesta ocasião mais serviço a França que ela a nós, porque desde logo nos privamos do beneficio da suspensão de armas, que já se nos oferece e poderíamos lograr por muito tempo, fortificando-nos e refazendo-nos entretanto; e nos inabilitamos para depois não poder fazer uma paz com Castela, que, feita só connosco, e nas esperanças de a ajudarmos, ou ao menos guardarmos neutralidade, se nos poderia conceder, com tão avantajados partidos como se deixa ver. Além de que todas as razões pediam que fôsse Portugal o que recebesse os socorros de França, e não ela de Portugal, por ser aquêle reino o mais poderoso, por ser o seu intento conquistar e o nosso defender, por ter êle um só inimigo e inferior, e os nossos serem dois, e ambos em seu género superiores, como é Holanda por mar e Castela

(1) « França pede dinheiro, pede navios e pede praças em África e nas Índias ». Carta de Francisco de Sousa Coutinho ao Marquês de Niza. 10 de Fevereiro de 1648. Biblioteca Nacional, Códice 1748.

por terra. E em caso, que se não pode segurar, que fiquemos em guerra com Holanda, atarmos-nos no mesmo tempo, para não poder fazer paz com Castela, não deixa de ser matéria considerável, ao menos para que França a conheça.

Vejo que me diz V. Ex.^a que não há muitos dias que eram diferentes as nossas considerações. Assim é, senhor, que tão bom Deus temos como isto; e pois, por mercê sua e diligências de V. Ex.^a, estão já outros os tempos, bem é que se acomodem também a êles os pensamentos. Se França continuara a guerra por amor de nós, fôra eu de parecer que lhe pagamos essa fineza a qualquer preço; mas se disto nos desenganou tantas vezes, e é certo que não faz a paz, ou porque não quer, ou porque não pode; porque há-de querer o *Cardial* que, sendo França a que neste caso nos havia de rogar com a liga, como mandou dizer a V. Ex.^a o conde de Briana, seja S. M. o que a peça, e que para se lhe conceder ofereça partidos? Digo isto sòmente pelo sentimento que me causa a sem razão, e não por me parecer que com França se não tenha toda a boa correspondência, principalmente que, chegando a se capitular, sempre deve ser recíproca. E, se as assistências que dermos a França fôrem, como devem querer, em navios; se por tantos homens embarcados no mar nos dessem tantos montados em terra, seria uma igualdade em que Portugal não ficaria de pior partido. Todos os que V. Ex.^a fizer serão sempre os que mais convenham, e só de alviçaras, pela nova de ficar França em guerra, merece o *Cardial* que V. Ex.^a lhe conceda de mais alguma coisa.

Quanto ao ponto das conquistas, pelo que se deixa entender das perguntas do *Cardial*, e de outros indícios antigos e modernos, parece que os *franceses* têm intentos,

não só nas conquistas de Castela, mas também, do modo que pode ser nas de Portugal (1), e sobre umas e outras direi o que se me oferece.

Nas nossas conquistas podem *os franceses* querer ou parte das terras que possuímos, ou liberdade para commerciar nos nossos portos. Do primeiro temos exemplos antigos, quando *os franceses* começaram a conquistar primeiro o *Rio de Janeiro*, depois o *Maranhão*, e últimamente, em tempo do *Cardial Richelieu*, tiveram em pensamento a *ilha de S. Lourenço*, de que S. M. foi avisado: e do segundo há os modernos, da licença, que alguns mercadores pediram e alcançaram, para ir aos portos do Brasil e Angola. Mas nem uma nem outra coisa parece razão que se conceda a *França*; porque, como havíamos de dar de graça o que à custa de tanto sangue e dinheiro estamos defendendo? E, se o nosso comércio está tão diminuído pela parte que dêle nos tiraram os holandeses, qual ficará se *os franceses* levarem outra? E quando S. M., por prazer em tudo a *França*, intentasse qualquer destas coisas, principalmente a primeira, é matéria que se não pode fazer sem consentimento do reino, o qual nunca viria nela; e isto se podia responder ao *Cardial* em caso que declaradamente a pedisse.

Mas, porque S. M. mostre a *França* quanta vontade tem de comunicar com ela nossos interêsses; quanto aos do comércio lhe podia S. M. conceder que, fazendo-se em Portugal uma companhia oriental (como é necessário e forçoso fazer-se, ou para a guerra ou para estabilidade

(1) Mazarini indagara do Marquês de Niza, que desconfiou da intenção, como se poderia fazer guerra aos castelhanos, da Baía ou do Rio de Janeiro, por terra. Carta de Janeiro 17, na Biblioteca de Évora.

da paz), a esta companhia serão admitidos os franceses, do mesmo modo que os portugueses, não para poderem navegar de França à Índia, que isto não convém permitir-se, mas para com seus cabedais, e ainda alguns com as pessoas, comerciarem de Lisboa para a Índia, e da Índia para Lisboa, no que os direitos de S. M. não recebem diminuição, e o comércio, ainda que com utilidades de França, grande aumento. Mas não se lhe deve conceder isto com cláusula exclusiva de outra nação, para que nos fique sempre livre admitir à mesma companhia as que quisermos, ou no-lô merecerem.

Quanto às terras, em caso que não tenhamos paz com os holandeses se pode capitular com França que, ajuntando na Índia ambas as coroas duas partes iguais de poder, ou oculta ou declaradamente (segundo o estado em que França ficar com os holandeses) se faça uma liga contra êles, com a qual lhes faremos uma poderosa e mui proveitosa guerra, assim nas terras que ocupam na India, como nos mares em que comerceiam, partindo-se igualmente entre as duas corôas tanto as presas como as fortalezas e terras que se tomarem, em que Portugal cederá o seu direito à França, pela parte que lhe couber, a qual parte melhor é que a possuam católicos, ficando da outra excluídos os hereges. E, para todo o caso que se pode considerar, menos danoso vizinho nos há-de ser o francês, como menos poderoso no mar, do que o holandês é hoje e será sempre.

Isto quanto às nossas conquistas; e não falo nas do Brasil e Angola, porque destas não parece conveniente conceder coisa alguma à França, sem muito conhecida e superior utilidade, a qual se não pode facilmente considerar senão em caso que, ficando França em guerra com Holanda, nos ajudasse a conquista daquelas terras e praças. Mas

também vejo que, no tal caso, nós bastaríamos para as recuperar.

Quanto às conquistas de Castela, a primeira que pode entrar em consideração é a de Chili, que está no mar do Sul em altura de 38 graus. Fácil de conseguir pela pouca resistência dos portos, é das ricas e proveitosas que se podem empreender, tanto pelo que é em si, como por ser passo para as serras e minas do Perú, em que estão depositados os maiores tesouros das Índias Ocidentais; e pode ajudar muito a esta navegação o pôrto do Rio de Janeiro, que fica no meio da viagem, e é mui capaz de nêle se refazerem os navios, e se proverem do necessário. Contudo, eu não seria de parecer que por aqui se começasse a guerra ou conquista das Índias: porque é a viagem compridíssima, que se não pode fazer em menos de sete ou oito meses, havendo de passar os navios pelo estreito de Magalhães, ou por outros novamente descobertos, de que ainda não há certos roteiros, nem bastante conhecimento dos mares e costas, em que se considera muito maior perigo que proveito, como experimentaram os holandeses, na viagem que lá fizeram desde Pernambuco, no ano de 642; além de que, por esta via, ao menos nos princípios, não se podem divertir nem enfraquecer consideravelmente as fôrças de Castela, que deve ser um dos primeiros e principais intentos desta guerra.

Por esta razão e por todas, me parece que o poder que se mandar às Índias se deve encaminhar contra os mesmos mares e portos por onde se embarca e conduz a prata, assim do Perú como de Nova Espanha; na qual empresa o menos que se pode logo conseguir é tomar ou impedir a frota, e todo o comércio e proveitos que Espanha recebe das Índias. A navegação é muito segura e fácil, porque se pode fazer em dois meses; servem-lhe

para a ida e para a vinda os portos de Portugal e das ilhas: para a continuação da guerra se podem mandar socorros de mantimentos do Maranhão e do Pará, com grande abundância e brevidade; e, como muitos dos moradores dos portos e cidades das Índias, e a maior parte dos pilotos, e muitos dos marinheiros da frota são portugueses, podem-se com êles ter inteligências de grande importância, assim para as notícias como para as empresas. Para começar esta conquista bastam doze galeões e doze fragatas, com 4.000 soldados. E intentando-se, seria eu de parecer que se não começasse pela terra firme, senão em alguma das muitas ilhas que ali há, ou no canal de Panamá, com que se fecharia o comércio, ou em outro sítio daquelas entradas, que se tiver por mais acomodado. Esta ilha servirá como de praça de armas, onde as naus se possam recolher e refazer, e ainda lavrarem-se muitos mantimentos, que de tudo são capazes por sua grandeza e fertilidade algumas daquelas ilhas.

Também se pode intentar a conquista *do Rio da Prata*, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos de S. Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas. Ouvi que em França se está fazendo uma companhia muito poderosa, para a conquista dêsse *Rio da Prata*, sem dúvida por notícias tiradas do nosso reino, e por ventura que as informações *do Cardinal* tirem a êste fito. E assim me parecia, quando êle falasse a V. Ex.^a na matéria, poderia V. Ex.^a responder-lhe que o *Rio da Prata* não é conquista de consideração, porque não tem prata nem cidades senão de ali a quinhentas léguas

de campos desertos, de ondê vinham alguns mercadores a comprar os negros de Angola, que ali lhe levávamos antigamente, o que se acabou com a guerra de Castela; e, para ver se êste comércio se pode renovar, uma das ordens que levou Salvador Correia (1) foi mandar tomar aquele pôrto. E assim é necessário que S. M. o faça logo, e que V. Ex.^a lho escreva, como eu também farei, porque bastam dois navios, e duzentos ou trezentos homens, para tomar *Buenos Aires*, que é a única povoação que ali há de castelhanos, e, se nos não anteciparmos, podem os *franceses* tomar-nos a bênção, o que nos estava sempre muito mal, porque, demais da perda do comércio, ficarão com êles mui devassados todos os mares e portos do Sul, de que sempre fomos absolutos e pacíficos senhores.

Entre as tentações de *França* à cerca de nossas conquistas, ouvi dizer em Lisboa e aqui, que não deixa de ser uma, e porventura a principal, o *Rio de Janeiro*, ajudando-se a ambição de uma espécie de justiça, porque antigamente, quando conquistámos aquelas terras, tomámo-las aos índios e a *franceses*, que êles ainda não estavam em um lugar do mesmo pôrto fortificados. E perguntar agora o *Cardial* com tanta miudeza pela distância da Baía, e se se podiam mandar socorros por terra, antes acrescenta que desfaz esta suspeita. Mas, para que se desengane da imaginação ou não entre nela, lhe pode V. Ex.^a dizer que o *Rio de Janeiro* é a praça do Brasil que pode melhor que todas ser socorrida por terra, porque tem muitas aldeias vizinhas de índios vassalos de S. M., e a cidade de Cabo Frio, que é de portugueses, e as vilas de S. Vicente, Pira-

(1) Salvador Correia de Sá e Benevides partira na armada do Conde de Vila Pouca, nomeado Governador do Rio de Janeiro e Capitão General de Angola, que havia de recobrar dos holandeses.

tinga, Ilha Grande e outras, e sôbre todas a de S. Paulo, cujos moradores são os mais valentes soldados de todo o Brasil, e para aquella guerra os melhores do mundo.

Esta é, senhor, a informação que se me oferece sôbre as perguntas do *Cardial*, e eu estarei de aviso se cá me fizerem as mesmas, para responder conformemente; e pode ser que a êsse fim me dissesse já hontem aqui o *Tulherie* que folgaria de que um dia lhe dissesse eu os nomes dos animais do Brasil, que estão no seu mapa, e amanhã determino ir provar esta aventura.

Neste ponto recebi carta de Jerónimo Nunes, na qual diz o seguinte: «Grandes novas tem esta gente do Brasil, pois avisam que mataram em Taparica ao Rebelinho (1), e a outros officiais, e que com trinta embarcações estavam esperando a nossa armada». Conforma isto com a carta de António Rodrigues de Moraes, que V. Ex.^a me enviou, e com o que eu tive por outra do padre Procurador do Brasil, pôsto que não especifica coisa certa, e só fala em perda considerável. Sôbre êste successo deve de cair o enfadamento que Lanier escreve tem S. M. com António Teles: se o houvera tirado (2) escusaram-se estes e outros inconvenientes.

A tormenta dêstes dias fez em Texel grande estrago, e só dos navios do Brasil ficaram sem mastros e encalhados cinco, que já não podem ir nesta armada, e os três são de guerra e dos maiores, e ainda se não sabe o dano que receberiam os que estavam nas Dunas de Inglaterra e

(1) O Mestre do Campo Francisco Rebelo, morto no assalto a um forte holandês, na ilha de Itaparica, durante o sítio da Baía. A acção dera-se por ordem do Governador António Teles da Silva, contra o voto do conselho de guerra.

(2) Do govêrno

outros portos. Deus a edificar e nós a destruir: temo que esta nova do Brasil meta em esperanças os que já desconfiavam, e que se atrase o negócio em que o senhor Embaixador trabalha como sempre, caminhando ao presente por aquela estrada real, que é o melhor atalho, e hontem disse *Tulherie* que já tinha quem comprasse cinco ou seis *dos de Zelanda*, em que só está a resistência(1).

Depois do que escrevi a V. Ex.^a sôbre André Henriques, nos entrou quarta feira pela porta, resoluto a se embarcar para Lisboa, com a nova da prisão de Duarte da Silva(2), com que não há que falar em se pagarem os créditos, por ser o dinheiro nas mãos dêstes homens como fortaleza de homenagem, que nem ao dono se entrega se está preso. O dano que esta prisão faz e há-de fazer ao comércio de Portugal é maior do que lá se considera, e porventura que seja igual ao que se deseja, que não posso cuidar outra coisa. Enfim, senhor, para que o tempo se não passasse, e se acudisse a esta necessidade de alguma maneira, resolveu o senhor Embaixador comigo que André Henriques se não fôsse para Lisboa, senão para Hamburgo, com cartas que lhe démos mui encarecidas para Duarte Nunes, pedindo-lhe quisesse assistir com seu crédito a compra de até seis navios, e segurando-lhe em nome de S. M. a prontidão do pagamento, sôbre o que será bem que V. Ex.^a escreva. Jerónimo Nunes escreveu também a seu pai, animando-o, e cuidou que por sua parte quere igualmente fazer compra de fragatas em Amsterdam, a

(1) Cf. supra, p. 121.

(2) Cristão novo, que dera em Lisboa o crédito de cem mil cruzados para a compra dos navios (supra, p. 109). Preso pelo Santo Offício, saiu no auto de 1 de Dezembro de 1652, com abjuração *de vehementi*, e cinco anos de degredo para o Brasil, pena que não cumpriu.

que eu o tenho exortado com grandes promessas, entre as quais me empenhei também que V. Ex.^a mandaria de aí o dinheiro que fôsse possível, que, suposto o presente apêrto, entendo o terá V. Ex.^a ainda por melhor empregado na compra dos navios, que na leva do terço de infantaria.

Sôbre o provimento do reino, assim de víveres como de munições, tenho feito e vou fazendo a diligência que posso, e se os ministros de S. M. lá pagaram bem, toda a Holanda se nos fiara. Que importa que uns façam por uma parte, se outros desmancham por outra? Entre os navios que se perderam, quis Deus que escapassem os que estavam carregados de pão para Lisboa.

A nova do senhor condé de Castelo-Melhor é muito digna do sobresalto com que foi recebida (1): cá a festejámos como merece, e o senhor Embaixador a mandou logo meter nas gazetas de Amsterdam, para que corra.

Essa carta da senhora D. Ana de Portugal chegou tão tarde, que não pôde ir no correio passado: as letras passei por Jerónimo Nunes, a quem mandei o capítulo da de V. Ex.^a, para que, conforme êle, as dispusesse como vão.

Se V. Ex.^a tem alguma resposta àcêrca daquelas audiências, estimarei saber o que de lá se escreve, porque recebi uma carta de Pero Vieira (2), em que leio grandes desconfianças suas, e enfadamentos de todo o triunvirato. Então diz V. Ex.^a que se quer ir meter no castelo da Vidigueira? Faça V. Ex.^a escrúpulo de tanto amor próprio, e senão aparelhe-se V. Ex.^a para fundar lá um colégio, ou

(1) « Recebi uma carta do Conde de Castelmelhor, meu cunhado, de 16 de Dezembro, em que me diz que o Conde de Altamira, que ao presente está governando a Galiza, o mandou cometer com suspensão de armas ». Carta do Marquês de Niza, de Janeiro 10. Biblioteca de Évora.

(2) O Secretário de Estado.

quando menos dois cubículos da Companhia, que, solitário ou encastelado, não me atrevo a viver senão onde sirva a V. Ex.^a. Sinto não chegar a minha estera a Roma para o fazer nesta ocasião; mas oferecerei pelo bom despacho do sr. D. Simão (1) todas as missas das quartas feiras, que em toda a parte são a maior valia; e saiba V. Ex.^a, em secreto, que se opõe à mesma prebenda o senhor Camareiro-mor (2), para seu irmão. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo, e o nosso reino há mistér. Haia, dia de S. Sebastião de 648. — Criado de V. Ex.^a.

_____ *António Vieira.*

CARTA XIX

Ao Marquês de Niza (3)

1648 — Janeiro 27

Ex.^{mo} Sr. — Recebi a de V. Ex.^a de 17 do corrente, que é resposta da que escrevi em dia de Reis; e, para que V. Ex.^a o tenha a bom presságio, saberá V. Ex.^a que não só em Munster foi rei o embaixador Francisco de Andrada, senão também que o sr. Francisco de Sousa Coutinho representou menos gravemente o cargo, porque pôde vir por seu pé ao coche, o que não aconteceu a S. M. de Munster,

(1) O Marquês de Niza pretendia para o filho, de seis anos, a prebenda de Deão da Sé de Évora, e nesse sentido escreveu ao Cardial de Aix, irmão de Mazarini, a quem D. João IV fizera mercê da diocese. A carta na Bibliotheca de Évora.

(2) João Rodrigues de Sá e Meneses, Conde de Penaguião, mais tarde embaixador na Inglaterra. A pretensão talvez para Pantaleão de Sá, que Cromwell fez degolar anos depois.

(3) Na ed. de 1855. Autógrafo na Bibliotheca de Évora.

que, segundo dizem, foi em braços de quatro, com que não é muito que lhe parecesse o reinado breve. Mas, com a vida dêstes países ser tão ocasionada a semelhantes alegrias, bem me pode V. Ex.^a crer que eu a trocara pela de Paris, ainda que V. Ex.^a não seja rei nem roque: letrados tem V. Ex.^a em casa, que podem julgar se é maior fortuna segurar coroas para muitos anos, ou possuí-las, ainda que foram verdadeiras, por tão poucas horas.

Primeiro que tudo, senhor, sinto muito que o sr. D. Jorge (1), sôbre não recebido em Portugal, se veja tão maltratado em Castela, com que se verifica quão caluniosas foram as causas da primeira resolução; e, quando as houvera provadas, que melhor fiador que o parentesco de V. Ex.^a para o receio? e que outro motivo era necessário para o esquecimento de tudo? Entendo que V. Ex.^a devera escrever apertadamente a S. M. sôbre esta matéria, e juntamente ao sr. D. Jorge, para que o enfadamento lhe não agrave a enfermidade; e, se a dilação dos negócios desse bastante tempo para se poder vir para França, seria o mais eficaz meio, e o mais breve caminho de se acabar de resolver esta quimera em Portugal.

Estimo que a senhora Condessa fôsse a Alvito (2), para que V. Ex.^a se desengane que não são só os netos de S. Francisco (3) os que levam o amor e ocupam as saudades.

(1) D. Jorge Manuel de Albuquerque, cunhado do Marquês de Niza (supra, p. 78, nota 2), escrevera a êste participando-lhe achar-se prêso em Madrid, por ter voltado à côrte, depois que Filipe IV o mandara sair para Portugal.

(2) Condessa da Vidigueira, mãe do Marquês. Em Alvito estaria a Marquesa com os filhos.

(3) Netos de S. Francisco: filhos de D. Maria Coutinho, irmã do Marquês, casada com o Conde de Vila Franca, D. Rodrigo da Câmara, que tinha o palácio a S. Francisco.

As invejas louvo eu muito a V. Ex.^a, por parte do nosso Alentejo, contra o qual se tem armado em Roma o reverendíssimo padre Nuno (1), como tenho por aviso do padre Sebastião de Abreu, procurador dêste negócio naquela Cúria, que escreve a S. M. os procedimentos ou processos dêle, e, segundo o merecimento dos autos, não ficará absolto o D. Assistente, se houver quem forme o libelo e siga a acusação.

O estado em que ficam os negócios de aqui verá V. Ex.^a pela do senhor Embaixador. Até os 2 de Fevereiro esperamos a conclusão desta paz com Castela; da qual segundo opinião de alguns depende a nossa, de que eu muito duvido, se bem o céu ajuda com tanta evidência a nossa parte, que o menor sucesso, que se pode esperar de tão extraordinários favores, é o que aqui pretendemos. Alfim, senhor, a nossa armada está no Brasil há muitos dias, e os navios desta, que mais têm avançado, estão detidos na ilha de Wight, onde sabemos que chegou o general só com catorze ou quinze, e os demais estão arribados em diversos portos de Holanda e Zelanda. Os que de certo se sabe que ou se perderam de todo, ou ficaram destroçados, de maneira que não podem já desta vez acompanhar os outros, são sete ou oito, e destes, quatro de guerra e um, que nomeadamente ia para Angola, mui importante, o qual defronte de Flessinga se foi a pique, sem escapar cousa viva nem morta. Para reparar estes danos têm pedido as Companhias três mil homens, de que se lhes concedem dois mil, mas com certas cláusulas que pôs Holanda àcerca do dinheiro, as quais hão-de dilatar êste socorro. Dê-nos Deus bom sucesso no Brasil, que dêle depende tudo.

Dou a V. Ex.^a o parabém de França haver de ficar em

(1) Supra, p. 128, nota 2.

guerra, como também cá o prometem todas as notícias de aqui e avisos de Munster, e é uma das melhores coisas que hoje nos podiam acontecer, segundo o estado em que as nossas se acham em toda a parte.

Sôbre a *venda que desta guerra* nos quer fazer o *Cardial* escrevi no correio passado o que se me ofereceu(1); e pois V. Ex.^a neste me pede parecer sôbre *a quantidade de dinheiro e navios que se deve dar a França cada ano*, fazendo *nós a liga*, direi o que meu pobre discurso alcança, com a clareza e sinceridade que devo ao serviço de S. M., e à confiança e mercê com que V. Ex.^a me trata.

Digo pois, senhor, *que darmos dinheiro, navios, ou outro qualquer socorro a França*, porque faça *comnosco liga*, suposto o estado a que as coisas têm chegado, me parece que nem é razão nem possível, nem conforme à mente de S. M., e que fazer o contrário seria mais conveniente, ainda para se alcançar *a mesma liga* que V. Ex.^a pretende.

Primeiramente não é razão: porque, se considerarmos o uso em semelhantes ligas, quando os confederados ficam em guerra os socorros são recíprocos e, se há desigualdade nêles, é receberem sempre mais os que podem menos, e estes somos nós. Se considerarmos os exemplos, veja-se o que a mesma França faz com Holanda, com Suécia, com a Lansgravina, com o Modena, e com os demais. Pois se França a todos seus aliados dá socorros, porque no-los há-de pedir a nós, importando-lhe mais a nossa liga que a de todos, e sendo mais os nossos inimigos e mais poderosos, e nós por razão da distância mais expostos a nos fazerem dano? Se considerarmos a necessidade, além de a guerra de França em muitas partes ser

(1) Supra, p. 130.

voluntária, e a nossa em todas forçosa; se França necessita das nossas assistências, porque tem guerra em Catalunha, em Flandres, em Alemanha e em Itália, muito mais havemos nós mister as suas, pois temos guerra em cinco províncias de nossas fronteiras, e em mais de cem léguas de costa, sem haver um palmo de mar ou terra, no circuito de todo o reino, que não esteja exposta à invasão do inimigo e necessite de defesa: e, além desta guerra tão interior, temos guerra em Pernambuco, guerra na Baía, guerra em Angola, guerra nas fronteiras de África, e, segundo já aqui se diz (o que se não é hoje será amanhã), guerra em Goa, em Ceilão, em Malaca, na China, enfim, em todas as partes do mar e do mundo, ou com os castelhanos, ou com os holandeses, ou com os mouros e turcos. Se considerarmos o benefício, grande é o que recebemos na diversão de França; mas não é menor o que ela recebe na nossa, a que deve principalmente suas vitórias; e não só com a guerra de Portugal lhe divertimos e enfraquecemos Castela, mas com a do Brasil lhe divertiremos de aqui por diante Holanda, cujos socorros a Flandres é hoje o principal cuidado e temor de França. Finalmente, se considerarmos as obrigações, nenhuma devemos a França, porque até agora não tem gastado um soldo com Portugal; e França nos tem duas obrigações tão grandes como os dois socorros de navios que lhe demos, maiores ainda pelo tempo em que os tirámos de nós, que pelo número dêles (1). Por sinal que quando soube do primeiro o Príncipe velho de Orange disse estas palavras: «Que pouca política é a de Portugal e que grande *desavergonhamento o de França!*»

(1) Seis naus e uma caravela, em 1646, às ordens de D. João de Meneses; três navios no ano seguinte, comandados por João de Sequeira Varejão; uns e outros para serviço no Mediterrâneo.

E tinha razão: porque recebendo Holanda de França um milhão e dois mil florins todos os anos, e algumas vezes maiores somas, e sendo tão poderosa e abundante de navios como sabemos, nunca deu uma barca a França. E a mesma correspondência tiveram e têm com ela todos os outros, de quem depende menos que de nós. E estas são as obrigações que temos aos franceses, e este seu animo para connosco, que V. Ex.^a conhece melhor que todos, como quem mais tempo os há tratado. E baste por prova (não pela maior, mas pela última) o que estes dias nos succedeu com *Tulherie*: quando aqui vim tratou por vezes de me persuadir que seria bom darmos aos holandeses a Baía; e, porque eu zombei sempre disso, me chamava demasiadamente confiado, como escrevi a V. Ex.^a. Agora que veio recado de Munster, que até o 2.^o de Fevereiro se concluirá o tratado entre Holanda e Castela, disse ao senhor Embaixador que por ora não apertasse pela paz com Holanda, porque, se elles a fizessem, mediariam para que se fizesse também connosco, e quando não que correríamos todos a mesma fortuna. De maneira que, quando França cuidou que a paz de Portugal com Holanda podia ser causa de Holanda se não unir com Castela, quis alcançar esta desunião a preço de uma praça nossa, tão importante como a Baía; e agora que Holanda se uniu com Castela, querem que fique também em guerra connosco, para que nós ajudemos a lhe quebrantar as fôrças, e gaste Holanda contra Portugal o com que podia socorrer aos castelhanos. Se isto é prudência, imitemo-la; mas se isto e o demais são agravos, não os paguemos com inúteis benefícios.

Mas, porque V. Ex.^a me dirá, e eu conheço, que não deve reparar em sem razões quem trata do seu negócio, passemos do irracional ao impossível. E pergunto: De onde havemos de tirar êste dinheiro, estes navios, esta

gente de mar e guerra que havemos de dar a França todos os anos? Se fazendo Portugal os últimos esforços o ano passado não pôde mandar ao Brasil mais que treze navios, e ficou o pôrto de Lisboa sem um patacho, os armazens sem uma âncora nem uma peça de artilharia; de onde havemos de tirar navios para o Brasil, para a Índia, para a costa de Portugal, sob pena de nada entrar nem sair, e demais disto para a França? A máxima mais assentada entre nós, e a que nos reduziu a todas as resoluções, é conhecermos que Portugal não pode ter guerra com Castela e Holanda; pois como a poderemos ter com Castela, com Holanda, e com Itália?

Os políticos do mundo duvidam do successo da guerra em que França hoje fica, porque a vêem empenhada em Castela, em Flandres, em Itália, em Alemanha; e se os braços tão dilatados e poderosos de França não podem arcar seguramente com tantas empresas juntas, como bastará a debilidade, em que hoje se acham os nossos, para acudir a Portugal, ao Brasil, à Índia, à África, e em cada uma destas partes tão distantes, não a um, senão a muitos lugares onde temos guerra, e sôbre tudo obrigarmo-nos a socorros de cada ano para Itália, onde, à menos prática que os nossos pilotos têm daquêles mares, acrescenta o empenho com o perigo de que tão ameaçados estiveram os nossos três navios (1) êste inverno, e alfim foram escapar as vidas onde não puderam acudir à opinião (2).

Mas que melhor argumento desta impossibilidade que o mesmo do Cardial Mazarino, quando, em suposição da

(1) Do comando de João de Siqueira Varejão. Supra, p. 144, nota 1.

(2) *Opinião* no sentido de empresa, porque não tomaram parte os navios em nenhum feito de armas.

paz, nos não queria prometer mais que quatro mil homens de socorro, dizendo que não se atrevia a obrigar-se a mais, porque podia acontecer que não fôsse possível cumpri-lo? Pois se França, havendo de ficar em paz, tinha por impossível um tão pequeno socorro, e quéria que lhe achássemos razão; porque não valerá com ela agora a nossa, e porque lhe não faremos crer que é impossível socorrê-la, quando estamos em toda a parte cercados de tantas guerras? Prouvera a Deus que foram estas razões só aparentes, como as suas, e não tão certas e verdadeiras! E se não, julguemos o futuro pelo passado, e tornemos quatro anos atrás.

No primeiro e segundo ano, depois da aclamação de S. M., recolheu o reino os frutos de suas conquistas pacificamente, pagaram-se os tributos com maior vontade e pontualidade, cresceram à fazenda real os donativos, os bens dos confiscados, o cunho da moeda, e outros aumentos consideráveis, que hoje não pode haver; e, com todo êste dinheiro, o mais a que arribámos (ainda com empenhar as rendas que não estavam caídas) foi um pequeno exército em Alentejo, e uma não grande armada para a costa, que apenas pudémos sustentar, assim no mar como na terra, os últimos dois ou três meses do verão, não sendo o cabedal bastante para mais compridas campanhas, nem o havendo pronto para serem mais antecipadas. Pois se na maior paz e no maior aumento da fazenda pudémos tão pouco; hoje que nós temos de mais, e Castela de menos, um inimigo tão poderoso como Holanda, e quando os frutos das conquistas se hão-de supôr ou perdidos ou impedidos, e os direitos e tributos do reino por todas as razões hão-de ser muito menores: como será possível assistir às necessidades do reino, às das conquistas, e ainda aos socorros de França?

Verdadeiramente, eu não vejo de onde isto possa vir, salvo por milagre. E é muito de notar e reparar neste

ponto que, uma vez que faltemos a França com o prometido, bastará para que ela justifique o rompimento da liga, e para tomar pretexto de nos não guardar o capitulado, sem fazer caso de nossa necessidade, por extrema que seja, como se viu na do ano passado, em que disse Lanier que tinha ordem de se tornar para França se lhe negavam os três navios: resolução verdadeiramente cruel, e que é bem nos não saia da memória. Finalmente, sôbre ser impossível êste socorro, nos impossibilitaremos com êle, quando o prometamos, a reduzir os holandeses a algum acomodamento de paz. Porque, se o verem-nos sômente embaraçados com Castela os fez não duvidar de se fazerem senhores de nossas conquistas; quanto mais certas esperanças conceberão de conseguir esta empresa, se virem uma parte do pouco poder marítimo, que temos, cativa e obrigada aos socorros de França?

Estas e outras impossibilidades se podem e devem considerar neste ponto, ao qual, quando as não houvera, me parece que não ajuda o exemplo dos poderes que trouxeram os plenipotenciários de Munster e Osnabrug; porque, como diz a carta de V. Ex.^a, aquella soma de dinheiro se havia de dar a quem nos introduzisse na paz, e isto [é?] ficarem duas guerras, e uma delas forçada, pois por beneficio da liga nos privamos, como na outra dizia, de poder concertar-nos com Castela, que é matéria digna de consideração. E quebrarem os holandeses hoje a liga a França, a quem podem temer mais que França a nós, também nos deve trazer ao pensamento que, em qualquer negociação, pode haver seguridades e dúvidas, se bem a de França, para que diga tudo, sempre a tenho por menos duvidosa, por ter na nossa conservação o seu interêsse. Os (1) que S. M. lhe

(1) Socorros?

mandava oferecer, de trezentos mil cruzados em dinheiro e dez ou doze navios, para que quisesse continuar a guerra, bem se vê que era em caso que França o fizesse por amor de nós, e não hoje que, ou por fôrça ou por vontade, está desesperada da paz, e nunca se pode interpretar que queira S. M. pagar com o seu dinheiro o que outrem, por própria utilidade ou necessidade, está obrigado a fazer. E êste offerimento parece que era só por uma vez, e não para todos os annos, e, se não se entende assim, prometíamos o que não podíamos nem podemos guardar; principalmente que, quando essas ordens se passaram, não tinham os holandeses ainda rompido connosco, que é circunstância que essencialmente varia o caso e impossibilita a promessa.

Não pretendo com isto persuadir que nos não seja conveniente a liga de França, mas só, como dizia, que não é racional, nem possível, que nós por ela lhe dêmos socorros, antes entendo que, se os não prometermos nem solicitarmos muito, a liga se nos concederá mais facilmente e com melhores partidos. Para o que supponho, como é certo, que França está excluída da paz, e que, ou por fôrça ou por vontade, há-de continuar a guerra, à qual se resolveu só por seus interêsses, e nada pelos nossos, como tantas vezes e tão declaradamente nos desenganaram seus ministros.

Supponho mais, como é ainda mais evidente, que de todos os aliados de França nenhum lhe importa mais que Portugal, por seu maior poder, por fazer a guerra a Castela dentro nas entranhas, pela diversão de Holanda nas conquistas, e principalmente porque, se Portugal fizesse paz com Castela, que é o mais fácil meio de a fazer também com Holanda, no mesmo dia ficava França arruinada; porque contra Castela, Portugal, Holanda e o Império unidos, não há em toda a Europa resistência no mar nem

na terra, e tudo isto conhecem muito bem os franceses. De onde se segue que êste temor há-de obrigar mais a França a fazer a liga, que nenhum outro interêsse de socorros que lhe possamos prometer: porque o socorro, qualquer que seja em respeito de França, nunca pode ser mui considerável; mas o temor de nos podermos concertar com Castela é de tanta consideração, que não importa menos que a firmeza ou ruína de França. E, como esta dependência é tão grande e tão conhecida, se nos apresarmos a pedir a liga, e mostrarmos grande desejo dela, conceder-no-la-hão os franceses com partidos sempre a seu favor; mas, se dissimularmos um pouco, e dermos tempo a que a França discorra sôbre o nosso silêncio, não há dúvida que nos há-de rogar com a liga, e que a há-de fazer como nós quisermos.

Êste discurso é evidente em toda a parte, e nestas onde eu agora ando muito mais que em Paris, porque lá não vemos mais que as grandezas de França, e aqui vêem-se as suas dependências, os seus receios, as suas contemporizações e as suas rogativas. E finalmente, boa experiência tem V. Ex.^a de quanto mais obra com esta gente o medo que a obrigação. Solicitou V. Ex.^a muito acertadamente o primeiro socorro de França e o segundo, a fim que estas demonstrações obrigassem aos franceses, e lhes dessem novo motivo para nos concederem o que queríamos; e o que alcançámos com isto foram desenganos em lugar de agradecimentos. E bastou só que depois se lhes dêsse a entender que alguma diferente resolução era possível, para mudarem logo de estilo em todas as partes, e para prometerem os novos socorros que tão obstinadamente negavam.

Assim que, senhor, continuando a forma em que V. Ex.^a com tanto acêrto tem respondido, me parece que, quando

os ministros de França tornarem a falar nos socorros, se lhes deve responder que Portugal assistirá àquela coroa, até ao tempo da paz ou trégua, com número de oito navios, a qual condição não começará a ter seu efeito senão depois de feita a paz entre Portugal e Holanda, pois se entende que, formada a de Castela, se concluirá também esta. Porém que, em caso que esta paz se não efectue, ou pelo tempo que durar a guerra, Portugal de nenhum modo pode assistir a França com socorro algum de dinheiro, nem navios, mais que com as diversões de Castela e Holanda, cuja importância é tão grande que não deixará França de nos conceder a liga, e procurar ter-nos seguros com ela. E, quando contudo os ministros franceses insistam, com se lhes mostrar a impossibilidade tão notória em que estamos, e com lhes dizermos que não nos queremos obrigar ao que depois não podemos cumprir, parece que é toda a satisfação que lhes devemos dar; e, se os deixarmos que cuidem nela, êles tomarão melhor conselho.

Até domingo se espera que se firme a paz, e, excluída França uma vez dela, será coisa mui necessária à utilidade e autoridade que êsses *monsieurs* sejam também requerentes, e que conheçam a diferença dos tempos, como já V. Ex.^a vai experimentando nas audiências e recados do *Cardial*. Deixe-se V. Ex.^a tratar alguns dias com mimo, ainda que a nau da Rochela espere mais um pouco por melhores ventos, que eu confio em Deus que os que correm nos hão-de ser tão favoráveis nessa terra como nêstes mares. V. Ex.^a está hoje com o mesmo jôgo com que entrou em França o Monteiro-mór (1), e porventura avantaçado, e já me tem contentíssimo a esperança com que fico

(1) Francisco de Melo, primeiro embaixador a França depois da Restauração.

de que agora nos há V. Ex.^a de ganhar o que então perdemos.

Ao senhor Embaixador li a de V. Ex.^a; êle responde. E ainda que conheço que o parecer de S. Ex.^a é sempre o melhor, e com que V. Ex.^a se deve conformar, não me permitiu o meu zêlo, nem a confiança que V. Ex.^a faz de mim, deixar de escrever estas mal entendidas razões, assim como me vieram à pena, se bem não tenho aqui outro cuidado. V. Ex.^a, quando as ler, me perdoará a prolixidade, que o ânimo bem sabe V. Ex.^a que é de obedecer e servir a V. Ex.^a, e desejar as maiores conveniências do serviço de S. M., cujos acêrtoes no juízo e disposição de V. Ex.^a estão sempre mui seguros, e nesta matéria, como de tanta importância, se servirão melhor que nunca.

Esquecia-me o de Milão, cujo sitio V. Ex.^a resistiu, como tão valente soldado dessa milícia, e, se acaso isto não é tentação do duque de Modena, segundo os muitos embaraços que tem hoje a guerra de França, bem se pode suspeitar sem temeridade que seria inventado o pensamento, mais para assaltar as nossas bôlsas, que para sitiar aquela praça (1). Mas e mesmo que o sitio se intente, eu creio, da vigilância daquêles anjos da guarda, que a primeira cousa que hão-de fazer é tirar de ali ao senhor Infante. Suposto dizer o De Lione (2) que não queriam praças nem países, senão dinheiro e navios, explicado temos o enigma

(1) « O secretário de Mazarini para as coisas de Itália disse que queriam êste ano sitiar Milão, e que assim quisesse S. M. ajudar para isto com o dinheiro que oferecia a El-rei de Castela pela liberdade de S. Alteza [o Infante D. Duarte], pois que tomando-se Milão ficava êle livre ». Carta do Marquês de Niza. Janeiro 17. Biblioteca de Évora.

(2) M. de Lionne, confidente de Mazarini e secretário particular da rainha Ana de Austria; mais tarde embaixador e ministro dos negócios estrangeiros de Luís XIV.

do correio passado, e que entraram êsses senhores em pensamento de nos venderem a liga, por algumas terras e praças das nossas conquistas, entre as quais devia de ser o Rio de Janeiro a mais requestada: ora espero em Deus que nem êles nem outrem há-de possuir nada delas.

Sôbre os navios, que V. Ex.^a me encomenda, já tenho avisado que não há dinheiro, e que se V. Ex.^a o não mandar não se fará compra; porque a prisão de Duarte da Silva nos retirou não só o seu dinheiro, mas o crédito de todo. Contudo, se V. Ex.^a mandar dinheiro para um navio, eu farei que se comprem dois, pagando-se aqui a metade, e fiando-se a outra para o reino, enquanto de lá vem mais saneados efeitos.

Não estranhe V. Ex.^a a pouca cifra desta e da passada, porque o ser tão larga, e alguma dôr de olhos com que fico, me impossibilitou a continuá-la. E também me seguiu o senhor Embaixador que não há perigo. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo. — Haia, 27 de Janeiro de 648.

Dos dois papéis do reverendo Padre frei Francisco (1) pude até agora ler só o dos versos, que eram merecedores de se imprimirem em bronze, como as imagens que descrevem. Não vi nem creio que é possível cousa melhor, e bem sabe V. Ex.^a que não sei lisonjear.

O Padre João Pontilier anda tão valido da rainha de Boémia (2) e mais príncipes desta côrte, que já se não lembra de ninguém; manda seus recados a V. Ex.^a, que em tanta soberania não é pequeno favor. — Criado de V. Ex.^a.

Antônio Vieira.

(1) Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

(2) Isabel Stuart, filha de Jaime I de Inglaterra, viúva do Eleitor Palatino Frederico V, o qual aceitou a coroa da Boémia, foi expulso e morreu refugiado em Holanda.

CARTA XX

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Fevereiro 3

Ex.^{mo} Sr. — A carta de V. Ex.^a, de 24 de Janeiro, recebi com grande alvoroço e li com grandíssimo susto até chegar à última regra, em que retobrei o ânimo que me costumam dar todas as de V. Ex.^a.

Cá nos tinham chegado as relações de Munster, e, ainda que elas davam a paz por concluída, nós o entendemos tanto pelo contrário que, desde aquela hora, demos por segura a guerra entre Castela e França, fundando-nos na mesma liberalidade com que os franceses concediam quanto se lhes pedia, entendendo que o intento do *Cardial* é continuar a guerra, e justificar com França e com o mundo que não ficou por sua parte. E quando Castela viesse no de Lorena (2), estava de reserva Nápoles e, se fôsse necessário, Portugal, para desfazer tudo. Finalmente, França aqui e em todas as partes está levantando grandes exércitos, e estas prevenções só as faz quem quer guerra ou melhorar de partido; e, pois os franceses cediam de todos, sinal era que estavam seguros de não haver concêrto, ou já por sua vontade ou pela dos castelhanos.

Emfim, senhor, ontem às nove horas da noite chegou aqui extraordinário de estar em Munster firmada a paz

(1) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) Mazarini, que ambicionava já unir Lorena à França, consentia em restituir ao duque Carlos IV, aliado da Espanha, as terras de que êste fôra esbulhado, com excepção de Nancy.

entre Castela e estes Estados, por todas as províncias dêles, menos a de Utrecht, que não quis firmar. Assinaram-se dois meses para vir de Espanha a ratificação, no qual tempo não cessarão as hostilidades: Mr. de la Tulherie nos disse que entende se desfará o congresso, e que se dizia que Castela mandava logo a estas províncias dois embaixadores: extraordinário o conde de Penharanda, e ordinário o Brum (1).

Na noite de sábado tinha chegado de Amsterdam Mr. de la Tulherie, e logo no domingo veio ver o senhor Embaixador; e ainda que estão tão amigos que não guardam correspondências nas visitas, a de ontem tocava mais ao senhor Embaixador, e assim nos pareceu misteriosa. As primeiras palavras com que entrou foram que tínhamos guerra e mais guerra [não sendo ainda chegado o extraordinário (2)], e depois, falando-se nas matérias do Brasil, vimos nele diferente linguagem da dos tempos passados, assentindo nos discursos àquelas proposições que soavam mais a rompimento que a composição. Por ser depois de sábado, e antes de segunda feira, julgámos que esta visita foi mandada de lá, e que foi ou querer-nos segurar da guerra de Castela, pelas dúvidas que lá houve, ou vir-nos inclinando à de Holanda, ou, o que é mais certo, uma e outra cousa. Bom é que comecemos a lhes dar cuidado, e melhor será se nos aproveitarmos do tempo e da ocasião, como êles fazem.

Teve o senhor Embaixador conferência, não pedida, em que experimentou menos rigores que nas passadas, e vieram todas as Províncias, mas não se concluiu nada. Se

(1) António Brun, plenipotenciário da Espanha em Munster. Poeta e escritor político, natural de Dôle.

(2) O correio extraordinário.

esperavam pela assinatura da paz com Castela, nos mostrarão agora os efeitos. O que eu tenho por sem dúvida é que, de aqui por diante, teremos dois novos competidores que solicitem a guerra e procurem estorvar-nos a paz, que serão, públicamente, o embaixador de Castela, e em secreto o de França: o primeiro para que Holanda nos enfraqueça a nós, o segundo para que nós enfraqueçamos a Holanda.

Já avisei a V. Ex.^a que André Henriques não quis fazer contrato com o flamengo, por se não obrigar à paga. Como V. Ex.^a o aprova tanto, verei se quer Jerónimo Nunes tomar à sua conta êste negócio. Para o da fragata «Fortuna» não temos aqui a André Henriques, e assim determino eu ir a Amsterdam, para com Jerónimo Nunes nos pômos em preço e a comprarmos, ou só ela com o dinheiro na mão, ou ela e outra do mesmo porte, ametade paga aqui, e a outra ametade em Portugal, que vem a ser o mesmo dinheiro.

Mas não sei se irá nesta ocasião o embaixador Francisco de Andrada, porque na carta, que hoje recebeu o senhor Embaixador, se inclina a ficar mais ali dois meses para ver o fundo a êstes negócios. E o mesmo aconselha a Cristóvam Soares (1), e condena a pressa com que se quer ir para essa côrte, e só lhe aprova o desejo de melhorar tanto de companhia, no que também eu lhe acho muita razão. Sôbre o demais se podem tirar várias consequências, em que me não meto.

As novas de Nápoles são muito boas; desgraça foi que os nossos navios não tivessem parte no bom successo (2). Do

(1) Cristóvam Soares de Abreu, secretário da embaixada em Munster, transferido para igual cargo em Paris.

(2) Veja-se a referência a pág. 146.

cadafalso de Lisboa (1) não temos mais notícia que a geral, nem sabemos de outra prisão que a de Duarte da Silva. Hontem escreveu Lopo Ramires ao senhor Embaixador que, a causa disto, se não achava em Amsterdam quem quisesse passar um vintém para Lisboa. E em Hamburgo, estando embarcadas muitas munições, que iam para S. M. por conta de Duarte da Silva, tanto que se soube da sua prisão as desembarcaram logo, estando algumas já no fim da Ribeira, com que fica menos de estranhar o que fez Bento Osório (2). Duas cousas me admiram a mim mais que todas: a primeira que se fizesse em Portugal o que se fez; a segunda que, depois de feito, se não pusesse remédio aos assentos e mais negócios de El-rei, para que não faltassem; mas pode ser que um e outro efeito nasça da mesma causa.

Folguei de ver as cartas que desta terra se mandaram a Roma: sôbre a pessoa a quem foram mandadas, tenho que dizer a V. Ex.^a uma cousa bem rara que cá soube. A Vila Real escrevo como passou a história, em que lhe escreveram que houvera adaga (3). Não sei com que tenção levantariam isto. O certo é que os mais dêstes são grandes inimigos de Portugal, e bem o mostra o autor das duas cartas, pôsto que em muitas cousas diz verdade. De saírem no cadafalso os três judeus do Recife se queixaram muito os Estados nesta última conferência, em que declaravam que êles tinham aquêles homens por seus vassallos, e que o castigá-los era contra o capítulo 21 da trégua (4).

(1) Auto da fé na Ribeira, em 15 de Dezembro de 1647.

(2) Supra, p. 121.

(3) Supra, p. 128, nota 1.

(4) Saíram penitenciados no auto de 15 de Dezembro, e abjuraram, cinco e não três judeus de Pernambuco, portugueses de naturalidade,

E neste mesmo tempo chegou uma carta de S. M., em que diz que aquêles homens são da jurisdição eclesiástica, em que êle não tem poder, e que se lhe não torne a falar naquela matéria. Bemdito seja Deus, que só para estas valentias temos resolução. Dessa côrte esperamos a de que principalmente dependem nossos negócios, a que não ajudará pouco estar esta paz já firmada. Deus nos traga boas novas, e guarde a V. Ex.^a muitos anos, para que por meio de V. Ex.^a as tenhamos. — Haia, 3 de Fevereiro de 648.

Na passada falei dos versos; nesta só digo que a prosa é ainda melhor, não porque o possa ser, mas porque a li depois; o que importa é que El-rei premeie ao Padre frei Francisco como merece; que êle honre o reino como pode. — Criado de V. Ex.^a.

António Vieira.

CARTA XXI

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Fevereiro 10

Ex.^{mo} Sr. — Neste correio recebi duas cartas de V. Ex.^a, ambas do último de Janeiro, e não estranho nada do que nelas leio, porque êsses são os termos que sempre tem experimentado Portugal nas boas vontades dêsses minis-

colhidos de armas nas mãos entre os flamengos. O tratado de tréguas reconhecia ao govêrno holandês o domínio das terras adquiridas no Brasil pela conquista, e por conseguinte a sujeição dos habitantes.

(1) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

tros. E porque, na carta que V. Ex.^a já haverá recebido, discorri com mais largueza sôbre o que me parecia neste negócio, nesta não digo mais que ter por mui acertada e totalmente necessária a última resolução, que V. Ex.^a toma, de avisar por todas as vias a S. M., e esperar resposta sua, para o que eu farei aqui as diligências que V. Ex.^a me ordena, avisando a S. M. em navios que há prontos, e só esperam vento para sair.

Aos pontos de novo, digo: quanto ao dos socorros que, suposto haverem de ser em dinheiro, será bom que V. Ex.^a mande pedir a S. M. a lista do que fazem de custo, muito pelo miúdo, segundo os soldos que levam, os estrangeiros, e que entrem na mesma conta, quanto puder ser, a despesa das levas e condução de gente e cavalos, que é uma partida mui considerável, e que a nós nos há-de custar muito mais, conduzindo a cavalaria e infantaria de outras partes, que todas são mais distantes que França, e de mais dificultosa navegação (1).

Na proposta das praças acho ainda maior sem razão que na de dinheiro e navios (2); mas, porque é cousa possível, e se pode largar antes com aumento que com dispêndio de fazenda, me parece que, havendo S. M. de comprar a liga, seja antes a êste preço que a outro. Não serei contudo de voto que se lhe ofereça sem resposta de S. M., nem ainda que se fale em Tângere, porque êles não nomearam praça, e nós temos também em África Mazagão, a qual se deveria oferecer e pleitear primeiro, em caso que houvés-

(1) « O Cardial . . . mandou prometer ao Marquês, pelo Conde de Briana, secretário de Estado, 6.000 infantes de socorro, durando a guerra, com condição que El-rei desse a França todos os anos 160 mil cruzados ». *Portugal Restaurado* na Parte I, Livro X.

(2) Mazarini, para fazer a liga, pedia em caução duas praças marítimas. O Marquês de Niza queria oferecer Tânger unicamente.

semos de dar alguma. Todas as considerações que V. Ex.^a faz sobre Tângere são de conhecida e praticável conveniência; só na dos soldados se me representa dificuldade, porque aquêles cavaleiros de África quasi todos são nascidos e casados ali, e obrigá-los a que fiquem sujeitos a rei estranho é cousa em que entendo não virão nunca; persuadi-los também a que deixem pátria, casa, mulher e filhos (e isto a um povo inteiro e de soldados que depende de tantas vontades e tão livres) é negócio não fácil de compôr e levar ao cabo, e que, quando se houvesse de emprender, convém que seja com grande destreza e secreto, porque a vizinhança de Castela, e o exemplo de Ceuta, os não convidem a se entregarem primeiro ao castelhano do que nós os entreguemos ao francês. Lembra-me que, falando-se outra vez em semelhante caso, se apontou que aquella gente se passasse a povoar o Maranhão, e se elles quisessem vir nisso, ainda que fôsse fazendo-lhes S. M. mercês, seria grande conveniência.

Emfim, senhor, a matéria é maior que a minha capacidade: França não fica em guerra por amor de nós, senão porque Castela não quer, como elles dizem, e porque o Cardial também não quer como nós sabemos; e, se a esta resolução os podem animar alguma cousa as esperanças de nossos socorros, já hoje se lhe tem oferecido por nossa parte dinheiro e navios, e se lhe tem admitido prática de praças, que é mais do que nós podemos dar nem elles imaginar. Enquanto V. Ex.^a espera resposta de S. M., se declarará o estado em que fica França, e se fôr o de guerra, então capitulará V. Ex.^a com jôgo descoberto e melhor partido; se fôr o da paz, nenhuma cousa nos haverá aproveitado dar-mo-lhes agora Tângere, senão para depois nos pedirem Lisboa, se quisermos que nos socorram poderosamente.

Isto é, senhor, o que me parece, e que nem à reputação de S. M. nem à de V. Ex.^a convém que, na ratificação, se altere o que agora se capitular, não só pela fé pública dos embaixadores, com que não se dará crédito ao que os nossos daqui por diante disserem, mas porque a arrogância de França não está em estado de admitir variedades, pôsto que no-las faça sofrer tantas vezes. Quando em Portugal negaram a França os navios que V. Ex.^a havia oferecido só condicionalmente, atreveu-se Lanier a escrever a S. M. uma carta em que duas vezes chamava a isto enganos: pois que seria se, depois de V. Ex.^a haver capitulado e dito que tem poderes, S. M. não ratificasse o tratado? Assim que, senhor, por todas as razões convém o que V. Ex.^a tem resoluto, de esperar aviso de S. M.

As duas naus de Hamburgo, de 220 e 180 lastres (1), já são de S. M., compradas sôbre crédito de Duarte Nunes, de que tive aviso seu e de André Henriques, mas não do preço. Também entendo que se comprará a de Lubeque, e, se chegar o dinheiro, se fabricarão lá em três meses quatro ou seis fragatas. Duarte Nunes, conforme o que eu lhe prometi, espera que V. Ex.^a lhe remeta dinheiro; mas, com que V. Ex.^a o mande para o negócio que aqui havemos de fazer com seu filho, cuido se dará por contente até vir o de Portugal.

As fragatas de aqui se comprarão artilhadas, e com obrigação de se pôrem seguras em Lisboa, e novas ou de bom uso, porque pode ser que as não haja do estaleiro, e com a paz de Castela esperam achar bons acêrtos. Nas medidas de André Henriques dispense V. Ex.^a, porque êle mesmo tem por melhores as fragatas que aqui achou,

(1) *Last*: medida de capacidade em Holanda e nas praças do Norte, equivalente a duas toneladas.

que as que de lá trouxe desenhadas. Jerónimo Nunes esteve aqui haverá três dias, e eu quis logo ir com êle para fazermos o preço, como V. Ex.^a me ordena. Mas diz que nem o flamengo o há-de fazer, nem êle se há-de obrigar até não estar cá o dinheiro; assim que, V. Ex.^a o deve mandar primeiro, e na maior quantia que V. Ex.^a puder, porque tendo ametade do dinheiro se fiará a outra ametade, para a qual se obriga Jerónimo Nunes, com tanto que eu me obrigue a se lhe pagar, e se fôr a quantidade considerável ainda se nos fiará mais. Mande V. Ex.^a se fôr possível quarenta mil cruzados, e eu prometo a V. Ex.^a que, com fazermos aqui êste pagamento, se nos fiará o que baste para V. Ex.^a mandar a Portugal cinco bizarras fragatas, que estarão à vela seis semanas depois de chegar o dinheiro, e pode ser que mais cedo.

A pressa e o segrêdo deixe V. Ex.^a por minha conta; e suposto ser o segrêdo neste negócio mais necessário que em nenhum outro, não deve passar a remessa do dinheiro a mãos de outra pessoa que das três que disto sabemos, que é o senhor Embaixador; eu e Jerónimo Nunes, e assim pode V. Ex.^a enviar as letras a pagar a qualquer de nós, e de tudo o que se fizer irei dando conta a V. Ex.^a.

Sôbre artilheiros, e também cirurgiões, tinha falado a Jerónimo Nunes para que fôsem de Hamburgo, visto que os holandeses hoje não servem para guerra contra Castela, nem contra Holanda: agora com a ordem de V. Ex.^a verei se há nestas Províncias alguns de outras nações, que nos queiram e possam servir.

Sinto o que Lopo Ramires fez nas letras do dinheiro de D. Luís de Portugal. Ao que V. Ex.^a diz dos dois usos(1),

(1) *Uso*: termo português, introduzido na linguagem corrente do comércio, provavelmente pelos judeus de Holanda e Anvers, signifi-

respondo: *pardonne-moi, monseigneur* (sic); e para que V. Ex.^a veja que devia ser equivocação de quem copiou a carta, mando aqui o capítulo dela, que diz assim: «Faça Vossa Paternidade diligência por achar aí quem lhe dê duas mil libras, passando sôbre mim uma letra a um uso, a qual aceitarei e pagarei a seu tempo, com o câmbio conforme correr na praça». Isto diz o capítulo da de V. Ex.^a, que enviei a Amsterdam, para mais me ajustar com as ordens de V. Ex.^a. Ao senhor Embaixador e a mim nos pareceu que assim estas libras, como as mil e quinhentas, haviam de ser das desta terra, e conforme a esta intelligência pagou S. Ex.^a umas, e eu mandei suprir as outras com a segunda letra do ajustamento, que lá haverá chegado. E, se acaso não foi esta a mente de V. Ex.^a, e nos excedemos na interpretação dela, pela parte que me cabe mando neste correio aviso a António Pereira da Silva que aceite a letra dos trezentos e tantos florins, e a pague à ordem de V. Ex.^a, assentando-a pela conta que tem comigo.

Vão com esta as quitações de D. Luís por duas vias, as quais não mandei logo a V. Ex.^a porque as letras se passaram primeiro aqui, e depois veio o dinheiro de Amsterdam, e não acabou de chegar, nem de se entregar todo, senão no dia em que V. Ex.^a verá da data do recibo.

O padre Pontilier escreve. Éle e eu não cessamos de encomendar a Deus em nossos sacrifícios os bons sucessos de V. Ex.^a, que, se fôrem como eu os desejo, não os queira V. Ex.^a melhores; e, se acaso nesta ou noutras não acertar com o que devo ao serviço de S. M. e de V. Ex.^a,

cando o intervalo usual do saque de uma letra de câmbio ao pagamento; de dois meses entre as praças da Europa, e maior para os países distantes. Cf. J. G. Büsch, autor do fim do século XVIII, cit. por Werner Sombart, *Der moderne Kapitalismus* (1919), 2.º, 530.

protesto que será o êrro das palavras e do entendimento, mas não do coração. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos, como desejo e havemos mistér. — Haia, 10 de Fevereiro de 1648.

A êste ponto me chega carta de Jerónimo Nunes, na qual diz o seguinte: — « André Henriques escreveu carta a Bento Osório, pedindo-lhe que lhe quisesse dar algum dinheiro à conta dos créditos, e eu lhe dei a carta, a que êle me respondeu mil disparates, e que não daria nada, nem vindo carta do mesmo Duarte da Silva, e que não queria tais negócios, e juntou vinte pessoas na Bôlsa, e fez roda de lhe dizer André Henriques que, em lhe dar dinheiro, faria serviço a Duarte da Silva, e o que devia a bom português; com que êle riu e zombou muito, dizendo que era bom holandês, e que tais comissões não eram para êle » —.

Mando a V. Ex.^a êste capítulo, para que V. Ex.^a se sirva de o ver e remeter a Portugal pelos navios de França, que pode ser cheguem primeiro, para que lá se saiba como também tenho avisado o estado em que cá está aquele dinheiro, e se mande remediar por créditos de outros mercadores, que o de Duarte da Silva não vale nada depois da sua prisão. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XXII

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Fevereiro 17

Ex.^{mo} Sr. — No correio passado signifiquei já a V. Ex.^a quão acertada me havia parecido a última resolução, que

(1) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

V. Ex.^a tomou, de avisar e esperar resposta de S. M.; e agora que V. Ex.^a resolve que se parta logo com o mesmo aviso o senhor Residente (1), suposta a licença que tem de S. M., parece que é tudo o que V. Ex.^a pode e deve não só fazer, mas ainda desejar; porque as informações de papéis, e muito mais nos nossos conselhos, ainda que proponham verdades tão claras como o sol, se não têm quem as assista e responda às objecções, e importune pela resposta, têm primeiro as dilações, e depois os fins que V. Ex.^a tantas vezes tem experimentado; e baste por exemplo não se haver ainda respondido às cartas de Fontainebleau, por tantos navios quantos de todos os portos de Portugal tem partido para êstes. Enfim, senhor, venerando eu sempre todas as resoluções de V. Ex.^a como elas merecem, esta me parece inspirada pelo Espírito Santo, para as notícias, brevidade, segurança e acêrto da vontade de S. M., que o do negócio, sendo V. Ex.^a quem o trata, sempre está muito certo.

Antes que passemos a outra cousa saberá V. Ex.^a que chegou patacho de Pernambuco, com aviso que os levantados ficavam batendo o Recife com oito peças, do pôsto que chamam da Seca, e que a nossa armada fôra vista na altura da ilha de Fernão de Noronha por uma fragata, que levou o aviso ao Recife quando êste navio partiu, que foi segundo uns aos 8, e segundo outros aos 18 de Dezembro, que é o mais verosímil, porque aos 8 não podia a armada estar tanto àvante; mas do lugar em que a viram, conforme a monção, podia chegar à Baía em dez ou doze dias, com

(1) António Moniz de Carvalho, que regressava a Lisboa, incumbido de dar conta ao govêrno das pretenções francesas, as quais consistiam em dar Portugal as somas de dinheiro exigidas para a liga, sem esta se ter efectuado até então. Cf. *Port. Rest.*, liv. X.

que iria dar os bons anos a Sigismundo (1). Os juízos desta gente são vários sôbre o successo; eu entendo que a nova antes os há-de ajudar a reduzir que a obstinar, e o senhor Embaixador esta semana há-de instar com todo o género de diligências, por se aproveitar dos efeitos desta nova antes que venha outra que os varie.

Grande cousa é que os ministros dessa côrte segurem com tanta asseveração a guerra: cá nos confirmam o mesmo, mais as evidências ainda que os discursos; porque já em Munster não há mais que um plenipotenciário destes Estados, nem de França ficará cedo mais que Servien (2), e assim se entende que brevemente se desfará de todo aquele congresso, sem outro fruto que a paz entre Holanda e Castela, a qual dizem por esta banda que foi feita só a fim de a não fazerem com França, ou ao menos de que, fazendo-se, fôsse à vontade dos castelhanos e não dos franceses: mas faça-se o milagre, e o demais seja como cada um quiser, que a nós importam-nos mais os efeitos que as causas.

A diferença dos tempos em que se escreveram aqueles papéis ao em que estamos, se França houvera de fazer a paz, não era nenhuma; mas havendo de ficar em guerra, ou por vontade, ou por conveniência, ou por necessidade, há me de dar V Ex.^a licença para que cuide que há tanta diferença de tempo a tempo como de caso a caso, e por isso chamo hoje sem razão ao que no outro tempo julgara por fineza. Êste devia de ser o motivo que tiveram os que foram daquele parecer, que bem sabe S. M., e o Secretário de Estado, que êle e eu fomos sempre de outro voto, e,

(1) Sigismundo van Schkopp. Supra, p. 111.

(2) Abel Servien, Marquês de Sablé, plenipotenciário em Munster, juntamente com o Duque de Longueville e o Marquês de Avaux.

se nos conformámos com aquele, foi violência e não eleição nossa, de que é boa prova a minha vinda a Holanda.

Mas para dizer a V. Ex.^a francamente o que sinto, é que de nenhum conselho que derem a S. M. seus ministros, nem de nenhuma resolução que tomarem nos devemos espantar, porque a experiência nos vai mostrando que ainda das menos consideradas se aproveita Deus, que é o que principalmente nos governa, para conseguir por meio delas os ocultos fins de sua providência, que, assim como são superiores à nossa capacidade, assim os tememos um dia e os esperamos outro, como quem alfim os não conhece.

O senhor Embaixador aqui diz que não espera mais que o sucesso do Brasil, para se meter a profeta de profissão; porque em tudo lhe tem saído verdadeiras suas esperanças, e só falta estar hoje por nosso o Recife, como lhe diz o espírito; e, segundo os milagres que vemos, bem podemos também crer êste. E, em confirmação dêle, se avisa também de Amsterdam que a nossa armada, na altura em que a viram, ia tão chegada à costa que não podia deixar de avistar Pernambuco, que seria tão alegre vista para os nossos como triste para os cercados.

Muito nos admirou que França pedisse só um navio: não sei se seria por ter ruim informação dos outros, que, se o intérprete francês as mandou semelhantes às primeiras, não seriam nada em abôno da esquadra, e muito menos de quem a governava. Êle será muito valente, mas nesta ocasião foi pouco venturoso (1).

Já escrevi a V. Ex.^a que para o preço dos navios se fazer é necessário vir primeiro o dinheiro, e isto mesmo

(1) Refere-se à esquadra de João de Sequeira Varejão, da qual diz em carta anterior: « Desgraça foi que os nossos navios não tivessem parte no bom successo de Nápoles ». Supra, p. 146.

me tornou a escrever hoje Jerónimo Nunes, acrescentando que é necessário apressarmo-nos, porque há muitos compradores; e eu irei a Amsterdam esta semana, para ver se o posso reduzir a que compremos. O certo é, senhor, que todos estes homens estão tremendo com as novas de novas prisões, que cada dia chegam, e ninguém há que se queira misturar com Portugal nem portugueses.

Em Hamburgo está também comprada artilharia para as duas naus. E diz Jerónimo Nunes que muito boa; mas não avisam quanta, nem de que calibre, nem por que preço. Já na passada avisei que, se viessem quarenta mil cruzados, compraríamos sem dúvida cinco fragatas, fiando-se-nos o mais, e assim seria grande cousa poder V. Ex.^a acabar com os mercadores de Ruão, que têm fazenda de S. M., nos dessem esta quantia, e quando não que V. Ex.^a mandasse entregar a mesma fazenda ou efeito à ordem de Duarte ou de Jerónimo Nunes, porque entendo que bastarão estes penhores para sôbre êles, em quanto se não faz dinheiro, nos fiarem o que êles valerem, ou se obrigarem a quem no-lo fie. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Haia, 17 de Fevereiro de 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XXIII

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Fevereiro 24

Ex.^{mo} Sr. — Os parabens que V. Ex.^a me dá da despedida do Duque de Longa-Vila torno eu a dar a V. Ex.^a,

(1) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

pois a matéria é tão grande que os merece muitas vezes repetidos (1). Alfim se fez o nosso negócio, sendo o mais desamparado; e sendo os nossos plenipotenciários os que menos obraram, foram os que mais conseguiram, para que só a Deus se devam dar graças.

O senhor Embaixador tinha determinado mandar visitar o Duque, e ainda fazê-lo em pessoa, se não passasse muito longe desta côrte; mas desviou-se tanto dela, e passou tão súbita e apressadamente, que nem um gentil-homem de Mr. de la Tulherie, que foi aguardá-lo ao caminho, o pôde alcançar. Para comboiar a Mr. de Andrada e Mr. Soares (2), são partidos de aqui 300 cavalos, mandados pelos Estados a petição sua, e os esperamos dentro em breves dias.

Esta semana chegou aqui um mercador de Viana, tomado na altura da Baía (3), que nos confirmou as novas que escrevi a V. Ex.^a a semana passada, e acrescentou que até os 15 ou 16 de Dezembro avistaria a nossa armada a costa de Pernambuco, porque três dias antes fôra vista por uma fragata holandesa em distância só de sessenta léguas, correndo rijamente os nordestes, que é a monção que naqueles meses nunca falta, donde se colhe que em quarenta e dois dias chegou a armada desde a ilha da Madeira a Pernambuco, que, quando fôra uma só caravela, era boa viagem. Mr. Brasset me disse ontem vira carta do Recife, em que se dizia que, com a chegada de uma nau de Zelanda e esperança de irem chegando outras, se

(1) O Duque fôra mandado retirar de Munster, para mostrar o descontentamento de França pelas pazes ajustadas entre Espanha e Holanda.

(2) Francisco de Andrada Leitão e Cristóvam Soares de Abreu, que deixavam o Congresso.

(3) Prisioneiro dos holandeses.

entendia que os do Conselho (1) haviam mandado segundo recado a Sigismundo para que não levantasse da Baía. Estimei esta nova porque, se a nossa armada lá desfizer primeiro aquele poder, não farão grandes efeitos os pedaços da armada que forem de aqui chegando, podendo-se temer muito pelo contrário, se o poder que lá está e o que de cá vai se incorporarem. Segundo carta que aqui chegou de Lisboa, escrita em dia de Natal, já lá havia aviso, por navio do cabo de Santo Agostinho, que os levantados tinham pôsto uma bateria contra o Recife, e segundo julguei da carta com estes canhões o dão já por mamado: qualificada fatalidade é, por lhe não pôr outro nome, que sôbre tantas experiências não acabemos de aprender nem desenganar-nos.

Sôbre a compra de navios tenho escrito repetidamente que é necessário estar cá primeiro o dinheiro. De novo não há que receber cada dia cartas de Jerónimo Nunes, em que me pergunta se é chegado, porque há muitos compradores. Eu não fui a Amsterdam esta semana, assim por esta causa como porque Jerónimo Nunes esteve doente, e eu também andei indisposto, e quási todos nesta casa nos achámos êstes dias menos bem; porque a falta dos gelos nestes paízes é a disposição mais ordinária das enfermidades, e são muitas e agudas as que há, e se tem por certo haver peste êste ano, pela experiência de outros semelhantes. Deus no guarde a nós, e nestes próximos se cumpra sua santa vontade.

Pela carta que o senhor Embaixador remete a S. M., verá V. Ex.^a quanto os Estados têm sentido a resolução que êste ano se tomou na santa Inquisição contra os judeus

(1) Conselho do govêrno, que em Pernambuco ficara substituindo a Maurício de Nassau.

subditos destas Províncias(1); sôbre que seria bem que V. Ex.^a escrevesse apertadamente a S. M.

Enfim, senhor, o que importa é que chegue êste praso, com que V. Ex.^a me convida, de nos vermos cedo em Lisboa, que estarem uns a trabalhar e outros a desfazer é occupação em que, assim como se perde o trabalho, se pode também perder o juizo. Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Haia, 24 de Fevereiro de 648.
— Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XXIV

Ao Marquês de Niza (2)

1648 — Março 2

Ex.^{mo} Sr. — Já outra vez escrevi a V. Ex.^a que não há neste destêrro outro dia de alívio senão o em que nos chegam as cartas de V. Ex.^a, em cujas esperanças se passam todos os da semana. E sendo bastante razão esta, para eu haver sentido muito a total falta que delas tivemos neste correio, se acrescenta a êste sentimento não se saber a causa por que faltaram, que, se bem o senhor Embaixador me assegura de todo desastre, pela experiência que tem de tantos anos, eu me não livrarei do cuidado até o correio seguinte. Também esperava nêste as cartas de Lisboa, e novas dos dois navios que V. Ex.^a nos avisou haviam chegado a S. Maló, e a remessa do dinheiro para os que aqui

(1) Os de Pernambuco, aprisionados, que havendo recebido o baptismo incorriam nas penas do tribunal.

(2) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

se hão-de comprar, que são novas causas de suspensão e impaciência em que passaremos até sábado: quererá Deus que se recompense tudo com recebermos então muito boas novas de tudo, e mui particularmente da saúde de V. Ex.^a, que fôra o meu maior cuidado, se não houvéramos recebido cartas do senhor Residente sem aviso do contrário.

Do Pôrto chegou aqui navio em catorze dias com cartas de 15 do passado, em que se avisa por muitas vias haver chegado a Portugal caravela da Baía, com nova de Sigismundo ter deixado a ilha de Taparica (1): nisto concordam todos, e alguns acrescentam que ao embarcar lhe mataram os nossos novecentos homens. Os navios em que se retirou Sigismundo eram dezoito. Os que de aqui partiram incorporados padeceram no cabo de Finisterra uma terrível tempestade, de que arribou uma nau a Amsterdam muito destroçada, dando semelhantes novas dos que lá ficaram, e se nos disse ontem que alguns haviam arribado a Rochela, de que V. Ex.^a lá terá mais verdadeiras notícias. Da mesma armada do Brasil arribou a Rotterdam outra nau de guerra, que haverá quinze dias que partiu, obrigada da contrariedade dos tempos e muito mais da rebelião dos soldados. Tudo se arma contra esta gente, e em tudo pejeja Deus por nós. Esperamos que com tantos desenganos se lhe abram os olhos, e que acabem de vir em algum acomodamento, que sempre será melhor que a continuação da guerra, e nos deixará mais hábeis para fazermos outros, que tanto nos importam. Duarte Nunes me avisa tem comprado sessenta peças de boa artilharia para as duas naus, mas não diz o calibre: fala com grandes temores do grande empenho em que se tem metido, receando que

(1) Ilha de Itaparica, ocupada pelos holandeses, de onde retiraram em Janeiro, quando chegou a armada do Conde de Vila-Pouca à Baía.

faltem as assistências de Portugal; e verdadeiramente que é matéria digna de grande admiração que venham cada dia navios de tantos portos do Reino, e que, tendo os mais tristes mercadores avisos de seus correspondentes, só aos ministros de S. M. faltem, sendo tantos e de tanta importância os negócios que aqui se tratam. Jerónimo Nunes me escreveu hoje tivera carta de V. Ex.^a com recado de virem as letras no correio seguinte, e por isso o não torno a lembrar a V. Ex.^a. — Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Haia, 2 de Março de 648. — Criado de V. Ex.^a

_____ *António Vieira.*

CARTA XXV

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Março 16

Ex.^{mo} Sr. Meu senhor da minha alma. — Com toda ela tomara poder falar a V. Ex.^a nesta ocasião, em que me acho tão falto de ânimo, e tão fora de mim que é força sejam as palavras de lástima e desesperação, quando era justo que fôsem de consolação e alívio. Em Amsterdam recebi ontem a triste nova (2), de onde logo me parti, por me não achar capaz mais que de sentir e chorar. Considero todas as circunstâncias que tem o sentimento de V. Ex.^a, e me pesa mais que tudo não poder fazer companhia a V. Ex.^a com a presença, como a faço na dor, que é em

(1) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) O falecimento da Condessa da Vidigueira, mãe do Marquês.

mim igual às causas: perdi mãe, perdi senhora, e agora que as choro sem remédio, conheço mais que nunca as obrigações que devo à alma da senhora Condessa, de quem serei perpétuo capelão em quanto me durar a vida; e a V. Ex.^a como seu herdeiro conhecerei sempre por meu amo e senhor, pedindo a V. Ex.^a se sirva de me aceitar de hoje em diante muito em seu serviço como criado desamparado, e da minha parte prometo a V. Ex.^a um tão afeiçoado e fiel coração, como ao presente fica desconsolado e affigido.

No correio passado não escrevi a V. Ex.^a, porque cuidei podê-lo fazer de Amsterdam, para onde me parti logo ao domingo, mas foi o tempo tão contrário, que não cheguei senão à segunda, a hora que não era de correio.

As letras de Leorne não chegaram ainda; as demais fiz aceitar logo. E tenho comprado uma fragata, a melhor destas Províncias, nova, veleira, com vinte e oito peças de boa artilharia, e o mais que V. Ex.^a verá pelo inventário, que não vai agora, por não estar ainda traduzido do flamengo. Quem a vendeu se obrigou a pô-la segura em Lisboa, pagando e sustentando a gente do mar à sua custa, e tudo por menos de trinta e cinco mil florins desta moeda, que foi grande acêrto. Estará à vela no pôrto de Texel de aqui a quinze dias, para se poder embarcar o embaixador Francisco de Andrada, se quizer ir nela, porque ainda não tive tempo de lhe falar; mas, para que se fôsse aprestando, lho escrevi de Amsterdam, e me respondeu que faria em tudo o que cumprisse ao serviço de S. M. e parecesse a seus ministros.

Andava em preço com outros navios, mas não continuarei até resposta de V. Ex.^a, a quem me pareceu representar que o mandar S. M. que se não comprem navios, porque o tem feito por outra via, é em suposição do negócio

a que veio André Henriques, que lá se não sabe estar desfeito ou empatado. De onde parece se segue que comprarem-se aqui os navios, conforme a primeira ordem, não encontra esta segunda, antes se executa o que S. M. supõe e quer, e do contrário se seguiria ficarmos em uma e outra parte sem os navios de que tanta falta temos e tanto havemos mistér. Isto mesmo parece aqui ao senhor Embaixador, e eu irei entretendo o negócio até nova ordem de V. Ex.^a, que seguirei na forma que V. Ex.^a me mandar; advertindo que a terça parte do dinheiro que dou pela fragata é fiada, a pagar cinco meses depois de chegar a Lisboa, que é conveniência que se pode também achar na compra de outras, e que se não deve perder facilmente.

Também está em Amsterdam a pólvora e enxarcias o terço mais baratas do que nunca se viram, e era grande esta ocasião para ir muita quantidade disto segura e sem fretes, e eu estava resoluta a tomar na praça até trinta mil cruzados, que mandar empregados nestes géneros, em que a fazenda de S. M. havia de interessar o dôbro; mas não há quem queira passar um vintém a Portugal com estas prisões dos homens de negócio, e no dia em que chegou a nova da de Duarte da Silva subiu o câmbio a 5%.

O crédito de António Rodrigues de Moraes está aceitado; informar-me hei do estilo, e conforme êle farei o que V. Ex.^a me mandar. A carta que recebi de S. M. é sôbre a licença que lhe pedi para comunicar aquele negócio aqui ao senhor Embaixador, e ainda que S. M. a não duvida, é com cláusula que não saiba disto outrem, e assim o peço a V. Ex.^a, o que entendo até do Secretário Pedro Vieira, porque não vem esta carta de El-rei pela sua secretaria.

As novas, que achei em Amsterdam, das fragatas que de aqui partem e das nossas naus da Índia vão na carta

geral; os negócios de aqui entendo que não terão conclusão até que se ratifique a paz e venha nova do Brasil em nosso favor. Mau é que escapasse Sigismundo com o poder inteiro, porque junto ao que de cá irá chegando será no mar muito superior ao nosso. Navios e mais navios é o que havemos mistér.

Meu amo e senhor, Deus guarde e console a V. Ex.^a como êste criado de V. Ex.^a mais de coração que todos lhe deseja. Haia, 16 de Março de 648.— Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XXVI

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Março 23

Ex.^{mo} Sr. — As cartas que nos faltaram no correio de 21 de Fevereiro já avisei a V. Ex.^a como se nos deram no seguinte, com que V. Ex.^a pode estar livre daquele cuidado.

Muito estimo que no Reino se tenha acudido à falta dos créditos de Duarte da Silva com novas letras de outros mercadores, de que até agora não tem chegado aviso algum: quererá Deus trazer os navios de Lisboa que há muitos dias se esperam, e cessarão os grandes medos com que está Duarte Nunes por se haver metido na compra de aquelas naus, receando que falte a pontualidade nos pagamentos como outras vezes tem experimentado; e o pior é que houve ministro de S. M. que lhe condenou muito a fineza, e o zêlo dos que lha persuadiram.

(1) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

Amanhã parto para Amsterdam, e remeterei a V. Ex.^a o crédito de António Rodrigues de Moraes, e o demais dinheiro ficará à ordem de Manuel Rodrigues de Matos, cujas letras ainda cá não chegaram, e em tudo o mais farei o que V. Ex.^a nesta sua me manda.

O embaixador Francisco de Andrada Leitão fica nesta casa, onde está há dez ou doze dias, de partida para Rotterdam, resolutos a se embarcar em companhia de umas fragatas, que os Estados mandam a correr a costa de Espanha, para segurarem os seus navios dos piratas turcos: (queira Deus que não seja para o serem dos nossos!). Irá na fragata «Fortuna», que fica dando querena, e se entregará em Lisboa pelo inventário cuja cópia vai com esta (1).

Os dois papéis impressos são propostas que aqui fez Mr. de la Tulherie, contra as quais se têm escrito furiosíssimos papéis, em que se dizem grandes males do rei e ministros de França, nomeando-os por seu nome, e se tem por sem dúvida que a paz se ratificará brevemente. Lá o tomara ver, para que a nossa não tivera êste impedimento. As cidades de Holanda mostram inclinação a algum acôrdo; queira Deus trazer-nos tais novas do Brasil que os não esfriem nesta boa vontade.

Se nós tivéramos os tesouros que os franceses fingem, não era mau haverem-se reduzido todas suas petições a dinheiro; mas, como V. Ex.^a lhe tem oferecido o conveniente e êles zombam, S. M. verá o que pode e o que lhe está melhor.

Com V. Ex.^a me dizer que prègou o padre frei Francisco (2) à Rainha, está dito quão aplaudido seria o sermão:

(1) O inventário acha-se publicado no tómo 4.º das *Cartas*, ed. de 1855.

(2) Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

cá me obrigou o senhor Embaixador a prègar dia de S. José, e o fiz conforme o coração com que estava. Anime Deus e console o de V. Ex.^a, como lhe peço em meus sacrificios, e guarde a V. Ex.^a muitos anos, como a casa e criados de V. Ex.^a havemos mistér. Haia, 23 de Março de 648.

O barco, que de aqui enviou o senhor Embaixador, há setenta dias que partiu, e nem temos novas dêle, com que ficamos com grande cuidado. O Residente Cristóvam Soares de Abreu fica buscando dinheiro para a passagem, mas não o acha porque as prisões de Lisboa nos acabaram o crédito. — De V. Ex.^a criado

António Vieira.

CARTA XXVII

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Março 3o

Ex.^{mo} Sr. — Já na passada dei conta a V. Ex.^a como, em virtude da primeira ordem que recebi com as letras, comprei a fragata «Fortuna», conforme o inventário que remeti e com as condições que também tenho escrito; e, como a venda estava celebrada, não foi possível desfazê-la, e assim ficam as letras, ou o procedido delas para quando cair, em mão dos vendedores, que vem a ser, como avisei a V. Ex.^a, os dois terços do preço com o seguro dêles, que monta pouco mais ou menos vinte e três mil e quinhentos florins desta moeda, de que remeterei a conta a V. Ex.^a

(1) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

depois que se ajustar o seguro, e a esta causa torna o crédito de António Rodrigues de Moraes com menos mil libras francesas, como Jerónimo Nunes dirá; que tão grandes são as quebras que trás êsse dinheiro passado a esta praça.

De Lisboa chegaram aqui navios com cartas de 22 de Fevereiro, sem mais novas que haver chegado o barco que o senhor Embaixador mandou de aviso, que ainda não estava despachado, nem as cartas vistas, conforme avisa quem as levou, sendo os negócios de importância que requeria maior brevidade. Os holandeses espalharam aqui que a nossa armada havia chegado à Baía muito destrugada, e falta de alguns navios que se lhe desgarraram e perderam, e que esta mesma fortuna padecera a capitânia e almiranta ao entrar da Baía. Mas ainda que os impossíveis destas novas não bastaram a fazê-las incríveis aos que tanto desejam nosso mal, chegaram depois navios de Viana e Setúbal com desengano de não haver tal recado em Portugal. Eu tive carta do Brasil, vinda no último aviso, em que me dizem que a nossa armada se ficava esperando por horas; que Sigismundo queimara tudo o que tinha em Taparica, que vinha a ser pouco mais que as barracas dos soldados; e que em 13 de Dezembro se embarcara, e em 15 saíra pela barra fora com catorze navios, oito grandes e seis pequenos, bem desigual poder para a nossa armada se lá o achara: mas Deus que ordena tudo fará que seja para melhor.

Os navios que chegam de Portugal, assim a estes portos como aos de Inglaterra, trazem muitos mercadores fugidos, e êles a sua fazenda, e a dos que lá ficam, que é fácil a quem a passa em uma fôlha de papel; e pela mesma causa não há quem aqui queira dar um vintém para Portugal, nem carregar para lá cousa alguma. Esperava que ao menos viessem os créditos ou letras de que S. M. avisou

a V. Ex.^a; mas não resulta sinal de isto em nenhuma parte, e Duarte Nunes não faz senão escrever-me que lhe acuda, como se eu tivera as rendas de El-rei em meu poder: já me não espanto que houvesse quem lhe condenasse o zêlo com que se meteu nesta emprêsa, e o dos que o exortaram a ela.

Nos negócios não posso dizer nada a V. Ex.^a, porque não vi a carta do senhor Embaixador a que V. Ex.^a se remete, por eu estar ao presente em Amsterdam, onde vim deitar fora a fragata, em que se embarcará até sexta feira o embaixador Francisco de Andrada, que hoje chegou aqui da Haia, com que S. M. não poupará sòmente os fretes da passagem senão os ordenados da maior detença, que sem dúvida seria larga se a ocasião não fôra tão forçosa.

Os termos e intentos dessa gente são muito próprios de quem êles são: V. Ex.^a tem feito tudo o que podia e devia, e, com V. Ex.^a deixar a porta aberta à eleição e resolução de S. M., parece que é tudo o que no estado presente e para o futuro nos está melhor.

Notável é a resolução que se toma com o reverendíssimo Escoto (1); pode ser que fôra tão acertado mandar uns para Roma como tirar outros de lá.

Agora me dizem que é chegada a ratificação das pazes por Castela, e que Zelanda diz que não há-de assinar, se os Estados lhe não prometerem novo socorro para o Brasil. Que o desejam e que a França mexe com êles não há

(1) O franciscano Frei António das Chagas (não o poeta e místico famoso), «merecedor do título que tinha de Escoto por suas letras», diz dêle o cronista da Ordem Frei Fernando da Soledade. A referência na carta deve ter relação com a contenda a propósito da nomeação de Frei Martinho do Rosário para Comissário Geral, que durou anos seguidos, pleiteando com acrimónia os interessados nas côrtes de Lisboa e Roma. O caso foi romantizado por Camilo Castelo Branco na *Luta de gigantes*.

dúvida; no correio seguinte avisarei do que houver. Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Amsterdam, 3o de Março de 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XXVIII

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Abril 6

Ex.^{mo} Sr. — A de V. Ex.^a de 27 de Março recebi sábado à tarde nesta Haia, onde cheguei de Amsterdam, deixando já embarcado todo o fato do embaixador Francisco de Andrada e mais bagagem, e só sua pessoa em terra com um criado, para se embarcar na mesma manhã do sábado, pôsto que o dia foi tão tempestuoso e o vento tão contrário que não sei se o faria. A sua tenção parece que não era embarcar-se tão depressa; mas, como bom servidor de El-rei, cortou pelo gôsto ou conveniência que tinha em se dilatar mais nestes países, com que S. M. haverá poupado não só os fretes mas também os ordenados.

Ao que V. Ex.^a me manda sôbre os créditos não tenho que dizer mais que o que já respondi no correio passado de Amsterdam, onde ainda não há mais notícias de novas letras que fazerem uns mercadores flamengos alguns seguros de somas consideráveis, sôbre todos os navios que partissem dos portos de Portugal com fazenda de S. M.: se chegarem, farei em tudo o que couber na minha esfera o que V. Ex.^a me mandar.

(1) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

Aquele homem de Veneza (1) nos tinha alumiado alguma cousa, mas com luzes tão escassas que não pudemos perceber a grandeza do negócio nem a prontidão dêle. Se a praça estivera no estado antigo, bem me atrevera eu a ajudar de aqui com um bom socorro; mas é mais difficiloso hoje achar cem cruzados que noutro tempo duzentos mil, e assim tenho poucas esperanças de poder conseguir alguma cousa; mas passada a festa irei logo fazer todas as diligências.

Da resposta que aí têm as de V. Ex.^a não me espanto, porque conheço essa gente: quer Deus que lhe devamos tudo a êle, e assim o espero em sua misericórdia, e que nos haja de fazer maiores mercês das que nós sabemos desejar. Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Haia, 6 de Abril de 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XXIX

Ao Marquês de Niza (2)

1648 — Abril 13

Meu senhor. — A carta de V. Ex.^a de 3 do corrente recebi, e primeiro que tudo dou a V. Ex.^a as graças e os

(1) O dominicano frei Francisco de la Houe, dominicano, que anteriormente estivera na Índia, e então ao serviço do govêrno português, sob o falso nome de Francisco Taquet, encarregado de promover a liberdade do Infante D. Duarte. O Marquês de Niza tinha escrito: «Se hoje pudéramos ter duzentos mil cruzados [em Itália] veríamos livre o Infante, mas isto com vontade de El-rei de Castela». Carta de Março 27.

(2) Na ed. de 1855. Autógrafo na Biblioteca de Évora. Com a data errada de Março no original.

parabens do que V. Ex.^a me diz no segundo capítulo dela, que, se bem de Veneza se nos têm mandado repetidos avisos de grandes e bem fundadas esperanças, nunca até agora soubemos o que lá passava com esta especialidade. Já disse a V. Ex.^a que, se as praças de Portugal estiveram na reputação dos anos passados, não fôra dificultoso negociar aqui uma grande quantidade de dinheiro; mas passadas as oitavas torno a Amsterdam, e verei se é possível alcançar alguma cousa, pois conheço a obrigação que todos temos de empenhar o sangue nesta ocasião.

Os créditos de Gaspar Pacheco não chegaram, nem novas dêles, com haverem chegado infinitos navios de todos os portos de Portugal, e particularmente o barco que de aqui enviou o senhor Embaixador, em que não recebemos letra que falasse neste negócio. Sinto-o por amor de Duarte Nunes, que está arriscado a lhe succeder um desastre, e toda a culpa me lança a mim, por eu o haver metido nisto, e até o senhor Embaixador tem de mim esta queixa, por ser eu o que o persuadi a que escrevesse, sendo êle de parecer que André Henriques se fôsse para o Reino, e pode ser que seria o mais acertado.

O crédito de António Rodrigues de Moraes tenho remetido na forma que avisei. De Manuel Rodrigues de Matos recebi hoje carta de 10 de Março, com aviso de que vai remetendo a quantia dos vinte e quatro mil cruzados, de que já cá estão letras de quatro para cinco mil, que Jerónimo Nunes fez logo aceitar, e todo o dinheiro estará à ordem do dito Manuel Rodrigues, como V. Ex.^a nos manda.

Os papéis de Mr. de la Tulherie, que mandei a V. Ex.^a, não foi por entender que tinham fundamento os pretextos que nêles propunham; porque é cousa muito pública nestes Estados o ânimo dos franceses, que só tratam de ver se

podem embaraçar ou dilatar esta ratificação. O livro de *Fora velhaco*, e os mais papéis que V. Ex.^a me encomenda, negociarei, e não os poderá levar o dr. Francisco de Andrada, porque já ontem partiu de Texel com bellissimo vento; mas irão no primeiro navio, quando eu os não leve.

De S. M. tive carta em resposta da que de aí lhe escrevi sôbre a minha jornada de Munster (1), de que S. M. me há por escuso, vistas as razões que por parte de V. Ex.^a lhe representei, e me manda licença para me poder tornar para o Reino, o que procurei fazer no mesmo dia, que foi o de têtça feira da semana santa, vendo se podia alcançar ainda a fragata; mas o senhor Embaixador o não consentiu, por ter grandes esperanças que, publicada a paz com Castela (o que se faz de aqui a cinco semanas), se fará logo a nossa, a cujas capitulações me encomenda muito S. M. que assista, em outra carta que tive sua; e na da licença supõe que não há esperanças de isto ter efeito, nem eu o seguro, pôsto que nunca lhe vi mais jeito que agora. Pela carta de S. M., que o senhor Embaixador remete a V. Ex.^a, verá V. Ex.^a como ainda continua a cegueira nas matérias do Brasil, cujos bons sucessos lá se apregoam, e cá não sabemos mais que haverem-nos tomado nove presas, de que hoje tive aviso, todas de Portugal para a Baía e cabo de S. Agostinho, que servem só de levar aos holandeses os mantimentos que lhes faltam. As fragatas partiram com o dr. Francisco de Andrada, e são por todas dez, quatro para as costas de Espanha e seis para o estreito; mas não sei se foram desta vez todas.

(1) Fazia parte da missão de António Vieira acompanhar a Munster D. Luís de Portugal, nomeado plenipotenciário ao Congresso, cargo que nunca exercitou.

A última resolução da audiência, que V. Ex.^a teve do Cardial, me parece que é a que mais nos convinha, suposto o estado das cousas, e agora folgara eu muito que viera a licença de S. M., para que V. Ex.^a o pudera informar de todos os particulares dêste negócio, e muito particularmente do ânimo dos ministros com que V. Ex.^a aí o tratou: quererá Nosso Senhor que tenha chegado esta ordem de S. M., para que, além das importâncias do seu real serviço, acuda V. Ex.^a a tantas outras que verdadeiramente necessitam muito da presença e assistência de V. Ex.^a.

O desembargador Cristóvam Soares (1) se sangrou ante-ontem e purgou hoje, e entendo que se partirá amanhã ou ao outro dia. Guarde Deus V. Ex.^a muitos anos, como desejo. Haia, 13 de Março (2) de 648. — Criado de V. Ex.^a

_____ *António Vieira.*

CARTA XXX

Ao Marquês de Niza (3)

1648 — Abril 20

Ex.^{mo} Sr. — Nesta carta de 10 do corrente me fala V. Ex.^a no crédito das nove mil libras que Jerónimo Nunes remeteu diminuído em mil, e me espanto de V. Ex.^a me perguntar a causa, porque, se a memória me não engana,

_____ (1) De Abreu.

(2) Aliás, Abril.

(3) Publicada no *Boletim da Academia das Ciências*, vol. 10.^o Autógrafo na Biblioteca de Évora.

de Amsterdam escrevi a V. Ex.^a no mesmo correio em que foi o crédito que, por não chegarem as outras letras à quantia dos dois terços que aqui pagámos pela fragata e pelos seguros dela, foi necessário tomar mais mil libras do crédito das nove mil, e esta foi a causa de ir diminuído. A de ir a uso e meio (1), como é cousa que não correu por minha mão, mandei perguntar logo a Jerónimo Nunes, e me respondeu que o fez porque o dinheiro nesta remessa não quebrasse um e meio por cento; assim que, entendendo não ficará por conta de V. Ex.^a perda alguma, nem a fazenda de S. M. o haverá tido. Dêste segundo ponto me diz Jerónimo Nunes que avisa a V. Ex.^a com mais largueza e clareza. Estimarei que, assim nisto como no demais, se tenha cá obrado a satisfação de V. Ex.^a, que é o que por minha parte muito procuro. Quanto à compra dos navios, bem lembrado estou que em um correio chegaram as letras, e no seguinte veio a ordem que se não comprassem; mas quando esta chegou estava eu já na Haia, de volta de Amsterdam, onde deixava comprada a fragata «Fortuna», e também ficaria comprada outra, se me não houvera descontentado por velha: e se Jerónimo Nunes se tivera conformado com que comprássemos antes de chegar o dinheiro, da mesma maneira estiveram compradas quatro ou cinco, por ser isto o que V. Ex.^a me ordenava em todas as cartas antecedentes, e o que tanto convinha ao serviço de S. M. e necessidade do Reino. Assim que, do dinheiro que V. Ex.^a me remeteu não posso já fazer cousa alguma, por estarem as letras nas mãos de quem vendeu a fragata. As de Manuel Rodrigues de Matos, que são duas ou três, com a terça parte da quantia que V. Ex.^a mandou re-

(1) A três meses da data. Cf. nota p. 162.

meter, ficam à sua ordem. A Hamburgo chegaram duas naus de Lisboa, com letras e fazenda de S. M. a entregar a Duarte Nunes: com êle poderá V. Ex.^a tratar esta comutação de dinheiro, ainda que todo o que se empregar em navios será o mais bem empregado, salvo se fôr o necessário para o negócio de Itália, que sempre está diante de todos. O de aqui fica em vésperas de se concluir: agora é necessário untar as rodas, e com pouco se pode ganhar muito. O senhor Embaixador avisa das ordens de S. M.; estou certo que V. Ex.^a o socorrerá conforme a importância. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Haia, 20 de Abril de 648. — Criado de V. Ex.^a

_____ *António Vieira.*

CARTA XXXI

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Abril 27

Ex.^{mo} Sr. — Com a carta de V. Ex.^a recebi as de S. M., e sinto muito que, sôbre tantas razões de pouco gôsto, e necessidade de V. Ex.^a tornar para Portugal, queira S. M. que ainda V. Ex.^a se dilate mais tempo nessa côrte, principalmente quando V. Ex.^a tem chegado os negócios dela ao mais que podiam dar de si, e para S. M. as resolver ultimamente, que é o que só lhe falta, parecia que importava mais a presença de V. Ex.^a daquela banda que desta. E porque totalmente o entendo assim, venho a entrar em

(1) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

pensamento que a demora de V. Ex.^a tem outros maiores fins, e ocorrendo-me que podem ser os do negócio de Veneza (1), dá a V. Ex.^a a minha fantasia ou meu desejo os parabens, em trôco dos quais peço muito a V. Ex.^a se sirva de nos comunicar sempre a melhoria que fôrem tendo estas esperanças.

As dos negócios de aqui verá V. Ex.^a, pela carta do senhor Embaixador, que verdadeiramente são hoje maiores que nunca, e com mais sólidos fundamentos: queira Deus que nos não mintam como tantas vezes têm feito. O ponto da praça de Portugal entendo que não será necessário, e verdadeiramente eu o tive sempre por muito indecente, e assim o escrevi a S. M. (2), quando ainda de Paris lhe falei sôbre as cauções, mas temos por certo que não há-de bater por aí a maior dificuldade.

Não sei em que S. M. se pudesse conformar com o que escrevi a V. Ex.^a, se de aí se infere que V. Ex.^a não há-de fazer tratado, principalmente que o estado a que V. Ex.^a o reduziu últimamente é de muito diferente condição que as passadas, e se aqui fizemos as pazes, como

(1) O negócio era a liberdade do Infante D. Duarte que então se tentava tratar directamente com Castela, ficando o Infante em Veneza, até à paz, sob a guarda da República. Veja-se Ramos Coelho, *História do Infante D. Duarte*, tomo 2.º.

(2) Para ajustarem as pazes pretendiam os Estados Gerais que se lhes desse em caução uma praça de guerra, para ser ocupada por fôrças de Holanda, pagas pelo tesouro português; e sucessivamente pediram o Pôrto, ilha Terceira, Aveiro, Setúbal e até finalmente a Baía. Sôbre isso escrevia o Marquês de Niza: « Em nenhum tempo me hei-de acomodar a êsse parecer bem que haja de se entregar uma praça dentro em Portugal em mãos de hereges, ainda que com isso soubera que se haviam de recuperar os maiores Estados do mundo ». Carta de Abril 19. Biblioteca de Évora.

se espera, é o caso em que eu convinha que déssemos dinheiro e navios, porque então considerava que o podíamos fazer, e assim estimarei que V. Ex.^a me diga com mais clareza o que há nisto.

A quitação mandarei a V. Ex.^a de Amsterdam, onde hei-de ir fazer a conta: e pelo papel do prêgador da Rochela envio a V. Ex.^a êsse outro de um predicante capuchinho, que aqui converteu um padre da Companhia. O padre Pontilier assistiu em Leiden à protestaçoão do seu patrício, e em paga dos pêsames que V. Ex.^a lhe dá manda os dos quatro capuchinhos, de que se faz mençoão no mesmo papel.

Deus os tenha de sua mão e guarde a V. Ex.^a como desejo. Haia, 27 de Abril de 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XXXII

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Maio 4

A permissão que S. M. me tinha dado, de poder tornar para Portugal, se me revogou pelas últimas cartas, querendo S. M. que eu me detivesse aqui, para assistir, segundo entendo, a D. Luís de Portugal, em caso que os negócios desta paz ficassem à sua disposição, o que entendo não será, porque desta vez devem ficar ou desesperados ou concluídos, salvo em alguns accidentes, que melhor se

(1) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

podem negociar do Reino, enviando com que adoçar vontades, do que trabalhando aqui pelas persuadir.

Nos negócios se não tem dado passo adiante, porque aconselharam os amigos que esperássemos pela resolução de Zelanda, onde as demais províncias tinham enviado deputados, a rogar lhe quisessem ratificar a paz com Castela, mas hoje tornaram com novas de a deixarem firme ou obstinada no mesmo propósito: não sabemos ainda as circunstâncias do caso, nem em que virá parar. O certo é que França negoceia eficazmente, porque sabe e pode dar.

De Manuel Rodrigues de Matos tive aviso que já tinha remetido por Veneza os catorze mil cruzados, mas ainda não chegaram mais que sete letras, com vinte e um mil florins de moeda de aqui, que virão a montar pouco mais de dez. Duas estão na minha mão, e as demais na de Jerónimo Nunes, o qual me escreveu hoje que tinha ordem de Manuel Rodrigues, para depois de cobradas as tornar a remeter, que é o contrário do que V. Ex.^a manda, pois me diz V. Ex.^a que se remetam sem se declararem(1). Poderá ser que seja êste o estilo mercantil, de que me informarei amanhã, que vou a Amsterdam, e em tudo o que puder ser serão as ordens de V. Ex.^a pontualmente obedecidas.

No correio passado avisei a V. Ex.^a da necessidade que aqui há de dinheiro, em caso que com efeito se trate de concluir a nossa paz, e o menos que logo-logo podem ser necessários são os vinte mil cruzados, que o senhor

(1) Isto é: sem se cobrarem. O Marquês tinha escrito: «Ordene V. Paternidade que todas as letras que mandar Manuel Rodrigues de Matos se tornem a remeter sem se collocarem; e havendo chegado os créditos de Duarte Nunes pode dêles mandar pagar a fragata «Fortuna». Carta de Abril 24. Biblioteca de Évora.

Embaixador diz que faltam para inteirar os trinta mil, que S. M. ultimamente escreveu lhe mandara remeter de França. E é não só necessário, mas forçoso, que de qualquer parte que seja se nos acuda com êste dinheiro, porque à falta dêle se não perca um negócio que tanto nos importa, ou ao menos que não se faça com as condições que mais nos convenham, as quais é certo se não poderão vencer senão por estes meios.

As letras e pimenta que se remeteu de Portugal já é chegada (*sic*) a Hamburgo, onde se tem comprado outra nau de 250 lastros: bom fôra que as demais agora fôsem fragatas como a «Fortuna». O dinheiro que se deu por ela já tenho dito muitas vezes a V. Ex.^a que se não pode trocar por outro, pois está dado, mas poderia Duarte Nunes aplicar outra tanta quantia ao negócio para que se há mistér êste, pôsto que a importância de S. M. ter navios é tão grande e tão precisa, que sempre eu seria de parecer que aqueles cem mil cruzados se não divertissem [para?] outra cousa, salvo em caso que dêles dependesse o negócio de Veneza, que sempre está diante de tudo; mas Duarte Nunes, com as remessas que agora se lhe fizeram, está tão acreditado que sôbre seu crédito pode tomar tudo quanto fôr necessário.

Desgraçadíssimo foi o successo de Nápoles, e ainda que sempre temido dos prudentes, nunca esperada a brevidade e pouca resistência com que aquella cidade se entregou. Poderá ser que se humilhem um pouco com isto êsses senhores, e entrem em consideração de que lhes importa ter amigos e companheiros (1).

Uma das circunstâncias mais para sentir foi dizer-nos

(1) Nápoles, rebelada contra os espanhóis, rendera-se a 5 de Abril a D. João de Austria, ficando o Duque de Guise prisioneiro.

Taquete (1) que caiu com aquela ruína a máquina, que se tinha fundado sôbre o Duque de Turcis (2), e até na da outra negociação fala com grande frieza. Por esta razão lhe pareceu ao senhor Embaixador que o dinheiro, que aqui está e vem chegando de Veneza, se não remeta até novo aviso de V. Ex.^a, esperando que, pois cá está, se conforme V. Ex.^a com que êle seja parte dos vinte mil cruzados que S. M. manda dar para êste negócio (3), visto estarmos no ponto em que se há-de concluir por uma ou por outra parte; e, para que seja pela que desejamos, importa tanto haver dinheiro, que sem êle ou se não fará, ou com muito inferiores condições. V. Ex.^a se sirva ordenar o que se deve fazer, porque sem ordem de V. Ex.^a se não disporá de um vintém; mas dêste outro dinheiro nos socorra V. Ex.^a, porque será grandíssima desgraça que por falta de tão pouco se perca tanto.

Grande favor foi o das cartas de Duarte da Silva (4), e o será também o da sua soltura, como a de sua mulher e sobrinho; mas se os haviam de soltar porque os prenderam? Não faltará quem diga o porquê, mas eu não quero, porque pode ser que neste caso o saiba melhor que todos. Taquete nos diz que João Delgado Figueira (5) vai a Roma por parte da Inquisição: não sabemos que fundamento

(1) Taquet. Supra p. 182.

(2) A troca do Infante por êste e outros fidalgos prisioneiros que também se tentava negociar.

(3) Da paz com os holandeses.

(4) «As cartas que Vossa Paternidade de aqui escreveu há muitos tempos para Duarte da Silva, e foram por Baiona, se entregaram ao senhor Conde de Odemira, por S. M. ter ordenado por um decreto que as que fôsem para Duarte da Silva se lhe entregassem: favor grande». Carta do Marquês de Niza, de Abril 24. Biblioteca de Évora.

(5) Inquisidor na Índia, Évora e então em Lisboa.

tenha esta nova, porque de Portugal se não fala em tal cousa.

Sôbre as confianças que lá se fazem de Lanier, me lembra que V. Ex.^a avisou a S. M. em cartas que eu escrevi de Fontainebleau. Agora o torno a repetir com todo o encarecimento, pelos exemplos que aqui temos, ainda que o que disse a V. Ex.^a o Cardial não sei que fundamento tenha nesta ocasião; porque muitas cousas escrevi de aqui as quais vejo não só mal recebidas de S. M. e seus ministros mas totalmente reprovadas (1). Deus nos encaminhe e guarde a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Haia, 4 de Maio de 648. — Criado de V. Ex.^a

_____ *António Vieira.*

CARTA XXXIII

Ao Marquês de Niza (2)

1648 — Maio 11

Ex.^{mo} Sr. — Com esta será o recibo do dinheiro que V. Ex.^a me mandou remeter para a compra da fragata, e não especifico quantas libras são da moeda de França porque mo não soube dizer Jerónimo Nunes, e o que V. Ex.^a me diz na sua são seis mil quinhentas e tantas. Se fôr necessário que especificadamente diga a quantia do

(1) « O Cardial... me disse que de Portugal o avisavam que S. M. e seus ministros não faziam senão o que Vossa Paternidade lhe escrevia. Tudo deve nascer do aviso de Lanier ». Carta cit. do Marquês de Niza.

(2) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

dinheiro conforme essa moeda, sirva-se V. Ex.^a de me mandar dizer quantas libras são determinadamente, e logo mandarei o recibo; e se a forma em que vai não fôr boa, pelo pouco uso que tenho disto, V. Ex.^a mande emendar e remeter-ma, para que eu acerte o a-fazer como convém.

Pela carta de Jerónimo Nunes soube estranhara V. Ex.^a que a fragata se não comprasse segura, e que o seguro se fizesse de fora parte, a que respondo que o meu desejo foi de, em todos os accidentes da compra, me conformar com a ordem de V. Ex.^a, mas quem vendeu a fragata não quis segurar nela mais que a terça parte, que se há-de pagar depois de chegar a cinco meses, e assim foi necessario fazer o seguro de fora, e nisto não perdeu nada a fazenda de S. M., porque, quando o vendedor se obrigasse a pô-la segura no Reino, havia de levar de mais o que monta o seguro, por ser muito diferente a obrigação.

As vésperas de concôrto com êstes Estados se chegam cada dia mais, segundo tive por aviso do senhor Embaixador, que também deve mandar a V. Ex.^a, mas não as poderemos cantar com a solenidade que V. Ex.^a deseja, dando-nos V. Ex.^a tão poucas esperanças de dinheiro, sem o qual se não faz festa em nenhuma parte, e muito menos entre esta gente. V. Ex.^a se sirva de nos mandar acudir de qualquer parte, pois êste negócio é de tanta importância, e seria a maior de todas as desgraças que por tão pouco deixasse de se fazer.

Bem conheço que o accidente de Nápoles pode alterar muito todos os negócios, mas como o que se propôs a V. Ex.^a era de qualidade que se não podia concluir sem ordem expressa de S. M., não se tem perdido tempo e, quando se perca ocasião, foi esta uma de aquellas que não está na mão dos homens o preveni-las, e em todo o caso V. Ex.^a terá a glória de haver obrado como convinha.

Já avisei a V. Ex.^a que vinha a Amsterdam saber como havíamos de remeter as letras a Itália, e aqui achei não ser estilo remeterem-se antes de recebidas, e na mesma conformidade vem o aviso de Manuel Rodrigues de Matos. E assim se cobrarão a seu tempo para se remeterem, e entretanto chegará ordem de V. Ex.^a sôbre o que se deve fazer dêste dinheiro, supôsto o que o senhor Embaixador e eu propusemos a V. Ex.^a àcerca dêle, e não torno a falar na mesma matéria, porque a importância dela é o maior encarecimento. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos. Amsterdam, 11 de Maio 648. — Criado de V. Ex.^a

_____ *António Vieira.*

CARTA XXXIV

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Maio 19

Ex.^{mo} Sr. — Recebi a de V. Ex.^a de 8 do corrente, e estimo muito que haja chegado em paz o Residente Cris-tóvam Soares de Abreu (2), por que com sua companhia serão mais fáceis de levar a V. Ex.^a as moléstias dêsse lugar, que na ocasião presente considero maiores pelo enfadamento e soidade que pelo trabalho dos negócios, pois, segundo V. Ex.^a diz, S. M. os quer a diferente preço ou a nenhum, que é ainda maior impossível. Do mesmo

(1) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) Secretário da embaixada em Munster, de onde retirou para igual cargo em França.

mal se padece nesta embaixada, cujos negócios é certo estiveram muito mais avançados se houvera dinheiro com que alhanar dificuldades, e é lástima que, quando temos insensibilidade para perder tanto, não tenhamos ânimo para o gastar ou empregar com tão manifesta usura.

Chegou navio de Pernambuco com doze portuguezes, mestres e mercadores de alguns navios de Portugal que lá nos tomaram, os quais dizem que as presas que tinham feito, desde o primeiro dia de Janeiro até os sete de Março em que partiram, eram vinte e dois, de Lisboa, Porto, Viana e Ilhas, com que o Recife estava mui socorrido de mantimentos e drogas. Já V. Ex.^a vê o ânimo que isto causará nos armadores das fragatas, e quanto poderá esfriar a resolução dos que estavam determinados a fazer paz connosco, que eram os fundamentos sólidos sôbre que as esperanças de acomodamento estribavam até agora. E ainda que estes sucessos do Brasil e o de Nápoles são bastantes a causar qualquer mudança, ainda em gente mais constante que os holandeses, não temos perdido a confiança de se poder obrar alguma cousa: ao menos com esta paz de Castela, que já está ratificada em Munster, teremos cedo o último desengano, pois era o prazo que os confidentes tinham dado. Dizem mais os prisioneiros de Pernambuco que Francisco Barreto era fugido para a Campanha, onde ficava com os nossos (1); e que da Baía viera um barco mandado pelo nosso General da armada, com recado de que se não sabia mais que o não haver sido admitido (2). Agora se diz aqui que, por outro navio

(1) Francisco Barreto de Meneses, mestre de campo general do Estado do Brasil que em viagem para a Baía os holandeses aprisionaram. Pôde escapar-se em Janeiro de 1648, e à frente dos revoltosos derrotou aqueles nos Guararapes.

(2) António Teles de Meneses, Conde de Vila Pouca, que fôra

chegado de Lisboa hontem, se sabe que o Governador António Teles ficava preso por ordem de S. M. na Baía, para se devassar dêle sôbre o caso de Pernambuco (1), e que isto continha o recado do General, acrescentando que tinha ordem para tratar de paz e acomodamento, se os holandeses de Pernambuco o quisessem fazer, a que se diz que responderam que mandasse primeiro retirar as tropas da Campanha.

Notável é o caso de Mademoiselle (2), e muito para reparar nas traças e inteligências de Castela, e em que intento podia ter êste rapto, pois só o do casamento, e em desgraça de França, não parece bastante motivo a tal empenho. Melhores fortunas que esta fadaram algum dia as fadas a Mademoiselle, mas nisto mesmo mostrou que não era merecedora de tanto (3). Deus sabe o que faz melhor que os homens o que desejam. Muito sinto que o negócio de Nápoles atrasasse totalmente, como V. Ex.^a

com uma armada de doze naus socorrer a Baía (supra p. 114), e substituiu a António Teles da Silva no govêrno do Brasil.

(1) O governador cessante António Teles da Silva. A ordem de prisão fôra ardil do govêrno de Lisboa, para fazer crer aos holandeses que contra seus desígnios ocorrera a revolta em Pernambuco, e que de nenhum modo a favorecia.

(2) *Madamuçella* no original.

(3) Refere-se ao episódio escandaloso do mês anterior, dado com M.^{lle} de Montpensier, pretendida noiva do Príncipe D. Teodósio. Certo fidalgo, criado da Princesa, de nome Souchon, atara ocultas negociações para casá-la com o Arquiduque Leopoldo, irmão do Imperador Fernando III, e propunha-se, ao que parece, raptar sua ama e levá-la consigo à Alemanha, de certo com o consentimento da rapta-da; pelo menos assim se contava em Paris. Descobriu-se o trama por uma carta interceptada, e Souchon foi encerrado na Bastilha. Atribuiu-se a intriga a maquinações da Espanha. A Princesa declarou-se sempre alheia a tudo.

diz, o de Veneza, e, suposto que assim é, agora fica lugar de V. Ex.^a nos socorrer com áquele dinheiro, do qual se não dispenderá um real senão fazendo-se o negócio; mas para que haja quem fie as promessas, e para que elas sejam efectivas, é necessário que o dinheiro esteja cá, e das ordens de S. M. vê V. Ex.^a que manda oferecer muito maiores quantias, e seria desgraça muito para chorar eternamente que, por falta do que virá a montar pouco, se perca o que importa tudo. Estimei muito de ver o capítulo da carta daquele Zeloso Honrado (1), com o qual se devem conformar todos os que quizerem bem a Portugal. Nem eu entendo que S. M. nem seus ministros queiram nem julguem outra cousa, se a de que se trata está no estado em que aquele papel a supõe, porque paz e segurança e crédito, comprado tudo pelo que podiam custar dois anos de guerra, quem haverá que o não deseje e rogue muito, e que se não venda, não digo eu por êste preço senão por outro maior? Mas o caso, segundo as informações que cá tivemos, era muito diferente; porque não era de paz senão de guerra; nem de segurança senão de muitas dúvidas; nem para logo senão para quando Deus e os franceses quisessem ou pudessem; nem à custa do dinheiro com que se pode sustentar a guerra dois anos, senão de nós lhe sustentarmos a de Catalunha todos os que ela durasse, ou darmos em dinheiro ou em outra espécie preço equivalente; e finalmente impossível ao estado em que o Reino se acha, que é razão que não tem resposta e tomáramos nós muito que tivesse remédio.

Emfim, senhor, o preço em que últimamente se con-

(1) Provavelmente escrito, sob aquêle pseudónimo, que adyogava aceitarem-se as condições de França para a liga pretendida por D. João IV.

vieram os ministros de França só sabemos por maior que é grande, mas não sabemos quanto, e se é quantidade com que o Reino possa, consideradas suas necessidades, ainda que seja com se vender e empenhar tudo. Eu digo que para ter paz, e para segurar o Reino, que em nada se repare; importa porém que a paz haja de ser paz, e a segurança segurança, e ambas estas cousas são também duvidosas, e tão incertas como o tempo e os mesmos movimentos de França nos vão mostrando, para deixar outras causas de maior contingência, para cuja consideração não é necessário adiantar o discurso aos futuros, basta pôr os olhos no passado. Mas, senhor, não é isto o que eu mais sinto, senão que, quando a impossibilidade nos aparta de uns negócios, a negligência e remissão nos tem totalmente ociosos e descuidados noutros, que se nós quiséramos não eram impossíveis. Já me contentara com que na nossa terra não ajudaram, contanto que não encontrassem o que nos pode estar bem, mas só nisto se não descuidam os que tinham obrigação e ofício de só cuidarem no contrário. Bastem estes enigmas, pois o papel não permite falar com maior clareza, e ainda isto fôra melhor calado, mas não no consente a dôr. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Haia, 19 de Maio 648. Criado de V. Ex.^a

Antônio Vieira.

CARTA XXXV

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Maio 25

Ex.^{mo} Sr. — Já começámos a experimentar privilégios de verão, que foi recebermos esta semana um dia mais cedo as cartas de V. Ex.^a, as quais desejávamos, além do ordinário alvorôço, com grande sêde de saber o estado das cousas e exército de França, pela grande variedade com que aqui chegam as novas por via de Flandres, das quais ainda não ficamos com certeza alguma, nem cuida a teremos até o correio seguinte.

A minha detença aqui será até a conclusão dêstes negócios, que cada dia parece que está mais perto, ainda que não acaba de chegar. Se a voz do povo é de Deus, profecia certa temos de isto se haver de acordar, porque todos falam em conveniências desta paz, e mostram desejo a ela, linguagem que até agora se não ouvia: queira Deus conservá-los nesta boa vontade, e ordenar de modo as cousas do Brasil que não venha de lá alguma nova que tome a desmanchar tudo.

Como fui a Amsterdam quando aqui chegou a carta de Segismundo(2), e aquele ministro fez a revelação dos mistérios dela, supunha eu que uma e outra cousa se havia escrito a V. Ex.^a, e falando nesta matéria com o senhor Embaixador achei não ser assim, e então caí na razão

(1) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) Segismundo von Schkoppe.

porque V. Ex.^a, na carta do correio passado, me disse que folgava que as nossas esperanças tivessem fundamentos mais sólidos, mas que os não sabia; agora escreve o senhor Embaixador com mais largueza do que às vezes o costuma fazer o Secretário que está ausente; e ainda que a segunda parte da história pode ser apócrifa, o desejo que a Província de Holanda tem de fazer a paz, e de não escandalizar a de Zelanda, faz verosímil que buscaria esta traça; mas, de qualquer modo que seja, parece que o negócio tem certeza, pois nos começam a vender as formalidades.

Já mandei a V. Ex.^a quitação do dinheiro que aqui recebemos, ainda que não vai por soma de libras, porque não me soube dizer Jerónimo Nunes quantas eram, e V. Ex.^a, assim nesta como na outra carta, fala por número indeterminado de vinte sete mil quinhentas e tantas. Se a quitação não foi em boa forma; sirva-se V. Ex.^a, como tenho pedido, de me mandar dizer como há-de ser, e irá logo. Sobre o dinheiro de Itália tenho também dito que não está ainda cobrado, que é a ordem de Manuel Rodrigues de Matos, a qual se seguirá tanto que se receber.

Os de Zelanda ainda estão firmes e não se sabe em que isto há-de parar.

Por lá há-de passar Mr. de la Tulherie (1), que parte um dia destes e não deixará de lhes persuadir a constância, ainda que não está seguro de todo que continue; fala-se em que França lhe concederá grandes partidos sobre os comércios de seus portos, mas preguntados os ministros franceses dizem um não que parece sim, e cuido que é uma cousa e outra para darem algum ciúme a Holanda, a qual quer mandar embaixador a essa côrte, e tem

(1) Tuillerie.

nomeado dez ou doze e nenhum aceita a emprêsa: grande testemunho de que a consciência os acusa, e que conhecem que não pode haver satisfação que baste a emendar tão grande êrro, de que poderá ser se arrependam cedo.

Bem conheço que se V. Ex.^a tivera dinheiro o remetera, pois a necessidade é tão grande e tão presente. E já representei a V. Ex.^a que, suposto haver desarmado em vão a máquina de Itália (1), como ainda nesta me diz V. Ex.^a, não seria contra as ordens e vontade de S. M., antes muito conforme a ela, e muito grande serviço seu, aplicar-se em parte ou todo aquele dinheiro a esta negociação, para que se não percam ambas, porque ainda fazendo-se a paz há pontos que importam quási tudo, os quais se não hão-de vencer senão com estas armas.

Passar-se aqui o dinheiro da fragata é muito justo, pois fazendo-se êste negócio temos necessidade de menos navios, mas importa que V. Ex.^a se sirva de o ordenar assim a Duarte Nunes, porque não sei se bastará pedir-se lhe de cá.

Vieram navios de Lisboa, Pôrto e Viana, mas sem nova alguma, nem eu a tive do sobrinho de Duarte da Silva, como de nenhum outro dos que se têm passado a estas partes, porque nem são pessoas que eu lá conhecesse, nem êles se atrevem a aparecer diante de nós, senão depois que, com o tempo, perdem de todo a vergonha.

Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos. Haia, 25 de Maio 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

(1) Supra p. 191.

CARTA XXXVI

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Junho 1

Ex.^{mo} Sr. — Com ser tão grande alvoroço e gôsto, com que sempre recebo as cartas de V. Ex.^a, como em outras tenho declarado, posso afirmar a V. Ex.^a, com toda a verdade que devo, que foi ainda muito maior o sentimento que esta última carta de V. Ex.^a, de 22 de Maio, me causou, por ver nelas interpretadas as minhas em muito diferente significação do que é o sentido e intento com que as escrevi, e o ânimo e affecto com que conheço e venero todas as acções de V. Ex.^a, em que V. Ex.^a me não fica a dever nada, pois fôra o contrário faltar à verdade e à consciência, quando eu fôsse tão ingrato e pouco honrado que me quisesa esquecer de outras obrigações.

Se não fôra agravo da fé dissera a V. Ex.^a que, como um artigo dela, creio que não há maior pureza nem desinteresse que o de V. Ex.^a, e bem sabe S. M. e seus mais chegados ministros que o entendo eu e conheço assim. Nem eu me atrevera a falar em tal matéria, se a carta de V. Ex.^a me não obrigara a vencer as mesmas repugnâncias com que me estou correndo do que digo: pois é êste género de satisfação tão indigno do meu conceito, como o sujeito, sôbre que cai, do que ainda os maiores inimigos se não atreverão a imaginar da pessoa de V. Ex.^a, quanto mais quem em todas as cartas se professa criado de V. Ex.^a, como sempre foi e será.

(1) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

Não me persuado, nem persuadi nunca, que na mão de V. Ex.^a havia grandes somas de dinheiro (1), porque há muitos dias que sei manda V. Ex.^a remeter a Itália todo o que por estas partes tinha S. M., o qual também entendo que não é muito. Nesta conformidade representei a V. Ex.^a, nas primeiras cartas, a grande necessidade que aqui havia de dinheiro, para que por falta dêle (como estes ministros todos são venais) não deixasse de se fazer negócio que tanto importa, reservando sempre que o de Veneza está diante de tudo. E, como depois do successo de Nápoles V. Ex.^a nos escreveu que aquela máquina ou seus fundamentos haviam caído, por isso nas cartas seguintes instei a V. Ex.^a que, dêste dinheiro, se podia acudir a Holanda, para que não se perdessem ambas as negociações, já que uma não sucedesse. Do que o senhor Embaixador escreveu deve êle responder, que eu só posso segurar a V. Ex.^a que a sua vontade e tenção, nas cousas do serviço de V. Ex.^a, é muito sincera e de verdadeiro amigo. Da minha digo, e o pudera jurar, que nunca jamais foi nem podia ser de informar em nenhum caso a S. M. que, por culpa de V. Ex.^a, se deixasse de fazer êste negócio, pois o não ter V. Ex.^a dinheiro, ou o haver S. M. mandado remeter a outra parte o que V. Ex.^a tinha, não é nem pode ser nunca culpa de V. Ex.^a. Desgraça dêste negócio sim, pois havendo tantas experiências e desenganos de

(1) Réplica ao tópico seguinte da carta do Marquês de Niza, em Maio 22: «Conforme as várias cartas que hei recebido neste correio, se deve Vossa Paternidade persuadir que em meu poder está grande soma de dinheiro de El-rei, sendo ela tão pequena que não é nenhum, tendo mandado ao senhor Embaixador trinta mil cruzados, e a Vossa Paternidade mais de onze mil... Não sou dos ministros muito medrosos, nem dos que temem que dêles se façam queixas...». *Biblioteca de Évora*.

que aqui se não faz cousa alguma senão com dinheiro efectivo, nunca S. M. nem seus ministros se resolveram a mandar mais que promessas, que é o mesmo que nada.

Também não quis jãmais dar a entender a V Ex.^a que neste dinheiro de Manuel Rodrigues consistia o fazer-se a paz, porque ainda que eu soubesse tão pouco que o quisesse imaginar assim, sempre V. Ex.^a o entenderia muito de outra maneira, pois tão pouco dinheiro não tinha proporção nenhuma com negócio tão grande.

O certo é que sem dinheiro se não há-de fazer cousa alguma; se com êle se há-de fazer ou não é contingente: e de um e outro sucessò temos frescos exemplos, no dinheiro de Castela que fez o que quis, e no de França que não pode acabar nada.

E para que se não pudésse nunca dizer que, por falta de tão pouco, se deixou de fazer tanto (pois parece que bastará a o facilitar) representei com tanta importunação a V. Ex.^a que nos mandasse êste socorro, para que ao menos a nossa desgraça lhe não ficasse nenhuma desculpa. Esta é, senhor, a verdade do caso, e, se as palavras me foram tão desleais que interpretaram a V Ex.^a a minha tenção de outra maneira, castigue-me V Ex.^a por elas como fôr servido, comtanto que não perca um ponto da graça de V Ex.^a o coração, pois o não merece; e de tudo tomo por juiz a Deus, que ainda é mais exacto nas contas que Pedro Fernandes Monteiro (1).

A facção de Trugilo foi bizarra (2). Sinto a doença do

(1) Desembargador da Casa da Suplicação, Conselheiro e Procurador da Fazenda, e Juiz das Contas do Reino e Casa.

(2) Alusão ao feito de Cristóvam de Carvalho, soldado aventureiro que, fazendo uma correria em território castelhano, libertou e

venerável Pedro de Oliveira (1) a quem devo conduzir-me com a fortuna que costumava. A resolução que em Castela se toma com os cristãos novos é muito parecida à do nosso Reino, e devem ser ambas mui justificadas, com que parece não terá efeito o que V. Ex.^a e eu representámos de aí a S. M. (2). Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos. Haia, 1.º de Junho 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

conduziu a Portugal a condessa da Feira e seus filhos, quando vinha presa de Trujillo, pelo que, e por outros serviços lhe concedeu D. João IV uma pensão. Na portaria respectiva vem referido o caso.

(1) Criado velho e, pelas palavras de Vieira, parece que cocheiro do Marquês. Segundo comunicação dêste, chegara quasi morto à Rochela, indo embarcar com destino a Portugal.

(2) Carta cit. do Marquês de Niza: « Todos os cristãos novos de Castela se vão vindo pouco a pouco, e me dizem que o Inquisidor geral daquele Reino tem dado ordem em segrêdo que a nenhum se ponha impedimento no caminho; por isto e por outras conjecturas se entende que El-rei de Castela os quere lançar de seus reinos nesta forma. A Ruão tem chegado o sobrinho de Duarte da Silva». O Marquês várias vezes insistiu com D. João IV para que fôsem concedidas garantias aos cristãos novos, e a representação, a que Vieira se refere, muito provavelmente é o que o Embaixador tinha escrito sobre a matéria, em carta de 20 de Outubro de 1647, dirigida ao Rei: « O tempo, senhor, não está para se andarem pondo impedimentos ao comércio e negociações dos mercadores, porque faltando comércio e mercadores falta a uma república tudo o de que necessita... Aumente V. M. o comércio, e faça favores aos homens de negócio, dando-lhes muitas liberdades, e quando são judeus queimem-nos, por ser o castigo mais ajustado à razão e justiça, e as fazendas fiquem livres, para as alfândegas de V. M. terem os proveitos que o fisco não dá a V. M.». Biblioteca de Évora.

CARTA XXXVII

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Junho 8

Ex.^{mo} Sr. — Entre as salvas e fogos da publicação da paz (2), recebemos sexta feira, 5 do corrente, as de V. Ex.^a de 29 do passado, e quererá Deus que livres dêste impedimento, que era o que até agora retardava o nosso negócio, chegue êle à conclusão que lhe desejamos. A remessa dos catorze mil cruzados vem muito a tempo, porque até os 15 dêste está mandada convocar a Junta de Holanda, na qual nos dizem se há-de concluir isto; traga-nos Deus tais novas do Brasil que não metam em outras esperanças esta terrível gente. De Portugal nos faltam e tardam há muitos dias, e verdadeiramente nos dá cuidado o parto da Rainha Nossa Senhora, que Pedro Vieira nos escreveu se esperava para primeiros de Abril, e o Padre Manuel da Fonseca, que veio no barco do aviso, nos refere algumas histórias do receio com que S. M. andava: tenha-lhe Deus dado tão bom successo como havemos mistér. Também nos escreveu Lanier que se dava casa ao Príncipe, e me disseram depois em Amsterdam que já estavam nomeados officiais: certo estou eu que o não serão os do triunvirato em que falei a V. Ex.^a (3), como então se cuidava, porque sei de boa parte que não andam dentro da graça.

(1) Impresso no *Boletim da Academia das Sciências*, cit. Original na Biblioteca de Évora.

(2) Entre as Províncias Unidas e Castela.

(3) Supra, p. 139. Quando António Vieira partiu para França eram muito favoritos de D. João IV o Conde de Cantanhede D. António

Do que passou connosco Mr. de Estrada (1) avisa o senhor Embaixador a V. Ex.^a com largueza. Esta manhã se embarcou, e se veio despedir de nós, e, em suposição de aquelle negócio, lhe disse eu que o mais certo e o mais breve caminho de arruïnarmos êstes *Estados era fazermos nós, êles e os suecos uma companhia mercantil muito poderosa, a qual pela comodidade dos nossos portos e conquistas sem dúvida destruiria em pouco tempo o comércio destas Províncias, e consequentemente a elas, pois é o fundamento total de seu poder e opulência, e que isto podiam fazer as três coroas sem quebrar a guerra, nem empenhar gente ou dinheiro mais que o dos homens de negócio, a quem se fazia grande beneficio, o qual redundava também muito consideravelmente no comum de cada um dos Reinos* (2). Perguntou-me Estrada se viria nisso S. M., respondi-lhe que, fazendo-se liga formal entre todas as três coroas, que me parecia que sim. Contentou-lhe muito a prática, e me pediu que lhe fizesse um papel, e que lho mandasse no correio seguinte por mão de Mr. Brasset, traduzido em francês, porque em chegando o queria comunicar logo ao Cardial; eu o fiz ao senhor Embaixador que o aprovou muito. No correio que vem mandarei a V. Ex.^a uma cópia do papel, e agora quis fazer êste aviso por maior, para que V. Ex.^a tivesse noticia de tudo o que cá passámos

Luis de Meneses, futuro Marquês de Marialva, D. Fernando de Mascarenhas, Conde de Serem, filho do Marquês de Montalvão, e D. João da Costa, Conselheiro de Guerra. Com êsses três consultara o Rei sôbre o plano do casamento de D. Teodósio, encarregado a Vieira. Isso consta da correspondência de Lanier. É possível que a êles toque a referência do triunvirato.

(1) O Conde de Estrades, que regressava a Paris de uma missão diplomática.

(2) O itálico em cifra no original, e assim na continuação.

com Mr. de Estrada, em caso que êle chegue primeiro, que cuido não será, porque nos disse vai directamente ao exército (1).

Sôbre Lopo Ramires escreve o senhor Embaixador, e parece que é muito contra a razão e contra a autoridade que o dinheiro de El-rei corra por mão de tal homem. S. M. me mandou que o avisasse do em que poderia fazer mercê a Duarte Nunes, e eu lhe escrevi que uma das cousas era que a fazenda que S. M. remetesse a estas partes se pusesse em suas mãos, e que por elas corressem os ordenados e pagamentos dos ministros, e, quando a V. Ex.^a lhe parecesse, êste era um meio fácil para cessarem as justas queixas que há dêste homem, e o escândalo que chegam a ter os ministros de França de que El-rei se sirva dêle, sendo tão conhecidamente castelhano.

Segundo a interpretação que V. Ex.^a dá aos meus enigmas, vejo que foram demasiadamente escuros (2). Naquele particular também eu me contentara (e não fôra pouco) que se conseguisse o que V. Ex.^a e eu de aí escrevemos; mas o de que eu falava eram cousas do Brasil, tocantes à guerra e ao Estado, e importantissimas à segurança dêle e de tudo. Foram de cá advertidas, como por maior dei conta a V. Ex.^a, e alguma hora mostrarei o papel, e tenho noticias certas que depois de parecerem bem, e se approvarem por todos em conclave, veio um homem que não entra nêle, e bastou para desmanchar tudo; dêste homem e da nossa desgraça é que me queixo, e que não acabemos de nos desenganar, nem fazer o que convém, senão tão tarde e intempestivamente como a prisão de António Teles.

(1) *Ao exército*: provavelmente as fôrças de Condé que então combatiam nos Países Baixos contra Espanha. ;

(2) Na carta de 19 de Maio, *in fine*.

Pela mercê que V. Ex.^a faz a meu cunhado no desejo de o ver livre da sua, beijo a mão a V. Ex.^a (1), e Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Haia, 8 de Junho de 1648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira (2).

CARTA XXXVIII

Ao Marquês de Niza (3)

1648 — Junho 15

Ex.^{mo} Sr. — Grandes duas novas nos trouxeram as cartas de V. Ex.^a dêste correio, como foi a do feliz parto da Rainha Nossa Senhora (4) que nos tinha com tanto cuidado como referi na última, e a da liberdade do senhor D. Jorge (5), que estimo quanto devo a todas as cousas de V. Ex.^a, e de ambas dou a V. Ex.^a o parabém.

(1) Deve ser a referência a Simão Alvares de Lapenha, Provedor da Fazenda em Pernambuco, que estaria prisioneiro dos holandeses. Corresponde ao trecho seguinte, na carta do Marquês de Niza de 29 de Maio: «A liberdade de Francisco Barreto [de Meneses, supra p. 106] estimei, mas desejara que em sua companhia sáisse também o cunhado de Vossa Paternidade».

(2) Do próprio punho sòmente a assinatura e a expressão *Criado de V. Ex.^a*.

(3) Original na Biblioteca de Évora. Impresso no *Boletim da Academia das Ciências*, cit.

(4) A 26 de Abril, em que nasceu o Infante D. Pedro.

(5) O cunhado do Marquês, D. Jorge Manuel de Albuquerque, que saindo de Espanha se achava em Bordéus, aguardando a licença régia para voltar à pátria. Supra, p. 141,

Em retôrno receba V. Ex.^a a nova de Nápoles, que hoje tivemos por via de Roma (1), que ainda que V. Ex.^a a houvera recebido quando esta chegar, como a nós nos aconteceu com a do nascimento do nosso Infante, ela é de qualidade que merece repetida alegria, e que a acrescentará vendo-se por todas as vias confirmada.

.(2)

* V Ex.^a perdõe o riscado, porque nos dizem que com as tropas da campanha há perigo nas postas, e quis antes riscar do que arriscar. Era o negócio de Mr. de Estrada, que irá no correio seguinte, e não fará falta neste, porque há poucos dias que estava ainda em Zelanda.

Os empenhos de Zelanda vieram a parar em um protesto que fizeram aos Estados, com o qual publicaram a paz no mesmo dia que as demais Províncias; e segundo se diz foram êles os primeiros que passaram a Anvers a tratar de seus comércios, em que consiste toda a sua razão e toda a sua fé.

De Portugal vieram muitos navios, mas sem cartas de S. M. nem ordem alguma, e assim nos faltam também as cópias do que escreveu o Conde de Vila Pouca, que estimaríamos muito se servisse V Ex.^a de nos enviar, não só pela curiosidade de saber o que vai pelo mundo, mas porque é bem que aqui se tenha particular notícia de como estão as cousas do Brasil.

De minha parte beijo a V. Ex.^a a mão pelas novas de Mr. de Lanier, cujas cartas são como rêdes de tartaranhas, que levam grado e miúdo, e se S. M. as pudera defender

(1) Correrá a falsa notícia de se haver Nápoles novamente revoltado contra os castelhanos.

(2) Aqui vinte e duas linhas riscadas.

como aquelas, não importara pouco à reputação do Reino. Seu confessor sabe tanto de nós como êle, e ainda que falte à sua alma esta consolação eu seria de parecer que não tornasse a Portugal (1). O senhor Embaixador o apresentou ao Padre Nuno da Cunha, o qual quere que seja eu o que o solicite, para que se dê essa descarga ao Assistente de França. Ao Padre Provincial de Bordéos tinha vindo ordem apertada que o dito Padre ficasse na sua Província, e, ainda que a ordem se tem notificado, êle diz que o fará, mas indo a Portugal primeiro. Se a V. Êx.^a lhe parecer fazer um capítulo ao Padre Nuno da Cunha sem falar em mim, para que de Roma se ordene que, voltando eu para Portugal, o Padre Pontilier torne em direitura para França, era só confirmar a primeira ordem que tem vindo, e tudo ficaria bem feito.

Sem que V. Ex.^a me diga que o tocante a D. Luís e a mim (2) não foi parecer de V. Ex.^a, eu o creio, porque ainda que o primeiro, noutras circunstâncias de tempo e de negócio, tenha seu lugar, o que se diz de mim nem ao negócio, nem à pessoa, nem ao hábito, nem a nenhuma cousa convém. E, se esta nova teve algum fundamento de verdade, seria diligência de quem me deseja longe de Portugal, com o que eu muito me conformo, mas na minha Província (3) e não nestas.

(1) O Padre Ponthelier. Dêle escrevia o embaixador Francisco de Sousa Coutinho ao Marquês de Niza, em 1.º de Junho: «É um famoso espião dos franceses». E em carta seguinte manifestava o desejo de que não voltasse a Portugal.

(2) Ordem para D. Luís de Portugal, acompanhado de António Vieira, substituir os delegados ao congresso de Munster, que se retiravam.

(3) Na província jesuítica do Brasil.

A fragata «Fortuna» a teve ainda melhor do que escreve Lanier, porque sabemos por carta de 16 de Maio, em navio de Setúbal, que havendo partido dois dias e meio depois dos navios dos Estados, e havendo-se detido em Inglaterra quatro dias, chegou três dias primeiro que êles, que é argumento de ser boa de vela: queira Deus que contente no demais ao Conde de Odemira (1).

* Como nem neste nem em nenhum de tantos navios vieram despachos de S. M., havendo chegado a Portugal propostas muito importantes, e que pediam breve resolução, e por outra parte se fala em D. Luís (2) com grande publicidade nas cartas dos particulares, o senhor Embaixador se persuadiu que ou S. M. não quiere paz com os holandeses, ou é servido que êle se parta logo, e esteve quasi determinado a tomar congé dos Estados e embarcar-se.

O Secretário (3) e eu lhe propusemos, e eu quasi lhe protestei, que o não fizesse, e que seria muito em desserviço de El-rei, nem podia ser tal a mente de S. M., do qual eu sabia com toda a certeza que o seu desejo era que sinceramente se efectuasse a paz, e que o faltarem cartas podia ter outra causa, pois não era esta a primeira vez que em todas as embaixadas, e em negócios de toda a importância, se havia experimentado a mesma falta; que S. Ex.^a se devia governar pelas últimas ordens de S. M., e que estas lhe permitiam o despedir-se só em um caso, no qual nós hoje não estávamos, antes com esperanças próximas

(1) Conselheiro de Estado, Vedor da Fazenda da Repartição da Índia, a que pertenciam os assuntos da Marinha.

(2) D. Luís de Portugal, indigitado sucessor de Francisco de Sousa Coutinho.

(3) Feliciano Dourado, secretário da Embaixada.

de concluir; e eu entendo, e assim lho disse, que ainda que o senhor Embaixador tivera ordem expressa de S. M. para se ir, nesta ocasião estava obrigado a esperar, quando menos até a resolução da junta geral que há-de haver neste mês, não só pelas vantagens com que se concluirá o negócio, sendo encaminhado e capitulado por quem o criou e tem todo o conhecimento dêle, e das pessoas com quem se trata, às quais pode obrigar e reconvir pelo que lhe tem dito ou prometido, o que não pode adivinhar quem vier de novo; senão porque o partir-se nesta ocasião meteria em grandíssima desconfiança aos Estados, e se faria toda a negociação suspeitosa, retirando-se e faltando ao tempo de concluir quem tinha feito as promessas, e obrigando-se ao cumprimento e execução delas. E, quando nada disto houvera, o novo tratado ou pensamento que leva à sua conta Mr. Estrada, os estorvos que nos pode fazer França, e o muito a que a pode obrigar o desejo e importância de que fiquemos em guerra com Holanda, são tudo causas novas e mui urgentes, não só para o senhor Embaixador não se despedir nesta ocasião do negócio que tem entre mãos, mas, em caso que o veja mal parado, para encobrir e dissimular sua desconfiança, dando a entender o contrário quanto fôr possível, para que França se reduza; a qual é certo que se não há de empenhar connosco para nos meter na guerra, se vir que nós, ou por necessidade ou por vontade, ficamos nela.

Êste foi o meu parecer, e assim o representei ao senhor Embaixador com a instância que pude. Êle se resolveu a esperar sòmente aviso de V. Ex.^a, que eu tenho por certo será que S. Ex.^a se não despida sem aguardar assim esta resolução como a de França, que não podem tardar muitos dias, podendo-se do contrário seguir grandes danos ao serviço de S. M., de cuja vontade, não constando,

se deve sempre presumir o que mais convém. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos. Haia, 15 de Junho 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira (1).

CARTA XXXIX

Ao Marquês de Niza (2)

1648 — Junho 22

Ex.^{mo} Sr. — Pôsto que em terra de hereges também cá nos chegou o jubileu, a que não faltou concurso nesta nossa igreja, mas eu não poderei negar que devo muito ao jubileu de Paris, pois nos dias dêle me vejo confirmado na graça de V. Ex.^a, em que não falo mais palavra, pois V. Ex.^a me manda, nem quero ser chocalheiro.

Hoje levou o senhor Embaixador um memorial ao Presidente da semana, e Mr. Brasset nos disse que amanhã havíamos de ter conferência; assim que, virão muito a tempo os quinze mil cruzados, e todo o mais dinheiro com que V. Ex.^a nos quiere socorrer. Queira Nosso Senhor que não venha do Brasil alguma nova que mude as esperanças e os pareceres, que geralmente estão inclinados à paz. Da esquadra de Angola se não tem ainda por cá notícia alguma. A Zelanda dizem que chegou navio de Pernambuco com novas de haver chegado a sua armada,

(1) Do próprio punho sòmente a assinatura e a expressão *Criado de V. Ex.^a*.

(2) No *Boletim da Academia das Sciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

a qual se ficava aparelhando para ir ao Cabo de S. Agostinho, mas não se mostram cartas. De Lisboa só vimos uma escrita em 22 de Maio, em que escreve um mercador holandês daquela praça que tinha chegado barco da Baía, com aviso que os de Pernambuco tinham queimado tudo, tanto que viram a armada. O que cá se diz é que os da bateria do Recife a largaram logo, deixando duas peças de artilharia, e se assim foi deviam de queimar as suas barracas, com que se daria ocasião à nova do incêndio geral.

As de Nápoles nos deram hoje mau jantar, com aviso de Taquete que estava tudo pelos castelhanos, como de antes. A empresa de Ransô (1) também foi pouco venturosa, mas não pode tudo suceder como se deseja. O que importa é que Laganez e Cosmander (2) não façam nada.

Ontem escrevemos a S. M. e eu lhe enviei a carta de D. Vicente. Em V Ex.^a escrever sôbre aquele ponto faz V. Ex.^a o que deve ao serviço de S. M., mas eu creio bem e verdadeiramente que semelhantes cartas não só não hão-de ter resposta mas nem hão-de ser lidas. Muito folgamos de ver as cópias do Governador do Brasil, nas quais o vejo falar como soldado da Índia, e não quisera que entrara desprezando o inimigo e suas fortificações.

(1) Conde Josias de Rantzau, general francês que comandava um corpo de exército em Flandres.

(2) Marquês de Leganés: governador que fôra de Milão e Capitão-general da Catalunha, comandante das fôrças castelhanas na fronteira portuguesa. Cosmander: jesuíta flamengo, engenheiro. Nomeado coronel por D. João IV fortificou Olivença e outras praças do Alentejo. Aprisionado pelos castelhanos, passou ao serviço dêles, e morreu em 1648 no assalto àquela cidade. Veja-se adiante a carta de 3 de Agôsto.

Dê-lhe Deus melhor successo que a Diogo de Mendonça (1), que também entrou com a mesma confiança.

A « Confissão do Imprimor », como tinha nome de confissão, foi proibida pelos Estados, cousa desusada na liberdade dêstes paízes, e assim se não acha facilmente; anda-se fazendo diligências; se vier irá neste correio, e senão não faltará no outro. Também saiu a « Absolvição » em flamengo, espera-se que saia traduzida e irá também (2).

Não posso acabar de entender que tenha implicação semana de jubileu com letras de Roma, e assim seja V. Ex.^a servido de que venha em todo o caso a carta do Padre Nuno. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Haia, 22 de Junho 648.

O capítulo que segue é o que foi riscado no correio passado.

Com esta vai cópia do papel que me pediu *Mr. de Estrade*, e lho remeto traduzido em francês, e ainda que nêle considero só os interêsses de França, os nossos são tão grandes que, ainda sem a liga, me parece nos conviria muito este concôrto, e bastavam, quando não houvesse outros, os três seguintes: 1.^o enfraquecermos o poder de Holanda que sempre nos deve ter em receio, como de inimigo tão vizinho em toda a parte; 2.^o crescer o reino a grande opulência e ficar desembaraçado da assistência das conquististas, que tanta gente e dinheiro nos divertem; 3.^o termos o dinheiro de França e Suécia em Portugal, com que estas duas nações ficam empenhadas na nossa defesa como

(1) Diogo de Mendonça Furtado, Governador Geral do Brasil, aprisionado pelos holandeses na Baía em 1624. Supra, p. 19.

(2) *Confissão do Imprimor* (Impressor) e *Absolvição* do mesmo, panfletos relativos a assuntos políticos.

em cousa própria, e tantos procuradores teremos nelas para os nossos socorros quantos forem os interessados nas companhias; e em caso que se faça a liga será esta a melhor caução e os mais firmes refens com que a podemos segurar.

Não respondo a algum inconveniente que se poderá opôr, porque isto se fará quando o negócio se *ponha em prática*, quanto mais que todos os inconvenientes imagináveis neste negócio não podem pesar tanto como *a menor de suas conveniências*; e finalmente, senhor, quando *nem em Portugal nem em França* (do que mais duvido) *pareça bem esta proposição*, nem o negócio tenha efeito, ao menos servirá *de entreter os franceses, e de suspender ou esfriar as diligências que por si e por seus confidentes podem fazer contra o nosso tratado.*

Todo o poder e opulências das Províncias de Holanda consiste principalmente e se funda no seu comércio, de onde se segue que, enfraquecido e arruinado o comércio, se enfraquecerão e arruinarão juntamente as mesmas Províncias, e por este meio suave e quási insensível se pode conseguir breve e facilmente o intento de que se trata, o qual à fôrça de armas seria quási impossível em muitos anos e com grandes despesas de dinheiro.

O modo com que o dito comércio se pode enfraquecer e arruinar é levantando-se em Lisboa uma ou mais companhias mercantis, como as de Amsterdam, compostas dos mercadores das três coroas de França, Portugal e Suécia (entre que se há-de fazer a liga) de todas as quais proporcionalmente se comporão as cabeças que governem a dita companhia, saindo das conquistas para Lisboa, de onde se repartirão as mercadorias, e se enviarão assim para França e Suécia como para os demais portos e reinos de Europa.

Que esta companhia ou companhias de Lisboa hajam

de enfraquecer as de Holanda se prova por duas razões evidentes: 1.^a porque a navegação de Portugal, por benefício do clima, sítio e comodidade dos portos, é muito mais breve, muito mais fácil e livre, e de menos risco. E por serem as conquistas de Portugal povoadas e defendidas pelos portugueses que as habitam, e sustentadas pelas mesmas rendas de suas mesmas cidades, não têm necessidade os mercadores das nossas companhias de pagar soldos, nem edificar e sustentar fortalezas, como fazem os das companhias de Holanda com excessivos gastos. De onde se segue que, sendo naquele comércio muito menores as despesas, será a ganância muito maior, como mostra a experiência. O que será causa de que não só todos os estrangeiros, que têm dinheiro nas companhias de Holanda, senão muitos dos mesmos holandeses, passem secretamente seus cabedais às companhias de Lisboa, porque o dinheiro mercantil corre todo, como a seu centro, ao lugar onde tem mais ganância, e esta será a primeira parte da ruína das companhias de Holanda.

A 2.^a será que, havendo-se de vender as nossas mercadorias (pelas razões sobreditas) a preços muito mais baratos, ficarão logo abatidas as de Holanda, com que ou se não venderão ou se perderão os mercadores.

Os interesses que destas companhias se podem seguir a França são mui consideráveis, porque demais de pôr em fraqueza e ruína as províncias de Holanda, cujo castigo e humilhação é de tanta consequência, e redundante igualmente em dano do inimigo comum, seu novo aliado, todos os mercadores e cidades marítimas de França receberão grandes utilidades com a abertura deste novo comércio, tão desejado até agora de todas as nações; as drogas ultramarinas se comprarão em toda a França a menor preço, e as que nascem e se fabricam no país terão muito

maior saca; os direitos reais se aumentarão, crescerão as drogas navais, e muito dinheiro que está entesourado e ocioso se poderá conservar com lucro, metido nas mesmas companhias por todas as pessoas a quem a qualidade ou inabilidade retirar de semelhantes tratos, como são fidalgos, órfãos, viúvas, lavradores etc., e o mesmo podem fazer as comunidades e Repúblicas, com a segurança e utilidade que nas de Holanda se experimenta.

E cedendo S. M. de Portugal a navegação das Índias às ditas companhias, ficarão desembaraçadas suas armadas, que hoje tem divididas na Índia, Baía e Rio de Janeiro, cujos poderosos navios, encorporados com os que se vão ajuntando e fabricando ao presente em Portugal, comporão um poder marítimo tão grande que não só divirta muita parte das forças do inimigo, e o tenha em perpétuo receio, mas se consigam contra êle outras consideráveis empresas, assim nas frotas da prata, como nas costas de Andaluzia e Galiza, em que será fácil de executar por mar qualquer grande intento.

Resta sòmente considerar se seria conveniente romper logo a guerra, na forma que se praticava, ou continuar com a paz.

Para a conveniência do primeiro se representa o grande dano que receberiam as Províncias de Holanda, vendo-se seus navios juntamente atacados em todas as partes: no mar Báltico pelos de Suécia, no canal de Inglaterra pelos de França, nas costas de Espanha pelos de Portugal, com que efectivamente seria maior o apêrto e opressão em que ficariam as Províncias, e grandíssimas as despesas que seriam constrangidas a fazer nas escoltas de todas suas frotas, mas também não seriam menores as que no tal caso será necessário fazerem-se por parte da liga.

Pelo contrário, se as companhias se armarem debaixo

da continuação e dissimulação da paz, sem empenho algum de nenhuma das coroas, antes com grandes aumentos assim públicos como particulares de todas, se irá enfraquecendo insensível mas eficazmente o comércio das Províncias, e elas, livres de temor, desfazendo-se dos baixéis de guerra que têm; com que o tempo dará lugar a que a experiência e ocasiões ensinem o que se deve escolher, e a guerra se fôr quando e como se julgar mais conveniente e necessário; e isto era o que parecia melhor (1). — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XL

Ao Marquês de Niza (2)

1648 — Junho 29

Ex.^{mo} Sr. — De mui boas novas nos vieram acompanhadas estas últimas cartas de V. Ex.^a, nas quais imos experimentando o que acontece poucas vezes, que sendo boas não só se certificam mas crescem cada hora mais.

(1) Não aprovou D. João IV êste projecto, já antes esboçado por Vieira, na carta de Janeiro 20 (p. 182); e sôbre êle escrevera em 14 de Março ao Marquês de Niza: « Nas cartas que António Vieira vos escreveu, vi que vos apontava poderdes oferecer a França uma companhia de comércio para a Índia, ou uma liga contra os holandeses na mesma Índia, para se repartirem entre Portugal e França presas e praças que lhe tomarem: nem uma nem outra cousa convém nem deveis propôr, antes se vos fôrem propostas as desviareis, com pretextos côrados que não faltarão ». Biblioteca Nacional, Cod. 7163.

(2) No *Boletim da Academia das Sciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

Tanto pode a fôrça da verdade ou do sentimento. Até ontem se dizia o que o senhor Embaixador escreve na sua. Agora que são as 3 horas da tarde vi uma carta de holandês de Amsterdam, interessado na Companhia, escrita a outro holandês desta côrte, na qual diz as palavras seguintes. « Ontem vos escrevi que os nossos se bateram em Pernambuco com os portuguezes, e que da nossa parte ficaram mortos tresentos e da sua novecentos; mas informando-me melhor, e vendo as cartas do Recife, consta que os nossos mortos foram mais de seiscentos, e mais de quatrocentos os mal feridos. Dos portuguezes que morreram não se sabe número certo, só se diz que os levaram em catorze carros ». Até aqui a carta. E, quando o dos carros seja assim, não argúe número considerável, porque os carros daquela terra não levam mais que uma caixa de açúcar, a maior das quais não pesa seis homens mortos. Entre os feridos foi um o general Segismundo. Entre os mortos o coronel Hus, que era o mais antigo, e o coronel Vandennoven, e muitos capitães e officiaes até número de cincoenta, de que aqui se mostram as listas. De prisioneiros, que tomassem os nossos, não sabemos até agora mais que de outros dois coronéis, de que hoje avisou Jerônimo Nunes, e acrescenta que escrevem os do Recife que os portuguezes estão fortes como um muro (que é frase sua). Contudo, dizem estes senhores que os seus ficaram com a vitória: Deus lhas dê sempre semelhantes, pois se contentam dela, mas os rostos não andam muito risonhos. O senhor Embaixador os deixará esta semana, que é da fúria, esperando que para a outra estarão metidos em razão. De maneira, senhor, que temos Pernambuco victorioso, o Rio de Janeiro socorrido, a Baía com armada, Angola com a esquadra do Salvador Correia, que hoje pode ter obrado muito: o que tudo junto, não ficando de

fora a prática dos irlandeses (1), são circunstâncias e disposições sôbre as quais se pode assentar com grandes fundamentos o negócio de Mr. de Estrada, que já deve de estar nessa côrte.

A chegada de António Moniz (2) estimamos muito: todos partem e chegam, algum dia nos virá nossa hora.

Da fragata «Fortuna», se não tem escrito nada até agora; com que não fiquem em falta com o pagamento da parte que se fiou me darei por contente. As três naus de Hamburgo estão prestes e no-las gabam muito: se em Portugal se tiver trabalhado nas que estavam no estaleiro, já pudera formar-se uma boa esquadra.

Nem o Provincial nem o Prepósito (3) lhe parecem muito a propósito ao Padre Pontilier. Também se nos escreve que o Padre Bento de Sequeira será Reitor de Coimbra. Em uma e outra eleição se mostra bem que o Padre Nuno é o que chega uns e desvia outros. Quem poderá agora com êle com esta nova de Pernambuco? O que importa é que nos venham boas do Reino, porque trago muito atravessado êste Langanez e Cosmander.

(1) Em 1643, Pedro Suetman, irlandês, residente em S. Cristóvam das Antilhas, requereu a D. João IV lhe concedesse terras no Grão-Pará, para nelas se estabelecer com 400 companheiros, fugindo à perseguição dos protestantes, e obteve a concessão, logo depois revogada, antes de ter efeito. Em 1646 repetiu o pedido Guilherme Brun, irlandês igualmente. Mais tarde renasceu a pretensão, desta feita para três mil famílias da mesma nacionalidade irem colonizar S. Paulo, parece que patrocinada pelos jesuítas, e a que se opôs o Conselho Ultramarino em 1650. (Documentos no Cod. 7627 da Biblioteca Nacional). É provável terem as palavras do texto relação com estas tentativas.

(2) O secretário António Moniz de Carvalho que chegara a Lisboa.

(3) Padres eleitos para êsses cargos na Companhia de Jesus.

Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo. — Haia, 29 de Junho 648.

Agora sabemos mais que os portugueses de Pernambuco tomaram doze bandeiras. Autor Jerónimo Nunes. Dia acima às 9 da tarde. — Criado de V. Ex.^a

_____ *António Vieira.*

CARTA XLI

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Julho 6

Ex.^{mo} Sr. — O escrito da Rochela que V. Ex.^a nos fez mercê enviar concorda com as «Confissões dos Impressores» destes países (2), cuja tradução envia o senhor Embaixador, e ainda suspeitamos que são diminutas. Já nos contentáramos com que estes senhores estiveram contritos e arrependidos, mas em uns serviu de obstinação, em outros de fúria, e nos menos (que sempre é menor o número dos sisudos) de desejarem o fim de tantos danos por meio de uma segura paz. Esta semana deve de haver conferência: no correio que vem parece que poderemos escrever com alguma certeza, pôsto que ficamos com maiores esperanças que nunca, e eu com o coração muito desassombrado, porque para a guerra ou para a paz sempre é melhor serrar de cima.

_____ (1) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) *Supra*, p. 217. O escrito da Rochela noticiava o desastre dos holandeses no Brasil.

Muito evidentes eram as razões com que trabalhámos por satisfazer a desconfiança ou escrúpulo do senhor Embaixador, mas nenhuma bastou para a aquietar, até que chegaram as de V. Ex.^a, com que se deu por seguro na opinião e o temos de todo sossegado. E assim prosseguirá êste negócio com muito melhor ânimo, e tenho por certo que dentro em poucos dias lhe há-de dar fim, e ainda em mais poucos se não fôr o que nós desejamos. Deus nos escolha o que mais nos convém.

O juízo que V. Ex.^a fez, sôbre as carantonhas daquela ilha que presumira de terra firme, foi alfim o certo, e nós imos tendo mais que suspeitas que nos há-de succeder a nós com ela o que a França. Cada dia nos mete Nápoles em novas esperanças, e cada hora no-las desmente. Ontem me escreveu Jerónimo Nunes que estava preso Genaro Aneze (1), e que se havia descoberto uma intelligência que lá tinham os franceses: parece-me cousa inventada porque não soa por outra parte. Dê Deus à França fora e dentro de casa os bons sucessos que ela e nós havemos mister. Brasset (2) nos segourou que as cousas do Parlamento estavam acabadas e seguras, mas eu não o estarei até que V. Ex.^a nos escreva em outra forma.

Por cá não aparecem cartas de El-rei, e pôsto que um dia dêstes nos deram rebate de um grande paquete parece que foi falso. Não ajudará nada o expediente dos negócios a nova occupação de Secretário de Estado, mas bem é que tivessem aliviador os que não podiam alcançar a graça por mão de Gaspar de Faria (3).

(1) G. Annese, sucessor de Masaniello, entregou Nápoles aos espanhóis, e foi por êles preso e justicado.

(2) Residente de França em Haia.

(3) Gaspar de Faria Severim, Secretário das mercês.

Bem pudera V. Ex.^a dar-me o pêsame da doença do meu amigo o senhor Camareiro-mor (1); não sei quem serviria em seu lugar, pois está morto o antigo substituto, e como êle não morreu não devia de ser seu primo João Nunes da Cunha. O certo é que havia de ter mais pretendentes esta fronteira que a do Alentejo.

Ainda não sabemos que fortuna teve com o Conde de Odemira a fragata «Fortuna», nem tínhamos caído em que o levar tão breve viagem fôra pelos merecimentos dos anjinhos de Francisco de Andrade (2) que nela iam. Se êle fôra lá tão festejado como cá foi o conceito, não tinha mais que desejar; mas escrevem de lá os mercadores flamengos que está mal visto de El-rei, e alguma cousa deve de ser, pois chega à Rua Nova. O que mais se deve sentir é o pesar que disso há-de ter seu colega (3), o qual já estava desassombrado do Conde de Penharanda, que saiu de Munster para Flandres, de onde dizem que virá a Holanda, e que de aqui se embarcará para Espanha.

Não só são os prelados que faz o Padre Nuno da Cunha a desgôsto nosso (4), mas todas as ordens suas, das quais se não livram nem os que estão em países livres. Saberá V. Ex.^a que por via de Bordeus e pela de Paris se tem mandado ordens de Roma, ao Padre J. Pontilier, para que não torne comigo a Portugal, e fique na sua Província de França, o que eu sinto quanto não posso encarecer a

(1) João Rodrigues de Sá, Conde de Penaguião.

(2) Francisco de Andrade Leitão, Plenipotenciário ao Congresso de Munster, que nesse navio voltara a Lisboa.

(3) Luís Pereira de Castro, cujas desavenças com o companheiro foram a principal causa de se retirar êste para o Reino. Por equívoco diz a nota de pág. 111, que Luís Pereira se achava no mês de Dezembro em Haia, de regresso a Portugal.

(4) Supra, p. 223.

V Ex.^a, não tanto pelo meu interêsse e pelas obrigações que lhe devo, quanto por entender que são isto efeitos causados de alguma diligência dos padres de Portugal, não nos merecendo o amor com que o Padre Pontilier trata nossas cousas, e o desejo que tem de ir servir a Deus nas nossas conquistas, senão muito boa correspondência. Mas se V. Ex.^a fôr servido de escrever sôbre isto encarecidamente, aos dois padres Assistentes de Portugal e de França, significando-lhes o serviço que o dito Padre faz nesta missão, assim a Deus como ao reino, e o desprazer que poderia receber S. M., havendo-mo nomeado por companheiro, entendo que não haverá dúvida em se suspenderem estas ordens, ao menos até chegarmos a Portugal, de onde quando seja necessário se pode tornar o Padre Pontilier para França. E não encareço mais isto porque sei a mercê que V. Ex.^a nos faz, e a eficácia com que leva ao fim os negócios (1).

Acabo beijando a mão a V. Ex.^a pelas lisonjas com que V. Ex.^a zomba de mim nesta sua carta, que se fôra em latim dissera que eram ensinadas por seu mestre de V. Ex.^a, pois tanto se parecem com as suas em pôr merecimento onde o não há. Cá li êste seu último elogio, em que levanta os foles ao de Santa Cecília melhor do que a santa tangia os órgãos. Parece-se a habilidade do Padre frei Francisco (2) com o poder de Deus: em fazer tanto de nada. Peça-lhe V. Ex.^a que no elogio de El-rei diga menos para que nos creiam.

Estimei de ver a última oitava de Camões, a brevidade

(1) Repare-se o que em carta de 8 de Junho diz Vieira sôbre o Padre Pontilier, tanto em contradição com o empenho agora mostrado em favor dêle.

(2) Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

foi incrível, a obra será rara, nem poderá V. Ex.^a pagar de outra maneira a Camões o que os Gamas lhe deviam (1).
Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos. Haia, 6 de Julho 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XLII

Ao Marquês de Niza (2)

1648 — Julho 10

Ex.^{mo} Sr. — Recebi a carta de V. Ex.^a do último do mês passado, e não me espanto tanto da brevidade com que V. Ex.^a nela me responde, quanto sinto as razões que V. Ex.^a diz tem para andar muito magoado. Tais são, senhor, os tempos em que vivemos; e se as sem razões que em toda a parte se padecem puderam fazer exemplo, ou servir de consolação as que V. Ex.^a experimenta, só na generalidade delas se poderá achar algum alívio, sofrendo-se como os males comuns e efeitos da natureza, que, pôsto que maiores, por irremediáveis se sentem menos. O que importa é que V. Ex.^a trate de ter muita vida e saúde, e que a senhora Marquesa melhore totalmente de seus achaques, que tudo o mais terá breve remédio, pois sêm êle não pode durar muito, e Deus quere que dure.

(1) Refere-se à tradução dos *Lusiadas*, em versos latinos, que Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo então fazia por ordem do Marquês de Niza.

(2) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

E lembro a V. Ex.^a que me dizia V. Ex.^a, nessa côrte, que a tristeza e melancolia é uma das mais graves enfermidades que nela há, para que como a tal procure V. Ex.^a não lhe acrescentar as causas, antes aplicar-lhe todos os defensivos e preservativos possíveis.

O senhor Embaixador não escreve, porque havendo começado a fazê-lo lhe deu ontem às duas horas um frio, a que se seguiu uma grande febre, que ainda não se despediu, e são já as quatro da tarde; não me parece que será cousa de cuidado, mas veio êste acidente a tempo que, pela circunstância dêle, é ainda mais para sentir. Amanhã, segundo entendemos, havia de haver conferência, e como S Ex.^a não poderá assistir nela, mandou hoje pedir aos comissários quisessem dar a resposta ao Secretário, para que se lhe responda também por papel, e não se perca tempo, e assim dizem que se fará. Quarta feira passada houve conferência, e se debateu principalmente em mais ou menos açúcar, que se subiu a oitocentas caixas cada ano, por espaço de doze.

Com esta resposta houve última junta dos Estados, que durou um dia inteiro, na qual se entende que ficou resoluta a paz, debaixo porém de algumas condições que se saberão melhor quando delas nos derem vista. Hoje disse o Presidente dos Comissários que toda a dificuldade consistia em Angola, e o caso é que querem os da Companhia ficar absolutamente senhores de toda a costa, e que o comércio das fortalezas que temos no sertão passe todo pelos seus portos, e lhes paguemos a êles os direitos que ali se costumavam pagar a El-rei.

Fundam-se principalmente na sua cobiça, e também em que, conforme um artigo das tréguas, o que é senhor das fortalezas o deve ser das terras que ficam entre elas. Nós, pelo contrário, pegamo-nos a que tudo se deve repôr no

estado em que estava ao tempo da publicação da trégua, e nos ajuda a isto o exemplo da fortaleza de Gale em Ceilão, e a resposta que os mesmos Estados deram ao Embaixador Francisco de Andrada, em que deliberaram isto mesmo. Emfim neste ponto há-de bater toda a dificuldade, e como nós resolutamente não havemos aceder, dentro em muitos poucos dias estará concluída por qualquer das partes. Matéria é esta sôbre a qual não há cá documento nem instrução alguma, havendo-se pedido muitas vezes, e sendo de tanta importância, o que tudo ajuda a dificultar a resolução.

Também não temos certeza de se foi ou não foi a Angola Salvador Correia, nem de que intentos leva: se de tomar a cidade ou outro pôsto. Emfim tudo é fôrça que se faça a acertar, e queira Deus que se acerte ao menos. Com o gôsto dos que nos governam não será possível, e mais havendo-se de ver primeiro na junta daqueles quatro embaixadores jubilados (1), três dos quais sei de certo que foram sempre mais inclinados a esta guerra que à paz. Deus nos escolha o melhor, que afirmo a V. Ex.^a que nem a desejar me atrevo.

Quando vi a lista que V. Ex.^a nos mandou, entendi que seria dos terços de infantaria e tropas de cavalaria, que se haviam levantado contra os intentos do Marquês de Laganés, e não de festas, e de tanto custo, em tal tempo (2); ainda mal, porque estas que se fazem aos filhos podem ser

(1) Tinham sido embaixadores de D. João IV, e achavam-se retirados: em Holanda Tristão de Mendonça Furtado e Francisco de Andrade Leitão; em França o Monteiro-mór Francisco de Melo e o Desembargador do Paço António Coelho de Carvalho. É provável que a êsses quatro se refira Vieira.

(2) Pelo nascimento do Infante D. Pedro, o qual (diz o *Portugal Restaurado*) «foi celebrado por muitos dias com magnificas e lustras festas».

traições que se façam aos pais, mas é Deus tão fiel em suas promessas, e tão amigo de Portugal, que no mesmo tempo em que nós andamos tão descuidados, e os inimigos tão cuidadosos, nos dá contra êles não só uma mas muitas vitórias.

Chegou navio de Lisboa com quarenta dias de viagem, e já se entende que sem cartas de S. M. Dos padres tive duas, de 11 e 18 de Junho, em que me dizem que em Portalegre desfizemos trezentos cavalos aos castelhanos, dos cavalos tomámos duzentos vivos (que não é mau socorro) e dos castelhanos setenta ou oitenta prisioneiros, e entre êles muitos cavaleiros de conta. Não se diz quem governava a nossa gente. D. Sancho Manuel fez também uma grande entrada em Castela: trouxe muita quantidade de gado de toda a sorte, e setenta cavalos. Nos 18 de Junho tinha chegado a Lisboa confusamente a nova de Olivença, que governa D. João de Meneses, mas não se sabiam ainda particularidades da vitória, a qual é certa, e se confirma por muitas vias a morte de Cosmander. E note V. Ex.^a que de tantas entradas que fez em Castela nunca houve uma bala que o tocasse, e na primeira que fez contra Portugal logo acabou, e mais sendo vassalo de El-rei de Castela, que é circunstância que nos mostra bem quão absoluta e particular é a providência com que Deus olha por nossas cousas: muitas graças lhe sejam dadas. Do Pôrto se escreve em navio mais moderno que, depois da entreprêsa de Olivença, intentaram os castelhanos outra sôbre Badajós, em que tiveram muito maior perda. De tudo saberemos a certeza quando a V. Ex.^a chegarem cartas de Mr. Lanier, que entretanto não temos de onde esperar quem no-las mande, e certo que assim esta, como todas as mais notícias, importam muito para se saber governar quem negoceia.

Da Baía tive também cartas de 7 de Março: não há de novo mais que haver desgostos entre os dois António Teles (1); o da Silva está prêso e não partia para Portugal como cá se disse, antes me escrevem de Lisboa que esperava recurso. Não sei para que será: por ventura para continuar o govêrno. Não havia ali mais que nove navios da armada; os cinco chegaram ao Rio de Janeiro no mesmo dia em que entrou Salvador Correia, o qual tirava daquela praça mil homens, e com êstes, e outros mil que levou de Portugal, se ficava aprestando para Angola, deixando a praça sem gente, a cargo de um Duarte Correia Vasqueanes, seu tio, homem de nenhum talento, e que mil vezes disse a S. M. que convinha tirá-lo logo-logo; mas tem parentes ou amigos em palácio.

Galante cousa é que queira V. Ex.^a que lhe pague o noviciado as obrigações do prêgador, mas espero em Deus que ainda entre os dois se há-de fazer uma restituição que muito desejo; nem V. Ex.^a a deve encontrar, porque a justiça está primeiro que a devoção.

Chegou nova que os suecos tinham tomado Praga, havendo saído dela o Imperador o dia diante. Esquecia-me que se me diz de Lisboa haver grandes indícios do descobrimento da Ilha da Madeira encoberta, e mais não é sebastianista quem me o escreveu. Não será a maior monstruosidade do tempo. Deus sobre tudo, que guarde a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Haia, 10 de Julho de 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira (2).

(1) António Teles da Silva, Governador demitido do Brasil, e António Teles de Meneses, Conde de Vila Pouca, que o substituíra.

(2) Do punho de Vieira a assinatura e as palavras *Criado de V. Ex.^a*.

CARTA XLIII

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Julho 13

Ex.^{mo} Sr. — Por certo que chegaram a muito bom tempo estas últimas cartas de V. Ex.^a, com as novas que nos trouxeram de Paris e Catalunha, e boas esperanças de Itália; porque as recebemos, o senhor Embaixador e eu, no jardim desta casa, a hora que havia muitas andávamos passeando nêle, discorrendo sôbre o estado de nossas cousas, ambos com grande sentimento, e eu como mais estreito de coração quási desesperado. Confesso a V. Ex.^a que, achando-me com valor e constância para padecer pelo Rei e pela pátria qualquer trabalho, quando vejo os que a pátria e o Rei padecem, só porque querem os que tinham maior obrigação de se doer de um e outro, acaba-se-me a paciência, o zêlo se converte em loucura, e chega a paixão a fazer tais efeitos na saúde que não pode durar muito a vida. Bem conheço que é prudência não se matarem os homens pelo que não podem remediar; mas não tenho tanta capacidade, e estou muito perto dos golpes, e são muito repetidos, para os não sentir.

Veio, senhor, a primeira nova do Brasil (2), e ainda que os primeiros movimentos da dor brotaram em desejos e ameaças de vingança, não eram passados três dias quando alguns de Zelanda por si, e outros por êles, se vieram oferecer ao senhor Embaixador para mediar no

(1) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) Da batalha dos Guararapes, ganha a 19 de Abril.

acomodamento daquela Província, entendendo que sem dúvida se abrandaria, e querendo muitos ter merecimentos na obra. Vieram os segundos navios de Pernambuco com nova de haverem tomado cinco presas de açúcar, e foi tal a mudança que causou nos ânimos de todos, principalmente nos de Zelanda, que tendo-se resoluto nos Estados de nos darem conferência, êles a contradisseram fortemente, e se excluíram de vir a ella; antes pediram licença para armar contra Portugal em toda a parte, oferecendo que em dois meses esquipariam cincoenta fragatas de guerra, tanto para os mares do Reino, como para os das conquistas.

Jerônimo Nunes me escreveu hoje que o açúcar tomado eram duas mil caixas (e o mesmo vi eu em carta do Recife) e que pelo preço corrente valem oito tonéis de ouro, que são da nossa moeda quatrocentos mil cruzados. Julgue V. Ex.^a agora que poderão os nossos quinze mil cruzados para a paz, se de uma só vez lhe damos quatrocentos para que continuem a guerra! Tão pródigos contra nós mesmos e tão avarentos e miseráveis para o que nos convém! Se fôra isto um successo não prevenido nem imaginado, tivera alguma desculpa a desgraça, e alguma consolação a paciência, mas no dia em que chegou a nova de Segismundo estar em Taparica disse logo a S. M. que a primeira diligência, que se havia de fazer, era despacharem-se avisos a todos os portos do Brasil, para que não viesse embarcação alguma com açúcar, e as que fôsse necessário virem de aviso se lhe pagasse de vazio, por ser menos inconveniente que o poderem cair na mão do inimigo. Depois que aqui estou, o senhor Embaixador e eu não fazemos senão escrever que toda a salvação do Brasil consiste em que o holandês não tire proveito dos navios que traz a corso, nem para os outros possa lograr cousa alguma dos frutos da terra, desfazendo-se e arruinando-se, quando

seja necessário, tudo o que estiver exposto a suas invasões, porque com isto, ainda que nós percamos alguma cousa, êle se consumirá e desenganará, como verdadeiramente já hoje havia de estar desenganado, e totalmente consumido, se os navios de Portugal lhe não levaram bastimentos, e os do Brasil dinheiro, com que se sustentar a si e à guerra, sendo não menos de quarenta os que nos tem tomado.

Sei eu de certo que S. M., estando eu ainda em Lisboa, mandou que não viessem navios de açúcar, e sei também que se passaram as ordens pela secretaria de Estado; mas não sei quem sejam os poderosos que o desmandam, nem os desobedientes que não querem executar. Ah! senhor Marquês, como receio que há entre nós quem procura o nosso mal mais que os mesmos holandeses! Ao menos os portugueses de Pernambuco podem dizer com verdade que são tão valentes que podem destruir os socorros de Holanda, mas tão desgraçados que se não podem defender dos de Portugal.

Ora, senhor, não sejam tudo tragédias! Agora nos vêm dizer por repetidas vias que anda a côrte cheia, e se mostram cartas de que o Marquês de Laganez foi batido em Portugal por um Conde, que deve ser o de S. Lourenço. Faça-nos Deus verdadeira a nova que importará muito para tudo. Também dizem as naus que ora chegaram de Setúbal que, aos 13 de Junho, viram entrar pela barra de Lisboa dezoito navios, redondos e caravelas, e que entendiam ser a frota do Rio de Janeiro. O tempo é mui antecipado, mas podia ser que havendo Salvador Correia de partir para Angola, ou para a Baía, quisesse dar escolta aos navios da frota, e os fizesse partir antes de recolhida toda a çafra.

Conformo-me com o escrúpulo de V. Ex.^a, e assim para as cartas do Padre Nuno, como para as do outro

ministro que V. Ex.^a não nomeia, mortificarei a curiosidade até me ver com V. Ex.^a em Portugal. A mesma queixa que V. Ex.^a tem de faltarem respostas do Reino padece cá o senhor Embaixador, que se consola com saber que não é só. E eu também, que não sou tão vão que aspirasse a esperar que as minhas fôsse respondidas. A experiência ao menos de ver que me canso debalde, em escrever e representar o que sinto, me tem ensinado a não tomar êste escusado trabalho, e assim entendo que primeiro me verão já em Portugal do que carta minha.

O senhor Embaixador teve uma de Mr. de Estrada, em que lhe diz mostrou aquele papel ao senhor Cardial, e que êle o vira, e dilatara a resolução daquelle negócio para depois de se expedir dos que agora traz entre mãos. A gazeta nos pareceu muito bem: queira Deus mandar-nos tais novas que dêmos muitos sujeitos semelhantes a tão eloqüente relator.

Vai a cifra. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo. Haia, 13 de Julho de 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XLIV

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Julho 22

Ex.^{mo} Sr. — Recebi a carta de V. Ex.^a de 10 do corrente, mais breve do que costumam ser as de que V. Ex.^a me

(1) Impresso no *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Original na Biblioteca de Évora.

faz mercê, e sinto ser a causa as novas, que V. Ex.^a recebeu, de haver repetido à senhora Marquesa o achaque de que ficava em cama quando parti. Espero em Nosso Senhor haverá dado a S. Ex.^a tão perfeita saúde como V. Ex.^a deseja, e seus criados havemos mister.

Tivemos alfim conferência, e pôsto que as exorbitâncias do que pedem prometem pouca esperança de acomodamento, nós as temos hoje maiores que nunca, porque no meio de tamanha tormenta se transluzem alguns sinais de serenidade: as proposições já vêm em forma de tratado, e quererá Deus que se abram caminhos com que, sem exceder as promessas de S. M., se dê satisfação às partes, pôsto que tão rijas. À cifra do senhor Embaixador me remeto.

O negócio da minha continua, e cedo entendo que poderei dar conta a V. Ex.^a da primeira conferência, se o comissário não mente, podendo V. Ex.^a em qualquer caso estar seguro que se procederá sempre com tal cautela que, ainda que nos mintam, não nos enganem.

As novas do Brasil cada vez vêm melhoradas, salvo as das presas que por nossa vontade lhe entregamos. Há carta do Recife que as bandeiras perdidas foram vinte e duas, e os oficiais mortos mais de cem, e não falta quem cuide que na relação que se imprimiu se não descobriu a metade do dano. E, quando isto pudera servir para o conhecimento e para o desengano, só se vêem os efeitos da fúria e da sem razão.

Alegrou-nos a carta do Viso Rei da Índia, com a nova das três naus dêste ano, em que tenho por grande circunstância ser uma o galeão «S. Lourenço». Quererá Deus ter-nos livrado as demais, porque seria grande lástima haverem-se perdido quatro em um ano, duas de ida e duas de volta, e note V. Ex.^a que o ano foi o mesmo em que se tiraram as liberdades aos homens de mar, que parece

não aprova Deus o que tantos homens de bom zêlo reprovaram (1).

Não conheço quem seja o Pimentel de Amsterdam; mas basta ser de lá para que o ódio que todos nos tem o fizesse negar a verdade. O que sinto é que, sendo as informações contra nós, fôsem dirigidas a Lope que é a campainha de Paris. O Secretário me disse que conhece o D. Pimentel, e que é um pícaro falador, de pouco cabedal e de nenhum juízo.

Li o livrinho cujo estilo e rasões me pareceram muito bem. O discurso da Mina tenho por menos provável, como quem conhece Holanda, e quanto maior é a sua cobiça que os seus brios. Mas ainda que o mal da Mina não seja tanto, o remédio da contramina sempre fôra mui necessário e importante. Assim se quisessem persuadir ao tomar ou aplicar os princípios da cristandade, principalmente católicos, a quem tão de perto toca. Ao senhor Embaixador pareceu que o papel não saísse de nossas mãos, porque, como nem a linguagem nem a impressão bastam a disfarçar o ânimo português de quem o fez, se chegasse à notícia dos holandeses, seria um novo escrúpulo para a consciência com que procedem nos nossos negócios, que sendo a mais má do mundo até de pecado de pensamento se ofende.

Há quarenta dias que chove, cousa não vista nestes países, com que se prognosticam grandes fomes e enfermidades, as quais já começamos a padecer nesta casa,

(1) Talvez o alvará de 15 de Março de 1648 que proibiu se fabricassem no Reino, e comprassem ou alugassem fora, navios de menos de 350 toneladas; e outro da mesma data, pelo qual não poderiam ir às conquistas, passados três anos, embarcações que não tivessem a lotação acima e 16 peças de artilharia. Surgiram protestos, e baixou o limite a 250 toneladas, por ordem régia de 25 de Janeiro de 1649.

onde não há quem não gema. O Padre Pontilier fica de cama, e eu ainda que em pé mais doente que êle.

Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo.
Haia, 22 de Julho 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XLV

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Agôsto 3

Ex.^{mo} Sr. — A duas de V. Ex.^a devo resposta, mas acho-me ainda com tão pouco cabedal de saúde, que não sei se poderei responder a ambas: as sangrias foram só quatro, mas a fraqueza é de muitas mais.

Os médicos me receitam que me alegre, e V. Ex.^a me estranha que me mate pelo que outros não sentem, e eu tomara muito poder aplicar êstes remédios, mas tomou-me o mal em estado que já me não acho capaz dêles, principalmente porque de hora em hora crescem as causas, e não há nenhuma em que não venha alguma de novo, umas por seus pés outras por nossas mãos.

A carta do Padre Nuno se parece muito com êle. Deus lhe dê melhor discurso para os negócios que trata, porque, se entende os seus como os alheios, não fará grandes progressos o serviço de S. M. naquela cúria. Tudo lá está ao desamparo, e quando havíamos de resistir, e impedir por todos os meios a promoção e nomeação dos bispados ultramarinos, vem muito a tempo a aceitação dos do Reino *ex motu proprio!* Não sei que teologias são as da nossa

(1) No *Boletim da Acaademia das Sciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

terra, ontem tão largas para o Colector e hoje tão escrupulosas para os Bispos. Nenhuma dúvida ponho em que houvesse pessoa que por aquella causa se dobrasse, e mais sendo a que eu cuido, no que guardarei pontualmente o segrêdo que V. Ex.^a me manda.

Agora nos chegou carta de Amsterdam com novas de haver ali chegado navio do Pôrto. Diz que em todos os de Portugal tem entrado muitos navios da Baía com grande número de caixas de açúcar, que a frota do Rio se espera, e que nas fronteiras havíamos tido três bons sucessos, mas não dizem onde nem quais fôssem.

Ontem pela manhã me veio aqui visitar um Padre da Companhia, procurador de Bruxelas, o qual me disse que Cosmander havia ido a Olivença, com instrumentos de fogo, para a tomar por empresa, e que depois de abrir uma porta, e serem entrados dentro da vila mais de cem castelhanos, os de dentro os mataram a todos e a outros muitos, e entre êles ao mesmo Cosmander, e que isto vira ler no Repouso da casa professa de Anvers, por carta dos padres de Madrid, que são circumstâncias que fazem a nova crível.

Dos negócios de aqui dá larga relação a V. Ex.^a o senhor Embaixador. Queira Deus dar-lhe o successo que todos desejamos e o Reino há mister, ainda que não seja o que muitos dêle desejam.

Meu amo e senhor, não posso mais. V. Ex.^a me perdôe. E Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos, e lhe traga a V. Ex.^a muito cedo as ordens que espera de Portugal, para que até o fim de Setembro, como espero, nos vejamos lá, para alívio das tristezas dêstes países, contra as quais não pode nêles haver remédio.

Haia, 3 de Agosto 648. — Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XLVI

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Agôsto 12

Ex.^{mo} Sr. — Tudo o que V. Ex.^a me diz nesta sua carta de 7 do corrente é mui conforme à mercê que V. Ex.^a me faz, e ao que o meu ânimo merece a V. Ex.^a; e assim o creio bem e verdadeiramente, e beijo a V. Ex.^a mil vezes a mão por tanto favor. As doenças nesta casa são correição geral que a ninguém perdoa, mas é Deus servido que dures pouco, para que haja sãos que acudam aos enfermos. Ao senhor Embaixador tivemos em cama estes oito dias, mas já hoje se levantou livre da febre: queira Nosso Senhor conservar-lhe a saúde, que tão necessária nos é neste tempo, para continuar o que V. Ex.^a com razão chama grande batalha; porque, apenas se vence ou se escapa de uma dificuldade, quando nascem de novo muitas, e todas tão trabalhosas como a pertinácia e sem razão de seus autores. Notável é a instância com que êstes senhores apertam pela conclusão dêste negócio, e se o não quiseram fazer em tudo a seu gosto já estivera acabado. Cinco conferências houve a semana passada, duas na sala geral, onde foi o Secretário para receber e se lhe praticarem as propostas, e três nesta casa, onde o senhor Embaixador assim na cama como estava, e algumas vezes com a mesma sezão, se quis atrever a assistir a elas, por não perder tempo e evitar os inconvenientes que lhe pode trazer consigo.

(1) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

Que dissera Francisco de Andrade em semelhante fineza, quando por um dia se haver levantado às 8 horas disse: *grande serviço fiz hoje a S. M.?* Parece-me que tinha razão, porque no cabo tanto se dá aos ociosos como aos que cavaram na vinha.

Ao menos, se o havemos de julgar pelos despachos que agora saíram na nossa terra, melhor é folgar ao perto que trabalhar ao longe. Notáveis são as novas que V. Ex.^a nos mandou, e ainda não acabo de me espantar tanto de umas como de outras. Considero o que faz Deus no mesmo tempo, e o que fazem os homens, e tão dignas de admiração são umas cousas como outras, senão que as de Deus são milagres e as nossas não sei como lhe havemos de chamar. A novidade dos mestrados é matéria de tantas dependências para o presente, e de tantas consequências para o futuro, e de tão pouco efeito para nada, que não sei com que intenção se propôs, nem com que consideração se admitiu (1); sem dúvida algum zeloso devia de ser pelos cronistas do tempo em que Espanha estava em poder de mouros, e quere que haja agora mestres das Ordens, que façam as façanhas que de então se escrevem, como se os tempos foram todos uns, e a guerra a mesma, e os freires que agora têm as comendas capazes todos das armas, como naquela era. Não digo isto sem fundamento, porque já quando vim de Portugal ouvi falar nisto, mas cuidei então que era matéria de graça. Também os generalatos fantásticos e a repartição dêles é notável, só no

(1) Lei de 12 de Agosto de 1648. Manda que os cavaleiros das Ordens de Cristo, Santiago e Aviz setisfaçam os encargos com que possuem bens eclesiásticos, e sejam exercitados no uso da milícia, que é a sua função principal. Cria para êsse efeito um substituto do Mestre, com o título de Comendador-maior.

Príncipe se não fala, para que dêmos ainda mais que falar aos que sabem que idade tem e onde vive (1). Mas tornando aos nossos negócios: pela proposta dos commissários, e resposta do senhor Embaixador, que com esta vai, verá V. Ex.^a o estado em que êles ficam, que é pouco mais ou menos o mesmo. Todo o debate agora é sôbre Angola, e é matéria em que não hão-de ceder, porque sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros, e como nós temos o comércio do sertão, ainda que êles tenham a cidade de Loanda temem que, se nós tivermos outros portos, lhes divertamos por êles tudo. Sabemos que da sua parte se andam buscando meios com que isto se possa compôr, e tais podem vir a ser que sejam mui convenientes; mas para nada há instruções, nem informações, nem notícias, sendo que dessa côrte o escrevi a S. M. por duas vias, e de aqui por outras duas, mas nem a isto nem ao demais se respondeu: se é mistério Deus lhe dê successo, se descuido Deus lhe dê remédio. Agora às cinco horas tornaram os commissários à conferência em que estão: se houver cousa de novo o escreverei ainda, quando não entenda V. Ex.^a que estamos no mesmo estado. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos como desejo. — Haia, 12 de Agôsto 648. — De V. Ex.^a criado

António Vieira.

O senhor (2) escreve o que hoje passou.

(1) Era motivo de reparo na côrte o modo porque foi criado D. Teodósio. Anos depois, invertendo em elogio a censura, dizia António Vieira no sermão de exéquias por sua morte: «Foi criado o Príncipe no quarto da Rainha nossa senhora como Aquiles entre as damas; ali esteve até à idade de quinze anos».

(2) Falta evidentemente a palavra Embaixador.

CARTA XLVII

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Agosto 24

Ex.^{mo} Sr. — Dou a V. Ex.^a o parabem de haverem chegado as ordens de S. M., podendo também dar o pêsame de haverem chegado tão tarde, e tão em outro tempo do que foram pedidas, que não podem deixar de variar muito, assim nas propostas de V. Ex.^a como nas respostas do Cardial, pois o estado presente das cousas é tão diverso do passado; mas a providência divina nos dá bastantes seguros de que haverá disposto, e disporá tudo, como mais convenha ao bem e conservação do reino que tanto ama.

Não me dê V. Ex.^a ainda recados para Lisboa, porque não estão ainda os negócios nesse estado, e sendo que o pouco que eu faço, ou posso fazer nêles, era bastante razão para me não terem em Holanda, onde vim pelo que V. Ex.^a sabe, tenho contudo junto a S. M. amigos que, com pretexto de seu serviço, querem que esteja eu longe, como se o não fôra mais a minha Província, onde só me desejo. Não são isto só suspeitas, porque tive carta em que me o avisa assim pessoa que o sabe, para que V. Ex.^a se não espante dos officios que V. Ex.^a experimenta nos nossos cortesãos, quando até contra um religioso, que lhes não pode tirar nada, se armam. Mas vamos a negócio, de que agora darei a V. Ex.^a a conta que da outra vez não pude, por estar tão doente como V. Ex.^a sabe, quando se fez a proposta.

(1) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

Dois inconvenientes acha V. Ex.^a no açúcar que se ofereceu aos holandeses: 1.^o a quantidade, que ainda depois cresceu mais, e chegou a dez mil caixas pagas em dez anos; 2.^o o modo com que se ofereceu, que foi debaixo do título de terceira parte dos dízimos que S. M. recebe no Brasil.

Quanto à quantidade do açúcar, bem tomáramos nós que os holandeses se contentaram com menos; e bem vemos que a nossa necessidade pedia que antes êles nos dessem fazenda que nós a êles. Mas, se passarmos a outras considerações, acharemos que não é demasiado êste preço, se com êle comprarmos a paz e remirmos a nossa vexação.

Primeiramente os holandeses nos pedem satisfação das perdas e danos que tiveram no Brasil, as quais verdadeiramente foram grandíssimas, porque os levantados queimaram capitâneas inteiras, e nelas muitos engenhos; e os que ficaram em pé nas outras não os hão-de receber senão mui danificados e diminuídos. A mesma diminuição, e muito maior, hão-de ter nos escravos e nos gados, de que depende todo o sustento e lavoura daquelas terras. Ajuntaram-se a isto as despesas de muitos socorros particulares e de duas grandes armadas, a de Segismundo que custou melhor de trinta e três tonéis de ouro, e a de Wit Wites (1) que custou quarenta e sete, que fazem da nossa moeda a soma de quatro milhões de cruzados. E em satisfação de tudo isto, e dos frutos e interêsses que deixaram de lograr em perto de quatro anos, mais é na cobiça dos holandeses o contentarem-se com dez mil caixas de açúcar, que na nossa necessidade o darmos-lhas. Bem vejo que também

(1) O Almirante Witte Corneliszoon de With, comandante da esquadra de socorro mandada em 1647 ao Brasil.

êles nos deram muitas perdas, mas a isso respondem que as suas são de boa guerra, porque foram provocados, e as nossas não, porque fomos os agressores. E ainda mal, porque isto se pode tão mal encobrir ou negar, quando os principais soldados que hoje defendem Pernambuco são todos vassallos de El-rei, mandados da Baía, de onde também vieram os quatro governadores, de cinco que governam aquela guerra, e últimamente um Mestre de Campo General mandado de Lisboa (1).

O que os holandeses queriam e pediam por esta satisfação, como V. Ex.^a viu na sua proposta, era a reparação dos engenhos com todos os escravos e cobres, dez mil bois de carro, dez mil vacas, cinco mil ovelhas, cinco mil cavalos, dois milhões de florins em dinheiro, e quarenta mil caixas de açúcar pagas em vinte anos; e não será pequeno milagre, contratando com holandeses, que tudo isto se venha a reduzir só a dez mil caixas em prazo de dez anos, e a metade delas de açúcar mascavado, e no Brasil.

Também se deve considerar que lhes vimos a dar menos agora do que antes se lhe tinha prometido; porque se lhe tinha prometido que, por alguns anos, lhes pagaria El-rei no Brasil quinhentos soldados, cujos soldos, e os de seus officiais, é certo que montam tanto cada ano quanto podem valer no Brasil mil caixas daquele açúcar. Assim mais se lhe tinha prometido que as perdas e danos que pediam se pusessem em juízo de árbitros; e sendo tão manifesta a presunção, ou a prova, de a trégua se haver quebrado por nossa parte, julgue V. Ex.^a se compramos barato o livrarmo-nos só dêste pleito.

Últimamente o que se dá em açúcar é muito menos

(1) Francisco Barreto de Meneses. Supra, p. 196.

dinheiro do que as ordens de S. M. permitem se ofereça. Porque a estimação do açúcar não se há-de fazer pelo que hoje vale em Lisboa, senão pelo que há-de valer no Brasil depois de feitas as pazes com os holandeses. E sabemos os que temos experiência do Brasil quão grande abatimento hão-de ter os açúcares. Muitas vezes vi lá vender o branco a cruzado, e a pataca, e algumas vezes a muito menos. A Gaspar Dias Ferreira, que é mercador de muitos anos do Brasil (1), mandou o senhor Embaixador perguntar que preço lhe parecia que teriam os açúcares nos primeiros dez anos depois das pazes: e respondeu que, uns anos por outros, feita a conta por mascavados e brancos, não haviam de chegar a seis tostões por arroba. Segundo este preço, montam as sobreditas dez mil caixas trezentos mil cruzados, que é a metade do dinheiro que S. M. é servido se possa oferecer, porque quinhentos mil cruzados pagos hoje em Holanda são mais de seiscentos da nossa moeda.

Afora isto, dava poder S. M. para se oferecer a fortaleza do Pôrto, sustentado o presídio à custa de S. M., que é outra boa partida que por esta via se poupa, tão considerável para a fazenda como para o crédito.

Não é menos digno de considerar que o dinheiro, que S. M. manda oferecer, diz que se pagará logo; e foi grande o serviço que se fez a S. M. em estender o pagamento a prazos de dez anos, assim pela maior facilidade como pelo menor valor do que se há-de pagar. Porque só com os

(1) Gaspar Dias Ferreira, cristão novo, afeiçoado do governador Maurício Nassau, passou-se para Holanda, quando êle deixou o governo. Aí se pôs em correspondência com o governo português: foi preso e condenado por delicto de traição, como vassalo dos Estados; evadiu-se e exerceu depois postos de confiança em Lisboa.

interesses daquele dinheiro, a razão de juros, se pode pagar o açúcar, e no cabo dos dez anos ficar o capital em ser. E, sôbre tudo, pagarmos aos holandeses em dez anos é termos todo êste tempo em nossa mão um penhor e caução sua, para melhor nos guardarem o que nos prometerem. Finalmente, muito mais nos tomaram os holandeses nos mares do Brasil, nestes seis meses, do que nós lhes prometemos em todos os dez anos. Façamos conta que lhes damos cada ano dois navios de açúcar, para que nos deixem livres os demais, e as nossas naus da Índia, e o nosso comércio da China e o de todo o mundo, emfim todos os bens da paz que com isto lhes compramos.

Estas são as considerações, com que o senhor Embaixador se resolveu a chegar a dar dez mil caixas de açúcar aos holandeses, e as com que nos havemos de consolar a dôr de sermos forçados a dar-lhas. Agora direi as razões porque êste açúcar, no principio, se ofereceu a título da terceira parte dos dizimos.

Na sua primeira proposta pediram os holandeses que os moradores da Baía lhes dessem quarenta mil caixas de açúcar, duas mil cada ano, em satisfação dos danos de que êles foram causa nas capitánias de Pernambuco; e nisto levaram três fins: 1.º que o açúcar que se lhe desse fôsse todo da Baía, que faz na bondade e valor grandes vantagens ao do Rio de Janeiro; 2.º para que por esta via confessássemos que os vassallos de S. M. foram causa das perdas e danos da Companhia; 3.º porque, recolhendo os moradores da Baía cada ano quinze mil caixas de açúcar, ficava cousa possível darem-lhe as duas mil cada ano, assim em satisfação das perdas que lhes causaram, como para se remirem das que hoje recebem nas presas de tantos navios, que até esta sem razão chegaram êles a alegar.

Por esta causa, foi o primeiro cuidado do senhor Embaixador desenganar os commissários, que os moradores da Baía nem deviam nem haviam de pagar cousa alguma, nem S. M. os podia nem havia de obrigar na ocasião presente, insinuando para isso causas occultas e misteriosas, pelas quais semelhante intento não só era impraticável, mas ainda perigoso.

* Em S. M. fazer a oferta de sua fazenda, nem clara nem occultamente se dá a entender serem os danos de Pernambuco causados por sua ordem, porque o modo com que isto se ofereceu foi que, havendo S. M. respeito às perdas que nestes anos tem padecido a Companhia Ocidental, de sua real liberalidade lhe mandava livrar nos dez anos seguintes tantas caixas de açúcar. Antes, com licença de V. Ex.^a, se S. M. prometera de haver de obrigar os moradores da Baía, ao pagamento e satisfação das perdas que os holandeses pretendem, por haverem sido os mesmos moradores causa da maior parte delas, então parece que era confessar claramente o mesmo que pretendemos negar, porque o que fazem os vassallos e ministros dos reis, em semelhantes casos, se julga ser feito pelos mesmos reis.

E, de se falar em dízimos na primeira resposta, nenhum inconveniente se seguiu nem podia seguir, porque não era essa a tenção nem a forma em que se havia de capitular, como V. Ex.^a terá já visto pela segunda resposta da semana passada, e se poderá ver pela terceira e última desta semana, que é a que vai às Províncias e a que há-de ser a aceita ou regeitada.

As razões que houve para, na primeira abertura, se falar em dízimos foram principalmente três: 1.^a por ser esta oferta a mais especiosa e justificada que se podia achar, mostrando-se por ela que S. M. chegava a dar tudo o que tinha no Brasil, e mais do que podia, pois dava a têtça

parte dos dízimos, que é, dizemos nós, o que só fica a S. M. pagas as obrigações com que lhe foram concedidas; 2.^a porque por êste modo metemos no pagamento os açúcares do Rio de Janeiro, com que viremos a dar aos holandeses os piores que se fizerem em todo o Brasil; 3.^a para que desde logo ficassem lançados os fundamentos, e aberto o caminho à forma porque S. M. há-de tirar e pagar êste açúcar, sem novo tributo algum nem oppressão dos vassallos, e sem diminuição, antes com notável aumento de sua real fazenda que é o alvitre seguinte.

S. M. no Brasil é senhor dos dízimos, os quais costuma arrendar todos os anos. E, deixando à parte os dois ramos do gado e das miunças, o dízimo do açúcar um ano por outro virá a render setenta mil cruzados, a terceira parte dos quais pagam os contratadores em panos, a que êles mesmos põem os preços. O que agora se propõe é que S. M. não arrende os dízimos, mas que os cobre; e esta cobrança se pode fazer sem nenhuma despesa, ou por uma pessoa de confiança escolhida em cada freguesia, ou pelos mesmos lavradores e senhores de engenho, aos quais não custa nada, quando as suas barcas ou canoas trazem à cidade o seu açúcar, trazerem também o de El-rei.

O açúcar que se costuma lavrar na Baía e Rio de Janeiro, um ano por outro, são vinte e cinco mil caixas, que dão ao dízimo duas mil e quinhentas. Destas duas mil e quinhentas caixas se hão-de tirar quinhentas de mascavado e quinhentas de branco, as piores, com que se há-de fazer pagamento aos holandeses. E ficam livres a S. M. todos os anos mil e quinhentas caixas de açúcar, quasi todo branco e o melhor que se fizer no Brasil.

Estas mil e quinhentas caixas se hão-de navegar para Portugal, repartindo-se *pro rata* por todos os navios, os quais terão obrigação de levar de graça as que lhe cou-

berem, que não serão muitas em tanta quantidade de embarcações; e será êste um certo género de tributo fácil e insensível que se porá aos navios, aos quais tão particularmente tocam os interêsses desta paz, pela segurança com que de aqui por diante poderão navegar. E também ficam livres, por êste meio, da grande sujeição que todos os navios tinham aos contratadores, aos quais era cada um obrigado de dar praça para grande número de caixas, que depois de carregadas se vendiam por subidíssimos preços.

Postas em Portugal por êste modo as ditas mil e quinhentas caixas, que são trinta mil arrobas de açúcar, e vendida a arroba a mil e quatrocentos réis, que é o ínfimo preço, montam líquidos a S. M. cento e cinco mil cruzados.

De maneira que, por êste meio, sem S. M. impôr tributo de novo aos moradores do Brasil, só com arrecadar por outro modo e navegar o que é seu, por setenta mil cruzados mal pagos, que recebia no Brasil, vem a receber em Portugal mais de cento, e a pagar de graça aos holandeses mil caixas de açúcar, que ao cabo dos dez anos serão também para S. M.

Ganhando tanto a fazenda de S. M. neste alvitre, só perdem nêle o Governador do Brasil e o Provedor mór da Fazenda, os quais em cada arrematação dos dízimos tinham dois mil cruzados de propina. E havendo de ser o governador, em cujo tempo isto se há-de começar, o senhor Francisco de Sousa Coutinho (1), e o provedor Simão Álvares

(1) Achava-se nomeado Governador do Brasil, para acomodar os revoltosos de Pernambuco, e reempossar os holandeses. Mas o progresso da insurreição levou D. João IV a mudar de política, permanecendo Sousa Coutinho na embaixada, e continuando depois nas funções diplomáticas em Paris e Roma.

de la Penha, cunhado do Padre António Vieira, assás qualificado fica o alvitre, pois sendo tão proveitoso ao Rei só aos que o oferecem é danoso.

Fico com grande alvoroço esperando a posta de sexta feira. Deus nos traga nela novas de V. Ex.^a haver negociado com tão bom successo como a V. Ex.^a em todas suas cousas desejo. Guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos. Haia, 24 de Agôsto 648.

_____ *António Vieira.*

CARTA XLVIII

Ao Marquês de Niza (1)

1648 — Agôsto 31

Ex.^{mo} Sr. — Não há tempo para mais. Ontem às dez da noite chegaram cartas de S. M. com as ordens que V. Ex.^a verá (2), e, porque há navio em Amsterdam que só espera por vento, me parto hoje a alcançá-lo. O senhor Embaixador esteve resoluta a fazer o mesmo, e se ir logo despedir dos Estados e não esperar mais um momento nesta côrte, e o vi tão determinado, e sem admitir nenhum género de razão, que dei tudo por perdido. Eu fiz loucuras de rogos e de protestos, não havendo respeito nenhum divino nem humano que lhe não pusesse diante dos olhos, e por fim de tudo lhe assegurei que V. Ex.^a havia de ser

(1) No *Boletim da Academia das Ciências*, cit. Autógrafo na Biblioteca de Évora.

(2) Em carta de 6 de Setembro ordenou novamente D. João IV que António Vieira regressasse brevemente ao Reino, se ainda o não tivesse feito, em conformidade com o que já lhe fôra determinado; tal era o seu empenho de o retirar da negociação.

dêste mesmo parecer, e que sem ouvir primeiro o de V. Ex.^a não se arrojasse em matéria tão grave, em que não considero menos que perdermo-nos.

As razões que me movem a o senhor Embaixador dever ter em secreto estas ordens, e não fazer nada de si na ocasião presente, continuando lentamente com a negociação, são infinitas, e que se estão vendo melhor do que eu agora as saberei referir. Porque S. M. não tem notícia do estado em que estão estes negócios, antes diz, no princípio da sua carta, que o motivo de mandar retirar ao senhor Francisco de Sousa é haver cinco anos que continua nos requerimentos da paz sem se lhe deferir, que é não só caso diferente, mas o contrário do em que hoje estamos. Se o senhor Embaixador se vai, e fica D. Luís sem poderes (porque lhe não vem), veja V. Ex.^a se pode haver termo mais claro de dizer El-rei que não quer paz, senão guerra com os holandeses, e que consequências tão perniciosas se seguirão ao serviço de S. M., em toda a parte sabida esta deliberação! Lá devem de supôr que, por haverem vindo novas ordens a V. Ex.^a, estará feita a liga de França, e que nesta confiança podem havê-lo (*sic*) com mais um inimigo, e, quando esta razão não fôra tão falsa, o fundamento dela é tão duvidoso como V. Ex.^a nos avisa, e é certo que França em qualquer estado há-de reparar muito mais em se ligar connosco, tendo êste inimigo, do que se estivermos em paz com êle, sem a qual ninguém há no mundo que presuma bem de nossa conservação, e finalmente, quando S. M. queira guerra, melhor é que se rompa por parte dos holandeses que pela nossa, e que a dilatem quanto nos fôr possível, e nos aproveitemos do tempo emquanto êles no-lo querem dar. Entre concertar, assinar, ratificar e executar, há mui compridas jornadas, e em qualquer delas pode S. M., muito a seu salvo, seguir o caminho que melhor lhe

estiver, o que eu cuido que lá não consideram nem sabem, porque têm para si que, do que uma vez disse ou prometeu o embaixador, não se pode tornar atrás: o certo é que faz V. Ex.^a grandíssima falta naquele Conselho de Estado, não só necessitado de bons corações e juízos, mas ainda das mais ordinárias notícias. E neste mesmo tempo, para que V. Ex.^a mais se admire, cuidam em Portugal que em Castela se apresta armada contra Lisboa, e que Laganez entrará com exército por Alentejo; e, quando não têm com que acudir bastantemente a uma destas partes, há quem aconselhe que nos dividamos em tantas outras. Emfim, senhor, o meu ânimo não é que as ordens de S. M. se não obedçam, mas que se obedçam como convém a seu serviço, e não de modo que sirvam só de apressar nossa ruína. Pedro Vieira é dêste mesmo parecer, como claramente me diz em carta sua que recebi ontem, e se dóe que haja outros que prevalecessem; mas ainda no tal caso é bem que as cousas se façam como convém, não só para a justificação senão para o mesmo intento. Espero que V. Ex.^a há-de aprovar a verdade destas razões, e aconselhar ao senhor Embaixador que em nenhum caso se despida, até resposta de S. M., que não pode tardar muito, pois eu vou, e é sem dúvida que, informado El-rei e seus ministros do estado em que hoje aqui estão os negócios, ainda que não queiram paz, hão-de aprovar e mandar continuar os meios porque não quebre por nossa parte, e se faça tudo com a consideração que convém. Meu amo e senhor, fique-se V. Ex.^a muito embora. A Lisboa, querendo Deus, vou aguardar as ordens de V. Ex.^a, enquanto V. Ex.^a não chega, prometendo a V. Ex.^a que serei o melhor solicitador em procurar que não prevaleçam as diligências dos que, tanto contra o bem comum, querem a V. Ex.^a longe de Portugal. A isto me ofereço porque sei que é o gôsto de

V. Ex.^a: no demais se sirva V. Ex.^a de me o mandar manifestar por uma lista, porque desejo que V. Ex.^a conheça que não tem nem mais verdadeiro nem mais afeiçoado criado. Mande-me V. Ex.^a encomendar a Deus, que guarde a V. Ex.^a com a vida, saúde e felicidades que a V. Ex.^a desejo. Haia, 31 de Agôsto, 648.

Criado de V. Ex.^a

António Vieira.

CARTA XLIX

A Francisco de Sousa Coutinho (1)

1648 — Novembro 10

Pôsto que tenho escrito largo a V. Ex.^a por via de França e Holanda, o quero fazer também por esta de Itália, para onde S. M. manda despachar um barco extraordinário, se bem leva ordem de mudar a viagem se os ventos forem contrários, e assim pode ser que vá parar a êsses portos.

Já tenho dito a V. Ex.^a como fui bem recebido de S. M., e mui aprovada, assim dêle como de seus conselhos, a resolução de V. Ex.^a se não abalar. Os artigos do tratado se viram logo no Conselho de Estado, e não tiveram por si mais que dois votos, que foram os dos Condes da Tôrre e Aveiras, e assim se resolveu que dos artigos se fizessem cópias, e se enviassem a todos os conselheiros, para que maduramente considerassem aquela matéria, e por escrito respondessem a ela; que foi o mesmo que

(1) Publicada no tÔmo 2.^o das *Obras* de João Francisco Lisboa (1865). Não foi possível encontrar na Biblioteca Nacional o Mss. de onde a extraiu êste autor.

publicar-se por toda a côrte, e não haver conversação, tenda, nem taberna, em que se não discorresse sôbre as tristes capitulações e seus autores. Cada um as referia como as tinha ouvido, acrescentando e interpretando cláusulas conforme o seu juízo ou seu affecto, e chegaram a andar vários papéis escritos com nome de Holanda, em que nenhuma só palavra havia, que jámais fôsse lá, não digo escrita, mas nem ainda imaginada. Os que mais se assinalaram em abominar o tratado, foi o Bispo Capelão-mór, que em sua casa tinha grande auditório, e dali se despediam missionários, a propagar a mesma doutrina, pela qual se puseram geralmente todos os homens de letras, tanto eclesiásticos como profanos, até os homens de negócio que é o que mais me espantou; mas o interêsse, ainda que tão arriscado, do muito que se ganha nos portos de Pernambuco, os cega por que não vejam o que por todas as outras partes, e ainda ali mesmo, se perde; emfim a resposta dos Conselheiros de Estado por escrito não foi nada mais favorável do que tinha sido por palavra, o que vendo S. M., e que o povo quási tumultava, mandou passar decretos a todos os tribunais, com cópia dos primeiros e últimos artigos, para que os considerassem e dessem seu parecer por escrito; e, para que estivessem melhor informados de tudo o que havia passado, e se lhe respondesse às dúvidas, e em tudo o mais tivessem plenárias notícias de tudo, se ordenava no mesmo decreto que de cada tribunal se deputassem duas pessoas para virem falar comigo, como já têm feito. Do Conselho de Guerra veio D. Álvaro de Abranches e Fernão Teles; do Ultramarino Jorge de Castilho e o Delgado (1); da Fazenda o Conde de Cantanhede,

(1) O Inquisidor João Delgado Figueira, nomeado para o Conselho Ultramarino, pelo conhecimento que tinha da Índia.

e Jorge de Araújo; da Consciência D. António de Mendonça, e D. Leão(1); do Paço(2) o Bispo do Pôrto e D. Rodrigo de Meneses; da Câmara Paulo de Carvalho e Francisco de Valadares(3).

Agora se estão fazendo papéis em todos estes Conselhos, e parece-me que não há homem nesta terra que saiba escrever que não esteja compondo sôbre a matéria. Julgue V. Ex.^a que discursos sairão, tanto para ver e seguir; e pôsto que ainda não saíram à luz, eu já sei que, sendo mais de quarenta os consultados, não são mais de quatro os votos que temos pela nossa parte, que são os de D. João da Costa, o Conde Marechal(4), o Bispo do Pôrto, D. Rodrigo de Meneses, e todos estes com suas moderações; mas espero em Deus que, antes de dois meses, hão-de ter mudado todos de opinião, porque já os que no princípio andavam mais furiosos vão estando mais brandos.

De fora dos Conselhos temos o voto do Conde de Óbidos, e de Joane Mendes de Vasconcelos, e de todos os homens da Índia; mas para V. Ex.^a e eu nos consolarmos basta que tenhamos o de El-rei, o da Rainha e Príncipe, e do Secretário de Estado, que estão resolutíssimos e firmíssimos no que convém.

Esquecia-me dizer a V. Ex.^a que também temos contra

(1) D. Leão de Noronha Sumilher da cortina de D. João IV e Deputado da Mesa de Consciência.

(2) Desembargo do Paço.

(3) Vereadores da Câmara de Lisboa, por nomeação régia: doutor Paulo de Carvalho, Desembargador da Casa da Suplicação, Provedor da Alfândega, tio bisavô do Marquês de Pombal, fundador do vinculo que êste herdou; e doutor Francisco Valadares Souto Maior, Desembargador do Paço e da Casa da Suplicação.

(4) D. João da Costa, Conde de Soure; Conde Marechal, D. Fernando Mascarenhas, Conde de Serem, filho do Marquês de Montalvão.

nós o amigo Rolim, de quem hoje vi uma carta notável sôbre a matéria; mas são informações do Padre Nuno, e Luís Pereira (1), de quem também há carta como as suas. O que V. Ex.^a deve fazer é ir continuando com o tratado lentamente, sem conceder mais do que está acordado, e não concluir sem ordem de S. M., que irá logo. Do que V. Ex.^a e eu tratámos àcerca daquele lugar (2), falei a S. M., e folgou muito de ouvir, e me falou em outros, e nomeadamente em Presidente da Mesa da Consciência, Governador do Algarve, etc., enfim V. Ex.^a não tem maior amigo do que El-rei, nem quem melhor conheça o coração e talento de V. Ex.^a. Concluirá V. Ex.^a essa paz, e depois que V. Ex.^a para cá vier tudo se fará bem.

O govêrno do Brasil nem está tirado a V. Ex.^a nem provido; mas vêm de lá tantas queixas, que se entende mandará S. M. brevemente governador. De qualquer maneira que as cousas sucedam, entendo que V. Ex.^a há-de ter o lugar que fôr mais de seu gôsto. Também falei no da casa do Príncipe, que se lhe dará muito brevemente, e também S. M. aprovou; estão três nomeados, que são os Condes de Vila Nova; e de Val de Reis e Fernão Teles (3).

Meu amo e senhor, V. Ex.^a esteja de mui bom ânimo, e guarde Deus a V. Ex.^a muitos anos. Lisboa, 10 de Novembro de 1648.

António Vieira.

(1) Padre Nuno da Cunha e Luís Pereira de Castro.

(2) Provavelmente de Governador do Brasil que lhe fôra oferecido.

(3) Fernão Teles de Meneses, Conde de Vilar Maior.

PRIMEIRA JORNADA A ROMA

(FEVEREIRO A JUNHO DE 1650)

Não logrando obter a segurança do trono pela aliança francesa, tentou D. João IV alcançá-la directamente do adversário, e para tal fim propôr em Castela o matrimónio recusado por Mazarini e Ana de Áustria. Mais uma vez foi o Padre Vieira o emissário escolhido, agora, porém, sem credenciais, e incumbido de urdir na sombra um ajustamento que teria levantado protestos, sabido em Portugal. Nada menos que reunir de novo as coroas da Península, pelo consórcio do Príncipe D. Teodósio com a Infanta D. Maria Teresa, filha então única de Filipe IV. Como satisfação ao patriotismo português, punha-se a condição de ficar sendo Lisboa a capital da monarquia unida, quando juntos os dois Estados, por morte dos soberanos reinantes, em herança comum dos noivos.

Para o êxito da empresa, havia de descobrir o Padre o projecto, como seu, aos jesuítas castelhanos, sondar por meio dêles o embaixador, e achando fácil o caminho dar os primeiros toques à negociação. Ao mesmo tempo, e para coagir o gabinete de Madrid a entendimento, devia êle secretamente estimular os propósitos de nova rebelião em Nápoles, contra o domínio espanhol, fazendo constar aos conjurados que o governo português ajudaria ao movimento, e facultando-lhes dinheiro por um intermediário.

Mal lhe ia saindo a aventura porque, aos primeiros rumores da proposta, o embaixador, Duque del Infantado, o forçou a deixar precipitadamente Roma, com ameaça de morte, no caso de não abandonar logo a cidade e a Itália, cominação que pelo Geral da Companhia lhe foi transmitida.

Durante o tempo que esteve em Roma, não descurou Vieira de procurar providências em favor dos cristãos novos, seus protegidos

de sempre; mas disso só temos notícia mais tarde. A ausência de Lisboa foi de quasi seis meses. Partiu do Tejo, com destino a Liorne, a 8 de Janeiro de 1650, e regressou em Junho, data não conhecida. Na ida arribou a Barcelona, que dominavam os franceses. De lá temos carta sua para o Secretário de Estado. Outra carta de Roma, aonde chegou a 16 de Fevereiro, escrita em Maio, para o Príncipe, incitando-o a tomar as armas, quando em Lisboa se temia um assalto da armada inglesa; mais outra carta, do mês seguinte, para o Rei, com as correntes novidades políticas: eis tudo quanto se tem até agora colhido dêsse período. Da negociação tentada veio a saber-se, muitos anos depois, pelo sermão, na Baía, em acção de graças por occasião do nascimento do Infante D. António, filho de D. Pedro II (1). O acto do Duque del Infantado, que motivou a retirada, ou melhor a fuga, de Roma, é conhecido pelo rol dos serviços, alegados por Vieira em um memorial a favor de Gonçalo Ravasco, seu sobrinho (2).

A última carta da presente série devia ter precedido poucos dias a saída de Roma.

(1) No tómo 11.º, da 1.ª Ed.

(2) Impresso em *Obras Inéditas*, 3.º, pág. 81.

CARTA L

A Pedro Vieira da Silva (1)

1650 — Janeiro 23

Escrevo esta por via de França para avisar a V. M.^{cê} como fico arribado em Barcelona, onde cheguei sábado 21 do corrente, treze dias depois de partir dêsse pôrto, e já estivera no de Liorne, segundo nos foram favoráveis os tempos; mas apesar de tudo nos meteu aqui o capitão do navio, que é natural desta terra, onde sem dúvida nos detivera muitos dias, se o governador o não obrigara a sair. Hoje nos tornamos a embarcar; quererá Deus que nos acompanhem os mesmos ventos que ainda vão continuando, pôsto que com receios de se mudarem, por estarmos em vésperas de lua nova.

As novas que posso dar a V. M.^{cê} de Catalunha, são haver um ano que lhe falta vice-rei; está nomeado o Duque de Mercúrio (2), e sôbre não acabar de chegar se fala variamente: tem-se pela causa mais verdadeira não querer ou não lhe poder dar hoje França o sem que êle não há-de vir. Entretanto governa a guerra Mr. de Marcin, francês (3),

(1) Publicada na 1.^a edição das *Cartas*, em 1735, t. 1.^o, com o título de — A certo Ministro da côrte de Lisboa.

(2) Duque de Mercoeur, que desposou mais tarde uma sobrinha de Mazarini.

(3) Marcin, Marsin ou Marchin, belga, tenente general ao serviço de França, super-intendente do exército de Catalunha.

o político D. José de Margarit, catalão; e a um e outro assiste sem título o bispo de Maria (1), uma das melhores cabeças de França.

A êle e ao governador ouvi falar sôbre as cousas de Portugal, com uma notícia tão inteira de tudo, e com circunstâncias tão particulares, tão miúdas e tão interiores, que afirmo a V. M.^{cê} fiquei igualmente espantado do muito que sabem de nós, e magoado da pouca notícia que nós temos dêles e dos mais.

O poder que tem França em Catalunha não arriba de dois mil cavalos e até catorze mil infantes nos presídios, sustentando tudo há mais de um ano à custa do principado. As consequências que daí tiram os catalães, e as que nós podemos tirar, deixo ao discurso de V. M.^{cê}. Com êste tão pequeno poder se atreveu o Marquês de Marcin a ir esta semana intentar uma empresa sôbre Tarragona; havia de ser na noite de ante-ontem, e não se sabe até agora mais que haverem-se ouvido tiros pela madrugada, sinal de que foram sentidos.

Os dias passados saíram os castelhanos da mesma Tarragona sôbre esta parte de Barcelona, que só dista onze léguas, com um exército de dez mil infantes e três mil e quinhentos cavalos, esperando que, com a vizinhança dêste poder, haveria quem tomasse a voz de Castela nesta cidade; mas no mesmo ponto foram lançadas dela e levadas a França, e a outras partes, todas as pessoas principais de que havia qualquer suspeita, pôsto que a nenhum se lhe provou, nem averiguou culpa; e com êste desengano se retirou outra vez para Tarragona o exército castelhano,

(1) Pedro de Marcá Bispo de Couserans, Visitador Geral em Catalunha, conhecido ali pela designação de *Bispo de Marcá*. *Maria*, provavelmente, leitura errada do escrito original, por *Marcá*.

desmantelando somente as fortificações de alguns lugares pequenos que estão junto à marinha, sem executarem hostilidade alguma, nem nas pessoas, nem nas fazendas, porque o seu intento era ganhar com bom tratamento os ânimos dos catalães, e a êste fim quasi todos os cabos do exército eram naturais da Catalunha, como também o é D. João de Quaray, a cuja ordem vinha tudo.

O coleitor que aqui está, que é boa pessoa e desejoso de ser promovido para êsse reino, me deu a nova do Cardinal Albernós ser morto; com que teremos menos em Roma um grande inimigo. Estava seu hóspede o Duque del Infantado, que não havia muito era chegado com seu tio o Padre Pedro Gonçalves de Mendonça. Saiu por Geral da Companhia o Padre Francisco Piccolomini, senense, e se fizeram também todos os Assistentes, menos o de Portugal, cuja eleição se suspendeu até à chegada dos padres portugueses, que ainda que partiram tarde parece que irão a tempo. Eu o não tenho para ser mais largo. Guarde Deus a V. M.^{ce} muitos anos como desejo. Barcelona, 23 de Janeiro de 1650.

António Vieira.

CARTA LI

Ao Príncipe D. Teodósio (1)

1650 — Maio 23

Senhor. — Meu Príncipe e meu senhor da minha alma.
— Pelos avisos que vão a S. M. entenderá V. A. com que

(1) Na ed. de 1735, t. 1.º Carta escrita ao chegar a Roma a notícia dos preparativos que em Lisboa se faziam para resistir à

coração escrevo esta, e muito mais com que raiva e com que impaciência, vendo-me preso e atado para não poder em tal ocasião ir-me deitar aos pés de V. A., e achar-me a seu lado em todo o perigo. Mas eu romperei as cadeias quanto mais depressa me fôr possível, e partirei voando, se não a fazer companhia nos trabalhos do princípio, ao menos a ter parte nas glórias e alegria do fim; que êstes são os passos por onde se hão-de encaminhar os sucessos e felicidades dêste fatal ano, ou seja a guerra só em terra, ou só no mar, ou juntamente em ambas as partes; porque o meu roteiro não especifica o género nem as particularidades dela, empregado todo em referir, admirar e celebrar as vitórias.

Ah Senhor! Que falta pode ser que faça a V. A. nesta ocasião êste fidelíssimo criado, e quão poucos considero a V. A. com a resolução e valor e experiência que é necessária, para saberem aconselhar a V. A. o que mais lhe convém em tão apertados casos! Mas já que na presença não posso, aconselhe a V. A. a minha alma, que toda mando a V. A. neste papel, e com toda ela lhe digo que, tanto que chegar esta nova, V. A. logo sem esperar outro preceito se ponha de curto, o mais bizarro que puder ser, e se saia a cavalo por Lisboa, sem mais aparato nem companhia que a que voluntariamente seguir V. A., mostrando-se no semblante muito alegre e muito desassustado, e

armada inglesa do Almirante Blake, que ameaçara forçar a barra, e penetrar no Tejo em perseguição dos Príncipes Roberto e Maurício, sobrinhos de Carlos I. Como, para concentrar fôrças na capital ficou a fronteira em parte desguarnecida, temia-se igualmente uma incursão dos castelhanos por terra, e parece que também por mar. Supunha Vieira estar o Príncipe nomeado generalíssimo. Cf. o título desta carta na colecção *Varias Obras do P.º Antonio Vieira*. Mss. da Academia das Sciências de Lisboa, t. 7.º.

chegando a ver e reconhecer com os olhos todas as partes em que se trabalhar; informando-se dos designios, e mandando e ordenando o que melhor a V. A. parecer, que sempre será o mais acertado; mandando repartir algum dinheiro entre os soldados e trabalhadores, e se V. A. por sua mão o fizesse, levando para isso quantidade de dobrões, êste seria o meu voto; e que V. A. se humane conhecendo os homens e chamando-os por seu nome, e falando não só aos grandes e medianos, senão ainda aos mais ordinários: porque desta maneira se conquistam e se conformam os corações dos vassallos, os quais, se V. A. tiver da sua parte, nenhum poder de fora será bastante a entrar em Portugal, sendo pelo contrário muito fácil ainda qualquer outra maior empresa a quem tivesse o domínio dos corações. S. M. tem nesta parte uma vantagem muito conhecida, que é estar de posse e poder dar, quando Castela só pode prometer. Como há poucos Antónios Vieiras, há também poucos que amem só por amar, e S. M. não deve esperar finezas, senão contentar-se muito de que se queiram vender aqueles que lhe fôr necessário comprar. A pólvora, as balas, os canhões são comprados, e bem se vê o ímpeto com que servem, e o estrago que fazem nos inimigos; e mais natural é em muitos homens o interêsse que nestes instrumentos a mesma natureza. Os que menos satisfeitos estiverem de S. M., êsses chegue V. A. mais a si, que importará pouco que no affecto se dividam as vontades, com tanto que no efeito S. M. e V. A. as achem obedientes e unidas. Faça-se V. A. amar, e nesta só palavra digo a V. A. mais do que pudera em largos discursos.

Considere V. A., senhor, que esta é a primeira acção em que V. A. há-de adquirir nome ou de mais ou de menos grande príncipe. A idade, o engenho, as obrigações, tudo

está empenhando a V. A. a obrar conforme seu real sangue, e mostrar ao mundo que é V. A. herdeiro de seus famosíssimos primogenitores, não só no sceptro, mas muito mais no valor.

Toda Europa, cujos ouvidos estão cheios de louvores de V. A., está com os olhos nesta ocasião, que é a primeira em que V. A. sai a representar no teatro do mundo, e na qual o nome que V. A. ganhar com as suas acções será o por que será avaliado e estimado sempre. Não aconselho a V. A. temeridades, mas tenha Portugal e o mundo conceito de V. A. que antes despreza os perigos do que os reconhece. O que tocar à segurança da pessoa de V. A. deixe V. A. sempre ao amor e zêlo dos seus vassallos, mas não aceitando nesta parte conselho que de muito longe possa tocar ao decoro.

A vida está só na mão de Deus, e esta é a ocasião em que servem as filosofias, que tantas vezes ouvi a V. A., do desprezo dela. Da mesma criação de V. A. saiu Aquiles a ser terror de Troia e fama da Grécia; e esta mesma desconfiança (a qual inculco a V. A.) o fez mais Aquiles(1). Eia, meu Príncipe, despida-se V. A. dos livros, que é chegado o tempo de ensinar aos portuguezes e ao mundo o que V. A. nêles tem estudado. Armas, guerras, vitórias, pôr bandeiras inimigas e coroas aos pés, são de hoje por diante as obrigações de V. A., e estas as minhas esperanças. Oh! como as estou já vendo não só desempenhadas, mas gloriosamente excedidas! A graça do Espírito Santo, que é espírito de fortaleza, assista sempre no coração de V. A., cuja muito alta e muito poderosa pessoa guarde

(1) Era opinião de Vieira que fôra o Príncipe criado, *como Aquiles, entre as damas*. Veja-se atrás, p. 242.

Deus, como a Igreja e os vassallos de V. A. havemos mister. Roma, 23 de Maio de 1650.

Faço meu substituto ao padre Inácio Mascarenhas (1), a quem peço ouça V. A. com grande confiança nestas matérias, porque fio muito de seu valor, resolução e conselho, que tenho bem experimentado. Perdôe V. A. ao meu amor êste e os outros atrevimentos desta carta.

António Vieira.

CARTA LII

Ao Rei D. João IV (2)

1650 — Junho 6

Senhor. — São hoje os 6 de Junho e, com haver doze dias que a armada de Nápoles começou a empresa de Piombino, ainda o não tem rendido, contra o que presumia a opinião de todos, antes se conta por certo que os franceses fizeram uma saída, em que mataram aos castelhanos quinhentos homens, entre êles um filho do Duque de Nocera, e outras pessoas de nome, e o Conde de Conversano se retirou ferido a Nápoles. Até agora não veio correio a nenhum dos embaixadores, por onde se saibam as novas com mais certeza e particularidades.

Também se afirma que a armada tem cercado Pôrto

(1) Jesuíta, irmão do Conde de Santa Cruz D. João de Mascarenhas. Tinha ido em 1641, como enviado de D. João IV à Catalunha, a dar parte da sua aclamação, e prometer socorros ao govêrno dos rebeldes.

(2) Inédita. Cópia na Biblioteca de Évora.

Longone, e que a gente, que lançou em terra, tomou um fortim que defendia um aqueduto da fortaleza, mas dentro dela há cisternas. Se é verdade o desta segunda empresa, e a houverem de levar ao cabo, muito menos cuidado pode dar a armada, porque não irá lá (1), ou será muito tarde e muito destruída. Não há mais do que avisar.

A muito alta e poderosa pessoa de V. M. guarde Nosso Senhor, como a cristandade e os vassallos de V. M. havemos de mister. Roma, e Junho 6 de 1650.

António Vieira.

(1) A Portugal, como parece se receava.

TEMPOS DE MISSIONÁRIO

(JUNHO DE 1651 A JUNHO DE 1661)

Desgostoso pela oposição dos émulos na côrte, magoado da hostilidade de alguns padres, dos mais influentes, dentro da Companhia, e provavelmente obedecendo a imposições agenciadas por estes, António Vieira decidiu pôr ponto à intromissão na política, e consagrar-se inteiramente aos deveres de religioso. Ainda em 1652 rejeitou o convite do Conde de Penaguão, para o acompanhar na embaixada a Inglaterra. Após uma primeira missão de ensaio a Tôres Vedras, das com que era uso estimular o fervor devoto das populações, preparou-se o político desenganado para outras de maior esforço e sacrificio, e escolheu para local de sua operosidade Maranhão e o Pará, onde por acidentes vários não havia então ninguém da Companhia de Jesus.

Com o ardor próprio do seu temperamento, e utilizando o favor do Rei, dispôs António Vieira as coisas da missão, elegeu os companheiros, tomou o cargo de Superior, e se achava pronto a partir em Setembro de 1652. Parece, porém, que à última hora lhe esfriou o entusiasmo de apóstolo; e, muito a propósito, uma ordem régia levada a bordo, o forçou a desembarcar, seguindo os companheiros viagem sem êle.

É crível que o recuo não fôsse do agrado dos confrades, empenhados em afastá-lo de Lisboa, e o Superior da Missão teve definitivamente de partir em Novembro, não sem esperar, até sair a barra, a repetição do chamado, que dois meses antes o fizera retroceder. Tudo isto consta das cartas dirigidas ao Príncipe D. Teodósio em termos queixosos, e o confirmam as confidências, em que descobre o seu estado de alma a dois padres amigos.

Não tardou êle contudo a dominar as saudades da vida das

côrtes. Arribando a Cabo-Verde, já sentia despertar de novo o zêlo pela difusão da fé. Ao Maranhão chega a 16 de Janeiro de 1653, e logo as obrigações de sacerdote e missionário lhe absorvem a actividade e o pensamento. As cartas ao seu Provincial, as que vão ao Conselho Ultramarino, com o rótulo de serem para o Rei, descrevem os trabalhos e privações suportadas, as resistências vencidas, o esforço enorme que custava iniciar na civilização o selvagem, e preparar o terreno para que ela mais tarde prevalecesse, em territórios vastíssimos, desconhecidos e muitas vezes de perigoso acesso.

Em Junho de 1654, tendo prêgado no Maranhão o sermão famoso de Santo António, o missionário ausentou-se, para ir à côrte requerer providências novas, em proveito da sua obra. Mas, demorado no mar pelo tempo, e aprisionado a segunda vez por corsários, que o foram largar nos Açores, só em Novembro chegou a Lisboa, e em Abril do ano seguinte regressou à missão.

De aí por diante, os seis anos que nela permaneceu passou-os, na mór parte, em viagens pelo estuário do Amazonas, e rio acima até onde as povoações de índios, introduzidos no cristianismo, pediam a sua inspecção; ou ao longo da costa, indo e vindo, entre Maranhão e Pará, e, por duas vezes, mais longe, buscando de uma delas a Baía, jornada a que renunciou em caminho, da outra à serra de Ibiapaba.

Nisto, em Maio de 1661, levanta-se o povo no Maranhão para expulsar os jesuítas. Vieira, em caminho para lá, tem de voltar atrás. As cartas XCII e XCIII são escritas quando êle, ao ter noticia da sedição, se refugia no Pará. Mas aí se repete o movimento, e o Padre é conduzido em custódia ao Maranhão, e como os demais religiosos da Companhia embarcado para Portugal, aportando a Lisboa em Novembro. Depois nunca mais tornou aos lugares que tinham sido, nove anos quási, teatro de seus labores.

CARTA LIII

Ao Padre Nuno da Cunha (1)

1651 — Junho 17

(Fragmento)

... Eu na minha missão passei bem; e só me faltou acompanhar a V. R.^{ma} na sua, para nela aprender do zêlo e espírito de V. R.^{ma} o modo de empregar o trabalho com maior fruto; mas nesta falta supriu o Padre João de Soto Maior, como antigo discípulo de V. R.^{ma}, de quem pude tomar lições, e me aproveitou muito com seu fervor e exemplo.

.. 17 de Junho de 1651.

_____ *António Vieira.*

CARTA LIV

A Pedro Fernandes Monteiro (2)

1652 — Julho 5

Senão fôra de tanto serviço de Deus, não me atrevera a inquietar a V. M.^{ce} a tal hora; mas a causa me desculpa,

(1) Trecho publicado pela primeira vez na *Vida do Padre António Vieira* pelo Padre André de Barros. Lisboa 1746.

(2) Procurador da Fazenda. *Supra*, p. 205. Impressa na edição de 1735, t. 1.º, com o título — A um Ministro da côrte de Lisboa,

e a grande piedade de V. M.^{cê} me anima. Hoje se remeteu a V. M.^{cê} do Conselho Ultramarino uma petição de réplica do Procurador do Brasil e padres missionários do Maranhão, a quem S. M. manda pagar ametade da ordinária de que lhe fez mercê nos dízimos da Baía (1); e, porque correndo êste pagamento por mãos dos ministros da fazenda daquele Estado fica muito incerto, antes totalmente é como se não fôra, como a experiência tem mostrado; e os missionários no Maranhão não têm nem podem ter outra cousa de que se sustentem, nem acudir ao culto divino e às outras obrigações da conversão, para as quais são necessários resgates e outras cousas, como na réplica se aponta: pedem e instam os padres que o dito pagamento se lhes faça por mão dos contratadores ou rendeiros dos dízimos, que é o meio que os reis passados tomaram, para que os ditos pagamentos fôsem efectivos, assim ao bispo e clero, como aos mesmos padres da Companhia, por se experimentar que todos os outros apertos, com que as provisões reais o mandavam, não eram bastantes contra as necessidades da fazenda, ou verdadeiras ou supostas, que os ministros alegavam. As quais cousas, no tempo presente por ser de guerras, são mais ordinárias e ainda mais justificadas, com que ficará de todo perdendo-se a missão e o fruto que dela se espera, e com a justificação da residência a que nos oferecemos (que era o ponto em que reparava o Conselho) fica o negócio sem inconveniente algum.

E assim me disse o Conde de Odemira (2) que o havia de votar, por ser matéria muito clara, e o contrário contra o

(1) Cf. Consulta de 6 de Julho de 1652, no Arquivo do Conselho Ultramarino. Liv. 2.º das Consultas de partes. Biblioteca Nacional de Lisboa.

(2) Presidente do Conselho Ultramarino.

serviço de S. M. e o intento que se pretendia; e do mesmo parecer sei que estão os demais Conselheiros. Com S. M. falei esta tarde sobre esta matéria, e porque êle se parte segunda feira (1), e a quiere deixar resoluto, porque assim importa pela brevidade com que o navio em que hão-de ir os padres se apresta, foi servido de me dizer que, da sua parte, dissesse a V. M.^{ce} que folgaria que esta informação sê fizesse, a tempo em que com ela se pudesse consultar pela manhã no Conselho, e no mesmo dia subisse e se despachasse; e o mesmo me manda dizer ao Conde de Odemira.

Com esta vão os alvarás, de que constam os exemplos e o principal fundamento da justificação da nossa causa, que V. M.^{ce} nos fará mercê de que não saiam da sua mão, porque importam.

Tenho dito, e não recomendo mais, porque a causa se recomenda por si mesma, e porque sei que para todas as do serviço de Deus está sempre mui pronto o favor de V. M.^{ce}, que é a pedra fundamental dos que sobre êle hão-de assentar seus votos. Assim que, a V. M.^{ce} caberá a maior e principal parte do merecimento desta santa obra, e todos nós ficaremos com nova obrigação de rogarmos a Deus pela vida e saúde de V. M.^{ce}, que o Senhor guarde por muitos anos como havemos mister.

Por ser a hora que é, não vou levar êste papel, mas estimarei que V. M.^{ce} me mande dizer por palavra pelo portador quando o irei buscar. Colégio, 5 de Julho de 1652. — Criado de V. M.^{ce}

António Vieira.

(1) Para Salvaterra.

CARTA LV

Ao Padre Provincial do Brasil (1)

1652 — Novembro 14

Pax Christi.

Como eu fazia conta de partir juntamente com a armada da Bôlsa (2) e as occupações daqueles últimos dias foram tão grandes, reservei o escrever para os dias que nos detivéssemos na ilha da Madeira; mas, como Deus dispôs outra cousa, e a armada haverá chegado sem carta minha, nesta darei conta a V. Rev. de tudo o que tem passado acêrca da missão do Maranhão, depois que V. Rev.^a partiu desta côrte.

A primeira cousa em que entendemos foi em continuar o requerimento da fundação da missão, o qual S. M. despachou na mesma forma em que lhe o apresentámos, ordenando que se nos dessem trezentos e cincoenta mil réis para dez sujeitos, a razão de trinta e cinco para cada um, pagos a metade nos dizimos da Baía, e a outra no contrato do tabaco desta cidade. Da parte tocante aos dizimos da Baía se nos passou logo provisão, sôbre a qual replicámos, para que se fizesse cláusula que se nos pagaria independente dos governadores, como ao Bispo e clero da sé, e

(1) Padre Francisco Gonçalves que, regressando de Roma aonde fôra por Procurador da Província, recebeu em Lisboa a nomeação de Provincial. Impressa em *Vozes saudosas da eloquência, do espirito, do zelo e eminente sabedoria do Padre António Vieira.* 1736.

(2) A armada da Companhia do Brasil, que comboiava as frotas para a América.

neste requerimento se trabalhou mais que no primeiro, porque tivemos quasi todos contra nós: mas alfim se venceu como V. Rev.^a veria do teor da provisão. A do tabaco não se passou logo, porque achámos que estava consignado a outros pagamentos, e porque todos os do reino hoje são mui incertos; e assim nos pareceu o pedir esta outra ameadade nos dízimos no Rio de Janeiro, como se concedeu: e também se passaram as provisões, nas quais não deve fazer dúvida o dizer-se que se pagará dos sobejos dos dízimos, porque se entende do que sobejar dos ordenados e ordinárias, que nêles estão consignadas, e não do pagamento de soldados, a que também se applica, como de muitas cláusulas da mesma provisão se deixa entender.

Alcançada a fundação, que era a condição *sine qua non* da missão, conforme as ordens que trouxe o Padre Francisco Ribeiro (1), tratámos do modo com que breve e còmodamente, e sem gastos da Província, pudessem ir para o Maranhão os sujeitos dela, e se expediram as cartas para o Conde governador (2) e para V. Rev.^a, em que S. M. manda que aos padres da dita missão se dê todo o provimento necessário, e se tome um caravelão à custa tudo de sua fazenda, em que os padres partam em companhia da armada, até à altura do Rio Grande, em que pode haver perigo, e dali sigam sua derrota. Estas cartas foram por via do Pôrto com Filipe Bandeira; e, porque não tenho aviso de haverem chegado às mãos de V. Rev.^a, farei que se multipliquem as vias.

Sôbre êstes dois fundamentos resolvemos, o Padre Francisco Ribeiro e eu, de tratar da missão em forma e

(1) Procurador geral da Província do Brasil.

(2) Conde de Castelmelhor.

seguinte os desígnios do Padre Luís Figueira (1), e as ordens de S. M., em que manda que edifiquemos casas e igrejas nas três capitâneas do Maranhão, Pará e Gurupá.

Alcançámos primeiramente que, em cada uma das ditas capitâneas, se nos desse uma aldeia para termos índios, e que nos acompanhem e sirvam nas missões, independentes dos governadores, de que levamos provisões de S. M., cujas cópias também remeto a V. Rev.^a; e de mais dos viáticos, que montaram quatrocentos e vinte mil réis, nos fez mercê S. M. de setecentos e cincoenta e seis para provimento das igrejas, de que logo se arrecadaram mil cruzados, com as quais duas esmolos e outras se aviou a missão de tudo o necessário às igrejas, casas e resgates, na forma que V. Rev.^a verá pelas listas que com esta vão.

Os sujeitos, que nos pareceu admitir para a missão, foram os seguintes: o Padre Manuel de Lima, cujos merecimentos V. Rev.^a muito bem conhece, o qual, desesperado de poder proseguir a sua missão do Japão, dedicou-se *et sua omnia* a esta do Maranhão. O Padre João de Sotomaior e o Padre Manuel de Sousa, os quais por justos respeitos estiveram ocultos até à véspera da partida, e o segundo com as ordens tomadas dois meses havia, sem ninguém o saber nem suspeitar. O Padre Francisco Veloso e o Padre Tomé Ribeiro, sem embargo de terem em Coimbra muitas opiniões, ainda de padres graves e espirituais, que os aconselhavam a não irem à missão senão depois de acabada a teologia; mas êles, com grande edificação, se renderam logo ao que entenderam ser vontade dos Superiores dessa Província. O Padre Gaspar Frago, que

(1) Missionário do Maranhão, o primeiro da Companhia que esteve no Grão Pará. Pereceu em 1643, na ilha do Marajó, naufrago, às mãos dos selvagens.

leu êste ano a nona, e é sujeito de grande virtude, recolhimento e resolução: acabou o curso, e tem muito bom talento de prêgador. O irmão Agostinho Gomes, *olim* Agostinho das Chagas, da irmandade de Santo Inácio, chamado vulgarmente o estudante santo, porque verdadeiramente o é, e cuido que V. Rev.^a o confessou algumas vezes: entrou no noviciado dia do Espirito Santo, e foi com cinco meses de novição.

Além dêstes recebemos dois irmãos, José de Mena e António de Mena, a quem mudámos o nome pela equivocação da língua da terra, e hoje se chamam José e António Soares (1). O primeiro é clérigo dos de Santo Inácio, casuista, homem de grande oração; o segundo é cursista, mas a melhor habilidade e o melhor humanista do páteo, e sôbre tudo anjo de condição e costumes, também da irmandade de Santo Inácio, com que ficarão suprimindo a menos estreiteza do noviciado que terão no Maranhão, onde ou no navio se lhes hão-de deitar as roupetas.

De mais dêstes recebemos dois irmãos coadjutores (2), um dos quais é Francisco Lopes, que servia êste colégio, de cujo espirito não digo nada, porque o conhece V. Rev.^a; outro, Simão Luís, official de carpinteiro, homem de muito bons costumes e préstimo. Não conto aqui o Padre Luís

(1) « Mena na língua brasílica significa marido ». (Padre José de Moraes, *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*, Mss. da Biblioteca de Évora, publicado no Rio de Janeiro em 1860). Padre José Soares provavelmente o mesmo que foi mais tarde por muitos anos companheiro e amanuense de António Vieira.

(2) Isto é coadjutores temporais, classe correspondente à dos irmãos leigos nas outras ordens religiosas. Coadjutores espirituais são os sacerdotes, membros da Ordem, que não fazem parte dos denominados Professos.

Moniz, porque o levou Deus para si com grande sentimento nosso; nem ao Padre António Vaz, porque deu causas para não ir nesta ocasião, das quais dou conta a V. Rev.^a em carta particular, e com aprovação do Padre Provincial ficou até novo aviso de V. Rev.^a. De maneira que são os sujeitos de que se formou a missão por todos doze, oito sacerdotes, dois irmãos estudantes, dois irmãos coadjutores.

Pareceu-nos exceder tanto o número, principalmente supondo que dessa Província hão-de ir os que S. M. ordena, porque, havendo de ser as residências três, e havendo de se tratar das missões e conversões do Grão-Pará e rio das Amazonas, que é o que principalmente se pretende, não se pode acudir a isto tudo, como convém, com menos de dezoito ou vinte sujeitos, os quais Deus sustentará, com a providência que costuma aos que, por se empregarem todos em seu serviço, não reparam em comodidades próprias. Um punhado de farinha e um caranguejo nunca nos pode faltar no Brasil, e, enquanto lá houver algodão e tujucos também não nos faltará de que fazer uma roupeta da companhia: e esta é a resolução e desejos com que imos todos, e confiamos na graça de Nosso Senhor que nos há-de ajudar a perseverar nêles; quanto mais que lembrado estará V. Rev.^a que, na consultinha que V. Rev.^a fez no seu cubículo, sôbre a cônica que se havia de pedir para cada um dos missionários, em que nos achámos com V. Rev.^a o Padre Francisco Ribeiro e eu, se resolveu entre todos que, para sustentar no Maranhão um sujeito, bastavam vinte ou vinte e cinco mil réis; com que da sustentação dos dez fica sobejando para quatro ou cinco. Acrescem mais os cinquenta mil réis do meu ordenado (1), com que nos

(1) De prêgador régio.

remediaremos dois; e, como a renda se nos há-de pagar na Baía e Rio de Janeiro, tomando-a os dois colégios em si, e mandando-nos açúcares da sua lavra, com que nos façam esmola dos melhoramentos da sua liberdade, empregando-se tudo aqui nos géneros mais necessários ao Maranhão, sempre virá a chegar lá muito acrescentado.

Bem vejo que os riscos do mar são grandes, mas alguma cõusa hão-de deixar a Deus os que dedicam tudo a êle. No Maranhão, como de lá nos avisam, também temos ainda alguns escravos e criação de vacas, de que se poderão ajudar os daquela casa; e, se nas outras e nas missões se fizer o fruto que se espera, logo S. M., como tem prometido, acrescentará mais renda, e não faltarão pessoas particulares e devotas que nos ajudem com suas esmolas. E quando não haja outras, resolver-me hei a imprimir os borrões de meus papelinhos (1), que, segundo o mundo se tem enganado com êles, cuida o Padre Procurador Geral que poderá tirar da impressão com que sustentar mais dos que agora vão: assim que, por falta de sustentação não deixe V. Rev.^a de mandar o número dos sujeitos que S. M. pede; e nesta confiança, como digo, resolvemos que de cá fõssem logo os doze.

Disposta assim a missão, e tomado no navio o mais largo e cómodo lugar que pode ser (o qual também deu El-rei), em 22 de Setembro começou a partir a frota, e os nossos missionários se foram embarcar todos: e eu dos últimos, com o Padre Francisco Ribeiro, como que nos íamos despedir dêles ao navio.

Chegados a S. Paulo, soubemos que, partindo os demais, só o do Maranhão ficava por ordem do Conselho Ultramarino, para poder levar um sindicante, que dois

(2) Os sermões.

dias antes se despachara. Estava El-rei naquele dia na quinta; fui lá e alcancei um decreto da sua letra, para que o syndicante ficasse em terra e o navio do Maranhão partisse com a frota.

Indo já para êle com tão bom despacho, soubemos que os capitães-mores do Maranhão e Pará (1) não estavam embarcados pela mesma causa. Torno a Lisboa ao Conde de Odemira, dou-lhe a notícia da nova ordem de El-rei, e conforme a ela se mandou aos capitães-mores que aquela noite se embarcassem para dar à vela pela manhã, porque já não havia tempo nem maré; e com esta resolução nos tornámos para casa, o Padre Francisco Ribeiro e eu, deixando os demais embarcados, e parecendo-nos que com esta dissimulação se encobriam melhor os meus intentos.

Mas, pôsto que geralmente succedeu assim, não faltou quem entrasse nas suspeitas, e desse ponto ao paço, de onde em amanhecendo me veio recado para que fôsse falar a S. A. (2): fui, e porque estavam para o sangrar, disse-me que esperasse para depois da sangria, tudo a fim de me deter; mas eu me saí e me fui embarcar a toda a pressa.

Chegando ao navio, soube que El-rei tinha mandado chamar o mestre, de que os padres estavam mui desconsolados, entendendo o que podia ser. Não havia já em todo o rio para partir mais do que uma nau, que estava em Paço de Arcos: pedi ao Padre Francisco Ribeiro que quisesse ir saber se havia de tomar a ilha da Madeira, e se levaria um passageiro; e eu com o Padre Luís Pessoa tomei mulas em Belém e me parti a Lisboa. À porta do paço achei o mestre do navio do Maranhão, que me disse

(1) Baltasar de Sousa Pereira para o Maranhão, e Inácio do Rego Barreto para o Pará.

(2) O Príncipe D. Teodósio.

o mandara chamar El-rei, para lhe dizer que o havia de mandar enforcar se em o seu navio fôsse o Padre António Vieira.

Também aqui soube que tinha mandado S. M. ao mesmo navio o Padre Bispo do Japão (1) e o Capitão do Pará; o Bispo para que me trouxesse, e o capitão com ordem que, tanto que eu lá não estivesse, partisse logo o navio.

Com estas notícias tão declaradas entrei a S. A. (porque El-rei estava comendo), e lhe disse resolutamente que eu ia e havia de ir para o Maranhão, procurando reduzi-lo a que o houvesse por bem, com todas as razões e extremos que, em semelhantes ocasiões, costuma ensinar a dor e a desesperação; mas nenhuma bastou, antes me desenganou S. A. que me não cansasse, porque El-rei estava na mesma resolução, e nenhuma cousa haveria que os apartasse dela. Sobre êste desengano considerei que, se falasse a S. M., me poderia deter muito e perder a nau de Paço de Arcos, e juntamente que partindo, sobre El-rei expressa e presencialmente me negar a licença, ficaria a fugida menos decente, para quem a não quisesse escusar com a justificação da causa; pelo que, sem lhe falar, me tornei a Belém, onde chegava de volta o Padre Francisco Ribeiro, com resposta que a nau partia para a Baía, e que havia de tomar a ilha da Madeira, e que me levaria.

Passei-me logo à fragata, deixando em terra aos dois padres, os quais ambos me disseram que não aprovavam a minha resolução, pôsto que o Padre Ribeiro mais friamente que o Padre Pessoa, com que em parte me animou. Bem conhecia eu que o que ditava a prudência, nas circuns-

(1) Padre André Fernandes, jesuíta, confessor de D. Teodósio, e depois da Rainha D. Luísa.

tâncias presentes, era o que me diziam os padres; mas eu não podia acabar comigo haver de desistir da empresa, tendo chegado àquele ponto, nem deixar os companheiros, que o quiseram ser meus nela, e muitos dos quais por essa causa se determinaram mais a esta missão que a outra. E como o reparo dos padres, que me aconselhavam, era só o pôr a perigo a graça de El-rei, também me parecia que, quanto eu mais a arriscasse e perdesse pelo serviço de Deus, tanto mais penhorado ficava o mesmo Senhor a favorecer os intentos por que o fazia, e assim o mostrou depois o efeito.

Emfim cheguei à nau a tempo que queriam levar a última âncora; mas ao mesmo tempo cresceu de tal maneira o vento, que toda a gente da nau (que eram sessenta homens) em muito tempo não puderam dar uma volta ao cabrestante, com que se dilatou a partida para a madrugada seguinte.

Passei aquela noite com o corpo neste navio e a alma no do Maranhão, traçando como na ilha da Madeira me havia de passar occultamente a êle, sem saber o que no mesmo tempo se traçava em Lisboa contra mim.

Foi o caso que, ao chegar à nau de Paço de Arcos, me conheceu o Provincial de S. João de Deus, que passava por ali em uma fragata, e chegado ao convento foi visitar sua vizinha, a condessa de Óbidos, onde achou ao Padre Inácio Mascarenhas, e lhe contou o que vira. Mandou logo recado o Padre ao Conde de Cantanhede, o Conde ao Príncipe, e S. A. a El-rei; e informando-se S. M. de quantos navios havia para partir no rio, e sabendo que só três, mandou logo três ministros de justiça, com três decretos seus, que me os fôsem notificar a qualquer navio onde eu estivesse.

Ao amanhecer, íamos já navegando por S. Gião fora,

quando chegou a nós um corregedor, o qual, subindo à nau, me meteu na mão um decreto assinado por S. M., no qual lhe mandava me dissesse da sua parte que lhe fôsse falar, porque importava; e que, em caso que eu dificultasse o ir, notificasse ao capitão e mestre do navio que, sob pena de caso maior, desse logo fundo e não partisse.

Como a ordem era tão apertada, e às tôrres se tinha também mandado outra, que não deixassem sair nenhum navio sem constar que não ia eu nêl, foi fôrça obedecer e arribar antes de partir. No caminho tomei o navio do Maranhão, que também já ia à vela, a despedir-me dos padres; e, porque achei estar em terra o Padre Manuel de Lima, pelo que podia suceder, encomendei a missão ao Padre Francisco Veloso, tendo-o por o mais antigo, pôsto que depois soube que o era o Padre João de Souto Maior; mas no cuidado dos noviços terá bem em que empregar seu espírito e talento. Mais adiante encontrei em uma gôndola aos padres Manuel de Lima e Manuel de Sousa, que à vela e a remo ia seguindo o navio; mas ainda assim nos abraçámos e chorámos, ratificando-lhes eu a promessa, que aos outros padres tinha também feito, de muito cedo ser com êles por qualquer via.

Emfim cheguei ao paço, onde S. M. e A. me receberam com graças, zombando da minha fugida e festejando muito a presa; mas ajudou-me Deus a que lhes soubesse declarar o meu sentimento e as justas razões dêle, que afirmo a V. Rev.^a foi o maior que tive em minha vida, com me ter visto nela tantas vezes com a morte tragada.

Ao amanhecer do dia seguinte me bateu à porta do cubículo o Padre Francisco Ribeiro, com um escrito do Padre Manuel de Lima, feito nos armazens, em que o avisava como, sem embargo de se passar a uma barca pesqueira, e haver seguido o navio quási todo o dia, muitas

léguas pela barra fora, o não pudera alcançar, e que ali estava prevenindo uma caravela, para dentro em vinte e quatro horas se embarcar até à ilha da Madeira, a tomar lá o navio do Maranhão.

Vinha o Padre muito sentido com esta arribada dos padres; mas ela me animou de maneira que, no mesmo ponto, se me assentou no coração que eu havia de ir com êles; e assim o comecei logo a intentar, metendo o negócio em consciência, e descarregando sôbre a de S. M. e A. a condenação ou conversão de muitas almas, que de eu ir ou ficar se poderia seguir.

S. A. estava doente, e nestes dias com suspeitas de perigo, e foi mais fácil de persuadir, o que importou muito para que também se viesse a render El-rei, o qual me levou à Rainha Nossa Senhora para que me dissuadisse; mas, como a piedade em ambos S.S. M.M. é tão grande, alfim puderam mais as razões do maior serviço de Deus que todos os outros respeitos.

Se algum sacrificio fiz a Nosso Senhor nesta jornada, foi em aceitar a licença a El-rei, quando me a concedeu; porque a fez S. M. com demonstrações mais que de pai, e assim eu a não tive por segura, até que me a entregou por escrito e firmada de sua real mão, na forma da cópia que com esta remeto, em que tenho por particular circunstância ser passada em dia das onze mil virgens(1), padroeiras dêsse Estado.

Mostrei-a aos padres, e os poderes que nela S. M. nos dá em ordem à conversão, e assentámos todos que o não partir o navio do Maranhão com a frota, havendo seis meses que estava esperando por ela, o descobrir-se a minha jornada, o não se poder levar a âncora, o mandar-me

(1) 21 de Outubro.

El-rei tirar do navio, o ficar em terra o Padre Manuel de Lima, e o arribar depois, e tantas outras cousas particulares que neste caso succederam, tudo foi ordenado pela Providência Divina, que queria que eu fôsse, mas que fôsse com aprovação e beneplácito de El-rei, e com tão particulares recomendações suas, aos governadores e ministros daquelas partes, que êstes meios humanos podem ajudar e facilitar os da conversão, servindo-se dêles a graça divina, como na Índia se experimentou pelos favores com que El-rei D. João III assistiu aos da Companhia, contra o poder dos capitães das fortalezas, e outros pouco zelosos portugueses, que por seus interêsses os impediam. Informados estamos que em todos os lugares do Maranhão há muito disto; mas quererá Deus Nosso Senhor que possa com êles alguma cousa o mêdo, já que pode tão pouco a cristandade.

Ficamos para partir em uma caravela, em que também vai um desembargador por sindicante (1) e o Vigário geral e Provisor (2), ambos os quais são muito nossos amigos; e esperamos que, com o trato da navegação, o sejam ainda mais e que, como pessoas que verdadeiramente são muito

(1) O Licenceado João Cabral de Barros, promovido a Desembargador para esta comissão, da qual dizia o Conselho Ultramarino: «O negócio a que o Licenciado João Cabral de Barros se envia ao Maranhão é da maior importância, porque envolve as controvérsias dos ministros superiores e inferiores de todo aquele Estado, e as queixas que uns fazem dos outros há anos, os descaminhos que padece a fazenda de V. M. e das partes, o cativoiro do gentio, contra tantas ordens e provisões passadas a favor da sua liberdade». Arquivo do Conselho Ultramarino. Livro de Consultas Mixtas, 1652 a 60, fol. 2.

(2) Padre Mateus de Sousa Coelho, suspenso do cargo pelo governador Luís de Magalhães, e que, tendo vindo a Lisboa queixar-se, voltava reintegrado por ordem régia.

zelosas do serviço de Deus, nos ajudem muito ao bom sucesso e introdução de nossos ministérios.

O Padre Manuel de Lima leva comissão do Santo Officio, para o que naquele Estado se oferecer tocante a êste tribunal; e também no Conselho Ultramarino lhe quiseram encarregar o officio de Pai dos cristãos, que agora se cria de novo no Maranhão, à imitação da Índia, para que os índios recorram a êle como a seu conservador, contra todas as vexações que lhes fizerem os portuguezes; mas, como o exercício dêste cargo é de mui difficullosa execução e mui odiosa, não nos pareceu que convinha que a levássemos, principalmente quando imos fundar de novo, para o que nos é tão necessária a benevolência dos povos; e também porque, sendo o nosso principal intento abrir novas conversões pelo sertão e rio acima, não serviria êsse officio mais que de embaraço e impedimento a outros maiores serviços de Deus. E assim replicámos ao Conselho e a S. M., que a rogos nossos foi servido aliviar-nos dêste cuidado, como também do de sermos repartidores dos índios, que por provisão antiga estava encarregado ao Padre Luis Figueira, e seria um seminário de ódios e contradições.

Os do Conselho Ultramarino, e todos os mais ministros por cujas mãos passaram êstes dois requerimentos, se edificaram muito dêles, e esperamos que, constando-lhe, como há-de constar, aos moradores do Maranhão e Pará, destas nossas resistências e réplicas, acabarão de entender a verdade do zêlo que lá nos leva, e desenganar-se quão errado é o conceito que têm de nós, em cuidarem que queremos mais os índios que suas almas. Muito resolutos imos a procurar arrancar esta pedra de escândalo dos ânimos dos portuguezes, e a não falar em índios mais que no confessionalário, quando o peça o remédio de suas consciências e a satisfação das nossas; e os índios, que de novo

convertermos, deixá-los-emos ficar em suas terras, com que êles e nós vivamos livres dêstes inconvenientes, e de todos os outros que com a vizinhança dos portuguezes se experimentam.

A disposição, que fazemos conta de seguir nestes princípios, é que o Padre Manuel de Lima fique no Maranhão, e eu, com os companheiros que parecer, passe logo ao Pará, a tratar da fundação daquela casa, e depois de a deixar em ordem, com os padres que a continuem, ir fazendo o mesmo ao Gurupá, e estar ali mais de assento, como a principal fronteira da conversão, e onde se há-de assistir e animar esta conquista espiritual. Bem conhecemos que os principais soldados dela hão-de ser os que V. Rev.^a nos há-de mandar dessa Província, como mais experimentados, e mais práticos na língua e mais exercitados nos costumes desta gente, e modos por onde se hão-de reduzir. Muito estimara eu que meu condiscípulo do curso, o Padre Francisco de Moraes, quisesa, ao menos por alguns anos, vir ser apóstolo dêste novo mundo, onde não só com sua grande eloquência e espírito nos facilitasse e vencesse as primeiras empresas, e com seu exemplo nos fôsse diante, e nos ensinasse o que havemos de fazer. Verdadeiramente seria esta acção mui própria do seu zêlo, e que com grande edificação de toda a Companhia coroaría os gloriosos trabalhos que, pela salvação das almas, em tantas outras partes tem padecido. O mesmo desejo de outros sujeitos, grandes línguas, que conheci nesta Província, e o espero dêles e de outros muitos que não conheço. Assás pouco número é o de seis para tão grande seara. A Província do Brasil foi principalmente fundada para a redução e conversão dos gentios, e, não havendo nela hoje outra missão senão esta, jústo é que não faltem sujeitos para ela, e que estes sejam tais que a Província sinta muito

perdê-los, como acontecia a S. Francisco de Borja, porque nunca melhor ganhados nem mais bem empregados; que Deus, a quem se dão, dará outros por êles, e quando a Província de Portugal, a quem toca menòs, não repara em se privar dos sujeitos de maiores esperanças para os dar ao Maranhão, maior obrigação corre à do Brasil, em não faltar com os que só nêle se podem achar, que são os línguas.

Bem conhecemos todos o zêlo de V. Rev.^a, e eu o dos padres Consultores da Província, e assim não encarecemos mais esta matéria, tendo por certo que, já que na frota d'êste ano não pode ser, na do que vem nos mandará V. Rev.^a estes tão desejados e tão importantes companheiros, por quem estaremos esperando com os braços e corações abertos. Quando todos seis não possam ser línguas, venha embora algum irmão coadjutor, e se fôr official de carpinteiro melhor.

Também se todos os línguas não forem padres, e houver algum irmão estudante eminente nela, venha embora, que no Maranhão terá estudos e ordens, como os demais que lá vão; que tudo há-de facilitar e compôr o tempo, e com os primeiros bispos que tiver Portugal (1) o há-de ter também aquele novo Estado, e se a conversão fôr por diante, não só um, senão muitos; e quando totalmente o não haja, faremos o que fazem hoje os do Brasil, que todo o outro inconveniente é menor que começar uma conversão sem homens muito práticos na língua, principalmente entre gente que mede por ela o respeito.

O Padre Mateus Delgado nos edificou muito, com se

(1) Referência ao conflito ainda não resolvido com a Santa Sé, recusando-se esta a confirmar os bispos nomeados por D. João IV, e a reconhecê-lo officialmente como rei.

passar da nau em que chegou à caravela do Maranhão, em que se embarca connosco, não querendo, pela não perder, nem chegar à sua terra, sendo tão perto e tendo lá negócios de muita importância; mas deu-lhe Deus a conhecer que o que só importa é salvar a alma própria e a dos próximos, e por êste seu ditame, e outros que lhe tenho ouvido, me parece que nos será mui bom companheiro na missão, e mui capaz de dar boa conta de tudo o que se lhe encomendar. Dou a V. Rev.^a muitas graças por tal sujeito, mas com condição que V. Rev.^a no-lo não queira descontar no número dos seis, o qual esperamos muito inteiro, e antes acrescentado que diminuído.

Os nove, que partiram no navio do Maranhão, já lá estarão hoje, com o favor de Deus, e o mesmo Senhor parece que nos tem dado prendas de que, sem dúvida, os quis levar lá, porque ao segundo dia que de aqui saíram foram seguidos de um turco, que os investiu e abalroou; e, quando já estavam ou rendidos ou quasi rendidos, vieram duas fragatas de guerra francesas, que os livraram e tomaram o turco, e vieram vender os mouros ao Algarve.

Assim se conta por certo, e dizem que há em Lisboa mouro, dos que estiveram dentro no navio do Maranhão, pôsto que eu o não vi. Bemdito seja o Senhor, que por meios tão extraordinários acode aos que o buscam.

Por fim desta, como protestaçoão da fé, quero dizer e confessar a V. Rev.^a que tudo o que, nos bons princípios desta missão, se tem obrado se deve mui particularmente ao zêlo, diligência e indústria do Padre Procurador Geral Francisco Ribeiro, e tudo são efeitos de sua grande caridade e pontualidade, com a qual nos assistiu, encaminhou, e superintendeu a tudo, de maneira que, sem êle, se não pudera fazer nada. Deus lho pagará, e a V. Rev.^a pedimos todos lhe dê V. Rev.^a por nós as graças. No particular dos

negócios e demandas da Província (1), e das baralhas que teve com os padres desta, e de quão prudente e constante se houve nelas, não refiro nada a V. Rev.^a porque os efeitos o dizem: são tudo frutos do seu zêlo e juízo, da sua muita religião e trato familiar com Deus, com que tem edificado muito esta Província e acreditado a nossa.

V. Rev.^a, depois de o deixar trabalhar aqui o tempo com que êle se conformar, lhe dê por prêmio o ir-nos ajudar na nossa seara, que é o que deseja; e a nós, por alívio e consolação, o ir emendar o que tivermos errado, que não pode deixar de ser muito: e verdadeiramente a grandeza daquela missão pede o seu talento e espírito.

Entretanto V. Rev.^a nos mande encomendar muito a Nosso Senhor, para que nos faça dignos instrumentos de seu maior serviço e glória; e particularmente pedimos todos a bênção e santos sacrificios de V. Rev.^a. Lisboa, 14 de Novembro de 1652. — De V. Rev.^a filho em o Senhor

_____ *António Vieira.*

CARTA LVI

Ao Príncipe D. Teodósio (2)

1652 — Dezembro 25

Senhor. — Esta escrevo a V. A. no Cabo Verde, aonde arribámos depois de trinta dias de viagem, obrigados de

(1) Disputa entre o colégio de Santo Antão de Lisboa e o da Baía, sôbre a herança da Condessa de Linhares, em que entram propriedades no Brasil. O assunto ventilou-se nos tribunais, e terminou a demanda por acôrdo, em 1659.

(2) Na ed. de 1735, t. 1.^o

tempestades, corsários (1), e outros trabalhos e infortúnios que nela se padeceram. Eu, senhor, não sei se os padeci; porque desde a hora em que o navio desamarrou dêse rio, não estive mais em mim nem o estou ainda, atônito do caso e da fatalidade da minha partida, e de não saber como S. M. e V. A. a receberiam, pois não é possível serem-lhe presentes todas as circunstâncias dela: tais que não fui eu o que me embarquei, senão elas as que me levaram.

V. A. viu muito bem a prontidão e vontade com que me rendi à de S. M., o dia que em presença de V. A. me fez mercê significar queria que agora ficasse; mas, como então se assentou que procedesse eu em suposição de que havia de vir, enquanto S. M. de público me não mandava revogar a licença, para satisfação dos padres, fi-lo eu assim, procedendo em tudo como quem se embarcava.

Na véspera da partida fui avisar a S. M. e a V. A. da brevidade com que se apressava, e que naquele dia descia a caravela para Belém, e S. M. e V. A. me fizeram mercê dizer que logo da tribuna se mandaria recado a Pedro Vieira, e na mesma tribuna o tornei a lembrar a S. M.: esperei todo aquele dia em casa por Pedro Vieira ou escrito seu, e não veio; mas à noite recado que nos fôsemos embarcar em amanhecendo.

Não tive outro remédio mais que fazer o aviso que fiz a V. A., o qual enviei pelo primeiro portador, que pude haver, ao bispo do Japão, assim por não ser hora de outra pessoa falar com V. A., como porque todo o outro recado, que fôsse direito ao paço, seria muito suspeito naquella ocasião, em que todos os incrédulos andavam espreitando minhas acções e esperando o successo.

(1) *Cossarios* na 1.^a ed.

Saí emfim, indo-me detendo quanto pude, como avisei a V. A.; mas na praia soube que o Procurador do Brasil tinha recebido um escrito de Salvador Correia, no qual lhe dizia que êle falara com S. M., que eu não ia para o Maranhão, e que o syndicante tinha ordem de mo notificar assim, quando eu fôsse embarcar-me. Entendi então que S. M. tinha mudado de traça, e com esta noticia e suposição me fui mais desassustado para a caravela, onde achei o syndicante, mas êle não me disse cousa alguma.

As velas se largaram, e eu fiquei dentro nela e fora de mim, como ainda agora estou e estarei, até saber que S. M. e V. A. têm conhecido a verdade e sinceridade do meu ânimo, e que em toda a fatalidade dêste successo não houve da minha parte acção, nem ainda pensamento ou desejo, contrário ao que S. M. ultimamente me tinha ordenado e eu prometido. Não sei, senhor, que diga neste caso, senão ou que Deus não quis que eu tivesse merecimento nesta missão, ou que se conheça que toda ela é obra sua; porque a primeira vez vinha eu contra vontade de S. M., mas vinha por minha vontade; e agora parti contra a de S. M. e contra a minha, por mero caso ou violência: e, se nela houve alguma vontade, foi só a de Deus, a qual verdadeiramente tenho conhecido em muitas ocasiões, com tanta evidência como se o mesmo Senhor ma revelara. Só resta agora que eu não falte a tão clara vocação do céu, como espero não faltar com a divina graça, segundo as medidas das fôrças com que Deus fôr servido alentar minha fraqueza.

Emfim, senhor, venceu Deus! Para o Maranhão vou voluntário quanto à minha primeira intenção, e violento quanto à segunda; mas mui resignado e mui conforme, e com grandes esperanças de que êste caso não foi acaso, senão disposição altíssima da Providência Divina, como já

nêste Cabo Verde tenho experimentado, em tão manifesto fruto das almas que, quando não chegue a conseguir outro, só por êste posso dar por bem empregada a missão e a vida.

O muito que nesta terra e nas vizinhas se pode fazer em bem das almas, e a extrêma necessidade em que estão, aviso em carta particular ao Bispo do Japão, para que o comunique a V. A., e o modo com que fácil e prontamente se lhe pode acudir. Não encareço êste negócio, que é o único que hoje tenho no mundo, e o único que o mundo devia ter, porque conheço a piedade e zêlo de V. A., a que Nosso Senhor há-de fazer, por êste serviço, não só o maior monarca da terra, mas um dos maiores do céu.

Eu não me esquecerei nunca de o rogar assim a Deus em meus sacrifícios, oferecendo-os continuamente, como hoje fiz os três, um por El-rei que Deus guarde, outro pela Rainha nossa senhora e outro por V. A.; e o mesmo se fará na nossa missão, tanto que chegarmos a ela, e em tudo o que nela se obrar e merecer terão S. M. e V. A. sempre a primeira parte. Príncipe e senhor da minha alma, a graça divina more sempre na alma de V. A., e o guarde com a vida, saúde e felicidade que a Igreja e os vassalos de V. A. havemos mister. Cabo Verde, 25 de Dezembro de 1652.

António Vieira.

CARTA LVII

Ao Padre André Fernandes(1)

1652 — Dezembro 25

Pax Christi.

Padre e senhor meu. — Excepta a carta de S. A., esta é a única que escrevo a Portugal, e é razão eu o faça assim, porque a singularidade desta lembrança mostre que não desdiz do affecto que sempre conheci dever a V. Rev.^{ma}, e eu me não descuidarei de lho rogar assim, pedindo a V. Rev.^{ma} me não falte com a mesma lembrança em suas orações e sacrificios, de que agora tenho mais necessidade.

Faço esta em Cabo Verde, aonde chegámos com trinta dias de viagem, obrigados dos ventos contrários e de todos os outros trabalhos de tempestades, calmarias e corsários, que em mais compridas navegações se costumam padecer. Bemdito seja Deus, que assim quiere exercitar a minha pouca conformidade, e premiar a de todos os companheiros !

Muito contra nossa vontade tomámos êste pôrto, assim pelo mal acreditado que está de doentio, como pela dilação forçosa que aqui se havia de fazer, tão contrária a nossos intentos, e aos desejos com que íamos de chegar ao nosso desejado Maranhão; mas depois que pusémos os pés em terra, e vimos por experiência o que isto é, nos resolvemos que fôï providência mui particular do céu o trazer-nos aqui, não só pelo fruto que se tem feito em muitas almas, que é

(1) No t. 3.º da 1.ª ed. (1746).

grandíssimo, mas para que, conhecendo eu os muitos tesouros espirituais que aqui estão escondidos e desprezados, pudesse dar a V. Rev.^{ma} este alvitre, e rogar-lhe que de lá queira ser apóstolo desta antiga e nova conquista, e agregá-la à nossa província do Alentejo, para que, neste dilatadíssimo oceano de almas, se venham desafogar os fervorosos espíritos dos que, só para maior honra e glória de Deus, aumento de sua fé e da Companhia, desejam esta divisão ou multiplicação das Províncias e padecem por elas (1).

É o caso que nesta ilha de Santiago, cabeça de Cabo Verde, há mais de sessenta mil almas, e nas outras ilhas, que são oito ou dez, outras tantas, e todas elas estão em extrêma necessidade espiritual; porque não há religiosos de nenhuma religião que as cultivem, e os párocos são mui poucos e mui pouco zelosos, sendo o natural da gente o mais disposto que há, entre todas as nações das novas conquistas, para se imprimir nêles tudo o que lhes ensinarem. São todos pretos, mas somente neste acidente se distinguem dos europeus. Têm grande juízo e habilidade, e toda a política que cabe em gente sem fé e sem muitas riquezas, que vem a ser o que ensina a natureza.

Há aqui clérigos e cónegos tão negros como azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer invejas aos que lá vemos nas nossas cathedrais. Emfim a disposição da gente é qual se pode desejar, e o

(1) Nêsse tempo ainda não havia a divisão das Províncias (supra p. 128), que só em 1654 veio a realizar-se, por imposição de D. João IV e contra a vontade do Geral. A pretensão, de que foi Vieira grande propugnador, suscitara-lhe a inimizade de muitos religiosos. Em 1665 restituiu-se a organização ao antigo estado.

número infinito: porque além das cento e vinte mil almas que há nestas ilhas, a costa, que lhe corresponde em Guiné e pertence a êste mesmo bispado, e só dista daqui jornada de quatro ou cinco dias, é de mais de quatrocentas léguas de comprido, nas quais se conta a gente não por milhares senão por milhões de gentios. Os que ali vivem ainda ficam aquém da verdade, por mais que pareça encarecimento: porque a gente é sem número, toda da mesma índole e disposição dos das ilhas, porque vivem todos os que as habitam sem idolatria nem ritos gentílicos, que façam dificultosa a conversão, antes com grande desejo, em todos os que têm mais comércio com os portugueses, de receberem nossa santa fé e se baptizarem, como com efeito têm feito muitos; mas, por falta de quem os catequize e ensine, não se vêem entre êles mais rastos de cristandade que algumas cruces nas suas povoações, e os nomes dos santos, e os sobrenomes de Barreira, o qual se conserva por grande honra entre os principais delas, por reverência e memória do padre Baltasar Barreira (1), que foi aquele grande missionário da Serra Leoa, que, sendo tanto para imitar, não teve nenhum que o seguisse, nem levasse adiante o que êle começou. E assim estão indo ao inferno todas as horas infinidade de almas de adultos, e deixando de ir ao céu infinitas de inocentes, todas por falta de doutrina e baptismo, sendo obrigados a prover de ministros evangélicos todas estas costas e conquistadas os príncipes de um reino, em que tanta parte de vassallos são eclesiásticos, e se ocupam nos bandos e ambições, que tão esquecidos os traz de suas almas e das alheias; mas, tudo nasce dos mesmos princípios.

(1) Jesuíta; missionário de Angola em 1580, apostolou na Guiné, e passou a Cabo Verde, onde faleceu na ilha de Santiago em 1612.

Padre da minha alma, êste é o estado desta gentildade e desta cristandade; porque os das ilhas, ainda que todos baptizados, por falta de cultura vivem quasi como os da terra firme. Afirmo a V Rev.^{ma} que, chegando aqui e vendo e informando-me dêste desamparo, e experimentando nas confissões dêstes dias o grande que há nas almas dos portuguezes, que por estas partes vivem, assim a mim como aos companheiros nos vieram grandes impulsos de não passarmos mais adiante, e applicarmos as nossas foices a esta tão vasta e tão disposta messe; e sem dúvida o fizéramos, se ametade da missão não tivera ido no outro navio, e sem pessoa que a levasse a cargo. E, com eu ser tão apaixonado pelo Maranhão, confesso a V Rev.^{ma} que não posso deixar de conhecer quantas vantagens esta missão faz àquela; porque está muito mais perto de Portugal, muito mais junta, muito mais disposta, è de gente sem nenhuma comparação muito mais capaz e ainda muito mais numerosa; em que nestas ilhas não têm necessidade de se lhes aprender a língua, porque todos a seu modo falam a portuguesa, e apenas se pode em nenhuma nação considerar necessidade mais extrêma.

Eu me arranco de aqui com grande inveja e dor, e parece que se me está dizendo nesta parte da África o que na oposta se disse: *Facta fugis, facienda petis*. Mas, como os fados me levam ao Maranhão, já que eu não posso lograr êste bem, contento-me com testar dêle, e o inculcar e deixar a quem mais amo, que são os meus padres do Alentejo, de cujo espirito, que eu conheço melhor que outros, espero que hão-de abraçar esta emprêsa com tanto affecto e resolução, que as dificuldades, que nela se representam, sejam os principais motivos de a quererem por sua.

Deus è o mundo verá (porque è bem que também o

mundo veja) se é maior e melhor espírito o dos que deixaram esta conquista ou o dos que agora a tomam. Mas não é isto o porque eu o peço a S. A. e a V. Rev.^{ma}, senão porque tenho visto com os olhos o muito serviço de Deus que nesta missão se pode fazer, e quanta glória lhe podem dar os que aqui vierem empregar os talentos que dêle receberam, e sacrificar-lhes as vidas que por tantos títulos lhe devemos.

Emfim, já não há papel nem tempo: venham os padres, e venham logo, e não haja falta em virem, que se estão indo ao inferno infinitas almas, das quais Deus há-de pedir conta de hoje por diante a V. Rev.^{ma} e a S. A., e eu por lha não dar faço esta instância. Deus guarde a V. Rev.^{ma} como desejo, para nosso amparo e desempenho. Cabo Verde, 25 de Dezembro de 1652. — Humilde servo, e que muito ama a V. Rev.^a

António Vieira.

CARTA LVIII

Ao Padre Francisco de Avelar (1)

1653

(Fragmento)

Entretanto mande-me V. Rev.^a muitas novas suas, e muito particulares e interiores, pois assim lhas merece a

(1) «Varão de rara virtude e íntimo amigo do Padre Vieira». (Padre André de Barros, *Vida do Padre António Vieira*). Extracto publicado na obra acima, Liv. V. A carta deve ser do primeiro tempo no Maranhão, quando o autor se achava ainda descoroçoado pela inesperada vinda.

V. Rev.^a quem nesta lhe fia toda a alma. Diga-me V. Rev.^a muito de si, e da sua, e das mercês que Deus lhe faz, e do trato familiar que tem com êle, que isto é o que eu desejo ouvir, e saber de V. Rev.^a. Ah! meu Padre Avelar! que grande cousa é amar a Deus, e amar só a êle, e não ter neste mundo nem outro desejo, nem outro cuidado, nem outro temor, nem outra esperança! Eu negativamente me vejo neste estado, mais desatado que livre; mas donde faltam as cadeias, não está longe a liberdade.

Encomende-me V. Rev.^a muito a Deus, e peça-lhe me conceda esta mercê, que é um requerimento, que trago com sua majestade há muitos tempos, mas não acabo de alcançar o despacho; é bem verdade que vejo claramente me vai Deus pondo no caminho de o conseguir.

Faça-se em tudo sua santíssima vontade, que eu quisera não ter outra, nem ainda no seu amor, e no seu serviço. Amemo-lo, e sirvamo-lo, não quanto nós quisermos, senão quanto êle quiser; e para melhor de tudo, amemo-lo com o seu mesmo amor, que só êle se sabe e pode amar como merece!

CARTA LIX

Ao Padre André Fernandes (1)

1653 — Janeiro 22

(Fragmento)

Padre da minha alma, ajude-me V. Rev.^{ma} neste requerimento (2), e queira ter parte no merecimento desta

(1) Trecho inserto na *Vida* pelo Padre André de Barros, Liv. V

(2) De lhe mandarem mais padres para a missão.

missão, que lhe prometo a V. Rev.^{ma} será muito grande. Também tenho escrito a V. Rev.^{ma} sôbre a de Cabo Verde e costa de Guiné, que é outro oceano ou Negro Ponto de Almas, que se estão perdendo à falta de ministros do Evangelho. Aplique V. Rev.^{ma} todo o seu poder e valia a estas gloriosas emprêsas, e segure nelas o nosso Príncipe (1), que Deus nos guarde, as felicidades de sua monarquia, entendendo que: *Non salvatur rex per multam virtutem, et gigas non salvabitur in multitudine fortitudinis suae. Fallax equus ad salutem. A verdadeira cavalaria é salvar almas e mandar muitos missionários: Viam fecisti in aquis equis tuis. Et quadrigae tuae salvatio, salvatio salvatio.* Não digo mais, nem há mais neste mundo nem no outro.

CARTA LX

Ao Príncipe D. Teodósio (1)

1653 — Janeiro 25

Senhor. — Do Cabo Verde dei conta a V. A. da minha partida e das circunstâncias fatais dela: e, porque naquele pôrto não ficava navio para Portugal, e pode ser que êste chegue primeiro, remeto nêle a V. A. a primeira via daquela carta, esperando da grandeza e clemência de S. M. e V. A. que, conhecido por tão evidentes demonstrações ser esta a vontade divina, S. M. e V. A. se sirvam

(1) Na ed. de 1735, t. 1.º

de conformar com ela a ordem que em contrário me tinham dado, pois não fui eu o que a desobedeci, senão Deus o que por meios tão violentos e involuntários impediu a execução dela.

Emfim, senhor, Deus quis que, com vontade ou sem ela, eu viesse ao Maranhão, onde já estou reconhecendo cada hora maiores efeitos desta providência, e experimentando nela claríssimos indícios da minha predestinação e da de muitas almas; e por êste meio dispõe que elas e eu nos salvemos.

Eu agora começo a ser religioso, e espero na bondade divina que, conforme os particularíssimos auxílios com que me vejo assistido da sua poderosa e liberal mão, acertarei a o ser, e verdadeiro padre da Companhia, que no conceito de V. A. ainda é mais: e sem dúvida se experimenta assim nestas partes, onde, pôsto que haja outras religiões, só a esta parece que deu Deus graça de aproveitar aos próximos.

O desamparo e necessidade espiritual que aqui se padece é verdadeiramente extrêma; porque os gentios e os cristãos todos vivem quási em igual cegueira, por falta de cultura e doutrina, não havendo quem catequize nem administre sacramentos; havendo porém quem cative e quem tirenize e, o que é pior, quem o aprove; com que portugueses e índios todos se vão ao inferno.

Ao Bispo do Japão dou mais particular relação de tudo para que o represente a V. A., de cuja grande piedade e zêlo espero nos mandará socorrer com maior número de missionários, que é o de que só temos necessidade, e não podem vir tantos que não sejam necessários mais. Ah! senhor! que se perdem infinitas almas remidas com o sangue de Cristo, por não haver quem as alumie com a luz da fé, havendo tantas religiões nesse reino e tantas

letras ociosas! Acuda S. M., senhor, e ainda (1) V. A., a êste desamparo por piedade, por cristandade, e por escrúpulo de que de todas estas almas se há-de pedir conta aos reis de Portugal, e a V. A. como o Príncipe do Brasil.

Não peço rendas nem sustentação para os que vierem, que Deus os sustentará: o que só peço é que venham, e que sejam muitos e de muito espírito; porque ainda que os que cá estamos vamos fazendo, e hajamos de fazer, tudo o que pudermos, sem perdoar a trabalho nem perigo, *mensis quidem multa, operarii autem pauci*; e se Cristo diz: *Rogat ergo dominum messis, ut mittat operarios in vineam suam*, S. M. e V. A., que estão no seu lugar, são os senhores desta vinha, a cujos reais pés prostrados o pedimos a toda a instância. Ao Procurador do Brasil escrevo trabalhe por nos mandar em todos os navios alguns sujeitos, pedindo-os aos Superiores de ambas as Províncias; mas não confio que esta diligência seja eficaz, se V. A. não interpuser sua real autoridade, mandando-o assim aos mesmos Superiores por uma ordem mui apertada.

Sejam, senhor, estas as principais cadeiras que V. A. reparta: venham muitos mestres da fé a ensinar e reduzir a Cristo estas gentilidades; e persuada-se V. A., meu Príncipe, que lhe hão-de prestar mais a V. A., para a defensão e estabilidade do reino, os exércitos de almas que cá se reduzirem, que os de soldados que lá se alistarem. *Non salvatur rex per multam virtutem, et gigas non salvabitur in multitudine virtutis suae. Fallax equus ad salutem: in abundantia autem virtutis suae non salvabitur. Ecce oculi Domini super metuentes eum, et in eis qui*

(1) Talvez acuda no original.

sperant super misericordia ejus (Psalm. XXXII, v. 16).
A muito alta e muito poderosa pessoa de V. A. guarde
Deus como os vassallos de V. A. e a cristandade há mister.
— Maranhão, 25 de Janeiro de 1653.

Antônio Vieira.

CARTA LXI

Ao Padre Francisco de Moraes (1)

1653 — Maio 6

Emfim, amigo, pôde mais Deus que os homens, e prevaleceram os decretos divinos a todas as traças e disposições humanas. A primeira vez vinha contra a vontade de El-rei; desta segunda vim até contra a minha, para que nesta obra não houvesse vontade mais que a de Deus. Seja êle bendito, que tanto caso faz de quem tão pouco vale, e tanto ama a quem tão mal lho merece. Ajudai-me, amigo, a lhe dar infinitas graças, e a pedir a sua divina bondade ma dê, para que ao menos neste último quartel da vida lhe não seja ingrato, como fui tanto em toda. Ah! quem pudera desfazer o passado, e tornar atrás o tempo e alcançar o impossível, que o que foi não houvera sido! Mas já que isto não pode ser, Deus meu, ao menos seja o futuro emenda do passado, e o que há-de ser satisfação do que foi. Estes são, amigo, hoje todos os meus cuidados, sem haver em mim outro gôsto mais que chorar o que tive, e conhecer quão falsamente se dá êste nome

(1) No t. 3.º da 1.ª ed. (1746), com a data de 26. Vem um extracto desta mesma carta na *Vida* pelo Padre André de Barros, com a data de 6, que parece de melhor autoridade.

aos que, sôbre tantos outros pesares, ou hão-de ter na vida o do arrependimento ou na eternidade o do castigo. Ditoso quem por se condenar ao primeiro se livrar para sempre do segundo; e mais ditoso quem, tirando totalmente os olhos dêste mundo, os puser só naquele sumo e infinito bem, que por sua formosura e bondade, ainda que não tivera justiça, devera ser amado.

Amigo, não é o temor do inferno o que me há-de levar ao céu: o amor de quem lá se deixa ver e gozar, sim. Oh! que bem empregados mares, e que bem padecidos maranhões (1), se por êles se chegar com mais segurança a tanta felicidade! Só um defeito acho nesta minha, que é não a poder repartir convosco; mas já que vivemos sem nós, vivamos com Deus, pois está em toda a parte; veja-mo-nos nêle e ouçamo-lo a êle, que melhor será que ouvirmo-nos.

Se eu ouvira suas inspirações, já não fôra tão grande pecador; mas, se o menos mal é parte do bem, alguma consolação posso ter hoje, que no outro tempo me faltava. E, para que vós também a tenhais, sabei, amigo, que a melhor vida é esta. Ando vestido de um pano grosseiro cá da terra mais pardo que preto; como farinha de páu; durmo pouco; trabalho de pela manhã até à noite; gasto parte dela em me encomendar a Deus; não trato com mínima criatura; não saio fora senão a remédio de alguma alma; choro meus pecados; faço que outros chorem os seus; e o tempo, que sobeja destas ocupações, levam-no

(1) Equívoco do nome geográfico com o aumentativo comum às duas palavras *maranha* e *mar*, segundo Vieira. Prêgando no Maranhão disse êle no sermão do Espírito Santo (t. 3.º da 1.ª ed): «O mar Mediterrâneo no mais largo da hôca tem sete léguas e o rio das Amazonas oitenta... por isso os naturais lhe chamam Pará, e os portugueses Maranhão, que tudo quere dizer mar e mar grande».

os livros da madre Teresa (1) e outros de semelhante leitura.

Finalmente, ainda que com grandes imperfeições, nenhuma cousa faço que não seja com Deus, por Deus e para Deus; e para estar na bem-aventurança só me falta o vê-lo, que seria maior gôsto, mas não maior felicidade.

• Esta é a minha vida, e estas as novas que vos posso dar de mim, esperando naquele Senhor que está em todo o lugar, e na sua graça que não depende de lugares, me possais mandar as mesmas dêsse aonde estais. Amemos a Deus, amigo, e para o amarmos só a êle conheceremos que pouco merecem nosso coração todas as cousas do mundo. Todas acabam, nenhuma tem firmeza; nesta vida há morte, na outra inferno; e ainda é pior que um e outro o esquecimento de ambos.

Ah! amigo, quem pudera trasladar-vos aqui o coração, para que lêsseis nêle as mais puras e as mais importantes verdades, não só escritas ou impressas, senão gravadas! Salvação! amigo, salvação! que tudo o mais é loucura. Livre-vos Deus de todas e de vós mesmo, e vos una muito consigo, e vos guarde como desejo e continuamente lhe peço. Amen. Maranhão, 6 de Maio de 1653.— Vosso amigo da alma

Antônio Vieira.

(1) Santa Teresa de Jesus.

CARTA LXII

Ao Rei D. João IV (1)

1653 — Maio 20

Senhor. — Como V. M. foi servido encomendar-me tão particularmente a conversão da gentildade dêste Estado, e a conservação e aumento de nossa santa fé nêle, faltaria eu muito a esta obrigação, e à da consciência, se não desse conta a V. M. dos grandes desamparos espirituais que em todas estas partes se padecem, apontando com toda a brevidade que me fôr possível os danos, as causas dêles, e os remédios com que se lhe pode e deve acudir.

Os moradores dêste novo mundo, que assim se pode chamar, ou são portugueses ou índios naturais da terra. Os índios, uns são gentios que vivem nos sertões, infinitos no número e diversidade de línguas; outros são pela maior parte cristãos, que vivem entre os portugueses. Dêstes, que vivem entre os portugueses, uns são livres, que estão em suas aldeias; outros são parte livres, parte cativos, que moram com os mesmos portugueses, e os servem em suas casas e lavouras, e sem os quais êles de nenhuma maneira se podem sustentar.

Os portugueses, senhor, vivem nestas partes em necessidade espiritual pouco menos que extrêma, com grande falta de doutrina e de sacramentos, havendo muitos dêles que não ouvem missa nem prègação em todo o ano pela não terem, nem sabem os dias santos para os guardarem, nem os guardam, ainda que os saibam, nem há quem a

(1) No t. 1.º da 1.ª ed. (1735).

isso os obrigue; o qual desamparo é ainda maior nas mulheres, filhos e filhas, morrendo não poucas vezes uns e outros sem confissão.

A principal causa disto, deixando outras mais remotas, é a falta de curas e párocos; porque em toda a capitania do Maranhão não há mais que duas igrejas curadas, uma na terra firme, outra na ilha, que é mais de sete léguas de comprido e outras tantas de largo, e toda povoada; com que é impossível acudir um só sacerdote a todos os que o hão mister, principalmente havendo-se de ir a pé, porque em todas estas partes não há nenhum género de cavalgadura. Acrescenta-se a esta grande falta de sacerdotes serem, pela maior parte, os que há homens de poucas letras e menos zêlo das almas; porque ou vieram para cá degradados, ou, por não terem préstimo com que ganhar a vida em outra parte, a vieram buscar a estas. Também pertence êste Estado no espiritual ao Bispo do Brasil, o qual reside na Baía, que é distância de quinhentas léguas, com os holandeses no meio, e sem recurso senão por via do Reino; com que estas ovelhas não podem ser ouvidas nem visitadas, e vivem verdadeiramente sem pastor.

O remédio dêste gravíssimo dano é o multiplicarem-se as igrejas e curas, nos lugares que parecerem mais acomodados; haver uma pessoa eclesiástica de letras e zêlo, que seja administrador de todo êste Estado, ou tenha outro género de superintendência sôbre o espiritual de todo êle, como há no Rio de Janeiro; ou ao menos que, para suprir todas estas faltas, se mande número bastante de religiosos, que tenham por instituto a salvação das almas, e que sejam pessoas observantes do tal instituto; porque o que tem feito grande mal a êste Estado são homens religiosos de vida e doutrina pouco ajustada.

Os índios que vivem em casa dos portuguezes, pela

miséria de seu estado, e pela natural rudeza de quasi todos, ainda em muito maior parte lhes tocam todos os desamparos espirituais acima referidos. Muitos dêles vivem e morrem pagãos, sem seus senhores nem párocos lhes procurarem baptismo, nem fazerem escrúpulo disso. Os que têm nome e baptismo de cristãos, muitos o receberam sem saberem o que recebiam, e vivem tão gentios como de antes eram, sendo muito raros, ainda dos mais ladinos, os que se desobrigam pela quaresma; e há cristãos de sessenta anos de idade que nunca se confessaram. Os mais dêles, preguntados quando se confessaram a última vez, respondem que com o Padre Luís Figueira, o qual há dezasete anos que falta neste Estado (1). O morrerem sem confissão é cousa mui ordinária, principalmente os que moram fora da cidade, e também é ordinário o abuso de lhes não darem a comunhão nem na hora da morte.

As causas tão grandes dêste dano e perdição das almas são a mesma falta de curas e sacerdotes, e principalmente de religiosos que tenham por instituto estudar e saber a língua; porque sem ela aproveitam pouco os curas, e só os que a sabem lhes podem administrar os sacramentos como convém, principalmente o do baptismo e da confissão, que são os mais necessários.

O remédio é haver bastante número dos sobreditos religiosos, que doutrinem os índios, e baptizem e rebaptizem os que estiverem mal baptisados, e lhes administrem os demais sacramentos, como já fazem com grande fruto; mas são poucos para tão grande seara.

Êste dano é comum a todos os índios. Os que vivem

(1) O Padre Luís Figueira esteve no Pará em 1636, e nêsse ano passou à côrte, em demanda de recursos para trazer mais missionários. No regresso, em 1643, foi morto pelos selvagens.

em casa dos portuguezes têm demais os cativeiros injustos, que muitos dêles padecem, de que V. M. tantas vezes há sido informado, e que por ventura é a principal causa de todos os castigos que se experimentam em todas as nossas conquistas.

As causas dêste dano se reduzem todas à cobiça, principalmente dos maiores, os quais mandam fazer entradas pelos sertões (1), e às guerras injustas sem autoridade nem justificação alguma; e, ainda que trazem alguns verdadeiramente cativos, por estarem em cordas para serem comidos, ou por serem escravos em suas terras, os mais dêles são livres, e tomados por fôrça ou por engano, e assim os vendem e se servem dêles como verdadeiros cativos.

O remédio que V. M., senhor, e os senhores reis antecessores de V. M. procuraram dar a esta tirania, foi mandar totalmente cerrar os sertões, e proibir que não houvesse resgates, e declarar por livres a todos os já resgatados de qualquer modo que o fôssem. Êste remédio, senhor, verdadeiramente é o mais efectivo de quantos se podem representar; mas é dificultosíssimo e quási impossivel de praticar, como a experiência tem mostrado em todos os tempos, e muito mais nos motins dêste ano (2), fundados todos em serem os índios o único remédio e sustento dos moradores, que sem êles pereceriam.

O meio que parece mais conveniente e praticável (como já se tem começado a executar) é examinarem-se os cati-

(1) *Entradas*: expedições que tinham por objecto trazer os índios de suas terras, já para os estabelecer em aldeias, a cargo dos missionários, já para o serviço forçado dos moradores e do Estado.

(2) Em Janeiro, por ocasião de publicar o Capitão-mór uma ordem régia, que trouxera, pela qual se prohibia totalmente o cativoiro dos índios. Adiante, na carta LXIV, a notícia do acontecido.

veiros, e ficarem livres os que se acharem ser livres, e cativos os que se acharem ser cativos.

Mas para que êste exame seja com a inteireza e justiça que convém, não basta que os officiais da Câmara o julguem, ainda que seja com assistência do Sindicante (1): mas é necessário que o mesmo Sindicante aprove os ditos exames, e julgue todas estas causas e processos delas; e nesta forma parece que, sem nenhum encargo de consciência, poderão ficar cativos os que se julgarem por tais. E, porque o Desembargador João Cabral de Barros é pessoa de tão boas letras, e procede com tanta justiça e inteireza em todas as matérias, parece que tudo o que V. M. houver de fiar de um grande ministro o pode fiar dêle.

E quanto aos resgates para o futuro, se se houverem de fazer entradas só a êsse fim, será dar outra vez nos mesmos inconvenientes. Mas, porque convém que haja os ditos resgates, ao menos por remir aquelas almas, o modo com que se podiam fazer justificadamente é êste:

Que as entradas ao sertão se façam só a fim de ir converter os gentios, e reduzi-los à sujeição da Igreja e da coroa de V. M., como V. M. me tem ordenado, e que se nessas entradas se acharem alguns indios em cordas, ou legítimamente escravos, que êsses se possam comprar e resgatar, aprovando-o primeiro os padres que fôrem à dita missão, nos quais, quando menos, haverá sempre um teólogo e um bom língua; e para que isso se consiga como convém, que o capitão que houver de levar a seu cargo a dita entrada não seja só eleito pelo capitão-mor ou governador, senão por êle, pela Câmara, pelos prelados das religiões e Vigário geral, porque, se a dita capitania fôr data do ca-

(1) O Desembargador que tinha acompanhado a Vieira na viagem. (Supra, p. 285).

pitão-mor, mandará quem vá buscar mais seus interêsses que os de Deus e do bem comum.

Os índios, que moram em suas aldeias com títulos de livres, são muito mais cativos que os que moram nas casas particulares dos portuguezes, só com uma diferença, que cada três anos têm um novo senhor, que é o governador ou capitão mor que vem a estas partes, o qual se serve d'êles como de seus e os trata como alheios; em que vêm a estar de muito pior condição que os escravos, pois ordinariamente se occupam em lavouras de tabaco, que é o mais cruel trabalho de quantos há no Brasil. Mandam-nos servir violentamente a pessoas e em serviços a que não vão senão forçados, e morrem lá de puro sentimento; tiram as mulheres casadas das aldeias, e põem-nas a servir em casas particulares, com grandes desserviços de Deus e queixas de seus maridos, que depois de semelhantes jornadas muitas vezes se apartam delas; não lhes dão tempo para lavrarem e fazerem suas roças, com que êles, suas mulheres e seus filhos padecem e perecem; emfim em tudo são tratados como escravos, não tendo a liberdade mais que no nome, pondo-lhes nas aldeias por capitães alguns mamelucos (1) ou homens de semelhante condição, que são os executores destas injustiças, com que os tristes índios estão hoje quasi acabados e consumidos; e, para não acabarem de se consumir de todo, estiveram abaladas as aldeias êste ano para se passarem a outras terras, onde vivessem fora desta sujeição tão mal sofrida, e sem dúvida o fizeram, se por meio de um padre, bom língua, os não reduzíramos a que esperassem nova resolução de V. M.

As causas dêste dano bem se vê que não são outras mais que a cobiça dos que governam, muitos dos quais

(1) Mestiços de branco e índia.

costumam dizer que V. M. os manda cá, para que se venham remediar e pagar de seus serviços, e que êles não têm outro meio de o fazer senão êste.

O remédio que isto tem, e não há outro, é mandar V. M. que nenhum governador ou capitão-mor possa lavrar tabaco nem outro algum género, nem por si nem por interposta pessoa, nem ocupem nem repartam os índios, senão quando fôsse para as fortificações ou outras cousas do serviço de V. M., nem ponham capitães nas ditas aldeias, e que elas se governem só pelos seus Principais, que são os governadores de suas nações, os quais os repartirão aos portugueses pelo estipêndio que é costume, voluntariamente, como livres, e não por fôrça; e que, no tocante ao espirital, visitem suas aldeias ou residam nelas, podendo ser, os religiosos, o que costumam fazer, que é a forma a que depois de muitas experiências se reduziu o govêrno das aldeias do Brasil, sem se intrometerem com os índios nem os vice-reis nem os governadores, mais que mandando-os chamar, quando eram necessários para o serviço real na paz ou na guerra: e só desta maneira se poderão conservar e aumentar as aldeias, e viver como cristãos os índios delas.

Os índios do sertão, segundo as informações que há, são muitos por todos êstes rios, e no rio das Amazonas(1) inumeráveis. Em todos êstes é verdadeiramente extrema a necessidade espiritual que padecem, na qual necessidade obriga, sob pena de pecado, a caridade cristã, a que sejam prontamente socorridos de ministros do Evangelho, que lhes ensinem o caminho da salvação: e esta obrigação, senhor, em V. M. e nos ministros de V. M., a quem toca por razão de seu officio, é dobrada obrigação; porque não

(1) *Almaçonas* na 1.^a ed., consoante escrevia Vieira e parece que pronunciava.

só é de caridade, senão de justiça, pelo contrato que os sereníssimos reis antecessores de V. M. fizeram com os Sumos Pontífices, e obrigação que tomaram sôbre si de mandarem prègar a fé a todas as terras de suas conquistas.

As causas de até agora se ter feito tão pouco fruto com estas gentes são, principalmente, as tiranias que com êles temos usado, havendo capitão que obrigou a atar dez murrões acêsos, nos dez dedos das mãos de um Principal de uma aldeia, para que lhe desse escravos, dizendo que o havia de deixar arder enquanto lhos não desse, e assim o fez. Êste e semelhantes terrores têm feito o nome dos portuguezes odioso nos sertões, e desautorizado muito a fé, entendendo os bárbaros que é só em nós pretexto de cobiça, com que muitos se têm retirado mais para o interior dos bosques, e outros depois de vir se tornam desenganados, outros nos fazem guerra e o mal que podem, e todos (que é o que mais se deve sentir) se estão indo a milhares ao inferno.

O remédio consiste na execução de todos os remédios que até aqui se têm apontado: porque, se os índios mal cativos se puserem em liberdade; se os das aldeias viverem como verdadeiramente livres, fazendo suas lavouras e servindo sòmente por sua vontade e por seu estipêndio; e se as entradas, que se fizerem ao sertão, fôrem com verdadeira e não fingida paz, e se prègar aos índios a fé de Jesus Cristo, sem mais interêsse que o que êle veio buscar ao mundo, que são as almas, e houver quantidade de religiosos que aprendam as línguas, e se exercitem neste ministério com verdadeiro zêlo; não há dúvida que, concorrendo a graça divina com esta disposição dos instrumentos humanos, os índios se reduzirão fàcilmente à nossa amizade, abraçarão a fé, viverão como cristãos, e com as novas do bom tratamento dos primeiros trarão êstes após de si

muitos outros, com que além do bem espiritual seu, e de todos seus descendentes, terá também a república muitos índios que a sirvam e que a defendam, como êles foram os que em grande parte ajudaram a restaurá-la (1).

Isto é, senhor, o que me paréceu representar a V. M., por satisfazer à minha obrigação e por descargo da minha consciência, encarregando muito, com toda a submissão que devo, à de V. M., o remédio dêstes gravíssimos danõs que padecem tão infinitas almas, de todas as quais Deus há-de pedir conta a V. M., e muito maior depois de chegarem às reais mãos de V. M. estas notícias, não de ouvidas mas de vistas (2) e experiência, mandadas por quem V. M. muito bem conhece que não veio buscar ao Maranhão mais que o maior serviço e a maior glória de Deus, e que abaixo dêle nenhuma cousa procurou nunca, nem amou tanto, como o serviço de V. M.

Isto que tenho dito é o mesmo que sentem todos os que, com verdadeiro zêlo do serviço de Deus e bem comum, e com a larga experiência dêste Estado, desejam o aumento espiritual e temporal dêle; nem poderá dizer o contrário senão quem se governar por razões e interêsses particulares, que são os que em tudo o têm perdido.

Pelo que, Rei e senhor, prostrados aos reais pés de V. M., e em nome de todas as almas que nestas vastíssimas terras de V. M. estão continuamente descendo ao inferno, por falta de quem as doutrine, pedem elas e pedimos os poucos religiosos que cá estamos, pelo sangue de Cristo com que foram remidas, que se sirva V. M. de nos mandar

(1) Na expulsão dos holandeses, quando êstes ocuparam o Maranhão, de Novembro de 1641 a Fevereiro de 1644.

(2) *Não de ouvido mas de vista*, na colecção da Academia das Sciências, t. 7.º

mais companheiros, com que continuemos e aumentemos o começado; e que, quando não haja em Portugal (como não há) todos os que são necessários, possam vir outros de nações sem suspeita, como sempre se permitiu, para que, ajuntando seu zêlo e trabalho com o nosso, possamos todos juntos emprender e continuar esta grande conquista, para a qual as fôrças sós dos que cá estamos são tão desiguais; prometendo a V. M., em nome daquele Senhor que dá e conserva os reinos, que esta obra de tanta piedade e justiça será o mais sólido fundamento sôbre que V. M. pode estabelecer Portugal, por cuja conservação e aumento todos oferecemos continuamente os nossos sacrifícios; e todas as almas que por nosso meio se salvarem farão no céu a Deus a mesma oração. — Maranhão, 20 de Maio de 1653.

António Vieira.

CARTA LXIII

Ao Padre André Fernandes (1)

1653 — Maio 21

... Já que falámos em escrúpulos, seja o primeiro aquele caixão de livros proibidos, que está na livraria de S. A., os quais foram trazidos do Norte com os intentos da apologia que a V. Rev.^a disse (2); e pôsto que já não

(1) Fragmento transcrito na *Vida* por André de Barros, Liv. V, com a data, mas sem menção do lugar.

(2) Refere o Padre André de Barros, que compôs a *Vida*, em grande parte de notas da mão de Vieira, ter sido intento dêste, quando esteve em Roma, em 1650, apresentar a Inocência X um memorial acêrca da conversão dos hereges do Norte. É possível que com êsse intuito trouxesse os livros a que alude aqui.

tem lugar, fôra melhor que aqueles livros o tiveram no fogo, que em casa tão sagrada. Emfim eu descarrego a minha consciência; V. Rev.^a faça, e faça fazer a S. A., o que lhe ditar a sua.

CARTA LXIV

Ao Provincial do Brasil (1)

1653 — Maio 22

Muito Reverendo Padre Provincial. — Começo a escrever esta a V. Rev.^a em 22 de Abril, em que se cerram cinco meses do dia que partimos de Lisboa, dos quais quási dois foram de navegação: e, como da terra não temos mais que três meses, é pouco o que posso dizer a V. Rev.^a, mas dêsse pouco se verá em parte o muito que desta missão se pode esperar.

Partimos de Lisboa os Padres Manuel de Lima, Mateus

(1) Impressa incompleta, fragmentos vários intercalados em capítulos diversos na *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará* pelo Padre José de Moraes. Arrumados aqui os trechos na ordem que, segundo a redacção, pareceu mais natural. A *História* fazia parte dos Mss. da Biblioteca de Évora, onde falta desde 1889, segundo informação do actual Director, Dr. A. J. Lopes da Silva, ignorando-se que destino teve. Publicada no Rio de Janeiro em 1859, na *Corografia Histórica* de Melo Moraes, cit., t. 3.^o; e em 1860 formou o t. 1.^o das *Memórias para a história do Maranhão*, coligidas pelo Senador Cândido Mendes de Almeida. Há divergências de palavras de um para outro texto, e as haverá em ambas do original. Na transcrição seguiu-se ora um, ora outro, conforme pareceu mais correcto.

Delgado e eu aos 22 de Novembro, em uma caravela, ou barco de Alfama, de sessenta toneladas, o qual negociou o Padre Manuel de Lima com grande pressa, por ocasião da sua arribada, de que já dei conta a V. Rev.^a (1). No mesmo dia por noite alcançámos as cinco naus, uma portuguesa e quatro holandesas, que naquela madrugada tinham partido de Paço de Arcos para os portos de Pernambuco, em cuja conservação (2) navegámos os primeiros dez dias: e, sendo tanto avante como a ilha da Madeira, um sábado à tarde avistámos três velas, duas das quais se arrasaram em pôpa logo sôbre nós, por vir a primeira muito sotaventada. Reconhecemos serem fragatas de Pechelíngues (3) muito pequenas e sem beque, a que êles chamam pingués, mas muito bem velejadas, armadas e guarnecidas de gente. Quis Deus que lhe ficássemos muito a barlavento, porque, se viéssemos na esteira dos outros navios, sem dúvida seríamos sua prêsa aquela tarde. Foram logo descarregando a artilharia sôbre os nossos, que mal lhe respondiam, sendo todos muito maiores e tão bem artilhados como êles, mas a gente é a que faz a guerra.

Indo assim todas na mesma volta sobreveio a noite, com a qual, considerando nós que não podíamos servir aos companheiros mais que de embaraços, nem êles nos podiam dar muita defesa, segundo a pouca resolução daquela tarde, nós a tomámos de virar em outra volta, na qual fomos toda a noite em uma larga, e ao amanhecer nos achámos sós. Demos graças a Nosso Senhor por nos livrar daquele perigo, e lhe pedimos livrasse também aos companheiros; começando logo a cumprir a promessa,

(1) Supra p. 284.

(2) Provavelmente no original *conserva*.

(3) Corsários de Flessinga, assim chamados por corruptela.

que à Virgem Senhora fizemos, de toda a caravela rezar o Terço do seu Rosário, emquanto a viagem durasse, como se fez, e aos domingos e dias santos em voz alta e coros.

Na noite seguinte, que foi véspera de S. Francisco Xavier, nos visitou Deus com outro trabalho, muito maior que o passado, que foi uma grande tempestade, com que corremos à descrição da fortuna três dias e três noites. Era o vento sul, o coração do inverno, e aquela a primeira tempestade daquele ano; os mares muito grossos, a embarcação pequena, e nós muito chegados à costa de Portugal: porque a volta, que fizemos para escapar ao inimigo, foi quasi ao norte, com que desandámos grande parte do que tínhamos caminhado, o que tudo, junto com os muitos votos que víamos fazer à gente do mar, foi uma representação da morte, que todos nos aparelhámos para ela, e o mesmo fizeram os demais, não havendo ninguém que se não confessasse, ou geralmente, ou como que a fazia para ir logo dar contas a Deus.

Colhido êste fruto da tempestade, quis Deus que abo-
nançasse o tempo, com que tivemos lugar de nos pôrmos nas alturas das Canárias, onde nos sobrevieram tão grandes calmarias que, em oito dias, não pudémos sair de entre elas, por mais que para isso nos aproveitássemos até dos remos, entrando por uns canais e saindo por outros. Rodeámos toda a Gomeira e ilha da Palma; vimos de muito perto Lancerote, e todas aquelas praias e mares santificados com o sangue dos nossos mártires do Brasil (1), com cujas memórias muito nos consolámos; e, pôsto que o lugar de entre estas ilhas é tão infestado de todo o género de

(1) O Padre Inácio de Azevedo e mais quarenta companheiros jesuítas, em viagem para o Brasil, trucidados em 1570, perto de Palma, pelo corsário francês, protestante, Jacques Soria.

corsários, e os mesmos moradores das Canárias o poderiam ser nossos, pois vínhamos em caravela, que era sobrescrito de sermos portugueses, contudo em todos aqueles dias não vimos vela, nem cousa que nos desse cuidado.

Na moléstia das calmas e no apêrto dos agasalhados não falo, porque quem vem para o Maranhão não padece, mas bem pudera dizer a V. Rev.^a que poucas vezes tem acontecido saírem de Portugal religiosos da Companhia tão mal agasalhados como estes padres vieram, por ser a embarcação tão limitada, e os passageiros muitos, e entre elles um Sindicante, um Vigário geral do Estado, e outras muitas pessoas de respeito.

Vinham outros religiosos na caravela, mas as cousas espirituais correram todas por nossa conta. Nós cantámos sempre a ladainha da tarde. Eu prêguei os domingos do Advento e todas as festas principais. O Padre Manuel de Lima fez as doutrinas, todos os dias que o tempo e seus achaques davam lugar, e teve por sua conta o rancho da proa, fazendo práticas familiares e repartindo livros espirituais; e nesta mesma conformidade, em sendo noite, o Padre Manuel de Lima e o Padre Mateus Delgado, um se ia para o batel, outro para a pôpa, que eram os dois lugares da conversação da gente do mar, com que toda vinha a ser cousas de Deus, e se evitaram por êste modo muitas práticas, que entre esta gente costuma haver, de que Deus se não serve, e outros graves inconvenientes que delas se seguem.

Por dia de Nossa Senhora da Conceição se tornou a confessar a gente da caravela, e outras o fizeram. Doentes não houveram (1) muitos, mas a todos acudíamos com tudo

(1) Assim em ambos os textos impressos.

aquilo que trazíamos de regalo, sendo sempre as porções dos doentes as primeiras que se repartiam na nossa mesa.

Deu-nos o Padre Procurador, para que nos servisse no mar, um índio que tinha vindo do Brasil com os pádres, ao qual servimos mais que êle a nós, porque adoeceu duas vezes, e uma tão gravemente que esteve à morte. Démos-lhe uma cama das nossas, e, sendo a doença das que costumam a causar moléstia e maior asco, nós fomos sempre os seus enfermeiros, no que muito edificou toda a caravela a caridade do Padre Mateus Delgado, como também no que exercitou connosco, assistindo sempre em cima do fogão, e acudindo a tudo e a todos com grande prontidão, trabalho e desprêzo de si mesmo: e verdadeiramente que foi particular providência de Deus mandar-no-lo nesta ocasião, porque sem êste socorro passaríamos muito mal.

Como a viagem se ia fazendo tão larga, e não sabíamos que vento nos renderia ao diante, resolveram os do govêrno da caravela que era necessário tomar o Cabo Verde, como se fez. Chegámos à vila da Praia aos 20 de Dezembro, onde havia duas horas que também tinham dado fundo três naus da nossa companhia, que nunca mais tínhamos visto, das quais soubemos que a portuguesa as deixara naquela mesma noite, entendendo sem dúvida que as outras, por serem holandesas, lhes guardariam os Pecheliques mais respeito; mas não foi assim, porque abordando uma a renderam, e querendo fazer o mesmo a outra foram resistidas, com tanto dano seu que a deixaram e as demais. No dia seguinte, que era o de S. Tomé, fomos dar fundo no pôrto da cidade, a hora que já não era de missa. Mandou-nos logo visitar o Governador pelo Sargento-mor da praça, oferecendo-nos a sua casa com primeiro e segundo recado.

Tínhamos já resolvido entre nós, por evitar toda ocasião de doença, que enquanto ali estivéssemos não tivéssemos outra casa mais que a caravela, salvo se algum serviço de Deus nos obrigasse a estar em terra. Com êste pressupôsto saí a dar as graças ao Governador, e escusar-nos da hospedagem, e vindo-nos recolhendo para a caravela nos fizeram a mesma fôrça os prebendados daquela sê, e particularmente o Tesoureiro-mor Diogo Furtado de Mendonça, alegando-nos ter V. Rev.^a sido seu hóspede todo o tempo que ali se deteve a frota. Também me pediram quisesse prègar ao outro dia, que era a quarta dominga do Advento, e isto só aceitei.

Pela manhã desembarcámos todos para dizer missa, e, para que o sermão pudesse ser de algum fruto, tomei por tema a S. João Baptista, e prèguei o baptismo da penitência. Obrigaram-nos os ouvintes a que não tornássemos para o mar, havendo naquela tarde e na seguinte doutrina, a que nos acompanhavam, com grande amor e devoção e com grande mágua nossa, os nossos antigos estudantes, e com êles seus pais e toda a cidade (1).

Emfim, foi tanto o que Deus moveu os corações de todos que, em quatro dias que ali estivemos, de dia e de noite não fizemos outra cousa que ouvir confissões, e quási todas elas gerais, já repartidas pelas igrejas, já na casa onde estávamos, que era a do Tesoureiro-mor, já na cadeia e em casas particulares de doentes e outra gente impedida, sem ficar pessoa de conta, em toda a cidade, que se não aproveitasse daquela ocasião, dizendo todos que não fôra

(1) Os jesuítas tiveram por muito tempo casa em Cabo Verde, saindo em 1642, por desavenças com o clero da terra, e com os officiaes incumbidos na metrópole de suprir às necessidades da missão.

a nossa ida ali acaso, senão para salvação e remédio de muitas almas.

Não nos podia deixar de constar ser assim, pelas confissões de grandíssima importância que fazíamos, reconhecendo então, e attribuindo à providência particular de Deus, as tempestades, inimigos, calmarias e todos os outros desvios, que nos fizeram tão dilatada a viagem, e nos obrigaram a ir tomar aquela escala. Os que mais que todos nos edificaram foram os reverendos capitulares daquela sé, que são tão autorizados e tão ricos como V. Rev.^a sabe, os quais todos se confessaram connosco de toda a vida. Além destes frutos espirituais, que se colheram em secreto, houve muitas demonstrações públicas, como de amizades, restituições e votos, que logo nas igrejas, nos adros e pelas ruas públicas se faziam, com grande edificação e demonstração dos efeitos da divina graça.

Mil diligências fizeram os da terra para que, ao menos, nos detivéssemos mais alguns dias. Foi o último a primeira oitava do Natal, em que tornei a prègar, exortando a todos à perseverança na graça recebida, e principalmente aos capitulares, a quem dirigi grande parte do sermão, receitei e engrandeci quanto pude a grande obrigação, em que estavam, de acudir ao remédio de tantas almas, das quais elles, *sede vacante*, eram pastores, e que, em falta de outros sacerdotes idóneos, pois os não havia, deviam elles mesmos visitar os cristãos das ilhas e da terra firme, sujeitos àquele bispado, que todos estão em grande necessidade espiritual: e que, se para isso deixassem as cadeiras e côro da sua sé, louvariam muito mais a Deus, e lhe fariam muito mais agradável serviço.

Naquella mesma tarde nós [nos?] partimos, deixando todos os da terra mui sentidos, e apartando-nos nós tão obrigados deles como elles edificados dos nossos padres

que ali estiveram, os quais, com seu exemplo e religiosa vida, nos grangearam, para todos os da Companhia, esta grande benevolência e amor.

Desejou o Cabido e a cidade que, dos quatro, ficássemos com êles ao menos dois, e esta petição nos vieram fazer em nome do clero ou [e?] Vigário geral, e em nome da cidade os juizes e vereadores em forma de Câmara; e êstes nos ofereceram uma petição por escrito, com um relatório tão largo da grande necessidade de doutrina, que dentro e fora daquelas ilhas se padecia; das almas que, por falta de quem lhes administrasse os sacramentos se estavam perdendo; do amor que sempre tiveram aos da Companhia; da pontualidade com que lhes conservavam a casa e fazenda que êles deixaram; da prontidão com que estavam de lhes edificar a igreja e os assistir com todo o necessário; das instâncias que têm feito para que lhes sejam restituídos, sem quererem nunca admitir outros religiosos, que de outras religiões se lhes oferecem; e tudo com palavras de tanto sentimento, de tanto respeito e de tanto affecto à Companhia, que afirmo a V. Rev.^a fizemos muito em não nos deixar vencer de ficar ali, ou todos ou algum de nós, se não se nos pusera adiante virmos determinados a esta missão, e não haver nela quem a tivesse a seu cargo, e pertencermos à Província do Brasil, e não à de Portugal a quem pertence Cabo Verde, e, a não ser esta a nossa vocação, sem dúvida fôra aquele o termo da viagem.

Estes mesmos desejos e estas mesmas dificuldades lhes propusemos, e esta foi a resposta com que os deixámos de alguma maneira satisfeitos, obrigando-nos a ser solicitadores com S. M., e com os Superiores da Companhia, para que muito brevemente se lhes mande o socorro de religiosos que pedem; e sôbre êste particular escrevi uma

carta encarecida, que ficou no mesmo Cabo Verde, para ir em companhia da nova instância, que querem fazer a El-rei, sôbre êste tão justificado requerimento.

Nesta ocasião torno a representar a S. M., e escrevo também ao Padre Provincial, para que acuda a êste extrêmo desamparo, e não se dilate uma tão grande glória de Deus e da Companhia, como da missão de todas aquelas ilhas e terra firme se pode esperar.

Emfim partimos, como dizia, na tarde de 26 de Dezembro, na nossa caravela de Simão Ferreira de Alfama, o qual nomeio aqui por uma grande fineza, que fez por nós nessa ocasião, de que não tivemos notícia senão depois de estarmos no mar. Foi o caso que pessoas principais de Cabo Verde o chamaram, e lhe ofereceram que logo lhe contariam, em patacas, muito mais do que poderia interessar em toda a viagem, se naquela última noite se fizesse à vela, fingindo que lhe arrebetara a amarra, e nos deixasse em terra; e, sendo assim que todos os passageiros e gente do mar dormiam a bordo, e a brisa tão rija que, com efeito, lhe rebentou uma amarra, foi o mestre tão honrado que antepôs a fé e respeito, que nos quis guardar, a todo aquele interêsse que uns e outros lhe prometeram de contado, e lhe ofereceram com grandeza.

Com os mesmos exercícios, com que arribámos a Cabo Verde, fomos depois continuando na viagem até ao Maranhão, passando as calmas da Linha brevemente, até que tivemos a primeira vista da costa do Brasil, que foi a terra dos baixos de S. Roque, sôbre a ponta dos quais nos achámos um sábado à meia noite, com trinta braças de fundo. Há de aí ao Maranhão mais de trezentas léguas, e todas as andámos com pouco pano, em três dias, tanta é a corrente das águas.

A noite de terça feira à quarta, e da quarta para a quinta, passámos sôbre o ferro, porque se não pode rodear a ilha (1), nem acometer a barra, senão de dia, por serem muitos os baixos e todos alagados. Na tarde de quinta feira 16 de Janeiro, véspera de Santo Antão, pai de todos os missionários das nossas conquistas, entrámos finalmente para dentro: e afirmo a V. Rev.^a que, quando me via chegar a salvamento ao Maranhão, era com grandíssimo sobressalto, porque depois que vi que Deus nos dividira esta missão em dois navios, vindo toda junta no mesmo, como a minha confiança em Deus é tão fraca, sempre receei que fôsse por haverem de ter diferente fortuna as duas viajens; mas chegou a bordo a primeira canoa, que nos deu nova da chegada dos padres, e então acabámos de nos alegrar da nossa. Vieram logo buscar-nos à caravela o Padre Francisco Veloso e o Padre Tomé Ribeiro, os quais me pagaram em alegres abraços os tristíssimos que eu lhes tinha dado, quando nos apartámos no rio de Lisboa.

Se a alegria de entrar no céu tem na terra comparação foi esta. Seja o Senhor louvado que, vindo em tão diferentes tempos e navios, e a uma costa de tão desacreditada navegação, e na pior monção que há para ela em todo o ano; a uns e outros nos trouxe a salvamento. Queira sua divina majestade que seja para todos fazermos o a que viemos, e o servirmos como para tudo nos merece. (2)

(1) Do Maranhão, onde está situada a cidade de S. Luís.

(2) Moraes, *História* cit., Liv. III, Cap. X. Interrupção. Os fragmentos da carta separados pela narração dos acontecimentos, feita pelo autor da *História*.

Três meses antes tinha chegado a primeira turma dos missionários.

A viagem dos primeiros padres não foi de tantos dias como a nossa, de maiores calmarias na Linha, com menos perigos. Como naquele navio vinham soldados, tiveram mais ocasiões de exercitar a caridade, principalmente com os doentes, sendo êles os que lhe faziam o comer no fogão, e com sua mão lho davam; os que lhes assistiam nas sangrias e nos outros medicamentos; os que dormiam sôbre as tábuas do convés para lhe dar as camas; e outros actos semelhantes de muito fervorosa caridade, de que grandemente se edificaram todos. Estas foram as artes, com que o Padre João de Sotomaior ganhou ao Capitão-mor do Pará, de cuja benevolência vínhamos mais duvidosos. Os exercícios espirituais, de prègações, práticas e doutrinas, foram quotidianos, com grande frequência de confissões e comunhões nos dias de festa, quando o tempo dava lugar a dizer missa, que desta consolação não era capaz o nosso barco. O que mais estimámos *ad intra*, e não deixaram de o notar os de fora, principalmente os religiosos, que nô mesmo navio vinham, de três religiões diferentes, foi como todos se houeram, em toda a viagem, com tanta conformidade e união, como se cada um fôra Superior, ou nenhum o houera mister. (1)

Estes padres tinham trazido para o Maranhão as ossadas dos santos Alexandre e Bonifácio, dádiva do Pontífice Urbano VIII, que solenemente transportaram de bordo da nau, para a sua igreja.

O Padre João de Sotomaior prègou na festa da colo-

(1) Moraes, Liv. III, Cap. IX.

cação dos santos mártires S. Bonifácio e S. Alexandre, e logo partiu para o Pará, como eu tinha encomendado em Lisboa, quando dêle me apartei; e, pôsto que houvesse antes desta resolução diferentes pareceres, o efeito tem mostrado que foi aquele de quem Deus mais se servia: porque o mesmo Senhor ajudou ao Padre de maneira que, com seu companheiro, que é o Padre Gaspar Fragoso, têm trabalhado por muitos, e ganhado para Deus e para a Companhia os ânimos de todo aquele povo, de que tanto se duvidava, e já têm o sítio melhor da terra e princípios de colégio; e, não tendo nada, lhes não falta nada, antes são senhores de tudo, e, vivendo de esmolas, as podem fazer e fazem a muitos. Êle chama por mim para o Pará; e o Gurupá, que é o meu principal intento, está ainda sem missão. Mas nada disto se poderá fazer antes da volta da entrada aos Barbados (1), porque, por abarcar tudo, não venhamos a não apertar nada. (2)

Passados os três dias de hóspedes, entendemos logo em começar ao que viemos, e a primeira foi assentar quotidianamente uma lição da língua da terra, indispensável até nos dias santos, para nos fazermos instrumentos hábeis da conversão dos índios. A esta lição ajuntámos outra de casos de consciência, duas vezes na semana, e o primeiro caso que se disputou foi: que obrigação tínhamos os confessores àcerca do pecado, como habitual, em que viviam todos estes com os cativeiros dos índios, que pela maior parte se presumem injustos?

Resolveu-se que, a quem não se confessasse dêste

(1) Tribu de índios na terra firme do Maranhão, assim chamados por terem alguns dêles mais pêlos no rosto que o geral dos indígenas.

(2) Moraes, Liv. V, Cap. V.

pecado não tínhamos obrigação de lhes falar nêle, assim por nos não poder constar de certo de tal penitente em particular estar em má consciência, como por se presumir geralmente de todos que o mover-lhe escrúpulo, em semelhante matéria, seria de nenhum fruto; que são os casos em que os doutores não só escusam, mas obrigam os confessores a não preguntar. Sôbre esta resolução assentámos três coisas, muito necessárias ao serviço de Deus e à nossa conservação nestas partes. Primeira, que nas conversações com os seculares, nem por uma nem outra parte falássemos em matéria de índios. Segunda, que nem ainda na confissão se falasse em tal matéria, salvo quando a disposição do penitente fôsse tal, que se julgasse seria com fruto, principalmente na morte. Terceira, que se na confissão, por escrúpulo, ou fora dela, por conselho, algum nos preguntasse a obrigação que tinha, lha declarássemos com toda a sinceridade e liberdade. E, para que nisso não houvesse entre nós diversidade de pareceres, se praticaram também e resolveram todos os casos que se podiam oferecer: as quais resoluções se mandaram também ao Pará, para que, em toda a parte, *idem sapiamus, idem dicamus omnes*, como diz o Apóstolo. (1)

O Vigário Mateus de Sousa Coelho, que fizera a viagem com Vieira, fôra à chegada preso e metido em ferros, à ordem do Vigário intruso, que tinha de lhe restituir o cargo, segundo a determinação régia. Para resolver o conflito convocou o Governador uma junta, em que entravam os prelados das diferentes Ordens e, pela parte dos jesuítas, António Vieira.

Por me livrar dêste Scila e Caribides, procurei quanto pude não me achar na junta, mas foi fôrça ir a ela, onde

(1) Moraes, Liv. IV, Cap. III.

os pareceres dos prelados inclinavam todos para a parte onde estava o desejo do povo, e só um houve que pediu tempo para estudar o caso, como se ainda o não soubesse sendo tão público. Quando me tocou a falar, disse que não via de que fruto pudessem servir nossos pareceres nesta controvérsia, suposto não haver para a decisão dela quem no Maranhão pudesse ser juiz, nem declarar qual dos dois fôsse o Vigário geral; pelo que êles mesmos o fôsem, e que se lhes pedisse primeiro que, pelo bem da paz, se quisessem compôr e ajustar entre si.

Aprovou-se o meu parecer, e quiseram que eu fôsse o que o prosseguisse. Tomando então comigo o novo Vigário, que também estava na junta, me fui com êle à cadeia, onde estava o outro, e ambos puseram todo o negócio em minhas mãos.

O expediente que tomei foi que ambos fôsem vigários gerais, o primeiro do Pará, onde tinha sua casa, e o segundo do Maranhão, onde também tinha a sua (1), dividindo-se da mesma sorte o govêrno espiritual, assim como S. M. o tinha já dividido no secular e político (2); o que também foi conforme à mente dos senhores Capitulares da Baía, os quais prudentissimamente apontam na sua carta que, se parecer conveniente dividir-se o govêrno eclesiástico em duas vigararias gerais, por serem tão dilatados os distritos, se faça.

Compostas nesta forma as jurisdições, não foi dificultoso compôr os ânimos dos dois competidores, os quais

(1) Respectivamente os padres Mateus de Sousa Coelho e Domingos Vaz Correia. Cf. *Resposta aos capítulos que deu contra os religiosos da Companhia o Procurador do Maranhão Jorge de Sampaio*. Ms. da Biblioteca de Évora.

(2) As duas capitánias do Pará e Maranhão tinham sido recentemente separadas em governos autónomos.

logo se abraçaram e perdoaram; e o que tinha mandado lançar os grilhões se lançou aos pés do outro, e lhos tirou de joelhos. Logo se foram ambos comigo à junta, onde todos aprovaram o que estava feito, menos o povo, em quem os affectos são menos poderosos, vendo sair dos grilhões ao primeiro vigário.

E assim, por êste meio tão suave, apaziguou Deus os motins, que já se iam semeando e depois brotaram, e se evitaram as inquietações e concursos com que, em semelhantes casos, se costumam perturbar os povos e embaraçar as consciências, e se impediu ir o negócio apelado para o Reino, onde seriam bem ou mal julgados os nossos provimentos.

Por estes e outros inconvenientes senti muito que os padres tivessem aceitado a comissão do Reverendíssimo Cabido (1), e também porque nestas partes há poucos eclesiásticos, em cujas letras e consciências possa descarregar seguramente a sua quem quere dar boa conta de si a Deus. Bastam-nos as nossas almas, e as dos índios que formos tendo a nosso cargo.

Pelo que, peço muito a V. Rev.^a o queira representar assim, aos reverendos Capitulares da Baía, que se sirvam de nos aliviar desta obrigação, e encomendá-la a outros mais desocupados, e que com menos inconvenientes a possam executar.

Bem vejo haverá quem lhe pareça que esta dependência dos vigários gerais, demais da autoridade, também nos pode ser de grande importância, em ocasiões em que,

(1) O Cabido da Baía, governando por morte do Bispo D. Pedro da Silva, tinha delegado poderes, para o Maranhão e Pará, entre êles o de nomear vigários gerais, no Superior da Companhia de Jesus, que era antes de chegar Vieira o Padre Francisco Veloso.

quando nos não seja muito útil termo-la nós, ser-nos há muito danosa se a tiverem outros; mas estas razões de Estado, meu Padre Provincial, já ficam além da linha. O Cabido diz que descarrega sôbre nós a sua consciência, e, já que Deus e nosso instituto nos livrou de semelhantes cargos, melhor está que corram por outra conta. (1)

Quinze dias após o desembarque de Vieira, publicou-se no Maranhão uma ordem régia, pela qual se aboliam os cativeiros dos índios.

Como os nossos intentos e acções eram tão contrárias às do demónio, tratou o inimigo de semear cizânia sôbre este grão tão limpo, e fê-lo com tanta astúcia que nos pôs em perigo, não só de arrancar a êle da terra senão também a nós. Tinha mandado nesta ocasião S. M. uma lei, na qual declara por livres, como nêsse Brasil, a todos os índios dêste Estado, de qualquer condição que sejam.

Publicou-se o bando com caixas, e fixou-se a ordem de S. M. nas portas da cidade. O efeito foi reclamarem todos a mesma lei com motim público, na Câmara, na praça e por toda a parte, sendo as vozes, as armas, a confusão e perturbação o que costuma haver nos maiores casos, resolutos todos a perder antes a vida (e alguns houve que antes deram a alma) do que consentir que se lhes houvessem tirar de casa os que tinham comprado por seu dinheiro. Aproveitou-se da ocasião o demónio, e pôs na língua, não se sabe de quem, que os padres da Companhia foram os que alcançaram de El-rei esta ordem, para lhes tirarem os índios de casa, e os levarem todos para as suas aldeias e se fazerem senhores delas, e que por isso vinham agora tantos.

(1) Moraes, Liv. IV, Cap. IV.

Achou esta voz fácil entrada, não só nos ouvidos mas nos ânímos do vulgo, atijando talvez a labareda alguns que tinham obrigação de a apagar. Mas esta a desgraça: que os da mesma profissão sejam de ordinário os mais apaixonados contra nós; porque só êles querem valer na terra, e ofende-lhes os olhos tanta luz na Companhia, e, pôsto que houvesse pessoas, das mais graves e autorizadas, que se puseram em campo por nós, contudo contra um povo furioso ninguém prevalece.

O furor que tinham concebido contra a lei de El-rei (à qual também não perdoaram, arrancando-a de onde estava), todo o converteram contra os padres da Companhia, não duvidando já de fazer alguma demonstração com êles, mas tratando ou tumultuando em qual havia de ser. Para o fazer com maior justificação, como a êles lhes parecia, formaram uma proposta ao Capitão-mor governador, em nome da nobreza, religiosos e povo de todo o Estado, na qual lhe requeriam levantasse o bando, alegando que a república se não podia sustentar sem índios, e que os de que se serviam eram legitimamente cativos; que as entradas ao sertão e resgates eram lícitos; que os índios eram a mais bárbara e pior gente do mundo; e que, se servissem com liberdade, se haviam de levantar contra os portugueses; e outras cousas a êste modo, umas verdadeiras e outras duvidosas, e as mais totalmente falsas e erradas.

Esta proposta, assinada pelos prelados das religiões e pelos dois vigários, nos mandou a Câmara para que também a assinássemos. Escusámo-nos de o fazer, porém insistiram a que respondêssemos. Pareceu a todos os padres que devíamos responder, e que a resposta fôsse a mais favorável ao povo quanto desse lugar a consciência, para que entendessem, que só obrigados dela nos não conformávamos, em tudo o que êles queriam.

Feita esta resposta, e aprovada por todos os padres, levaram-na dois ao vereador mais velho, que é pessoa muito autorizada, Capitão-mor que ficou do Gurupá, e dos maiores devotos e bemfeitores que tem nestas partes a Companhia. Era em papel apartado, para que pudessem usar dêle ou não, como lhes parecesse. Disseram-se as missas todas daquele dia por esta tenção; e, no seguinte, estando nós conferindo que mais orações e penitências se haviam aplicar, era a primeira hora da noite, e eis que ouvimos um tumulto muito maior que os passados, o qual cada vez soava mais, e se vinha avizinhando à nossa casa. Saímos a uma varanda, e as vozes que se ouviam eram: «Pádras da Companhia fora! Fora inimigos do bem comum! Metam-os em duas canoas rôtas!» Entre as vozes reluziam as espadas, das quais escaparam com muita dificuldade o piloto e alguns marinheiros da caravela em que viemos, contra os quais arremeteu o povo, querendo-os matar por nos haverem trazido.

Emfim o tumulto cresceu de maneira que, para o sossegar, foi necessário que o Governador, com todas as três companhias que aqui há de presidio, com balas e mechas acesas, os viessem arrancar das nossas portas. Não houve porém em todo êste tempo, que seria espaço de uma hora, quem se atrevesse a pôr as mãos nelas; só o vereador, que já dissemos, entrou a pedir que quiséssemos pôr alguma moderação, no nosso parecer sôbre os pontos que tocavam à liberdade dos índios, para que com isso se moderasse também e aquietasse o povo.

Respondemos-lhe com declarar a grande vontade que tínhamos de servir a esta república, da qual também nós éramos parte, pois viéramos para viver e morrer nela; e que, por esta causa, no nosso papel seguíramos as opiniões mais largas e favoráveis aos moradores, e que só lhes

negávamos nêle aquilo que em consciência lhes não podia de nenhum modo pertencer. Que o nosso primeiro intento fôra não dar parecer nesta matéria, pelos não desagradar; mas que, obrigados dêles mesmos a dizer o que sentíamos, faltariamos muito ao que de nós se esperava, se disséramos cousa alheia da justiça e da verdade: e no caso que, pelos contentar, nós o fizéssemos, então merecíamos não só que nos lançassem fora, senão que nos tratassem muito pior.

Sôbre isto lhe referimos como em Lisboa renunciara o Padre Manuel Lima o officio de Pai dos cristãos, como na Índia, e eu o da administração e repartição dos índios(1), tudo a fim de evitar encontros nesta matéria com os portuguezes, cujas almas, primeiro que as dos índios, vínhamos buscar ao Maranhão. Partiu-se o vereador bem satisfeito da nossa resposta, e resultou o vir êle pela manhã do dia seguinte com os mais, em forma de Câmara, a terem satisfação connosco sôbre o tumulto da noite passada, estranhando muito o atrevimento do povo, e sentindo que, na terra em que êles governavam, tivesse sucedido tal descompostura: e o mesmo cumprimento vieram também ter connosco os mais graves da terra.

Aquietaram-se com isto as vozes e os tumultos, porém os ânimos pouco ou nada sossegaram. Cada dia, de ali por diante, nos levantavam um falso testemunho. Dia da Purificação de Nossa Senhora fez o Padre Francisco Velloso a doutrina aos índios, como é costume, à primeira missa da madrugada, e, sendo que de indústria só lhes ensinou as orações, sem lhes falar outra palavra, disseram depois que prègara aos índios como todos eram fôrros. De aí a poucos dias nos escreveu um prelado de certa Re-

(1) Cf. carta de 14 de Novembro 1652 ao Provincial do Brasil. Supra, pág. 286.

ligião (assim nos tratavam!) que lhes tomáramos quatro índios que andavam trabalhando nas suas obras, para nos irem remar uma canoa, estranhando-nos muito semelhante termo; e nem tal canoa nem tais índios houve, nem sombra de fundamento sôbre que tal quimera se pudesse levantar. Logo espalhou o Procurador do Conselho que um índio lhe fugira, e se recolhera na casa dos padres, e que lá lho tinham escondido, sendo tão grande falsidade como as demais, as quais nós sem nenhum estrondo tirávamos logo a limpo: de maneira que constava serem todas invenções de gente malévola, com que cansaram, e desistiram dêste modo de perseguição. Não faltou neste tempo quem, lembrado da diferença com que fôramos tratados e pretendidos em Cabo Verde, quasi esteve arrependido de se não deixar ficar lá; mas esta mesma perseguição devia animar mais nossa confiança, pois o demónio nunca procura estorvar senão onde prevê alguma cousa que temer. (1)

Emquanto no Maranhão corria a Companhia com esta tormenta, caminhavam felizmente no Pará os princípios dela, como V. Rev.^a verá dessa carta do Padre João de Sotomaior. Pediu-me que lhe mandasse companheiros, que o ajudassem a tirar as rêdes, e coube a sorte aos padres Manuel de Sousa e Mateus Delgado, que partiram no princípio dêste ano para o Pará, e levaram os ornamentos e mais peças pertencentes àquela igreja e casa. O Padre Manuel de Sousa vai por Superior, para deixar mais livre ao Padre Sotomaior nas cousas da conversão, e lhe suceder na lição da retórica, que lê aos religiosos de Nossa Senhora das Mercês, ou, se já estiverem aptos, para lha ler de filosofia, como nos têm pedido. Nem deve

(1) Moraes, Liv. IV, Cap. V.

parecer esta occupação alheia do fim para que cá viemos, porque, além de ser necessário residirem sempre alguns padres nas povoações dos portuguezes, para o crédito da Companhia, especialmente naquella terra aonde agora entra de novo, importará muito que vejam os portuguezes, e ainda os índios, que as outras Religiões se não desprezam de aprender e buscar mestres da nossa, e que não só os velhos, mas os mais moços dela, têm capacidade para ensinar. Com êste exemplo se pode esperar se acabem de confundir e render os que, em matérias de suas consciências, se fiam e alegam com opiniões de outros, que, por muitas vezes serem fundadas em poucas letras, têm feito grandissimos danos às almas, no ponto principalmente das liberdades e cativeiros dos índios, que é o laço mais forte com que o demónio os ata e embaraça neste Estado. (1)

Na occasião de partirem os dois padres para o Pará, chegaram ordem do Capitão-mór para não embarcarem, a que obedecem, correndo António Vieira à presença dêle a buscar explicação do acto.

Entendi que o homem queria quebrar comigo (que para tudo pode haver intentos): e eu, pelo mesmo caso, fiz uma resolução muito assentada de não quebrar com êle, por mais injúrias que me dissesse ou fizesse. As palavras com que me recebeu foram as do cabo. Queixou-se de que os padres se embarcassem sem sua licença, a que satisfiz com não sabermos que havia tal ordem, nem entendíamos como a poderia haver sôbre religiosos; e em lhe dizer, e provar com os criados de sua casa, que os mesmos dois padres, naquella mesma manhã e dois dias antes, o tinham ido buscar para lhe darem conta da sua

(1) Moraes, Liv. IV, Cap. V.

jornada. Sôbre esta queixa vieram outras, em que nós tínhamos a razão de sermos os queixosos, que era não lhe ter o Padre Mateus Delgado tomado a vénia de Ilustríssimo Senhor na prègação da Cinza, que no dia antes prègara na nossa casa.

Certo é que o fez o padre por pura inadvertência, e por ser cousa nunca imaginada, nem imaginável no Brasil, fazerem-se semelhantes cerimónias a capitães-mores, nem ainda aos que o são com nome de governadores. Para curar esta chaga, que era a que estava mais em carne viva, lhe disse que, sem embargo de eu estar deliberado a ir passar a quaresma nas aldeias (1), prègaria o domingo seguinte na Matriz, e lhe tomaria a vénia na mesma forma, para que todo o povo conhecesse que a falta passada fôra esquecimento do prègador, e não querer a Companhia negar-lhe a cortesia que as outras religiões lhe faziam. Com isto foi a licença para partir o barco. (2)

Neste ponto chegam visitas ao Governador.

Entraram duas pessoas de maior porte e graduação da terra, as quais, a poucas palavras, meteram prática sôbre a nossa resposta acêrca da liberdade dos índios. Argumentaram rijamente contra êles, e o Capitão-mor governador era o que estava mais duro, exagerando suas maldades e barbarias, e aprovando as causas dos cativeiros; mas, explicando-lhes eu ponto por ponto os fundamentos das nossas razões, e a verdade e justiça das nossas resoluções, e como era impossível ter salvação quem fizesse ou seguisse

(1) Dos índios.

(2) Êste trecho, trasladado na *Vida do Padre António Vieira* pelo Padre André de Barros, Liv. II, falta em Moraes.

o contrário, e de quanta utilidade, ainda temporal, podiam ser, se se abraçassem os meios da conveniência que elas apontavam, ficaram tão convencidos todos da fôrça da verdade, que confessaram, não só que tínhamos razão, senão que era bem que todos se conformassem com aquele papel, e assim se executasse.

O governador da praça se persuadiu tanto que me pediu logo, já que eu queria prègar no domingo seguinte, fôsse êste o assunto do sermão, prometendo que, se o povo o aceitasse, êle disporia e ajudaria o negócio, de maneira que viesse a surtir um grande efeito.

Despedimo-nos com grandes demonstrações de amizade, e esforçando as suas o mesmo Capitão-mor: «Ah! Padre António Vieira — me disse — quem esperara que os principios desta nossa prática haviam de ter semelhantes fins! Mas isto mostra que é cousa de Deus, e que êle há-de ajudar».

Prèguei na seguinte domingo, que era a das Tentações, e, tomando por fundamento o *Haec omnia tibi dabo*, que era a terceira, mostrei primeiramente, com a maior eficácia que pude, como uma alma vale mais que todos os reinos do mundo; e, depois de bem assentado êste ponto, passei a desenganar com a maior clareza os homens do Maranhão, mostrando-lhes com a mesma que todos estavam geralmente em estado de condenação, pelos cativeiros injustos dos índios; e que, enquanto êste habitual pecado se não remediasse, todas as almas dos portuguezes dêste Estado iam e haviam de ir para o inferno. Propus finalmente o remédio, que veio a ser em substância as mesmas resoluções da nossa resposta, mais declaradas e mais persuadidas, facilitando a execução e encarecendo a conveniência delas; e acabei prometendo grandes bênçãos de Deus e felicidades, ainda temporais, aos que, por serviço do mesmo

Senhor e por salvar a alma, lhe sacrificassem êsses intêrêses.

Nas côres, que o auditório mudava, bem via eu claramente os affectos que, por meio destas palavras, Deus obrava nos corações de muitos, os quais logo de ali saíram persuadidos a se querer salvar, e a aplicar os meios, que para isso fôsem necessários, a qualquer custo.

Na mesma tarde, antes que a memória se perdesse, ou alguma conferência secreta a confundisse, deu o Capitão-mor principio a uma junta na mesma Matriz, em que entrou o Sindicante, os prelados das religiões, a Câmara, o Vigário geral, e todas as mais pessoas assim de guerra como da república, e grande multidão de povo, que sem ser chamado entrou e se não pôde estorvar que estivesse presente.

Pediram-me quisesse tornar a propôr o que de manhã dissera, e aprovado por todos, *nemine discrepante*, chegou-se aos meios de execução, em que houve grandes dificuldades, e claramente se via mexia muito o demónio, e não queria que aquele negócio se levasse ao cabo: e, quando já todos desconfiávamos de lhe ver conclusão, em um momento o resolveu Deus, concordando todos se nomeassem dois procuradores, um por parte dos portuguezes, outro por parte dos índios, os quais tomando-os todos a rol, e informando-se de cada um em particular, o dos portuguezes alegasse pelo cativeiro e o dos índios pela liberdade; e que destas informações e alegações fôsem juizes os officiais da Câmara, com assistência do Sindicante, sem o qual se não sentenciassem os processos, e que as sentenças se dessem logo à execução, sendo declarados por livres todos os índios, de cujo cativeiro não constasse.

Na mesma junta se elegeram os dois procuradores, que foram pessoas conhecidas por maior desinterêsse, con-

sciência e verdade; e particularmente o procurador dos índios (1) é homem que mais autoridade tem com êles, e mais conhecimento de todas as suas nações, e de todas as entradas que ao sertão se fizeram, por ser dos primeiros conquistadores dêste Estado, e um dos mais práticos da língua dêle, a quem os índios em todos os seus trabalhos e desgostos recorrem como pai, porque como tal lhes acode: e assim foi esta eleição muito bem recebida de todos.

Ajustada assim a forma de juízo e execução, fez-se logo um termo, em que assinou o Capitão-mor governador, o Vigário geral, Sindicante, Ouvidor, Provedor da fazenda, Câmara e capitães, prelados das religiões, e todas as pessoas mais principais que se acharam presentes, dando-se todos mil parabens, e ouvindo-se a muitos, entre outras palavras de grande satisfação e contentamento: «Bemdito seja Deus, que nos trouxe à terra quem nos alumiasse e pusesse em caminho de salvação!». Outras cousas se ouviram a êste modo, de grande honra da Companhia e tanta confusão nossa, que era necessário baixarmos os olhos, os que ali estávamos, e irmos às mãos aos que as diziam, porque se não ofendessem outros religiosos que estavam presentes, os quais verdadeiramente se houveram neste caso com grande edificação, porque, receando-se quisessem sustentar algumas opiniões diferentes, que sôbre esta matéria haviam tido, todos se conformaram connosco, sem haver palavra de contradição ou discórdia.

Ao Governador e Sindicante se deve em grande parte o bom sucesso dêste negócio, porque verdadeiramente se

(1) O sargento-mor Agostinho Correia, governador interino do Maranhão, em 1656, na ausência de André Vidal de Negreiros. Cf. *Resposta aos capitulos* cit. Resposta ao 6.º capítulo.

houveram nêle com grandê prudência e zêlo do serviço de Deus e de S. M. Acabada a junta pedimos aos procuradores e aos juizes que, dos índios que se houvessem de julgar, fôssem os nossos os primeiros.

Vai-se executando o exame das liberdades na conformidade que se assentou, e são já muitos os índios que estão declarados livres, e não só índios senão nações inteiras, sem haver quem o contradiga nem se queixe, que é cousa que faz admiração; e só quem sabe quanto depende o remédio e ajuda dêstes homens do serviço dos índios, que tinham por escravos, e quem viu quão resolutos e obstinados estavam a defender seus cativeiros, com o sangue, com as vidas e com as mesmas almas, poderá entender quanto foi a eficácia da divina graça, que contra a opinião de todos e da sua própria os reduziu e rendeu; sinal sem dúvida de que tem Deus entre êles muitos escolhidos.

Êste o portentoso successo de 2 de Março, primeira dominga da quaresma dêste ano, principiado e acabado em um dia, pelo qual só, quando não houveram (1) outros, se poderá dar por bem empregada toda esta missão e trabalhos dela; pois não uma alma ou uma familia ou uma cidade, senão um Estado inteiro, em que todos, como habitualmente se iam dispondo para o inferno, se puseram naquele dia em estado de salvação, ficando com ânimo preparado de restituir e pôr em liberdade a quantos os que tinham por escravos haviam (2) feito o exame fôssem julgados por livres, e satisfazer em tudo o mais às obrigações da consciência. Muitas considerações se fizeram

(1) Assim em ambos os textos impressos.

(2) Idem, como acima. «Haviam»: palavra supérflua ou talvez mal lida no original.

sobre êste tão pouco esperado caso, mas o que a mim mais me consola e anima não o deixarei de dizer a V. Rev.^a

Uma das causas, que pareceu em Portugal podia ajudar muito a entrada da Companhia nestas terras, era o respeito da mercê que El-rei me fazia, a autoridade das suas cartas, e a recomendação que nelas faz a todos seus ministros e povos àcerca de mim e da missão. Os efeitos de todas estas cartas e recomendações foi quererem-nos lançar fora, e a mim particularmente, pelos respetos acima referidos, não havendo, em todos aqueles primeiros dias, quem de tudo isto fizesse mais caso que se tal cousa não houvesse.

E quando todos estes respetos não tinham alguma valia, e os ânimos dos homens estavam tão alheios de nós, e tão odiada com êles nossa vinda, uma vez que subi ao púlpito, e prèguei o evangelho de Cristo, foi tanta a sua eficácia e autoridade, e tal o respeito que nós concebíamos com ela, que mudados em um momento os juízos e vontades de tantos homens, e tão interessados, anoitecemos amados, respeitados, louvados e seguidos dos mesmos que, na manhã do mesmo dia, nos aborreciam, nos murmuravam, nos perseguiam, e tanto a seu pesar nos tinham entre si. Oh! fôrça das fôrças de Deus! Oh! portentosa providência do Altíssimo! *Quam incomprehensibilia sunt judicia Dei!*

Para que entendamos os homens que os movimentos da alma, e império dos corações, são de jurisdição mais alta que a dos reis da terra, e que para entrarmos seguros em toda a parte, e conciliarmos o respeito e benevolência com quaisquer pessoas, por inimigas e alheias da razão que sejam, não há melhor carta que o evangelho de Jesus Cristo prègado e muito melhor imitado. Nesta confiança

dizia S. Paulo: *Nunquid egemus, sicut quidam commendatitiis Epistolis?* E o mesmo devem ter os que, no officio de salvar as almas e levar o nome de Cristo às gentes, imitam ao mesmo apóstolo.

E sem dúvida se sente Deus do pouco que dêle fiamos, e toma (1), como caso de honra, o muito que fazemos de alguns meios humanos, como se foram agravos da sua providência e bondade, a qual permite muitas vezes que os sucessos não respondam às esperanças, para que acabemos de entender em quem as havemos pôr nesta vida. (2)

Outros jesuítas tinham precedido no Maranhão aos actuais missionários, achando-se todavia a missão abandonada, desde que, em 1649, tinham morrido às mãos dos índios três religiosos que nela trabalhavam. Os bens, que já tinham adquirido os padres, dispersaram-se, entre êsses o engenho de Itapicuru de que o Capitão-mor António Moniz Barreiros lhes havia legado o usufruto, e que, para solver dívidas do espólio, fôra arrematado em praça.

Como êste engenho, depois de nós, pertencia a um filho do testador, que êle nos deixara encomendado todo ao nosso cuidado, e era receio que estivessem às cousas do engenho em estado que fôssemos obrigados, em consciência, ou a continuar demandas ou tornar a entrar nêle; mas ainda que a venda se pudera desfazer, por ter muitas nulidades, quis Deus que houvesse aqui uma sentença da Casa da Suplicação, duas vezes confirmada, pela qual o engenho e os rendimentos, e as mesmas terras dêle estão julgadas a um terceiro, que tinha mais antiga doação; com

(1) «E que toma» no texto impresso.

(2) Moraes, Liv. IV, Cap. VI.

que assim o órfão como nós ficamos excluídos da herança. Está esta sentença com embargos à execução, com que se poderá dilatar algum tempo; mas como por ela, e muito mais por seus fundamentos, que são muito sólidos, ficamos seguros na consciência, depois de aconselhados, quanto ao fôro exterior, com quem nos podia dar conselho, julgámos que o que convinha à nossa quietação e devoção era o retirarmo-nos totalmente desta demanda, e pedirmos, como o pedimos, para o órfão, novos curadores que melhor pudessem tratar da sua justiça quando tivesse alguma, visto faltarem todos os padres que tinham notícia desta causa, e com sua morte haverem-se perdido todos os documentos, de que para benefício da mesma justiça nos podíamos valer; e sôbretudo que nós vínhamos só a tratar da conversão da gentildade e salvação das almas, e que era contra o intento da nossa missão e instituto divertirmo-nos a estas temporalidades.

Foi esta nossa resolução recebida, não só com edificação mas com grande admiração de toda a terra, e com ela desmentimos os pensamentos dos que esperavam que fizéssemos grandes demandas, e já ameaçavam connosco aos compradores do engenho. (1)

Dos outros móveis da casa, que eram poucos (2), também tivemos notícia que nos tomaram alguma parte, e houve parecer que se tirasse carta de excomunhão; mas além de ser por esta via mais o estrondo que o preceito, julgou-se por melhor que a restituição se deixasse à cons-

(1) Moraes, Liv. III, Cap. IX.

(2) «Do Maranhão, como de lá nos avisam, também temos ainda alguns escravos e criação de vacas». Carta ao Provincial, 14 de Novembro de 1652. Supra, pág. 279.

ciência de cada um: porque não era razão nem ainda decência que, por interêsses de tão pouca consideração, acrescentassem laços às almas os que vinham só com o intento de as salvar.

Assim o fizemos, e assim esperamos que V. Rev.^a o haja por bem, e aprove a nossa intenção, a qual foi principalmente de que se introduza a Companhia nesta missão, evitando quanto possível aquelas duas pedras de escândalo, pôsto que mal fundado, em que sempre toparam nesta Província os nossos émulos, que são índios e fazendas.

Estas duas cousas trazemos mais que tudo diante dos olhos, para que acabem êstes homens de conhecer, e se persuadir, que não viemos cá buscar fazendas nem índios, e que dêles e dos portuguezes não pretendemos mais que as suas almas.

Com estas demonstrações de desinterêsse começámos aqui, e com as mesmas se procede no Pará; e ainda que sejam princípios de termos Companhia menos rica, não o serão de termos menos companhia. Sirva-se Nosso Senhor de que em tudo nos conformemos sempre com o que fôr de sua maior vontade e glória. (1)

Da Baía tinham vindo, mandados pelo Provincial mais cinco religiosos. Vieira reparte os trabalhos da missão, entre todos, e menciona os seus.

Resolvemos, com o parecer dos padres, que até à partida dos navios para o Reino, dêste ano de 53, ficasse eu na cidade, cuidando no catecismo dos índios, e examinando os baptismos, por estarem muitos inválidos, para o que fui seguindo o rol do pároco, por não ficar algum de fora.

(1) Moraes, Liv. III, Cap. IX.

Nisto se fez um grande serviço a Deus, particularmente nos índios, porque a dificuldade espiritual extrêma, em que vive esta miserável gente, dificultosamente se pode conceber. Muitos dêles estão ainda pagãos, e assim vivem e morrem nas casas dos portuguezes, e, quando os repreendemos desta impiedade, escusam-se com dizerem que não tinham padres da Companhia que os baptizassem (como se só êstes o pudessem fazer: oh! Deus, e que miséria! mas oh! glória da Companhia!). Muitos achei baptizados, que verdadeiramente o não eram, porque lhes deram o baptismo sem nenhuma instrução, nem fazerem conceito do que recebiam. Dos mistérios da fé raros eram os que sabiam alguma cousa, ou raríssimos os que sabiam o que era necessário para se salvarem. Achei velhos de sessenta e mais anos que nunca se confessaram, e os que o fizeram algumas vezes, perguntados quando, respondiam que com o Padre Luís Figueira (1) que, por boas contas, havia mais de dezassete anos tinha saído desta cidade.

Desterrei o abuso geral, muito introduzido, de não dar a comunhão aos índios nem na hora da morte, o qual estava aqui estabelecido como lei, e quasi o mesmo se praticava com o uso do sacramento da extrêma-unção. Os índios menos mal instruídos eram os que assistiam nas aldeias, que antes tinham sido frequentadas dos nossos padres antigos; ainda que também nelas estava quasi perdido o uso dos sacramentos, por falta de quem lhos administrasse. De sorte que achei a maior parte dos índios,

(1) Missionário jesuíta, vindo pela primeira vez ao Maranhão em 1622. Em 1637 foi a Madrid grangear recursos, com que desse maior desenvolvimento à missão. Na volta, pereceu com mais doze companheiros, sacrificados pelos selvagens da ilha de Marajó, aonde foram dar em jangada, por ocasião de naufragar a nau que os transportava, nos baixos à entrada do rio do Pará.

que vivem entre os portuguezes, como se então acabaram de descer do sertão, e com alguns vícios demais, que se lhes pegaram dos mesmos portuguezes. (1)

Os missionários esforçam-se por fazer melhorar de vida e costumes os habitantes da terra, desviados da sã moral, e usam para êsse fim assiduamente o púlpito.

Em todos êstes sermões se prégava a Cristo crucificado, acomodando os discursos à cura das maiores chagas: e, como os corações dos ouvintes já estavam tocados da divina graça, antes de passada meia quaresma se viam outros os homens do que quando nela tinham entrado, que nem nós os conhecíamos nem êles a si mesmos. Só a nós, diziam, nos conheciam; mas até nisso se enganavam muito, porque os bens e louvores, que diziam da Companhia, eram tanto sôbre o que mereciam êstes indignos filhos dela, que não menos excediam os limites da verdade, no bom conceito que tinham de nós, do que antes no mau que tiveram (2). Com grande confusão minha o digo; mas ninguém sabia outro nome naqueles dias a êstes padres senão os santos, os arcanjos.

Dizer as inimizades que se compuseram, as restituições que se fizeram, as pessoas que se tiraram de mau estado, as consciências que com êrros e embaraços de muitos anos se encaminharam, fôra cousa infinita e ainda arriscada, porque semelhantes efeitos da divina graça, ainda que publicados sejam de grande glória de Deus, é mais seguro passá-los do sigilo ao silêncio que à narração: só digo em suma que, correndo na quaresma quási toda a gente por-

(1) Moraes, Liv. V, Cap. I.

(2) Quando quiseram expulsar os missionários.

tuguesa a esta cidade, houve muito poucos que ou se não confessassem geralmente de toda a vida, ou não dessem balanço à alma, e se não tirassem de todo o escrúpulo que nela podiam ter.

Ajudou muito a tudo o Padre Manuel de Lima, pôsto que mais apertado então da sua enfermidade do que agora passa, e ajudavam muito os poderes do Santo Ofício e de Comissário da Bula da Cruzada que trouxe, com que, assim enfêrmo, remediou e curou a muitas almas. Emfim, os serviços de Deus nesta parte foram tão continuados que, não bastando o dia, eram necessárias no confissionário as horas da noite; e confessor houve nesta casa, a quem couberam, só na quaresma, cento e vinte três confissões. As prègações da Semana Santa, desde dia de Ramos até o da Ressurreição, as fizemos todas na Matriz, por ser igreja mais capaz; e o Vigário geral e mais clérigos, por serem poucos, nos vieram ajudar a beneficiar os officios na nossa igreja, onde se fizeram com a melhor música da terra e muito concêrto. Com o mesmo fizemos um sepulcro que, para parecer bem entre a curiosidade dos que aqui se fazem, foi necessário ser tão bem traçado e alumiado que pudesse ter lugar em toda a parte; e com haver outros de maior architectura, mais custosos, até em o julgar por melhor de todos mostrou esta gente o amor que tem a todas nossas cousas; e como a todas estas é necessário acudir, não só pelo culto divino senão ainda pelo crédito que nêle tem a Companhia, julgue agora V. Rev.^a quão bem empregada será, na pobreza destas casas e igrejas, a esmola que dessa Província lhe fizerem os colégios, como fazem a tantos pobres.

Seguindo o fervor da gente, e desejando que todos fizessem algum serviço geral e público à Virgem Senhora Nossa, cuja invocação é a desta igreja, prèguei em dia da

Anunciação, e publiquei para que daquela tarde em diante se rezasse o Têrço do Rosário a coros, como se usa em S. Domingos de Lisboa e em outras muitas igrejas da mesma cidade. Vêm por obrigação todos os estudantes e meninos da nossa escola; seguem a êstes muitos soldados e gente de todos os estados; e está tão introduzida e aceita a devoção, que se enche ordinariamente a igreja de muitos que concorrem a ela. Faz-se êste exercício ao pôr do sol, por ser a hora mais cómoda; põe-se a imagem da Virgem Senhora sôbre a ara, no altar-mor, com velas acesas; assiste um padre que encomenda o Têrço pelo método da nossa cartilha. Começam a entoar dois meninos de melhores vozes, e segue toda a igreja alternadamente, com grande piedade e devoção. Dura tudo de três quartos para uma hora, a qual todos dão por bem empregada, acabando com ela aquele dia e começando a noite em louvores a Deus e sua Mãe Santíssima. Nos sábados há maior detença, porque se prega do púlpito um exemplo do Rosário por espaço de meia hora, ao qual é tanto o concurso que, não cabendo na igreja a muita gente, fica da parte de fora; e aos que ouvem se recomenda contem depois o exemplo aos mais, com que a devoção da Virgem Senhora vai em tanto aumento, que não só rezam nesta forma os que vêm à nossa igreja, mas muitos, que não podem vir fazem o mesmo, em suas casas com a sua família.

Não faltará por ventura a quem, êste modo de devoção com canto público, pareça cousa menos própria da Companhia; mas a V. Rev.^a, que esteve em Roma e viu semelhantes devoções, que nas sextas feiras e sábados se fazem na nossa casa professa, certo estou que não há-de parecer cousa estranha do nosso Instituto, antes muito própria dêle, pois é trazer almas a Deus por todas as

maneiras, e por uma tão segura e aprovada como a devoção da Virgem, a maior de suas devoções. E para que o fruto não fique só nos portugueses, além das doutrinas ordinárias, que se fazem aos índios nos dias santos na nossa igreja, publiquei no sermão da segunda domingo da quaresma outra doutrina mais geral, a qual se havia fazer todos os domingos à tarde na mesma Matriz, por ser igreja de maior capacidade, encomendando a todos mandassem a ela seus índios e índias, como logo se começou a fazer, e se continua com grande proveito espiritual e edificação.

Sáimos da nossa igreja à uma hora. Levamos adiante um grande pendão branco com a imagem do santo Padre Inácio, que leva algum índio principal das aldeias, se o há na cidade, ou se não outro de respeito. Vão os nossos estudantes cantando a ladainha. Damos volta pelas ruas principais, levando os índios adiante e as índias atrás, pedindo aos portugueses que estão pelas portas e janelas que os mandem, e, se é necessário, compelindo os que ficam; e desta maneira, com uma muito comprida procissão chegamos à Matriz, e ali, postos os índios de um lado da igreja e as índias do outro, lhes faz o padre a doutrina, ensinando-lhes primeiro as orações do catecismo, e depois declarando-lhes os mistérios da fé, perguntando e premiando os que melhor respondem. E porque esta gente pela maior parte está muito inculta, e os que sabem alguma cousa são as orações em português, que êles não entendem; não sendo capazes de catecismo tão dilatado e miúdo como é o geral, que anda impresso, tomámos dêle as cousas mais substanciais, e fizemos outro catecismo recopilado, em que, por muito breve e claro estilo, estão dispostos os mistérios necessários à salvação, e êste é o que se ensina. Os índios o percebem de tal maneira, por

sua brevidade e clareza, que não havendo índio, na primeira doutrina, que respondesse a alguma pergunta que se lhe fazia, à terceira doutrina houve (1) muitos, e alguns meninos que responderam a muitas. Serviu isto de confusão e repreensão a muitos portugueses, que se acharam presentes, os quais se desculpavam com a incapacidade dos seus índios, sendo que, pela maior parte, são muito capazes e só lhes falta a cultura.

Além dêste catecismo breve fizemos outro brevíssimo, para, nos casos de maior necessidade se poder baptizar um gentio, e ajudar a morrer um baptizado, dos quais se tem pedido cópias para os lugares onde não estamos, e se começam a fazer algumas; mas, porque é quasi impossível escreverem-se os muitos (2) que são necessários, na primeira monção determinámos de os mandar imprimir em grande quantidade, para que se possam repartir por todos os moradores, e cada um ensinar aos seus índios e instruí-los, em falta de sacerdote, para o baptismo e para a morte.

Aos padres do Pará se mandou já uma cópia dos catecismos, porque a não puderam levar quando foram, e, como são ainda pouco práticos na língua, servir-lhes-ão muito para as doutrinas, que sem embargo disso também fazem.

As de aqui, pela quaresma, acabavam na Matriz, porque na nossa igreja se prégavam às tardes, mas agora, acabadas elas, íamos (3) com a mesma procissão até à nossa igreja, onde já os portugueses estão esperando pela

(1) Assim na *Corografia Histórica*; «houveram» em Morais.

(2) Em *Corogr. Hist.* «as muitas», e a mesma concordância nas orações seguintes.

(3) Talvez «imos» ou «vamos» no original. Na *Corogr. Hist.* «iremos».

sua doutrina, a qual lhes faço por espaço de outra hora, havendo muitos que assistem a ambas, e nisto gastam toda a tarde.

Também assistem a ambas os estudantes e meninos da nossa escola, que já passam de setenta, e o fazem com gosto e sujeição, que é cousa que nos admira naquela idade; e geralmente é tal a índole dêstes moços que, cada dia, nos confirmamos mais nas esperanças de havermos de ter dêles alguns, que recebidos na Companhia nos sirvam muito bem, e principalmente porque quási todos sabem a língua da terra.

Além dêste catecismo comum, há muitos índios que hão mister de ser instruídos com mais particularidade e vagar, e como se não pode acudir juntamente a todos, acode-se em primeiro lugar aos enfermos. Dêstes foram alguns tão venturosos que, sendo tapuias pagãos, acabando de receber o baptismo morreram logo, com evidentes sinais de sua predestinação. Tal também julgamos a de um herege inglês que, ficando aqui prisioneiro do tempo em que os holandeses tomaram esta cidade, agora se reduziu, e conciliou com a Igreja Romana.

Aos presos da cadeia visitamos, e, como os ministros de El-rei têm todos muito respeito à Companhia, temos ajudado bem a alguns em seus trabalhos.

Ao hospital não vamos, porque o não há nesta terra; mas, estranhando-se isto em um sermão, logo trataram os irmãos da Misericórdia que o houvesse, se ofereceram boas esmolas e se dispõe a obra, que será um grande remédio, principalmente para os soldados, que não têm outro, e pela muita gente derrotada que aqui vem ter.

Na portaria não damos a esmola ordinária, porque não há nesta cidade pobres que peçam de porta em porta. Para socorrermos no que pudéssemos as pobrezas ocultas,

e lhes buscarmos algumas esmolas, pedimos ao pároco nos desse uma lista das pessoas necessitadas, mas não teve efeito esta diligência, porque mais fácil é padecerem a pobreza que confessá-la. Contudo, nos confessionários, à volta de outras fraquezas se manifestam também estas, e por esta via socorremos algumas necessidades, em que tanto se acudiu aos corpos como às almas.

Com as cousas da botica, se trouxéramos muito, se poderia exercer bem a caridade, porque é a terra muito falta de medicamentos, como de médicos, que não há; mas do pouco que trouxemos se dá tudo com boa vontade, esperando que, pelo darmos pelo amor de Deus, nos dará Êle o não os havermos mister (1).

A pontualidade e liberalidade com que a divina providência nos paga de contado estas poucas esmolas, e nos dá a ração de servos da sua casa, é cousa que temos notado muito. Não corre nesta terra dinheiro, e as vendas se fazem por comutações, como na primeira idade do mundo; não há praça pública ou casas particulares, em que as cousas necessárias para a vida estejam expostas, com que vem a ser forçoso terem-nas todos de sua lavra, como verdadeiramente as têm: e, como o tempo de nossa chegada é ainda tão pouco, que não basta para termos feito esta prevenção, são muitas as ocasiões que tivemos de experimentar como a providência divina, sem diligência alguma nossa, nos acode em todas, provendo-nos nos

(1) Morais, *Hist. da Comp. de Jesus* cit., Liv. IV, Cap. III. « Assim continua e logo acaba o Padre Vieira a sua carta », ajunta neste ponto o autor, pelo que se pode julgar pertence o trecho à parte final, pôsto que assim não seja na ordem das transcrições. Também o passo imediato, transcrito da *Vida* pelo Padre André de Barros, parece pertencer aqui.

mesmos tempos e das mesmas cousas de que tínhamos necessidade, como se a mesma necessidade avisara ao piedosíssimo Senhor, e Êle como procurador desta casa tivera tomado por sua o provê-la de tudo. Foi isto tão pontualmente, e por tantas vezes, que houve um padre que, para saber o que nos haviam de mandar naquele dia, ia informar-se do dispenseiro; e como se a liberalidade de Deus assistira com a confirmação, assim sucedia.

Sucedeu um dia de quaresma que não houve peixe em casa, e, no mesmo dia, teve curiosidade o Vigário geral de saber do nosso cozinheiro que tinham os padres para comer, e como lhe respondeu que uns legumes, proveu-nos logo com muita liberalidade. Entendeu-se na cidade que padecíamos falta, e foram tantas as esmolos, com que nos proveram de tudo, que daquela vez ficou mantimento à casa para muitos meses, sendo perto de quarenta bôcas as que nela ordinariamente se sustentam por causa das obras, e em ocasiões muitas mais. (1)

O fragmento seguinte parece pertencer à parte referente à missão do Pará, omitida nas transcrições de Moraes.

Na ilha do Sol, onde mataram o Padre Luís Figueira, o têm os índios retratado com um menino pela mão, e um Cristo crucificado na outra, que parece ser a forma em que o acharam na praia, onde sabemos haverem chegado os padres vivos. Está esta ilha do Sol na entrada do rio

(1) *Vida do Padre António Vieira* cit., Liv. V. Seguiria a este trecho a parte, que falta, onde o missionário dá conta dos preparativos para a jornada aos índios Barbados, com que finalizava a relação. Veja-se a carta LXVI adiante.

das Amazonas da banda de Leste, ou Grão-Pará que é o mesmo; e assim como o santo Xavier, morrendo na de Sanchão, abriu as portas à China, esperamos que o sangue inocente de tantos padres, tão gloriosamente derramado, ou pela fé ou pela caridade, seja o que desta vez nos deixe também abertas as dêste novo mar e dêste novo mundo. (1)

Maranhão, 22 de Maio de 1653.

António Vieira.

CARTA LXV

Ao Padre Provincial do Brasil (2)

1654

Muito Reverendo Padre Provincial Francisco Gonçalves. P. C. — Aos 5 de Outubro de 1653 cheguei a esta capitania do Pará, e depois da boa vinda me convidou o Capitão-mor Inácio do Rego Barreto, para uma missão do rio Tocantins, aonde êle e já outros antes dêle tinham mandado alguns índios principais das nossas aldeias, a persuadir outros do sertão a praticá-los, como cá dizem, para que quisessem descer e viver entre nós. Aceitei o oferecimento, pela grande fama que em todo êste Estado há do rio Tocantins, assim na multidão da gente quási toda língua geral, como em outras muitas comodidades

(1) Moraes, Liv. III, Cap. V.

(2) Na *Hist. da Comp. de Jesus* cit., por Moraes, Liv. VI, Cap. II e III, e também na *Corogr. Hist.*, t. 3.º. Incompleta.

para uma gloriosa missão. E pôsto que o intento, com que saímos do Maranhão, foi a passar logo ao Gurupá, e entrar pelo Rio das Amazonas, a todos nos pareceu que, tendo esta entrada os fundamentos que a forma do Governador prometia, a não largássemos; porque dela, se Deus nos favorecia, podíamos lançar os mais firmes alicerces de nossos intentos, que são fazer grande número de cristãos da nossa doutrina, e independentes de todo outro govêrno, para com êles penetrarmos os sertões, e levarmos a Cristo por toda esta imensidade de terras e mares, o que sem êste primeiro fundamento será impossível.

Em 23 de Novembro chegou um dos embaixadores com um Principal e um seu filho, e alguns outros índios do sertão, com novas de que nove aldeias estavam abaladas, e já à beira do rio para descer, e que no sertão ficavam outras quatro, as quais não queriam vir nem deixar suas terras. Passaram estes índios novos por uma capitania dêste Estado, cujo Capitão-mor os acompanhou com uma carta, em que aconselhava ao Governador que àquelas quatro aldeias rebeldes se lhes fôsse logo dar guerra, por que além do serviço que nisso se fazia a S. M., seria com grande utilidade do povo, que por esta via teria escravos, com que se servir. De maneira que, ao não quererem deixar suas terras uns homens que não são nossos vassallos, se chama por cá rebelião, e êste crime se avalia por digno de ser castigado com guerra e cativeiros. Para que se veja a justiça, com que neste país se resolvem semelhantes empresas, e com serem as cousas tão justificadas como isto, houve logo um prelado de certa Religião, que sem lhe pedirem conselho o deu ao Governador, e ao Vigário geral, para que a dita guerra se fizesse. No mesmo dia em que chegaram os índios novos, os mandou o Capitão-mor que nos viessem ver. Nós os festejámos e brin-

dámos; e pôsto que estranharam a aguardente, que é o vinho da cana, que cá se usa, êles nos prometeram com muita graça que se iriam acostumando, e nós o cremos.

O Governador despachou logo ordens a todas as aldeias, para que aprestassem as mais cousas e mantimentos que fôsse possível, e que até 10 de Dezembro estivessem juntas no pôrto da cidade, porque até dia de Santa Luzia determinava que partissem, como com efeito se fez. Eu avisei também aos Padres Francisco Veloso e Manuel de Sousa, que andavam nas aldeias de baixo, se fizessem prestes, e viessem nas canoas daquelas aldeias; e porque o Padre António Ribeiro andava doutrinando as do Camutá, que é na boca do rio Tocantins, e tinha tomado larga informação da gente dêle, e me tinha escrito que desejava não só ir a esta empresa mas ficar lá entre aquelas gentildades, eu lhe escrevi que estava do mesmo parecer, em caso que achássemos as cousas como se nos referiam, e que ou viesse logo a aprestar-se com o Padre Gaspar Fragoso, seu companheiro, ou me avisasse do que lhe parecesse necessário, assim para ir como para ficar, porque lhe levaria tudõ o melhor aviado que pudesse. Com êste aviso se despediu logo uma canoa expressa, mas não tornou nem tive resposta dos padres até a minha partida.

Emquanto estas cousas se dispunham, foi o Governador descobrindo os seus intentos, que tinha nesta jornada, que eram totalmente opostos aos nossos; porque pretendia trazer os índios a si, e com pretexto de não haver mantimento reparti-los por casa dos portugueses, que era o mesmo que cativá-los e vendê-los, e da mesma sorte tinha prometido muitos a diferentes Religiões, e para connosco era ainda mais liberal nas promessas, dizendo que po-

díamos levar para a nossa aldeia de Mortigura (1), que é a que nos deu por fôrça da provisão de El-rei, todos os que quisessemos, e que também nos daria mais com que acrescentar a nossa aldeia do Maranhão, entendendo que esta melhoria, com que nos queria interessar na jornada, nos taparia os olhos para que não reparássemos nos inconvenientes dela.

Descoberto êste pensamento, desejei muito consultá-lo com todos os padres, mas não estávamos então mais que o Padre Sotomaior e eu. Encomendámo-lo a Deus e resolvemos em três cousas: primeira, que em nenhum caso aceitássemos nem um só índio para alguma das nossas aldeias, nem de aqui nem do Maranhão, porque nunca se pudesse dizer que tirávamos os índios aos outros e os tomávamos para nós; segunda, que em caso que os índios se houvessem de repartir ou de espedaçar, na forma que o Governador dizia, que não levássemos a jornada à nossa conta, porque não era bem que prometêssemos aos índios, o que se lhe não havia de guardar, e muito menos nesta primeira entrada, que era a que havia de acreditar ou desacreditar a verdade; terceira, que em qualquer caso era bem que fôssemos a esta missão, principalmente porque em semelhantes mudanças sempre morriam muitas pessoas, a cujas almas era bem que acudíssemos, e juntamente para não perdermos a posse dêste rio, que tínhamos por uma grande importância para nossos santos intentos.

Com esta resolução nos fomos ao Governador, e em presença do Vigário geral lhe dissemos sôbre ela com muita clareza tudo o que convinha. Sentiu-o êle grandemente, e bem quisera que nós desistíssemos da jornada, para mandar a ela quem êle queria, por se conformar com

(1) Presentemente a vila do Conde, na baía de Marajó.

seus intentos, mas apelando eu para as ordens de S. M., mais por medo que por vontade conveio em que os índios se poriam em quatro aldeias, em que nós os doutrinásemos e defendessemos, e para os lugares que fôsem acomodados. A isto se nomearam duas aldeias junto a esta cidade, uma vizinha à aldeia de Mortigura, e outra na bôca do rio Tocantins, pela comodidade da correspondência com os padres que ficarem no sertão; e para nestas aldeias haver prevenção de casas e mantimentos, que vêm em pouco tempo, o Governador daria índios, que se ocupassem neste trabalho, e eu nomearia um padre, que superintendesse a êle, e visitasse entretanto todas estas aldeias.

Capitulado assim sôbre esta primeira batalha, se descobriu ao outro dia a segunda, de que já tínhamos alguma notícia, e foi que os religiosos de Santo António pretendiam que esta missão fôsse comum de dois, e queriam ir a ela juntamente connosco, alegando que êles foram os primeiros que vieram ao Pará, e que El-rei os mandara também a estas missões. O Governador foi o que nos veio com esta proposta, o qual lhes tinha prometido a jornada, mas eu respondi que me parecia muito justo, e que me edificava muito o zêlo que aqueles religiosos tinham de ir às missões, e que o campo era tão largo, que podíamos todos trabalhar na seara, sem nunca se encontrarem os arados. Que esta empresa dos Tocantins havia muitos dias que estava por nossa conta, e que irmos juntos à mesma missão era cousa inaudita e impraticável: porque nem era justo que os padres de Santo António fôsem à nossa ordem, nem nós indo à sua poderíamos obrar com a liberdade que convinha; e irem diferentes cabeças seria dar ocasião a discórdias, que são as que perturbam todos os bons efeitos, e mais havendo de tratar com gente tão

suspeitosa e tão vária como os índios bárbaros, que íamos buscar; quanto mais que, entre todos os padres de Santo António, não havia um que soubesse a língua da terra, com que vinha totalmente a ser inútil a sua jornada; que depois que aprendessem a língua então poderiam fazer muitas entradas, e empregar seu zêlo nêsses sertões, e, se o quisessem desde logo fazer, que nós não lhe tapávamos os rios, antes os serviríamos e ajudaríamos quanto em nós fôsse possível.

Estas sós razões dei ao Governador, porque sabia que as havia de comunicar aos ditos religiosos; mas a maior de todas era que, indo êles connosco, haviam de trazer índios, e todos os que trouxessem os haviam de repartir consigo e com os seus devotos, que é o que El-rei não queria, e o total inconveniente que se pretende atalhar. Consta-nos tanto ser êste o intento daqueles religiosos, que tenho em meu poder o capítulo autêntico de uma carta de crença, que o seu Rev.^{mo} Custódio trouxe ao Governador, mandada pelo Capitão-mor acima dito, em que êle se oferecia a pagar os gastos dos índios, que os padres de Santo António trouxessem para o seu convento, e para o engenho dêle; mas para que nos não cansemos com mais provas, ao dia seguinte no-la trouxe o mesmo Governador, dizendo que já tinha ajustado a demanda dos padres de Santo António, e que se contentavam que fôsse a sua canoa, e lhe viesse carregada de índios. Perguntei-lhe se ia também a dos religiosos do Carmo, e a dos religiosos das Mercês; e se fôsem estas três, porque não iriam a dos moradores? Não teve que responder, e acabou-se a questão. Desta maneira ficámos desembaraçados da companhia dêstes religiosos, que pôsto que de Portugal até ao Maranhão, e do Maranhão até aqui, no-la fizeram muito santa e boa, e nos edificaram muito, sendo agora tão diferentes os

seus intentos nesta parte, nos serviriam de grande impedimento e estôrvo. Sós partiremos e sôbre nós sós cairão as murmurações e ainda as pragas de todos, que como viviam destas entradas, e dos escravos que nelas se faziam, quantos índios ganharmos para Cristo tantos imaginam que lhos roubamos a êles.

Veio emfim a véspera de Santa Luzia, e chegaram os Padres Francisco Veloso e Manuel de Sousa às quatro da tarde com catorze canoas; e por que o Governador queria que logo pela manhã partissem, e nos pareceu que não estavam aviadas as cousas para tanta pressa, fomos todos à sua casa, e lhe disse que eu não queria ser como alguns generais da nossa terra, que têm a armada em Belém e não sabem o que levam nela. Que antes de partirmos havíamos de saber o número de canoas, de índios, de farinhas, de ferramentas e de tudo o mais pertencente à jornada. Era noite, não houve por então lugar para mais que promessas, que foram largas, e ficámos em que pela manhã iríamos todos a ajustar tudo.

Fomos ao amanhecer, e achámos o Governador ocupado com o regimento que já se estava copiando. Aqui, esperando o termo, lhe pedi que antes de se copiar o queria ver, e quási não havia nêle palavra que não fôsse contra as ordens de El-rei, e contra o que tínhamos assentado. Em suma, tinha-se assentado que os índios viessem para quatro aldeias, e a disposição toda a dava ao capitão da jornada, como se nós não fomos nela, e só para o rol que se havia de fazer dos índios nos mandava que o fizéssemos.

Bem quisera êle que nós com esta ocasião abrissemos mão da empresa, e nos lançou uma prancha bem larga para que saíssemos dela; mas eu não fiz mais que puxar pela ordem de El-rei, que parece a ditou o Espirito Santo só para êste caso. Mostrei-lhe como as missões não eram

cousa que lhe estivesse encomendada a êle, senão a mim, e que o que a êle tocava era só dar-me canoas, índios e tudo o mais que eu pedisse, nem eu queria outra cousa. Disse que não entendia assim a ordem de El-rei, porque se se houvesse de entender assim, era tirar-lhe o bastão. Fiz-lhe um requerimento que me desse cumprimento a êle, e saí, tendo por certo que havia obrar mais com êle êste escrúpulo que toda outra razão; e, porque não perdêssemos a posse da jornada, mandámos logo tomar três canoas, e levar para elas as nossas rêdes e uns paneiros de farinha (1) (que assim se chamam cá), e algumas ferramentas e resgates (2) que pudémos ajuntar; porque tendo prometido o Governador que os daria, também se arrependeu desta promessa, dizendo, que êlle os daria aos índios, quando viessem.

Já estávamos para sair de casa, quando chega o Vigário geral com uma ordem nova do Governador, por escrito, em que mandava que, sem embargo do regimento que tinha dado ao capitão e cabo da expedição, se seguisse em tudo o melhor conselho e ordem do Padre António Vieira, pela confiança que fazia da sua pessoa, etc. Respondi ao Vigário geral que nós não íamos às missões por ordem do Capitão-mor, nem pelas confianças que fazia de nós, senão pelos poderes que nos dava El-rei para isso, o qual ordenava a êle, não que nos mandasse, senão que nos desse tudo o que lhe pedíssemos. Que a emenda do regimento, para vir em forma, havia de dizer que na direcção da jornada, e no tocante de trazer, ou deixar, ou pôr os

(1) De mandioca, alimento principal dos índios, e que para grande parte da população do Brasil substitue o pão.

(2) Objectos de pouco preço destinados à permuta com os selvagens.

índios em qualquer parte que quiséssemos, seguisse o capitão o que lhe dissessem os Padres, por mandar assim S. M. E persisti tanto neste empenho, porque como esta missão é a primeira, e a que há-de servir de exemplo às demais, convém muito que se não perca nada de jurisdição, e que os governadores não mandem sôbre nós na disposição dos índios; porque seria o mesmo que cativá-los, por nosso meio, com maior deformidade que até agora, e impedir-se totalmente a conversão dos gentios.

Partiu o Vigário geral com a resposta, e juntamente nós para as canoas, mas, antes de chegarmos a elas, me trouxe o mesmo outra terceira ordem na última forma que eu lhe tinha dito, e o Capitão-mor acrescentou de bôca ao cabo qué em tudo servisse e obedecesse aos Padres, muito mais que à sua pessoa; com que nos despedimos. Partimos finalmente em dia de Santa Luzia à uma hora da tarde, e pôsto que as demais canoas tomaram o caminho de dentro, que é por entre os rios, nós com as nossas três canoas (porque nos era necessário falar com o Padre Mateus Delgado que estava na aldeia de Mortigura) tomámos por fora, que é um pedaço de costa de mar. Chegámos a esta já ao sol pôsto; a distância era de três léguas, as canoas pequenas, a noite escura, os mares grossos, que quebravam nos baixos de pedra de que tudo está cheio; mas levou-nos Deus a salvamento.

Chegámos às 10 horas da noite, e aqui achámos o Padre António Ribeiro, que ia em demanda da cidade, conforme o aviso que recebera, e no mesmo dia tinha chegado àquele pôrto com a canoa alagada. Pareceu que de ali voltasse logo connosco, pôsto que houvesse de ficar o Padre Gaspar Fragoso seu companheiro, o qual ficou tão maltratado do naufrágio, que por esta e outras cousas não pôde prosseguir viagem. O Padre Mateus Delgado ficou

com ordem de assistir as três aldeias, a que se tinha assentado viessem os índios do descimento, e fazer toda a diligência para levantar casas e recolher mantimentos com que começar a sustentar-se. No dia seguinte, 14 de Dezembro, partimos de Mortigura, com a maré da tarde, os Padres António Ribeiro, Francisco Veloso, Manuel de Sousa e eu, cada um em sua canoa, e começámos a navegar por um mar de água doce. Derrotou-nos a escuridade da noite, e o Padre António Ribeiro e eu a passámos amarrados às árvores de uma ilha, que nos serviram de âncoras e amarras, que estas embarcações não trazem outras. Chamámos os companheiros, mas nem êles ouviram as nossas, nem nós as suas buzinas.

Ao outro dia fomos aportar junto a um pôrto chamado Marapatá, onde também pouco depois foi o Capitão com as suas canoas. Pasmaram todos de nos acharem ali, porque segundo os grandes ventos e marés, com que tínhamos passado os rios a primeira noite da partida, todos entenderam que era impossível atravessarmos a costa de Mortigura, nem atrever-nos a tomá-la. Então nos disseram a grande temeridade que tínhamos feito; e nos contaram alguns naufrágios que ali tinham sucedido, e que aquella costa estava infamada pela mais arriscada de todos estes mares; e dos que nela se perdem, poucos escapam por causa dos baixos, e todos de pedra. O mesmo nos disseram depois todos os que souberam a hora e maré, em que tínhamos passado. Démos graças a Deus de nos ter livrado, e conhecemos que é tão particular a providência com que nos faz mimosos, que não só nos livra dos perigos, senão ainda do receio dêles; porque verdadeiramente nós passámos aquella costa, sem saber nem temer o perigo que nela havia, que se o soubéssemos, nunca tal temeridade cometeríamos; mas como detendo-nos aquella

noite era fôrça que desencontrássemos ao Padre António Ribeiro, com que a viagem ficava retardada e descomposta, quis Deus que êle se alagasse e ficasse na aldeia, e que nós chegássemos a ela, para que tudo se dispusesse como convinha, e não se perdesse momento.

Deixando o Capitão naquele lugar, porque ainda esperava por algumas canoas, nós com as nossas no mesmo dia nos partimos para a aldeia do Camutá (1), onde tínhamos que fazer. É esta aldeia a maior de todas as desta capitania, e indo eu em demanda dela, já de noite, sobreveio tão grande travessia de vento que não foi possível tomar terra. A canoa do Padre Francisco e a minha se recolheram em um rio, não muito distante, em que passámos a noite. O jejum desta e da passagem foi em todos mais que de Advento, porque a canoa do Padre Manuel de Sousa, em que vinha a pobre dispensa, sempre ficava tão longe do refeitório, que não era de proveito nem era necessário tocar à mesa. Com a manhã da terça-feira chegámos a Camutá, onde só achámos o Padre Manuel de Sousa, e o Padre António Ribeiro não aparecia. Chegou de aí a duas horas, tendo navegado toda a noite. Aqui soubémos ter chegado dois dias antes uma canoa do rio Tocantins com alguns índios novos, dos que íamos buscar, e que estavam na aldeia de Mocajuba.

Logo partimos para esta aldeia distante duas léguas, a tomar fala com êles, e não nos disseram cousa de novo, só os achámos menos contentes do que fôra bem que estivessem, porque, havendo chegado ao sábado, logo ao outro dia, por hóspedes, os mandaram carregar pindoba para fazerem uma casa para os tabacos de certa personagem. Eis aqui o agasalho que lhes fazem! eis aqui o porque os

(1) Actualmente cidade do mesmo nome.

mandam buscar ! e eis aqui o porque êles não querem vir, e porque os portuguezes, e a fé que pregam, está tão pouco acreditada nos sertões !

De Mocajuba viemos a fazer noite à casa de Baltasar Fontes de Melo, que é o Capitão-mor da capitania do Camutá, aonde tínhamos ajustado de nos ajuntar todos. Perguntei ao nosso Capitão que canoas tinha ? que gente ? que bastimentos ? etc., e respondeu-me que não sabia, porque nada lhe fôra entregue por conta, e que algumas canoas não tinham chegado ainda, por virem mal equipadas. Mostrei ao Capitão-mor do Camutá a ordem de El-rei, e pedi-lhe que nos desse alguns índios de remos : respondeu em público que os não tinha, e tirando-me à parte deu a causa de os não ter, que era estarem todos occupados com os canaviais e tabacos dos dois maiores, secular e eclesiástico. Como a razão era tão poderosa apelei para Deus, de donde só podia vir o remédio, assim como só dêle vem o castigo. Nenhum Governador, dos que até agora vieram à Maranhão, tornou para Portugal, ou logrou o que ajuntou com o sangue dêstes miseráveis, e não bastam estes exemplos para se acabarem de desenganar os que lhes sucedem.

Na quarta feira fomos alojar na aldeia última, que está na bôca do rio Tocantins, e as demais canoas, até se acabarem de ajuntar por respeito das cachoeiras, que há muitas neste rio. Nesta aldeia, como em todas as outras por onde passámos, se fez doutrina aos índios, como era costume, e afirmo a V. Rev.^a que vi em todas elas uma cousa, que muito me consolou e admirou, foi que não havendo antes de virmos, em todas estas aldeias, um só índio que soubesse as orações, nem entendesse ou desse conta do menor mistério de nossa Santa Fé, depois que os nossos padres fizeram aqui a sua missão, as deixaram de tal maneira ensinadas e instruídas, que sabem todas as orações do catecismo, e

respondem a todas as perguntas dêle, e em todas as aldeias ficam mestres, que em ausência dos Padres ensinam aos demais todos os dias, com grande pontualidade e perfeição. Tudo isto se venceu em tão pouco tempo à pura fôrça, não cessando os padres de pela manhã até à noite, já em comum já em particular, e lutando juntamente com os donos dos tabacos, que todas as horas que os padres ocupavam na doutrina tinham por perdidas, e lhes faziam tanta instância para os lançarem das aldeias, que só faltava lançarem-nos delas às punhadas. Tanto cega o interêsse, tanto sofre Deus, e tanto é bem se sofra por amor dêle.

Emfim chegaram as canoas, que com duas que vão adiante, e outras duas que hão-de ir depois, fazem todas o número de vinte. Quando o Capitão-mor tratou ao principio desta jornada, me disse por muitas vezes que haviam de ir a ela setenta canoas, e com efeito no dia antes da partida se ajuntaram perto de quarenta, não entrando em conta as que poderiam ir das aldeias do Camutá; mas como viu que se lhe impediram os intentos, divertiu parte das canoas e da gente para outros, que lhe importavam mais. Iam nestas dezaseis canoas um Capitão com oito oficiais reformados, portuguezes, duzentos índios de remo e arco, quarenta cavaleiros, e de gente de serviço até sessenta, que fazem por todos mais de trezentas pessoas. E porque não faça dúvida o nome de *cavaleiros*, é de saber que entre os índios destas partes é costume de se armarem alguns cavaleiros, e isto com grandes cerimónias a seu uso. Dêstes se chamam também cavaleiros os que, por nascimento ou por officios, são como a gente nobre, e estes nem remam, nem servem aos portuguezes, e só os acompanham na guerra, e dêles se escolhem os que hão-de mandar aos demais: e assim como esta dignidade se dá no sertão aos que fazem grandes façanhas, assim a dão cá

os Capitães-mores aos que mais se assinalam nos seus tabacos.

Com esta frota partimos pelo rio Tocantins, aproveitando-nos da enchente da maré, que só até aqui nos acompanhou, prometendo-nos muita felicidade na jornada, por ser em dia de Nossa Senhora da Expectação, a 18 de Dezembro. À meia noite fizemos *pabóca*, que é frase com que cá se chama o partir, corrompendo a palavra da terra, e nos dias seguintes passámos às praias da viração. Parecerá que se chamam assim por correr nelas vento fresco; mas a razão, porque os portuguezes lhe deram êste nome, é a que direi a V. Rev.^a. Nos meses de Outubro e Novembro saem do mar e do rio do Pará grande quantidade de tartarugas, que vêm criar nos areais de algumas ilhas, que pelo meio dêste Tocantins estão lançadas. O modo da criação é enterrarem os ovos, que cada uma põe em número de oitenta até cem, e cobertos com a mesma areia os deixam ao sol e à natureza, a qual, sem outra assistência ou beneficio da mãe, os cria em espaço pouco mais ou menos de um mês. Destas covas saem para as ondas do mar por instinto da mesma natureza, a qual também os ensina a sair de noite, e não de dia, pela guerra que lhe fazem as aves de rapina, porque toda a que antes de amanhecer não alcançou o rio a levarão nas unhas. Saem estas tartaruguinhas tamanhas como um caranguejo pequeno; mas nem esta inocência lhe perdoaram os nossos índios, comendo e fazendo matalotagem, porque são delícia, e havia infinidade delas. Os portuguezes as mandam buscar aqui, e as têm por comer regalado, e a mesma informação nos deu também o Padre Manuel de Sousa, o qual está já tão grande práctico que, sendo todos os outros, que aqui viémos, mazombos, êle é o que menos estranha esta diferença de manjar.

A estas mesmas praias vem, no seu tempo, quasi todo o Pará a fazer a pesca das tartarugas, que cada uma ordinariamente pesa mais de uma arroba, e assim as têm em currais ou viveiros, onde entra a maré, e as sustentam sem lhe darem de comer, salvo algumas fôlhas de aninga, arbusto que nasce pela borda dos rios, sustentando-se delas quatro e seis meses. A carne é como a de carneiro, e se fazem dela os mesmos guisados, que mais parecem de carne que pescado. Os ovos são como os de galinha na côr, e quasi no sabor, a casca mais branca e de figura diferente, porque são redondos, e dêles bem machucados se fazem em tachos as belas manteigas do Pará; e o modo com que se faz esta pesca requiere mais notícia que industria, pela muita cautela e pouca resistência das tartarugas. Quando vêm a desembarcar nestas praias trazem diante duas, como sentinelas, que vêm a espiar com muita pausa; logo depois destas, com bom espaço, vêm oito ou dez, como descobridores do campo, e depois delas, em maior distância, vem todo o exército das tartarugas, que consta de muitos milhares. Se as primeiras e as segundas sentem algum rumor voltam para trás, e com elas as demais, e todas se somem em um momento: por isso os que vêm à pesca se escondem todos atrás dos matos, e esperam de emboscada com grande quietação e silêncio.

Sáem pois as duas primeiras espias, passeiam de alto a baixo toda a praia, e como estas acham o campo livre, saem também as da vanguarda, e fazem muito devagar a mesma vigia, e como dão a campanha por segura entram à água e voltam, e depois dela sai toda a multidão do exército com os escudos às costas, e começam a cobrir as praias e correr em grande tropel para o mais alto delas. Aplica-se cada uma a fazer sua cova, e quando já não saem mais, e estão entretidas umas no trabalho, outras já

na dor daquela ocupação, rebentam então os pescadores da emboscada, tomam a parte da praia, e remetendo as tartarugas não fazem mais que ir virando e deixando, porque em estando viradas de costas não se podem mais bulir, e por isso estas praias e estas tartarugas se chamam de viração.

Há diferença de outros modos de pescaria, com que se toma ou uma ou outra espécie delas: porque afora estas tartarugas do mar, que são inferiores, a que os índios chamam de viração, e de ordinário magras, há outras criadas em lagos, e mortas com arpões nas pontas das flechas, e estas são as mais singulares(1); como também outra espécie, que sempre vive em terra, que em as Índias de Castela se chamam icotéas, e aqui jabotis, que é sustento muito geral em todas estas partes, e foram os que nesta jornada nos mataram muitas vezes a fome. Nascem estes jabotis e vivem sempre na terra, sem nunca entrarem no mar nem nos rios, e contudo estão julgados por peixe, e como tais se comem nos dias em que se proibe a carne, por se ter averiguado que têm o sangue frio(2). Sustentam-se muitos dias e muitos sem outro mantimento que o dos próprios fígados, que são grandes e muito saborosos, e nos dias em que estes se consomem morrem também êles. São comer muito sadio, não só para os sãos mas também para os enfermos: e verdadeiramente quem os comer sem memória do que parecem, não só podem servir para a necessidade, senão para o gosto.

(1) Ambos os modos usam ainda agora não só os índios, mas também os habitantes civilizados da região amazónica.

(2) Sobre isto houve controvérsia, nos primeiros tempos, entre os jesuítas, que defendiam a opinião acima, e os missionários franciscanos do Pará, que optavam pela contrária.

Na manhã do outro dia, que foi o de S. Tomé, nos receberam os matos com alvorada de passarinhos, cousa nova e que até aqui não experimentámos, antes tínhamos notado quasi não haver pássaros do mato no Pará, havendo infinitas aves marítimas, e de muito alegres côres, em todos seus rios. A razão natural desta diferença nos pareceu ser não só a do sítio, senão a do clima, porque depois que partimos do Camutá fomos sempre inclinando para o Sul, e estes três dias últimos direitos a êle, com que nos fizemos hoje quasi em dois graus para cá da linha; e como o Pará está quasi debaixo dela, a moderação, com que aqui vem já inclinada a intemperança da equinocial, dará mais lugar à criação e conservação das aves terrestres, principalmente das menores.

Muito desejámos trazer astrolábio para notar com certeza as alturas dêste rio; mas como a êste pôrto vêm tão raros navios, e é mais rara ainda a curiosidade, não o achámos: governámos a esmo pelo sol, e êste basta, com conhecimento dos ventos, para saber a que rumo pouco mais ou menos navegamos. Ficarão as averiguações mais exactas para os que depois de nós vierem, que esperamos não seja muito depois. O argumento infalível de estarmos desviados da linha é que, nos primeiros dois dias, nos alcançaram as trovoadas, que no Pará, por estar debaixo dela, são quotidianas, e de então até hoje nunca mais ouvimos trovoar, nem vimos chuveiro; e esta pode ser também a razão de já aqui haver mais aves destas pequenas, pois mostra a experiência quanto mal faz o abalo dos trovões à criação de outras maiores antes de crescerem.

A tarde dêste mesmo dia de S. Tomé tivemos festejada com touros de água, que vimos de palanque, porque estando nós alojados em um assento sôbre o rio, à sombra de árvores, com as canoas abicadas em terra, vieram dois

crocodilos (que aqui chamam jacarés) a rondar-no-las por fora. Não provaram nêles os índios as frechas, porque já sabem que as conchas de que estão armados são impetráveis a elas, sendo que as frechas de cana, a que chamam tacoáras, não há saia de malha tão forte, nem tão dobrada, que lhes resista, e, se são tiradas de boa mão, passam uma porta de madeira rija de parte a parte. Os nossos soldados porém empregaram nêles as suas espingardas, mas com o mais acertado efeito que se pudera imaginar, porque a um meteram três balas na cabeça; e pôsto que a cada tiro mostravam sentir o golpe, saltando e mergulhando abaixo, tornavam logo a sair acima, e a nadar como antes, tão alheios de fugir, nem temer, que antes buscavam o lugar de onde sentiam que viera a ferida. Com a quarta bala finalmente mergulhou, e não apareceu mais, com que entendemos que morto se fôra ao fundo. Seriam estes crocodilos de catorze palmos de comprimento, e não eram dos maiores que há nestes rios. Têm a boca muito rasgada e disforme, e os dentes tão fortes, agudos e juntos, que o braço ou perna que alcançaram de um bocado a cortam cerce, e o mesmo fazem aos remos se andam assanhados. Uma cousa nos afirmam aqui pessoas práticas (sôbre o que suspendo o meu assenso) e é que estes crocodilos, que se criam de ovos como as aves e tartarugas, o modo com que os chocam é pelos olhos. Fazem o ninho à borda da água, e às vezes em parte onde a água lhes chega e os cobre, e logo o crocodilo está desde o rio com os olhos fitos nos ovos, e perseveram assim os dias necessários, sem se divertirem mais que por breve tempo a comer, como as aves. Desta maneira os fomentam com a vista, e lhes comunicam aquele calor vital com que os animam. Padece isto as mesmas dificuldades da vibora conceber pelos ouvidos, e de o basilisco matar com os olhos.

O dia depois de S. Tomé gastámos em espalmar e calafetar as canoas, e acabar de prevenir cordas, para passar as cachoeiras em que de aqui por diante havemos de entrar. E não cause estranheza o calafetar das canoas, porque pôsto que aqui se fazem de um só pau, como no Brasil, são porém abertas pela proa e pela pôpa, e acrescentadas pela borda com falcas, para ficarem mais altas e possantes; e assim as costuras destas, como os escudos ou rodela com que se fecham a proa e pôpa, necessitam de calafeto. Os armazens, de que se tiram todos estes aprestos, são os que a natureza tem prontos, em qualquer parte dêste rio aonde se aporta (o mesmo é nos mais), que é cousa verdadeiramente digna de dar graças à providência do Divino Criador, porque indo nesta jornada trezentas pessoas (é o mesmo como se foram três mil) em embarcações calafetadas, breadas, toldadas, velejadas e não providas de bastimentos mais que uma pouca de farinha, em qualquer parte que chegamos achamos prevenido de tudo a pouco trabalho. A estopa se faz de cascas de árvores, sem mais indústria que despi-las. Destas mesmas, ou outras semelhantes, fazem os índios as cordas muito fortes e bem torcidas e cochadas, sem rodas, carretilhas, nem outro algum artificio. Os toldos se fazem de vimes, que cá chamam timbòstíticas e certas folhas largas a que chamam ubi, tão tecidos e tapados que não há nenhuns que melhor reparem do sol, nem defendam da chuva por mais grossa e continuada, e são tão leves que pouco pêso fazem à embarcação. O breu sai da resina das árvores, de que há grande quantidade nestas partes, e se breiam com êle não só as canoas, senão os navios de alto bordo, quando querenam, tão bem como o nosso, senão que êste é mais cheiroso. As velas, se as não há ou rompem as de algodão, não se tecem mas lavram-se com grande facilidade, porque são feitas de um pau leve e

delgado, que com o benefício de um cordel se serra de alto abaixo, e se dividem em tabuinhas de dois dedos de largo; e com o mesmo de que fazem as cordas, que chamam embira, amarram e vão tecendo as tiras como quem tece uma esteira, e êste pau de que elas se formam se chama jupati, e estas velas, que se enrolam com a mesma facilidade que uma esteira, tomam tanto e mais vento que o mesmo pano.

É um louvar a Deus. Tudo isto se arma e sustenta sem um só prego, o que se não vê em uma canoa para o intento, pois todo o pregar se supre com atar, e o que havia de fazer o ferro, fazem os vimes, a que também chamam cipós, muito fortes, com que as mesmas partes da canoa se atracam; e tudo quanto dela depende vai tão seguro e firme como se fôra pregado. Nos bastimentos há a mesma facilidade, porque primeiramente a aguada vai debaixo da quilha, e em qualquer parte, e em qualquer hora que se tira, é fresca e muito sadia. Em abicando as canoas à terra saem os índios, uns à caça, outros à pesca, e a pouca detenção trazem de uma e outra muitas vezes em grande abundância, e sempre o que basta para todos. No mesmo tempo (sendo inverno) se ocupam outros em fazer as casas, que se fazem todos os dias, quando se não tem por melhor passar à sombra de arvoredos, que sempre é verde, alto e tapado. As casas são ordinariamente cobertas de palma, e, quando na jornada vai tropa de portugueses, se fazem tão largas e reparadas que mais parecem para viver, que para as poucas horas para que são levantadas.

Aqui será bem que se note que os índios são os que fazem as canoas, as toldam, as calafetam, os que as velejam, os que as remam, e muitas vezes, como veremos, os que as levam às costas, e os que, cansados de remar as noites e

os dias inteiros, vão buscar o que hão de comer êles e os portugueses (que é sempre o mais e melhor); os que lhes fazem as casas, e, se se há-de marchar por terra, os que lhes levam as cargas e ainda as armas às costas. Tudo isto fazem os tristes índios, sem paga alguma mais que o chamarem-lhes cães, e outros nomes muito mais afrontosos; e o melhor galardão, que podem tirar destas jornadas os miseráveis, é acharem (o que poucas vezes acontece) um cabo que os não trate tão mal. Jornada tem havido em que, dos índios que partiram, não voltaram ametade⁽¹⁾, porque o puro trabalho e mau trato os mataram.

Em 23 de Dezembro navegámos até nos vir pôr ao pé das cachoeiras, que foi como virmos até agora pelos vales dêste rio, para de aqui em diante subir aos montes dêle. É o rio até aqui da largura de meia légua, quási sempre igual, salvo aonde algumas ilhas, que tem pelo meio, o dividem em dois canais. Estreita-se poucas vezes, mas nunca tanto que fique em menos largura que a de quarto de légua. A água para beber é excelente; vai agora um pouco turva por ser de inverno, e levar muitas águas de monte, mas os que passam o rio em verão acham a água tão clara que, em duas e três braças, vêem o fundo dêle, e escolhem o peixe que se há-de matar com a frecha. Muitas cousas nos contam da sua fertilidade, em outra conjunção de tempo, desta abundância de pescado. O que nós até agora experimentámos não se pode chamar abundância nem falta. As terras de uma e outra banda do rio não são rasas como as do Pará, mas levantadas mais em outeiros que em montes. Por uma parte e por outra tudo são arvoredos agrestes e sem fruto, pôsto que no princípio

(1) E não « a metade », como nos textos impressos.

do rio nos convidaram com uma fruta do tamanho e côr das nossas camoesas: é espécie dos gütés do Brasil, porém estes têm muito menor caroço e sem couro; chamam-lhe os índios titiribás; se o açúcar fôra menos dôce, dêle e de gemas de ovos parece se pudera imitar, na côr e no sabor, a massa de que é composta esta fruta.

Tornando ao rio, as praias pela maior parte são de areia ou picão, e nenhuma parte há em todo êle que seja de lodo. A isto atribuem os naturais, e parece com razão, não haver em todo êste rio a praga de mosquitos, que infeccionam muitos outros desta América, e os faz quási inabitáveis. A corrente até aqui é lenta, mas de maneira que a sentem os remos e distingue a vista. Do fundo não podemos dizer cousa certa, porque o não medimos, mas encalhadas as canoas com as pôpas em terra, estavam ordinariamente com as proas em três e quatro braças de água, com que entendemos que pela madre terá de doze a quinze para cima. Chama-se rio dos Tocantins, por uma nação de índios dêste nome, que quando os portugueses vieram ao Pará o habitavam: mas desta, como de muitas outras, apenas se conserva hoje a memória e muitas ruínas de uma pequena aldeia. Tanto pôde em tão poucos anos a inumanidade e a cobiça, inimigos da conservação dêste gentio.

Amanheceu o dia 24, véspera de Natal e depois do sol bem fora, por ser muito necessária a luz, começámos a acometer a primeira cachoeira, em que houve grandes dificuldades: a primeira foi uma corrente de água tão viva e furiosa que, para as canoas a vencerem, era necessário descansarem primeiro os remeiros, comerem e tomarem novos alentos. Então se punha cada canoa por si como cavalo na carreira, enfiando a água com toda a fôrça dos ventos, e não sendo o espaço, que se havia de vencer, mais

que do comprimento de duas braças, nenhuma o fez sem grande detenção e resistência. Algumas canoas houve que tornaram atrás, e não levaram a corrente senão da segunda e terceira vez; e uma, que era a maior e mais pesada, por totalmente não poder passar a deixámos até à volta. De aqui atravessámos, por entre pedras e redemoinhos de águas, a umas penhas muito altas que estão no meio do rio; e encostadas a elas se começaram a arrastar as canoas por um despenhadeiro de água, tão estreito e tão íngreme que era necessário lançarem-se primeiro cordas à parte de cima, e puxando por elas uns índios, e arrastando outros a canoa por cima das pedras, e quasi sustentando-a, desta maneira, com grande vigor e excessivo trabalho, se foram subindo todas uma e uma.

Aqui deu lugar o rio a que se remasse um bom espaço, até que demos em uma ladeira de pedra e água muito comprida, pela qual foi necessário irem subindo as canoas, como por uma escada, à pura fôrça de cordas, de braços e de gente, já fincando-se sôbre umas pedras, já encalhando-se e já virando-se em outras. Foi êste trabalho excessivo, principalmente por ser tomado no rigor do sol, e, para que fôsse de alguma maneira vencível, proveu a Divina Providência êste lugar de umas árvores não muito altas, nascidas nas mesmas penhas, as quais serviram nesta escada como de mainéis, em que os índios se firmavam para poderem tirar pelas cordas, e sustentarem-se a si e à canoa contra a fôrça da corrente. São estas árvores, por uma parte, tão fortes que basta fazer prêsa em uma pequena rama, para suster a canoa contra todo o pêso da água, e, por outra parte, tão flexíveis que, se é necessário passar a canoa por cima dos ramos, e ainda das mesmas árvores abatidas, cedem e tornam a surgir sem quebrar: como nascem nas pedras e na água, parece que das pedras

tomam o duro, e da água o flexível, e de ambas o remédio para vencer a mesma dificuldade que ambas causam. Dão uma fruta semelhante e menor que as goiabas e araçás do Brasil, de que se duvida se é espécie, mas não se come nem pode comer, porque é dura como as pedras de que nasce. Na subida dêste muro, e na passagem desta escada tão intrincada de pedras, que achámos depois dela, se gastou todo o dia, de maneira que quando chegámos a tomar pôrto era quási ar pardo.

Tínhamos determinado fazer alto neste dia mais cedo que nos outros, para gastar toda a tarde em adereçar uma capela de palma, em que celebrar com mais decência os mistérios desta sagrada noite, mas não tivemos lugar para mais que de engenhar uma pequena choupana, mal coberta com as toldas das canoas, onde armámos o nosso altar. Parece quis o benigno Senhor renovar aqui os seus desamparos, porque tudo era o mesmo que representava. Não nos achámos aqui juntos mais que os padres Francisco Veloso, Manuel de Sousa e eu, porque o Padre António Ribeiro com a sua canoa não pôde avançar tanto, e ficou em outro lugar, aonde também aportaram algumas canoas que não estavam connosco, e por esta tardança e apartamento vieram uns e outros a ter a consolação da santa missa aquella noite. O Padre António Ribeiro contentou-se só com a água sem farinha: os demais, ainda que o comê-la foi a consoada, não tiveram mais sôbre a farinha que um pouco de peixe sêco; mas Deus tempera de maneira estes regalos, que os não trocaram os que gostam dêles pelos maiores do mundo. O trabalho tão extraordinário de todo o dia parece que pedia o descanso da noite, mas toda ela se passou em vela, sôbre a terra nua da choupana, oferecendo cada um ao Menino nascido não só os desamparos de seu Belém, mas as saudades da devoção e con-

cêrto, que esta santa noite celebra nos colégios da Companhia.

À meia noite dissémos três missas, que todos ouviram; as demais se disseram às suas horas, e no dia comungáram alguns portugueses e alguns índios. Por celebridade do dia não fizemos jornada nêle. No de Santo Estêvam e S. João fomos continuando a nossa viagem sòmente a remo, que, sendo um tão pesado trabalho, em respeito do passado parecia género de descanso. As correntes aqui são muito arrebatadas, a largura do rio quási a mesma, mas menos limpa por estar todo êle embicado de pedras, que não deixam de fazer grande estôrvo à navegação. O rumo com que navegámos estes dias é inclinado cada dia mais para Leste, de sorte que, ao amanhecer, já o sol é quási pela proa. No dia dos Santos Inocentes, que foi domingo, entrámos nas segundas cachoeiras, chamadas da Taboca, as quais estão reputadas por muito mais dificultosas e medonhas que as primeiras; mas nós, por vir já o rio muito cheio com a água do monte, pois que tivemos grande trabalho e dificuldade em as vencer, não foi tanto como o passado. São mais de dez os passos em que as canoas se sobem por cordas, e se gastaram nestas fadigas dois dias inteiros; o rio aqui não é espraiado e igual, mas vai todo dividido em muitos braços, em que se despenha por entre grandes penedias e ilhéus, que tem aberto com o pêso da corrente ou correntes.

Estas correntes se encontram umas com as outras a lugares, e fazem tão fortes remoinhos, e abrem tão grandes covas no meio da água (o que chamam caldeirões), que muitas vezes as canoas se viram nelas. Emfim acabámos de passar o maior perigo à segunda feira 29 de Dezembro, e se fechou a tarde e a alegria com uma vistosa montaria de porcos monteses, que naquela conjunção iam atra-

vessando o rio para a outra banda, e deram às nossas canoas muito que festejar e comer. Ter vencido nesta viagem a Taboca é ter passado na Índia o Cabo da Boa Esperança; mas não quis Deus que lográssemos êste gôsto, sem mistura de grande pezar e perplexidade, em que no primeiro dêstes dois dias nos vimos. Pelo que víamos obrar o Capitão, muitos dias havia que suspeitávamos que o Capitão-mor lhe tinha dado outra ordem, em contrário à última com que satisfez ou se livrou dos meus requerimentos. Nêste dia pois me disse o Capitão havia de mandar duas canoas diante, a avisar da sua vinda aos índios que íamos buscar, para que o viessem receber, e êle lhes praticar e ordenar o que haviam de fazer, e por aqui muitas outras cousas, em que se fazia totalmente dono da missão.

Pareceu-me não dissimular mais, como até aqui tinha feito, por entrarmos já no ponto essencial da gentildade e sua conversão. Quis-lhe explicar a ordem de S. M. e a do Capitão-mor, e tirando-as para lhas mostrar, êle se levantou em altas vozes, tapando os olhos e os ouvidos para as não ler nem ouvir. As palavras irreverentes com que então nos tratou em particular e em comum, e os descomedimentos que disse, e quem é a pessoa que os disse, calo, porque não é isto o que sentimos, nem sentiríamos cousa alguma se nos deixassem exercitar o a que viemos: e se não nos impediram os frutos dos nossos trabalhos, em tudo o mais lhe déramos grata licença, para que nos tratasse muito pior. Depois que esteve menos colérico ou menos frígido declarou, e por todos os modos que podia nos manifestou, que ainda que o Capitão-mor nos tinha dado aquela ordem, depois dela lhe dera outra. O mesmo disse depois em particular ao Padre António Ribeiro, e um soldado chamado António Furtado, que vem com o

nome de ajudante, e deve trazer a ordem da empresa e a explicação dela, praticando na matéria com o Padre Francisco Veloso, lhe disse: «Ah! Padre, quem pudera falar!»

Afirmo a V. Rev.^a, Padre Provincial, que em toda esta viagem vim muito edificado da paciência e sofrimento dos Padres que nela vão; porque sendo os trabalhos e perigos, que todos os dias padecem, tantos e tão continuados, e as incomodidades dêste género de vida, ainda para os bárbaros que nêle se criam, tão ásperos de levar, a grandeza do coração e a alegria do rosto, com que os passam e desprezam, é admirável e muito para louvar a Deus. Mas chegados a êste ponto de se nos impedir, e por tais meios, o fim de nossos desejos e trabalhos, sem nos valerem leis de Deus nem ordens do rei, confesso a V. Rev.^a que a todos nós faltava a paciência e quási o ânimo; e se não nos alentáramos com os exemplos das contradições, que padeceram os apóstolos e o mesmo Cristo, pôsto que as padeceram de gentios e idólatras, e não de cristãos como nós, estaríamos perto de entender que ainda não é chegado o tempo de se segar êste pão.

Algumas horas passámos nêste dia, cada um calado para seu cabo, como anojados. Assim nos resolvemos a encomendar o negócio a Deus, e não resolver nada nêle, até chegar e ver, e de aí (se fôr conveniente) ir adiante um de nós a desfazer estes enganos, ou ao menos até tirar a máscara, para que não tenha a obediência alguma escusa, ou aparência dela, diante de S. M. Mas no outro dia, 3o de Dezembro, depois de ter tomado pôrto, nos alvoroçou e alegrou a todos a vista de uma canoa que vinha rio abaixo, e foi a primeira embarcação e as primeiras pessoas que encontrámos em todo êste rio, tendo já navegado por êle a nossa canoa mais de cento e trinta léguas. Os que

vinham na canoa foram logo levados ao Capitão, o qual os recebeu, e despachou a canoa para baixo no mesmo dia, sem no-lo fazer saber, nem de nós se fazer nenhum caso. Vinha nesta canoa um índio principal, da aldeia dos Tocantins de que acima fizemos menção, o qual em outra canoa trazia suas mulheres, que eram sete ou oito, e êle cristão dos que até agora se usavam por cá; e porque tinha já notícia que nesta tropa vinham os pais Abunas (*hoc est* padres de vestido preto), que assim nos chamam, deixou a canoa das mulheres metida no mato, temeroso de que lhas tirássemos, como se vai fazendo a todos.

Êste índio é um dos que, há muito tempo, foi mandado a praticar ou persuadir os que nós agora íamos buscar, e levava à cidade uma alegre embaixada, que é novas causas de se vir fazer guerra às quatro aldeias desta mesma nação, que como dissemos, não querem descer com os demais. As causas são todas falsas, como já temos averiguado, e, quando foram verdadeiras, não se podem chamar justas causas. A principal que alegam é que, os anos passados, morreu nesta aldeia uma índia, mulher de um dos nossos sujeitos, e que os das outras quatro aldeias lhe vieram desenterrar os ossos, e lhe levaram a caveira para as suas terras, e lá lha quebraram como costumam fazer às dos inimigos. Esta vingança, tão ridícula e tão bárbara, quere agora o índio que leva a embaixada, e quere também os portugueses, e portugueses religiosos, que se venha vingar com outra mais bárbara.

Em companhia dêste índio vieram seis da nação a que íamos buscar, filhos e sobrinhos dos Principais, com os quais, e com os dois que vieram desde o Pará, não temos perdido tempo, declarando-lhes a tenção de S. M. e a nossa, em que parece que vão bem instruídos, e nos têm prometido que não hão de admitir senão o estar juntos e

ser filhos dos Padres e vassallos de El-rei. Pasmeei de ver quão familiar é este nome de rei, e quão continuamente o trazem na boca; e querendo eu saber que conceito faziam da palavra, e o que cuidavam que era rei, responderam: *Jará omanó eyma*, que querem dizer: senhor que não morre. Explicámos-lhes que imortal era só Deus, mas por este alto conceito, que fazem estes gentios do nosso rei, mereciam ao menos que, em prémio da immortalidade que lhe attribuem, os defendêsem eficazmente de tantas violências (1).

CARTA LXVI

Ao Padre Provincial do Brasil (2)

1654

Padre Provincial. — Ainda não há um ano que escrevi a V. Rev.^a a primeira carta desta missão, e nesta segunda

(1) Falta a data e o final da carta «já gasto pelo tempo que tudo rõe», informa o Padre José de Moraes. Seria escrita, pelo menos em parte, durante a viagem, e fechada talvez no Pará, onde Vieira se encontrava de volta ainda em Janeiro. (Berredo, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, § 977).

(2) Inédita na maior parte. Excerptos na *Hist. da Comp. de Jesus* cit., Liv. V. Ms. da Biblioteca de Évora, com o título: «Cópia da segunda carta de notícias que o Padre António Vieira escreveu do Maranhão». Escritura da mão de copista imperito, e talvez cópia de cópias, em que se foram sucessivamente acumulando os erros e as lacunas. Ortografia e caligrafia bárbaras. As palavras e frases em

lerá V. Rev.^a tantas mudanças, trabalhos, perturbações e diferença de sucessos, que parece não podiam cáber em tão pouco tempo. Mas como o demónio sente tanto ver-se lançar dêste seu império, em que tantos anos tem respirado sem contradição, não é muito que por si e por seus ministros, que sempre são os mais e os maiores, em poucos meses maquinasse tantos géneros de perseguições, contra os que só tem por inimigos. A glória porém dêste mesmo nome, e o ver tudo o que se pode ser por causa de Deus e das almas, e o muito fruto que, apesar do mesmo demónio, no meio dêstes trabalhos se tem colhido, nos animam a não desmaiar do começado, antes esperamos que esta mesma consideração há-de ser motivo de excitar a muitos dos Padres e Irmãos dessa santa Província, a que venham a socorrer-nos e ajudar-nos nestes trabalhos, e a que os que não puderem vir o façam, com maior instância, diante de Deus, em suas orações e sacrificios.

A última cousa, que continha aquela primeira carta, eram as prevenções que se ficavam fazendo no Maranhão, para a jornada e descobrimento dos índios Ubirajaras, chamados por outro nome os Barbados, no rio Itapicurú. Assentou-se esta missão com o Capitão-mor em 27 de Fevereiro do ano passado, para se fazer em Maio depois das últimas águas, e entretanto se ir prevenindo tudo o que fôsse necessário para a jornada. Nesta conformidade lhe fui fazendo lembrança várias vezes, e principalmente na

colchetes preenchem por conjectura as falhas e passos ilegíveis, e tentam remediar as deformações do original.

A data, menos de um ano passado da carta LXIV (22 de Maio de 1653) deve ser anterior a 22 de Março de 1654, dia em que o autor prègou o sermão *das verdades* (*Sermões*, v. 4.º da 1.ª ed.) em S. Luís do Maranhão. No intervalo, desde o regresso do Pará, fôra visitar as aldeias dos índios, no interior da ilha, de onde escreve.

ocasião em que chegaram os padres que V. Rev.^a nos enviou da Baía (1), que, como tão práticos na língua da terra, eram mais acomodados para a empresa que todos os que cá estávamos, e assim foi nomeado logo para ela o melhor de todos, o Padre António Ribeiro. A todas estas minhas lembranças me respondia o Capitão-mor que êsse era o seu maior cuidado, e que tudo ia prevenindo. Mas os padres, que andavam visitando as aldeias, e viam as occupações em que estavam divertidos os índios, que haviam de ir à jornada, me avisaram por vezes que entendiam que se não havia de fazer, e que o Capitão-mor nos não tratava verdade. Fundaram-se em que os índios, para poderem ir, haviam de deixar feitas primeiro suas roças, e que o Capitão-mor, no tempo em que êles as haviam de fazer, os trazia ocupados em serviços particulares de seu interêsse, e sôbre tudo que tinha plantado com êles duas grandes lavouras de tabaco, as quais se haviam de recolher e beneficiar no mesmo tempo, e com os mesmos índios, por não haver outros, e que não era cousa para se entender de um homem pobre, e tão desejoso de o não ser, que houvesse de plantar para não recolher. Bem via eu a razão que os padres tinham, e também suspeitava e presumia o mesmo, mas não me pareceu desistir da emprêsa, nem tomar logo outra, como alguns me aconselhavam, por que tive sempre por melhor que a jornada se desfizesse por parte do Capitão-mor que pela nossa. E porque não ficasse por diligências, fiz com êle que se chamassem os Principais e ca-

(1) «O Padre Manuel Nunes, professo de quatro votos, varão acreditado em virtude e letras; o Padre António Ribeiro, insigne língua; o Irmão teólogo Rafael Cardoso; o Irmão humanista Bento Álvares; e o Irmão coadjutor temporal João Fernandes». Moraes, *Hist. cit.*, Liv. V, Cap. I.

pitães das aldeias, para que com todos se ajustasse o que era necessário, e se assentasse dia certo. Fez-se a junta em dia de S. João Baptista, e, porque todos os índios se escusaram com não terem ainda roçado, deu-se-lhe para isso tudo o que restava daquele mês e todo o seguinte, e assentou-se que dia de Santo Inácio fôsse a partida.

Eram já partidos neste tempo para o Reino todos os navios daquele ano, e só faltava um, o qual se expediu dentro em quinze dias. Ao seguinte nos partimos, o Padre António Ribeiro e eu, a visitar as aldeias, e juntamente a fazer resenha dos índios, e das armas (que são arcos, flechas e rodellas), e tudo negociámos como quem tão empenhado tinha o desejo nesta empresa. Mas o Capitão-mor, tanto que viu partido o navio, e que já não tínhamos por onde avisar a El-rei, e que eu, que era o que com as ordens de S. M. lhe podia só fazer resistência, estava ausente, chama a uma junta os prelados das Religiões, e as mais pessoas da justiça e da república que êle escolheu, e com todos se resolveu, e fez logo disto um auto, que não convinha que a jornada se fizesse, por ser já fora de tempo; que para o outro ano se faria. Achou-se nesta junta o nosso Padre Manuel Nunes, que alegou por parte da cidade conveniência da jornada, com muitas e mui forçosas razões, mas nenhuma delas nos valeu, porque só uma naquela junta tinha lugar, que era a que logo deu o Prior do Carmo, Frei Inácio de S. José, o qual disse desta maneira: «Eu, senhores, não sei se é tempo de se fazer a jornada, porque não é essa a minha profissão, o que sei de certo é que, se a jornada fôra para ir captivar índios, o tempo fôra muito bom, mas como é para salvar almas, por isso não é tempo nem o há-de ser nunca». Isto disse este religioso, e deu sem dúvida no ponto da verdade, o qual

confesso a V. Rev.^a que não acabei de conhecer senão depois que o viram os olhos, porque não cuidei que era tão mau o mundo, com ter visto e sabido tanto d'êle. Enquanto as missões e conversões da gentildade tiverem a menor dependencia dos Governadores e Capitães mores, bem nos podemos despedir delas, porque sempre hão-de poder mais que nós e que tudo os seus interêsses. E, por que se veja quão certo era ser dissimulação e fingimento tudo o que o Capitão-mor me dizia das prevenções que tinha feito, tratando eu logo de me passar ao Pará, pedi-lhe canoa e índios; e sendo que as canoas que haviam de ir à jornada eram duas, e os índios mais de duzentos, para me descobrir uma canoa teve grande trabalho, e dando-me um escrito para dez índios, correu o Padre António Ribeiro todas as aldeias, e não achou mais que dois. Eis aqui como estavam prevenidos os índios e as canoas. E se V. Rev.^a me perguntar os índios onde estavam, digo que nos tabacos e nas pescarias, e noutros interêsses de quem não quis que fôsse ao sertão buscar almas, e no serviço de senhores de engenhos e de outros poderosos, que pagam em caixas de açúcar o darem-se-lhes a êles mais que a outros. Por estas vilezas se vende o preço do sangue de Cristo, por elas se desobedece às ordens do Rei: mas já tenho dado conta de tudo a S. M., e espero que mandará acudir com pronto remédio.

Grande mortificação recebemos com se nos estorvar, e por tais meios, esta missão, que além das esperanças, que nos prometia, tinha de mais os alvoroços de ser a primeira. O que mais sentimos foi a perda do tempo, porque desde Abril até princípios de Agôsto, em que nos detivemos no Maranhão esperando por ela, era bastante para termos passado ao Gurupá, e entrado pelo rio das Amazonas. Contudo não estivemos aqui ociosos, e se fizeram algumas

cousas de grande serviço de Deus, em benefício espiritual assim dos portugueses como dos índios (1).

As aldeias dos índios cristãos antigos, que são cinco nesta ilha, se visitaram com três missões em diferentes tempos. A todas três foi o Padre António Ribeiro, que é o seu Marco Túlio. Em duas o acompanhou o Padre Tomé Ribeiro, e em uma eu.

Fazem-se estas missões pela maior parte por terra, e a pé, não sem grande trabalho, por ser a terra muito rasa e afogada de matos, e [não penetrarem ao interior do sertão as virações] com que Deus fez habitável a zona tórrida, a mais abrasada da qual são estas partes em que vivemos. Até às nove horas, por serem os caminhos mal abertos, e os orvalhos extraordinariamente grossos, não se pode caminhar senão molhados até ao joelho, e com perigo da saúde por ser êste modo de água muito nociva. Êste inconveniente, e também a sucessão das marés, obriga a que as jornadas se façam no maior rigor do dia. É verdade que os índios nos oferecem redes ao uso da terra, e muitas vezes as levam atrás de nós, e nos fazem fôrça para que nos assentemos nelas; mas, pôsto que êste modo de andar em outras partes não só seja lícito mas usado, e não falte quem diga que, serem levados os prêgadores evangélicos em ombros dos mesmos a quem vão converter, é glória da nova Igreja em que hoje se trabalha nas nossas conquistas, profetizadas por Isaías quando disse — *Volabunt super humeros philisteorum*, o que querem se entenda dos palanquins da Índia e das redes do Brasil; contudo a nós nos parece melhor ver se podemos deixar, aos que nos suce-

(1) Êste trecho desde: *Mas os padres que andavam visitando as aldeias*, p. 385, com divergência de palavras e frases, em Moraes.

derem nesta missão, alguma parte do exemplo que deixou aos da Índia S. Francisco Xavier, que corria a pé diante dos cavalos japões, e do que deixou aos do Brasil o nosso Padre José de Anchieta, que a pé caminhava as compridíssimas e duríssimas praias do Itanhaen, e o que a êles e a nós nos deu o filho de Deus, que em todas as suas peregrinações andou sempre a pé, e quando explicou as condições do bom pastor foram: que havia êle de levar a ovelha aos ombros, e não a ovelha a êle. Por estas cousas, e por todas as da edificação, se tem ordenado, e se observa, que nenhum dos nossos, salvo em caso de conhecida enfermidade ou necessidade, use de rede nos caminhos; o que peço muito a V. Rev.^a nos queira aprovar e confirmar com sua autoridade, para que ela nos anime mais a todos a o ter assim por bem, e a o observar. Sigamos a Cristo deixadas as redes, já que a nossa vocação é de apóstolos, que também estas não são as com que se pescam os homens.

O fruto que se faz nestas missões não repito, por serem cousas ordinárias, pôsto que as de maior importância para a salvação. O que muito me consolou foi ver que a nossa chegada era, para cada aldeia, como um jubileu, porque três e quatro dias que nelas nos detínhamos quasi todos se gastavam em ouvir confissões, e sendo que, quando aqui chegámos de Portugal, todas eram de quinze a vinte anos, por haver tantos que se não confessavam, e muitos de toda a vida, por em toda ela não terem recebido êste sacramento; agora é muito para dar graças a Deus que, por beneficio das missões que fazemos a estas aldeias, as mais antigas confissões eram de dois até três meses, muitas de mês e de quinze dias, e ainda de oito. Confesso a V. Rev.^a que fôra um exercício de grande consolação andar correndo e visitando estas pobres choupanas, se juntamente

se não ouviram as lástimas e queixas dos índios, que como não têm outrem que se condôa de seus trabalhos, e acuda de alguma maneira por êles, senão os padres da Companhia, em nós descarregam todas suas lástimas, e é um grande género de tormento ouvi-las e conhecê-las, e alcançar ainda melhor que êles a muita razão que têm, e não lhe podemos ser bons.

Dizem que na vinda do Padre Luís Figueira e, depois do successo da sua morte, na nossa, tinham postas todas as esperanças de seu remédio, e como já cá estamos, e não vêem melhoria nenhuma ao que padeciam, antes as mesmas tiranias continuadas e multiplicadas, não lhes fica mais que desesperar. E se não fôra por nossas admoestações, e pelas novas esperanças com que os imos animando e detendo, já estavam deliberados a fugir de aqui, e tornar a se meter nos sertões. Dêstes mesmos princípios lhes nasce o grande desejo, que todos têm, de que residam os padres com êles nas suas aldeias, e como vêem que temos tão poucos em número, e que nos não podemos repartir por todas, são muito para ouvir as razões que cada um alega para ser preferido aos demais. São tais as invejas que têm uns dos outros nesta parte, que se acaso formos a uma aldeia, e nos detivermos nela mais um dia ou uma manhã, logo nos vêm pôr demanda sôbre esta desigualdade, de maneira que nos é necessário, em qualquer caso dêstes, levar prevenida a escusa, e desculpar-nos com as marés ou com os muitos doentes, e procurar dispôr as cousas de sorte que, ao menos, se digam tantas missas numa aldeia como na outra, porque êste é o principal sifal por onde notam a desigualdade.

As doutrinas do catecismo se continuam com o mesmo fervor com que se começaram, e em poucos dias instruíram os padres os que cá quisemos introduzir à imitação dos [da

cidade] (1), de maneira que em todas as aldeias há mestres para os homens e mestras para as mulheres. Tão bem instruíram nas orações e declaração dos mistérios de nossa santa fé, que quem os ouvir sem os ver julgará que são os mesmos padres que estão ensinando; e tomam isto todos geralmente com tanta vontade e affecto, como [se vê] pelo que aconteceu aos dois padres, andando nestas missões. Chegaram ao pôrto de uma aldeia depois do sol pôsto, e caminhando para ella, que estava mais de uma légua distante, bom espaço antes de chegarem às casas sentiram que em todas se falava alto, e que estava toda a aldeia acordada. Estranharam o modo da inquietação, e muito mais àquellas horas, porque como os índios são naturalmente de pouca conversação, o grande silêncio que há nas ditas aldeias, principalmente de noite, em que parece que não há nelas cousa vivente, julgaram os padres pela experiência que devia de ser vinho, o qual se não vende entre os índios, e em o havendo em alguma casa se expõe a todos os que querem ir beber, e ordinariamente querem todos, e elle é o que faz falar os mudos, e não há história dos passados, nem obrigação ou queixa dos presentes, que então não venha a prática, em que gastam as noites inteiras. Chegando enfim os padres mais perto, e notando o que se falava na primeira casa, foram correndo por fora as demais sem serem sentidos, e acharam que o que se dizia em todas eram as orações e declarações do catecismo, as quais uns resavam, outros ensinavam, outros aprendiam, todos deitados nas suas redes. Emendavam os filhos aos pais, e reprendiam as mulheres aos maridos, porque ordinariamente as mulheres e os moços são os que mais depressa tomam de memória; enfim a aldeia estava feita

(1) Em branco no Mss. Compare-se supra, p. 350.

uma escola ou universidade da doutrina cristã, em que se ensinava às escuras a luz da fé. Edificaram-se os padres do que ouviam, como era razão, e tanto mais que era cousa que não tinham ensinado aos índios, nem êles o faziam pelo respeito da sua presença, pois estavam ausentes, e, ordenando o primeiro juízo que tinham feito, diziam que lhes acontecera com estes índios o que ao sacerdote Ely com Ana, mãe de Samuel: que o que julgara por vinho eram orações. E pôsto que esta vez se estimou êste caso pela novidade, de então para cá é cousa tão ordinária nas aldeias, que todos os que vamos a elas experimentamos esta piedade e curiosidade nos índios; porque depois de lhe ensinarmos a doutrina rezam em comunidade, como se faz todas as manhãs e tardes na igreja, e recolhidos à noite a suas casas os ouvimos outra vez rezar, e repetir o mesmo que lhe ensinámos. Não crera isto dêstes homens quem de antes os conhecera, e vira quão inclinados são a gastar as noites em seus brincos e passatempos; mas tanto pode a graça sôbre a natureza. Nem nós lhe tiramos ou proibimos o seu cantar e bailar, nem ainda beber e alegrar-se, contanto que seja com a moderação devida, por lhe não fazermos a lei de Cristo pesada e triste, quando ela é jugo suave e leve (1).

Na repartição dos sujeitos, de que na outra dei conta a V. Rev.^a, se dizia que o Padre Francisco Veloso com o Padre José Soares ficavam na missão dos Guajajaras, distante desta cidade trinta léguas; neste número errei por falta de verdadeira informação, porque não são as léguas senão sessenta. Também foi êrro dizer que os padres Luís Figueira e seus companheiros foram mortos pelos bár-

(1) Esta parte desde: *Chegando em fim os padres*, diverge em Moraes, onde vem transcrita.

baros na ilha do Sol(1), como então me disseram, porque indo depois ao Pará soube que os não mataram senão na ilha chamada dos Joanes, a qual está atravessada bem na bôca do rio das Amazonas, defronte da mesma ilha do Sol, e é tão grande que encerra em si mais de vinte e nove nações, de línguas tão diferentes como são a alemã e espanhola. Dista esta ilha da cidade do Pará só duas marés de jornada, e ainda lá não chegou a luz do Evangelho, havendo trinta e nove anos que aqui vivem portugueses; mas é tal a correspondência, que sempre se há tido com estes índios, que se os acháramos domésticos e políticos não fôra muito estarem hoje bárbaros e ferros como estão. Pelo escândalo dêste mau tratamento têm concebido tanto ódio e horror à nação portuguesa, que connosco nem paz nem comércio querem, e o têm mais ordinário com as nações do Norte, que por aqui passam freqüentemente, porque dizem que acham nelas mais verdade, e têm com êles a liberdade segura. No Pará falei com um soldado, que se achou na ilha dêstes bárbaros, poucos dias depois da morte dos padres, e sôbre me confirmar o que escrevi da pintura em que os têm retratados, acrescenta que viu o lugar onde foram mortos, e que era um terreiro grande, com um pau fincado no meio, o qual ainda conservava os sinais do sangue. A êste pau os atavam um por um em diferentes dias, e logo se ajuntavam ao redor dêles com grande festa e algazarra, todos com seus paus de matar nas mãos. Chamam paus de matar a uns paus largos na ponta, e mui fortes e bem lavrados, que lhes servem como de maças na guerra; armados desta maneira andam saltando e cantando, à roda do que há-de morrer, e em chegando a hora, em que já não pode esperar

(1) Supra, p. 354.

mais sua fereza, descarregam todos à porfia os paus de matar, e com êles lhes quebram as cabeças. Vão tirados à cabeça todos os primeiros golpes, e não a outra parte do corpo, porque é costume universal de todas estas gentildades não poderem tomar, nem ter nome, senão depois de quebrarem a cabeça a algum seu inimigo, e quanto o inimigo é de mais nobre nação, e de mais alta dignidade, tanto o nome é mais honroso. Não é necessário, para esta cerimónia, que o mesmo que quebra a cabeça haja morto o homem ou a mulher inimiga (que também nas cabeças das mulheres tomam nome), mas basta que o matasse outro, ou que êle morresse naturalmente. E assim acontece irem caminhos de muitas léguas, e entrarem de noite às escondidas nas povoações de seus inimigos, e desenterrarem-lhe da sepultura uma caveira, e levarem-na mui vitoriosos, e põem-na na praça de sua aldeia, e aí, quebrando-a com a mesma festa e fereza, tomarem nome nela. Desta maneira tomaram nome estes bárbaros nas cabeças dos nossos treze padres, ou para melhor dizer lhe deram posse daquele nome que, com o sangue que haviam de derramar em tão gloriosa demanda, [se] lhe tinha escrito no livro da vida. Depois de mortos os assaram e comeram como costumam, e ainda o mesmo soldado viu os juraus, que são umas grelhas de pau, em que foram assados. Conto tudo o que vou descobrindo do Padre Luís Figueira e seus companheiros, porque, além de ser de edificação para todos, é de grande consolação para os que os conheceram, e o pode ser também para os que os quiserem imitar. Eu vi de longe a ilha, e confio em Nosso Senhor que cedo se há-de colher nela o fruto, que de terra regada com tanto sangue e tão santo se pode esperar.

Mas tornando à nossa missão dos Guajajaras, são estes índios de lingua geral, mais semelhante porém à dos carijós

que a nenhuma outra do Brasil. Estão hoje muito [diminuídos] com guerras, principalmente por uma que as nossas armas lhe foram dar. Os que lá vivem junto às cabeceiras do rio Pinaré, que é um dos muitos que desembocam neste Maranhão, e também têm aqui duas aldeias, uma pequena como são todas, e outra menor que pequena. Pela comunicação destas aldeias, haverá dois anos que se desceu do sertão parte dos índios que lá haviam, e assentou em um sítio do mesmo rio chamado Itaqui, distante como dizia sessenta léguas desta cidade. Em todos estes dois anos não houve quem desse notícia alguma de nossa santa fé a estes pobres, havendo porém quem os fôsse ensinar a trabalhar, e aproveitar-se, segundo dizem, de seus trabalhos: morriam muitos à fome e sem baptismo, miseráveis no corpo e muito mais miseráveis na alma.

A estas duas obras de misericórdia partiu o Padre Francisco Veloso, o qual chegou ao Itaqui depois de oito dias de navegação no rio, saltou em terra, e não achou ninguém dos que ia buscar, porque, como ouviram dizer que ia o Abaré, que quer dizer o Padre, e era cousa que não tinham visto em sua vida, e de quem tinham ouvido falar com grande respeito, fugiram e se esconderam nos matos. Foi tão demasiada a reverência que os teve cheios de temor. Mandou-os o Padre desassombrar pelos outros índios de sua nação, que levava consigo: e depois que vieram os primeiros, e viram a benignidade com que os padres os tratavam, e quão liberalmente repartia com elles o pouco que trazia para seu sustento, fizeram-se tão domésticos e familiares que grandes e pequenos nunca lhe saíam de casa. A primeira cousa que o Padre fez foi escolher três índios, dos de maior capacidade e mais principais, e mandá-los por embaixadores aos outros que estão no sertão, avisando-os de que era vindo de Portugal por

mandado de El-rei a buscá-los, e fazê-los filhos de Deus, que são os termos com que explicam o ser cristão; e que ficava já naquele rio com seus parentes, prevenindo-lhes casas e mantimentos, para que quando viessem tivessem em que viver. Com êste recado lhes mandou um presente de ferramentas e outras cousinhas, conforme nossa pobreza, por ser costume nestas nações, como nas da Ásia, não haver visita ou embaixada senão acompanhada de presente. Prometeram os embaixadores que dentro em três luas tornariam com resposta, e não pediram menos tempo porque dista de aí ao sertão dos Guajajaras mais de quarenta jornadas. Despachada esta embaixada começou o Padre a tratar da sua, [como] chamou S. Paulo à prègação do Evangelho. [A confiança] com que os índios o buscaram servia muito para o que se pretendia, porque todo o dia se gastava no catecismo, o qual tomavam com tanto gôsto que nunca foi necessário que o Padre os chamasse, antes êles buscavam e chamavam o Padre muitas vezes, ainda dentro nas horas que estavam reservadas para descansar do trabalho. Cousas contam os padres neste género que não há senão admirar os poderes da graça divina, e dar-lhe infinitas por nos ter escolhido e trazido a ser instrumento dela.

Não eram estes índios mais que setenta almas, porque os demais ou eram mortos à fome ou, fugindo dela, se tinham outra vez tornado para os matos. Com esta pequena escola gastava o Padre os dias e parte da noute ensinando-os: e aprenderam todos com tanta facilidade que até os muito velhos e muito meninos, em espaço de menos de três semanas (cousa que não pudera ser senão fôra gente de grande entendimento e juízo), estiveram capazes de receber o Santissimo. Baptizou o Padre primeiro aos Principais, com a maior solenidade e festa que foi possível, e depois todos os outros, com tanta consolação

solação de ambas as partes como se os índios conheceram tão bem o que recebiam como os padres o que lhes davam.

Só faltaram dêste número, que foram baptizados depois, alguns índios que o Padre mandou com aviso ao Capitão-mor da fome que lá se padecia, a qual era tanta que já não havia [farinhas], nas [aldeias] circunvizinhas, que não estivessem comidas, nem no mato de ali a muitas léguas caça, nem no rio, por ser tempo de grandes cheias, pescado: todos pereciam [não voltando] êles, porque também lhes tinham já dado tudo o que levavam. O que só pedia o Padre era que lhe mandasse alguma farinha, para se sustentarem dois ou três meses que aí estavam, e alguma sementeira de milho ou legumes, que são mantimentos que vêm depressa, para terem que comer ao diante, êles e os mais que viessem. Bem se pudera tudo isto fazer a pouco trabalho e despesa, isto era o que [convinha ao bem espirital] e temporal dos índios que, no princípio, quanto mais [longe] estão dos brancos melhor se conservam e se doutrinam. Mas os que governam querem-nos ter ao perto, onde se sirvam dêles, e para os obrigarem a isso, agora que estão proibidas entradas de guerra, pode ser que metam em seu lugar os cercos de fome. Respondeu o Capitão-mor que êle não podia mandar aos índios o sustento que se pedia, estando tão longe, que se viessem cá se lhe buscaria. Com êste recado ajuntou que lhe mandaria uma pouca de farinha. Mas antes que ela nem a resposta chegasse, chegou a fome e a necessidade extrêma, e, obrigado dela se viu o Padre trazendo aquêles cordeiros consigo, sacrificados de tão pouco a Cristo, para cedo se sacrificarem ao interêsse. Admirados do que os padres nos contavam do natural dêstes índios, e da grande memória e intelligência, e da brevidade com que aprenderam, era grande a curiosidade que tínhamos de os examinar, e

depois que os ouvimos, ficámos ainda muito mais admirados, porque respondiam com tal prontidão e viveza de memória, e com tal expedição de língua, que sendo cousas e palavras que todos sabemos, apenas lhas podíamos perceber. Entre os demais veio um menino, sobrinho do Principal desta gente, de idade de cinco para seis anos, o qual por maravilha nos pareceu que fôsse à primeira doutrina, das que se fazem na Matriz todos os domingos. Foi o menino vestido ou pintado todo de penas ao uso do sertão, e pôsto no meio da igreja disse todas as orações, e respondeu a todas as perguntas do catecismo, com tanta facilidade, confiança e graça que a todos encheu de espanto.

Estavam presentes muitos portuguezes, os quais, sabendo quão poucos dias havia que os padres tinham partido para o Itaqui, não puderam deixar de dar grandes [louvores] à Companhia; mas não lhe valeu a lisonja para escaparem da repreensão, mostrando-se-lhes naquela criança quão falsa é a aparência, com que se querem desculpar de não ensinarem as orações e mistérios da fé aos seus índios, com a rudeza e incapacidade dêles. Muitos há muito rudes e bárbaros, mas por falta mais de cultura que de natureza. Tenham os portuguezes menos cobiça, e logo os índios terão mais entendimento.

O padre noviço, que acompanhou ao Padre Francisco Veloso, teve mais bom [tempo?] de experiência nesta peregrinação, porque além da fome, que a caridade fez voluntária e a necessidade forçosa, a praga de mosquitos que neste sítio do Itaqui se padecia, por ainda não estar bem descoberto, era cruel e contínua de noite e de dia. Todo o rôsto e mãos se lhe cobriram ao pobre Padre de tão grandes chagas, feitas das mordeduras, que esteve lá tão gravemente enfermo como pudera de outra qualquer doença. No Padre Veloso, como feito à prova do Brasil, não causou

tanto estrago esta bateria, mas é ella tão insofrível que em muitas partes desta [terra] tem havido homem natural dela, a que os mosquitos mataram. Há os enxames dêles ordinariamente nos esteiros e rios estreitos, de que toda a terra é retalhada, e se acaso a canoa ficou em sêco, em que se espera a maré, são bem trabalhosas de esperar. Até as praias da costa do mar, onde não estão muito lavadas e açoutadas dos ventos, são infestadas desta praga. Particularmente no inverno e de noite, são em algumas tantos que os índios se enterram na areia até à cabeça, para poderem sossegar. No rio das Amazonas há uma nação que chamam dos Esfolados, por andarem sempre assim por causa dos mosquitos: outros trazem sempre abanos na mão para os lançarem de si; outros têm umas casas na [praia], em que vivem de dia, abertas e patentes, e para de noite têm outras casas no mato, escuras, e sem porta nem janela mais que uma como gateira, rente com a terra e mui bem tapada, pela qual entram a dormir. No Maranhão e no Pará, ordinariamente em lugares habitados não se padece esta praga, mas em algumas viajens e missões é tal a multidão dêles, e tal a importunidade, a agudeza e continuação com que picam e desatinam, que dão bem muito maior matéria a paciência do que êles são. Das cousas que ficam [contadas] esta é a mais custosa que se cá padece, pôsto que com desigualdade, porque, ainda quando imos juntos, a uns buscam e perseguem mais do que a outros. Mas quando consideramos que os soldados seculares, que vão ao sertão a comprar ou a cativar índios, e a outros interêsses da terra, têm padecido estas mesmas moléstias e outras maiores, não temos nada de que nos gloriar de que padecemos por amor de Deus, antes é matéria de grande confusão que se nos adiantasse a cobiça, e que vencessem estas difficuldades primeiro os

que vão a cativar os corpos, que os que vão a resgatar as almas.

Desta maneira se vai cultivando e plantando esta antiga e nova vinha do Senhor, e no tempo de colher o fruto, que é o da morte, se trabalha muito por que se não perca o que se tem cultivado, e a experiência mostra que se não perde. Distam as aldeias da cidade, onde temos a nossa casa, a quatro e a cinco léguas, e, em adoecendo algum índio com qualquer sinal de perigo, há ordem para que logo nos chamem, e a qualquer hora do dia ou da noite lhe imos acudir, de sorte que nenhum índio morre hoje nas aldeias sem sacramentos, como morriam até agora todos. E como esta gente não tem os vícios, nem os embaraços de consciência, com que vivem pela maior parte os homens de maior polícia, porque nêles nem há ódios, nem invejas, nem vinganças, nem cobiças, nem ambições, nem restituições, nem demandas, nem heranças, nem testamentos, temos por certeza moral que todo o índio que morre com os sacramentos se salva, e assim o mostra a quietação e sossêgo, e a piedade com que os vemos morrer. Esta é, Padre Provincial, uma das grandes consolações com que Deus nesta missão [nos favorece], porque, ainda que nos devemos conhecer por servos inúteis, não podemos deixar de fazer reflexão que, se cá não viéramos, não se salvariam estas almas, ou quando menos que as predestinou Deus, para que se salvassem por nosso meio. E, segundo casos particulares que nos têm sucedido, parece que verdadeiramente estendeu Deus [a vida](1) a muitos dêstes índios, só para que chegassem a alcançar êste tempo, em que haviam de ter quem os ensinasse e ajudasse a salvar.

(1) *Ainda* no Mss., o que parece defeituosa leitura.

A primeira cousa, que os padres fizeram nestas aldeias do Maranhão, foi informar-se assim dos inocentes como dos adultos que não estavam baptizados, para os baptizar e fazer filhos da Igreja a todos. Começou esta diligência o Padre Francisco Veloso, e acabou-a o Padre António Ribeiro, ficando persuadidos ambos, pelo cuidado que tinham pôsto, que nenhum índio nem índia havia já nas aldeias que não fôsse cristão [baptizado]. Nêste ponto costumamos cá, como se faz no Brasil, correr pessoalmente todas as casas das aldeias, para ver os enfermos que há, e lhes acudirmos e os curarmos, porque nos não fiamos dos seus parentes, em quem comumente há pouca caridade. Nesta forma ia correndo as casas da aldeia do [Itaqui] o Padre António Ribeiro, quando deu com uma velha decrépita, quási amortalhada na sua rede. Sentiu-se mover interiormente que lhe preguntasse se era baptizada, tendo por certo que lhe havia de dizer que sim, segundo as diligências tão exactas que se tinham feito; contudo fez-lhe a pergunta, por não poder resistir ao impulso que o movia, e respondeu a velha que nem sabia que havia baptismo no mundo, nem que cousa era aquella em que lhe falava. Instruiu-a o Padre e baptizou-a logo, porque não prometia muita vida, espantado de que o demónio nos tivesse tirado pela malha êste peixe, quando cuidávamos, segundo nossas diligências, que os tínhamos todos dentro da rede: e muito mais admirado dos conselhos da [providência divina] que, por meio de um caso tão [inesperado] tinha disposto os infalíveis fins da predestinação e salvação daquela alma. Por isso diz o mesmo Senhor que o olham talvez os que o não buscam, e a nossa Eva, que êste nome lhe foi pôsto, se ficou naquele seu segundo estado da [vida] esperando pela morte, e pelo prémio que não merecera nem conhecera na vida.

Ainda acho mais circunstâncias noutra successo não menos casual que êste. Vieram da nossa aldeia, a chamar confessor para um índio que estava morrendo. Foi logo o Padre Manuel Nunes: sobreveio-lhe a noite no caminho, tão escura e tão tempestuosa que o obrigou a se recolher a umas choupanas, que estavam um pouco desviadas dêle. Era a casa de uma índia. Havia nela várias escravas, e três de tanta idade que a que não passasse de oitenta anos tinha mui perto dêles. Fez o Padre a doutrina a todos emquanto estiava, e dirigindo as perguntas particularmente às velhas, achou que, pôsto que eram cristãs baptizadas, nenhum conhecimento tinham da fé nem da lei de Cristo, nem tinham recebido em sua vida outro sacramento mais que o do baptismo. Pôs-se a instruí-las muito devagar, porque continuava a chuva e a tempestade, depois confessou-as a todas geralmente, e ensinou-as como se haviam preparar para morrer, que era a doutrina que cabia na sua idade. Nisto se gastou a noite e passou a tormenta: com a manhã partiu-se o Padre para a aldeia muito à pressa, e achou o índio, para quem o tinham chamado, não só sem perigo mas quási sem doença. Entendeu então que as velhas, e não o índio, era para quem Deus o chamara, e que sem dúvida para chegar aquella ocasião lhe conservara tão largamente a vida, e que o acidente do enfermo, e a tempestade da noite, foram dois correios da providência divina, o primeiro que veio tirar ao Padre de casa, o segundo que o foi levar, como por fôrça, ao lugar aonde Deus o havia mister.

A mim não se me faz dificultoso que descomponha Deus humores e elementos para salvar almas, porque em semelhante ocasião tenho experimentado que quási violenta entendimentos e vontades, para conseguir os mesmos fins. Estando eu nesta mesma aldeia, me mandou pedir um

morador honrado que lhe mandasse lá o Padre Francisco Veloso, para que lhe confessasse os seus escravos. Eram vésperas do nosso Padre Santo Inácio; o irmão que acompanhava o Padre era mui necessário em casa; nos escravos não havia doença, nem perigo que obrigasse mais a se fazer a missão logo que ao depois; as instâncias não eram apertadas, nem os respeitos que se deviam à pessoa grandes, e, para se dar outro companheiro ao Padre, era forçoso virem dois da cidade, com dependências de ajustar caminhos e marés; e, entendendo eu que por tudo isto convinha que a missão se dilatasse para depois do dia do santo, contudo, sem saber como nem porquê, disse ao Padre que fôsse, e que partisse logo, logo. Partiu o Padre, chegou à casa onde era chamado, aí se falou acaso em um vizinho português que estava muito doente; qui-lo ir ver, só com intenção de o consolar e lhe falar de Deus; achou porém que estava quasi em artigo de morte, e que não se tinha confessado, nem recebido algum outro sacramento em toda a doença: confessou-o então, e administrou-lhe os demais sacramentos, e tanto que os teve recebido imediatamente expirou. Este foi o primeiro efeito desta missão, feita contra o entendimento e vontade até do mesmo que a ordenou, mas quando os homens achavam tantas razões para não se fazer então, tinha Deus outra razão, tanto maior que todas, para que se fizesse. Era certo que, se não se achara aí o Padre, aquele pobre homem havia de morrer sem nenhum sacramento, porque nem havia sacerdote que lhos administrasse, nem tinha quem lhos fôsse buscar a outra parte, nem êle mesmo tratava disso, mas Deus que o tinha predestinado, como piedosamente se pode crer, foi o que lhe chamou confessor e lho levou a casa, medindo tão pontualmente as horas com a necessidade, que bem mostrava ser o

autor da obra aquele Senhor que o é das vidas e mais dos tempos (1).

Grande fruto se fizera sem dúvida nas aldeias dos índios, que servem aos portugueses, os quais são os mais em número, e mais necessitados das doutrinas, se pelas casas e fazendas dos moradores se fizeram semelhantes missões; mas o demónio lhe tem metido em cabeça que os não fiem de nós, porque, como somos tão grandes defensores da sua liberdade, lhe diremos tais cousas nas confissões que ou não queiram servir aos que têm por seus senhores, ou os sirvam como quem se não reconhece por escravo.

Não se pode facilmente dizer quão grande laço das almas tem sido esta invenção do diabo, para levar ao inferno assim as dos escravos como as dos senhores, mas o tempo e experiência os irá desenganando. E, para nós também os desenganarmos, cuidamos muito, nas confissões dos senhores, em lhes dizer tudo o que convém para bem de suas almas, e também tudo o que fôr a bem dos índios, para que não cativem injustamente os livres, nem tratem mais rigorosamente do que convém os escravos. A estes, da mesma sorte, quando os confessamos lhes dizemos tudo o que fôr por parte de seus senhores, para que os respeitem, obedeçam, e sirvam em tudo o que os senhores lhes mandam.

O que até aqui fica dito é o que se fez com os índios, e as causas porque se não fez mais. Com os portugueses posso afirmar a V Rev.^a se não tem trabalhado menos que com os índios: nos sermões dentro e fora de casa; nas dou-

(1) Êste passo desde: *Estando eu nesta mesma aldeia*, a p. 402, em *MORAIS*, como outros citados.

trinas de todos os dias; no exemplo da Senhora e práticas dos sábados; nos jubileus das festas principais; na visita de presos e enfermos; na devoção e ensino dos estudantes, assim no estudo de latim como na escola de ler e escrever; e geralmente nos ministérios próprios de nosso Instituto nunca se tem faltado, sem embargo de sermos tão poucos, e carregar muitas vezes grande parte destas occupações sôbre um só até dois. Mas dá-nos Deus e acrescenta-nos as fôrças de maneira que, até eu, com ser o mais fraco de todos posso afirmar que não estou ocioso. Ao trabalho corresponde o fruto que se colhe, e se êste não fôsse tão sagrado, nem a terra tão pequena, se poderiam dizer grandes frutos e efeitos da graça e misericórdia divina. Só referirei por muito público o caso seguinte.

Estavam diferentes neste Estado as duas maiores cabeças dêle; uma do de guerra, outra do de justiça e fazenda. Começou o desgôsto em matérias de jurisdição, tinha passado às descortesias, e estavam já papéis escritos e assinados para chegarem a outras matérias mais pesadas. Acudiram ao rebate dois padres nossos que tinham amizade com ambos, e pôsto que uma das partes estava mais rija alfim cederam ambos, e puseram o negócio nas mãos dos padres. Compôs-se tudo de maneira que ambas as pessoas e jurisdições ficaram na sua antiga correspondência, e cessaram os escândalos e inconvenientes, que semelhantes desuniões costumam causar na república (1). Sempre nestas demandas paga as custas o serviço de El-rei, que tão

(1) Êste trecho, desde o período que começa: *Com os portuguezes*, a p. 404, transcrito do fragmento impresso na *História* do Padre José de Moraes, Liv. V, Cap. I, o qual, aliás também de genuinidade incerta, difere bastante do apógrafo da Biblioteca Eborense, evidentemente incorrecto, e inçado de frases obscuras na parte substituída.

junto anda com o de Deus, e nesta ocasião estava tão arriscado um e o outro, que já havia bandos quási de dar [ajuda?] por ambas as partes, desejando-se muito que brigassem as justiças, para terem férias os delinquentes.

A tempo que partia dêste Estado para o Reino uma pessoa grande, fomos consultados se se podia dar licença a outra, que queria ir no mesmo navio, de que, além do escândalo público, se podiam seguir outras ofensas graves de Deus. Respondemos que se não podia dar tal licença, e porventura que não era esta a resolução que se esperava nem a que se pretendia. Dada uma vez, foram extraordinárias as traças que se buscaram, as diligências que se fizeram, e os meios mais custosos que se intentaram, para que nos [arredássemos] um pouco do primeiro parecer. Chegaram a se moderar os termos da proposta; fez-se solicitador dela um prelado de uma religião, o mais [graduado] da terra, o qual era de opinião que se podia conceder o que se pedia; deu-nos êle e todos os que podiam ter valia e autoridade grandes baterias, mas nunca nos puderam mover um ponto do que tínhamos dito. Partiu o navio e ficou em terra [aquela pessoa], e nós também ficámos [satisfeitos], e livres de nos fazer proposta senão quem quizer verdade. Com a mesma resolução e constância se negaram cartas de favor e certidões, que pretenderam de nós as pessoas que mais podem, e de quem nós mais podiamos depender. E conto estas resistências, entre os casos de edificação que nestas cartas se costumam escrever, porque uma das cousas, que não posso entender, é a facilidade com que os religiosos ultramarinos' passam certidões e abonações aos que governam, nas quais muito se jura, e se canoniza para terras estranhas o mesmo que se está reprovando e condenando nas próprias. Mas castiga Deus esta falta de inteireza com que venham

tempos em que, mudadas as dissimulações ou a virtude, seja necessário aos mesmos religiosos ou padecer sem se queixar, ou desmentir-se a si mesmos do que têm escrito e jurado. Outro tanto nos houvera de ter acontecido neste pouco tempo, pelas ocasiões que se verão adiante, mas fez-nos Deus mercê que nos não apressássemos [e], ainda que ao princípio recebemos benefícios, avaliássemos as pessoas pelo que fazem, e não pelo que nos fazem.

Na outra carta se disse que, por nossas exortações, os irmãos da Misericórdia tratavam de fazer hospital que não havia (1), mas sucedeu-lhe a esta obra o que ordinariamente acontece às boas, e mais se são de muitos e não os mesmos. Entraram novos irmãos da Mesa e não ouve mais pensamento de hospital. Querendo porém que lhes fizéssemos alguns sermões, e também que os socorressemos com o provimento para as missas, por haver muitos meses que faltavam navios, veio o Provedor e mais irmãos a pedir-nos; tudo isto vendemos muito facilmente, salvo aceitar o preço e satisfação que nos ofereciam. Mas, pelo bom despacho da sua petição, lhe metemos em condição que nos haviam também despachar outra. Prometeram que sim, e declarando eu que a nossa petição era que êles fizessem o seu hospital, todos conformemente vieram nisso e no-lo agradeceram muito. Quiseram assinar dia em que se houvesse de tratar da obra, mas nós não consentimos que fôsse senão logo, e saindo com o mesmo Provedor e irmãos fomos ao sítio da Misericórdia: traçou-se o hospital, e entregou-se aos oficiais que haviam de correr com o edificio, e buscou-se a gente de serviço necessária para êle; tudo isto se fez naquela manhã e no dia seguinte. Por princípio se começou a enfermaria de doze camas, que

(1) Supra p. 352.

já está feita: a primeira cama foi logo de nossa casa para a do Tesoureiro, muito limpa e concertada, porque houve um religioso (1) que quis dar a sua para os pobres, e êle dormir de aí por diante em uma tábua. É esta obra de grande serviço de Deus, e será grande alívio e remédio, principalmente para os muitos roubados que aqui vêm da costa de Pernambuco (2), porque ainda que a gente da terra os socorrem e sustentam a todos com grande caridade, e as pessoas nobres e de pôsto com muita largueza, contudo, como vêm muitas vezes alguns feridos e outros doentes, que lhe não basta só o sustento para poderem convalescer e viver, sempre êstes no hospital terão melhor comodidade para serem curados e tratados nas suas doenças (3).

Na primeira carta disse a V. Rev.^a a grande perseguição que padecem os índios, pela cobiça dos portugueses em os cativarem. Não tenho que dizer de novo senão que ainda continua a mesma cobiça e perseguição, a qual cresceu agora mais, e assoprrou muito o seu fogo um grande número de homens moradores em S. Paulo, que por êste tempo se acharam no Pará, pela ocasião que brevemente aqui direi, pôsto que seja matéria de larga narração. No ano de 649 partiram os moradores de S. Paulo ao sertão, em demanda de uma nação de índios chamados os serranos, distante daquela capitania muitas léguas pela terra dentro, com intento de, ou por fôrça ou por vontade, os arrancarem de suas terras e os trazerem às de S. Paulo, e aí se ser-

(1) « Êste foi o Padre António Vieira, por isso o não declarou ». Nota intercalada no texto, em parêntese, pelo copista.

(2) Dos barcos que os holandeses apresavam, lançando em terra as tripulações. Nêsse tempo, todavia, já êles tinham capitulado no Recife.

(3) Até aqui e desde: *Querendo porém que lhes fizessemos alguns sermões*, a p. 407, em Moraes, como atrás.

virem dêles como costumam. Constava todo o arraial de duzentos portuguezes e mais de mil índios de armas, divididos em duas tropas. A primeira governava o Mestre de Campo António Raposo Tavares, que ia também por Cabo de tudo, a segunda o Capitão António Pereira. Andados... (1) meses de viagem, encontrou esta segunda tropa com uma aldeia de índios da doutrina dos padres da Companhia, pertencente à Província do Paraguai, e estando todos na igreja, e o Padre dizendo-lhes a missa solene, por ser dia de Todos os Santos, segundo a relação dos que menos querem encobrir a fealdade do feito, entraram os soldados de mão armada na aldeia, e dentro na mesma igreja prenderam e meteram em ferros a todos os índios e índias que não poderam escapar, e nem aos altares, vestiduras e vasos sagrados perdoava a cegueira e cobiça, por que de tudo despojaram a igreja. Sôbre esta prêsa se detiveram oito dias na mesma aldeia, fazendo bastimentos e tendo sempre em custódia ao Padre, para que não pudesse ir buscar algum remédio às miseráveis ovelhas de que era pastor. Tiveram contudo notícia do caso, por alguns dos que escaparam, os padres de duas aldeias vizinhas, os quais, fazendo logo armar os seus índios, vieram tanto em socorro dos já cativos como por ver se, rompendo o inimigo comum, podiam escapar de o ser. Saíram os de S. Paulo à batalha, e podendo mais a melhoria das armas que a da causa, fugiram os índios e ficou no campo morto um dos padres de uma bala. O matador, ao tempo que isto escrevo, está no Pará, e se aponta com o dedo, e os que governam o eclesiástico e o secular, pôsto que o conheçam, o deixam andar tão solto e tão absolto como os demais, mas permite Deus muitas vezes que semelhantes

(1) Falta o número no Mss.

delitos os dissimulem os homens, porque quer que se paguem com maiores castigos do que são os que se podem dar na terra. O certo é que não faltou o do céu a esta grande impiedade, porque dentro em um mês se viram os executores dela castigados com peste, fome e guerra: a peste foi tal que nenhum ficou que não adoecesse mortalmente; a fome era quasi extrema porque as raizes e frutos agrestes das arvores era o maior regalo dos enfermos, e esses não havia ainda quem tivesse forças para os ir buscar e colher; sobre tudo, no meio desta fraqueza e desamparo, eram continuamente assaltados de bárbaros, de pé e de cavalo, que os atravessavam com [frechas], não lhes valendo a diferença e melhoria das suas armas, porque apenas havia quem as maneasse. Finalmente, ao cabo de um ano das maiores misérias que jámais se padeceram, se vieram a encontrar com a outra tropa, tão diminuídos que dos portugueses lhe faltava ametade, e dos índios as duas partes, e os que restavam mais pareciam desenterrados que vivos.

Juntas assim as duas tropas chegaram enfim à terra dos seus desejados serranos, as quais porém seis meses se detiveram neste lugar, insistindo com novas diligências de força e manha para reduzir a si os serranos; e pôsto que neste tempo, e em todo o ano seguinte, que também gastaram em descobrir novos sertões e gentes, se lhes renderam alguns índios, assim serranos como de outras nações, os quais três léguas das suas povoações os receberam com frechas, e ciladas que lhe tinham armado, e metendo-se todos pelos bosques os deixaram frustrados das suas esperanças, após das quais havia dois anos que caminhavam, com promessa de os acompanharem e seguirem, até nisto se viu o castigo de Deus. Todos enfim lhe faltaram com a palavra, e os deixaram todos no meio daquela imensidade

de terras, mais cuidadosos de salvar as poucas vidas que lhe restavam, que dos interêsses e presas que vieram buscar.

Andando em demanda de novo e mais breve caminho, encontraram um rio não mui caudaloso, que por indícios de uma... (1) entenderam estavam perto do mar. Resolvem-se a buscar por êle a costa do Brasil, e a fabricar embarcações para navegarem, que para tudo traziam officiais e instrumentos. Lançadas as canoas à água, ao terceiro dia se lhes sumiu o rio entre uns juncais; mandaram descobridores a buscá-lo, e depois de três dias de jornada tornaram a dar com êle, mas distante do lugar onde se lhe tinha escondido. Deliberaram-se a passar lá as canoas, e assim o fizeram à pura fôrça de braço e de ombros, como dos Argonautas contam as fábulas, com exemplo verdadeiramente grande de constância e de valor, se o não deslustrara tanto a causa.

Embarcados segunda vez se lhe renovou o primeiro indício com verem surgir e mergulhar [alguns] (2) bôtos, mas andavam êstes tão peregrinos do mar quanto êles da sua terra. Aos oito dias de viagem deram na madre do rio, e navegando por êle (cousa que se não tivera tantas testemunhas parece indigna de todo o crédito) gastaram onze meses inteiros na navegação, sem saberem para onde iam até que, aportando à fortaleza do Gurupá (3), conheceram

(1) Falta a palavra no Mss. Talvez *gaivota*, por confusão dos navegantes, vendo alguma ave parecida.

(2) Golfinhos do Amazonas. *Bottes* no Mss., o que é sem dúvida errada leitura.

(3) Berredo, nos *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, § 956, dá notícia de haver chegado a Gurupá o Mestre de campo António Raposo, com cincoenta e nove companheiros paulistas e algum gentio, no princípio de 1651.

que tinham descido pelo rio das Amazonas abaixo. De todos estes onze meses só trinta e três dias se detiveram em espalmar e concertar as canoas, e todos os outros navegaram. E pôsto que as jornadas que faziam cada dia eram breves, dando a cada um sòmente dez léguas, que é o menos que podiam andar, indo tão ajudados de corrente, vem a fazer o que navegaram mais de três mil léguas de rio. Três anos e dois meses puseram nêste grande rodeio, que deram ao interior da América: e em tantas quaresmas e páscoas, em tantas enfermidades, guerras, mortes e outros infortúnios e perigos que passaram de vida e alma, nenhum dêstes homens se confessou nem recebeu ano algum sacramento, e a meu ver menos é ainda não receberem sacramentos em tanto tempo, que sairem de suas terras tantos homens cristãos, e para uma tal jornada, sem levarem consigo quem lhos administrasse. Nenhuma comunidade de calvinistas, nem luteranos, nem ainda de turcos, partiram a outra muito menor viagem, por mar ou por terra, que não levassem consigo os ministros da sua seita. Mas tornando que verdadeiramente foi uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo, muito digna cousa fôra de se saber em [que] alturas e por que rumos a fizeram, mas só dêstes instrumentos iam faltos, e assim não sabem dizer cousa certa. Segundo mui[tos dêles] dizem, que quando a primeira vez entraram neste grande rio estavam na altura do Espirito Santo, que são desanove graus da banda do Sul, e, segundo os lugares por onde lhes demorava o sol, afirmam que os primeiros seis ou sete meses caminharam sempre já a Sul já a Leste, e que nos últimos quatro, como cansados [já] de andar tanta terra, tomaram de carreira para o Norte e Nordeste, a desembocar no mar; de aqui se colhe que êste rio se estende pelas terras que há no interior da América, aonde ainda nem da parte

do Perú chegaram os castelhanos, nem da parte do Brasil os portugueses, e que estas não descobertas terras têm sem dúvida muito maior latitude da que lhe mediram até agora os cosmógrafos e se pinta nos mapas. A multidão de nações de que são habitadas as ribeiras dêste rio, ou para melhor dizer as praias dêste mar dôce, que assim lhe chamaram os que o viram, nem êles o sabem contar senão por admirações. A quinze dias de entrados no rio começaram a ver povoações, e de aí por diante nenhum dia houve que não vissem alguma, e ordinariamente todos os dias muitas. Cidade viram, em que [contaram] trezentos ranchos, que assim lhe chamam os sertanistas de cá. São umas casas ou armazens mui compridos, sem distinção nem partimento algum, em que vivem juntamente muitas famílias, e alguns há tão capazes que agasalham quarenta e cincoenta. Desta grandeza eram os desta cidade, e, lançando as contas ao que poderia alojar entre grandes e pequenos, julgaram que teria cento e cincoenta mil almas. Já na jornada do descobrimento de Quito, que se fez no ano de [1638] por um braço dêste mesmo rio, me disseram pessoas dignas de fé que viram, lançadas junto à ribeira do rio, povoações como Lisboa.

O em que falam os de S. Paulo, pela cousa mais notável que viram neste género, foi um reino fechado, de uma e outra banda do rio, pelo meio do qual atravessaram oito dias inteiros, e estavam e eram as povoações tantas e tão juntas que quási não havia distância entre uma e outra. E o que se deve notar, que o que estes homens dizem é só o que está edificado à beira do rio, porque do que vai de aí para dentro êles não viram cousa alguma. Também não viram nem dão noticia do que contém outros muitos rios, que vêm entrar nêle, tão largos e caudalosos que, se não correram tão perto dêste, tiveram grande nome. A

gente que isto habita é toda, com pouca diferença, da côr da do Brasil, e quási do mesmo trajo, porque em partes andam as mulheres vestidas. As línguas são totalmente diversas, e elas foram só as que os defenderam dos homens de S. Paulo, não bastando para isso nem a resistênciã, nem as armas, nem a multidão. Tomavam [alguns], e como lhes não entendiam a língua os tornavam a lançar de ali, pela maior parte em diferentes terras. Espero em Deus que estes, que por ali foram semeando, nos hão-de servir muito algum dia para a conversão, porque terão aprendido as línguas e podem ser intérpretes de umas nações a outras. O modo com que estes índios recebiam os portuguezes era ordinariamente de paz, e só com sinais de grande espanto e pasmus, que lhes causava a novidade da gente e trajos que nunca tinham visto; e outros havia que, ou de maior valor ou de maior mêdo, tomavam as armas e se punham a defesa de suas casas. E, preguntando eu a um dos cabos desta entrada, como se haviam com êles, me respondeu com grande desenfado e paz da alma: «A êsses dávamos-lhe uma carga cerrada, caíam uns, fugiam outros, entrávamos na aldeia, tomávamos aquillo que havíamos mister, metçamo-lo nas canoas e, se algumas das suas eram melhores que as nossas, trocávamo-las e prosseguíamos nossa viagem». Isto me respondeu êste capitão como se contara uma acção mui louvável; e assim fala toda esta gente nos tiros que fizeram, nos que lhe fugiram, nos que alcançaram, nos que lhe escaparam, e nos que mataram, como se referiram as festas de uma montaria, e não importaram mais as vidas dos índios que-a dos javalis ou gamos.

Todos estes homicídios e latrocínios se toleram em um reino tão católico como Portugal, há mais de sessenta anos, pôsto que, no tempo em que estivemos sujeitos a

Castela, se acudiu com Provisões reais e Breves dos Sumos Pontífices, que se não guardaram. Com a restituição da coroa ao legítimo rei se nos acabou a desculpa destas maldades, [que] ainda se continuam como dantes, sem haver para elas nem devassa, nem [procedimentos], nem castigo, nem ainda por pejo do mundo um leve homízio; senão pública e total imunidade. O merecimento por que são concedidos aos sertanistas de S. Paulo estes privilégios, declaram êles mesmos com muita galanteria (não sei se com igual verdade) que o ouro que se tira nas minas de S. Paulo [se põe todo] em barretas em que se vai a cunhar, e dizem êles que, em fazendo barretadas a estes ministros com estas barretas, logo ficam tanto em sua graça que dos seus pecados lhe fazem virtudes. De alçadas que foram a S. Paulo, e governadores que têm ido ao Brasil, se contam casos particulares e verdadeiros. O pior será que as cortesias destas barretadas tenham também lugar na côrte. O certo é que os maiores autores dêstes delitos à côrte vão, na côrte vivem, na côrte requerem, na côrte se lhes corre a fôlha, sendo que, se se correram as de todos os matos do Brasil, se haviam de achar todas tintas com o sangue destas tiranias, e nenhuma havia de haver que se não convertêsse em línguas, para pedir castigos e vinganças ao céu. Mas ainda mal, porque vêmos os castigos e o maior de todos é não acabarmos de conhecer que é esta a principal causa (1).

Se os reis não emendarem por si estas tiranias, não há

(1) Aqui seguia-se o período abaixo, evidentemente interpolado na cópia: « Um dos últimos castigos, que Deus deu a El-rei por cativinhos injustos, foi tirar-lhe o primogénito e, porque não cessou antes continuou, tirar-lhe por fim o reino mais a vida ». A carta é de 1654; D. João IV morreu em 1656.

que esperar que os autores delas tenham nunca emenda. E bem se viu na ocasião desta jornada, porque, sôbre virem tão açoutados e castigados dela, a contrição que tiraram dêste castigo foi embarcarem-se logo alguns, que em S. Paulo têm maior poder e mais [cabedal], para de lá tornarem ao sertão do Pará, e tirarem dêle os índios Tupinambás e outros de língua geral, de que aqui tiveram notícias, e se teme que já os terão levado. Estas são, Padre Provincial, as notícias que posso dar a V. Rev.^a, desta conquista do Maranhão de onde faço esta.

_____ *Antônio Vieira.*

CARTA LXVII

Ao Rei D. João IV (1)

1654 — Abril 4

Senhor. — No fim da carta de que V. M. me fez mercê me manda V. M. diga meu parecer sôbre a conveniência de haver neste estado ou dois capitães-mores ou um só governador.

Eu, Senhor, razões políticas nunca as soube, e hoje as sei muito menos; mas por obedecer direi tôscamente o que me parece.

Digo que menos mal será um ladrão que dois; e que mais dificultosos serão de achar dois homens de bem que um. Sendo propostos a Catão dois cidadãos romanos para o provimento de duas praças, respondeu que ambos lhe descontentavam: um porque nada tinha, outro porque nada

_____ (1) No t. 1.^o da 1.^a ed.

lhe bastava. Tais são os dois capitães-mores em que se repartiu êste govêrno: Baltasar de Sousa não tem nada, Inácio do Rêgo (1) não lhe basta nada; e eu não sei qual é maior tentação, se a necessidade, se a cobiça. Tudo quanto há na capitania do Pará, tirando as terras, não vale dez mil cruzados, como é notório, e desta terra há-de tirar Inácio do Rêgo (2) mais de cem mil cruzados em três anos, segundo se lhe vão logrando bem as indústrias (3).

Tudo isto sai do sangue e do suor dos tristes índios, aos quais trata como tão escravos seus, que nenhum tem liberdade nem para deixar de servir a êle nem para poder servir a outrem; o que, além da injustiça que se faz aos índios, é ocasião de padecerem muitas necessidades os portugueses e de perecerem os pobres. Em uma capitania destas confessei uma pobre mulher, das que vieram das Ilhas (4), a qual me disse com muitas lágrimas que, de nove filhos que tivera, lhe morreram em três meses cinco filhos, de pura fome e desamparo; e, consolando-a eu pela morte de tantos filhos, respondeu-me: « Padre, não são êsses os por que eu choro, senão pelos quatro que tenho vivos sem ter com que os sustentar, e peço a Deus todos os dias que me os leve também ».

São lastimosas as misérias que passa esta pobre gente das Ilhas, porque, como não têm com que agradecer, se algum índio se reparte não lhe chega a êles, senão aos poderosos; e é êste um desamparo a que V. M. por pie-

(1) Baltasar de Sousa Pereira e Inácio do Rêgo Barreto, respectivamente capitães-mores do Maranhão e do Pará. Os nomes substituídos por N. de N., e N. do N. no texto impresso.

(2) Vieira ignorava ter êle falecido em 24 do mês anterior.

(3) Três anos: tempo que durava o govêrno.

(4) Era comum levarem-se famílias dos Açores, e também mulheres solteiras, para povoar o Brasil.

dade devera mandar acudir com efeito: mas também a isto se acode nos capítulos de um papel que com esta vai.

Tornando aos índios do Pará, dos quais, como dizia, se serve quem ali governa como se foram seus escravos, e os traz quási todos ocupados em seus interêsses, principalmente no dos tabacos, obriga-me a consciência a manifestar a V. M. os grandes pecados que por ocasião dêste serviço se cometem.

Primeiramente nenhum dêstes índios vai senão violentado e por fôrça, e o trabalho é excessivo, e em que todos os anos morrem muitos, por ser venenosissimo o vapor do tabaco: o rigor com que são tratados é mais que de escravos; os nomes que lhes chamam e que êles muito sentem, feiíssimos; o comer é quási nenhum; a paga tão limitada que não satisfaz a menor parte do tempo nem do trabalho; e como os tabacos se lavram sempre em terras fortes e novas, e muito distante das aldeias, estão os índios ausentes de suas mulheres, é ordinariamente êles e elas em mau estado, e os filhos sem quem os sustente, porque não têm os pais tempo para fazer suas roças, com que as aldeias estão sempre em grandíssima fome e miséria.

Também assim ausentes e divididos não podem os índios ser doutrinados, e vivem sem conhecimento da fé, nem ouvem missa nem a têm para a ouvir, nem se confessam pela quaresma, nem recebem nenhum outro sacramento, ainda na morte; e assim morrem e se vão ao inferno, sem haver quem tenha cuidado de seus corpos nem de suas almas, sendo juntamente causa estas crueldades de que muitos índios já cristãos se ausentam de suas povoações, e se vão para a gentildade, e de que os gentios do sertão não queiram vir para nós, temendo-se do trabalho a que os obrigam, a que êles de nenhum modo são costumados, e assim se vêm a perder as conversões e os já

convertidos; e os que governam são os primeiros que se perdem, e os segundos serão os que os consentem; e isto é o que cá se faz hoje e o que se fez até agora.

Assim que, Senhor, consciência e mais consciência é o principal e único talento que se há-de buscar nos que vierem governar êste Estado. Se houvesse dois homens de consciência, e outros que lhes succedessem, não haveria inconvenientes em estar o govêrno dividido. Mas, se não houver mais que um, venha um que governe tudo e trate do serviço de Deus e de V. M.; e se não houver nenhum, como até agora parece que não houve, não venha nenhum, que melhor se governará o Estado sem êle que com êle. Se para a justiça houver um letrado recto, para o político basta a Câmara e para a guerra um sargento maior, e êsse dos da terra e não de Elvas nem de Flandres; porque êste Estado, tendo tantas léguas de costa e de ilhas e de rios abertos, não se há-de defender, nem pode, com fortalezas nem com exércitos, senão com assaltos, com canoas, e principalmente com índios e muitos índios; e esta guerra só a sabem fazer os moradores que conquistaram isto, e não os que vêm de Portugal.

E bem se viu por experiência que um governador que veio de Portugal, Bento Maciel Parente (1), perdeu o Maranhão, e um capitão-mor, António Teixeira, que cá se elegeu, o restaurou, e isto sem socorro do Reino (2). Aqui há

(1) No texto impresso N. do N., forma que não corresponde bem ao nome, e induz a dúvida sôbre o que realmente estaria no original. É possível um equívoco de Vieira; mas Bento Maciel Parente foi o governador, ido do Reino em 1638, que entregou o Maranhão aos holandeses, e morreu prisioneiro dêles na fortaleza do Rio Grande. A nenhum outro podia ser a referência.

(2) António Teixeira de Melo, senhor de engenho, que à testa dos colonos e índios conseguiu expulsar os invasores.

homens de boa qualidade que podem governar com mais notícia e também com mais temor; e ainda que tratem do seu interêsse, sempre será com muito maior moderação, e tudo o que grangearém ficará na terra, com que ela se irá aumentando; e se disfrutarem a herdade será como donos, e não como rendeiros, que é o que fazem os que vêm de Portugal. Mas uma vez que os índios estiverem independentes dos governadores, arrancada esta raiz, que é o pecado capital e original dêste Estado, cessarão também todos os outros que dêle se seguem, e Deus terá mais motivo de nos fazer mercê.

Êste é, Senhor, o sentir de quási todos; mas o meu sentir, e o meu chorar, e o meu lamentar, é que tenho vindo a êste Estado, e trazido a êle tantos religiosos muito servos de Deus, só com intento de o servirmos mais e com mais quietação, e de não tratarmos de outra cousa que da salvação de nossas almas e das desta pobre gente, sem nos divertirmos a nenhum outro cuidado, como até agora pela bondade de Deus temos feito; e que, apesar de tudo isto, seja tão poderoso o demónio nêste Estado, e V. M. tão mal servido nêle, que os que mais nos deveram favorecer, e ainda compadecer-se de nossos trabalhos, por não dizer edificar-se da constância e alegria com que os vêm padecer e desprezar, êsses sejam os que nos têm pôsto no maior trabalho de todos, perturbando nossas missões, impedindo o remédio e salvação de tantas almas, e sôbre tudo a quietação das nossas, principalmente da minha que é a mais fraca, sendo-me necessário andar com pleitos e requerimentos e informações, e ainda descer ao particular de escrever vidas e procedimentos alheios, de que só Deus é verdadeiro juiz, e o que eu não posso fazer sem grande pena e ainda escrúpulo, pôsto que tudo o que digo, Senhor, é sem paixão nem ódio algum contra as pessoas de quem

falo, e sòmente porque V. M. não pode deferir ao remédio que pedimos sem ser inteiramente informado, e esta informação se não pode fazer sem nomear as pessoas que nos encontram, e as causas e interêsses que a isto as movem, para que se atalhem.

Assim que, Rei e Senhor, V. M. mande considerar se é bem que êstes índios sirvam a Deus, a V. M., à república, aos pobres, e à conservação de muitos outros índios; ou que, desprezados todos êstes respeitos, sirvam com tantas ofensas de Deus aos interêsses de um só homem, que é o que sempre fizeram e fazem. E porque a distância do lugar não sofre dilações nem interlocutórias, V. M. se sirva de mandar tomar no particular de nossas missões uma resolução última, com a qual nos livre V. M. por uma vez de requerimentos e de demandas com os ministros de V. M.; porque, se não estivermos totalmente isentos dêles, nunca poderemos conseguir o fim para que viémos, da conversão e salvação das almas, e será melhor retirarmo-nos a tratar só da quietação das nossas.

A muito alta e poderosa pessoa de V. M. guarde Deus como a Cristandade e os vassallos de V. M. havemos mister.
Maranhão, 4 de Abril de 1654.

António Vieira.

CARTA LXVIII

Ao Rei D. João IV (1)

1654 — Abril 4

Senhor. — Recebi a carta que V. M. me fez mercê mandar escrever, e depois de a venerar com todo o affecto

(1) No t. 1.º da 1.ª ed. Inserem-se por extenso os nomes, occultos nas anteriores impressões.

que devo, achou a minha alma nela toda a consolação que V. M., por sua piedade e grandeza, quis que eu com ela recebesse. Dou infinitas graças a Deus pelo grande zêlo da justiça e salvação das almas que tem pôsto na de V. M., para que, assim como tem sido restaurador da liberdade dos portuguezes, o seja também das dêstes pobres Brasis, que há trinta e oito anos padecem tão injustos cativeiros, e tiranias tão indignas do nome cristão.

Eu li aos índios, assim do Pará como dêste Maranhão, a carta de V. M. traduzida na sua língua, e com ela ficaram mui consolados e animados, e se acabaram de desenganar que o não serem até agora remediadas suas opressões era por não chegarem aos ouvidos de V. M. seus clamores; esperam pelos efeitos destas promessas, tendo por certo que lhe não sucederá com elas o que até agora com as demais, pois as vêem firmadas pela real mão de V. M.

V. M. me faz mercê dizer que mandou se confirmassem os despachos com tudo o que de cá aponte; mas temo que aconteça ao Maranhão o que nas enfermidades agudas, que entre as receitas e os remédios piore o enfêrmo de maneira que, quando se lhe vêm a aplicar, é necessário que sejam outros mais eficazes. Tudo nêste Estado tem destruído a demasiada cobiça dos que governam, e ainda depois de tão acabado não acabam de continuar os meios de mais o consumir. O Maranhão e o Pará é uma Rochela de Portugal, e uma conquista por conquistar, e uma terra onde V. M. é nomeado mas não obedecido.

Vim com as ordens de V. M., em que tanto me encarregou a conservação destas gentilidades, e aos governadores e Capitães-mores que me dessem toda a ajuda e favor, que lhe pedisse para as jornadas que se houvessem de fazer ao sertão. Apresentei as ditas ordens ao Capitão-mor Bal-

tasar de Sousa (1), e logo assentámos que a primeira missão fôsse o descobrimento dos índios Ibirajaras (2), de que há fama nestas partes que são descendentes de homens da Europa, que aqui vieram dar em um naufrágio.

Fez-se êste ajustamento no primeiro de Março de 1653, para se executar em Junho do mesmo; e, fazendo eu todas as diligências e muitas mais das que me tocavam, o Capitão-mor me foi entretendo sempre com promessas e demonstrações exteriores de prevenções, até partir o último navio daquele ano, para que eu já não tivesse por onde avisar a V. M. Partido o navio, fui às aldeias a fazer resenha da gente e das armas que tinham para a jornada, e, tanto que o Capitão-mor me teve ausente, fez uma junta a que chamou as pessoas que êle quis, e por seus votos, pôsto que não de todos, se assentou que não era tempo de ir ao dito descobrimento e disse se fez um auto, com que ficou desfeita a missão.

Êste, Senhor, foi o pretexto; mas a causa que se teve por verdadeira era porque os índios neste Maranhão são poucos, e se queria aproveitar dêles, como aproveita, ou ocupando-os em cousas de seus interêsses, ou repartindo-os com quem lhos sabe agradecer. E prova-se claramente que nunca teve tenção de que a jornada se fizesse, porque, havendo de ser dezoito ou vinte canoas que havia de ter prevenidas, pedindo-lhe eu uma, tanto que se desfez a

(1) Baltasar de Sousa Pereira.

(2) Ubirajara no Mss. de Évora. (Supra p. 384). Ambas as grafias correspondem ao vocábulo tupi. Com o mesmo nome se designava uma tribu de ferozes selvagens, no sertão da Baía, que como arma usavam um pau tostado, agudo em ambas as pontas, o qual de longe arremeçavam; e de aí lhes veio o título, que significa *senhores dos paus*. A êstes do Maranhão chamavam também Barbados. Supra, p. 327.

missão para ir ao Pará, custou-lhe muito o buscá-la para me a dar; e sôbre tudo, no mesmo tempo em que se havia de dispôr a jornada, mandou êle fazer duas grandes lavouras de tabaco, as quais era fôrça que se colhessem e beneficiassem no mesmo tempo, e pelos mesmos índios que haviam de ir a ela, por não haver outros. E não é de crer que um homem que é pobre, e tem desejo de o não ser, quisesse perder a sua lavoura e plantar o que não havia de colher.

E êstes indícios eram tão manifestos, ainda antes de se descobrir o efeito dêles, que por vezes me os avisaram os padres que andavam pelas aldeias, advertindo-me que me não fiasse das promessas do Capitão-mor, porque êles não viam disposição nenhuma nos índios, e os trazia o dito Capitão-mor ocupados todos em cousas muito alheias do nosso pensamento.

Finalmente, o tempo em que a missão se assentou era não só bastante, senão dobrado do que se havia mister para a prevenção e disposição dela, quanto vai de Março a Junho. Assim que, se faltou o tempo, foi porque o não quis aproveitar quem tinha obrigação disso, e mais fazendo-lhe eu continuas lembranças, como fazia.

Desenganado desta missão, ou enganado nela, parti-me para o Pará com os padres que tinha detido, e tratando de passar ao Rio das Amazonas me ofereceu o Capitão-mor de ali, Inácio do Rêgo (1) outra missão para o Rio dos Tocantins, em que se dizia estarem abaladas muitas aldeias de índios para se descerem.

Aceitei, e tratei logo de se dispôr tudo o que nos era necessário; mas as traças e enganos com que neste negócio se houve Inácio do Rêgo, e as máquinas que urdiu para

(1) Inácio do Rêgo Barreto.

levar o efeito desta entrada ao fim de seus interesses, é impossível podê-lo eu representar a V. M.

Primeiramente, dizendo êle que os índios eram mais de dez ou doze mil, tratou de os repartir todos pelos moradores, que era um modo côrado de os cativar e vender, sem mais diferença que chamar à venda repartição, e ao preço agradecimento. Por vezes me disse que os havia de repartir na forma sobredita, oferecendo-me que tomaria dêles para as nossas aldeias do Maranhão e Pará todos os que quisesse, o que eu de nenhuma maneira aceitei: só disse que os índios, quando quisessem vir por sua vontade, se haviam de pôr em suas aldeias nos lugares que fôsem mais acomodados à sua conversão, porque isto era o que S. M. ordenava, e o contrário manifesta violência e injustiça. Procurei que, antes que os ditos índios descessem do sertão, se lhes fizessem mantimentos, para que vindo não morressem à fome, como sucede ordinariamente em semelhantes casos; mas Inácio do Rêgo me respondeu por vezes que morressem muito embora, que melhor era morrerem cá que no sertão, porque morriam baptizados.

Esta é uma das causas que têm destruído infinidade de índios neste Estado: tirarem-nos de suas terras e trazerem-nos às nossas, sem lhe terem prevenidos os mantimentos de que se hão-de sustentar; mas fazem-no assim os que governam, porque, se houverem de fazer as prevenções necessárias, há-de-se gastar muito tempo nelas, e entretanto passam-se os seus três anos, e êles antes querem cinquenta índios que os sirvam, ainda que morram quinhentos, que muitos mil vivos e conservados, de que êles se não hajam de aproveitar.

Emfim, depois de grandes batalhas vim a conseguir que os índios se houvessem de trazer para quatro aldeias das antigas do Pará, em que se pudessem menos incômo-

damente doutrinar, sendo que V. M., nas ordens que foi servido dar-me, ordena que os índios que descerem do sertão se ponham no lugar que eu elegei e julgar por mais conveniente; mas nada disto me quer consentir nem guardar Inácio do Rêgo, e ainda no ajustamento das quatro aldeias referidas faltou logo com a palavra, mandando que fôsem trazidos os índios para oito aldeias, e essas as que mais acomodadas ficavam aos seus tabacos e outros interêsses.

Nas sobreditas ordens manda V. M. que as missões ao sertão, ou por mar ou por terra, as faça eu na forma que julgar e tiver por melhor; e, no particular das ditas missões, só encarrega V. M. aos governadores e capitães-mores que me dêem canoas e índios, com pessoas práticas e o demais que fôr necessário. Assim mais manda V. M. no regimento dos capitães-mores que, sob pena de caso maior, nenhuma pessoa secular, de qualquer estado ou condição que seja, possa ir ao sertão buscar os gentios por nenhum modo, nem trazê-los ainda que seja por sua vontade; e sem embargo, Senhor, destas duas ordens de V. M., a primeira tão particular e a segunda tão apertada, entregou Inácio do Rêgo esta jornada do Rio dos Tocantins a um Gaspar Cardoso, ferreiro actual com tenda aberta, fazendo-o capitão e cabo dela; a êste homem deu o regimento do que se havia de obrar, ordenando-lhe que êle fizesse as práticas aos índios, e que os trouxesse e pusesse nos lugares que lhe nomeava; emfim, entregando tudo à sua disposição, e só no cabo do regimento lhe dizia que me desse conta do que fizesse.

Repliquei a êste regimento, e mostrei a Inácio do Rêgo as ordens de V. M.; requeri-lhe da parte do serviço de Deus e de V. M. que nos não quisesse perturbar as nossas missões, nem intrometer-se no que V. M. nos encomendava a nós e não a êle, antes a êle o proibia; e que, se era neces-

sário ir capitão e soldados para a segurança da jornada, que fôsem muito embora; mas que êsses entendessem só no que tocasse à guerra, e não no particular de praticar ou descer os índios, pois V. M. no-lo encomendava a nós, e para isso mandava vir padres, línguas do Brasil, a tantas despesas suas; e sôbre tudo proíbe expressamente, e sob tão graves penas, que nenhuma pessoa secular pudesse ir buscar índios: mas de nada disto fez caso Inácio do Rêgo, dizendo que não havia de mudar o seu regimento, e assim o deu ao dito Gaspar Cardoso, mandando-lhe que o guardasse inviolavelmente.

Sucedeu isto tudo no mesmo dia da partida. Indo-me já embarcar, veio ter comigo o Vigário geral do Pará, Mateus de Sousa Coelho (1), de quem V. M. por outra via terá largas informações, íntimo amigo e confidente de Inácio do Rêgo. Trouxe-me o dito Vigário um papel, em que Inácio do Rêgo ordenava a Gaspar Cardoso que seguisse na jornada o que eu dispuzesse; mas aqui estive o maior engano de todos, porque, debaixo desta ordem, lhe deu Inácio do Rêgo outra em contrário, em que lhe mandava que a não guardasse, e fizesse em tudo o que diziã no regimento que lhe dera: e com efeito assim o fez e cumpriu o dito Gaspar Cardoso.

Partimos para o Rio dos Tocantins, eu e outros três religiosos, todos sacerdotes teólogos e práticos na língua da terra, e dois dêles insignes nela. Navegámos pelo rio acima duzenta e cincoenta léguas; chegámos ao lugar onde estavam os índios que íamos buscar; e Gaspar Cardoso foi o que conforme o seu regimento governou sempre tudo, e o que em seu nome antes de chegar mandava embaixada aos índios, e a quem êles foram reconhecer depois de

(1) Supra, p. 329. N. de N. na 1.^a ed.

chegado, e o que lhes disse que os ia buscar da parte de V. M. e do Governador, e o que lhes fazia as práticas por meio de um mulato que lhe servia de intérprete: e no mesmo tempo estávamos nós nas nossas barracas, mudos como se nos não pertencera aquela emprêsa, nem tivéramos línguas, nem tanta autoridade como o ferreiro para falar, nem fôramos aquêles homens a quem V. M. mandou vir ao Maranhão com tantos empenhos só para êste fim, nem Gaspar Cardoso fôsse secular a quem V. M. o proíbe sob pena de caso maior.

Fiz por três vezes requerimento ao dito Gaspar Cardoso se não intromettesse no que lhe não tocava, e era próprio de nossa profissão, e para que V. M. nos mandára; mostrei-lhe e li-lhe, diante dos padres e de oito ou dez soldados que levava consigo, a ordem de V. M. e a do Capitão-mor, e respondeu públicamente que a de V. M. não podia guardar, e que a do Capitão-mor não queria. Bem entenderam todos que êste modo de falar era de quem se fiava em ordem secreta que tinha encontrada, e assim me o declarou o mesmo Gaspar Cardoso por muitas vezes, e a diferentes pessoas, como consta por certidões juradas, nas quais, e em outras que envio, poderá V. M. mandar ver outras muitas circunstâncias dêste caso mui notáveis e indignas.

Emfim, Senhor, os pobres índios nos diziam que não queriam fazer outra cousa senão o que os padres quisessem e o que El-rei mandava, trazendo sempre El-rei na bôca; mas Gaspar Cardoso e os seus, parte com promessas, parte com ameaços, parte com lhes darem demasiadamente de beber e os tirarem de seu juízo, parte com lhes dizerem que os padres haviam de tirar aos Principais as muitas mulheres que costumavam ter, para com isto os alienarem de nós: com estas e outras semelhantes violências e impie-

dades, arrancaram de suas terras metade dos índios que ali estavam (e seriam por todos mil almas), e os trouxeram pelo rio abaixo; e depois de Gaspar Cardoso repartir alguns pelos soldados, e levar outros para sua casa, a maior parte de todos se puseram na aldeia chamada de Mocajuba, sem embargo de não haver nela mantimentos alguns para se sustentarem; mas é esta aldeia a que está mais perto dos principais tabacos de Inácio do Rêgo.

Êste foi, Senhor, o fim desta malograda missão, na qual, se se guardaram as ordens de V. M., e os padres se ficaram com os índios, como êles e nós pretendíamos, para se descerem depois còmodamente, assim destas como de três outras nações vizinhas esperávamos trazer, em mui pouco tempo, à fé de Cristo mais de cinco ou seis mil almas, e com elas muitas outras no mesmo rio.

Mas não só ficaram estas almas fora do grémio da Igreja, senão que também foram os padres constrangidos a deixar naquele sertão muitas de inocentes que já tinham baptizado, ficando em tão evidente risco de não terem jámais quem lhes ensine a fé que receberam, e de viverem e morrerem como os demais gentios.

E certo, Senhor, é dôr grande, e que há mister muita graça do céo para se sofrer, verem tantos religiosos, homens de bem, que depois de deixarem suas pátrias e províncias, e as comodidades que nelas tinham, e tudo quanto podiam ter, por amor de Deus; depois de passarem mares e atravessarem tão grandes e perigosos rios, padecerem fomes, frios, chuvas, enfermidades e as inclemências do mais destemperado clima que tem o mundo; e depois de se expôrem a tantos e tão evidentes perigos de vida, só por salvar estas pobres almas; que quando as tinham já quási dentro das redes de Cristo, lhas houvessem de tirar delas por uma violência tão enorme, e que os que fizeram esta

injúria a Deus, à fé, à Igreja e a V. M., não fôsem os bárbaros das brenhas, nem outros homens inimigos ou estranhos, senão aqueles mesmos de quem V. M. confia os seus Estados, e a quem V. M. encomenda primeiro que tudo a conversão das almas, e lhes encarrega os meios dela sob pena de caso maior!

Por esta dôr e por esta causa, foram de parecer todos os padres desta missão que eu partisse logo aos pés de V. M., a representar estas injustiças e violências, e a clamar e bradar, quando não bastasse, e assim estive deliberado; mas êste pobre rebanho é tão pobre, tão desamparado e perseguido, que nem por poucos dias se pode deixar sem grande risco; e da real grandeza, justiça e piedade de V. M. esperamos que bastem estas regras, para V. M. lhes mandar deferir, com tão pronto e breve remédio como a matéria pede, e como todos êstes perseguidos religiosos, vassallos de V. M. e seus missionários, prostrados aos reais pés de V. M., com todo o affecto de nossas almas lhe pedimos.

Pedimos, Senhor, a V. M. o que verdadeiramente é cousa indigna de pedir-se em um reino tão católico como Portugal, e a um rei tão pio e tão justo como V. M.; pedimos que mande V. M. acudir aos ministros do Evangelho; que mande libertar a prègação da fé, e desforçá-la das violências que padece; que mande franquear o caminho da conversão das almas, e pô-las no alvedrio natural em que Deus as criou; e que mande V. M. tomar conta de todas as que nesta ocasião se puderam salvar, e se queriam converter, e ficam perdidas.

E porque a experiência nos tem mostrado quão pouco temidas e obedecidas são nestas partes as ordens de V. M., por particular mercê lhe pedimos que as que de novo fôr servido mandar-nos não sejam com cláusula de que, fazen-

do-se o contrário, se dê conta a V. M.; porque o recurso está mui distante, e não há navio senão de ano em ano, e em um ano, e em um mês, e em um dia perdem-se, Senhor, muitas almas. A pena de caso maior grande é, e que devera ser mui temida e respeitada; mas, como estas penas se ouvem tantas vezes e nunca se vêem, são tão mal cridas como nós estamos experimentando. Assim que, Senhor, não há senão isentar V. M. as missões de toda a intervenção e jurisdição dos que usam tão mal da que não têm, e libertar V. M. os ministros da prègação do Evangelho, pois Deus a fez tão absoluta e tão livre, que não é bem que até a salvação dos índios seja neste Estado cativa como êles.

A muito alta e muito poderosa pessoa de V. M. guarde Deus como a Cristandade e os vassalos de V. M. havemos mister. Maranhão, 4 de Abril de 1654.

António Vieira.

CARTA LXIX

Ao Rei D. João IV (1)

1654 — Abril 6

Senhor. — *E sabe Deus que com muito zêlo de seu serviço desejo que se guarde justiça a essa pobre gente, para o que vos encomendo muito me advirtais de tudo que vos parecer necessário, porque fazeis nisso muito serviço a Deus e a mim.* Estas palavras, Senhor, são de V. M. na

(1) No t. 1.º da 1.ª ed.

carta que foi servido mandar-me escrever, e muito dignas de V. M.; e porque as injustiças que se fazem a esta pobre e miserabilíssima gente não cabem em nenhum papel, direi sòmente nêste o modo com que se poderão remediar, depois de o ter considerado e encomendado a Deus, e o ter conferido com algumas pessoas das mais antigas, experimentadas e bem intencionadas dêste Estado, pôsto que são nêle poucos os que podem dar juízo nesta matéria, que sejam livres de suspeita e dignos de fé; porque todos são interessados nos índios, e vivem e se remedeiam das mesmas injustiças que V. M. deseja remediar.

O remédio, pois, Senhor, consiste em que se mude e melhore a forma por que até agora foram governados os índios; o que se poderá fazer, mandando V. M. guardar os capítulos seguintes:

I. Que os governadores e capitães-mores não tenham jurisdição alguma sôbre os ditos índios naturais da terra, assim cristãos como gentios, e nem para os mandar nem para os repartir nem para outra alguma cousa, salvo na actual ocasião de guerra, a que serão obrigados a acudir, êles e as pessoas que os tiverem a seu cargo, como fazem em toda a parte; e para serviço dos governadores se lhe nomeará um número de índios conveniente, atendendo à qualidade e autoridade do cargo e à quantidade que houver dos ditos índios.

II. Que os ditos índios tenham um procurador geral em cada capitania, o qual procurador assim mesmo seja independente dos governadores e capitães-mores, em todas as cousas pertencentes aos mesmos índios; e êste procurador seja uma das pessoas mais principais e autorizadas e conhecidas por de melhores procedimentos, ao qual elegerá o povo no princípio de cada ano, podendo confirmar ao mesmo ou eleger outro, em caso que não dê boa satis-

fação de seu officio, o qual officio exercitará com a jurisdicção, e nos casos que ao diante se apontam.

III. Que os ditos índios estejam totalmente sujeitos, e sejam governados por pessoas religiosas, na forma que se costuma em todo o Estado do Brasil; por quanto, depois de se intentarem todos os meios, tem mostrado a experiência que, segundo o natural e a capacidade dos índios, só por este modo podem ser bem governados e conservarem-se em suas aldeias.

IV. Que no princípio de cada ano se faça lista de todos os índios de serviço, que houver nas aldeias de cada capitania, e juntamente de todos os moradores dela, e que conforme o número dos ditos índios, e dos ditos moradores, se faça repartição dos índios que houverem de servir aquele ano a cada um, havendo respeito à pobreza ou cabedal dos ditos moradores, de maneira que a dita repartição se faça com toda a igualdade, sendo em primeiro lugar providos os pobres para que não pereçam; e as sobreditas listas e repartição a faça o prelado dos religiosos que administrar os ditos índios, e o Procurador geral de cada capitania, conforme suas consciências, sem na dita repartição se poder meter Governador nem Câmara nem outra alguma pessoa de qualquer qualidade que seja; e em qualquer dúvida que houver por parte dos índios ou moradores acerca da repartição, recorrerão ao dito prelado e Procurador, e estarão pelo que elles resolverem, sem apelação nem agravo nem forma alguma de juízo.

V. Que, por quanto as aldeias estão notavelmente diminuídas, os índios se unam do modo que parecer mais conveniente, e em que os mesmos índios se conformarem, e se reduzam a menor número de aldeias, para que sejam e possam ser melhor doutrinados, e que as ditas aldeias assim unidas se ponham nos sítios e lugares que forem

mais acomodados, assim para o serviço da república como para a conservação dos mesmos índios.

VI. Que, para que os índios tenham tempo de acudir às suas lavouras e famílias, e possam ir às jornadas dos sertões, que se hão-de fazer para descer outros e os converter à nossa santa fé, nenhum índio possa trabalhar fora da sua aldeia cada ano mais que quatro meses, os quais quatro meses não serão juntos por uma vez, senão repartidos em duas, para que desta maneira se evitem os des-serviços de Deus, que se seguem de estarem muito tempo ausentes de suas casas.

VII. Que, para que os índios sejam pagos de seu trabalho, nenhum índio irá servir a morador algum, nem ainda nas obras públicas do serviço de S. M., sem se lhe depositar primeiro o seu pagamento, o qual porém se lhe não entregará senão trazendo escrito de que tem trabalhado o tempo por que se concertaram; e para o dito depósito dos pagamentos haverá uma arca com duas chaves em cada aldeia, uma que terá o religioso que administrar, e outra o Principal da mesma aldeia.

VIII. Que todas as semanas ou todos os quinze dias, conforme o número das aldeias, haverá uma feira dos índios, à qual cada aldeia por seu turno trará a vender todos os frutos das suas lavouras, e o mais que tiverem, o que servirá assim de que as povoações dos portugueses tenham abundância de mantimentos, como de que os índios levem delas as cousas necessárias a seu uso, e se animem com êste comércio a trabalhar; e, para que não se lhes possa fazer algum engano nos preços das cousas, que lhes forem dadas por comutação das suas, presidirá nesta feira o Procurador dos índios, ou a pessoa a quem êle o cometer, eleita por êle e pelo prelado dos religiosos que na capitania tiverem a seu cargo os índios.

IX. Que as entradas, que se fizerem ao sertão, as façam sòmente pessoas eclesiásticas, como V. M. tem ordenado aos capitães-mores sob pena de caso maior em seus regimentos, e que os religiosos, que fizerem as ditas entradas, sejam os mesmos que administrem os índios em suas aldeias; porque, sendo da mesma sujeição e doutrina, melhor os obedecerão e respeitarão, e irão com êles mais seguros de alguma rebelião ou traição.

X. Que pela causa sobredita, e por evitar bandos entre os índios, que naturalmente são vários e inconstantes e desejosos de novidades, e para que a doutrina que aprenderem seja a mesma entre todos sem diversidades de pareceres, de que se podem seguir graves inconvenientes, ainda que neste Estado há diferentes Religiões, o cargo dos índios se encomende a uma só, aquela que V. M. julgar que o fará com maior inteireza, desinterêsse e zêlo, assim do serviço de Deus e salvação das almas comõ do bem público.

XI. Que nenhuns índios se desçam do sertão sem primeiro se lhe fazerem suas roças e aldeias, onde possam viver, e que não sejam obrigados a entrar na pauta dos índios de serviço, na forma acima dita, senão depois de estarem mui descansados do trabalho do caminho, e doutrinados e domesticados, e capazes de serem applicados ao dito serviço dos moradores, que sempre se deve fazer sem nenhuma violência nem opressão dos índios.

XII. Que, se nas entradas que se fizerem ao sertão forem achados alguns índios de corda, ou que de alguma outra maneira sejam julgados por justamente cativos, êstes tais se poderão resgatar, com condição que os religiosos, com assistência do cabo que fôr, julguem primeiro os ditos cativeiros por justos e lícitos, examinando-os por si mesmos; e, para êste fim, irão sempre às ditas jornadas religiosos

que sejam juntamente bons línguas e bons teólogos, e quando menos que um seja bom teólogo, outro bom língua.

XIII. Que em caso que os ditos resgates se façam nas entradas do sertão, a repartição dêles se faça *pro rata* por todos os moradores do Estado, conforme o número dos índios que se resgatarem, começando sempre pelos mais pobres, para que tenham quem os ajude; e os repartidores serão os mesmos Procurador geral e prelado da Religião, que, como fica dito, hão-de repartir os índios forros para o serviço.

XIV. Que, por quanto as jornadas ao sertão, que se fazem, são ordinariamente perigosas por razão dos bárbaros, para segurar os religiosos e os índios que forem nas ditas jornadas, haja companhia de soldados brancos, a qual ou inteira ou dividida lhe dê escolta, conforme a necessidade o pedir; e que a dita companhia se chame da Propagação da fé, e para ela será escolhido capitão e soldados de maior cristandade e capacidade para o sertão, aos quais V. M. honre com algum privilégio particular; e que o dito capitão e soldados não seja companhia criada de novo, senão uma das mesmas que há, formada de ramo delas, e que só esteja sujeita aos governadores e capitães-mores em ocasião de guerra actual ou delito que cometesse, e no mais estará à disposição do prelado maior da Religião que tiver a seu cargo as missões do sertão, que também será missionário geral de todo o Estado; e conforme o que o dito missionário geral dispuser, o dito capitão ouvirá ou mandará os soldados que forem necessários para cada uma das missões com seus cabos, e os ditos cabos somente terão jurisdição na disposição da guerra, em caso que se haja de fazer, a qual sempre será defensiva, e de nenhuma maneira se intrometerão a praticar aos índios,

nem por si nem por outrem, sob pena de caso maior, como V. M. tem ordenado.

XV. Que as peças, que se levarem ao sertão para os ditos resgates, irão entregues ao dito cabo que fôr nas ditas entradas, ou a alguma das ditas pessoas brancas que forem na mesma tropa, de quem o povo mais as confiar, o qual dará conta do dito cabedal à Câmara, ou a quem lhe fizer a dita entrega.

XVI. Que os índios, que se descerem, se porão nos lugares que forem mais acomodados e necessários à conservação e aumento do Estado; mas isto não fazendo fôrça ou violência alguma aos mesmos índios, senão por vontade; e, se na descida dos ditos índios se fizeram algumas despesas, serão à custa das capitánias em que os ditos índios se puserem.

XVII. Que, para que nas aldeias haja muita gente de serviço, e os índios se conservem em maior simplicidade e sujeição, se não multipliquem nas aldeias oficiais de guerra, e sòmente haja, como no estado do Brasil, os Principais e meirinhos, e um capitão da guerra, e quando muito um sargento-mor por estar introduzido. Mas, porque seria grande desconsoiação dos índios, que ao presente têm os ditos cargos, se lhes fòssem tirados, se conservarão nêles até que se extingam, e não se meterão outros em seu lugar.

XVIII. Que a eleição dos ditos oficiais se não faça pelos governadores, nem por provisões suas, senão pelos Principais das mesmas aldeias, com parecer dos religiosos que as tiverem a seu cargo, sem provisão alguma mais que uma simples nomeação, como se faz no Brasil, para que os pobres índios não sejam enganados com semelhantes papéis, como até agora foram, nem se lhes paguem com êles seus trabalhos: e sòmente quando faltasse sucessor ao

Principal de toda a aldeia ou nação, e se houvesse de fazer eleição em outro, no tal caso proporão os ditos preladôs e Procurador geral dos índios a pessoa que entre êles tiver mais merecimento, e lhes fôr mais bem aceita, e o Governador ou Capitão-mor em nome de V. M. lhe passará provisão.

XIX. Que, para que os religiosos, que agora e pelo tempo em diante tiverem o cargo dos ditos índios, não tenham ocasião de os ocupar em interêsses particulares seus, não possam os ditos religiosos ter fazenda nem lavoura de tabacos, canaviais nem engenhos, nos quais trabalhem índios, nem livres nem escravos. E os índios, que lhes forem necessários para o serviço dos seus conventos, se lhes repartirão na forma sobredita, assim a êles como aos religiosos das outras Religiões, conforme a necessidade dos ditos conventos e quantidade que houver de índios (1).

Estes são, Senhor, os meios pelos quais, sendo governados os índios, cessarão de uma vez os inconvenientes gravíssimos, que com razão dão tanto cuidado a V. M.; e para prova do zêlo e desinterêsse, com que vão apontados, não quero mais justificação que a dos mesmos capítulos. Muitas cousas das que nêles se propõem estão já qualificadas, ou com o uso do Estado do Brasil, recebido depois de larga experiência, ou com provisões e regimentos de V. M., nos quais V. M. tem mandado o mesmo que aqui se aponta.

Atendeu-se nêste papel não só ao remédio das injus-

(1) Várias destas propostas foram incluídas na lei de 9 de Abril de 1655, passada em virtude das resoluções de uma junta, a que assistiu Vieira em Lisboa, quando lá voltou dois meses depois de fazer esta carta.

tiças, a que V. M. quiere acudir, mas também ao serviço, conservação e aumento do Estado, que todo consiste em ter índios que o sirvam, os quais até agora o não serviam, ainda que os tivesse.

O ponto da repartição dos ditos índios, que é o principal, parece que se não pode fazer com mais justificação; e põe-se juntamente nas mãos de um secular eleito pelo povo, e de um religioso prelado, para que o religioso seja olheiro do secular, e o secular do religioso, e em um esteja seguro o zêlo e em outro a conveniência.

Não é êste o estilo que se usa no Brasil; porque lá todo o govêrno dos índios depende absolutamente dos religiosos, sem se fazer lista de índios nem repartição, nem haver procurador adjunto, nem outra alguma forma mais que a verdade e estilo dos mesmos religiosos, que a experiência tem mostrado que basta; mas aqui não se trata só do justo, senão também do justificado. Por êste modo, Senhor, e só por êle, poderão os índios já cristãos conservar-se em suas aldeias e serem doutrinados nelas; haverá quem leve os missionários aos sertões a trazer muitos outros à fé e obediência de V. M.; terão remédio os pobres que hoje perecem; cessarão as injúrias e injustiças dos que governam; e finalmente ficarão desencarregadas as consciências de quantos nelas têm parte, que são quasi todos.

Êste é, Senhor, o meu parecer, e o de todos os missionários que nestas partes andamos, e temos experimentado e padecido os inconvenientes que do contrário se seguem; e tudo o que aqui se aponta e refere ser conforme ao que entendemos em nossas consciências, o certifico de todos, e de mim o juro *in verbo sacerdotis*.

Só parece que faltava dizer aqui que religiosos, ou que Religião há-de ser a que tenha a seu cargo os índios na

forma sobredita; mas nêste particular não tenho eu nem posso ter voto, porque sou padre da Companhia. Só digo que é necessário que seja uma Religião de mui qualificada e segura virtude, de grande desinterêsse, de grande zêlo da salvação das almas, e letras mui bem fundadas, com que saiba o que obra e o que ensina; porque os casos que cá ocorrem são grandes, e muitos dêles novos e não tratados nos livros. Emfim, Senhor, a Religião seja aquela que V. M. julgar por mais idónea para tão importante empresa, e seja qualquer que fôr.

Cá tive notícia que V. M. encarregara a conversão de Cabo Verde e Costa de Guiné aos padres capuchinhos de Itália, e me pareceu eleição do céu e mui digna de V. M., pelo grande conceito que tenho do espírito e zêlo daquêles religiosos. E lembrado estará o Secretário Pedro Vieira que lhe falei eu mesmo nêles, para êste fim da conversão das almas, e lhe disse que tomara que no nosso reino se trocara esta Religião por alguma outra, suposto não ser ela capaz de se multiplicar.

Mas qualquer que seja a Religião a que V. M. encomendar a conversão dêste Estado, se ela e os índios não estiverem independentes dos que governarem, V. M. pode estar mui certo que nunca a conversão irá por diante, nem nela se farão os empregos que a grandeza da conquista promete; porque estas terras não são como as da India ou Japão, onde os religiosos vão de cidade em cidade; mas tudo são brenhas sem caminho, cheias de mil perigos, e rios de dificultosíssima navegação, pelos quais os missionários não hão-de ir nadando, senão em canoas, e essas muitas e bem armadas por causa dos bárbaros; e estas canoas, e os mantimentos para elas, e os remeiros e os guias e os principais defensores, tudo são índios e tudo é dos índios; e se os índios andarem divertidos nos inte-

rêsses dos governadores, e não dependerem sòmente dos religiosos, nem êles os terão para as ditas missões, nem estarão doutrinados como convém para elas, nem lhes obedecerão, nem lhes serão fiéis, nem se fará nada. Pelo contrário, só dizer-se aos índios do sertão que não hão-de ser sujeitos aos governadores bastará para que todos se desçam com grande facilidade, e se venham fazer cristãos; porque só a fama e o mêdo do trabalho e opressão, em que os trazem os que governam, é o que os detém nos seus matos, como cada dia no-lo mandam dizer, e é cousa tão notória como digna de se lhe pôr remédio. Maranhão, 6 de Abril de 1654.

_____ *Antônio Vieira.*

CARTA LXX

Ao Procurador da Província do Brasil (1)

1654 — Abril 15

Pax Christi.

Muito Reverendo em Cristo Padre. — Tinha já fechado o maço; tórno a abri-lo para meter nêle estas regras, as quais faço como se houvera de entrar no mar, assim como hão-de entrar as mesmas cartas.

Nelas, e nas certidões que vão, se fala em muitas pessoas assim eclesiásticas como seculares, e faça V. Rev.*

(1) Padre Francisco Ribeiro, Inédita. Do vol. da Bibl. Nac. *Várias Obras do Padre Antônio Vieira*, t. 16.º, Mss. O conteúdo provavelmente se referia a factos passados com os índios, de que Vieira mandava dar conta ao Rei.

de conta que, em tudo o que aqui vai escrito, ainda que não seja em meu nome tenho eu parte, porque o ditei ou ordenei, e quando menos o solicitei.

E como as matérias são tão graves, e tão delicadas como a honra alheia, e as palavras não podem ser tão medidas, e nos juízos humanos há tanto engano, e no que se diz e se ouve tanta variedade, pôsto que eu claramente disse, a todos os que juraram, que não queria que jurassem senão o que sabiam, e na mesma forma em que o sabiam, e sôbre isto houve da minha parte, e da de todos os nossos que juraram, muito que riscar e moderar e emendar de palavras, e grande escrúpulo em todas as formalidades do que se dizia: contudo, eu não fico totalmente livre dêle, nem em toda a minha vida tive cousa que mais pena e inquietação me dêsse.

Assim que peço muito a V. Rev.^a, por amor de Nosso Senhor, que se êstes negócios se pudessem concluir sem êstes papéis saírem a público, de maneira que se consiga o remédio das almas sem ofensa alguma do próximo, e se S. M. quisesse resolver isto em algum conselho particular e secreto, ou por si mesmo, que é melhor de tudo, seria para mim, e para quietação e satisfação de minha consciência, a maior mercê que S. M. me podia fazer, e a maior que V. Rev.^a me podia alcançar; porque lhe afirmo a V. Rev.^a que todas as vezes que me vejo metido nestes labirintos e escrúpulos, no mesmo lugar em que vim buscar a quietação, que assim chego a duvidar dela, e não sei que há-de ser de mim. Deus me valha e guarde a V. Rev.^a. Maranhão, 15 de Abril de 1654. — Servo que não presta para servir

António Vieira.

CARTA LXXI

A um Padre da Companhia de Jesus (1)

1655 — Abril 16

Meu Reverendo Padre. — Faço esta uma hora antes de me embarcar para o Maranhão; e pôsto que, a juízo de muitos, me devia deter mais, para bem da mesma missão, há causas que me obrigam a não dilatar a viagem, que quero dar a V. Rev.^a, para que V. Rev.^a as comunique ao Padre Provincial e ao Padre Nuno da Cunha, pedindo por mim a bênção a S.S. Rev.^{mas}, e esta é a única carta que deixo na minha partida.

A primeira causa é porque importa muito a minha presença, para a aceitação das ordens que vão de S. M., e explicação e inteligência e razões delas, de que depende muito o aceitarem-se bem. Segunda, porque sei de certo que, se não fôr nesta ocasião, não irei depois, porque nesta mesma frota se escrevem várias cartas ao Padre Provincial do Brasil, a que êle é fôrça que defira, e lhe pedem que me revogue a licença que me deu para a missão. Terceira, porque alguns, que foram comigo para o Maranhão, ficaram muito desconsolados com a minha vinda, e quasi duvidosos da vocação, e não faltou quem me dissesse e escrevesse que, se eu não tornar, lhe mande licença para vir. Quarta, porque assim para os de lá, como para os de cá e para todos, não é bom exemplo tornar depois de ter ido, e pode ser que mais aproveite à missão esta

(1) Talvez o Padre Inácio Mascarenhas, Reitor de S. Antão. Carta impressa no t. 3.º da 1.ª ed.

resolução de quem a tomou à sua conta, que outras razões, ainda que verdadeiras, as quais não são tão palpáveis nem as vêem nem as crêem todos. Finalmente, segundo posso entender, Deus chamou-me para o Maranhão: lá espero com mais confiança que me há-de salvar, livre das inquietações e perturbações da côrte, das quais não pode escapar senão quem foge dela.

Espero que V. Rev.^a aprove estas razões, e que o successo as confirme, servindo-se Deus de que por êste meio se consiga o que tantos estorvos tem tido até agora.

Não passe esta de V Rev.^a nem dos padres, a quem peço a ofereça por mim, pela razão que acima digo. E V. Rev.^a me encomende a Nosso Senhor, que me dê graça para que acerte a servi-lo. Lisboa, 16 de Abril de 1655.
— Servo de V. Rev.^a

António Vieira.

CARTA LXXII

Ao Rei D. João IV (1)

1655 — Agosto 5

Senhor. — Baltasar de Sousa Pereira tem servido a V. M. nêste Estado do Maranhão, com a satisfação que a V. M. representei, e que V. M. foi servido mandar-lhe agradecer por uma carta, e com a mesma me consta que

(1) Publicada pela primeira vez em 1908 na *Revista da Academia Cearense*, pelo Barão de Studart, que ofereceu o autógrafo, propriedade sua, à Academia Brasileira de Letras. O documento original tem à margem a nota: *Cons.da*, (consultada) por tinta e letra diferentes; sinal de que esteve no Conselho Ultramarino, em cujo arquivo falta.

procedeu até o fim de seu govêrno, que não acabou por V. M. ordenar que o Mestre de Campo André Vidal de Negreiros viesse governar todo o Estado, na forma do govêrno antigo. E porque André Vidal há-de entrar cedo no de Pernambuco, e Baltasar de Sousa lhe pode suceder sem despesas da fazenda de V. M., por estar ainda cá, e tem a experiência e conhecimento pelo que toca às missões que V. M. tem encarregado à Companhia, por ser uma das pessoas que com maior cristandade tratarão de ajudar a propagação da fé, e de guardar justiça aos índios assim gentios como cristãos, me pareceu representar a V. M. estas razões de conveniência, lembrando a V. M. a muita importância da última, pois dela não só depende o bem de todo o Estado mas o do mesmo reino, e sobretudo a segurança da consciência de V. M., que é o que V. M. tanto encarrega aos governadores e êles ordinariamente tão mal observam. Guarde Deus a muito alta e muito poderosa pessoa de V. M., como a Cristandade e os vassalos de V. M. havemos mister. Maranhão, 5 de Agôsto de 1655.

Antônio Vieira.

CARTA LXXIII

Ao Rei D. João IV (1)

1655 — Dezembro 6

Senhor. — Com esta remeto a V. M. a relação do que se tem obrado na execução da lei de V. M. sôbre a liber-

(1) No t. 1.º da 1.ª ed.

dade dos índios (1). Muitos ficam sentenciados ao cativeiro, por prevalecer o número dos votos mais que o pêso das razões. V. M., sendo servido, as poderá mandar pesar em balanças mais fiéis que as dêste Estado, onde tudo nadou sempre em sangue dos pobres índios, e ainda folgam de se afogar nêle os que desejam tirar do perigo aos demais. Contudo se puseram em liberdade muitos, cuja justiça por notória escapou das unhas aos julgadores.

Tudo o que neste particular e nos demais se tem obrado a favor das cristandades, e em obediência da lei e regimento de V. M., se deve ao governador André Vidal(2), que em recebendo as ordens de V. M. se embarcou logo para esta capitania do Pará, a dar à execução muitas cousas que sem sua presença se não podiam conseguir. Se o braço eclesiástico ajudara ao secular, tudo se pusera fàcilmente em ordem e justiça; mas, como as cabeças das Religiões têm opiniões contrárias às que V. M. manda praticar, estão as consciências como de antes, e o que não nasce destas raizes dura só em quanto dura o temor. Já dizem que virá outro governador, e então tudo será como de antes era; e eu em parte assim o temo, pórque todos os que cá costumaram vir atégora traziam os olhos só no interêsse, e todos os interêsses desta terra consistem só no sangue e suor dos índios.

(1) Provisão de 9 de Abril de 1655, em virtude da qual só eram cativos os índios tomados em justa guerra, ou que, prisioneiros de outros, e destinados à morte, fóssem resgatados. Os colonos tinham de provar que se achavam em alguma dessas categorias os escravos que possuíam.

(2) André Vidal de Negreiros, brasileiro, que se distinguira em Pernambuco na guerra com os holandeses; nomeado Governador das duas capitanias do Maranhão e Pará em conjunto, como tinha aconselhado Vieira, na carta LXVII.

De André Vidal direi a V. M. o que me não atrevi atégora, por me não apressar; e, porque tenho conhecido tantos homens, sei que há mister muito tempo para se conhecer um homem. Tem V. M. mui poucos nos seus reinos que sejam como André Vidal; eu o conhecia pouco mais que de vista e fama: é tanto para tudo o demais como para soldado: muito cristão, muito executivo, muito amigo da justiça e da razão, muito zeloso do serviço de V. M. e observador das suas reais ordens, e sobretudo muito desinteressado, e que entende mui bem todas as matérias, pôsto que não fale em verso, que é a falta que lhe achava certo ministro grande da côrte de V. M.

Pelo que tem ajudado a esta cristandade lhe tenho obrigação; mas pelo que toca ao serviço de V. M. (de que nem ainda cá me posso esquecer) digo a V. M. que está André Vidal perdido no Maranhão, e que não estivera a Índia perdida se V. M. lha entregara. Digo isto porque o digo neste papel, que não há-de passar das mãos de V. M., e assim o espero do conhecimento que V. M. tem da verdade e desinterêsse com que sempre falei a V. M., e do real e católico zêlo com que V. M. deseja que em todos os reinos de V. M. se faça justiça e se adiante a fé.

A muito alta e muito poderosa pessoa de V. M. guarde Deus como a Cristandade e os vassalos de V. M. havemos mister. — Pará, 6 de Dezembro de 1655.

António Vieira.

CARTA LXXIV

Ao Rei D. João IV (1)

1655 — Dezembro 8

Senhor. — Por carta de V. M., escrita em 9 de Abril de 1655, me ordena V. M. por seu real e católico zêlo vá dando conta sempre a V. M. do que fôr sucedendo nestas cristandades, e do que se oferecer necessário para o bem delas, como nêste farei.

Tanto que cheguei, Senhor, ao Maranhão, conforme o regimento de V. M. tomei logo posse das aldeias dos índios, e enviei a elas religiosos, que com maior assistência do que atégora tratassem de sua doutrina, como fazem com grande proveito daquelas almas.

Ao Pará, onde é maior o desamparo, me passei logo; e, porque as aldeias estão mui distantes e mui despovoadas de gente, pelas desordens do tempo passado, reparti por elas três missões, cada uma de dois religiosos, para que continuamente as andem correndo e visitando, em quanto se não ajuntam conforme a ordem de V. M., e se põem em capacidade de haver nelas residência. Também deixei dois padres no Gurupi, que é outra capitania, sita entre o Maranhão e Pará, onde há duas aldeias de índios.

Ao Gurupá, que é na bôca do rio das Amazonas, não pude ir, por ser forçosa a minha assistência no Pará ao exame e juizo dos cativeiros da lei de 1652 (2) e para outros

(1) No t. 1.º da 1.ª ed.

(2) Publicada no Maranhão quando chegou Vieira a primeira vez, e suspensa em seguida aos acontecimentos narrados na carta LXIV, supra, p. 331.

negócios de serviço de Deus e de V. M.; mas enviei dois religiosos que tomassem à sua conta as aldeias daquele distrito: levaram êstes religiosos consigo mais de cem índios libertados, dos que os portugueses tinham cativado no rio das Amazonas, sendo amigos e confederados nossos, e foi êste resgate uma boa prova das novas ordens de V. M. a favor dos índios, que os padres lhes foram publicar, e com que êles ficaram mui contentes e animados, e já são partidos por diferentes braços do rio a levar a mesma nova aos de suas nações, algumas das quais são populosíssimas, e se esperam por êste meio grandes conversões.

À grande ilha chamada dos Joanes (1) foi outra missão de dois religiosos, em companhia das tropas de guerra que a ela se mandaram, pelas razões de que já se fez aviso a V. M.; e pôsto que os padres têm oferecido a paz àquelas nações, mas como é em companhia das armas, e êles estão tão escandalizados dos agravos que dos portugueses têm recebido, não admitiram até agora a prática da paz, e há poucas esperanças de que venham tão cedo a admiti-la, porque dizem que conhecem mui bem a verdade dos portugueses, e que não querem que os cativem como tantas vezes fizeram; e esta experiência tão larga das injustiças que lhes fizemos, Senhor, é a maior dificuldade que tem a conversão destas gentilidades.

Quando vim a primeira vez, foram dois padres ao rio de Pinaré, que é no Maranhão; fizeram descer alguma gente de nação Guajajaras, e por temor do trato que viam dar aos outros índios se tornou grande parte dêles para os matos.

Da missão que fiz ao rio dos Tocantins, já V. M. foi

(1) Nome da tribo de índios, habitantes da ilha, hoje mais conhecida por Marajó.

informado como aquêles índios se repartiram e despedaçaram por onde quis a cobiça de quem então governava(1); agora achei que muitos estavam vendidos por cativos.

Nêste mesmo ano mandaram os padres uma embaixada (como cá dizem) à nação dos Tupinambás, que dista trezentas léguas pelo mesmo rio acima, e é a gente mais nobre e mais valorosa de todas estas terras; e levaram tais novas alguns dos que de lá vieram que, indo os padres buscar a todos, houve muitos que não quizeram vir, dizendo que do bom trato que lhe faziam os padres bem certificados estavam, mas que só dos portuguezes se temiam, e que em quanto não tinham maiores experiências de se guardarem as novas ordens de V. M., que os padres lhes contavam, não se queriam descer para tão perto dos portuguezes. Isto disseram e fizeram muitos dos mais velhos daquela nação, e dos que pareciam entre êles mais prudentes, a quem seguiam os de sua obediência. Mas outros, a quem Deus parece tinha escolhido, se vieram de mui boa vontade com os padres. Chegaram a esta cidade do Pará na oitava de Todos os Santos, com sessenta canoas carregadas desta gente, em que vinham mais de mil almas, das quais no caminho foram algumas para o céu; dos demais estão já baptizados os inocentes, e os adultos se vão catequizando.

Chegados êstes índios, succedeu uma cousa digna de se saber, para remédio de muitas que nêste Estado se usam do mesmo género. Haverá oito anos que se fez uma entrada a esta mesma nação dos Tupinambás, de que foi por cabo um Bento Rodrigues de Oliveira, e trouxeram muitos dos ditos índios por escravos: succedeu pois que, entre os que agora vieram, muitos acharam cá seus irmãos

(1) Supra, p. 429.

e parentes e, sendo filhos dos mesmos pais e das mesmas mães, uns são livres outros escravos, sem mais razão de diferença que serem uns trazidos pelos padres da Companhia e outros pelos oficiais das tropas.

Também nesta de Bento Rodrigues tinha ido um religioso de certa Religião, o qual trouxe grande quantidade dos ditos escravos, e foi êste um dos grandes impedimentos que os padres acharam para reduzir êstes índios; porque, quando lhes alegavam que eram religiosos e que os não haviam de cativar como tinham feito os capitães portuguezes, lhes respondiam êles que também aquele era religioso e os cativara; e, se os índios das nossas cristandades lhes não explicaram o diferente modo dos padres da Companhia, bastara êste exemplo para não se reduzirem.

Esta boa opinião, que os padres têm entre os índios, os conservou e defendeu entre êles sem escolta de soldados, porque não levaram comsigo mais portuguezes que um cirurgião, cousa até hoje nunca vista, sendo muitas e mui bárbaras as nações por cujas terras passaram; antes trouxeram os Principais ou cabeças de duas delas, persuadindo-os a que também seguissem e se quizessem descer a ser vassallos de V. M.; e com êles temos já assentado o tempo e o modo com que o hão-de fazer.

Uma destas nações é a dos Catingás, que sempre foram inimigos dos portuguezes, e com guerras e assaltos têm feito muitos danos às nossas terras que lhes ficam mais vizinhas; mas já ficam de paz, assim connosco como com outra nação, também amiga, com quem traziam guerra. Demais destas trouxeram os padres notícias de outras nações que habitam por todo aquele rio dos Tocantins, muitas das quais falam a língua geral, e se espera que com pouca difficuldade se reduzirão à nossa santa fé.

Estas são, Senhor, as obras e os lugares em que ficamos

ao presente occupados os religiosos da Companhia que nesta missão nos achamos, os quais somos por todos vinte, e de dois em dois estamos divididos por onde o pede a maior necessidade. Da volta que faço para o Maranhão, determino de enviar missão aos índios do Camuci e do Ceará, que estão para a parte do sul, e é tanto o número dêles como a necessidade que têm de doutrina.

Agora representarei a V. M. as cousas de que necessita esta missão, para ser cultivada como convém, e se colher dela o copioso fruto que sua grandeza promete. A messe é muita e os operários poucos; e esta é a primeira cousa de que sôbre todas necessitamos. Ao Padre Geral e aos Provinciais de Portugal e do Brasil tenho dado conta desta falta; e, pôsto que espero de seu zêlo e caridade que não faltarão com êste socorro a uma empresa tão própria do nosso instituto, para que êles o façam com maior prontidão e efeito, importaria muito que V. M. o mandasse recomendar com todo o apêrto aos mesmos Provinciais de Portugal e Brasil, e juntamente ao Padre Geral e Assistente de Roma, não só para que o ordenem assim aos mesmos Provinciais, mas para que de Itália e das outras nações da Europa nos venham missionários, como costumam ir para as missões da Índia, Japão e China, com que elas se têm aumentado de sujeitos de grandes letras e virtudes, que naturalmente as aumentarão, podendo prometer a V. M. que, quanto fôr crescendo aqui o número de missionários, crescerá também o das conversões das almas, e muitos milhares por cada um.

A segunda cousa, que muito há mister esta missão, é que V. M., Senhor, nos faça mercê de que possamos viver nela quieta e pacificamente, sem as perturbações e perseguições com que os portugueses, eclesiásticos e seculares, continuamente nos molestam e inquietam. Temos contra

nós o povo, as Religiões, os donatários das capitánias mores, e igualmente todos os que nêsse Reino e nêste Estado são interessados no sangue e suor dos índios, cuja menoridade nós só defendemos; e porque sustentamos que se lhes guardem as leis e regimentos de V. M., e os livramos se não cativem, e que aos que servem lhes paguem o seu trabalho, por estas duas causas tão justificadas incorremos no ódio e perseguição de todos, e é necessário que gastemos em nos defender destas batalhas o tempo que fôra melhor empregado na conquista da fé, e exercício da doutrina a que viémos.

O remédio que isto tem, e que só pode ser efectivo, é que V. M. nessa côrte se sirva de não admitir requerimento algum sôbre as matérias da nova lei e regimento, que sôbre tão maduras deliberações V. M. mandou guardar nêste Estado; mandando V. M. passar decretos, aos Conselhos aonde tocar, que não seja admitido nem ouvido nêles quem sôbre êstes particulares pretender inovar ou alterar cousa alguma. E para V. M. o haver por bem, e mandar assim, há muitas e mui forçosas razões que apontar aqui, para que sejam presentes a V. M.

Primeira: porque as cousas que V. M. foi servido resolver todas foram examinadas e consultadas com as pessoas mais timoratas e de maiores letras que V. M. tem em seus reinos.

Segunda: porque esta consulta e resolução se tomou depois de serem vistas todas as leis antigas e Breves dos Sumos Pontífices, consultas do Conselho Ultramarino, e todos os mais documentos que podia haver na matéria.

Terceira: porque de tudo se deu primeiro vista ao procurador do Maranhão e Pará, os quais deram por escrito suas razões.

Quarta: porque em particular o que toca às missões,

entradas do sertão, e govêrno espiritual e político dos índios, tudo foi não só aprovado pelos mesmos procuradores, senão ajustado com êles, como consta do papel que está na secretaria do Estado, de letra de Gaspar Dias Ferreira (1), que se achou na mesma conferência e o escreveu.

Quinta: porque seria contra a autoridade das mesmas leis, se cada dia se mudassem.

Sexta: porque, em quanto se não fechar a porta de uma vez a todos os requerimentos em contrário, nunca os moradores dêste Estado se hão-de aquietar, e só quando virem a deliberação de V. M., em os não querer ouvir nesta matéria, acabarão de se desenganar nela, e se acomodarão ao que se tem ordenado.

Sétima: porque só por êste meio se podem atalhar as grandes injustiças e tiranias que nêste Estado padecem os índios, cativando-se os livres e não se pagando aos que trabalham, que são os dois pontos da lei e regimento de V. M., e sem os quais se não podem conservar os índios nem o Estado.

Oitava: porque na junta que se fez sôbre esta matéria, conforme o decreto de V. M., se seguiram as opiniões mais largas e mais favoráveis aos moradores, e, tendo-se-lhes concedido tudo o que nos limites da justiça era possível, não lhes fica que pretender senão o injusto.

Nona: porque os mesmos religiosos, a que Deus dá

(1) Habitante de Pernambuco no tempo do domínio holandês, e familiar do Governador João Maurício de Nassau com quem passou à Holanda. Ali, por inteligências que tinha com o govêrno português, foi prêso e condenado por delicto de traição. Evadiu-se do cárcere e regressou a Portugal, onde exerceu postos de confiança, entre êles o de escrivão na Junta que tratou das cousas do Maranhão, quando Vieira esteve na côrte em 1654. Foi êle o autor da proposta de se comprar Pernambuco aos holandeses, em 1647, patrocinada por Vieira.

desejo de empregar a vida na conversão destas gentildades, com a notícia destas inquietações se esfriam, e corre grande risco que os mesmos que cá têm vindo se arrependam, porque vieram buscar a conversão das almas dos infiéis e não a perturbação das suas.

Décima: porque, se V. M. defende e ampara todos os seus ministros, por inferiores que sejam, com muita mais razão o merecem êstes missionários, que são mandados por V. M., e que debaixo da sua firma de V. M. deixaram suas pátrias e colégios, e tudo o que podiam ter e esperar das cousas humanas, só por servirem a Deus e a V. M. na maior e mais importante empresa, que é a propagação da fé e o descargo da consciência de V. M. E, se os ministros do Santo Ofício são com muita razão tão respeitados e venerados, porque defendem a fé na paz, quanta há para que os que defendem a mesma fé na campanha, e a plantam e dilatam com o sangue e com as vidas, sejam favorecidos e amparados da grandeza de V. M. por meio de seus reais ministros, e não perseguidos e desprezados e afrontados de todos, como são os que nesta missão servimos! Na qual se experimenta o que desde o princípio da Igreja se não lê de nenhuma: porque nas outras eram os prègadores favorecidos e amparados dos cristãos, e perseguidos e martirizados dos gentios; e nesta os gentios nos amam, nos recebem e nos veneram, e os cristãos, ainda religiosos e portugueses, são os que nos perseguem e afrontam, e sôbre tudo nos perturbam e impedem o exercício de nossos ministérios e a conversão das almas, que é o que mais se sente.

Finalmente, Senhor, quando não houvera nenhuma outra razão, e quando tudo o que V. M. tem ordenado não fôra tão justo e tão justificado como é, só pelo que agora direi o devia V. M. mandar continuar, sem mudança nem

alteração alguma. Tudo o que V. M. tem ordenado na última lei e regimento está publicado aos índios, não só nestas terras e nas vizinhas, mas em outras mui apartadas e remotas, onde por recados e por escrito tem mandado o Governador e os padres a diferentes índios das mesmas nações, para que lhes refiram o novo trato que V. M. lhes manda fazer, e como todos os índios hão-de viver debaixo da protecção e doutrina dos padres da Companhia, que é o que elles desejam, pela grande fama que os ditos padres têm de serem os maiores amigos e defensores dos mesmos índios, e por isso são deles muito amados.

Isto é, Senhor, o que está mandado dizer a todos, o que já tem abalado a muitos das suas terras, e o que nas nossas detém a outros que de desesperados se queriam sair delas. E se agora vissem que estas promessas e esperanças desarmavam em vão, e tornavam as cousas a correr pelo estilo que de antes, nenhum crédito se daria mais entre os índios às leis e ordens de V. M., nem às palavras dos governadores; e os missionários perderiam toda a opinião e autoridade que têm com elles; e não só não desceriam do sertão, a ser cristãos e vassallos de V. M., as nações que se esperam, mas ainda os cristãos e vassallos antigos desesperariam totalmente, e despovoariam suas aldeias, como outras vezes têm feito, e se arruinaria por esta via todo o fundamento do Estado e das cristandades, que consiste na conservação e facilidade de ter índios

Esperamos que V. M. mandará considerar o pêso desta razão e das mais, como a importância delas pede.

A muito alta e muito poderosa pessoa de V. M. guarde Deus, como a cristandade e os vassallos de V. M. havemos mister. Pará, 8 de Dezembro de 1655.

António Vieira.

CARTA LXXV

A Pedro Vieira da Silva (1)

1655 — Dezembro 14

Meu senhor. — Do Maranhão me despido de V. M.^{cé}, e para o poder fazer de cá o não fiz em Lisboa, temendo-me do mesmo affecto que sempre devi a V. M.^{cé}, e nunca o conheci tanto como nestas últimas vistas. Bem creio que foi a causa por os negócios que agora tratava serem mais de Deus. Não faltará sua providência em remunerar a V. M.^{cé} esta piedade, nem eu nos meus sacrificios em lhe o representar e rogar sempre.

Emfim, quis Deus viesse, pois quis que chegasse com a mais breve e feliz viagem que se fez nesta navegação. Em vinte e cinco dias vimos terra dêste Estado, e no último, em que se fechava o mês, saltámos nela sem um só momento de vento contrário. Armadas estavam as tormentas em terra, como é antigo costume destas; e pôsto que a justiça e largueza da nova lei e regimento de S. M. bastará para socegar os ânimos desta gente, e ainda alegrá-los muito, pois se lhe concedia todo o favor possível, foi contudo necessária a autoridade do Governador André Vidal, junta com algum rigor, para que seculares e eclesiásticos desistissem de alguns movimentos populares, com que queriam inquietar a paz e escurecer a verdade, sendo os principais agressores os que tinham maiores obrigações de se pôr da parte dela, e da obediência às leis de S. M., sem aproveitarem as ordens e censuras dos pre-

(1) No t. 3.º da 1.ª ed.

lados, de que ao menos em uma das Religiões se tinha já notícia.

Emfim, como sempre disse a V. M.^{cê}, nêste Estado há uma só vontade e um só entendimento e um só poder, que é o de quem governa. E porque parece que quere Deus, desta vez, que acabe de ter efeito esta obra de tanto seu serviço, ordenou que nesta ocasião viesse a êste Estado o Governador André Vidal, para que desse pronta expedição a tudo, como deu, assim no Maranhão como nêste Pará, onde de presente fica dispondo umas tropas que hão-de ir ao sertão, de que esperamos primeiro a quietação e paz, e depois uma grande conversão de almas.

Depois de V. M.^{cê} ter trabalhado tanto na ordem e disposições destas missões, e elas deverem a V. M.^{cê} o ser, não me fica que pedir mais que a sua conservação e aumento, o qual todo depende do mesmo amparo e patrocínio de V. M.^{cê}, assim nas ocasiões que se oferecerem com S. M., como em uma mui apertada recomendação para o Governador André Vidal, o qual, pôsto que é tão grande servidor de El-rei e observador das suas ordens, pelo muito que o vejo obrigado ao favor que de V. M.^{cê} recebeu nessa côrte, sei que importará muito aos progressos desta missão entender êle que V. M.^{cê} a estima como cousa muito sua.

Eu o conheço, e confesso e confessarei sempre assim; e, nesta grande obra, com que V. M.^{cê} tem servido tanto a Deus, tenho livradas as maiores esperanças dos grandes bens do céu, que a V. M.^{cê} muito do coração desejo, e não se esquecerão nunca de rogarem assim à Divina Majestade muitas almas que o servem, de cuja valia eu confio muito. O mesmo Senhor guarde a V. M.^{cê} muitos anos, como havemos mister. Cidade de Belém, 14 de Dezembro de 1655. — Servo de V. M.^{cê}

Antônio Vieira.

CARTA LXXVI

Ao Padre André Fernandes (1)

1656 (?)

É isto um inferno abreviado, e é necessário serem os homens tão santos como os do céu, para terem paciência e constância entre tantas perseguições.

Mil desesperações me escrevem os padres do Pará, vendo-se tão perseguidos de todas as partes, sôbre tantos perigos, trabalhos, misérias, fomes, sêdes, caminhos, mares, rios, e um perpétuo servir e lidar, e acudir a mil partes, sem momento de descanso nem socêgo, que verdadeiramente é necessário um espírito e uma fortaleza de S. Paulo para não desmaiar.

E se S. M. julgar que se deve antes deferir a quatro homens degredados, e réos de tão enormes delitos, rebeldes, desobedientes a suas leis (2), e aos conselheiros e prêgadores e movedores dêstes insultos, defira-lhes S. M., e deixe-os a êles ficar no Maranhão; entregue-lhes o sangue e as

(1) Fragmentos transcritos na *Vida*, Liv. V. Se bem que o Padre André de Barros não designe a pessoa a quem era endereçada a carta, parece fora de dúvida que ao Bispo do Japão, e escrita de S. Luís.

(2) Por desacatarem as leis referentes aos índios, o Governador André Vidal de Negreiros mandou prêsos para o Reino Aires de Sousa Chichorro, Capitão-mor do Pará, e António Lameira da França, Capitão do forte de Gurupá. Para o Brasil, isto é para o Estado vizinho, pois o Maranhão era autónomo, foram desterrados o Capitão Manuel de Carvalho e o Sargento-mor Lourenço Rodrigues, que em Gurupá tinham amotinado o povo e os soldados, contra os missionários. Cf. *Resposta aos capitulos* cit.; caps. 7.º e 9.º

vidas, e as liberdades e almas dos índios, e a nós deixe-nos lançar S. M., ou lance-nos fora, que não faltará onde sirvamos a Deus, e onde salvemos almas, sem tanta perturbação e risco das nossas. Triunfe o Vigário do Pará (1); triunfem os piratas do Gurupá . . . , e triunfe o demónio, a gentildade, a idolatria, a maldade, o escândalo, a abominação, o inferno.

Se os padres da Companhia fizeram a mínima parte do que êstes têm feito e fazem, que havia de dizer de nós o mundo? Que herege, que turco, que cristão nos não havia de apedrejar? E contudo aos N. N. (2) há-de haver quem os defenda e favoreça, e a nós quem nos persiga, e quem se ponha contra nós.

CARTA LXXVII

Ao Rei D. Afonso VI (3)

1657 — Abril 20

Senhor. — A Providência Divina, que por seus altíssimos juízos pôs nas mãos de V. M. o sceptro de Portugal em

(1) Padre Pedro Vidal, prêso à ordem do Vigário geral do Maranhão, e remetido em ferros para o forte de Gurupá, diziam os adversários dos jesuítas que por intrigas dêles. A explicação do caso por António Vieira é frouxa, e peca por omissão: «As causas por que o Licenciado Domingos Vaz Correia, Vigário geral do Estado do Maranhão, prendeu a seu súbdito o Padre Vidal, Vigário da igreja do Pará, tocam ao mesmo Vigário geral». *Resposta aos capitulos cit.*, cap. 11.º.

(2) Aqui provavelmente os nomes. Supra, p. 459, nota 2.º.

(3) Impressa pela primeira vez em 1736, nas *Vozes saudosas da*

tão tenros anos, se servirá de assistir e alumiar a alma de V. M., com tão particulares auxílios de seu espírito e graça, como o pêso de tão dilatada monarquia, em tais circunstâncias de tempo, há mister: e nós, os religiosos desta missão de V. M., não cessaremos de assim o pedir continuamente a Deus, oferecendo por esta tenção e pela vida e felicidade de V. M. todos os nossos sacrifícios, orações e trabalhos.

S. M., que está no céu (1), me tinha ordenado, pelo real zêlo e piedade com que desejava ver adiantada a fé nestas conquistas do Maranhão, enviasse sempre aviso a S. M. do que os missionários da Companhia fôsem obrando, e do que fôsse necessário para bem e conservação das missões e aumento da cristandade, como fiz largamente nos navios do ano passado, esperando as resoluções de algumas propostas de muita importância, as quais se deviam perder no naufrágio desta última embarcação, de que, escapando as pessoas e outras cousas de menor importância, só os despachos de V. M. não apareceram.

As missões, Senhor, continuam, como tenho avisado, com mui conhecido proveito espiritual e salvação de muitas almas, assim de gentios novamente convertidos como dos que já tinham nome de cristãos. Só a missão dos Pacajás,

eloquência, do espírito, do zêlo e eminente sabedoria do Padre António Vieira. O autógrafo original existia em 1897 na Biblioteca Nacional, onde nêsse ano figurou na exposição bibliográfica do centenário de António Vieira. Transitou depois para a colecção de documentos relativos ao Brasil, pertencente ao Barão de Studart, do Ceará, conforme a nota ao número 258 do respectivo catálogo impresso. A carta, oficialmente endereçada a D. Afonso VI, então de catorze anos, e alheio aos negócios do Estado, dirigia-se de facto ao Conselho Ultramarino, por onde corriam os desta classe, e à Regente, mãe do monarca.

(1) D. João IV.

vulgarmente chamada a *Entrada do Ouro*, teve o fim que tão mau nome lhe prognosticava.

Gastaram nela dez meses quarenta portugueses, que a ela foram com duzentos índios. Dêstes morreram a maior parte pela fome e excessivo trabalho; e também morreu o Padre João de Sotomaior, tendo já reduzido à fé e à obediência de V. M. quinhentos índios, que eram os que naquela paragem havia da nação Pacajá, e muitos outros da nação dos Pirapés, que também estavam abalados para se descerem com êle. Estas, Senhor, são as minas certas dêste Estado, que a fama das de ouro e prata sempre foi pretexto com que de aqui se iam buscar as outras minas, que se acham nas veias dos índios, e nunca as houve nas da terra.

O mau successo e tardança desta missão suspendeu outra, que eu havia de fazer pelo rio das Amazonas, onde estive três meses esperando pela escolta dos portugueses, e se reservou para a primavera dêste ano; fica-se aprestando para partir.

Aos índios livres das aldeias, e aos escravos dos portugueses, assim das povoações como das suas lavouras, se acode com grande continuação e trabalho, catequizando-os, baptizando-os, confessando-os e administrando-lhes todos os sacramentos, e suprimdo pêla maior parte o officio dos curas, que não há ou não podem acudir a lugares tão distantes, nem têm a intelligência da língua, sem a qual se não pode obrar nada com esta gente.

São mui poucos já os que não tenham noticia dos principais mistérios de nossa santa fé, quanta baste para a salvação; e os das aldeias, com quem principalmente assistimos, estão tão bem instruidos em toda a doutrina cristã, como os portugueses que melhor a sabem. Emfim vivem e morrem os índios como cristãos, o que se não usava

antes de virmos a estas terras, morrendo quási todos sem confissão e muitos sem baptismo.

A injustiça que se usava com os índios livres, servindo-se dêles os portuguezes sem lhes pagarem seu trabalho, se tem evitado em grande parte com o modo da repartição que se dispõe no regimento, pôsto que as ocasiões do serviço, ou chamado serviço, de V. M. têm sido tantas êstes dois anos, que não tiveram os pobres índios lugar de lograrem os seis meses que V. M. lhes manda dar, para acudirerem a suas lavouras e casas, e para conhecerem que não são cativos. Raro é o índio das aldeias que em cada um dêstes dois anos não tenha servido mais de dez meses; e contudo ainda os portuguezes se queixam, como se puderam os índios no mesmo tempo servir aos particulares e mais ao comum. O ano passado mandei as listas, para que por elas constasse; e também irão as dêste ano, sendo necessário.

Os resgates dos escravos (que é outro ponto do interêsse dos moradores dêste Estado) se fizeram nestes dois anos com pouca fortuna, porque se quizeram fazer com maior cobiça. Logo que cheguei do Reino, disse ao Governador André Vidal que seria bem se fizesse a missão a lugar onde houvesse muitos escravos que resgatar, para que a república experimentasse as utilidades que tinha na nova lei de V. M.; mas todos os moradores, assim do Maranhão como do Pará, quizeram que a entrada se fizesse a dar guerra à nação dos Aroans e Nheengaibas (1), de que se deu conta a V. M., querendo antes escravos tomados que comprados; mas saiu-lhes tanto pelo contrário que, indo a esta emprêsa cento e dez portuguezes e todos os índios do Maranhão e Pará, voltaram de lá com perda de gente

(1) Habitantes da ilha de Marajó.

e reputação, e sem escravos, porque os não quiseram comprar por tão caro preço. Após esta jornada se fizeram duas, uma ao Pacajá pela cobiça do ouro, e outra ao Camuci pela do âmbar (1), e ambas sem efeito.

Para que a do rio dos Amazonas fôsse com maior utilidade dos moradores, propus ao Capitão-mor do Pará, Feliciano Correia, e ao sargento-mor, Manuel Gomes, e ao cabo da tropa, Vital Maciel, que êles escolhessem o tempo e o lugar, por onde lhes estivesse melhor fazer a entrada, e por onde entendessem que haveria mais escravos, e assim estava assentado; mas suspendeu-se a jornada pelas causas que tenho referido, mandando o Governador que a tropa não partisse enquanto a do Pacajá não chegava, e que com a mesma gente e canoas fôsse socorrida, como foi; e por se ter passado naquele tempo a monção de entrâr pelo rio, se dilatou até esta primavera.

Assim que, Senhor, a causa de não se haver feito resgate considerável nestes anos foi porque o Governador, e os do govêrno do Maranhão e Pará, quiseram que as entradas se fizessem a outras partes, de onde esperavam maiores interêsses; e para que seja presente a V. M. quanto os religiosos da Companhia zelamos não só o bem espiritual das cristandades, senão ainda o temporal do Estado e dos moradores, pelo papel incluso poderá V. M. mandar ver as primeiras instruções que dei aos padres que foram ao sertão (2), e as que levam os que agora vão, que são as mesmas, seguindo nelas, em tudo o que pode

(1) Pacajá: afluente do Amazonas, que desagúa no delta. Camuci: diz-se hoje Camocim, pôrto de mar no Estado do Ceará.

(2) É o documento 258 da colecção Studart, da própria letra de Vieira, e achava-se apenso ao original desta carta, como consta do catálogo.

haver dúvida, as opiniões mais largas e favoráveis aos portugueses, como também procurei que se seguissem na junta que se fez em Lisboa (1).

Com as almas dos portugueses se não trabalha menos que com a dos índios, e dá Deus tal fôrça de espirito aos missionários nesta parte, que afirmo a V. M. que, com ter corrido tanto mundo, e ouvido tantos homens grandes dêle, nunca ouvi sermões que me parecessem verdadeiramente apostólicos, senão no Maranhão.

Como os corações são tão obstinados e envelhecidos nos vícios, parece que concorre Deus com maior eficácia ou para sua emenda ou para sua condenação. Houve homem destes que disse que o diabo trouxera êstes padres da Companhia ao Maranhão para os divertir de outras partes; porque, se semelhantes sermões se fizeram em Inglaterra, haviam de converter aqueles hereges. Êles, com serem católicos, não se convertem todos, mas são muitos os que se emendam e tratam da reformação de suas vidas, e nenhum houvera que não acabara de se desenganar, se ouviram só estas prègações; mas, Senhor, há pessoas eclesiásticas que prègam e apregoam o contrário, e que de público e de secreto fazem cruel guerra a Jesus Cristo; e como uns desfazem o que outros edificam, não pode a obra ir muito por diante.

Procurei neste Estado que todos os religiosos nos conformássemos na doutrina, e, porque o não pude conseguir,

(1) Em 1655. Tomaram parte nesta junta, além do autor da carta, e de Gaspar Dias Ferreira, atrás mencionado, o Arcebispo de Braga, presidente, os Bispos de Elvas e Lamego, três lentes da Universidade, e vários religiosos, entre os quais os prelados superiores das Ordens, que tinham convento no Maranhão. Cf. *Resposta aos capitulos*, cap. 2.º.

passsei ao Reino: pedi a junta que V. M. mandou fazer dos maiores letrados de todas as profissões; procurei que na mesma junta se achassem os Provinciais das Religiões dêste Estado, para que, sendo testemunhas de tudo e dando também seu voto, ordenassem a seus súbditos o que deviam guardar, e também esta diligência não aproveitou.

Êste é o maior ou o único impedimento destas missões, servindo esta desunião de pareceres de grande confusão e perturbação das consciências, não sabendo os homens a quem seguir, e seguindo na vida e na morte a quem lhes fala mais conforme a seus interêsses. Contudo, Senhor, é tanta a fôrça da verdade e da razão, que o partido de Cristo se tem já muito melhorado, e todos os móradores estão quietos e pacíficos, e quási todos desenganados que não podem prevalecer neste Estado contra a evidência da verdade, que nêle é tão manifesta e conhecida, e só apellam alguns para o recurso do Reino, de onde esperam que poderá haver alguma mudança no que V. M. tem ordenado, por se não conhecer lá tão claramente a verdade, e por estar longe, e por cuidarem que se pode escurecer e embaraçar com os papéis que os mesmos eclesiásticos têm levado e solicitado, e cada dia mandam e solicitam.

O remédio de tudo é um só, e muito fácil, e que muitas vezes tenho representado a V. M., e é que V. M. resolutamente mande fechar a porta a todo o requerimento em contrário do que V. M. com tanta consideração mandou resolver; e que quem o encontrar ou impedir seja castigado com a demonstração que a matéria merece. Tudo o que se assentou àcêrca dos índios do Maranhão foi com consulta da junta de teólogos, canonistas e legistas, em que se acharam os três lentes de prima, e não houve discrepância de votos; foi com notícias de todas as leis antigas e modernas, e de todos os documentos que sôbre esta

matéria havia; foi ajustado com os dois procuradores do Maranhão e Pará, e com o Governador de todo o Estado, que estava nessa côrte, e com o Superior dos missionários, que também era procurador geral de todos os índios (1); e últimamente com parecer de todo o Conselho Ultramarino que tudo viu, examinou e aprovou. De onde parece que não fica lugar a inovar cousa alguma, sem grande prejuízo e menos autoridade das leis reais, e perturbação de tudo. Sôbre êste ponto enviei o ano passado papel particular (2), que V. M. pode mandar ver, sendo servido, em que se apontam muitas outras razões de grande pêso, e gravíssimos inconvenientes que do contrário se seguem, ainda ao crédito da mesma fé, que debaixo dos termos da dita lei se tem publicado por todas estas gentilidades.

E digo, Senhor, que além da firmeza da lei é necessária demonstração de castigo nos violadores dela, não só pelo que importa ao estabelecimento da missão e aumento da fé, senão ainda ao de toda a monarquia. E dá-me atrevimento, para fazer esta lembrança a V. M., o pêso de tão grande obrigação, e o nome que ainda tenho de prègador de V. M.

Senhor, os reis são vassallos de Deus, e, se os reis não castigam os seus vassallos, castiga Deus os seus. A causa principal de se não perpetuarem as coroas nas mesmas nações e famílias é a injustiça, ou são as injustiças, como diz a Escritura sagrada; e entre todas as injustiças nenhuma clamam tanto ao céu como as que tiram a liberdade aos que nasceram livres, e as que não pagam o suor aos que

(1) Procuradores: Martim Moreira, do Maranhão, e Manuel Guedes Aranha, do Pará. Governador: André Vidal de Negreiros. Superior dos missionários: António Vieira.

(2) Na carta de 8 de Dezembro de 1655. Supra, p. 448.

trabalham; e êstes são e foram sempre os dois pecados dêste Estado, que ainda têm tantos defensores.

A perda do Senhor rei D. Sebastião em África, e o cativoiro de sessenta anos que se seguiu a todo o reino, notaram os autores daquele tempo que foi castigo dos cativoiros, que na costa da mesma África começaram a fazer os nossos primeiros conquistadores, com tão pouca justiça como a que se lê nas mesmas histórias.

As injustiças e tiranias, que se têm executado nos naturais destas terras, excedem muito às que se fizeram na África. Em espaço de quarenta anos se mataram e se destruíram por esta costa e sertões mais de dois milhões de índios, e mais de quinhentas povoações como grandes cidades, e disto nunca se viu castigo. Pròximamente, no ano de mil seiscentos cincoenta e cinco, se cativaram no rio das Amazonas dois mil índios, entre os quais muitos eram amigos e aliados dos portuguezes, e vassallos de V. M., tudo contra a disposição da lei que veio naquele ano a êste Estado, e tudo mandado obrar pelos mesmos que tinham maior obrigação de fazer observar a mesma lei; e também não houve castigo: e não só se requer diante de V. M. a impunidade dêstes delitos, senão licença para os continuar!

Com grande dôr, e com grande receio de a renovar no ânimo de V. M., digo o que agora direi: mas quere Deus que eu o diga. A El-rei Faraó, porque consentiu no seu reino o injusto cativoiro do povo hebreu, deu-lhe Deus grandes castigos, e um dêles foi tirar-lhe os primogénitos. No ano de 1654; por informação dos procuradores dêste Estado, se passou uma lei com tantas larguezas na matéria do cativoiro dos índios, que depois, sendo S. M. melhor informado, houve por bem mandá-la revogar; e advertiu-se que neste mesmo ano tirou Deus a S. M. o primogénito

dos filhos e a primogénita das filhas (1). Senhor, se alguém pedir ou aconselhar a V. M. maiores larguezas que as que hoje há nesta matéria, tenha-o V. M. por inimigo da vida, e da conservação e da coroa de V. M.

Dirão porventura (como dizem) que dêstes cativeiros, na forma em que se faziam, depende a conservação e aumento do estado do Maranhão; isto, Senhor, é heresia. Se, por não fazer um pecado venial, se houver de perder Portugal, perca-o V. M. e dê por bem empregada tão cristã e tão gloriosa perda; mas digo que é heresia, ainda politicamente falando, porque sôbre os fundamentos da injustiça nenhuma cousa é segura nem permanente; e a experiência o tem mostrado neste mesmo Estado do Maranhão, em que muitos governadores adquiriram grandes riquezas e nenhum dêles as logrou nem elas se lograram; nem há cousa adquirida nesta terra que permaneça, como os mesmos moradores dela confessam, nem ainda que vá por diante, nem negócio que aproveite, nem navio que aqui se faça que tenha bom fim; porque tudo vai misturado com sangue dos pobres, que está sempre clamando ao céu.

. (2)

Se o sangue de um inocente deu tais vozes a Deus, que será o de tantos? E mais Abel, Senhor, salvou-se, e está

(1) D. Teodósio faleceu a 15 de Maio de 1653, e a Infanta D. Joana a 17 de Novembro. A lei, a que se refere Vieira, é de 17 de Outubro dêsse ano, e não de 1654, como escreveu.

(2) Pôsto que não apontada na 1.^a ed., é evidente a lacuna do texto, talvez por descuido do copista ou impressor. No trecho omitido entraria a história de Abel e Caim, e a maldição sôbre êste último, com a citação da Biblia: « *Maledictus eris super terram, quae aperuit os suum, et suscepit sanguinem fratris tui de manu tua. Cum operatus fueris eam, non dabit tibi fructos suos: vagus et profugus eris super terram.* (Gen., cap. IV).

no céu. E se uma alma que se salva pede vingança, tantos milhares e milhões de almas, que pelas injustiças dêste Estado estão ardendo no inferno, tendo Portugal obrigação de justiça de as encaminhar para o céu, que vingança pedirão a Deus? E sendo isto assim, Senhor, só os que defendem esta justiça são perseguidos; só os que salvam estas almas são afrontados; só os que tomaram à sua conta êste tão grande serviço de Deus têm contra si todos os homens.

Sirva-se V. M. de mandar considerar qué, enquanto as sobreditas tiranias se executavam no Maranhão, nenhuma pessoa houve, eclesiástica nem secular, que zelasse o remédio delas nem da salvação destas almas; e depois que houve quem tomou por sua conta um e outro serviço de Deus, logo houve tantos zelosos que se armaram contra esta obra, sinal manifesto de ser tudo traça e instigação do demónio, para impedir o bem espiritual tanto dos portuguezes como dos índios, que uns com os outros se iam ao inferno; e seria desgraça muito para sentir que os ministros do demónio prevalescessem contra os de Cristo, em um reino tão cristão como Portugal.

Os outros reinos da cristandade, Senhor, têm por fim a conservação dos vassallos, em ordem à felicidade temporal nesta vida, e à felicidade eterna na outra: o reino de Portugal, de mais dêste fim universal a todos, tem por fim particular e próprio a propagação e a extensão da fé católica nas terras dos gentios, para que Deus o levantou e instituiu; e quanto Portugal mais se ajustar com êste fim, tanto mais certa e segura terá sua conservação; e quanto mais se desviar dêle, tanto mais duvidosa e arriscada.

Nas segundas vias dos despachos de V. M. espero que V. M. haverá mandado deferir a tudo o que representei nos navios do ano passado; e, porque não sei o que poderá

ter sucedido, resumo outra vez aqui tudo o que de presente é necessário, para a conservação, aumento e quietação desta cristandade, que são principalmente as quatro cousas seguintes:

Primeira: que na lei e regimento de V. M. sôbre os índios e missões se não altere cousa alguma, e que a êsse fim se não admita nem defira a requerimento em contrário.

Segunda: que os governadores e capitães-mores que vierem a êste Estado sejam pessoas de consciência; e, porque estas não costumam vir cá, que ao menos tragam entendido que mui deveras hão-de ser castigados, se em qualquer cousa quebrarem a dita lei e regimento.

Terceira: que os prelados das Religiões sejam tais que as façam guardar a seus religiosos, nem consintam que de público ou secreto as contradigam, e se houver algum religioso desobediente nesta parte, seja mandado para fora do Maranhão.

Quarta: que V. M. mande vir maior número de religiosos da Companhia, para que ajudem a levar adiante o que têm começado os que cá estamos; porque é o meio único (pôsto que mui trabalhoso para os ditos religiosos) com que só se podem reduzir estas gentilidades.

E porque à nossa notícia tem chegado que, contra os missionários que neste Estado servimos a Deus e a V. M., e contra o govêrno da dita missão, se tem presentado a V. M. algumas queixas, pedimos humildemente a V. M. seja V. M. servido mandar-nos dar vista de todas, ainda que sejam das que tocarem ao Estado, porque a todas esperamos satisfazer de maneira, que fique conhecido com grande clareza quão úteis são os missionários da Companhia, não só ao melhoramento espiritual dos portuguezes e índios, senão ainda ao temporal de todos.

A muito alta e muito poderosa pessoa de V. M. guarde

Deus, como a cristandade e vassallos de V. M. havemos mister. — Maranhão, 20 de Abril de 1657.

_____ *António Vieira.*

CARTA LXXVIII

Ao Padre André Fernandes (1)

1657

Escrevi a El-rei pela Junta (2), pelo Conselho de Estado, e pelo Ultramarino, mandando em papéis particulares todas as informações necessárias, e ainda as possíveis; escrevi ao Bispo Capelão-mor e ao Padre Nuno da Cunha; escrevi ao dr. Pedro Fernandes Monteiro, e ao Padre Manuel Monteiro, e ao dr. Martim Monteiro; e escrevi ao Conde de Odemira; escrevi a Pedro Vieira da Silva; escrevi ao Padre Geral, Assistente, Secretário e Procurador de Roma; escrevi ao Padre Provincial de Alentejo, e ao da Beira; escrevi mais na Beira ao padre Mateus de Figueiredo, e em Alentejo ao padre Francisco Soares; informando, rogando, protestando e importunando a todos sobre este negócio, que é o único que tenho e hei-de ter em minha vida, e sobretudo cansando a V. S.^a, não com cartas senão com resmas de papel escritas; e que, chegando todos estes papéis às mãos das pessoas, para quem iam, e tais

(1) Fragmento, na *Vida*, Liv. V.

(2) A Junta das Missões, que funcionava em S. Roque, e de que era presidente o destinatário da carta, neste tempo Bispo eleito do Japão.

pessoas, e sendo tão tão extrêma a necessidade que nêles se representa, e tantos os milhares de almas, que se estão perdendo por falta de quem lhes applique o remédio, que êste remédio tarde tantos anos, e falte totalmente, e que não haja padres da Companhia que venham, e quem os solicite e mande!

CARTA LXXIX

A um Padre (1)

1658 — Fevereiro

Ordenou-me o Padre Provincial, e o Padre Visitador, que alimpasse os meus papéis em ordem à impressão, para com os rendimentos dela ajudar a sustentar a missão; e para isto estou desocupado do ministério dos índios, que era o que eu cá vinha buscar. Quando estava em Lisboa, em França e em Holanda, com as comodidades das impressões, das livrarias, e de quem me escrevesse e ajudasse, nunca ninguém pôde acabar comigo que me applicasse a imprimir; e mais oferecendo-me El-rei os gâstos, e rogando-me que o fizesse. E que agora no Maranhão, onde (2) falta tudo isto, e na idade em que estou, me ocupe em

(1) « Padre de rara virtude e íntimo amigo seu », diz o Padre André de Barros, na *Vida*, Liv. II, transcrevendo o fragmento, sem menção do nome. Talvez o mesmo Padre Francisco de Avelar, a quem foi dirigida a carta LVIII.

(2) *Donde* no texto impresso.

emendar borrões e fazer tabuadas! Veja V. Rev.^a quanto pode a obediência; e pode tanto que não só o faço, mas chega a me parecer bem que me mandem fazer. Não há maior comédia que a minha vida; e quando quero ou chorar ou rir, admirar-me ou dar graças a Deus ou zombar do mundo, não tenho mais que olhar para mim.

CARTA LXXX

Ao Padre Provincial do Brasil (1)

1658 — Junho 10

Em Junho de 1656 partiram em missão à serra de Ibiapaba (2) os padres Antônio Ribeiro e Pedro de Pedrosa, pelas razões que já se tem escrito por vezes a V. Rev.^a, levando por ordem que socorressem aqueles cristãos e gentio conforme a sua necessidade espiritual o pedisse e eles o pediam, e que logo avisassem do sítio, dos caminhos, do número, condição da gente, e de todos os outros particulares, para que com estas notícias (que até então se não tinham senão mui confusas) resolvessem os Superiores se se havia de continuar ou não a dita missão.

Avisaram os padres que no sítio da serra de Ibiapaba

(1) Original nos arquivos da Companhia de Jesus. Publicada em 1908 pelo Barão de Studart, na *Revista da Academia Cearense*, com a data de Setembro, que segundo comunicação do editor se deve emendar para Junho.

(2) No Estado do Ceará. *Ighiapaba* no original.

havia três aldeias de nação Tobajara, em que contaram até mil e seiscentas almas, e que cedo seriam três mil; que afora esta nação havia ao redor dela muitas outras de língua não geral(1), alguns dos quais tinham casas e lavouras (que é o indício de serem domésticos) e viviam em paz com os Tobajaras, e que outros com a chegada dos padres vieram pedir e fazer a mesma paz; e que em não muita distância da serra estava o grande rio Pará(2), habitado de outras muitas nações, não falando nas do Ceará(3), que fica de ali distante duas semanas de caminho.

Com estas esperanças de conversão de almas, ajuntaram os padres algumas dificuldades de menos consideração, do género daquelas que se vencem com a paciência e com amor de Deus, que antes são para desejar que para temer, pois não viemos cá buscar regalos, senão padecer incomodidades e trabalhos por quem tanto padeceu por nós. Destas dificuldades não fizeram caso os padres, e só o fizeram muito da que experimentaram no caminho, por razão dos muitos lagos e rios com que é cortado, e não haver nêles comodidade de embarcação para a passagem, nem de paus grandes de que fazer canoas, além de não ser muito seguro em certos passos, por razão dos Tapuias(4) que algumas vezes o infestam.

Com êste aviso dos padres chegou outro, de que o Padre António Ribeiro deixara na serra ao Padre Pedro Pedrosa, e se passara só ao Ceará, chamado pelo capelão daquela fortaleza, e por outras pessoas dela, a apaziguar

(1) Língua geral: a tupi, assim chamada, porque a falavam a maior parte das tribus do litoral.

(2) Isto é Paraguassú, ou rio grande, presentemente Parnahiba.

(3) *Seará* no original.

(4) Nome por que os índios designavam as cabildas bravias, que não conheciam.

certa rebelião dos índios, como em efeito apaziguou; e a requerimento do Governador André Vidal de Negreiros, que passou por ali naquela ocasião, se deixou ficar o dito Padre, como êle escreve, com os mesmos índios, sem chamar a si seu companheiro ou se ir para êle, que foi cousa que muito se estranhou, por ser a que mais recomendada levavam e a mais importante, e a que mais se observou sempre nesta missão. Por esta causa, e pelo impedimento do caminho, com que se dificultava poderem os padres ser socorridos e visitados, ordenou o Padre Visitador Francisco Gonçalves que os padres desistissem daquela missão, e se recolhessem outra vez ao Maranhão, e assim o escreveu ao Padre António Ribeiro, pelo mesmo barco em que tinha vindo da Baía. Chegou o barco ao Ceará, onde o Padre António Ribeiro estava, e diz que se lhe não deu tal carta do Padre Visitador, antes, acrescentando outro maior absurdo sôbre o primeiro, se partiu do Ceará a Pernambuco, pela razão que de lá escreveu ao Padre Provincial, sem cuja resposta voltou outra vez para o Ceará, onde esteve diz que esperando por êle, até o principio da quaresma dêste ano de 658.

De Pernambuco trouxe ordens do Padre Provincial o Padre Ricardo Careu, do que os Padres da serra haviam de fazer: e pois que o barco trazia por regimento que tomasse o Ceará e o Camuci, que são os portos destas costas, nenhum dêles se tomou, sendo cousa em que não há dificuldade, com que os padres ficaram no mesmo estado do que de antes. Houve de voltar êste mesmo barco para Pernambuco, com segundo regimento que tomasse os mesmos portos, levando assim as ordens do Padre Provincial como as do Padre Visitador; e também desta vez não chegaram, porque arribou o barco sem tomar nenhum dos ditos portos. Não se descuidaram os padres em todo êste

tempo (foi espaço de ano e meio) em procurar por terra o que por mar não alcançavam. Mandaram três correios, os quais todos por vários acidentes, ou das passagens dos rios ou de temor dos Tapuias, desistiram da viagem, até que últimamente, vindo os mesmos padres com os Principais das aldeias, a facilitar os maiores impedimentos do caminho, se venceu êste encantamento, e em dia do Espírito Santo chegaram à primeira aldeia do Maranhão, com novas de que os padres estavam vivos, com saúde e juntos.

Trouxeram êstes índios, que foram onze, várias cartas dos padres, e dos Principais de todas as aldeias, nas quais pedem os Principais que se lhe não tirem os padres, nem os queiram obrigar a se saírem das suas terras, e o Principal do Ceará, chamado Algodão, se queixa muito de o Padre António Ribeiro ter deixado a sua gente, e pede que se lhe mande outro padre, em seu lugar; e todos prometem ser verdadeiros filhos da Igreja, e fieis vassallos de S. M.

Os padres em uma dizem que nos índios do Ceará há grandes raízes de heresias dos holandeses, que entre êles deixaram plantados os muitos anos que ali estiveram, os quais, com a falta da doutrina, e com os maus exemplos dos soldados da fortaleza, que sempre são os mais facinorosos e de menos consciência, antes crescem do que se arrancam; e pôsto que o Padre António Ribeiro trabalhou muito e não obrou pouco com êles, tudo isso desassistido nem pode frutificar nem durar muito.

Quanto aos índios da serra dizem os padres que são já hoje duas mil e quinhentas almas, que têm bom natural, que já estão todos baptizados, que já se confessam todos e muitos comungam, que esta quaresma tiveram os officios divinos com todas as demonstrações de cristandade, e ainda solenidade, por haver entre êles alguns músicos da mesma

nação Tobajara, dos que se retiravam de Pernambuco, e que sem dúvida se faz muito fruto, e se espera muito maior, de que já o céu tem colhido suas primícias, porque só dos inocentes que baptizou o Padre Pedro de Pedrosa, diz êle que lhe são mortos mais de quarenta, sendo muito mais os adultos que morrem com os sacramentos e moral certeza de sua salvação. Amam aos padres, dão-lhe todos seus filhos para os ensinarem, como ensinam, a ler, escrever, contar, e a toda a polícia que nêles cabe: nem lhes faltam com o necessário para a vida, segundo sua pobreza e limitação da terra.

Sòmente inquieta êstes índios o conhecimento que têm, de que os padres os querem arrancar de suas terras, e passá-los às do Maranhão, o que muitos dêles, particularmente o maior Principal, de nenhuma maneira querem admitir, assim pelo amor natural da pátria, como pelo temor que têm ao trato dos portuguezes, de que trazem estudado muitos exemplos, ajudando não pouco a isto a lembrança dos delitos passados, pôsto que perdoados pelos governadores em nome de S. M. Fomenta êste temor a companhia dos retirados de Pernambuco (1), que como mais culpados temem ainda mais, e como mais ladinos sabem enfeitar melhor os motivos dêste receio. Nem uns e outros estão totalmente esquecidos da amizade e dádivas dos holandeses, com quem comerciavam nesta costa, porque quando olham para si, como êles dizem, vêem aqueles chapéus, aquelas espadas, aquelas ungarinás, e o mais com que se vestem, que tudo lhe deram os holandeses, e os portuguezes nada. Finalmente concluem que, se os querem tirar daquelas terras, por serem vassallos de El-rei,

(1) Que tinham estado com os holandeses, e aliados a êles, durante a invasão.

que também aquelas terras são de El-rei, e se por serem cristãos e filhos de Deus, que Deus está em toda a parte, e que ali o podem servir também, como no Maranhão.

Estas são as razões que os padres e os Principais referem nas suas cartas, com que os padres totalmente desconfiam de os índios haverem de descer sem violência, a qual violência não é menos duvidosa, antes quasi impossível e mui arriscada, e de que se pode seguir uma grande ruína, principalmente em tempo que temos guerras apregoadas com os holandeses; e nesta suposição dizem os padres que ficam esperando a última resolução dos Superiores, para ou ficarem ou se virem, acrescentando, porém, que se houverem de vir há-de ser com muita consideração e prevenções, depois de arriscarem não menos que as vidas, representando juntamente quão lastimosa cousa será haverem de deixar aquelas almas, depois de cristãs, para que tornem a viver como gentios, oferecendo-se de mui boa vontade a ficar e padecer com elas.

Chegaram as cartas do Maranhão em 9 de Junho dêste ano de 658, e porque não estava aqui, como ainda não está, o Padre Visitador, fizemos com os índios que esperassem até o S. João, em que o Padre tinha prometido que viria, quando aos 16 do mesmo Junho chegou novo Governador do Estado D. Pedro de Melo, o qual trouxe as três cartas de El-rei que já estavam escritas ao Governador André Vidal, de que com esta se vão as cópias; e em virtude delas nos representou e requereu o Governador, em nome de S. M., que os padres se não tirassem da serra, alegando muitas razões do bem comum do Estado e da cristandade, e os danos que do contrário se podiam seguir de tudo, se esta gente desassistida da doutrina e respeito dos padres se tornassem a meter com os holandeses. Pelo que, e porque os índios haviam logo de voltar ao Ceará,

com outras ordens de El-rei para aquela fortaleza, e não se podia esperar mais pela vinda do Padre Visitador, consultámos, o Padre Superior desta missão e eu, o que se devia fazer no caso, e se resolveu que os padres se deixassem estar na serra até novas ordens dos Superiores maiores, e que aos mesmos Superiores se representem as razões que há para se continuar aquela missão, as quais por maior são as seguintes:

1.^a Porque o mais urgente motivo, que os Superiores tiveram para mandar retirar os padres da missão, foi a desordem de um se apartar do outro, e de o Padre António Ribeiro se ir ao Ceará e a Pernambuco, deixando seu companheiro na serra: mas esta desordem já está emendada, pois já ficam os padres juntos; nem se apartarão outra vez, pois desta lhe foi tão reprechido e estranhado.

2.^a Porque a razão fundamental, de não se haver de conservar aquela missão, era não poderem os padres ser socorridos nem visitados: e esta razão cessa totalmente com a fortaleza que El-rei manda fazer no Camuci, que é o pôrto marítimo da serra, por onde se podem socorrer e visitar os padres, e isto sem nenhum empenho nosso, porque é fôrça que El-rei o faça, para mandar o socorro aos soldados, e esta fortaleza se há-de fazer no principio do ano que vem, em que são as monções.

3.^a Porque seria género de crueldade, e impiedade grande, deixar tanto número de almas expostas a perdição tão manifesta, depois de nós as gerarmos a Cristo, e com elas deixarmos juntamente a empresa, e esperança de tantas outras, que por meio daquelas, e debaixo de sua amizade, se podem trazer à Igreja.

4.^a Pelo bem comum da república, de quem nós também somos membros, e pelo particular e particularíssimo das outras missões dêste Estado, as quais todas ficaram gran-

demente danificadas e perturbadas, se os holandeses entrassem (1) outra vez nesta costa, com que totalmente ficará impedido o recurso da Província por terra, e o da Província e de Portugal muito dificultoso.

5.^a Porque El-rei, por estas mesmas causas, há-de pedir missionários da Companhia que residam nestas terras e com êstes índios (como diz nas suas cartas e ordena ao Governador lhe avise); e sendo fôrça deferir a instância tão justa e tão poderosa, não seria razão que deixemos agora os índios, que depois havemos de tornar a buscar, não só com certeza de nêste meião se perderem muitas almas, mas com muito risco de os perdermos todos, porque a nossa retirada há-de pôr os índios em grandes suspeitas e desconfianças de que se não podem segurar, senão ou metendo-se com os holandeses ou metendo-se mais pelos matos.

6.^a Porque se nós nos retirarmos destas cristandades, entrarão os frades nelas, e por conseguinte também nas outras, porque não é justo que êles tenham só as trabalhosas e dificultosas; e os inconvenientes desta mistura com frades bem tem experimentado a Companhia em outras missões, e em nenhuma podem ser maiores que nesta, como já no outro papel se tem representado a V. Rev.^a.

7.^a Porque seria um exemplo mui injurioso para a Companhia vêr-se nêste Estado, e dizer-se em todo o mundo, que deixamos os índios nas gentilidades depois de os baptizarmos, e que só queremos as aldeias onde há descanso e proveito, e que por uma parte publicamos desejos de martírio, e por outra não queremos estar senão onde há comodidades para a vida, e outras muitas afrontas contra

(1) Entrarem?

a pureza e generosidade de nosso instituto, que quando não sejam verdadeiras têm muito fundamento para o parecerem.

8.^a, e em que muito se deve reparar: Porque verdadeiramente parece que tem mostrado Deus que quer que esta missão se continue, e que os padres se não saíam dela. Porque, tendo-se procurado sete vezes, por mar e por terra, que chegassem a êstes padres as ordens em que os Superiores os mandavam retirar, sempre houve impedimentos extraordinários, para que as ditas ordens ou não fôsem ou não chegassem, e, quando agora havia portadores tão certos como êstes índios da serra, ordenou Deus que na mesma semana chegasse o Governador com as novas ordens de El-rei, com que as dos Superiores se hajam de suspender. Sem dúvida tem Deus provido àquelas almas êste meio de sua predestinação, e é infalível haver-se de conseguir.

9.^a e última. Se a Companhia se há-de parecer consigo mesma, nós não vemos porque esta missão se haja de desamparar e deixar, quando se não deixa a de Angola em Portugal, a de Canadá em França, as do Japão na Índia, e outras de infinitos perigos e distâncias, sendo que os portadores destas últimas cartas vieram do Camuci em quinze dias, e se tiveram nos rios comodidades de passagem, como a pode haver havendo fortaleza, poderão vir em dez e em menos. Se há tantos que vão de Roma ao Japão por uma alma, não haverá quem vá do Maranhão ao Camuci por tantas? Deus nos dê muito de seu espírito.

Por todas estas razões nos parece, Padre Provincial, que a missão da serra de Ibiapaba se continue, e que se não deixem as almas por os índios não quererem deixar as suas terras; quanto mais que, morrendo o maior Principal, que é ja velho, se espera que quererão. As horas do dia são doze, e a mão de Deus não é abreviada. E

não só nos parece que os dois padres que ali estão se não retirem, mas que se lhe acrescentem outros dois, e mais se puder sêr, para maior decôro e observância religiosa, e para que mais depressa cultivem a serra que têm entre mãos, e comecem a meter o arado nas terras vizinhas. E pois a residência dos padres com êstes índios importa não só às almas dêles senão à conservação do Estado, e El-rei quere e há-de pedir a dita residência, será esta muito boa ocasião para que nós também lhe peçamos que nos acrescente a renda, vista a dificuldade da missão e o excesso do número dos missionários. E poderá esta renda situar-se em Pernambuco, como a outra está no Rio de Janeiro e na Baía. — Maranhão, 10 de Junho de 1658.

Depois de se remeter êste papel ao Padre Provincial chegou o Padre Visitador Francisco Gonçalves, e consultando-se-lhe a matéria se conformou com o mesmo parecer, dizendo que, no caso suposto que os padres possam ser socorridos e visitados, é conveniente que fiquem, pois por esta só razão se mandaram retirar. 10 de Junho de 658.

Antônio Vieira.

CARTA LXXXI

À Rainha D. Luísa (2)

1658 — Setembro 1

Senhora. — As ordens de V. M., e a carta com que V. M. nos fez mercê mandar honrar e defender, recebeu

(2) No t. 1.º da 1.ª ed.

esta missão de V. M. com o affecto e veneração que devia, e com a mesma, prostrados todos aos reais pés de V. M., rendemos a V. M. as graças pela justiça e piedade dêste favor, de cuja resolução dependia o estabelecimento destas cristandades, como da continuação dêle dependerão seus aumentos.

Eu em particular, Senhora, no despacho dêste memorial, que de tão longe representei a V. M., conheci que ainda não estava totalmente morto, na memória de V. M., quem tantas vezes arriscou a vida às tempestades, às balas, às pestes e às traições dos inimigos de Portugal, para que êle e todas as partes de sua monarquia se estabelecessem na coroa de V. M. Com a falta de El-rei e do Príncipe, que estão no céu, tudo me faltou, e a benevolência que o seu respeito me conciliava com os ministros se sepultou toda com êles, e em seu lugar ressuscitaram os ódios, e a inveja daquele favor que então se dissimulava.

O que mais me causa sentimento é que se vinguem êstes ódios, não em mim senão nas almas dêstes cristãos e gentios, cuja salvação se impede, e quando menos se perturba muito, por se darem ouvidos a informações, tão alheias da verdade e do conhecimento que os mesmos ministros deveram ter da minha e do meu desinterêsse, na experiência de tantos anos. Mas assim havia de ser, para que a mercê que V. M. me faz a deva toda à grandeza de V. M.

Contudo, para que conste aos ministros e tribunais, fiz petição ao Governador D. Pedro de Melo mandasse examinar juridicamente todas as queixas que nessa côrte se têm feito contra os religiosos desta missão, e todas vão examinadas, e a verdade provada na forma que V. M. lhes pode mandar ver. Assim se mudam os tempos, e não é o menor sacrificio, que posso oferecer a Deus nas circuns-

tâncias do presente, ver-me por seu amor em estado que haja mister testemunhas a minha verdade. Mas o ter-me V. M. mandado deferir sem elas foi a maior mercê, que podia receber da real benignidade de V. M., e por ela me pudera dar por bem pago de todos os meus serviços, perigos e trabalhos, quando eu tivera servido por paga.

Sôbre êste favor tão grande me diz mais o Bispo confessor (1), da parte de V. M., que tudo o que fôr necessário a mim e à missão o represente a V. M.; porque V. M. nos quer fazer mercê de nos mandar assistir e socorrer. Eu, Senhora, depois que deixei o lugar que tinha aos pés de El-rei e de V. M., nunca mais me foi necessário nada, porque naquele sacrificio renunciei tudo, nem o mundo tem que me dar, depois que me deu quanto tinha, quanto podia, e eu o pus nas mãos de Deus para o empregar melhor.

As missões, como não têm mais que a mercê que S. M. fez aos dez primeiros religiosos (2), e sôbre êste número têm crescido muitos e cada dia se esperam mais, bem se deixa ver a estreiteza com que se passará nelas, e a falta que se padecerá de tudo. Mas os empenhos das guerras presentes, a que os efeitos da fazenda real estão divertidos, são tão justos e tão grandes, que me não consente o zêlo da conservação do reino, que em mim é sempre o mesmo, atrevermo-nos a pedir fazenda, quando todos devem oferecer o sangue.

O que só peço, em nome de todos os religiosos destas missões, é que V. M. nos mande conservar sempre na fir-

(1) O Bispo do Japão.

(2) Trezentos e cincoenta mil réis de subsídio anual. Supra, p. 274.

meza das ordens que trouxe o Governador, de que acêrca das missões e dos índios se não mude nem altere cousa alguma; mandando V. M. recomendar de novo muito, e ao mesmo Governador, a assistência e favor dos missionários, em forma que entenda êle, e todo o Estado, que o maior cuidado e desejo de V. M. é o aumento e propagação da fé e conversão das gentilidades, como verdadeiramente é; e que os religiosos da Companhia, como ministros da mesma conversão, hão-de ter sempre na grandeza e justiça de V. M. muito segura a protecção e amparo.

Guardedeus a Real pessoa de V. M. como a cristandade e os vassallos de V. M. havemos mister. — Maranhão, 1 de Setembro de 1658.

António Vieira.

CARTA LXXXII

A um fidalgo do Conselho Ultramarino (1)

1659 — Março

Em suma, as nações dos Nheengaibas, que são sete, na bôca do rio das Amazonas, e as mais belicosas da conquista, e que nunca pudémos domar por armas, e contra as quais,

(1) Excerto na *Vida* por André de Barros, Liv. III. Carta escrita de Cameté de onde Vieira devia continuar a viagem. Sem data, na transcrição, mas do conteúdo se entende ser do mês de Março. Dirigida a um grande do Reino, consoante o biógrafo, e membro do Conselho Ultramarino, segundo a referência no fim do trecho, plausivelmente o Conde de Odemira, Presidente.

a requerimento do povo do Pará, se queria intentar uma guerra impossível e sôbre as fôrças de todo o Estado, que todas era necessário se empregassem, e provàvelmente se haviam de consumir nêsta guerra, como já se consumiram outras maiores; estas nações, senhor, vieram o mês passado(1) a sujeitar-se à fé, e vassalagem de S. M., por meio de sete embaixadores seus, sem mais empenho que uma fôlha de papel, por ir firmada com o nome de Jesus em um sinete da Companhia. Tanto crédito tem conciliado com os bárbaros a fama e a experiência de que só os padres da Companhia os defendem das opressões dos portuguezes, e a promessa de que hão-de viver debaixo do seu amparo, patrocínio e doutrina!

Ficam já edificando igrejas nos confins das nossas terras, onde dia de S. João lhes hei-de ir dizer a primeira missa. Além destas nações me estão esperando outras duas no Gurupá, para onde vou navegando quando esta escrevo, mas sem os temores e sobressaltos, com que até agora se passava por êsses estreitos, infestados de Nheengaibas.

Nem foi menor maravilha chegar a carta de V. S.^a em um correio que veio por terra de Pernambuco ao Maranhão, passando por tantas nações bárbaras, que comiam a quantos chegavam às praias daquela compridíssima costa, por estarem já todas pacificadas por meio de dois missionários que temos na serra de Ibiapaba, de que dou conta a V. S.^a pelo Conselho (2).

(1) Chegaram os índios da embaixada em quarta feira de Cinzas de 1659, 27 de Fevereiro.

(2) Ultramarino.

CARTA LXXXIII

Ao Padre André Fernandes (1)

1659 — Abril 29

Conta me V. S.^a prodígios do mundo, e esperanças de felicidades a Portugal: diz-me V. S.^a que todos referem tudo à vinda de El-rei D. Sebastião, de cuja vinda e vida tenho já dito a V. S.^a o que sinto. Por fim ordena-me V. S.^a que mande alguma maior clareza do que tantas vezes tenho repetido a V. S.^a, da futura ressurreição do nosso bom amo e senhor D. João o quarto. A matéria é muito larga, e não para se escrever tão de caminho como eu o faço, em uma canoa em que vou navegando ao rio das Amazonas, para mandar êste papel em outra a alcançar o navio que está no Maranhão de partida para Lisboa. Resumindo pois tudo a um silogismo fundamental, digo assim: — *O Bandarra (2) é verdadeiro profeta; o Bandarra profetizou que El-rei D. João o quarto há-de obrar muitas cousas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando: logo El-rei D. João o quarto há-de ressuscitar.* — Estas três proposições sòmente provarei, e me parece que bastarão para a maior clareza que V. S.^a deseja.

(1) Impressa em *Obras Inéditas*, t. 1.^a (1856), com variantes notáveis, e muitas omissões. Parece que desta carta o próprio autor distribuiu várias cópias, mas o original, enviado ao Bispo do Japão, encontra-se no processo pelo delicto de heresia, que lhe moveu o Santo Ofício, em 1663, pela Inquisição de Coimbra.

(2) Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro, que viveu em Trancoso na primeira metade do século XVI; famoso pelas *Trovas* que compôs, de sentido profético, cuja interpretação deu origem à crença dos sebastianistas.

PROVA-SE A CONSEQÜÊNCIA DÊSTE SILOGISMO

Colher bem a conseqüência dêste silogismo é discurso claro e evidente, porque se Bandarra é verdadeiro profeta, como se supõe, segue-se que infalivelmente se hão-de cumprir suas profecias, e que há-de obrar El-rei D. João as cousas que o Bandarra tem profetizado dêle; e como estas cousas não as pode obrar El-rei estando morto, como está, segue-se com a mesma infalibilidade que há-de ressuscitar. Esta ilação não só é de discurso, senão ainda de fé, porque assim o inferiu Abraão e assim o confirmou S. Paulo, declarando o discurso que Abraão fizera quando Deus lhe mandou sacrificar e matar a Isaac, sôbre quem o mesmo Deus lhe tinha feito tantas promessas que ainda não estavam cumpridas. *Fide obtulit Abraam Isaac* (diz S. Paulo), *cum tentaretur, et Unigenitum offerebat, qui susceperat repromissiones, adquem dictum est: Quia in Isaac vocabitur tibi semen: arbitrans quia et à mortuis suscitare potens est Deus.*

De sorte que Abraão, indo sacrificar a Isaac, em quem Deus lhe tinha prometido a sucessão de sua casa e outras felicidades ainda não cumpridas, fez êste discurso: « Deus prometeu-me que Isaac há-de ser o fundamento de minha descendência; Deus manda-me matar ao mesmo Isaac: segue-se logo que, se Deus não revogar o seu mandado, e se Isaac com efeito morrer, que Deus o há-de ressuscitar». Esta foi a conseqüência de Abraão, e esta é a minha depois de El-rei D. João o quarto morto, como já o tinha sido quando S. M. esteve no grande perigo de Salvaterra(1);

(1) Em 1654, quando Vieira pela primeira vez tornou do Maranhão a Portugal, e o encontrou enfêrmo.

em que tantas vezes e tão constantemente o repeti, e depois prèguei que, ou El-rei não havia de morrer, ou se morresse havia de ressuscitar. Assim o disse em sua vida, assim o prèguei em suas exéquias, assim o creio e espero; e assim o devem querer e esperar, por infalível consequência, todos os que tiverem a Bandarra por verdadeiro profeta, que é o que agora mostrarei.

PROVA-SE A PRIMEIRA PROPOSIÇÃO DO SILOGISMO

A verdadeira prova do espírito profético nos homens é o sucesso das cousas profetizadas. Assim o prova a Igreja nas canonizações dos santos, e os mesmos profetas canónicos, que são parte da Escritura Sagrada, fora dos princípios da fé não têm outra prova da verdade de suas revelações ou profecias, senão a demonstração de ter sucedido o que elles tantos anos antes profetizaram.

O mesmo Deus deu esta regra para serem conhecidos os verdadeiros e falsos profetas: *Quod si tacita cogitatione responderis — Quomodo possum intelligere verbum quod Dominus non est locutus? Hoc habebis signum, quod in nomine Domini propheta ille praedixerit et non evenerit, hoc Dominus non est locutus.* No capítulo 18.^o prometeu Deus ao povo hebreu que lhe daria profetas de sua nação, e porque no mesmo povo costumavam a se levantar profetas falsos, e podia haver dificuldade em conhecer quais eram os verdadeiros e mandados por Deus, o mesmo Deus deu por regra certa, para serem conhecidos uns e outros, o succeder ou não succeder o que se tivesse profetizado: «Se não succeder o que o profeta disser, tende-o por falso, e se succeder o que disser, tende-o por verdadeiro e mandado por mim». Não se pode logo negar que Bandarra foi verdadeiro profeta, pois profetizou e escreveu tantos anos

antes tantas cousas, tão exactas, tão miúdas e tão particulares, que vimos todas cumpridas com nossos olhos, das quais apontarei aqui brevemente as que bastem, sucedidas todas na mesma forma e com a mesma ordem como foram escritas.

Primeiramente profetizou Bandarra que, antes do ano de quarenta, se havia de levantar em Portugal uma a que êle chama grã tormenta, que foi o levantamento de Évora, e que os intentos dessa tormenta haviam de ser outros do que mostravam, porque verdadeiramente eram para levantar todo o Reino, e que essa tormenta havia de ser logo amansada, e que tudo se havia de calar, e que os levantados não teriam quem os seguisse ou animasse, como verdadeiramente sucedeu. Isto querem dizer aqueles versos do *Sonho primeiro* (1):

Antes que cerrem quarenta
Erguer-se-á grã tormenta
Do que intenta,
Que logo será amansada,
E tomarão a estrada
Da calada,
Não terão quem os afoite.

Advirta-se que êstes versos se hão-de ler entre parêntesis, porque não fazem sentido com os três versos imediatamente seguintes, os quais se atam com os de cima, e êstes vão continuando a história com os que depois se seguem, estilo tão ordinário nos profetas como sabem os que os lêem.

Profetizou mais o Bandarra que havia de-haver tempo em que os portuguezes (os quais, quando êle isto escrevia, tinham rei e reino) haviam de desejar mudança de estado, e suspirar por tempo vindoiro, e que o cumprimentô dêste

(1) As *Troyas* são divididas em três partes ou Sonhos.

desejo e dêste tempo havia de ser no ano de quarenta: e que nêste ano de quarenta havia de haver um rei, não antigo senão novo; não que se introduzisse êle senão levantado pelo reino; não com título de defensor da pátria, como alguns queriam, senão de rei; e que êste rei se havia de pôr logo em armas e levantar suas bandeiras contra Castela, a qual Castela muitos tempos havia de ter gostado e logrado o reino de Portugal. Assim o dizem claramente os versos do mesmo *Sonho*:

Já o tempo desejado
É chegado,
Segundo o firmal assenta,
Já se chegam os quarenta,
Que se amenta
Por um doutor já passado.
O Rei novo é levantado,
Já dá brado,
Já assoma sua bandeira
Contra a grifa parideira
Lagomeira
Que tais pastos tem gostado.

A grifa significa Castela com muita propriedade, porque os reinos distinguem-se por suas armas, e o grifo é um animal composto de leão e águia, em que grandemente simboliza, com as águias e leões, partes tão principais do escudo das armas de Castela; e chama-se com igual energia nêste caso grifa parideira, porque, por meio de partos e casamentos, veio Castela a herdar tantos reinos e Estados como possui, que foi também o título com que entrou em Portugal.

Profetizou mais o Bandarra que o nosso rei havia de ser de casa de Infantes, que havia de ter por nome D. João, que havia de ser feliz e bem andante, e que com

suma brevidade lhe haviam de vir novas de todas as conquistas que chama terras prezadas, as quais se declarariam pelo novo rei, e de aí por diante estariam firmes por êle; como tudo se tem visto inteiramente, e sôbre a esperança de todos e do mesmo rei, o que eu lhe ouvi dizer muitas vezes. Os versos são no mesmo *Sonho*:

Saia, saia êsse Infante
Bem andante,
O seu nome é D. João.
Tire e leve o pendão
Glorioso e triunfante.
Vir-lhe-ão novas num instante
Daquelas terras prezadas,
As quais então declaradas
E afirmadas
Pelo Rei de ali em diante.

Profetizou mais, com circunstâncias prodigiosas, que nas ditas terras prezadas, ou conquistas, havia de haver naquele tempo dois Viso-Reis, o que nunca houve de antes nem depois; e que um dêles, que foi o Marquês de Montalvão, era agudo, e outro, que foi o Conde de Aveiras, era sizudo e cabeludo; e que o primeiro não havia de ser deteúdo, ou detido no govêrno, isto é que havia de ser tirado dêle; declarando mais que se havia de chamar Excelência, e que a causa de ser tirado haviam de ser suspeitas de infidelidade; mas que essa infidelidade não havia de estar no seu escudo, como verdadeiramente não esteve naquele tempo, porque êle, como diz o mesmo Bandarra, foi o instrumento da aclamação em todo o Brasil, aonde mandou ordens que fôsse El-rei D. João aclamado. Pelo contrário, que o Conde de Aveiras havia de pôr alguma dificuldade e como resistência à aclamação de El-rei no Estado da Índia, o qual Estado, com grande desejo e ímpeto, e sem os reparos

do Viso-rei o terem mão, havia de aclamar, como fez.
Dizem os versos do mesmo *Sonho*:

Não acho ser deteúdo
O agudo,
Sendo êle o instrumento;
Não acho, segundo *sento*
O *Excelento*
Ser falso no seu escudo;
Mas acho que o Lanudo
Mui sisudo
Que arrepelará o gato,
E fá-lo-á murar o rato
De seu fato,
Leixando-o todo desnudo.

Porque esta trova é a mais dificultosa do Bandarra, e a que ninguém jámais pôde dar sentido, pôsto que já fica explicada a quero comentar verso por verso para que melhor se entenda.

Não acho ser deteúdo:

Todos os que governavam as praças de Portugal nas conquistas foram deteúdos ou detidos nelas, porque os conservou El-rei nos mesmos postos; só ao Marquês de Montalvão mandou S. M., tirar por ocasião da fugida dos filhos, e do ânimo da Marquesa, e por isso diz Bandarra que não acha ser deteúdo.

O agudo:

Os que conheceram o Marquês sabem quão bem lhe quadra o nome de *agudo*, pela esperteza natural que tinha em todas suas acções e execuções, e ainda nas feições e movimentos do corpo; mas mais que tudo no inventar, traçar, negociar, introduzir-se, etc.

Sendo êle o instrumento :

Em muitas partes foi instrumento da aclamação o povo, e não os que governavam: no Brasil o Marquês de Montalvão foi o instrumento da aclamação, a qual executou com grande prudência e indústria, por haver na Baía dois terços de castelhanos e um de napolitanos, que puderam sustentar as partes de Castela, e, quando menos, causar alvorôtos.

Não acho segundo *sento* :

Note-se muito o *segundo sento* ou segundo sinto, que é falar já Bandarra com alguma dúvida na mesma fidelidade do Marquês, que neste lugar abonava. Verdadeiramente é certo que o Marquês muito tempo foi fiel; o modo com que acabou mostrou que o não fôra sempre (1).

O *Excelento* :

Chama-lhe Excelência por Marquês e Viso-Rei, sendo o único Viso-Rei e o único Marquês que governou o Brasil. Mas todas estas circunstâncias via Bandarra; e porque lhe não chama excelente senão *Excelento*? Sem dúvida para que dêste masculino tão desusado se inferisse a diferença do feminino. Como se dissera: « A fidelidade de que falo, advirtam que é do marido e não da mulher; do *Excelento*, e não da *Excelenta* »; como logo explica.

Ser falso no seu escudo :

Para estranhar Bandarra, como estranha, o ser tirado ou não ser deteúdo o Marquês, sendo êle o instrumento da

(1) Morreu em 1651, prêso no castelo de S. Jorge por suspeitas de entendimento com o govêrno de Castela.

aclamação, parece que bastava dizer que não era falso; mas acrescentou: *no seu escudo*, porque assim como viu a fidelidade do Marquês na aclamação, assim viu também a infidelidade de sua mulher e seus filhos, como se dissera: « Falso não no seu escudo; mas no de sua mulher e seus filhos sim ».

Mas acho que o Lanudo:

O Conde de Aveiras era mui cabeludo e barbaçudo, como todos vimos; tinha muitos cabelos nas sobrancelhas, nas orelhas, no nariz por dentro e por fora, e só dentro dos olhos não tinha cabelos, pôsto que lhe chegava a barba muito perto dêles; e ouvi dizer a seu sobrinho, o Conde de Unhão D. Rodrigo, que seu tio tinha pelo corpo lá como um carneiro; por isso Bandarra lhe chama lanudo.

Mui sisudo:

Só em ir segunda vez à Índia o não foi; mas no falar, no calar, no andar, no negociar, e em todas suas acções, por fora e por dentro, não há dúvida que tinha o Conde de Aveiras aquelas partes por que o mundo chama aos homens sisudos; e por tal o tinha El-rei ainda quando o não gabava.

Que arrepeará o gato
E fá-lo-á murar o rato

O gato significa o Estado da Índia, o qual, tanto que chegou a nova da aclamação a Goa, quis logo aclamar públicamente; mas o Viso-rei arrepeleu, porque foi à mão ao ímpeto do povo e dos soldados, fechando-se dentro no Paço, para considerar como sisudo o que havia de fazer em matéria tão grande: e esta foi a única detença ou mora que a aclamação teve em Goa, que se explica pelo

murar do gato ao rato, que é aquela mora ou detença em que o gato está como duvidando se arremeterá ou não.

De seu fato
Deixando-o todo desnudo :

Conclue o Bandarra contra o Conde, como desgostado dêle, que deixaria o Estado da Índia desnudo de seu fato: porque trouxe da Índia muita fazenda, a qual na Índia pròpriamente se chama fato, assim como em Itália se chama roupa; e fundado eu nesta menos aceitação do Bandarra àcêrca do Conde de Aveiras, quando El-rei o fez segunda vez Viso-Rei da Índia, disse a S. M. que me espantava muito que S. M. elegesse por Viso-Rei da Índia a um homem de quem o Bandarra dizia mal. Que não lhe podia suceder bem o efeito o mostrou (1).

Todos êstes versos que tenho referido vão continuados, e nêles descrito o successo da aclamação do Rei no Reino e nas conquistas, com todas suas circunstâncias, e logo immediatamente se segue no mesmo *Sonho primeiro*:

Não tema o turco não,
Nesta sezão,
Nem o seu grande mourismo
Que não conheceu baptismo,
Nem o crismo;
É gado de confusão, etc.

Êstes versos contêm uma circunstância admirável de profecia, porque não só profetizou e declarou Bandarra as cousas que haviam de ser, e o tempo em que haviam de ser, senão também os tempos e conjunções em que não

(1) Nomeado pela segunda vez Vice-Rei em 1652, pereceu em naufrágio, na costa de Quelimane.

naviam de ser. O principal assunto do Bandarra é a guerra que El-rei há-de fazer ao Turco, e a vitória que dêle há-de alcançar: e, porque não cuidássemos que esta empresa havia de ser logo depois da aclamação do novo Rei, advirte, e quer que advirtamos, o mesmo Bandarra que a empresa do Turco não é para o tempo da aclamação, senão para outro tempo, e para outra sezão muito depois. E por isso diz que nesta sezão bem podia o Turco estar sem temor: *Não tema o Turco não, nesta sezão, etc.*

A esta profecia negativa do Turco se ajunta outra também negativa do Papa, o qual Papa supõe Bandarra que não há-de reconhecer a El-rei senão depois que o Turco entrar pelas terras da Igreja, e assim o declaram os versos do *Sonho segundo*:

O Rei novo é acordado
Já dá brado,
Já ressoa o seu pregão,
Já Levi lhe dá a mão,
Contra Sichem desmandado.

Esta copla se explica adiante; por agora basta dizer que Levi é o Papa, e Sichem o Turco, e quando Sichem se desmandar pelas terras da Igreja, então dará Levi a mão ao Rei novo, que já neste tempo será acordado: onde o que se deve muito notar é aquele — *já Levi lhe dá a mão*, na qual palavra supõe Bandarra que até então não quis o Papa dar a mão ao Rei novo, como em efeito nenhum dos três papas, Urbano, Inocência e Alexandre lhe a não quiseram dar atégora reconhecendo-o, por mais que foram requeridos pelo Rei, pelo clero, e pelos povos, com tantos géneros de embaixadas (1).

(1) Desde a aclamação de D. João IV até 1663 se fizeram diligên-

Por muitas vezes disse eu a El-rei, e principalmente quando me mandou a Roma, que o Papa não havia de dar bispos, e, quando vinham novas que já os dava ou queria dar, sempre me ri disso, assim em Portugal como no Maranhão, de que são testemunhas todos os que me ouviram dizer por galantaria, muitas vezes, que os bispos não no-los havia de dar o Papa senão o Turco.

O ser rei o Infante D. Afonso, nosso Senhor e o ser Governador das nossas armas Joane Mendes de Vasconcelos, também é profecia do Bandarra. Do Infante disse:

Vejo subir um Infante
No alto de todo o lenho.

Todos cuidavam, e esperavam por natural consequência, que o Príncipe D. Teodósio, que está no céu, era o que havia de suceder a El-rei seu pai, e que, nas voltas que desse esta que o Bandarra chama roda triunfante, havia êle de ser o que subisse no alto de todo o lenho; mas veio a ser o Infante D. Afonso que Deus guarde, porque assim estava escrito. Muitas vezes me ouviu dizer El-rei e V. S.^a, do mesmo Príncipe, que dêle não falava palavra o Bandarra; e de Joane Mendes disse:

Vejo subir um Fronteiro
Do Reino de trás da serra,
Desejoso de pôr guerra
Esforçado cavaleiro.

Já escrevi a V. S.^a que, quando se soube no Maranhão que o castelhano estava sôbre Olivença, e que o Conde de

cias em Roma, para que reconhecesse o Pontífice a independência do Reino, e confirmasse as nomeações para as dioceses vacantes, o que só na regência de D. Pedro se conseguiu.

S. Lourenço governava as armas, disse eu, diante de muitas pessoas eclesiásticas e seculares, que o que havia de fazer as facções era Joane Mendes de Vasconcelos, fundando-o nesta mesma copla, e interpretando ser êle o Fronteiro de trás a serra, porque o era naquele tempo de Trás-os-Montes. Todo êste papel, na mesma formalidade em que aqui vai lançado, o escrevi em últimos de Abril dêste ano, como se verá pela primeira via dêle, que logo então mandei pelo Maranhão. Agora ouvi que Joane Mendes de Vasconcelos está não só retirado da guerra, mas prêso(1), com que parece errou minha conjecturá na explicação ou na applicação dêstes versos.

Fácilmente concederei êste êrro, e admitirei que fale o Bandarra de outro Fronteiro que será de Trás-os-Montes, ou do que nos dizem que é hoje o Conde de S. João, de cujo esforço e cavalarias chega por cá tão honrada fama que bem lhe quadra o nome de esforçado cavaleiro. Mas se houver quem queira persistir no primeiro sentido que démos aos versos, poderá tirar dêles mesmos a solução, e dizer o que eu dizia antes de cá se saber a retirada do sítio de Badajós. Dizia eu, de que tenho muitas testemunhas, que, quando se não conseguisse a entrada da praça, nem por isso ficava desteita a applicação e acomodação dos versos, antes então ficavam melhor construídos; porque as palavras — *desejoso de pôr guerra* — não significam efeitos senão desejos, antes em certo modo parece profetizavam que a empresa pararia só em desejos, pôsto que tão galhardamente manifestados. Onde também se deve notar a

(1) Joane Mendes de Vasconcelos, Mestre de Campo General e Governador das armas do Alentejo, foi prêso, após o sítio de Badajós, em 1658, que teve de levantar, e argüido de conluio com os castelhanos, mas exonerado de culpa em seguida ao inquérito.

frase — *de pôr guerra* —, que é própria de sitiar praças, e não de vencer exércitos. E quanto à copla que se segue depois desta, falando do mesmo sujeito:

Êste será o primeiro
Que há-de pôr o pendão
Na cabeça do dragão,
Derrubá-lo-á por inteiro,

é uma profecia e promessa do futuro, a que tanto se pode caminhar do castelo de Lisboa como de qualquer outra parte, porque fala manifestamente da guerra do Turco, como adiante se verá mais claro. E diz Bandarra que aquele mesmo Fronteiro, que êle viu sair do Reino de trás da serra, será o que há-de pôr o pendão na cabeça do Turco, que é Constantinopla, e que inteiramente o há-de derrubar e vencer, seja quem fôr.

Isto é o que digo, e isto o que me parece, protestando que assim nêstes versos, como em todos de Bandarra, não é minha tenção tirar a ninguém o direito que quiser ter nêles, e muito menos dá-lo a outrem, que é o que no nosso reino mais se sente.

Tudo o que fica dito são as cousas em que atégora mais palpavelmente temos visto cumpridas as profecias do Bandarra, as quais profecias já cumpridas, se bem se distinguirem e contarem, achar-se-á que são mais de cincoenta, afora infinitas outras cousas que delas dependem, e com elas se envolvem. E todas conheceu e anteviu Bandarra, com tanta individuação de tempos, lugares, nomes, pessoas, feições, modos e todas as outras circunstâncias mínimas, que bem parece as via com lume mais claro que o dos mesmos olhos que depois as viram; e como todos êstes sucessos eram totalmente contingentes, e dependentes da liberdade humana, e de tantas liberdades quantas eram os

homens, repúblicas, governadores, cidades e Estados de todo o Reino e suas conquistas, bem se colhe que por nenhuma sciência, nem humana, nem diabólica, nem angélica, podia conjecturar Bandarra a mínima parte do que disse, quanto mais afirmá-lo com tanta certeza, escrevê-lo com tanta verdade, e individuá-lo com tanta miúdeza, que é o de que se êle preza no prólogo da sua obra, quando diz:— *Coso miúdo sem conto* (1). Foi logo lume sobrenatural, profético e divino, o que alumiou o entendimento dêste homem idiota e humilde, para que as maravilhas de Deus, que nestes últimos tempos havia de ver o mundo em Portugal, tivessem também aquela preeminência de todos os grandes mistérios divinos, que é serem muito de antes profetizados.

Bem vejo que haverá quem duvide alguma das explicações que dou aos textos referidos, pôsto que tão claras e tão correntes, mas para o intento que pretendo provar, que é o espírito profético do Bandarra, bastam aquelas que todos confessam, e que não admitem dúvida alguma, que é grande parte das referidas.

E se não pergunto: Quem disse a Bandarra, no tempo de El-rei D. João o III, que havia de faltar sucessor a Portugal, e que havia de vir a coroa a rei estranho? Quem lhe disse que a Grifa parideira, ou que Castela, por um parto, que foi Filipe II, filho da Infanta Imperatriz D. Isabel, havia de lograr Portugal? Quem lhe disse que o tempo desejado da redenção dêste cativo havia de ser no ano de quarenta? Quem lhe disse que o restaurador havia

(1) Por metáfora tomada do seu ofício, como em todo o prólogo, nesta copla:

Coso com linho asedado
Encerado a cada ponto;
Coso miúdo sem conto,
Que assim o quere o calçado.

de ser rei novo e levantado? Quem lhe disse que êste rei se havia de chamar D. João, e que havia de ser feliz e descendente de Infantes? Quem lhe disse que o haviam de reconhecer e aceitar logo as conquistas, e que essas de aí por diante haviam de estar firmes, sem nenhuma vacilar nem retroceder? Quem lhe disse que uma dessas conquistas havia de ser naquele tempo governada por um homem muito sizudo e muito cabeludo, e que o que governasse noutra se havia de chamar Excelência, e que era agudo, e que sendo instrumento da aclamação havia de ser tirado do cargo por suspeitas da infidelidade, e que essa infidelidade não havia de estar no seu escudo? Finalmente, quem lhe disse que o Papa não havia de aceitar êste rei, e que lhe havia de suceder na coroa um Infante, e não o Príncipe seu primogénito? É certo que só Deus podia dizer e revelar ao Bandarra todos êstes futuros e qualquer dêles, e com a mesma certeza se deve ter e afirmar que foi o Bandarra verdadeiro profeta.

Resta agora ver se profetizou Bandarra alguma cousa de El-rei D. João que ainda não esteja cumprida, que é o segundo fundamento da nossa consequência.

PROVA-SE A SEGUNDA PROPOSIÇÃO DO SILOGISMO

As cousas que o Bandarra profetizou de El-rei D. João, que êle ainda não obrou e há-de obrar, são tão grandes, tão extraordinárias e tão prodigiosas que, como se as passadas não tiveram nada de admiração, começa com êste prólogo a narração delas o seu profeta no *Sonho segundo*:

Oh! quem pudera dizer
Os sonhos que homem sonha!
Mas hei mêdo que ponha
Grã vergonha
De me os não quererem crer.

Isto mesmo, senhor Bispo, é profecia do que hoje vemos: há-de estar Bandarra corrido e envergonhado na opinião de muitos, até que os feitos maravilhosos de El-rei D. João o IV, nosso Senhor, conquistem aos versos do seu profeta a fé, que já a primeira parte dêles nos tem bem merecida.

Diz Bandarra primeiramente que sairá El-rei à conquista da Casa Santa, para se fazer senhor dela, deixando o Reino totalmente despejado, porque há-de levar consigo tudo o que nêle houver de homens que possam tomar armas. Assim começa o princípio do diálogo dos Bailos:

Vejo, vejo, direi vejo,
Agora que estou sonhando,
Semente de El-rei Fernando
Fazer um grande despejo,
E sair com grão desejo,
E deixar a sua vinha,
E dizer: «Esta casa é minha,
Agora que cá me vejo».

Chama a El-rei semente de El-rei Fernando, porque El rei D. João o IV é quarto neto de El-rei Fernando o Católico, tão conhecido e celebrado rei naquele tempo. E que esta saída seja para Jerusalém, e esta casa de que fala seja a Casa Santa, de tudo o que se segue se verá claramente.

Diz mais Bandarra que esta jornada será por mar, e que o efeito dela será tomar El-rei ao Turco com grande facilidade e quási sem resistência. — *Sonho segundo*:

Vi um grão leão correr,
E fazer sua viagem,
E tomar o porco selvagem
Na passagem,
Sem nada lhe o defender.

Porco selvagem, é o Turco, como declara o mesmo Bandarra em muitos lugares. No *Sonho terceiro* fala do mesmo porco selvagem e da mesma viagem; e diz assim:

Já o leão vai bradando,
E desejando
Correr o porco selvagem,
E tomá-lo-á na passagem,
Boa viagem
Assim o vai declarando.

E no mesmo *Sonho terceiro*:

Êste Rei de grão primor
Com furor
Passará o mar salgado,
Em um cavalo enfreado
E não selado,
Com gente de grão valor.
Êste diz que socorrerá
E tirará
Aos que estão em tristura.
Dêste conta a escritura
Que se apura
Que o campo despejará.

As gentes de que aqui fala, que diz estarão em tristura, e serão socorridos por El-rei, são os povos de Itália, que estarão oprimidos pelas armas do Turco, que nêles fará grandes crueldades, como claramente descreve o Salutivo (1), e o mesmo Bandarra no diálogo dos Bailos, onde começa por Veneza, que será, ou já é, a primeira que

(1) Frei Bartolomeu de Salúcio, conhecido por Salutivo, autor verdadeiro ou supôsto de profecias sôbre incursões dos turcos em Itália.

padecerá as invasões do Turco, e que gastará nesta guerra seus tesouros:

Também os venezianos
Com as riquezas que têm,
Virá o Rei de Salém,
Julgálos-á por mundanos.

Chama Rei de Salém ao Turco porque o Turco é hoje senhor de Jerusalém, que na Escritura se chama também Salém; e, continuando a descrever as crueldades que fará o Turco em Itália, diz após os versos acima:

Já os lobos são entrados
De alcateia nas montanhas,
Os gados têm esfolados,
E muitos alobegados,
Fazendo grande façanha:
O pastor mór se assanha,
E junta seus ovelheiros,
Esperta sua companha,
Socorre os seus pegureiros.

O pastor mór é o Papa, que vendo Itália e ainda Roma neste apêrto, chamará os Príncipes cristãos, que são seus ovelheiros, ou os senhores de suas ovelhas, e espertará sua companha, que são os católicos: e note-se a palavra — *esperta sua companha* —, porque verdadeiramente parece que os Príncipes cristãos estão dormindo, pois havendo tantos anos que o Turco está fazendo guerra à cristandade em Itália, êles estão tão divertidos como se dormiram. A êstes brados do Pontífice acudirão os Príncipes cristãos, e entre êles o famoso Rei de Portugal, como repete e declara o mesmo Bandarra no *Sonho primeiro*, profetizando

juntamente a ruína do Império otomano, o fim da lei de Mafoma e destruição da Casa de Meca :

A lua dará grã baixa,
Segundo o que se vê nela,
E assim os que têm com ela
Porque se lhe acaba a taxa.
Abrir-se-á aquela caixa
Que atégora foi cerrada,
E entregar-se-á forçada
Envolta na sua faixa.

E declarando quem será o autor o instrumento de tudo,
continua:

Um grão leão se erguerá,
E dará grandes bramidos;
Seus brados serão ouvidos
A todos assombrará;
Correrá e morderá,
E fará mui grandes danos,
E nos reinos africanos
A todos sujeitará:

Entrará mui esforçado,
Será de toda a maneira;
De cavalos de madeira
Se verá o mar coalhado,
Passará e dará brado:
Na terra da promessa,
Prenderá o velho cão
Que anda mui desmandado.

De aqui se fica bem entendendo que a passagem é aquela onde diz o Bandarra que o leão há-de tomar o porco selvagem, e é sem dúvida aquela parte do mar que há entre Itália e Constantinopla, que vem a ser a bôca do mar Adriático em o Arquipélago. De sorte que o Turco,

obrigado das armas cristãs, há-de fugir e retirar-se de Itália para suas terras, e nesta retirada ou passagem há-de ser tomado; cousa que não se representará dificultosa, senão muito fácil, a quem tiver conhecimento do sítio, porque como todo aquele mar é um bosque de ilhas, aqui lhe podem armar ciladas, ou por melhor dizer aqui lhe as hão-de armar, porque assim o diz o mesmo Bandarra no mesmo Bailo:

Depois já de apercebidos,
E as montanhas salteadas
Por homens muito sabidos,
Pastores mui escolhidos,
Que sabem bem as malhadas,
Pôr-lhe-ão nas encruzilhadas
Trampas, cepos de azeiros,
Atalaias nas estradas,
E bestas nas ameijoadas
Com tiros muito ligeiros.

Não só há-de fazer isto El-rei por meio de seu exército, mas diz Bandarra que por sua pessoa há-de ferir ao Turco.
— *Sonho primeiro:*

Já o leão é esperto
Mui alerta,
Já acordou, anda caminho,
Tirárá cedo do ninho
O porco; e é mui certo
Fugirá pelo deserto
Do leão e seu bramido;
Demonstra que vai ferido
Dêsse bom rei encoberto.

E pôsto que o Turco assim ferido se há-de retirar, depois

desta retirada diz Bandarra que êle mesmo se há-de vir entregar e sujeitar a El-rei. — Diálogo dos Bailos:

Ó senhor, tomai prazer,
Que o grão porco selvagem
Se vem já de seu querer
Meter em vosso poder,
Com seus portos e passagem.

.. Note-se o verso — *com seus portos e passagem* —, de que se confirma bem que a passagem de que fala acima é o mar e ilhas entre Itália e Constantinopla.

.. Diz mais Bandarra que, entregue o Turco, se repartirão as suas terras entre os Príncipes cristãos que fôrem a esta guerra, e que a El-rei caberá Constantinopla. No mesmo diálogo dos Bailos:

Tanja-se a gaita maior,
Junte-se todo o rebanho,
Eu com o vosso pastor
Com mui grã soma de amor
Vamos a partir o ganho.
Tudo nos é sofranganho,
Montes, vales, e pastores;
Descansai, ó bailadores,
Que não entre aqui estranho.

E logo abaixo:

Sus! Antes de mais extremos
Baile Fernando e Constança,
E pois que já tudo vemos,
Pelo bem que lhe queremos
Seja êle o mestre da dança.

Constança significa Constantinopla, e Fernando significa El-rei: e bailar êle com Constança e ser mestre da dança,

bem se vê que quer dizer que será Constantinopla sua, e que terá nesta repartição o maior lugar de todos. Não faça porém dúvida o nome de Fernando, porque os nomes das figuras dêste diálogo são nomes supostos e não os próprios. E assim como as pessoas, que formam o mesmo diálogo, se chamam Pedro, João, André, Garcia etc. (1), não sendo êsses os nomes dos Príncipes que hão-de ir à conquista de Jerusalém, porque não costumam ser tais os nomes dos Príncipes estrangeiros, assim o nome de Fernando não é próprio do Rei, senão suposto.

E se houver quem queira insistir, sem razão, em que êste seja o nome próprio do rei conquistador da Terra Santa, facilmente se pode dizer que El-rei em sua ressurreição, ou em sua assunção ao Império, tomará o nome de Fernando; e se assim fôr diremos que deixou Santo António o nome de Fernando em S. Vicente de Fora, para que El-rei D. João o tomasse. E nesta mudança ou acrescentamento de nome (que bem pode El-rei acrescentar o nome de Fernando ao nome de João) se verificaria também aquella tradição que diz que *o Encoberto terá o nome de ferro* (2); porque nas partes de Levante, onde há-de ser esta empresa, Fernando chama-se Ferrante, como Jacob, Jaques. Tam-

(1) Texto das *Coplas* a que alude Vieira:

Virá o grande pastor
E se erguerá primeiro,
E Fernando tangedor,
E Pedro bom bailador,
E João bom ovelheiro.
E depois um estrangeiro
E Rodeão que esquecia,
E o nobre pastor Garcia
E André mui verdadeiro.

(2) Nas profecias atribuídas a Santo Isidoro de Sevilha: *El Encubierto tendrá en su nombre letra de hierro.*

bém se pode dizer que, assim como Bandarra chamou Infante a El-rei por ser neto do Infante D. Duarte, assim lhe chamará também Fernando por ser semente de El-rei Fernando, como acima tem dito. Mas sem recorrer a nada disto, o mais fácil e natural é dizer que o nome de Fernando neste diálogo é suposto, e não próprio como os demais.

Feito pois El-rei senhor de Constantinopla, diz Bandarra * que será eleito Imperador, com eleição justa e não subordinada:

Serão os reis concordantes,
Quatro serão, e não mais,
Todos quatro principais
De Poente até Levante;
Os outros reis mui contentes
De o verem Imperador,
E havido por grão senhor
Não por dádivas, nem presentes.

Êstes reis são quatro, que se acharão na guerra contra o Turco, os quais reis, reconhecendo que a El-rei D. João se deve toda a vitória, lhe darão em prémio dela a coroa imperial. E feito El-rei Imperador de Constantinopla, diz Bandarra com grande propriedade que ficará havido por grão senhor, porque o Turco nas suas terras intitula-se Grão Senhor, e o mesmo nome lhe dão em Itália.

E que a El-rei se haja de dever toda a vitória, o mesmo Bandarra o disse no *Sonho segundo*:

De quatro reis, o segundo
Levará toda a vitória.

Chamar-se El-rei o segundo nesta ocasião, bem poderia ser por ter tomado o nome de Fernando, porque então seria Fernando o segundo. Mas pode-se chamar segundo,

porque os reis de Portugal verdadeiramente têm o segundo lugar entre os reis cristãos, sendo o primeiro indecisamente de França ou Espanha, que ainda o pleiteiam diante do Pontífice, o qual nunca o quis decidir. Também pode ser segundo por ter o segundo lugar nesta empresa, como general do mar que há-de ser, tendo o primeiro o rei que fôr general da terra. Emfim, poder-se-á chamar segundo por outro qualquer acidente, que o tempo interpretará mais facilmente do que nós agora podemos adivinhar.

Coroado por Imperador, diz Bandarra que voltará El-rei vitorioso com dois pendões, que devem ser o de Rei de Portugal e de Imperador de Constantinopla:

De perdões e orações
Irá fortemente armado,
Dará nêle Santiago.
Na volta que faz depois
Entrará com dois pendões,
Entre porcos sedeúdos
Com fortes braços e escudos
De seus nobres infanções.

Êstes porcos sedeúdos, com que entrará El-rei, serão os baxás e capitães dos turcos, e os levará diante de si no seu triunfo quando voltar.

Finalmente, diz Bandarra que o mesmo Rei há-de introduzir ao Sumo Pontífice as dez tribus(1) de Israel, que naquele tempo hão-de sair e aparecer no mundo com pasmo de todo êle. No princípio do *Sonho primeiro* introduz Bandarra a dois hebreus, um chamado Dan, e outro chamado Efraim, os quais vêm para falar ao Pastor mór, que é o Sumo Pontífice, e para serem introduzidos

(1) *Os dez tribus*, no original, e assim sempre, porque a palavra só no português moderno trocou o género.

a êle pedem a entrada a Fernando, que já dissémos representa a El-rei, e dizem assim por modo de diálogo:

Efrain

Dizei, senhor, poderemos
Ao grão pastor falar?
E de aqui lhe prometemos
Ricas joias que trazemos,
Se no-las quizer tomar.

Fernando

Judeus que lhe haveis de dar?

Dan

Dar-lhe-emos grande tesouro,
Muita prata, muito ouro,
Que trazemos de além mar;
Far-me-eis grande mercê
De me dârdes vista dêle.

Fernando

Entraí, judeus, se quereis,
Bem podeis falar com êle,
Que lá dentro o achareis.

Não declara o Bandarra o lugar em que isto há-de suceder, se em Jerusalém ou em Roma, quando lá fôr El-rei, ou se em Portugal, quando as tribus vierem. Mas em qualquer parte que suceda será esta uma das grandes maravilhas, ou a maior das maiores que nunca se viu nem ouviu no mundo. Assim o pondera o mesmo Bandarra, em uma das suas respostas em que torna a profetizar êste aparecimento das tribus:

Antes destas cousas serem
Desta era que dizemos,
Mui grandes cousas veremos,
Quais não viram os que vivêrem,
Nem vimos, nem ouviremos:

Sairá o prisioneiro
Da nova gente que vem
Dessa tribo de Rubem,
Filho de Jacob primeiro
Com tudo o mais que tem.

Mas onde o Bandarra trata por inteiro esta grande matéria é no seu *Sonho terceiro*, o qual todo gasta na descrição e narração portentosa da vinda e aparecimento desta gente, e com estilo em partes muito mais levantado do que costuma. Representando pois que sonhava, diz assim Bandarra:

Sonhava com grão prazer,
Que os mortos ressuscitavam,
E que todos se juntavam
E tornavam a renascer.

E que vinham os que estão
Trás os rios escondidos,
Sonhava que eram saídos
Fora daquela prisão.

O profeta Ezequiel, no capítulo 37.º, falando à letra desta mesma restituição das dez tribus, como se vê claramente dos três capítulos seguintes, chama a esta restituição ressurreição; porque êstes povos atégora estavam neste mundo como enterrados e sepultados, porque ninguém sabia dêles; e, seguindo Bandarra esta mesma frase de Ezequiel, diz que sonhava com grande prazer que os mortos ressuscitavam, e assim o declara e explica logo, dizendo que sonhava que eram saídos de sua prisão os que estão escondidos trás os rios, porque as dez tribus quando desapareceram passaram da outra banda do rio Eufrates, e de então para cá nunca mais se soube delas.

Vai por diante Bandarra, e descrevendo em particular como vinha, ou como virá cada uma das tribus, diz:

Vi a tribo de Dão
Com os dentes arreganhados,
E muitos espedaçados
Da serpente do dragão.

E também vi a Rubem
Com grã voz de muita gente,
O qual vinha mui contente
Cantando Jerusalém.

Oh! quem visse já Belém,
E êsse monte de Sião,
E visse o rio Jordão
Para se lavar mui bem!

E assim vi Simeão,
Que cercava todas as partes
Com bandeiras e estandartes,
Neptalim e Zabulão.

Gad vinha por capitão
Dêsta gente que vos falo,
Todos vinham a cavallo,
Sem haver nenhum peão.

Notem os doutos que entre êstes capitães ou cabeças das tribus, não se nomeia a tribo de Judá, nem a de Levi, nem a de Benjamim, sendo as duas primeiras uma a real, outra a sacerdotal, porque estas três tribus são as que ficaram. As propriedades com que as descreve Bandarra não me detenho em as comentar, porque seria cousa larga e fora do meu intento; pela maior parte são tiradas da dignidade das pessoas, da etimologia dos nomes, e das bênçãos que Jacob deitou a êstes seus filhos; só advirto que o dizer Bandarra que — *vinham todos a cavallo sem haver nenhum peão* — é tirado do profeta Isaías no capítulo 66.º, onde diz estas

palavras: *Et adducent omnes fratres vestros de cunctis gentibus donum Domino in equis, et in quadrigis, et in lecticis, et in mulis, et in carrucis, ad montem sanctum meum Jerusalem, dicit Dominus.* E no mesmo capítulo, um pouco antes, espantado o Profeta do mesmo prodígio inaudito que ia escrevendo, faz esta admiração: *Quis audivit unquam tale, et quis vidit huic simile? Nunquid parturiet terra in die una, aut parietur gens simul? Quia parturivit et peperit Sion filios suos!* «Quem viu nem ouviu jámais cousa semelhante? — diz o Profeta —. Por ventura parirá a terra em um dia, ou nascerá uma nação inteira? Pois assim parirá Sião, e assim lhe nascerão os seus filhos!» As alegrias dêste parto serão de Portugal, as dores também há quem diga de quem serão.

Continua Bandarra com a entrada dos seus romeiros, e introduz que do meio daquela companhia saiu um velho honrado a falar com êle, o qual lhe perguntou, entre outras cousas, se era por ventura hebreu dos que êles vinham buscar; e diz Bandarra que lhe responderam assim:

Tudo o que perguntais,
Respondi assim dormente,
Senhor, não sou dessa gente
Nem conheço êsses tais;
Mas segundo os sinais
Vós sois do povo serrado,
Que Deus pôs por seu mandado
Nessas partes orientais:

Muitos estão desejando
Serem os povos juntados,
Mas outros mui avisados
O estão arreceando:
Arreceiam vir no bando
Êsse gigante Golias,
Mas por ver Enoch e Elias
De outra parte estão folgando.

O gigante Goliath significa aqui o Anti-Cristo, e diz Bandarra, como tão grande intérprete das Escrituras, que há muitos, que se têm por sábios, que receiam a vinda das dez tribus e a conversão dos judeus, porque têm para si que quando isto fôr já é chegado o fim do mundo, e que já estamos no tempo do Anti-Cristo, sendo que entre uma e outra cousa se hão-de passar muitos centos de anos, como consta das mesmas Escrituras, nas quais diz Bandarra, e diz bem, que viu o seu sonho afigurado, e que achou muitas figuras ou pinturas d'êle. E verdadeiramente que é assim, que esta restituição do povo hebreu à sua pátria, por meio do conhecimento de Cristo, é a cousa mais freqüente e mais repetida nos profetas de quantas êles escreveram. Ouçamos o Bandarra depois de o velho lhe perguntar se cria em um só Deus:

Eu quiseralhe responder,
E tocar-lhe em a lei,
Porém nisto acordei
E tomei grande prazer.

E depois de acordado
Fui a ver as Escrituras,
E achei muitas pinturas,
E o sonho afigurado;
Em Esdras o vi pintado,
E também em Isaiás,
Que nos mostra nêstes dias
Sair o povo serrado;

O qual logo fui buscar
Gog, Magog e Ezequiel;
As Endomadas (1) de Daniel
Comecei de as olhar.

O mesmo podem fazer os curiosos, e terão muito que

(1) Hebdómadas ?

olhar e que ver e que admirar, principalmente nos três primeiros capítulos de Ezequiel que acima deixo citados. Eu só digo, por remate desta matéria das dez tribus, que também elas se hão-de sujeitar às invictas quinas de Portugal, e receber por seu Rei ao nosso grande monarca. E assim o diz o mesmo Bandarra nas trovas ante os *Sonhos*:

Portugal tem a bandeira
Com cinco quinas no meio,
E segundo ouço e creio
Êle é a cabeceira;
Tem das chagas a cimeira
Que em Calvário lhe foi dada,
E será rei da manada
Que vem de longa carreira.

A vitória dos turcos, e redução dos judeus, se seguirá também à extirpação das heresias por meio dêste glorioso príncipe. Bandarra nas trovas do fim:

Vejo erguer um grão rei
Todo bemaventurado,
E será tão prosperado
Que defenderá a grei;
Êste guardará a lei
De todas as heresias,
Derrubará as fantasias
Dos que guardam o que não sei.

E mais abaixo, resumindo tudo:

Todos terão um amor,
Assim gentios pagãos
Como judeus e cristãos,
Sem jámais haver error,
Servirão a um só Senhor,
Jesú Cristo que nomeio;
Tòdos crerão que já veio
O ungido Salvador.

A êste universal conhecimento de Cristo, diz Bandarra que sucederá, por coroa de tudo, a paz universal do mundo, tão cantada e prometida por todos os profetas, debaixo de um só pastor e de um só monarca, que será o nosso felicissimo Rei, instrumento de Deus para todos êstes fins de sua glória. Bandarra no *Sonho segundo*:

Tirárá toda a escória,
Será paz em todo o mundo,
De quatro reis o segundo
Haverá toda a vitória.
Será dêle tal memória.
Por ser guardador da lei,
Pelas armas dêste Rei
Lhe darão triunfo e glória.

Porque todo êste triunfo e toda esta glória será de Cristo e suas chagas, que são as armas do Rei. E note-se muito que de nenhuma cousa faz Bandarra tão freqüente menção como destas chagas de Cristo, e destas armas de Portugal, a cuja virtude attribue sempre as maravilhas que escreve, para que não venha ao pensamento de algum rei da Europa, ou do mundo, cuidar que pode êle ser o sujeito destas profecias. Assim que, resumindo tudo o que fica dito, e deixando outras cousas futuras e ainda não cumpridas, que Bandarra profetizou de El-rei D. João, as principais e de maior vulto são sete: 1.^a Que sairá do Reino com todo o poder dêle, e navegará a Jerusalém. 2.^a Que desbaratará o Turco na passagem de Itália a Constantinopla. 3.^a Que o ferirá por sua própria mão, e que êle se lhe virá entregar. 4.^a Que ficará senhor da cidade e Império de Constantinopla, de que será coroado por Imperador. 5.^a Que tornará com dois pendões vitoriosos a seu reino. 6.^a Que introduzirá ao Pontífice e à fé de Cristo as dez tribus de Israel prodigiosamente apare-

cidas. 7.^a Que será instrumento da conversão e paz universal de todo o mundo, que é o último fim para que Deus o escolheu. E faltando a El-rei D. João por obrar todas estas cousas, e sendo certo que as há-de obrar, pois assim está profetizado, bem assentado parece que fica êste segundo fundamento de nossa consequência.

Mas — perguntar-me-há com razão V. S.^a — e de onde provo eu que êste Rei de que fala Bandarra é El-rei D. João o IV? Digo que o provo com o mesmo Bandarra, em dois lugares para comigo evidentes. O primeiro nas trovas de ante os *Sonhos* diz assim:

Êste Rei mui excelente,
Com quem tomei minha teima,
Não é de casta goleima,
Mas de reis primo e parente;
Vem de mui alta semente,
De todos quatro costados,
Todos reis de primos grados
De Levante até Poente.

De maneira que diz Bandarra que o assunto e o tema ou teima das suas profecias é um só rei: — *Êste rei mui excelente com quem tomei minha teima* —; e de aqui se segue, eficás e evidentemente, que o assunto e o tema das ditas profecias é El-rei D. João o IV, porque é cousa certa, e vista pelos olhos de todos, que em El-rei D. João o IV se cumpriram todas as profecias passadas, como fica mostrado na primeira proposição dêste silogismo: logo, se o assunto das profecias do Bandarra é um só rei, e El-rei D. João consta que foi o assunto das passadas, bem se segue que êle é também o assunto das futuras; porque, se as profecias passadas se cumpriram em El-rei D. João, e as futuras se houvessem de cumprir em outro, seguia-se que o tema e o assunto do Bandarra não era um só rei, senão dois.

Poderá dizer alguém que êste rei de que fala Bandarra não é nenhum Rei particular, senão o Rei de Portugal em comum; e que ainda que estas profecias se verifiquem parte em um Rei parte em outro, sempre se verificam no Rei de Portugal. Não faltou quem isto dissêsse ou cuidasse, mas quis Deus que se explicasse o mesmo Bandarra, o qual nesta mesma trova declara que não fala de Rei de Portugal em comum, senão de tal Rei em particular; de tal pessoa, de tal indivíduo, filho de tais pais, e de tais avós, e de tal descendência, como aqui descreve.

Diz que não é êste Rei de casta goleima, porque El-rei D. João não é descendente da casa de Áustria; e chama à casa de Áustria casta goleima, porque aos que comem muito chama o vulgo goleimas, e os príncipes da casa de Áustria, como todos os alemães, são notados de muito comer. Diz mais que é êste Rei primo e parente de reis, a qual propriedade admiravelmente está demonstrando a pessoa de El-rei D. João, porque toda a maior nobreza que Bandarra podia dar a El-rei D. João era ser primo e parente de reis; porque El-rei D. João não era filho nem neto de reis, como são os outros reis, senão somente primo e parente de reis: é primo de El-rei de Castela, primo de El-rei de França, primo do Imperador, e parente dos mais reis de Europa. Mas pôsto que não é filho de reis, diz Bandarra que vem de semente mui alta de todos quatro costados: que é o Infante D. Duarte filho de El-rei D. Manuel e da Rainha D. Maria, filha dos Reis Católicos, e por êstes dois avós vem El-rei a ser descendente dos maiores reis de Levante e Poente que então havia, porque vem a ser descendente dos reis de Portugal, Castela e Aragão, que eram os maiores reis de Poente, e dos reis de Nápoles e Sicília, que eram os maiores reis de Levante.

Sendo logo certo que Bandarra nas suas profecias fala

de um tal Rei em particular, de uma tal pessoa e de um tal indivíduo, e sendo também certo que êste Rei, esta pessoa e êste indivíduo é El-rei D. João o IV, como se prova pelas qualidades pessoais, e pelos sinais individuantes com que o mesmo Bandarra descreve a êste Rei; segue-se, por infalível consequência, que assim como dêste Rei se entenderam as profecias do que passou, assim dêle se entendem também as profecias do que está por vir. E nesta conformidade chamou Bandarra com muita galantaria ao seu assunto *teima* e não *tema*, porque, se depois de tratar de um Rei deixara êsse e tratara de outro, não fôra isso teimar com um, como êle diz: — *Êste Rei mui excelente, com quem tomei minha teima*. Verdadeiramente, depois de El-rei estar morto e sepultado, dizer ainda que há-de ir a Jerusalém conquistar o Turco parece demasiado teimar, mas essa é a teima do Bandarra.

O segundo lugar ainda em certo modo é mais expresso e claro, porque-fala de El-rei D. João nomeando-o por seu próprio nome. Vai tratando o Bandarra das armas de Portugal e chagas de Cristo, e depois de as antepôr às armas de todos os reinos, diz assim no *Sonho primeiro*:

As armas e o pendão,
E o guião,
Foram dadas por memória
Da vitória
A um Rei santo varão;
Sucedeu a El-rei João,
Em possessão
O Calvário por bandeira,
Levá-lo-á por cimeira,
Alimpará a carreira
De toda a terra do cão.

O Rei santo varão, a quem foram dadas as insígnias

da paixão de Cristo por armas, em memória da vitória, foi El-rei D. Afonso Henriques; e estas mesmas armas da paixão, a que chamam Calvário, sucederam a El-rei João em possessão, por serem sua bandeira. E que fará El-rei João com essa bandeira, com essas armas e com êsse Calvário? — *Levá-lo-á por cimeira, e alimpará a carreira de toda a terra do cão.* De sorte que El-rei D. João, que foi o segundo como fundador do reino de Portugal, restaurando-o depois de perdido, e que sucedeu a El-rei D. Afonso Henriques na possessão do Reino, e do brasão das chagas de Cristo, êsse mesmo Rei João, e não outro, será o que levará essas insígnias da paixão de Cristo por cimeira do seu elmo; êsse mesmo Rei João, e não outro, será o que alimpará a carreira da terra do cão, restaurando a Terra Santa, e desimpedindo os caminhos dela, que tem ocupado o Turco.

Todos os sucessos prometidos a êste Rei divide Bandarra em duas partes principais: a primeira contém os sucessos da aclamação em Portugal; a segunda contém os sucessos da conquista do Turco e Terra Santa. E para que se visse que uns e outros pertencem nomeadamente a El-rei D. João, quando Bandarra fala dos primeiros, no princípio do *Sonho primeiro* diz que El-rei se chama João:

O seu nome é Dom João

E quando fala dos segundos, no fim do mesmo *Sonho*, diz também que se chama João:

Sucedeu a El-rei João
Em possessão
O Calvário por bandeira;
Levá-lo-á por cimeira, etc.

E note-se a palavra *em possessão*, porque a possessão

do reino foi a em que El-rei D. João sucedeu, que quanto o direito dêle sempre o teve, como o mesmo Bandarra diz:

Louvemos êste varão
De coração,
Porque é Rei de direito.

O qual direito, afirmado e confirmado pelo Bandarra, é novo e claro sinal de ser El-rei D. João o IV o sujeito de quem falam as profecias; porque se o direito de El-rei D. João fôra direito reconhecido e recebido por todos, como é o direito de El-rei D. Sebastião e de outros reis, não tinha necessidade Bandarra de dizer que era rei de direito. Mas porque o direito de El-rei D. João é direito duvidado e pleiteado, por isso declara o Bandarra que verdadeiramente é rei de direito; e porque êste mesmo direito, pôsto que todos o confessaram com a bôca quando aclamaram a El-rei, houve porém alguns que o negaram com o coração, a êstes atira pedrada o Bandarra, quando diz: *Louvemos êste varão de coração.*

Aquelas palavras que já repetimos — *não tema o Turco não nesta sezão* — também provam que o mesmo Rei D. João, de cuja aclamação falava Bandarra, é o que há-de ir conquistar o Turco. Não diz que não tema o Turco a El-rei D. João, mas diz que o não tema nesta sezão, porque nesta sezão só havia El-rei de ser restaurador de Portugal, e na sezão que se espera é que há-de ser conquistador e destruidor do Turco, e que se há-de fazer temer dêle. O mesmo se convence claramente da combinação de dois lugares ou versos, um do *Sonho primeiro* outro do *Sonho segundo*. O verso do *Sonho primeiro* diz:

O Rei novo é levantado,

E fala da aclamação passada, do ano de quarenta, como provou o sucesso. O verso do *Sonho segundo* diz:

O Rei novo é acordado,

E fala da jornada futura e conquista do Turco, para a qual há-de acordar o Rei novo, como provam os versos que a êste se seguem:

O Rei novo é acordado,
Já dá brado,
Já ressoa o seu pregão,
Já Levi lhe dá a mão,
Contra Sichem desmandado,

que é o Turco que se há-de desmandar por Itália e terras da Igreja, de onde claramente se colhe que uma e outra profecia, assim a do passado como a do futuro, ambas se entendem de El-rei D. João; porque o que foi levantado é o Rei novo, e o que há-de ser acordado é também o Rei novo:

O Rei novo é levantado,
O Rei novo é acordado.

E não se deixe passar sem reparo o verso — *Já Levi lhe dá a mão* —, que prova o mesmo, porque aquele *já* é relativo. Quem diz — *já lhe dá a mão* — supõe que de antes não lhe a deu, ou não lhe a quis dar: logo, aquele Rei, a quem o Papa há-de dar a mão depois, é o mesmo a quem a não deu nem quis dar antes, que é El-rei D. João o IV.

Prometi provar esta gloriosa conclusão com dois lugares de Bandarra, e já a tenho provado com seis, e para encurtar argumentos, e fechar êste discurso, que é a chave de todo êste papel, com uma demonstração irrefragável, digo assim: — Aquele Rei é o que há-de conquistar e vencer o Turco etc., no qual se acham todos os sinais e diferenças indviduantes, com que Bandarra em todas suas profecias o

retrata. El-rei D. João o IV, que hoje está sepultado em S. Vicente de Fora, é aquele em que se acham pontualmente todos êstes sinais e diferenças individuantes, sem faltar nenhuma: logo, El-rei D. João o IV é o que há-de conquistar o Turco, e a quem pertencem e esperam todos os prodígios desta fatal empresa.

E que em El-rei D. João o IV se achem todos aqueles sinais e diferenças individuantes, eu o provo evidentemente com uma indução geral, em que irei discorrendo por todas.

Bandarra diz que êste Rei é semente de El-rei Fernando: e El-rei D. João é semente de El-rei Fernando, como fica dito. Bandarra diz que êste Rei é rei novo: e El-rei D. João é Rei novo, porque nunca de antes o tinha sido. Bandarra diz que êste Rei há-de ser levantado no ano de quarenta: e El-rei D. João foi levantado rei no ano de quarenta. Bandarra diz que êste Rei é feliz e bem andante: e El-rei D. João em todo seu reinado foi felicíssimo. Bandarra diz que o nome dêste Rei é D. João: e El-rei D. João, antes e depois de rei, sempre teve o mesmo nome. Bandarra diz que por êste Rei se declarariam logo as conquistas, e que estariam firmes por êle: e El-rei D. João logo foi reconhecido por Rei nas conquistas, e todas perseveram na mesma fidelidade. Bandarra diz que êste Rei levantaria suas bandeiras, e faria guerra a Castela: e El-rei D. João, em dezaseis anos que governou, sempre fez guerra aos castelhanos. Bandarra diz que êste Rei é mui excelente: e El-rei D. João teve muitas excelências, além dêle só ser Excelência em quanto Duque de Bragança. Bandarra diz que êste Rei não é de casta goleima: e El-rei D. João não é de casta goleima, como já explicámos. Bandarra diz que êste Rei é primo e parente de reis: e El-rei D. João é primo, e não mais que primo, de três reis de Europa, e parente dos demais. Bandarra diz que êste Rei vem

de mui alta semente: e El-rei D. João vem dos Reis de Portugal, cujo título é — *Mui altos e poderosos*. Bandarra diz que êste rei descende dos reis de Levante até Poente: e El-rei D. João descende dos Reis de Portugal, Castela e Aragão, que são reis do Poente, e dos Reis de Nápoles e Sicilia, que são reis de Levante. Bandarra diz que êste rei tem um irmão bom capitão e que não se sabe a irmandade: e El-rei D. João é irmão do Infante D. Duarte, tão bom capitão como sabemos, pôsto que ainda não sabemos quão seu irmão é El-rei em ser bom capitão. Bandarra diz que êste Rei ou êste monarca é das terras e comarca: e El-rei D. João é das terras da comarca, porque é natural de Vila Viçosa. Bandarra diz que êste Rei é guardador da lei, e que da justiça se preza: e El-rei D. João de nenhuma cousa se prezava mais que da justiça, e esta só deixou encomendada em seu testamento a El-rei que Deus guarde. Bandarra diz ou supõe que êste Rei até certo tempo não há-de ser recebido pelo Papa: e a El-rei D. João nenhum dos três Pontífices o recebeu até o tempo de seu falecimento. Bandarra diz ou supõe que êste Rei, nem todos o que o aclamassem com a bôca o haviam de seguir com o coração: e El-rei D. João, depois de aclamado, é certo que o não seguiram com os corações ao menos aquêles a que êle tirou as cabeças. Finalmente diz Bandarra que êste rei fez Deus todo perfeito, e que não acha nêle nenhum senão: e quem pode duvidar que depois de ressuscitado El-rei D. João, que há-de ser um varão perfeitíssimo, e que mostre bem ser feito e perfeito por Deus? quanto mais que homem sem nenhum senão não pode ser homem dêste mundo senão do outro. Da mesma maneira diz Bandarra que êste rei é um bom rei encoberto, porque em El-rei D. João tem Deus depositado em grau eminentíssimo muitas partes e qualidades de bom rei, que atégora estiveram

encobertas e depois se descobriram. Uma parte de bom rei que se desejava em El-rei D. João, para o tempo em que Deus o fez, era ser muito guerreiro e inclinado às armas; e êste espírito militar e guerreiro se descobrirá em El-rei com notáveis maravilhas na guerra contra o Turco, quando o mundo, depois de fugidos e desbaratados seus exércitos, o vir rendido aos pés de El-rei D. João, e ferido por sua própria espada. Esta é a energia com que Bandarra diz:

Demostra que vai ferido
Dêsse bom rei encoberto.

Mostrando que estava encoberta nêle esta parte que parece lhe faltava para bom rei. Oh! quanto estava encoberto naquêle sujeito de El-rei D. João! Estava El-rei D. João encoberto dentro em si mesmo; e alguns accidentes de El-rei, em que mais se reparava, era em uma cobertura e disfarce natural, com que Deus tinha encoberto nêle o que queria obrar por êle, para que sejam mais maravilhosas suas maravilhas.

Leiam agora os curiosos todas as profecias do Bandarra, assim as que contêm os sucessos já passados, como as que prometem os futuros, e em todas elas não acharão diferença individuante, nem sinal ou qualidade pessoal alguma de monarca profetizado, mais que estas que aqui temos fielmente referidas, as quais todas são tão próprias da pessoa de El-rei D. João o IV, e lhe quadram todas tão naturalmente e sem violência, que bem se está vendo que a êle tinha diante dos olhos, e não a outro, quem com côres tão vivas e tão suas o retratava. Com que fica evidentemente mostrado e demonstrado que o Senhor rei D. João o IV, que está na sepultura, é o Rei fatal de que em todas suas profecias fala Bandarra, assim nas que já se cumpriram, como nas que estão ainda por succeder. E se

êste mesmo rei D. João está hoje morto e sepultado, não é só amor e saúde, senão razão, obrigação e entendimento, crer e esperar que há-de ressuscitar. O contrário seria sermos néscios e estólidos, como Santo Agostinho chama aos que, tendo visto cumprida uma parte das profecias, não crêem a outra. Pesa-me não poder citar as palavras, que são excelentes.

Considerem os incrédulos, se ainda os há, quantos homens têm ressuscitado neste mundo, não só cristãos mas gentios, e para fins mui ordinários. Só S. Francisco Xavier, quasi em nossos dias, ressuscitou vinte cinco. Pois se Deus em todas as idades e nesta nossa ressuscitou tantos homens, e ainda gentios, para fins particulares; para um fim tão universal e tão extraordinário, e o maior que nunca teve o mundo, como é a recuperação da Terra Santa, a destruição do Turco, a conversão de toda a gentilidade e judaísmo, como não ressuscitará um homem, cristão, pio, religioso, e que sendo rei soube ser humilde, que é a qualidade que Deus mais que todas busca nos que quer fazer instrumento de suas maravilhas, sem reparar em outras imperfeições e fraquezas humanas, como se viu em David? Ressuscitará sem dúvida El-rei D. João, e a sua ressurreição será o meio mais fácil de conciliar o respeito e obediência de todas as nações de Europa, que o hão-de seguir e militar debaixo de suas bandeiras nesta empresa, o que de nenhum modo fariam, sendo tão orgulhosas e altivas, se não fôsem obrigadas dêste sinal do céu, entendendo todas que não obedecem a um Rei de Portugal, senão a um capitão de Deus.

Ma verrá da Lisbona
Chiara e illustre persona,
La cui fama risona

In tutta parte e lido
Nel mondo dá gran grido (1)

diz o Solutivo, profetizando o remédio com que Deus há-de acudir de Lisboa a Roma, destruída pelo Turco. E que grito grande é êste que então há-de soar no mundo todo, senão dizer-se que ressuscitou o Rei dos portugueses? A êste grito, ou a êste brado, como lhe chama Bandarra, acudirá o mesmo mundo todo a ver, a admirar, a venerar e a seguir o ressuscitado e milagroso Rei. E êste estupendo prodígio, visto com os olhos, será o que abrirá a porta à fé e execução de todos os outros.

Contra todo êste discurso resta só uma objecção, que a qualquer entendimento pode fazer grande pêso; e é esta: se o principal e total assunto do Bandarra, e o seu temor ou a sua teima, como êle diz, é profetizar os sucessos prodigiosos de El-rei D. João, e, entre êstes sucessos e prodígios, o que parece maior e mais incrível de todos é o haver de ressuscitar El-rei; porque não falou Bandarra nesta sua ressurreição? Respondo e digo que sim falou Bandarra, e que falou nela pelos termos mais próprios e mais ordinários com que os profetas costumam falar nesta matéria. Chamar-se a morte sono, e o ressuscitar acordar, é frase tão ordinária nos profetas que não é necessário citar lugares. David, profetizando a ressurreição de Cristo, disse em seu nome: *Ego dormivi et soporatus sum, et exurrexi*. E o mesmo Cristo, profetizando ou prometendo a ressurreição de Lázaro, usou dos mesmos termos: *Lazarus amicus noster dormit, sed vado ut a somno excitem*

(1) Assim mais ou menos: muito estropiado e confuso o trecho no original.

eum. Fala pois Bandarra da ressurreição de El-rei D. João, e diz assim no *Sonho segundo*:

Já o tempo desejado
É chegado,
Segundo o firmal assenta;
Já se passam os quarenta,
Que se amenta,
Por um doutor já passado;
O Rei novo é acordado,
Já dá brado,
Já ressoa o seu pregão,
Já Levi lhe dá a mão
Contra Sichem desmandado;
E, ao que tenho lido,
E bem sabido,
A desonra de Diná
Se vingará,
Como está prometido.

Os sete versos primeiros desta copla são tão parecidos com aqueloutros sete, em que se refere a aclamação de El-rei, que em muitos exemplares se acham riscados, e em outros faltam, cuidando-se que eram os mesmos. Assim o suspeitava eu, tendo combinado alguns dos ditos exemplares, e finalmente o vim a averiguar em um cartapácio mui antigo do doutor Diogo Marchão Temudo (1), a quem comuniquei este pensamento no ano de 1643; e para experiência tirou êle da sua livraria o cartapácio que digo, e achámos que estavam nêle ambas as coplas, e estas segundas com uma risca. Da combinação destas duas coplas, e da semelhança e diferença delas, se vê claramente como El-rei D. João há-de ter duas vidas, e sucessos mui dife-

(1) Foi Desembargador no Pôrto e do Paço, e um dos correspondentes de Vieira quando êste, em 1681, voltou à Baía.

rentes em cada uma delas. Em ambas as coplas, se diz: *já o tempo desejado é chegado*; porque havia de haver dois tempos desejados: o primeiro tempo desejado foi o da restituição do reino; o segundo tempo desejado é o em que estamos hoje, em que todos desejam e esperam Rei prodigioso, pôsto que com diferentes esperanças. A primeira copla diz: *já chegam os quarenta*; e a segunda diz: *já se passam os quarenta*; porque o termo da primeira copla havia de ser no ano de quarenta, e o termo da segunda havia de ser depois dêsse tempo passado. A primeira copla diz: *o rei novo é levantado*; a segunda diz: *o rei novo é acordado*; porque o rei novo que no ano de quarenta foi levantado, êsse mesmo rei novo depois de passado êsse tempo há-de acordar do sono em que dorme, isto é, há-de ser ressuscitado. Em ambas estas coplas diz: *já dá brado*; porque o mesmo rei novo havia de dar dois brados: um brado grande na sua aclamação, e outro brado maior na sua ressurreição; são as mesmas palavras do Solutivo: *Nel mondo dá gran grido*. A primeira copla diz: *já assoma a sua bandeira contra a grifa parideira*; e a segunda diz: *já ressoa o seu pregão, já Levi lhe dá a mão contra Sichem desmandado*; porque à aclamação do rei novo seguiram-se as guerras de Castela, e nêsse tempo não o recebeu o Papa; e à ressurreição do rei novo hão-se de seguir as guerras do Turco, e então o há-de receber o Papa, e não só lhe há-de dar o pé senão a mão.

Onde se deve notar a propriedade da história, e a aplicação de um homem idiota, que bem mostra ser guiado por espírito divino. O Príncipe Sichem, gentio, desonrou a Dina filha de Jacob, e para vingança desta afronta uniram-se os dois irmãos de Dina, Levi e Simeão, e mataram e destruíram a Sichem com todos os seus. Aplica agora Bandarra esta história passada ao sucesso futuro com

extremada acomodação, porque Sichem é o Turco, Dina a Igreja, Levi o Papa, Simeão El-rei; e assim como Levi se uniu com Simeão para desafrontar a Dina da injúria que lhe fez Sichem, assim o Papa se há-de unir com El-rei para desafrontar a Igreja das injúrias que lhe fará o Turco. A isto alude o mesmo Bandarra quando diz nas suas respostas:

Ao que minha conta soma
O texto se há-de cumprir
Primeiro, senhor, em Roma.

Primeiro há-de vir o Turco a Itália e a Roma, e então há-de ressuscitar El-rei. Em outro lugar fala o mesmo Bandarra na ressurreição do rei, debaixo da mesma metáfora de acordado, e com as mesmas circunstâncias do Turco, e diz assim nas trovas de ante os *Sonhos*:

Já o leão é desperto
Mui alerta,
Já acordou, anda caminho,
Tirárá cedo do ninho
O porco, e é mui certo.

De maneira que quando El-rei, que é o leão, despertar e ressuscitar, será depois que o porco, que é o Turco, vier fazer o ninho nas terras dos cristãos: e diz que o tirará cedo do ninho, porque a guerra será muito breve, e não como as dilatadíssimas em que se foi conquistar a Terra Santa sem efeito. E porque êste efeito e esta pressa parecia coisa dificultosa e admirável, acrescenta para que ninguém duvide: *e é mui certo*. Assim que, em dois lugares diz Bandarra que o rei novo ressuscitará debaixo da metáfora de acordar:

O rei novo é acordado,
Já o leão é desperto
Mui alerta,
Já acordou.

Em ambos êstes lugares diz que acordará e ressuscitará para ir dar guerra ao Turco e vencê-lo, e dêste efeito se colhe com evidência que acordar significa ressuscitar; porque estando o Rei novo morto, como ao presente está, não pode acordar senão ressuscitando, e havendo de ir dar guerra ao Turco não pode ir senão ressuscitado. E em outros dois lugares, da mesma clareza pôsto que também metafóricos, acho profetizado no Bandarra a ressurreição de El-rei. O ressuscitar nas Escrituras explica-se pela palavra *erguer-se*; dêste termo usou o anjo quando anunciou a ressurreição de Cristo: *Surrexit non est hic*. Do mesmo termo usou Cristo quando ressuscitou o filho da viúva: *Adolescens tibi dico surge*. E do mesmo usou David profetizando a ressurreição do mesmo Senhor: *Surge, Domine, in requiem tuam*, etc. Porque assim como jazer significa estar sepultado, por onde escrevemos nas sepulturas — *Aqui jaz Fulano*; assim levantar-se ou erguer-se significa ressuscitar; e por êste modo diz Bandarra, em dois grandes textos, que ressuscitará El-rei D. João. O primeiro texto nas trovas de ante os *Sonhos*:

Um grão leão se erguerá
E dará grandes bramidos,
Seus brados serão ouvidos,
E a todos assombrará, etc.

O segundo texto, nas trovas do fim, diz:

Vejo erguer um grão rei
Todo bemaventurado,
Que será tão prosperado,
Que defenderá a grei.

Onde se deve notar que da consequência dêstes mesmos textos se colhe claramente que em ambos significa o *erguer*

ressuscitar, porque em ambos se seguem ao *erguer* os efeitos da ressurreição de El-rei. No primeiro texto diz que — *se erguerá*, e que *assombrará a todos*; porque não pode haver cousa que mais assombre o mundo que ver a El-rei de Portugal, depois de tantos anos morto, ressuscitado. E logo continuam os versos seguintes dizendo o que há-de fazer contra o Turco, e como há-de entrar na terra da promessa etc., que é o principal fim para que Deus há-de ressuscitar a El-rei. No segundo texto, sôbre dizer que — *se erguerá todo bemaventurado*, que é qualidade própria de homem ressuscitado, diz que — *se erguerá para defender a grei*, que é o rebanho de Cristo, a quem o rei ressuscitado irá acudir e defender contra os lobos, que, como fica dito pelo mesmo Bandarra, estarão espedaçando em Roma e em Itália o mesmo rebanho. Assim que, em quatro lugares conformes diz Bandarra expressamente, pelos mesmos termos com que costumam falar os profetas, e pelos mesmos com que profetizou David a ressurreição de Cristo, que El-rei D. João o IV há-de ressuscitar.

Nêste mesmo sentido falou com a mesma clareza S. Methodio (1), cujas palavras andam mui viciadas nos cartapácios dos sebastianistas, e eu as li na *Biblioteca antiga dos Santos Padres*, que está na livraria do Colégio de Santo Antão, e são desta maneira: *Expergiscetur tanquam a somno vini quem putabunt homines quasi mortuum et inutilem esse*. Fala o santo de um Príncipe que em tempos futuros há-de vencer e desbaratar o Império do Turco, e diz: «Acordará como de sono de vinho aquele que cuidavam os homens que como morto era inútil». Em dizer que acordará como de sono de vinho quer significar o valor e esforço indómito, a pressa, a resolução, a actividade

(1) Bispo de Tiro, mártir, autor de um tratado sôbre a *Ressurreição*, a que provavelmente se referia Vieira.

extraordinária, com que El-rei depois de ressuscitado se applicará às armas, aos aprestos, à guerra, e sôbre tudo à execução da vingança contra os seus inimigos e os de Cristo, tal que parecerá furor. Bem assim como descreveu David a Cristo, no dia de sua ressurreição, vitorioso contra a morte e contra o inferno: *Et excitatus est tanquam dormiens Dominus, tanquam potens crapulatus a vino: et percussit inimicos suos in posteriora; opprobrium sempiternum dedit illis.* E nêste sentido, finalmente, acabará de ficar entendida a profecia tão celebrada de Santo Isidoro, que tão torcida e tão violentada anda em tantos escritos: *Erit Rex bis piedatus.* El-rei D. João o IV. já Deus no-lo deu uma vez por sua piedade, e pela mesma piedade no-lo há-de tornar a dar outra vez, e então será duas vezes piedosamente dado: uma na sua restituição ao reino, outra na sua restituição à vida; uma quando aclamado, outra quando ressuscitado. E porque não pareça que sou singular nesta interpretação do Bandarra, quero alegar nêste ponto os mesmos que, roubando-lhe as suas verdades, se acreditaram e tomaram nome de profetas com elas. O Frade Bento (1) nas suas profecias diz:

Pero viviendo verá
Quien viviere un gran leon
Muerto ressuscitará.

E o Cartucho (2) nas suas:

Veo entrar una dama
Com armas en el cõsejo,
Y que ressuscita el viejo

(1) Frei João de Rocacelsa, da Ordem de S. Bento, aragonês, de quem se contava ter mandado profecias a Granada, a Fernando o Católico.

(2) Frei Pedro de Frias, que se dizia tinha pôsto em verso as profecias de Santo Isidoro, Arcebispo de Sevilla. Cf. *Jardim Ameno*, coleção ms. de vaticínios dos sebastianistas, onde se encontra o poema.

Debaxo de la campana
Con su barba larga y cana.

De modo que êstes dois autores, tão guardados nos arquivos da antiguidade moderna, ou falassem por espírito próprio, ou interpretassem, o que eu mais creio, o do Bandarra, ambos profetizaram ou entenderam que o rei fatal, cuja monarquia se espera, antes que obrasse os feitos prodigiosos por que há-de subir a ela, havia de morrer e ressuscitar primeiro.

E porque não passe sem explicação a coplã do Cartucho, que tem cousas dignas de comento, bem pode ser que seja tal o apêrto de Portugal, ou da cristandade, que obrigue ao real e varonil espírito da Rainha nossa senhora a entrar em conselho com armas. O ressuscitar El-rei *debaxo de la campana* bem o explica a Igreja de S. Vicente, onde está depositado; e o estar tão perto do Santíssimo Sacramento, que — *est semen resurrectionis* —, não carece do mistério. Só no epíteto de *velho*, e na *barba larga e cã*, se podia reparar mais; mas El-rei já não é moço, e em respeito do Rei novo que hoje temos é velho; e se os cabelos enbranquecem na sepultura, pelos meus, que sou quatro anos mais moço, vejo que pode El-rei ressuscitar com barba branca e muito branca. Mas contudo a mim me parece que esta barba é postiça, e que êste poeta profético pintou a ressurreição do nosso rei com os olhos na idade de El-rei D. Sebastião, por quem esperava; e como pintou a ressurreição de um e a barba do outro, não é muito que lhe saísse o retrato menos ajustado nesta parte.

E já que tocamos nestas velhices que tanto duram, só digo a V. S.^a que o Bandarra não falou nem uma só palavra em El-rei D. Sebastião, antes todas as suas, desde o principio té o fim, desfazem esta esperança; porque o rei que descrevem é todo composto de propriedades contrárias, e

que implicam totalmente com El-rei D. Sebastião. E se não façamos outra indução às avessas da passada.

Êste rei de quem tratamos chama-lhe Bandarra rei novo: e El-rei D. Sebastião é rei tão velho que nascido de três anos começou a ser rei. Êste rei diz Bandarra que — *o seu nome é D. João*: e El-rei D. Sebastião tem outro nome tão diferente. Êste rei chama-lhe Bandarra Infante: e El-rei D. Sebastião nunca foi Infante, porque nasceu Príncipe, póstumo ao Príncipe D. João seu pai. Êste rei diz Bandarra que — *é bem andante e feliz*: e El-rei D. Sebastião foi infelicíssimo, e a causa de todas nossas infelicidades. A êste rei diz-lhe Bandarra — *saia, saia*: e a El-rei D. Sebastião dizia todo o reino — *não saia, não saia*. Êste rei diz Bandarra que — *não é de casta goleima* ou da casa de Áustria: e El-rei D. Sebastião tinha todo o sangue de Carlos V. Êste rei diz Bandarra que *é sòmente primo e parente de reis*: e El-rei D. Sebastião era neto de reis por seu pai, e de imperadores por sua mãe. Êste rei diz Bandarra, que — *tem um irmão bom capitão*: e El-rei D. Sebastião, nem teve, e não pode ter irmão, porque nem o Príncipe D. João nem a Princesa D. Joana seus pais tiveram outro filho. Êste rei diz Bandarra que — *é das terras e comarca*: e El-rei D. Sebastião não é de comarca, porque nasceu em Lisboa. Êste rei diz Bandarra que — *havia de ter guerra com Castela no princípio de seu reinado*: e El-rei D. Sebastião nunca teve guerra com Castela. Êste rei diz Bandarra que — *da justiça se preza*: e El-rei D. Sebastião prezava-se das fôrças e da valentia. Êste rei diz Bandarra que — *até certo tempo lhe não hão-de dar a mão os pontífices*: e El-rei D. Sebastião teve grandes favores dos pontífices de seu tempo, Paulo IV e os dois Pios, IV e V. Êste rei diz Bandarra que — *lhe não achou nenhum senão*: e El-rei D. Sebastião se não fôra a África não nos

perdera: veja-se se foi grande senão êste. Finalmente, porque não nos cansemos mais em prova de cousa tão clara, tirado sòmente ser El-rei D. Sebastião *semente de El-rei Fernando*, nenhuma cousa diz todo o texto do Bandarra dos sinais ou qualidades do rei que descreve, que se possa acomodar, nem de muito longe, a El-rei D. Sebastião.

As outras, que os sebastianistas chamam profecias, são papéis fingidos e modernos, feitos ao som do tempo e desfeitos pelo mesmo tempo, que em tudo tem mostrado o contrário. Até aquele texto tão celebrado: — *Cujus nomen quinque apicibus scriptum est* — (1), que os mesmos sebastianistas applicam ao nome *Sebastianus*, composto de cinco sílabas, tão fora está de ser em favor de sua esperança, que é uma milagrosa confirmação da nossa. Ápices propriamente não são sílabas, nem letras, senão os pontinhos que se põem sôbre a letra *i*. Assim o diz ou supõe o texto de Cristo: *Ista unum aut unus apex*. E qual seja o nome que tenha cinco ápices, ou cinco pontinhos sôbre a letra *i*, o nome seguinte o dirá: — **joannes iiiij** —. E não digo mais.

Mas estou vendo que tem mão em mim V. S.^a, e que me diz: *Dic nobis quando hæc erunt*. Respondo primeiramente que — *non est nostrum noscere tempora vel momenta quæ Pater posuit in sua potestate*. Mas, porque esta resposta é muito desconsolada, direi também o que a minha conjectura tem alcançado ou imaginado nêste ponto. Tenho para mim que dentro na era de sessenta se há-de representar no teatro do mundo toda esta grande tragicomédia. Fundo-me em cinco textos do Bandarra, três muito claros, e dois mais escuros mas muito notáveis.

(1) Em um dos *Cantos da Sibila Eritrea*, segundo os crentes.

No *Sonho terceiro*, falando Bandarra das profecias de Ezequiel e das hebdómadas de Daniel, diz assim:

E achei no seu contar,
Segundo aqui representa,
Que assim Gad como Agar,
Que tudo se há-de acabar,
Dizendo cerra os setenta.

E se Gad, que são os judeus, e Agar, que são os agarenos ou turcos, se hão-de acabar quanto às suas seitas, quando se cerrar o ano de setenta, que é o fim de toda a comédia, bem se segue que os actos ou jornadas dela se hão-de ir representando pelos anos da era de sessenta. O mesmo confirma Bandarra nas suas respostas, falando das mesmas profecias onde diz:

E depois delas entrarem
Tudo será já sabido;
Aqueles que aos seis chegarem
Terão quanto desejarem,
E um só Deus será conhecido.

Chama Bandarra a esta era — *era dos seis* — porque é era de 660 em que entram duas vezes seis, e na de 666 entram três vezes, que é número mui notável e mui notado no Apocalipse (1). É sem dúvida que é muito o que está para vir e para ver nêstes seis, pois diz Bandarra, que os que chegarem a êstes seis — *terão quanto desejarem*. No *Sonho segundo* diz:

E nêstes seis
Vereis cousas de espantar.

(1) Cap. XIII. « Qui habet intellectum computet numerum bestiae. Numerus enim hominis est: et numerus ejus sexcenti sexaginta sex ».

E logo abaixo repete o mesmo:

Desde seis até setenta,
Que se amenta
Do rei que virá livrar.

Assim que, todos êstes três ou quatro lugares do Bandarra mostram que esta era de 660 é o prazo determinado para o cumprimento de suas profecias, e dos prodígios prometidos nelas. E se disser alguém que êste número de seis ou de 660 pode ser de outro século e não dêste, respondo que não pode ser; porque já temos por fiador o ano de quarenta, que evidentemente foi dêste século e não de outro, e sôbre êste ano de quarenta é que vai Bandarra assentando as suas contas. Uma vez diz: *antes que cheguem quarenta*; outra vez diz: *já se chegam os quarenta*; outra vez: *já se passam os quarenta*; e sôbre êstes quarenta fala depois nos sessenta e nos setenta.

Dos outros dois textos que tenho prometido se tira ainda maior confirmação a esta conjectura. Chamei-lhe textos escuros, e também lhe pudera chamar textos tristes. O primeiro texto é das trovas do fim, e diz assim Bandarra:

Vejo quarenta e um ano
Pelo correr do planeta,
Pelo ferir do cometa
Que demonstra ser grão dano.

No ano de 618 apareceu em todo o mundo o último e famosíssimo cometa que viu a nossa idade. A figura era de uma perfeitíssima palma, a côr acesa, a grandeza como da sexta parte de todo o hemisfério, o sítio no Oriente, o curso sempre diante do sol, a duração por quási dois meses. Eu o vi na Baía, e V. S.^a devia de o ver. De então para cá não houve outro cometa, ao menos notável. Fala dêle

Causino no seu livro *De regno et domo Dei*(1) em três partes; atribue-lhe os efeitos principalmente em Espanha.

Dêste cometa, que por antonomásia foi o cometa desta Idade, entendo que fala o Bandarra, pois foi o cometa do século das suas profecias. E fazendo eu o cômputo dos anos pelo ferir do dito cometa, vem a fazer quarenta e um anos no fim dêste ano em que estamos, ou no princípio do que vem; porque o cometa, como fica dito, e como eu estou mui lembrado, appareceu no ano de 618, e, como observa Causino, o dia em que appareceu foi a 27 de Novembro, e o dia em que totalmente desapareceu foi aos 14 ou 15 de Janeiro, porque já então se enxergava mal.

Se fizermos pois a conta do dia em que o cometa appareceu, fecham-se os quarenta e um anos aos 27 de Novembro dêste ano de 659; e se a fizermos do dia em que desapareceu, fecham-se os mesmos quarenta e um anos aos 14 ou 15 de Janeiro do ano que vem, que é o ano de 60; o qual ano diz Bandarra que demonstra ser grão dano, porque os princípios desta notável representação é certo que hão-de ser trágicos e funestos, como o vão mostrando as vésperas. Em tudo se conforma o segundo texto com êste primeiro, senão que a escuridade do cômputo é nêle mais escura:

Trinta e dois anos é meio
Haverá sinais na terra,
A Escritura não erra,
Que aqui faz o conto cheio.
Um dos três que vem a reio,
Demonstra grande perigo,
Haverá açoite e castigo
Em gente que não nomeio.

(1) O Padre Nicolau Caussin, jesuíta, afamado teólogo, confessor de Luís XIII de França, escritor abundante. Entre suas obras encontram-se os dois tratados *Regnum Dei* e *Domus Dei*, que Vieira de memória confunde em um só.

Para intelligência, supponho que *contos cheios* são números perfeitos, que acabam em dez, como: 30, 40, 50, 60, 70, etc.; *contos não cheios* são os que não chegam a aperfeiçoar este número de dez, como: 31, 42, 53, 64, etc. Isto pôsto, os primeiros quatro versos falam da aclamação de El-rei, a qual succedeu no conto cheio do ano de quarenta, tão celebrado do Bandarra, tendo decorrido primeiro, desde a morte do último rei portugûês, trinta e dois anos e meio, isto é sessenta e um anos, porque trinta *dois* são sessenta, e meio *dois* é um: e tantos anos pontualmente passaram desde a morte do último rei de Portugal, D. Henrique, que morreu em Janeiro do ano de 1580, até à aclamação de El-rei D. João o IV, que foi em Dezembro de 1640. Até aqui corre fâcilmente a explicação desta copla: a dificuldade está nos versos que se seguem:

Um dos três que vem a reio
Demostra grande perigo, etc.,

porque há já muito que passaram os três anos *que vem a reio* depois do *conto cheio* do ano de quarénta, e não vimos êsses perigos, nem êsses açoites, nem êsses castigos. Digo pois que — *um dos três que vêm a reio* — não significa um dos três anos, como se cuidava, senão um dos três contos cheios, que é o que fica imediatamente atrás: os quais três contos cheios, depois do ano de quarenta, são o ano de cincoenta, e o ano de sessenta, e o ano de setenta; e um dêstes três contos cheios é o que demostra grande perigo. Resta agora saber qual dos três será. Quanto eu posso alcançar, tenho para mim que é o ano que vem de sessenta. E provo. Êstes três contos cheios são o ano de 50, o ano de 60, e o ano de 70: o ano de 50, não é, porque já passou; o ano de 70, não pode ser, porque então, como fica dito, se há-de acabar tudo; logo resta ser o ano de sessenta.

Nêste ano haverá açoite e castigo em gente que o Bandarra não nomeia, entendo que por reverência do Estado eclesiástico: haverá açoite e castigo em Roma, haverá açoite e castigo em Portugal. E pôsto que todos devem aceitar êstes castigos e açoites como da mão de quem os dá, e procurar aplacar sua divina justiça tão merecidamente provocada, saibam porém os portuguezes, para que os não desanime nenhum trabalho por grande que seja, que o mesmo Deus que os castiga os ama, antes porque os ama os castiga, e que depois de castigados e purificados com esta tribulação os há-de fazer vasos escolhidos de sua glória. Fora de Espanha veremos tudo o que nêste papel fica profetizado; dentro de Espanha veremos que Portugal prevalece e Castela acaba. Bandarra nas trovas do fim:

Vejo um alto rei humano
Levantar sua bandeira,
Vejo como por peneira
A grifa mœrre no cano.

No efeito dos sucessos é certo e certíssimo que me não engano; no cômputo do tempo, de que não tenho tanta segurança, também presumo que me não hei-de enganar. E se assim fôr, aparelhe-se o mundo para ver nêstes dez anos fatais uma representação dos casos maiores e mais prodigiosos que desde seu princípio até hoje tem visto. Em Espanha verá o rei de Portugal ressuscitado, e Castela vencida e dominada pelos portuguezes. Em Itália verá o Turco bárbaramente vitorioso, e depois desbaratado e pôsto em fugida. Em Europa verá universal suspensão de armas entre todos os Príncipes cristãos, católicos e não católicos; verá ferver o mar e a terra em exércitos e em armadas contra o inimigo comum. Na África e na Ásia, e em parte da mesma Europa, verá o Império Otomano acabado,

e El-rei de Portugal adorado Imperador de Constantinopla. Finalmente, com assombro de todas as gentes, verá aparecidas de repente as dez tribus de Israel, que há mais de dois mil anos desapareceram, reconhecendo por seu Deus e seu senhor a Jesus Cristo, em cuja morte não tiveram parte.

Esta é a prodigiosa tragicomédia, a que convida Bandarra nêstes dez anos a todo o mundo. Mas saibam ôs que vivem que, na primeira scena desta grande representação, nadará todo o teatro em sangue, no qual ficará quási afogado o mesmo mundo, porque há-de chegar até cobrir a cabeça. *Et Tibrem multo spumantem sanguine cerno.*

Com isto, Padre e senhor meu, me haja V. S.^a por desempenhado da maior clareza que deseja, pois se não pode falar mais claro. E eu também me hei por despedido do meu profeta, que em trajo tão peregrino parte do Maranhão a Lisboa, levando por fiador de sua fortuna a sua mesma verdade. Assim diz êle no prólogo de sua sapataria, de que são todos os versos com que quero acabar:

Sempre ando ocupado
Por fazer minha obra boa,
Se eu vivera em Lisboa
Eu fôra mais estimado.

Estimado será, porque promete ser bem recebido de muitos senhores, pôsto que não de todos, que nem os seus labores são para todos:

Sairão do meu coser
Tantas obras de labores,
Que folguem muitos senhores
De as calçar e trazer.

Conhece que haverá quem goste e quem não goste

dêstes versos grosseiros, mas também diz que uns e outros trazem a causa consigo: os que entendem gostarão, os que não gostarem é porque não entendem:

Se quiser entremeter
Laços em obra grosseira,
Quem tiver boa maneira
Folgará bem de a ver.

E mais abaixo:

A minha obra é mui segura
Porque a mais é de correia,
Se a alguém parecer fcia
Não entende de costura.

Finalmente supõe que há-de haver glosadores ao seu texto, e eu suponho que haverá muitos mais à minha glosa, mas nem por isso direi como êle diz:

Inda que estem remoendo,
Não me toquem no calçado.

Só digo que, sôbre ter dito tanto, ainda é muito o que calo. Tudo aprendi do mesmo mestre, que não duvidou dizer de si:

Sei medida, sei talhar,
Em que vos assim pareça,
Tudo tenho na cabeça,
Se eu o quiser usar;
E quem o quiser glosar
Olhe bem a minha obra,
E verá que ainda me sobra
Dois cabos para ajuntar.

Guarde Deus a V. S.^a muitos anos como desejo e como

estas cristandades hão mister. Camutá, no caminho do rio das Amazonas, 29 de Abril de 1659(1).

CARTA LXXXIV

Ao Padre André Fernandes (2)

1659 — Novembro 11

As almas que temos entre mãos, só na empresa dos Nheengaibas, não nos contentamos com que sejam cem mil; e para applicarmos a êles um só Padre com seu companheiro é necessário tirá-lo de outra parte, de onde se não pode tirar sem grande escrúpulo, e risco de outras almas.

V. S.^a, por amor de quem as remiu com seu sangue, nos valha nêste apêrto, que é à letra o de se nos estar indo a barquinha ao fundo com o pêso da muita pesca. Se não somos socorridos, e muito à pressa, não sei como nos havemos de valer. Eu faço de mim pedaços, e não

(1) Sem assinatura. Á margem e da mesma letra: «Era dia de S. Pedro Mártir». A data não é a verdadeira do exemplar junto ao processo, entregue ao Santo Officio pelo Bispo do Japão, porque atrás diz nêle o autor (supra, pág. 500): « Todo êste papel, na mesma formalidade em que aqui vai lançado, o escrevi em último de Abril dêste ano, como se verá pela primeira via dêle, que logo então mandei pelo Maranhão ». Vê-se portanto que é de época posterior esta outra via. Com a primeira teria ficado o Bispo, ou a Rainha, a quem era destinada. O texto impresso nas *Obras inéditas* deve ser ruím traslado de alguma das várias cópias distribuídas.

(2) Trecho na *Vida* pelo Padre André de Barros, Liv. V.

há na missão officio, desde Superior a cozinheiro, a que não aplique parte do tempo e das fôrças, que já são mera fraqueza. Vivemos de milagre, e, se não fôra providência particular do céu, já todos estaríamos acabados.

O Padre Francisco Gonçalves chegou haverá três dias da missão do rio das Amazonas, quási sem esperança de vida, e ainda desconfiamos dela, porque está um retrato da morte, pôsto que com algum alento. O Padre Manuel Nunes veio do rio dos Tocantins quási cego, de sorte que já não pode escrever, e ler muito mal. Eu antes de ir aos Nheengaibas, da visita que fiz ao rio das Amazonas vim em tal estado, que dia do Corpo de Deus comunguei por viático.

Emfim que, sôbre havermos de morrer, é fôrça que nos matemos, com que seremos menos cada dia; e será grande lástima da cristandade, e do mesmo céu, que se perca tão bem começada conquista de tanta infinidade de almas, e tão dispostas.

12 de Novembro de 1659.

CARTA LXXXV

Ao Padre André Fernandes (1)

1659

O clérigo Pedro Vidal (2) me faz herege, pôsto que

(1) Fragmento em Barros, *Vida*, Liv. V.

(2) Vigário da igreja do Pará, que por ordem do Vigário Geral

com uma disjuntiva bem galante; porque dizia: « O Padre António Vieira ou é santo ou é herege ». Êle saberá em que são parecidas a heresia com a santidade. Um prelado de certa religião(1) diz constantemente que eu sou feiticeiro, e que trago comigo familiar; e que estas são as artes com que engano a todos. Os dias passados veio um nosso confessor pedir-me que perdoasse a um seu penitente certa injúria, que havia dito contra mim; e, depois de lhe dar o perdão, tive curiosidade de saber qual era a injúria; e foi dizer, que eu era tão judeu de nação e nascimento que fôra baptizado em pé. Emfim, que se lá nos afrontam os grandes, cá afrontam-nos os pequenos; e não sei qual é maior circunstância de injúria. Quem o há-de remunerar o julgará.

CARTA LXXXVI

Ao Rei D. Afonso VI (2)

1659 — Novembro 28

Senhor. — Obedecendo à ordem geral e última de V. M., dou conta a V. M. do estado em que ficam estas

do Estado, foi prêso e remetido para o forte de Gurupá, no sertão, distante 80 léguas da cidade: — « a requerimento dos padres da Companhia » —, diziam os adversários dêles. Cf. a representação de Jorge de Sampaio e Carvalho, em Studart, *Documentos para a História do Brasil*, cit.

(1) Havia no Maranhão e Pará conventos de carmelitas, franciscanos e mercenários, émulos dos jesuítas, aos quais hostilizavam pelo ciúme das missões.

(2) Impressa em 1660 em folheto, com o título: *Copia de huma*

missões, e dos progressos com que por meio delas se vai adiantando a fé e cristandade destas conquistas, em que também se verá quão universal é a providência com que Deus assiste ao feliz reinado de V. M. em toda a monarchia, pois, no mesmo tempo em que do Reino se estão escrevendo vitórias milagrosas às Conquistas, escrevemos das Conquistas ao Reino também vitórias, que com igual e maior razão se podem chamar milagres.

Lá vence Deus com sangue, com ruínas, com lágrimas e com dôr da cristandade; cá vence sem sangue, sem ruínas, sem guerra e ainda sem despesas: e, em lugar da dôr e lágrimas dos vencidos (que em parte também toca aos vencedores), com alegria, com aplauso e com triunfo de todos e da mesma Igreja, que, quanto se sente diminuir e atenuar no sangue que derrama em Europa, tanto vai engrossando e crescendo nos povos, nações e províncias, que ganha e adquire na América.

Trabalharam êste ano nas missões desta Conquista vinte e quatro religiosos da Companhia de Jesus, os quinze dêles sacerdotes, divididos em quatro colónias principais: do Ceará, do Maranhão, do Pará e do rio das Amazonas. Nestas quatro colónias, que se estendem por mais de quatrocentas léguas de costa, tem a Companhia dez residências, que são como cabeças de diferentes cristandades a elas anexas, a que acodem os missionários de cada uma em contínua roda, segundo a necessidade e disposição que se lhes têm dado. O trabalho, sem encarecimento, é maior que as forças humanas, e, se não fôra ajudado de

carta para ElRey N. Senhor, sobre as missões do Seará, do Maranhão, do Pará & do grande rio das Amazonas. Escrita pelo Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesu, Pregador de Sua Magestade, & Superior dos Religiosos da mesma Companhia naquella Conquista. Lisboa, Offic. de Henrique Valente de Oliveira.

particular assistência divina, já a missão estivera sepultada com os que nela, por esta mercê do céu, conservam e continuam as vidas.

O fruto corresponde abundantemente ao trabalho, porque é grande o número de almas de inocentes e adultos, que de entre as mãos dos missionários, por meio do baptismo, estão quotidianamente voando ao céu; sendo muito maior a quantidade dos que, recebidos os outros sacramentos, nos deixam também certas esperanças de que se salvam. Porque, ainda que há outras nações de melhor entendimento para perceber os mistérios da fé, e passar da necessidade dos preceitos à perfeição dos conselhos da lei de Cristo, não há porém nação alguma no mundo, que, ainda naturalmente, esteja mais disposta para a salvação, e mais livre de todos os impedimentos dela, ou seja dos que traz consigo a natureza, ou dos que acrescenta a malícia. Êstes são os frutos ordinários que se colhem, e vão continuando, nestas missões, em que há casos de circunstâncias mui notáveis, cuja narração e história se oferecerá a V. M., quando Deus e V. M. fôr servido de que tenhamos mãos para a seara e para a pena.

Vindo às cousas particulares, fizeram-se êste ano três missões ou entradas pelos rios e terras dentro, e foram a elas três padres com seus companheiros, professos todos de quatro votos, e os mais antigos e de maior autoridade de toda a missão, por serem estas as empresas de maior trabalho, dificuldade e importância; e todas por mercê de Deus sucederam felizmente.

O Padre Francisco Gonçalves, Provincial que acabou de ser da Província do Brasil, foi em missão ao rio das Amazonas e rio Negro, que de ida e volta é viagem de mais de mil léguas, toda por baixo da linha Equinocial, no mais ardente da zona tórrida.

Partiu do Maranhão esta missão em 15 de Agôsto do ano passado, de 1658, e, atravessando por todas as capitã-nias do Estado, foi levando em sua companhia canoas e procuradores de todas, para o resgate dos escravos que se faz naqueles rios; e foi esta a primeira vez em que o resgate se fez por esta ordem, para que os interêsses dêle coubessem a todos, e particularmente aos pobres, que sempre, como é costume, eram os menos lembrados.

Haverá catorze meses que continua a missão pelo corpo e braços daqueles rios, de onde se tem trazido mais de seiscentos escravos, todos examinados primeiro pelo mesmo missionário, na forma das leis de V. M.: e já o ano passado se fez outra missão dêste género aos mesmos rios, pelo Padre Francisco Veloso, em que se resgataram e desceram outras tantas peças, em grande beneficio e aumento do Estado, pôsto que não é esta a maior utilidade e fruto desta missão.

Excede esta missão do resgate a todas as outras em uma diferença de grande importância, e é que nas outras missões vão-se salvar sòmente as almas dos índios, e nesta vão-se salvar as dos índios e as dos portuguezes; porque o maior laço das consciências dos portuguezes neste Estado, de que nem na morte se livravam, era o cativeiro dos índios, que sem exame nem forma alguma de justiça, debaixo do nome de resgate, iam comprar ou roubar por aqueles rios. E a êste grande dano foi V. M. servido acudir por meio dos missionários da Companhia, ordenando V. M. que os resgates se fizessem sòmente quando fôssem missões ao sertão, e que só os missionários pudessem examinar e aprovar os escravos em suas próprias terras, como hoje se faz (1): e, depois de examinados e julgados por

(1) Na Provisão de D. João IV, de 9 de Abril de 1655. Supra,

legitimamente cativos, os recebem e pagam os compradores, conseguindo os povos por esta via o que se tinha por impossível nêste Estado, que era haver nêle serviço e consciência.

Assim que, Senhor, por mercê de Deus e beneficio da lei de V. M., se têm impedido as grandes injustiças que na confusão e liberdade do antigo resgate se cometiam, que foi a ruína espiritual e temporal de toda esta Conquista; sendo certo que, se o fruto dêste género de missões se computar e medir, não só pelos bens que se conseguem senão pelos males que se impedem e se atalham, se deve estimar cada uma delas por uma das grandes empresas, e obras de maior serviço de Deus, que tem toda a cristandade.

Além dêstes bens espirituais e temporais, se conseguem muitos outros por meio da mesma missão, em todas as terras por onde passa; porque se baptizam muitos inocentes e adultos, que estão em extremo perigo da vida, que logo sobem ao céu: e se descobrem novas terras, novos rios e novas gentes, como agora se descobriram algumas nações, onde nunca tinham chegado os portugueses, nem ainda agora chegaram mais que os padres. E assim como nas nossas primeiras conquistas se levantaram padrões das armas de Portugal, em toda a parte onde chegavam os nossos descobridores, assim aqui se vão levantando os padrões da sagrada cruz, com que se vai tomando posse destas terras por Cristo e para Cristo.

Foi companheiro nesta missão o Padre Manuel Pires, bem conhecido nêsse Reino com nome de *o clérigo de*

p. 455. A Majestade a que se dirigia Vieira não era D. Afonso VI, alheio então aos negócios públicos, mas a função régia, impessoal e contínua.

Paredes, o qual, depois da ermida e fonte milagrosa que o deu a conhecer naquele sítio, estando retirado em um êrmo de Roma fazendo vida solitária, por particular instinto do céu veio a pé a Portugal, e pediu ser admitido na Companhia, para servir a Deus nas missões do Maranhão; e já o tem feito nesta, e na do ano passado pelo mesmo rio das Amazonas, com grande zêlo das almas.

A segunda entrada se fez pelo grande rio dos Tocantins, que é na grandeza o segundo de todo o Estado, e povoado de muitas nações, a que ainda se não sabe o nascimento.

Foi a esta missão o Padre Manuel Nunes, lente de prima de teologia em Portugal e no Brasil, Superior da casa e missões do Pará, mui prático e eloqüente na língua geral da terra (1). Levou quatrocentos e cincoenta índios de arco e remo, e quarenta e cinco soldados portugueses de escolta, com um capitão de infantaria. A primeira facção em que se empregou êste poder foi em dar guerra ou castigar certos índios rebelados, de nação Inheiguaras, que o ano passado, com morte de alguns cristãos, tinham impedido a outros índios da sua vizinhança que se descessem para a Igreja, e vassalagem de V. M.

São os Inheiguaras gente de grande resolução e valor, e totalmente impaciente de sujeição; e tendo-se retirado com suas armas aos lugares mais ocultos e defensáveis das suas brenhas, em distância de mais de cincoenta léguas, lá foram buscados, achados, cercados, rendidos e tomados quási todos, sem dano mais que de dois índios nossos levemente feridos. Ficaram prisioneiros duzentos e quarenta, os quais, conforme às leis de V. M., a título de haverem

(1) A lingua tupi, que chamavam geral, por ser compreendida da maior parte dos índios.

impedido a prègação do Evangelho, foram julgados por escravos e repartidos aos soldados.

Tirado êste impedimento, entenderam os padres na conversão e condução dos outros índios, que se chamam Poquiguáras, em que padeceram grandes trabalhos, e venceram dificuldades que pareciam invencíveis. Estava esta gente distante do rio um mês de caminho, ou de não caminho, porque tudo são bosques cerrados, atalhados de grandes lagos e serras, e eram dez aldeias as que se haviam de descer, com mulheres, meninos, crianças, enfermos, e todos os outros impedimentos que se acham na transmigração de povos inteiros. Emfim, depois de dois meses de contínuo e excessivo trabalho e vigilância (que também era mui necessária), chegaram os padres com esta gente ao rio, onde os embarcaram por êle abaixo para as aldeias do Pará, em número por todos até mil almas.

Não se acabou aqui a missão, mas, continuando pelo rio acima, chegaram os padres ao sítio dos Tupinambás, de onde haverá três anos tínhamos trazido mil e duzentos índios, que todos se baptizaram logo, e, por ser a mais guerreira nação de todas, são hoje gadelha destas entradas. Os Tupinambás, que ficaram em suas terras, seriam outros tantos como os que tinham vindo, e eram os que agora iam buscar os padres; mas acharam que estavam divididos em dois braços do mesmø rio, um dos quais, por ser na fôrça do verão, se não podia navegar. Avistaram-se com êstes por terra, e, deixando assentado com êles que se desceriam para o inverno, tanto que as primeiras águas fizessem o rio navegável, com os outros, que eram quatrocentos, se recolheram ao Pará, tendo gastado oito meses em toda a viagem, que passou de quinhentas léguas.

Deixaram também arrumado o rio com suas alturas, diligência que atégora se não havia feito, e acharam pelo

sol que tinham chegado a mais de seis graus da banda do sul, que é pouco mais ou menos a altura da Paraíba. Os índios, assim Tupinambás como Poquiguaras, se puseram todos nas aldeias mais vizinhas à cidade, para melhor serviço da república, a qual ficou êste ano aumentada com mais de dois mil índios escravos e livres: mas nem por isso ficaram nem ficarão jámais satisfeitos seus moradores; porque, sendo os rios desta terra os maiores do mundo, a sêde é maior que os rios.

Demais destas duas missões, se fez outra à ilha dos Nheengaibas, de menos tempo e aparato, mas de muito maior importância e felicidade.

Na grande bôca do rio das Amazonas está atravessada uma ilha de maior comprimento e largueza que todo o reino de Portugal, e habitada de muitas nações de índios, que por serem de línguas diferentes e dificultosas são chamados geralmente Nheengaibas (1). Ao princípio receberam estas nações aos nossos conquistadores em boa amizade; mas, depois que a larga experiência lhes foi mostrando que o nome de falsa paz, com que entravam, se convertia em declarado cativoiro, tomaram as armas em defesa da liberdade, e começaram a fazer guerra aos portugueses em toda a parte.

Usa esta gente canoas ligeiras e bem armadas, com as quais não só impediam e infestavam as entradas, que nesta terra são todas por água, em que roubaram e mataram muitos portugueses, mas chegavam a assaltar os índios cristãos em suas aldeias, ainda naquelas que estavam mais vizinhas às nossas fortalezas, matando e cativando; e até

(1) *Nheenga-aiba*: o que é má língua; a língua ruim, imprestável ou incompreensível. Cf. o vocabulário em *O tupi na geografia nacional*, por Teodoro Sampaio, S. Paulo, 1914.

os mesmos portugueses não estavam seguros dos Nheengaibas dentro em suas próprias casas e fazendas, de que se vêem ainda hoje muitas despovoadas e desertas, vivendo os moradores destas capitánias dentro em certos limites, como sitiados, sem lograr as comodidades do mar, da terra e dos rios, nem ainda a passagem dêles, senão debaixo das armas.

Por muitas vezes quizeram os governadores passados, e últimamente André Vidal de Negreiros, tirar êste embaraço tão custoso ao Estado, empenhando na empresa todas as fôrças dêle, assim de índios como de portugueses, com os cabos mais antigos e experimentados; mas nunca desta guerra se trouxe outro efeito mais que o repetido desengano de que as nações Nheengaibas eram inconquistáveis, pela ousadia, pela cautela, pela astúcia, e pela constância da gente, e mais que tudo pelo sítio inexpugnável, com que os defendeu e fortificou a mesma natureza (1).

É a ilha toda composta de um confuso e intrincado labirinto de rios e bosques espessos; aqueles com infinitas entradas e saídas, êstes sem entrada nem saída alguma, onde não é possível cercar, nem achar, nem seguir, nem ainda ver ao inimigo, estando êle no mesmo tempo debaixo da trincheira das árvores, apontando e empregando as suas frechas. E, porque êste modo de guerra volante e invisível não tivesse o estôrvo natural da casa, mulheres e filhos, a primeira cousa que fizeram os Nheengaibas, tanto que se resolveram à guerra com os portugueses, foi desfazer e como desatar as povoações em que viviam, dividindo as

(1) «No fim do mesmo ano (de 1655) se fez a missão ou entrada dos Nheengaibas... Foram poucos os escravos que se fizeram, e quási igual o número dos nossos que os Nheengaibas feriram e mataram». (*Resposta aas Capitulos cit.*, escrito de António Vieira).

casas pela terra dentro a grandes distâncias, para que em qualquer perigo pudesse uma avisar às outras, e nunca ser acometidos juntos. Desta sorte ficaram habitando toda a ilha, sem habitarem nenhuma parte dela, servindo-lhes porém em todas os bosques de muro, os rios de fôssos, as casas de atalaia, e cada Nheengaíba de sentinela, e as suas trombetas de rebate.

Tudo isto referimos por relação de vista do Padre João de Sotomaior, o qual com o Padre Salvador do Vale, no ano de 655 navegou e pisou todos êstes sertões dos Nheengaibas, entre os quais lhe ficou uma imagem de Cristo crucificado, que trazia no peito, a qual mandou a um Principal gentio, em fé da verdade e paz com que esperava por êle; o que o bárbaro não fez, nem restituiu a sagrada imagem.

Foi êste caso então mal interpretado de muitos, e mui sentido de toda a gente de guerra daquela entrada, de que era cabo o Sargento-mor Agostinho Correia, que depois foi Governador de todo o Estado; o qual refere hoje que lhe disse então o Padre Sotomaior que aquêlê Senhor, que se deixara ficar entre os Nheengaibas, havia de ser o missionário e apóstolo dêles, e o que os havia converter à sua fé.

Chegou finalmente no ano passado de 1658 o Governador D. Pedro de Melo (1), com as novas da guerra apre-goada com os Holandeses, com os quais algumas das

(1) Trocado o ano por 1656 na primeira impressão. D. Pedro de Melo tomou posse do govêrno, em S. Luís do Maranhão, aos 16 de Junho de 1658. Em 1657 as Províncias Unidas tinham declarado novamente a guerra a Portugal. Nêsse ano e no seguinte, em dois periodos de meses, esteve o pôrto de Lisboa bloqueado pelo Almirante Ruyter; depois disso, até à paz, em 1661, não houve outros actos de beligerância na Europa.

nações dos Nheengaibas há muito tempo tinham comércio, pela vizinhança dos seus portos com os do cabo do Norte; em que todos os anos carregam de peixe-boi mais de vinte navios de Holanda. E entendendo as pessoas do governo do Pará que, unindo-se os Holandeses com os Nheengaibas, seriam uns e outros senhores destas capitánias, sem haver fôrças no Estado, ainda que se ajuntassem todas, para lhe resistir, mandaram uma pessoa particular ao Governador, por meio da qual lhe pediam socorro, e licença para logo, com o maior poder que fôsse possível, entrarem pelas terras dos Nheengaibas, antes que com a união dos holandeses não tivesse remédio esta prevenção, e com ela se perdesse de todo o Estado.

Resoluta a necessidade e justificação da guerra, por voto de todas as pessoas eclesiásticas e seculares com quem V. M. a manda consultar, foi de parecer o Padre António Vieira que, em quanto a guerra se ficava prevenindo em todo o segrêdo, para maior justificação, e ainda justiça dela, se oferecesse primeiro a paz aos Nheengaibas, sem soldados nem estrondo de armas que a fizessem suspeitosa, como em tempo de André Vidal tinha sucedido. E, porque os meios desta proposição da paz pareciam igualmente arriscados, pelo conceito que se tinha da fereza da gente, tomou à sua conta o mesmo Padre ser o medianeiro dela, supondo porém todos que não só a não haviam de admitir os Nheengaibas, mas que haviam de responder com as frechas aos que lhe levassem semelhante prática, como sempre tinham feito por espaço de vinte anos, que tantos tinham passado desde o rompimento desta guerra.

Em dia de Natal do mesmo ano de 658, despachou o Padre dois índios principais, com uma carta patente sua a todas as nações dos Nheengaibas, na qual lhes segurava que, por beneficio da nova lei de V. M., que êle fôra pro.

curar ao Reino, se tinham já acabado para sempre os cativinhos injustos, e todos os outros agravos que lhe faziam os portugueses; e que, em confiança desta sua palavra e promessa, ficava esperando por elles ou por recado seu, para ir às suas terras, e que em tudo o mais dessem crédito ao que em seu nome lhe diriam os portadores daquêlle papel.

Partiram os embaixadores, que também eram de nação Nheengaibas, e partiram como quem ia ao sacrificio (tanto era o horror que tinham concebido da fereza daquellas nações até os de seu próprio sangue) e assim se despediram, dizendo que, se até o fim da lua seguinte não tornassem, os tivéssemos por mortos ou cativos.

Cresceu e mingou a lua aprazada e entrou outra de novo, e já antes dêste termo tinham profetizado o mau successo todos os homens antigos e experimentados desta Conquista, que nunca prometeram bom effeito a esta embaixada; mas provou Deus que valem pouco os discursos humanos onde a obra é de sua providência.

Em dia de Cinza, quando já se não esperavam, entraram pelo colégio da Companhia os dois embaixadores, vivos e mui contentes, trazendo comsigo sete Principais Nheengaibas, acompanhados de muitos outros índios das mesmas nações. Foram recebidos com as demonstrações de alegria e aplauso que se devia a tais hóspedes, os quais, depois de um comprido arrazoado, em que desculpavam a continuação da guerra passada, lançando toda a culpa, como era verdade, à pouca fé e razão que lhe tinham guardado os portugueses, concluíram dizendo assim: «Mas, depois que vimos em nossas terras o papel do *Padre grande*, de que já nos tinha chegado fama, que por amor de nós e da outra gente da nossa pele se tinha arriscado às ondas do mar alto, e alcançado de El-rei para todos nós as cousas boas;

pôsto que não entendemos o que dizia o dito papel, mais que pela relação dêstes nossos parentes, logo no mesmo ponto lhe demos tão inteiro crédito que, esquecidos totalmente de todos os agravos dos portuguezes, nos vimos aqui meter entre suas mãos, e nas bôcas das suas peças de artilharia; sabendo de certo que, debaixo da mão dos padres, de quem já de hoje adiante nos chamamos filhos, não haverá quem nos faça mal».

Com estas razões tão pouco bárbaras desmentiram os Nheengaibas a opinião que se tinha de sua fereza e barbaria, e se estava vendo nas palavras, nos gestos, nas acções e affectos com que falavam, o coração e a verdade do que diziam.

Queria o Padre logo partir com êles às suas terras, mas responderam, com cortesia não esperada, que êles até àquele tempo viviam como animais do mato, debaixo das árvores; que lhe dêsemos licença para que logo fôsem descer uma aldeia para a beira do rio, e que, depois que tivessem edificado casa e igreja, em que receber ao Padre, então o viriam buscar muitos mais em número, para que fôsse acompanhado como convinha, sinalando nomeadamente que seria para o S. João, nome conhecido entre êstes gentios, pelo qual distinguem o inverno da primavera. Assim o prometeram ainda mal cridos os Nheengaibas, e assim o cumpriram pontualmente; porque chegaram às aldeias do Pará, cinco dias antes da festa de S. João, com dezassete canoas, que com treze da nação dos Combocas, que também são da mesma ilha, faziam número de trinta, e nelas outros tantos Principais, acompanhados de tanta e boa gente que a fortaleza e cidade se pôs secretamente em armas.

Não pôde ir o Padre nesta ocasião por estar mortalmente enfermo; mas foi Deus servido que o pudesse fazer

em 16 de Agôsto, em que partiu das aldeias do Camutá em doze grandes canoas, acompanhado dos Principais de todas as nações cristãs, e de sòmente seis portuguezes com o Sargento-mor da praça, por mostrar maior confiança. Ao quinto dia de viagem entraram pelo rio dos Mapuaezes(1), que é a nação dos Nheengaibas que tinha prometido fazer a povoação fora dos matos, em que receber aos padres; e duas léguas antes do pôrto saíram os Principais a encontrar as nossas canoas, em uma sua grande e bem esquipada, empavezada de penas de várias côres, tocando buzinas e levantando pocêmas, que são vozes de alegria e aplauso com que gritam todos juntos a espaços, e é a maior demonstração de festa entre êles; com que também de todas as nossas se lhe respondia.

Conhecida a canoa dos padres, entraram logo nela os Principais, e a primeira cousa que fizeram foi apresentar ao Padre António Vieira a imagem do Santo Cristo do Padre João de Sotomaior, que havia quatro anos tinham em seu poder, e de que se tinha publicado que os gentios a tinham feito em pedaços, e que por ser de metal a tinham aplicado a usos profanos; sendo que a tiveram sempre guardada e com grande decência, e respeitada com tanta veneração e temor, que nem a tocá-la nem ainda a vê-la se atreviam.

Receberam os padres aquele sagrado penhor com os affectos que pedia a ocasião, reconhecendo êles, os portuguezes, e ainda os mesmos índios, que a êste Divino Missionário se deviam os efeitos maravilhosos da conversão e mudança tão notável dos Nheengaibas, cujas causas se ignoravam. Logo disseram que, desde o princípio daquela lua,

(1) Índios que habitavam no rio Mapuá. Adiante se lê *Mapuás*, referida a designação a êstes mesmos.

estiveram os Principais de todas as nações esperando pelos padres naquele lugar; mas que, vendo que não chegavam ao tempo prometido, nem muitos dias depois, resolveram que o *Padre grande* devia de ser morto, e que com esta resolução se tinham despedido, deixando porém assentado antes que, de ali a catorze dias, se ajuntariam outra vez todos em suas canoas, para irem ao Pará saber o que passava, e se fôsse morto o Padre chorarem sôbre sua sepultura, pois já todos o reconheciam por pai.

Chegados emfim à povoação desembarcaram os padres com os portugueses e Principais cristãos, e os Nheengaibas naturais os levaram à igreja, que tinham feito de palma, ao uso da terra, mas muito limpa e concertada, a qual logo se dedicou à sagrada imagem, com nome da igreja do Santo Cristo, e se disse o *Te Deum laudamus* em acção de graças.

Da igreja a poucos passos trouxeram os padres para a casa que lhe tinham preparado, a qual estava muito bem traçada, com seu corredor e cubículos, e fechada toda em roda, com uma só porta, emfim com toda a clausura que costumam guardar os missionários entre os índios.

Mandou-se logo recado às nações, que tardaram em vir mais ou menos tempo, conforme a distância; mas em quanto não chegaram as mais vizinhas, que foram cinco dias, não esteve o demónio ocioso, introduzindo nos ânimos dos índios, e ainda dos portugueses, ao princípio por meio de certos agouros, e depois pela consideração do perigo em que estavam se os Nheengaibas faltassem à fé prometida, tais desconfianças, suspeitas e temores, que faltou pouco para não largarem a empresa e ficar perdida e desesperada para sempre. A resolução foi dizer o Padre António Vieira aos cabos que lhe pareciam bem as suas razões, e que conforme a elas se fôssem embora todos, que êle

só ficaria com seu companheiro, pois só a êles esperavam os Nheengaibas, e só com êles haviam de tratar.

Mas no dia seguinte começou a entrar pelo rio em suas canoas a nação dos Mamaianazes, de quem havia maior receio por sua fereza; e foram tais as demonstrações de festa, de confianças e de verdadeira paz, que nesta gente se viram, que as suspeitas e temores dos nossos se foram desfazendo, e logo os rostos e os ânimos, e as mesmas razões e discursos se vestiram de diferentes côres.

Tanto que houve bastante número de Principais, depois de se lhe ter praticado largamente o novo estado das cousas, assim pelos padres como pelos índios das suas doutrinas (1), deu-se ordem ao juramento de obediência e fidelidade; e, para que se fizesse com toda a solenidade de cerimónias exteriores (que valem muito com gente que se governa pelos sentidos) se dispôs e fez na forma seguinte. Ao lado direito da igreja estavam os Principais das nações cristãs, com os melhores vestidos que tinham, mas sem mais armas que as suas espadas; da outra parte estavam os Principais gentios, despídos e empenados ao uso bárbaro, com seus arcos e frechas na mão, e entre uns e outros os portuguezes. Logo disse missa o Padre António Vieira, em um altar ricamente ornado, que era da adoração dos Reis, à qual missa assistiam os gentios de joelhos; sendo grandíssima consolação para os circunstantes vê-los bater nos peitos, e adorar a hóstia e o cális com tão vivos efeitos daquele preciosíssimo sangue que, sendo derramado por todos, nêstes mais que em seus avós teve sua eficácia.

Depois da missa, assim revestido nos ornamentos sacerdotais, fez o Padre uma prática a todos, em que lhes

(1) Isto é, dos índios já doutrinadas pelos padres, e que ajudavam a êstes a convencer os companheiros.

declarou pelos intérpretes a dignidade do lugar em que estavam, e a obrigação que tinham de responder, com limpo coração e sem engano, a tudo o que lhes fôsse perguntado, e de o guardar inviolavelmente depois de prometido. E logo fez perguntar a cada um dos Principais se queriam receber a fé do verdadeiro Deus, e ser vassallos de El-rei de Portugal, assim como o são os portuguezes e os outros índios das nações cristãs e avassaladas, cujos Principais estavam presentes: declarando-lhes juntamente que a obrigação de vassallos era haverem de obedecer em tudo às ordens de S. M., e ser sujeitos a suas leis, e ter paz perpétua e inviolável com todos os vassallos do mesmo senhor, sendo amigos de todos seus amigos, e inimigos de todos seus inimigos; para que nesta forma gozassem livre e seguramente de todos os bens, comodidades e privilégios que pela última lei do ano de 1655 eram concedidos por S. M. aos índios dêste Estado.

A tudo responderam todos conformemente que sim; e só um Principal, chamado Piyé, o mais entendido de todos, disse que não queria prometer aquilo. E como ficassem os circunstantes suspensos na diferença não esperada desta resposta, continuou dizendo que — « as perguntas e as práticas, que o Padre lhes fazia, que as fizesse aos portuguezes e não a êles; porque êles sempre foram fiéis a El-rei, e sempre o reconheceram por seu senhor desde o princípio desta conquista, e sempre foram amigos e servidores dos portuguezes; e que, se esta amisade e obediência se quebrou e interrompeu, fôra por parte dos portuguezes e não pela sua: assim, que os portuguezes eram os que agora haviam de fazer ou refazer as suas promessas, pois as tinham quebrado tantas vezes, e não êle e os seus, que sempre as guardaram ».

Foi festejada a razão do bárbaro, e agradecido o termo

com que qualificava sua fidelidade; e logo o Principal, que tinha o primeiro lugar, se chegou ao altar onde estava o Padre, e lançando o arco e frechas a seus pés, pôsto de joelhos, e com as mãos levantadas e metidas entre as mãos do Padre, jurou desta maneira: «Eu Fulano, Principal de tal nação, em meu nome e de todos meus súbditos e descendentes, prometo a Deus e a El-rei de Portugal a fé de nosso Senhor Jesu Cristo; e de ser (como já sou de hoje em diante) vassalo de S. M.; e de ter perpétua paz com os portugueses, sendo amigo de todos seus amigos e inimigo de todos seus inimigos; e me obrigo de assim o guardar e cumprir inteiramente para sempre». Dito isto, beijou a mão do Padre, de quem recebeu a bênção; e foram continuando os demais Principais por sua ordem na mesma forma.

Acabado o juramento, vieram todos pela mesma ordem abraçar aos padres, depois aos portugueses, e últimamente aos Principais das nações cristãs, com os quais também tinham até então a mesma guerra que com os portugueses: e era cousa muito para dar graças a Deus ver os extremos de alegria e verdadeira amisade com que davam e recebiam êstes abraços, e as cousas que a seu modo diziam entre êles.

Por fim, postos todos de joelhos, disseram os padres o *Te Deum laudamus*, e, saindo da igreja para uma praça larga, tomaram os Principais cristãos os seus arcos e frechas, que tinham deixado fora, e, para demonstração pública do que dentro da igreja se tinha feito, os portugueses tiravam as balas dos arcabuzes, e as lançavam no rio e disparavam sem bala; e logo uns e outros Principais quebravam as frechas, e tiravam com os pedaços ao mesmo rio, cumprindo-se aqui a letra: *Arcum conteret et confringet arma*. Tudo isto se fazia ao som de trombetas, buzinas, tam-

bores e outros instrumentos, acompanhados de um grito contínuo de infinitas vozes, com que toda aquela multidão de gente declarava sua alegria; entendendo-se êste geral conceito em todas, pôsto que eram de mui diferentes línguas.

Desta praça foram juntos todos os Principais, com os portugueses que assistiram ao acto, à casa dos padres, e ali se fez termo jurídico e autêntico de tudo o que na igreja se tinha prometido e jurado, que assinaram os mesmos Principais; estimando muito, como se lhes declarou, que os seus nomes houvessem de chegar à presença de V. M., em cujo nome se lhe passaram logo cartas, para em qualquer parte e tempo serem conhecidos por vassalos.

Na tarde do mesmo dia deu o Padre seu presente a cada um dos Principais, como êles o tinham trazido, conforme o costume destas terras, que a nós é sempre mais custoso que a êles. Os actos desta solenidade que se fizeram foram três, por não ser possível ajuntarem-se todos no mesmo dia; e os dias que ali se detiveram os padres, que foram catorze, se passaram todos, de dia em receber e ouvir os hóspedes, e de noite em contínuos bailos, assim das nossas nações como das suas, que, como diferentes nas vozes, nos modos, nos instrumentos e na harmonia, tinham muito que ver e que ouvir.

Rematou-se êste triunfo da fé com se arvorar no mesmo lugar o estandarte dela, uma formosíssima cruz, na qual não quizeram os padres que tocasse índio algum de menor qualidade; e assim foram cincoenta e três Principais os que a tomaram aos ombros e a levantaram, com grande festa e alegria assim dos cristãos como dos gentios, e de todos foi adorada. As nações de diferentes línguas que aqui se introduziram, foram os Mamaianás, os Aruans e os Anajás, debaixo dos quais se compreendem Mapuás, Pau-

cacás, Guajarás, Pixipixis e outros. O número de almas não se pode dizer com certeza; os que menos o sabem dizem que serão quarenta mil, entre os quais também entrou um Principal dos Tucujús (1), que é província à parte na terra firme do rio das Amazonas, defronte da ilha dos Nheengaibas, e é fama que os excedem muito em número, e que uns e outros fazem mais de cem mil almas.

Deixou o Padre assentado com estes índios que no inverno se saíssem dos matos, e fizessem suas casas sôbre os rios, para que no verão seguinte os pudesse ir ver todos a suas terras, e deixar alguns padres entre elles, que os comecem a doutrinar; e com estas esperanças se despediu, deixando-os todos contentes e saudosos. Pareceu aos padres trazerem consigo, até tornarem, a imagem do Santo Cristo, a qual, por comum aplauso e devoção do clero, das Religiões e da república, foi recebida na cidade do Pará em solenissimo triunfo, dando todos a glória de tamanha empresa a este Senhor, e confessando que só era e podia ser sua.

Este é, Senhor, por maior, e sem casos particulares e de muita edificação, por brevidade, o fruto que colheram este ano na inculta seara do Maranhão os missionários de V. M., e estes os aumentos da fé e da Igreja que conseguiram com seus trabalhos; não sendo de menor consideração e consequência as utilidades temporais e políticas, que por este meio cresceram à coroa e Estados de V. M., porque os que consideram a felicidade desta empresa, não só com os olhos no céu senão também na terra, têm por certo que neste dia se acabou de conquistar o Estado do Maranhão; porque com os Nheengaibas por inimigos seria o Pará de qualquer nação estrangeira que se confederasse

(1) *Tricujús* no impresso: certamente por má leitura.

com êles; e, com os Nheengaíbas por vassallos e por amigos, fica o Pará seguro e impenetrável a todo o poder estrangeiro.

O mesmo entenderam a respeito dos índios Tobajaras da serra de Ibiapaba todos os capitães mais antigos e experimentados desta Conquista, os quais o ano passado, sendo chamados a conselho pelo Governador, sobre as prevenções que se deviam fazer para a guerra, que se temia, dos holandeses, responderam todos uniformemente que não havia outra prevenção mais que procurar por amigos os índios Tobajaras da serra; porque quem os tivesse da sua parte seria senhor do Maranhão.

Êstes índios de Ibiapaba, como já dei conta a V. M., por espaço de vinte e quatro anos, em que esteve tomado Pernambuco, foram não só aliados mas vassallos dos holandeses, e ainda cúmplices de suas heresias (1); mas depois que foram em missão a esta gente dois religiosos da Companhia, que residem sempre com êles, sobre estarem convertidos à fé os que eram gentios, e reconciliados com a Igreja os que eram cristãos, assim êles como todos os outros índios daquela costa estão reduzidos à obediência de V. M., e ao comércio e amizade dos portuguezes, e ainda a viver nas mesmas terras do Maranhão, aonde muitos se têm passado.

Assim que, Senhor, o Estado do Maranhão atégora estava como sitiado de dois poderosos inimigos, que o tinham cercado e fechado entre os braços de um e outro lado: porque pela parte do Ceará o tinham cercado os Tobajaras da serra, e pela parte do cabo do Norte, que são os dois extremos do Estado, os Nheengaíbas. E como ambas estas

(1) Comunicação em carta de 10 de Junho de 1658. Supra, p. 474.

nações tinham comunicação com os holandeses, e viviam de seus comércios, já se vê em os danos que desta união se podiam temer, que a juízo de todos os práticos do Estado não era menos que a total ruína.

Mas de todo êste perigo e temor foi Deus servido livrar aos vassallos de V. M., por meio de dois missionários da Companhia, e com despesa de duas fôlhas de papel, que foram as que de uma e outra parte abriram caminho à paz e à obediência, com que V. M. tem hoje estas formidáveis nações não só conquistadas e avassaladas para si, senão inimigas declaradas e juradas dos holandeses; conseguindo Deus por tão poucos homens desarmados, em tão poucos dias, o que tantos governadores em mais de vinte anos, com soldados, com fortalezas, com presídios e com grandes despesas, sempre deixaram em pior estado: para que acabe de entender Portugal, e se persuadam os Reais ministros de V. M., que os primeiros e maiores instrumentos da conservação e aumento desta monarquia são os ministros da prègação e propagação da fé, para que Deus a instituiu e levantou no mundo.

O que agora representamos, Senhor, prostrados todos os religiosos destas missões aos Reais pés de V. M., é que seja V. M. servido de mandar acudir-nos, e acudir a estas almas, com o socorro pronto que é necessário, para que se conserve o que se tem adquirido.

Toda a conservação dêstes índios, e a perseverança na fé e lealdade que têm prometido, consiste em assistirem com êles alguns religiosos da Companhia, que os vão sustentando e confirmando nela, e desfazendo qualquer ocasião ou motivo que se ofereça em contrário, e sobretudo que sejam sua rodela, como êles dizem, contra o mau trato dos portuguezes, de que só se pode desconfiar, e de que só se dão por seguros debaixo do amparo e patrocínio dos padres.

Podem vir padres do Brasil (1), podem vir padres de nações estrangeiras; mas os mais prontos e efectivos são os que podem vir de Portugal em menos de quarenta dias de viagem.

A matéria é tão importante e de tão perigoso regresso que não sofre dilação; e assim esperamos sem falta até à monção de Março o socorro que pedimos.

Sirva-se V. M., Senhor, de mandar vir para esta missão um numeroso socorro destes soldados de Cristo e de V. M.; e por cada um prometemos a V. M. muitos milhares de vassallos, não só que nós iremos buscar aos matos, senão que elles mesmos venham a buscar-nos, de que cada dia temos novos embaixadores. Tanto tem importado à fé a fama das novas leis de V. M., e dos missionários que a prègam e as defendem. A muito alta e muito poderosa pessoa de V. M. guarde Deus como a Cristandade e os vassallos de V. M. havemos mister. Maranhão, 11 de Fevereiro de 1660 (2).

António Vieira.

CARTA LXXXVII

Ao Rei D. Afonso VI (3)

1660 — Dezembro 4

Senhor. — O Governador D. Pedro de Melo, segundo as instâncias com que tem pedido licença a V. M. para se

(1) Da Província do Brasil, de que eram independentes as missões do Pará e Maranhão.

(2) 28 de Novembro de 1659 em um Ms. apógrafo da Bibliotheca de Évora. O autor do catálogo, Cunha Rivara, sugere ser essa a verdadeira data. É provável fôsse remetido o escrito, como de costume, em mais de uma via, e datada cada uma segundo a ocasião.

(3) No t. 1.º da 1.ª ed.

recolher ao Reino, espera fazê-lo na monção dêste inverno, em quanto parto ao rio das Amazonas, a assentar uma missão nas nações dos Nheengaibas (1) e outra na dos Tapuias, que são vizinhas de muitas outras em que se espera grande conversão de almas, serviço de V. M. e aumento de todo o Estado, que só por esta via pode vir a ser o que promete a largueza de suas terras e mares.

Da importância da paz dos Nheengaibas, e quanto ao comércio que têm as nações daquelas partes com os holandeses, já dei conta a V. M., e de como também ficam reduzidos à obediência de V. M. toda a serra de Ibiapaba, e franqueado o caminho por terra até Pernambuco, que são máis de trezentas léguas por costas infestadas atégora de nações inimigas e bárbaras (2). Agora levo também a meu cargo as ordens de um notável descobrimento, de que se esperam ainda maiores consequências (3) pela comodidade dos rios, multidão e bondade da gente, e pela necessidade que têm dela estas capitânicas, da parte do Maranhão (4); e as mais do Estado estão mui faltas de índios, e por isso menos defendidas, e expostas à invasão dos inimigos, com os quais se experimenta já o valor e fidelidade desta nação; porque alguns dêles, que entre nós havia, foram os que maior guerra fizeram aos holandeses, quando ocuparam esta cidade, até os lançarem fora dela.

Tudo isto, Senhor, represento a V. M., para que, quando o Governador D. Pedro parta antes de eu chegar

(1) *Inimgaibas* no impresso; êrro, assim como adiante *Tibiapava*, por Ibiapaba.

(2) Na carta antecedente.

(3) Seria a do rio Iguassú, de que fala na carta de 12 de Fevereiro seguinte, à Câmara do Pará.

(4) Nêste passo parece ter havido engano ou salto do impressor ou copista.

destas missões, seja presente a V. M. o muito que a V. M. tem servido nêste Estado, em menos de dois anos e meio de seu govêrno; porque o quê se obrou se deve principalmente ao seu zêlo, cuidado, disposição e execução que é grande, e sem a qual se não pudera conseguir cousa de consideração, e muito menos tantas e tão dificultosas em tão breve tempo.

A Deus e a V. M. pedimos todos os religiosos destas missões lhe mande V. M. succeder, quando V. M. assim o tenha ordenado, pessoa de tal talento e cristandade que leve por diante o que êle tem começado, que V. M. por sua grandeza deve mandar agradecer e premiar, como serviços tão sinalados merecem, para que conheçam todos que V. M. estima os desta qualidade, pois são verdadeiramente os maiores, e de que mais depende a conservação do reino, fundado só no mundo por Deus para dilatar a fé. E pôsto que V. M. chame a D. Pedro de Melo para mais perto da real pessoa de V. M., por concorrerem nêste fidalgo as qualidades mais necessárias para o tempo presente, como nêle tenho conhecido em todo o tempo que o tratei, entendo, e assim peço a V. M., que na mesma pessoa de D. Pedro pode V. M. continuar a real protecção com que V. M. foi servido criar e aumentar esta conquista de Cristo, servindo-se V. M. do seu conselho e das suas noticias, que são muitas; e nas das partes ultramarinas, como em todas as mais, experimentará V. M. quanto cristão e bem intencionado é o seu zêlo, e quão acertado o seu voto.

Guarde Deus a Real pessoa de V. M., como a Cristandade e os vassallos de V. M. havemos mister. Maranhão, 4 de Dezembro de 1660.

Antônio Vieira.

CARTA LXXXVIII

Ao Padre André Fernandes (1)

1660 — Dezembro 4

Senhor Bispo. — Contra a vontade e contra o entendimento escrevo esta a V. S.^a. Contra a vontade, porque é matéria que muito sinto, e que a todos nos está muito mal; contra o entendimento, porque me diz o nosso Governador e amigo D. Pedro de Melo que, na monção dêste inverno, há-de partir para o Reino, porque lhe há-de vir sucessor de Lisboa, a que de nenhum modo me posso persuadir, por mais que sei as instâncias que êle tem feito.

Eu quis representar com todo o encarecimento a S. M., e pedir a V. S.^a, não só que acabasse D. Pedro o seu govêrno (2), mas que continuasse nêle por muito mais tempo, e o não fiz porque me convinha por nossa amizade, e não era razão que lhe pagasse as obrigações que lhe tenho com mostrar que era mais amigo meu do que seu. Se eu me enganar, e succeder o que êle diz, lá o terá V. S.^a aonde V. S.^a com os seus poderes, pois eu não valho nada, lhe pode fazer agradecer o muito que nos tem feito e faz, que não repito a V. S.^a, pois é êste assunto a mais ordinária matéria das minhas cartas. Em suma, digo que êstes dois anos e meio se tem obrado muito em serviço de Deus e de S. M., e se têm lançado fundamentos a muito maiores obras, e tudo se deve à disposição e execução de D. Pedro, sem a qual nenhuma cousa se pudera conseguir, e muito menos tantas e tão dificultosas e de tanta importância.

(1) No t. 1.º da 1.ª ed.

(2) O triênio usual terminava em Junho de 1661.

Queira Deus que lá o saibam conhecer os que só têm os olhos nas fronteiras de Alentejo, e não consideram que o reino de Portugal não foi fundado para se estender por Castela, senão para dilatar a fé de Cristo e o reino de Deus pelo mundo.

A S. M. represento que importará ainda, para seu serviço, que os desta qualidade se premeiem como merecem, para que haja quem continue o que D. Pedro tem começado; e que venha suceder-lhe tal pessoa, que não desmanche o que, com tão bom zêlo e com tão bons trabalhos, se vai fazendo.

Se algum alívio me fica, na ausência dêste fidalgo, é desejar ver muitos de suas qualidades junto da pessoa de S. M., e mais no tempo presente, em que tão necessário é o bom coração e fidelidade, valor e honra. Tudo isto tenho conhecido em D. Pedro depois que o trato.

Já eu disse a V. S.^a que em um lugar do Conselho Ultramarino seria muito bom o seu voto, pelas notícias que tem destas partes; e eu fio que, depois que S. M. experimentar a limpeza de seu zêlo, e clareza do seu juízo em todas as matérias, se há-de querer S. M. servir dêle em todas.

À experiência me reporto, sôbre a qual não será necessário o favor que V. S.^a me faz, o qual eu renunciara de boa vontade na pessoa de D. Pedro para seus acrescentamentos, quando êle o houvera mister, pelas obrigações que lhe tenho e pelos bens que lhe-desejo. Traga-nos Deus boas novas de V. S.^a, a que o mesmo Senhor nos guarde para nosso amparo e desempenho. Maranhão, 4 de Dezembro de 1660. — Humilde criado e que mais ama a V. S.^a

António Vieira.

CARTA LXXXIX

Ao Padre Manuel Luís (1)

1661

Se a morte do Padre Bispo(2), a perda do reino, desta missão, e a minha, na suma dôr admite algum alívio, eu o tive com esta carta de V. Rev.^a, pela qual lhe dou as graças, e já as dei a Deus por nos deixar tal sucessor do nosso grande protector. Êle está no céu, como piamente creio da inocência de sua vida e de suas grandes virtudes. Ali nos socorrerá diante da Majestade divina, como já o fez diante da humana. As honras, que S. M. fez ao doente, foram conformes assim à grandeza do ânimo real como aos merecimentos do Bispo, ao seu zêlo, fidelidade e grandes serviços. Os que faltaram a êle morto bêm mostram que a sua emulação nem com a morte se acabou(3).

Nesta Missão se fizeram por sua alma os sacrificios, que se oferecem assim pelos que nela vivem como pelos

(1) Jesuíta, doutor em teologia, autor de uma *Vida do Príncipe D. Teodósio* em latim. Trecho de carta, pôsto em latim nessa obra, e retraduzido para vernáculo pelo Padre António Franco, que assim a transcreve na *Imagem da virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na côrte de Lisboa*. Escrita provàvelmente em Janeiro ou Fevereiro, do Pará.

(2) O Padre André Fernandes, Bispo do Japão, falecido em Outubro.

(3) « Reparou-se, muito na côrte que, dos seculares, aquêles em que devia ser eterna a memória do Padre André Fernandes, pelos muitos benefícios que dêle tinham recebido, faltaram em assistir ao seu entêrro. Não foi assim o amor da Sereníssima Rainha ». Da *Imagem da virtude* cit., Liv. III, Cap. 44.^o Durante a doença mandava a Rainha ao Bispo os alimentos da sua cozinha, sempre mostrando a maior solicitude.

que nela morrem. Os mais indícios da dôr, que não foi lícito sair a público, se tiveram dentro nos corações. As cousas, de que o seu affecto nos fez herdeiro, foram recebidas e divididas pelas igrejas dos cristãos. A imagem de S. Francisco Xavier se porá onde viva perfeitamente a memória do Padre André Fernandes, insigne bemfeitor desta Missão.

Não deixarei de contar a V. Rev.^a quão brevemente me penetraram o coração as tristes novas desta perda. Nos últimos dias de Outubro próximo, estando no Maranhão, por espaço de três dias me molestou uma desacostumada tristeza, sem eu ver cousa de onde nascesse. Afligi-me tanto que logo ofereci alguns sacrificios, pela intenção que Deus, que tudo sabe, sabia havia de ser tida por mim; e foram algumas delas pelos defuntos. Comunicando isto com um amigo, fiz com êle que observasse bem aquêles dias, que não podia ser sem que alguma cousa de desgraça succedesse, ou contra Portugal, ou contra esta Missão, ou contra mim, e depois alcancei que tudo foi porque aquêles três dias foram os últimos, que teve de vida o Bispo.

. . .

CARTA XC

Ao Índio Guaquaíba ou Lopo de Sousa (1)

1661 — Janeiro 21

Principal Guaquaíba. — Recebi a vossa carta, e, segundo o que nela me dizeis, dei crédito a ser vossa pela entregar

(1) *Guarapúba*, em outra carta de Vieira, infra, p. 585; *Copaíba*

Domingos Jacumá (1) a quem me a deu. Sinto estejais tão falto de saúde, mas são achaques da velhice, e lembrança que Deus vos dá, para que disponhais vossa alma como quem sabe que há outra vida; isto é o que desejei sempre de vós, e isto só o que deveis crer sempre de mim, sem dar crédito a outras *marandubas* (2), que são cousas que me não passam pelo pensamento. A causa de me não deter mais tempo na aldeia (3) foi por me importar chegar à cidade (4) com muita brevidade, e supôsto que, por não saberdes ler nem escrever, se fingem cartas em vosso nome, parece-me muito bem que nos ajustemos como desejais; e, supôsto que não tendes canoa, podeis vir na do vosso padre Francisco Veloso (5), a quem peço vos queira trazer nela, e seja antes de eu me partir para o Gurupá, para que também me digais as pretensões que tendes daquela banda, porque em tudo o que fôr mister vos ajudarei como puder. Deus vos guarde e vos dê sua graça como desejo. Mortigura (6) 22 de Janeiro de 661. *Nhedenceba* (7).

Antônio Vieira (8).

na «Resposta aos Capítulos», várias vezes citada, também de Antônio Vieira; *Acapaiuva* nos Capítulos respondidos, doc. n.º 267 da Coleção Studart, no t. 4.º dos *Documentos para a História do Brasil*, cit. Maioral dos índios estabelecidos na aldeia de Maracanã, hoje vila de Sintra, no Estado do Pará. Carta publicada em 1918 na *História de Antônio Vieira*, por J. Lúcio de Azevedo.

(1) Outro índio,

(2) Por *poranduba*, palavra da língua tupi, que significa engano.

(3) De Maracanã.

(4) Belém do Pará.

(5) Que governava a aldeia como missionário.

(6) Aldeia de índios, hoje a vila de Conde.

(7) Em língua tupi: teu amigo.

(8) Sobre o propósito desta carta, lê-se na representação que fez contra os Jesuítas, em 1661, o procurador dos povos do Maranhão,

CARTA XCI

À Câmara do Pará (1)

1661 — Fevereiro 12

Li o papel de V. M.^{cês}, com o sentimento que deve quem é parte da mesma república, e quem sempre lhe desejou e procurou o seu maior bem, não só espiritual mas ainda temporal: conforme êste zêlo direi a V. M.^{cês} tudo o que sinto e posso.

Primeiramente V. M.^{cês} atribuem as necessidades que padecem sòmente à falta de escravos; e, segundo as notícias e experiências que tenho desta terra acho que são também outras as causas. A primeira é o sítio da mesma terra, toda cortada e alagada de rios, com que o comércio humano fica mui dificultoso, e de grande despesa havendo de ser todo por mar.

A segunda irem faltando no mesmo sítio os manti-

Jorge de Sampaio e Carvalho: « O Padre António Vieira mandou chamar ao Acapaúva, um Principal dos mais abalisados do Pará, cavaleiro do hábito de Cristo, e com engano o fez ir ao seu colégio, onde o prendeu e desarmou, e mandou com grilhões para a fortaleza do Gurupá, distância de oitenta léguas ». Doc. cit. da Colecção Studart. O motivo da prisão, diz o autor da carta, foi estar o Principal amancebado com uma cunhada, e ser « o índio de mais pernicioso exemplo e mais rebelde à obediência da Igreja, de quantos nunca houve não só no Maranhão mas em todo o Brasil ». — Resposta aos Capítulos, cit.

(1) No t. 3.º da 1.ª ed. Resposta a uma representação dos Vereadores do Pará, na qual se lastimavam da miséria em que viviam os habitantes, e requeriam a Vieira, como Superior das Missões, ordenasse uma entrada ao sertão, a resgatar escravos, o que era atribuição sua.

mentos naturais, que com a continuação do tempo sempre vão a menos, como é a caça e a pesca, de que este povo se sustenta, cousa que é impossível durar nem permanecer, e que sempre vai sendo mais custosa.

A terceira a falta de govêrno político, não havendo praça nem açouge, nem outra cousa de venda ou aluguer, com que necessariamente cada família há-de ter o que tem uma república; porque para a carne há-de ter caçador, para o peixe pescador, para o pano fiandeiras e tecelão, para o pão lavradores, e para os caminhos embarcação e remeiros, afora todos os outros serviços domésticos.

A quarta a mudança e guerra do Reino, com que necessariamente cresceram os preços a todas as mercadorias de fora, e deram em baixa os açúcares e tabacos.

A quinta, e muito notável, a vaidade, que cresceu grandemente nêstes últimos tempos, não se medindo os gastos, como antigamente, com as despesas, senão com o apetite.

E, afora destas causas públicas, deve de haver também outras secretas em alguns particulares, reservadas à sciência e providência divina, pois as necessidades que V. M.^{çês} representam não são gerais em todos; e vemos que alguns que não tinham escravos têm hoje muitos, e outros que tinham muitos carecem totalmente dêles, porque lhes morreram por justos juízos secretos daquelle Senhor, que o é da vida e da morte.

Assim, que as necessidades que se apontam têm também outras causas, que V. M.^{çês} podem e devem remediar, como aquêles a quem pertence o bom govêrno da república, e a emenda dos abusos dela, e as outras indústrias por onde se conseguem e se facilitam as utilidades do comum.

E vindo ao remédio, que se aponta, dos escravos do sertão, pôsto que eu o aprovo muito, e o solicitei com El-rei;

insistindo S. M. que todos fôsem livres, vejo porém que o dito remédio por si só não é suficiente; porque, por mais que sejam os escravos que se fazem, muitos mais são sempre os que morrem, como mostra a experiência de cada dia nêste Estado, e o mostrou no do Brasil, onde os moradores nunca tiveram remedio senão depois que se serviram com escravos de Angola, por serem os índios da terra menos capazes do trabalho e de menos resistência contra as doenças, e que, por estarem perto das suas terras, mais facilmente ou fogem ou os matam as saudades delas.

Isto digo a V. M.^{çes}, como parte que também sou desta república e desejoso do seu bem. Respondendo como quem tem a seu cargo as missões, digo, que o que ordena o Regimento de S. M. é que, no ano em que houver de ir missão ao sertão, os escravos que se acharem legitimamente cativos, conforme os casos da lei, depois de examinados, se resgatem; e nêste particular, se V. M.^{çes} bem lançarem as contas, acharão que não só alguns anos, como supõe o Regimento, houve missões, mas que foram mais as missões que os anos; porque desde o ano de 1655, em que veio o dito Regimento, se fez a missão dos Tupinambás pelo Padre Francisco Veloso, a dos Nheengaibas pelo Padre João de Sotomaior, a dos Pacajás pelo mesmo Padre, a dos Aruaquis pelo Padre Francisco Veloso, a do rio Negro pelo Padre Francisco Gonçalves, a dos Carajás pelo Padre Tomé Ribeiro, a dos Poquis(1) pelo Padre Manuel Nunes, e a de Ibiapaba pelo Padre António Vieira;

(1) *Aruaquis* ou *Aruaquises* e não *Arvaquiães*, como se imprimiu. *Poquis* e não *Paguis*. A lição correcta em *Anais Históricos do Estado do Maranhão* (Lisboa 1749) por Bernardo Pereira de Berredo, onde vem inserta a carta, com variantes adoptadas na presente edição.

e agora actualmente está outra no rio das Amazonas, em que morreu o Padre Manuel de Sousa e ficou o Padre Manuel Pires; nas quais missões, e em outras de menos empenho, se têm descido mais de três mil almas de índios fôrros, e mais de mil e oitocentos escravos.

A isto responde o papel de V. M.^{çês} que, ainda que houve êste número de escravos, que não foram para o povo do Pará, e que se vendem por tão grande preço que não têm os moradores cabedal para os comprar.

Nisto direi também o que tenho obrado no serviço de V. M.^{çês}: e foi que, vindo a êste Estado o Governador D. Pedro de Melo, pelo zêlo que tinha de que se acudisse ao remédio dos povos, se informou de mim, do modo que podia haver para que os escravos que se fizessem chegassem a todos; e o que eu lhe apontei foi que os escravos se repartissem *pro rata*, por todas as capitánias do Estado, conforme o número dos seus moradores, e que o preço por que lhe os dessem fôsse o mesmo que costumam no sertão, que na maior carestia do ferro não chega a quatro mil réis (1); e, sendo esta a repartição e êste o preço, V. M.^{çês} foram os que lhes de'scontentou êste modo, e o não quiseram aceitar nem executar. E, como os missionários nos não metemos na repartição dos escravos nem nos preços dêles, V. M.^{çês}, parecendo-lhes, podem recorrer neste particular a quem a decisão dêle pertencer, que sem dúvida deferirá à necessidade desta república, e à justiça com que requiere se lhe apliquem os ditos escravos, pois ordinariamente se fazem nos rios que são próprios desta capitania, e com os índios, canoas, soldados e mantimentos dela, e por todas as outras razões que V. M.^{çês}

(1) Era principalmente a trôco de machados e ferramentas simples que os índios captadores vendiam os prisioneiros aos portugueses.

costumam alegar (1). E quanto à missão em que se hajam de fazer os ditos escravos, estimarei eu muito que seja a primeira que houver, que eu procurarei dispôr com a maior brevidade possível; por quanto nêste ano está já intentado o descobrimento do rio Iguassú, em que há fama está a nação dos Tupinambás, o qual descobrimento se há-de fazer pelo rio dos Tocantins; e quando V. M.^{çs} no mesmo rio queiram entrar pelo braço de Araguaia, onde estão várias nações que se diz têm muitos escravos, e a dos Pirapés, que se podem trazer para o grémio da Igreja e serviço da república, também se disporá a missão nesta forma, porque em tudo nos desejamos acomodar, quanto pode ser, ao bem, ainda temporal, de todos. Pará, 12 de Fevereiro de 1661.

_____ *António Vieira.*

CARTA XCII

Ao Rei D. Afonso VI (2)

1621 — Maio 21

Senhor. — Ficam os padres da Companhia de Jesus do Maranhão, missionários de V. M., expulsados das aldeias dos índios, e lançados fora do Colégio e prêsos em uma casa secular, com outras afrontas e violências indignas de que as cometessem católicos e vassallos de V. M.

_____ (1) A indicação visava ao Governador D. Pedro de Melo.

(2) Publicada em 1908 na *Revista da Academia Cearense* pelo Barão de Studart que obteve a cópia fotográfica do arquivo da Companhia de Jesus. Sem assinatura; provávelmente traslado, remetido por Vieira aos Superiores.

Os executores desta acção foi o chamado povo, mas os que a moveram e traçaram, e deram ânimo ao povo para o que fez, são os que já tenho por muitas vezes feito aviso a V. M., que é os que mais deviam defender a causa da fé, aumento da cristandade, e obediência e observância da lei de V. M.

O motivo interior único e total desta resolução, que há muito se medita, é a cobiça, principalmente dos mais poderosos; e porque esta se não contenta com o que lhe permitem as leis de V. M., e não há outros que defendam as ditas leis e a liberdade e justiça dos índios senão os religiosos da Companhia, resolveram finalmente de tirar este impedimento por tão indignos caminhos. Eu lhes disse sempre que, se não estavam satisfeitos, recorressem a V. M. como o autor e senhor das leis, e que V. M., ouvidas as partes, revogaria ou confirmaria o que fôsse justo; mas elles, como desconfiados da sua justiça, nunca quiseram aceitar esta razão.

A última ocasião que tomaram, para o que se fez, escreve-me o Governador (1) que foi pelas três causas seguintes.

Primeira: por se publicar neste Estado a carta da relação que fiz a V. M. do que se tinha obrado nestas missões o ano de 659, a qual V. M. foi servido mandar que se imprimisse (2); e não se pode crer quanto com esta carta se acendeu a emulação dos que não podem sofrer que, havendo tantos anos que estão neste Estado, nunca se obrassem

(1) Carta de D. Pedro de Melo, publicada por Berredo nos *Anais Históricos do Maranhão* cit., com a data de 23 de Maio, que implica com a desta carta de Vieira, em 21. Uma das datas se tem de rejeitar, por coerência.

(2) De 28 de Novembro de 1659. Supra, p. 549. «A gazeta que veio do Reino», lhe chama a carta de Berredo.

nêles estas cousas senão depois que vieram os padres da Companhia.

Segunda: virem também ao Maranhão, e publicarem-se, umas cartas que escrevi a V. M. por via do Bispo do Japão, em que dava conta a V. M. das contradições que tinha nêste Estado a propagação da fé, e quão mal se guardavam as leis de V. M. sôbre a justiça dos índios, das quais cousas me tinha V. M. mandado repetidamente desse conta a V. M. por via do Bispo, e juntamente que apontasse os remédios com que se lhe podia acudir. E, porque assim o fiz, nomeando entre os transgressores das leis aos religiosos do Carmo, cujo Provincial, Frei Estêvão da Natividade, foi o primeiro que as quebrou, êste mesmo Provincial, indo embarcado para o Reino no navio em que iam as ditas cartas, sendo tomado pelos Dunquerquezes, teve traça para as haver à mão, e as teve em segrêdo até a morte do Bispo, e depois dela remeteu aos seus frades, e as publicaram e se executou o que por muitas vezes, no público e no secreto, tinham intentado (1).

Terceira: a prisão do índio Lopo de Sousa Guara-paúba (2). Êste índio é Principal de uma aldeia, e depois da publicação das leis de V. M. nunca as quis guardar, e amparado dos poderosos, a quem por esta causa fazia serviços, vivendo no mesmo tempo êle e os seus como gentios, sendo cristãos mui antigos, porque, além das muitas amigas que tinha o dito Principal, estava casado *in facie Ecclesiae* com uma irmã de outra de quem antes do matrimônio tinha publicamente filhos, calando êste impedimento, e intimidando a todos os da aldeia para que nenhum o descobrisse, consentindo-os viverem do mesmo modo, e não

(1) O levantamento do povo contra os jesuítas.

(2) *Supra*, p. 577.

tratando de missa nem de sacramento algum, nem ainda na hora da morte, morrendo por esta causa todos sem confissão, e em mau estado; emfim, em tudo como gentios e desobedientes às leis de V. M., contra as quais o dito Principal cativava índios fôrros e os vendia, e outros mandava matar a modo e com cerimónias gentílicas: e tudo isto lhe sofriam os que o deveram castigar, por interêsses vilíssimos. Foi o dito Principal por muitas vezes admoestado pelos padres dos ditos excessos, principalmente dos que pertencem à Igreja, sem emenda alguma; e, não aproveitando nenhum meio suave, propôs ao Governador que convinha ser aquele índio castigado, para exemplo dos mais, que já alegavam e se desculpavam com êle, o que o dito Governador não lhe pareceu fazer, dizendo-me que melhor era que o castigássemos por via da Igreja, e me deu ordem para que, sendo-me necessários soldados para sua prisão, os dêsse o Capitão mor do Pará, e por esta causa foi prêso, não se amotinando por isso a aldeia, como falsamente se publicou, mas havendo muitas pessoas eclesiásticas e seculares, e ministros de V. M., que persuadiram aos índios que se levantassem.

Estas três causas, tão justificadas, dizem, foram a última ocasião do que se fez, mas a causa verdadeira, é, Senhor, a que tenho dito a V. M.: a cobiça insaciável dos maiores, a qual nêste mesmo ano, antes de haver estas cousas, tinha já dado princípio a motins, assim no Maranhão como no Pará. No Maranhão insistindo que também se haviam de repartir as mulheres como os maridos para o serviço dos moradores, contra as leis de V. M.; e no Pará que haviam de ir ao resgate, fora do tempo e ocasião em que sòmente o permitem as ditas leis, ameaçando que se lhe não consentissem o fariam por si mesmos, e de tudo fizeram papéis, convocando o povo, etc.

Agora, dizem, mandam procuradores a êsse Reino, e que levam alguns índios seus confidentes, que, por serem de abominável vida, não querem a doutrina e sujeição dos padres: e todos dirão e levarão escrito e jurado contra a verdade o que lhes ditar a paixão, o ódio e o interêsse injusto e cego. Assim que, Senhor, por guardarmos as leis de V. M., e porque damos conta a V. M. dos excessos com que são desprezadas, e porque defendemos a liberdade e justiça dos miseráveis índios cristãos e que de presente se vão convertendo, e sôbretudo porque somos estôrvo aos infinitos pecados de injustiça que nêste Estado se cometiam, somos afrontados, prêsos e lançados fora dêle.

O que só sentimos (que pelo demais damos infinitas graças a Deus) é a ruína de tantos milhares de almas, e dos felizes princípios de uma tão florente cristandade, que por êste meio se destrue, descompondo-se e perdendo-se quanto atégora se tinha obrado e conseguido com tantos trabalhos: porque a razão total da conversão dos índios gentios, e das pazes dos que eram inimigos, e de se virem para nós os que estavam metidos pelos matos, e de aceitarem a fé e obediência da Igreja, era ter-se lhes prometido em nome de V. M. que haviam de estar debaixo do patrocínio dos padres, que êles têm experimentado são só os que os defendem; e com êste exemplo fica perdido o crédito de nossa palavra, a autoridade das leis de V. M., as promessas que em nome de V. M. lhes fizemos, emfim tudo.

De tudo o que tenho referido a V. M. tive aviso no mar, onde faço esta, vindo para o Maranhão de visitar as cristandades do Pará e rio das Amazonas, onde de novo deixei assentadas duas missões, uma na nação dos Tapajós, e outra na dos Nheengaibas, os quais conforme o prometido se vão saindo dos matos, e têm já nove aldeias à beira dos rios. Até as nações que têm o trato immediato com os

holandeses nos mandaram pedir os aceitassemos por filhos, debaixo das mesmas condições de paz, e vassalagem de V. M. Mas quando isto fazem os gentios bárbaros, os portugueses e religiosos nos prendem e nos desterram, e isto nas cidades do rei mais católico, e no reino que Deus escolheu para si, e para propagação de sua fé.

Por esta causa, Senhor, desisto do caminho que levava para o Maranhão, e torno ao Pará e rio das Amazonas, a ver se posso de algum modo conservar esta parte do rebanho de Cristo, e confirmar os índios, que com êste caso se consideram já todos na antiga servidão e tirania, para que se não tornem depois de baptizados para os matos e gentilidades, e também, Senhor, para animar aos mesmos religiosos da Companhia, que, havendo deixado o descanso e quietação de suas pátrias e colégios, levam muito desigualmente verem-se da hora nestas tempestades e perseguições, não padecidas pela fé (que isto estimariam muito), mas pela desobediência e pouca cristandade dos vassallos e ministros de V. M.

Dos poucos que somos morreram êste ano quatro sacerdotes, todos na campanha, trabalhando com os índios em sua conversão, e todos em sumo desamparo das cousas humanas, e quando tão constantemente servíamos a Deus e a V. M., cujos missionários somos. Julgue V. M., Senhor, se é justo que padeçamos por esta causa, e se merece a justiça dela ser amparada eficazmente pelo Real braço de V. M.

O que da nossa parte só pedimos prostrados aos Reais pés de V. M., pelo sangue de Jesus Cristo, são as duas cousas seguintes, que de direito se devem a todos.

1.^a — Que V. M. mande restituir logo e repôr aos religiosos da Companhia na forma em que estavam, assim no seu Colégio como em todas as aldeias dos índios, com a mesma autoridade e jurisdição que de antes tinham, de que

foram injusta, violenta, temerária e sacrilégamente esbulhados; e que nisto não haja réplica nem dúvida, sem ser admitido requerimento algum dos moradores dêste Estado antes da dita restituição.

2.^a— Que, depois da dita restituição feita, V. M. não mande resolver proposta alguma dos ditos moradores sem primeiro eu ser ouvido: e digo, Senhor, ser ouvido eu, porque como eu fui o que criei esta missão por ordem de V. M. (1), e assisti a tudo o que sôbre ela se dispôs; eu só tenho as notícias fundamentais de tudo, e só posso informar e alegar das razões porque se ordenaram os particulares dela, e os gravíssimos danos que do contrário se seguem.

Lembrando e representando últimamente a V. M. outras duas condições de grande pêso, para a primeira resolução dêste negócio e brevidade dela.

1.^a— Que as leis e Regimento que os moradores do Maranhão repugnam, foram consultadas em junta das maiores pessoas de letras do reino, depois de ouvidos os Procuradores do Maranhão e Pará, com decreto de V. M., pedido por mim, que se lhe concedesse tudo o que fôsse lícito e possível em consciência; e assim se fez. De onde se segue que tudo o mais que pretenderem é ilícito e injusto.

2.^a— Que os índios Tobajaras da Serra (2), e os Tobajaras e Potigoaras retirados de Pernambuco, e os Jurunas, e os Nheengaibas, e os Anajazes, e os Mapuazes, e os Maimaianás, e os Aruans, e os Poquis, e os Poucigoaras, e os Tupinambás, que são as nações que reduziram novamente à fé os padres da Companhia, e outras muitas que actualmente se estão reduzindo; a todas estas nações se lhes praticou e prometeu, da parte de V. M., que não haviam

(1) Isto é, de D. João IV, valendo aqui a nota de p. 553,

(2) De Ibiapaba.

de estar debaixo da immediata sujeição dos portuguezes, senão debaixo do govêrno dos seus Principais, e do patrocínio dos padres da Companhia, que com as leis de V. M. os haviam de defender das antigas oppressões que padeciam: e debaixo desta condição, e das demais conteúdas nas ditas leis e Regimento último de V. M. (1), aceitaram e juraram a paz, obediência e vassalagem em que V. M. os tem. E se agora se lhes quebrarem as ditas condições, e se tirarem aquêles índios de baixo do dito patrocínio dos padres, não haverá dúvida que se siga uma de duas consequências, ambas muito para remediar e temer: porque ou se hão de retirar outra vez para os matos, para assim se livrarem da antiga servidão, com perda da fé, sua e dos mais, ou hão de lançar mão às armas, em defesa da sua justiça e liberdade contra os violadores de seus foros e das leis de V. M., desforçando-se justamente por si mesmos, pois os que tinham esta obrigação o não podem ou o não querem fazer; e em qualquer dos ditos casos se perde tudo.

V. M. o mandará considerar e resolver, com a brevidade e efeito que pede matéria tão grande, em que o menos que se arrisca é o Estado, se o respeito da Igreja, a fé e a salvação de tantos milhares de almas se não tem por menos. A muito alta e muito poderosa pessoa de V. M. guarde Deus como a cristandade e os vassallos de V. M. hemos mistér.

Praias do Cumá (2), 22 de Maio de 661.

(1) O Regimento último seriam as ordens que para o Maranhão levou o Governador D. Pedro de Melo, quando tomou posse. Supra, p. 486.

(2) Em território da capitania de Maranhão e já perto de S. Luís. De aí regressou Vieira ao Pará, onde o prenderam, para ser expulsó com os outros missionários.

CARTA XCIII

Aos Padres Pedro Pedrosa e Gonçalo Veras (1)

1661 — Junho 11

Ditosos os padres Francisco Gonçalves, o Padre Manuel de Sousa, o Padre Mateus Delgado, o Padre Paulo Luís, que todos em menos de um ano levou Deus para si, porque se não achassem presentes a tão lastimosa tragédia, e para que não vissem tão sacrílegas enormidades, cometidas por uns homens que se chamavam cristãos, contra a Igreja, contra a fé, contra o mesmo Santíssimo Sacramento, expulsado da nossa Igreja, e contra a conversão e salvação de tantas almas, que o mesmo Senhor comprou com a sua vida, e pela qual aqueles bons padres ofereceram as suas. Todos morreram na campanha em grandíssimo desamparo de todas as cousas humanas, trabalhando em diferentes lugares com os índios, entre os quais estão sepultados.

Contudo não nos desmaiam estas mortes, antes nos anima mais a inveja delas, e é muito para dar graças a Deus a alegria e fervor, com que os soldados novos e veteranos se metem intrèpidamente pelos sertões mais arriscados.

O Padre Manuel Nunes e o Padre João Maria (2) ficam

(1) Missionários na serra de Ibiapaba. Extracto na *Vida* pelo Padre André de Barros, cit., Liv. III.

(2) Padre João Maria Gorceni, ou Gorsoni, jesuíta lombardo; ambas as grafias se encontram na *Crónica* ms. do Padre João Filipe Betendorf, códice da Biblioteca Nacional.

nos Nheengaíbas; o Padre João Filipe com o irmão Sebastião Ferreira nos Tapajós; o Padre Tomé Ribeiro com o Padre Gaspar Misch (1) nos Nonhunas e Jurunas (2). São êstes padres estrangeiros homens de raro espirito e talentos, e que puderam com êles ilustrar as províncias da Europa. E certo que uma das razões, por que sinto êste deslumbramento do Maranhão, é pelo conceito que hão de formar dos portuguezes.

Adeus, meus padres amantíssimos, em cujos sacrificios e orações nos recomendamos todos. Caminho do Pará, 11 de Junho de 1661.

(1) Jesuíta belga: provavelmente Urisch, como em *Synopsis annu-
lium Societatis Jesu in Lusitania*, pelo Padre António Franco. Tinha
chegado no ano anterior à Missão com o Padre João Filipe (Betend-
dorf), mencionado acima, natural de Luxemburgo, autor da *Crô-
nica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do
Maranhão*, impressa em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico
Brasileiro*, t. 72.º.

(2) *Jurunas e Nonhunas*: índios do rio Xingú.

APÊNDICE

NOTAS ADICIONAIS

Pág. 13

« Saíu o senhor Bispo D. Marcos Teixeira... ».

Não foi êste Bispo o Arcediago da Sé de Évora, inquisidor promovido ao Conselho Geral em 1592, como diz a nota da página acima; mas outro inquisidor e cónego em Évora, de igual nome, e o mesmo que em 1618 fez a visitação.

Pág. 31

« Por serem tredos ao Conde Maurício, e com seu passaporte entrarem e saírem da cidade ».

Parece equívoco de Vieira, quando, muitos anos passados, reduziu a vernáculo a Carta Ânua, confundindo reminiscências do cêrco da Baía em 1624, com as do de 1637, em que o Conde João Maurício de Nassau, Governador do Brasil holandês, comandava as fôrças sitiantes. Em 1624 era *Stathouder* dos Países Baixos, e generalíssimo das tropas de terra e mar, o filho de Guilherme o Taciturno, Maurício de Orange, que usava o título de Príncipe, e como tal é conhecido. Êsse estava em Holanda, e não podia dar passaportes na Baía.

Pág. 75

« Tendo-se distinguido como orador sagrado na Baía... »

Cabem talvez aqui, por serem menos conhecidos, os dados seguintes, relativos à promoção de Vieira nos diferentes graus do sacerdócio: subdiácono a 26 de Novembro de 1634, diácono a 30 de Novembro, presbítero a 10 de Dezembro, domingo segunda do Advento dêsse mesmo ano. Esta última data se deve preferir à de 13 de Dezembro de 1635, festa de Santa Luzia, que o Padre André de Barros aponta na *Vida*, sendo aquelas as que constam de certidões dos livros

da diocese, publicadas pelo Arcebispo da Baía, D. Romualdo António de Seixas, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, t. 19.º (1856).

Pág. 106

«... Ao Padre Manuel Monteiro me fará V. M.ª mercê de oferecer por mim esta, etc.»

Dos jesuítas portugueses que deixaram nome de escritores foi o Padre Manuel Monteiro, natural de Monforte, onde nasceu em 1604, morrendo em Lisboa com fama de grandes virtudes na idade de setenta e seis anos. Pode ver-se na *Biblioteca Lusitana* o catálogo de suas obras, entre as quais a *Vidã de S. Francisco Xavier* e um *Panegirico do Padre José Anchieta*. O apelido, o lugar do nascimento, e êste passo de Vieira autorizam a crê-lo irmão do Desembargador Pedro Fernandes Monteiro, Procurador da Fazenda, Juís da Inconfidência, e sujeito de grande valimento com D. João IV.

Se a êle toca a referência, há razão de supôr fôsse a carta dirigida a êste último, e não ao Secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, como se lê na página 104. A mesma carta foi impressa na 1.ª edição com o título — *A um ministro da côrte de Lisboa* —, sem declaração do nome, assim como as outras que neste volume têm os números IX, XV, L, LIV, e LXXV.

Não existe o autógrafo desta carta na Biblioteca de Évora, como safu por lapso na mesma página 104.

Pág. 122

«Por ser êle um dos mais interessados na Ocidental».

Trata-se de Bento Osório, judeu emigrado, e da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Ao contrário do que se cuida, e os escritores israelitas publicam, não eram os refugiados portugueses accionistas preponderantes na Companhia, pelo menos ao que se pode inferir da parte modesta que como capitalistas nela tinham. Em um total de 7.108:106 Florins, de que pertenciam 2.846:582 à praça de Amsterdam, onde se achava o maior número de portugueses, concorreram êstes com 36:100 Florins, sendo o cabedal mais avultado de Bento Osório, que entrou com 6:000.

A relação abaixo, extraída do livro próprio, no arquivo da Com-

panhia guardado em Haia, mostra a participação de cada um, no período de 1623 a 1626, que foi o da fundação:

Bento Osório	6:000 Fl.
Duarte Nunes da Costa .	4:000 »
Francisco Coutinho.	4:000 »
Diogo Fernandes Dias.	2:400 »
Francisco Vaz de Leão .	2:400 »
Francisco Mendes de Medeiros .	1:800 »
Jerónimo Rodrigues Mendes. ..	1:800
Francisco Mendes e Miguel Castro .	1:800 »
Jerónimo Rodrigo de Sousa	1:800 »
Gaspar Nunes Torres.	1:500 »
Duarte Rodrigues Mendes.	1:500
António Nunes Torres	1:200 »
Branca de Pina .	1:200
Viúva de Eiomar (?) Henriques (talvez Viúva Guimar Henriques)	1:200 »
Duarte de Palácio.	1:000 »
Estêvam Cardoso.	1:000 »
Fernando Aires Mesurado .	900 »
Simão Rodrigo de Sousa. ..	600 »

Foram coligidos os nomes pelo Dr. Hermann Wätjen, que os publicou em um estudo sobre a parte que se deve atribuir ao elemento judaico nas empresas de colonização (1).

Pág. 288

« O Padre Mateus Delgado nos edificou muito, etc. ».

Tinha vindo do Brasil, mandado pelos Superiores, para se incorporar na missão organizada pelo Padre António Vieira, e, como diz a carta, passou directamente da nau em que chegava para a caravela, já de vêrga ao alto para o Maranhão. Cf. o catálogo dos missionários pelo Padre Bento da Fonseca, publicado em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, t. 55.º (1892).

(1) *Das Judentum und die Anfänge der modernen Kolonisation*. Berlin 1914.

Pág. 488

Carta LXXXIII, ao Padre André Fernandes.

A esta carta, mais pròpriamente tratado apologetico, deu o autor por título: *Esperanças de Portugal / Quinto Império do mundo / Primeira e segunda vida de El-rei Dom João o quarto / Escritas por Gonçaleanes Bandarra*. Assim se lê, em caracteres floridos na capa do manuscrito, junto ao processo, de que o mesmo foi o pretexto, no Santo Officio.

Pág. 565

«... bens, comodidades e privilégios, que pela lei do ano de 1655 eram concedidas aos índios dêste Estado ».

As disposições essenciaes da Provisão de 9 de Abril de 1655, a que se refere a carta, acham-se condensadas pelo próprio Vieira, na *Resposta aos Capitulos*, várias vezes citada, onde diz: «Tudo resumido vem a consistir em três pontos principais, sem os quais não pode haver conversão. O primeiro, que aos índios gentios se não faça guerra offensiva sem ordem de V. M., nem se lhes faça injúria, violência ou moléstia alguma, e somente se possam resgatar os escravos que fôrem legitimamente cativos, para que com êste bom trato queiram receber a fé, e se afeiçoem à vassalagem de V. M., e a viver com os portuguezes. O segundo, que os índios cristãos e avassalados, que vivem nas aldeias, não possam ser constrangidos a servir mais que no tempo e na forma determinada pela lei, e que no demais vivam como livres que são, e sejam governados nas suas aldeias pelos Principais da sua nação, e pelos párocos que dêles têm cuidado. Terceiro, que os missionários façam as missões ao sertão, com tal independência dos que governam que êles não possam impedir as ditas missões, antes lhe dêem todo o favor e ajuda para elas, e a escolta de soldados que fôr necessária quando se houverem de fazer por passos perigosos; e porque dos capitães depende o comedimento ou desordem dos soldados, que a pessoa que os ditos governadores houverem de eleger por cabo dêles seja o que o Superior dos ditos missionários julgar por idónea e conveniente para isso ». As disposições sôbre os cativos e serviço forçado eram as que importavam aos índios; as do terceiro ponto, evidentemente só importavam aos jesuítas, e para êles tinham sido feitas, a instâncias de Vieira.

ÍNDICE ALFABÉTICO

A

- Abraão e Isaac, 489.
Abreu, Cristóvão Soares de —, 156, 169, 178, 185, 195.
Abreu, Padre Sebastião de —, 142.
Açúcar a entregar aos holandeses, 245 e seg.
Afonso VI (D.), Rei de Portugal, 499. — Cartas ao mesmo, 460, 549, 571, 583.
Afonso Henriques (D.), Rei de Portugal, 523.
Albuquerque, Jerónimo Cavalcante de —, 73.
Albuquerque, D. Jorge Manuel de —, 78, 141, 210.
Albuquerque, Matias de —, 25, 32.
Alexandre VII (Papa), 498.
Alexandre Magno, 21.
Almeida, Manuel Gonçalo de —, supliciado pelos holandeses, 31.
Alvares, Bento —, Irmão na Companhia de Jesus, 385.
Amazonas (rio), 312, 356, 411, 424, 464, 486, 547, 568, 587, 588.
Ana de Áustria (Rainha de França), 98.
Anchieta, Padre José, 7, 11, 73, 389.
Aneze, Genaro, 225.
Angola, 132, 133, 136, 229, 230, 232, 243, 482.
Anti-Cristo, 517.
Aranha, Manuel Guedes, 467.
Aveiras, Conde de —, 493, 496, 497.
Avelar, Padre Francisco de —, 473.
— Carta ao mesmo, 298.
Azevedo, Padre Inácio Rodrigues de —, mártir do Brasil, 318.

B

- Baía, descrição, 12. — Episódios do sítio e ocupação pelos holandeses, 13, 19, 27, 41, 47, 49, 71. — Sucessos vários, 111, 172, 179.
Bandarra, Gonçalo Anes —, 488, 489, 491, 495, 500, 502, 530, 538, 539. — Profecias: sôbre a Itália e o Papa, 505, 506, 525, 533, 535, 544; sôbre D. João IV, 530, 532, 533, 534, 535, 545; sôbre a conversão dos judeus e volta das tribus de Israel, 514, 515, 518, 519, 545; sôbre o império turco, 498, 504, 506, 507, 508, 509, 519, 523, 524, 525, 528, 533, 535, 544. — Excerptos das Trovas, 491 a 494, 497 a 499, 501, 503 a 520,

- 522 a 525, 529, 531, 533, 534, 540 a 542, 544 a 546.
- Barreira, Padre Baltasar, 296.
- Barreto, Inácio do Rêgo — 280, 355, 417, 424, 425, 426, 427, 429.
- Barros, Padre André de —, 298, 473, 486, 593.
- Barros, João Cabral de — (Desembargador), 285, 310.
- Berredo, Bernardo Pereira de —, 411, 581, 584, 598.
- Bispo do Japão, *vide* Padre André Fernandes.
- Brasil: sucessos no mar com os holandeses, 184, 196, 216, 234. — Armada de socorro, 109, 114, 142, 165, 167, 169, 179.
- Brasset (Residente de França em Haia), 87, 90, 91, 110, 169, 215, 225.
- Brienne, Loménie de —, Secretário dos Negócios estrangeiros de França, 87, 98, 104, 109, 131.
- Brun, António (Plenipotenciário de Espanha em Munster), 155.
- Brun, Guilherme, 223.
- Buenos Aires, 136.
- C**
- Cabo Verde, 290, 295, 297, 320 a 324, 440.
- Cachoeiras do Tocantins 379.
- Câmara do Pará, carta à —, 579.
- Camareiro mor, *vide* Conde de Penaguião.
- Camocim, 452, 464, 482.
- Camões, 227, 228.
- Canoas, fabrico pelos índios, 373.
- Cantanhede, conde de —, 207, 282.
- Caramuel, carta a — de D. Luís de Portugal, 84.
- Cardim, Padre Fernão, 4, 27.
- Cardoso, Gaspar, 426, 427, 428.
- Cardoso, Rafael, Irmão na Companhia de Jesus, 385.
- Careu, Padre Ricardo, 476.
- Carvalho, António Moniz de —, 76, 84, 89, 90, 120, 165, 223. — Carta ao mesmo, 94.
- Carvalho, Cristóvão, 205.
- Castela, sucessos da guerra, 81, 205, 231. — Guerra na América, 134, 135.
- Castelmelhor, Conde de — (João Rodrigues de Vasconcelos), 139, 275.
- Castro, Luís Pereira de —, 111, 113, 226.
- Catalunha, 261, 262.
- Causino (Caussin), Padre Nicolau, 542.
- Ceará, 452, 476, 477, 480, 550, 569.
- Chagas, Frei António das (cognominado Escoto), 180.
- Chichorro, Aires de Sousa, 459.
- Coelho, Padre Domingos, 23.
- Coelho, Padre Mateus de Sousa, Vigário do Maranhão, 285, 328, 329, 427.
- Coelho, Padre Salvador, 65.
- Cometa de 1618, 541.
- Companhia de Jesus. Província do Brasil, 4, 50, 51, 60, 65. — Fragata da Companhia, 23. — Divisão das Províncias em Portugal, 128, 142. — Engenho no Maranhão, 343.
- Companhia holandesa das Índias Ocidentais, 119, 122, 249, 594.

- Companhia Oriental. Projecto de António Vieira, 132, 208, 218 a 221.
- Congresso de Munster, 115, 154, 184, 196.
- Conselheiro Ultramarino, carta a um —, 486.
- Conselho Ultramarino, 272, 286, 472, 575.
- Correia, Agostinho, 340.
- Correia, Padre Domingos Vaz, 329.
- Côrte-Real, Jerónimo de —, estudante no Colégio dos Jesuítas, 65.
- Côrtes de 1646, 79.
- Cosmander (Schierman ou Sierman), João Pascacio, 216, 223, 231, 240.
- Costa, Duarte Nunes da —, 138, 161, 172, 176, 180, 183, 187, 191, 202, 209.
- Costa, Jerónimo Nunes da —, 124, 125, 127, 137, 138, 139, 156, 164, 168, 170, 173, 179, 183, 185, 186, 190, 193, 194, 201, 234.
- Costa, D. João da —, *vide* Conde de Soure.
- Coutinho, Francisco de Aguiar, 59.
- Coutinho, Francisco de Sousa —, (Embaixador em Haia), 84, 87, 98, 111, 119, 126, 127, 130, 140, 155, 167, 169, 171, 212, 213, 214, 215, 225, 229, 233, 236, 238, 241, 251, 252, 253.
- Cristãos novos, 105, 106, 179, 206.
- Cunha, João Nunes da —, 226.
- Cunha, Padre Nuno da —, 115, 142, 212, 217, 223, 226, 235, 239. — Carta ao mesmo, 271.
- D**
- Delgado, Padre Mateus, 288, 316, 319, 320, 335, 337, 363, 591, 595.
- Dourado, Feliciano, 94, 213.
- Duarte (D.), Infante, 109, 125, 152, 188, 192, 527.
- E**
- Eça, Francisco Nunes Marinho de —, 32, 37, 40.
- Encoberto, nas profecias de S. Isidoro, 510.
- Espírito Santo, successo com os holandeses, 58.
- Estrades, Conde de —, 208, 209, 211, 214, 217, 223, 236.
- F**
- Fernandes, Padre André (Bispo do Japão), 281, 485, 576, 577, 585, 595. — Cartas ao mesmo: 294, 299, 315, 459, 472, 488, 547, 548, 574.
- Fernandes, António (Irmão na Companhia de Jesus), 7.
- Ferreira, Gaspar Dias, 247, 454, 465.
- Figueira, João Delgado, 192, 256.
- Figueira, Padre Luís, 276, 286, 308, 346, 354, 390, 392, 394.
- Figueiredo, Francisco de —, supliciado pelos holandeses, 31.
- Filipe II (Rei de Espanha), 502.
- Fragata «Fortuna», 99, 125, 156, 174, 175, 177, 178, 213, 223, 226.
- Fragoso, Padre Gaspar, 276, 327, 357, 363.

França. Negociações diplomáticas: 110, 125, 129 a 137, 143 a 125, 159 a 161, 198, 244, 253. — Intentos sobre as possessões portuguesas: 131, 132, 136, 153. — Liga com Portugal e Suécia: 217 a 221. — Esquadras portuguesas de socorro: 144, 146, 148, 161, 167.

França, António Lameira da —, 459.

Franco, Padre António, 576, 592.

Frias, Frei Pedro de —, 536.

Frois, António (Irmão na Companhia de Jesus), 60.

Furtado, Diogo de Mendonça, 13, 17, 19, 217.

Furtado, Tristão de Mendonça, 230.

G

Gama, D. Francisco da —, 78, 83.

Gama, D. Simão da —, 78, 83, 140.

Gama, D. Teresa da —, 78.

Gama, D. Vasco Luís da —, *vide* Marquês de Niza.

Gonçalves, Padre Francisco, 274, 476, 483, 548, 551, 581, 591.

Grão-Pará; propostas de colonização por irlandeses, 223.

Grifa parideira (Castela), 492, 502.

Guimarães, João de —, 115.

H

Henriques, André, 107, 109, 121, 122, 123, 124, 125, 138, 156, 161, 164, 175, 183.

Holanda. Negociações diplomáticas: 75, 79, 86, 98, 110, 114,

116, 117, 118, 119, 126, 138, 155, 157, 177, 187, 188, 190, 211, 214, 222, 224, 229, 233, 237, 241, 243, 244 a 251, 255 a 257. — Armada de socorro ao Brasil: 108, 114, 117, 137, 142, 172, 215. — Tratado de paz com Castela: 145, 151, 154, 180, 207. — Declaração de guerra em 1657: 558.

I

Ibiapaba, 474, 479, 487, 581, 591.

Índia, 133, 220, 237.

Índios. Anajás, 567, 589. Aruans, 463, 567, 589. Barbados, 327, 384, 423. Catingás, 451. Cavaleiros, 367. Esfolados, 399. Goitacazes, 54. Guaianazes, 56. Guajajaras, 394, 396, 449. Guajarás, 568. Inheiguaras, 554. Jurunas, 589, 592. Mamaianás ou Mamaianazes, 564, 589. Mapuás ou Mapuazes, 567, 589. Nheengaibas, 463, 486, 547, 556 a 568, 572, 581, 587, 589, 591. Nonhunas, 592. Pacajás, 462, 581. Paranaubís, 61. Pirapés, 462. Pixipixís, 568. Poquiguaras, 555, 556. Poquís, 581, 589. Potiguaras, 589. Pouciguaras, 589. Tapajós, 587, 591. Tapuias, 475, 477. Tobajaras, 475, 478, 569, 589. Tocantins, 376, 382. Tucujús, 568. Tupinambás, 450, 555, 556, 581, 583, 589. Ubirajaras, *vide* Barbados. — Acções na guerra contra os holandeses, 23, 24, 40, 41, 48. — Cativeiros, 327, 337, 339, 341, 408, 418, 425,

- 445, 468. — Entradas e resgates, 463, 464, 552, 554, 555, 556 e seg., 586. — Leis, 309, 331, 446, 448, 459, 466, 589, 596. — Propostas de António Vieira, 307, 310, 312, 432, 453, 466, 471. — Notícias diversas, 53, 55, 56, 57, 58, 68, 70, 71, 306, 307, 311, 312, 346, 350, 352, 356, 374, 391, 477.
- Infantado, Duque do —, 259, 263.
- Inocência VIII (Papa), 498.
- Inquisição, 157, 170, 192, 455.
- Irlandeses: intentam estabelecer-se no Brasil, 223.
- Jabotís, 370.
- Jacarés, 372.
- Jesuítas. Aprisionados pelos holandeses, 23. — Sua acção durante o cerco da Baía, 48, 51, 53. — Sedições contra êles, 270, 332 a 335, 583. — Dissenções, 290. — Mártires, 318 — Perseguições, 459.
- Joana (D.), Infanta —, 82.
- Joanes, ilha de —, *vide* Marajó.
- João III (D.), Rei de Portugal, 285.
- João IV (D.), Rei de Portugal, 75, 132, 221, 235, 253, 280, 282, 284, 291, 461, 484, 488, 489, 497, 498, 499, 503, 504, 508, 510, 511, 512, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 536, 537. — Cartas ao mesmo: 89, 267, 306, 416, 421, 431, 444, 445, 448.
- Judeus de Ruão, carta aos —, 92.
- Junta das Missões, 472.
- L**
- Lanier, Francisco, 98, 126, 137, 148, 161, 193, 207, 211, 231.
- Lapenha, Simão Álvares de —, 210, 251.
- Leganés, Marquês de —, 216, 223, 230, 235, 254.
- Leitão, Francisco de Andrada, 113, 125, 140, 156, 169, 174, 177, 180, 181, 184, 226, 230.
- Lima, Padre Manuel de —, 276, 283, 285, 286, 287, 316, 317, 319, 348.
- Linhares, Condessa de —, 290.
- Lionne, Marquês de —, 98, 152.
- Longueville, Duque de —, 97, 110, 115, 168.
- Lorena, Duque —, 126.
- Luís, Padre Manuel, carta ao mesmo: 576.
- Luís, Padre Paulo, 591.
- Luisa (D.), Rainha, 82, 210, 284. — Carta à mesma: 483.
- M**
- Macedo, Frei Francisco de Santo Agostinho de —, 103, 105, 119, 153, 158, 177, 227, 228.
- Magalhães, Luís de —, 285.
- Marajó, ilha de —, 276, 393, 449.
- Maranhão, 132, 135, 160, 304, 307, 325, 331 e seg., 583.
- Marcin (ou Marsin), Conde de —, 261.
- Margarit, D. José, 262.
- Maria (aliás Marcá), Bispo de —, 262.
- Masaniello, 110.

- Mascarenhas, D. Fernando, 208, 257.
Mascarenhas, Padre Inácio, 267, 282, 443.
Matos, Padre António de —, 23.
Matos, Manuel Rodrigues de —, 177, 183, 186, 190, 195, 201, 205.
Maurício, Conde, 31, 593.
Mazarini (Cardial), 76, 89, 98, 110, 126, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 146, 154, 193, 208, 236.
Melo, Padre António de —, 93.
Melo, António Teixeira de —, 419.
Melo, Baltasar Fontes de —, 366.
Melo, D. Francisco de — (Monteiro mor), 87, 151.
Melo, D. Pedro de —, 479, 484, 558, 571, 572, 573, 574, 575, 582, 584, 586, 590.
Mendonça, Diogo Furtado de —, 321.
Meneses, D. António Luís de —, *vide* Conde de Cantanhede.
Meneses, António Teles de —, 196, 232.
Meneses, Fernão Teles de —, (Conde de Vilar Maior), 258.
Meneses, Francisco Barreto de —, 196, 210, 246.
Meneses, D. João de —, 144.
Meneses, D. Rodrigo de —, 257.
Mercúrio (aliás Mercœur) Duque de —, 261.
Mínas: fama das de ouro e prata, 462.
Missões: dos Patos, 55. Mares Verdes, 61. Rio Tocantins, 355 e seg., 427. Maranhão, 388 e seg., 401 e seg. Rio Amazonas, 448, 449, 450, 548, 550. Pacajás, 461. Ceará, 474, 550, 569. Rio Negro, 551. — Subsídios régios, 272, 274, 275, 276, 485. — Índios de serviço, 276.
Montalvão, Marquês de —, 493, 494, 495.
Monteiro, Padre Manuel, 106, 472, 594.
Monteiro, Pedro Fernandes, 205, 472, 594. — Carta ao inesimo, 271.
Montpensier, *Mademoiselle* de —, 97, 197.
Morais, António Rodrigues de —, 121, 137, 175, 177, 179, 183.
Morais, Padre Francisco de —, 287. — Carta ao mesmo, 303.
Morais, Padre José de —, 316, 353, 385, 405.
Mosquitos, 398.
Moura, D. Francisco de —, 37.
- N**
- Nápoles: rebelião contra Espanha, 156, 191, 194, 197, 211, 216, 225.
Nassau, Conde João Maurício de —, 593.
Natividade, Frei Estêvão da —, 585.
Navios, aquisição de —, 99, 109, 121, 123, 125, 138, 153, 156, 161, 167, 168, 170, 186, 191, 193, 194, 223.
Negreiros, André Vidal de —, 445, 446, 447, 457, 458, 459, 476, 557.
Niza, Marquês de —, 76, 91, 98, 105, 116, 118, 140, 141. — Cartas ao mesmo: 77, 80, 85, 100, 102, 103, 107, 113, 118, 120, 129, 140, 154, 158, 164, 168, 171, 173, 176,

- 178, 181, 182, 185, 187, 189, 193, 195, 200, 203, 207, 210, 215, 221, 224, 228, 233, 236, 239, 241, 244, 252.
- Niza, Marqueza de —, *vide* Condessa da Vidigueira (D. Inês).
- Nunes, Padre Manuel, 385, 386, 402, 548, 554, 581, 591.
- O**
- Odemira, Conde de —, 109, 213, 226, 272, 273, 280, 472.
- Oliveira, Antão de Mesquita de —, 25.
- Oliveira, Bento Rodrigues de —, 450.
- Oliveira, Martim Afonso de —, 44.
- Oliveira, Pedro de —, 206.
- Orange, Príncipe de —, (Guilherme II), 112, 126, 144.
- Ordens militares, 242.
- Osório, Bento, 121, 122, 128, 157, 164, 594.
- Osório, D. Pedro, 43.
- Ouro, entrada do —, 462.
- drigues de Sá e Meneses), 140, 226.
- Peñaranda, Conde de —, 155, 226.
- Pereira, Baltasar de Sousa (Capitão mor do Maranhão), 280, 333, 336, 338, 417, 422, 444.
- Pernambuco. Sucessos de 1624: 65, 73. — De guerra com os holandeses: 165, 170, 216, 222, 224, 237.
- Pires, Padre Manuel, 553, 582.
- Pontilier (aliás Ponthelie), Padre João, 112, 115, 117, 118, 127, 129, 153, 163, 189, 212, 223, 226, 227, 239.
- Portugal, D. Ana de —, 127, 139.
- Portugal, D. Luís de —, 84, 111, 162, 163, 189, 212, 213, 253.
- Prior do Crato (D. António), 84.
- Procurador do Brasil, *vide* Padre Francisco Ribeiro.
- Provincial do Brasil. Cartas ao mesmo: 274, 316, 355, 383, 474.

R

- P**
- Pacajá (rio), 464.
- Pai dos cristãos, 286, 334.
- Papel forte*, 99.
- Pará, 327, 335, 550.
- Paraíba: sucessos com os holandeses, 69.
- Parente, Bento Maciel, 419.
- Pedrosa, Padre Pedro, 474, 475, 478. — Carta ao mesmo, 591.
- Penaguião, Conde de — (João Ro-
- Ramires, Lopo, 157, 162, 209.
- Rebello, Francisco (o *Rebelinho*), 137.
- Ribeiro, Padre António, 357, 363, 364, 365, 378, 380, 385, 386, 387, 388, 401, 474.
- Ribeiro, Padre Francisco, 275, 278, 279, 280, 281, 283. — Carta ao mesmo, 441.
- Ribeiro, Padre Tomé, 276, 325, 388, 581, 591.
- Richelieu (Cardial), 132.
- Rio de Janeiro, 50, 132, 134, 136, 307.

Rio da Prata, 135.
Rivara, J. H. da Cunha, 571.
Rocacelsa, Frei João de —, 536.
Rocha, Padre Gregório da —, 6.
Rocha, Pero Casqueiro da —, 19, 20.
Roxo, Diogo Nunes, 121.

S

Sá, Padre Manuel de —, 65.
Sá, Martim de —, 51.
Sá e Benavides, Salvador Correia de —, 59, 60, 136, 230, 232, 235.
Salutivo (Frei Bartolomeu de Salúcio), 505, 530, 532.
Salvador, Frei Vicente do —, 19, 23, 34.
Sampaio e Carvalho, Jorge de —, 549.
Santa Teresa de Jesus, 305.
Santo Isidoro, 536.
São Francisco Xavier, 389, 529, 577.
São João, Conde de —, 500.
São José, Frei Inácio de —, 386.
São Lourenço, Conde de —, 126.
São Metódio, 535.
São Paulo, 489.
São Paulo, vila de —, 135, 137.
Schkopp, Sigismundo van —, 111, 114, 166, 172, 176, 200, 245.
Sebastianismo, refutação: 538, 539.
Sebastião (D.), Rei de Portugal, 468, 488, 524, 537, 538.
Sequeira, Padre Bento de —, 223.
Sequeira, Manuel de —, 117.
Serem, Conde de — (ou Conde Marchal), 257.
Serpa, Frei António de —, 129.

Servien, Abel de — (Plenipotenciário em Munster), 166.
Severim, Gaspar de Faria, 225.
Silva, António Pereira da —, 163.
Silva, António Teles da —, 137, 197, 209, 232.
Silva, Duarte da —, 138, 153, 157, 164, 175, 176, 192, 202.
Silva, Pedro Vieira da —, 101, 139, 175, 207, 254, 472. — Cartas ao mesmo, 101, 104, 116, 261, 457.
Soares, Padre José, 277, 392.
Sotomaior, Padre João de —, 271, 276, 283, 326, 335, 358, 462, 558, 562, 581.
Soure, Conde de —, 208, 257.
Sousa, Padre António de —, 48.
Sousa, Lopo de — (índio Copauá ou Guarapaúba), 585. — Carta ao mesmo, 577.
Sousa, Padre Manuel de —, 276, 335, 357, 361, 364, 365, 368, 378, 582, 591.
Stuart, Isabel (Rainha de Boémia), 153.
Suetman, Pedro, 223.

T

Tânger, 159, 160.
Faquet, Francisco, 182, 192, 216.
Tartarugas, 368, 369.
Tavares, António Raposo, 409. — Sua jornada ao Amazonas por terra, 411.
Távora, Marquês de —, 127.
Teixeira, D. Marcos (Bispo do Brasil), 13, 18, 24, 25, 32, 33, 34, 593.
Teles, Frei André, 88.

- Temudo, Diogo Marchão, 531.
Teodósio (D.), Príncipe, 83, 207, 243, 280, 281, 282, 284, 291, 469, 484, 499. — Projectos de casamento, 97, 98, 197, 208, 259. — Cartas ao mesmo, 263, 290, 300.
Thuillierie, Gaspar Coignet de la —, 90, 91, 110, 115, 119, 125, 126, 129, 137, 138, 145, 155, 177, 183, 201.
Tocantins (rio), 355, 357, 368, 375 a 380, 449, 451, 554, 583.
Toledo, D. Fradique de —, 43.
Tribus de Israel, 512 a 518.
- U**
- Urbano VIII (Papa), 498.
- V**
- Vale, Padre Salvador do —, 558.
Varejão, João de Sequeira, 144, 146, 167.
Vasconcelos, Joane Mendes de —, 499, 500.
Veloso, Padre Francisco, 276, 325, 330, 334, 357, 361, 364, 378, 392, 395, 398, 401, 403, 578, 581.
Veras, Padre Gonçalo. Carta a —, 591.
Vidal, Padre Pedro, 460, 548.
Vidigueira, Conde de —, *vide* Marquês de Niza, Vidigueira. Condessa da — (D. Inês), 78, 81, 237.
Vidigueira, Condessa da — (D. Leonor), 80, 83, 88, 141, 174.
Vieira, Padre António. Nascimento, 1. — Cartas: da Baía, 3; de Paris, 77 a 91, 103 a 113; de Haia, 92 a 95, 113 a 178, 181 a 193, 195 a 255; de Londres, 190; de Douvres, 101; de Calais, 102; de Amsterdam, 178, 193; de Lisboa, 255, 271 a 290, 443; de Barcelona, 261; de Roma, 263 a 268; de Cabo Verde, 290 a 298; do Maranhão, 298 a 442, 444, 459 a 486, 549 a 575, 586; do Pará, 445 a 458, 488, 577 a 583, 591. — Sermões, 88, 178, 321, 322, 338, 348, 473. — Missões diplomáticas, 75, 97, 269. — Jornadas, 93, 94, 100, 101, 102, 105, 107, 252, 261, 282, 290 a 292, 294, 316, 324, 363, 443, 457, 547, 561, 588. — Ordenação de sacerdote, 593.
Vila Real, Manuel Fernandes, 128, 157.
Vitelleschi, Padre Múcio, 3. — Carta ao mesmo, 3.
- W**
- Willeken, Jacob, 1.
With, Witte Corneliszoon de —, 245.

CORRECÇÕES

Além de outros lapsos na revisão, evidentes, e que não afectam a linguagem nem o sentido, importa notar os seguintes :

Páginas	Linhas	Erros	Emendas
155	15	guerra [não	guerra, não
»	16	(2), e depois]	(2), e depois
200	28	yon Schkoppe	van Schkopp
205	30	Juiz das Contas	Juiz dos Contos
243	20	quando não entenda	quando não, entenda
384	9	que se pode ser	que se padece
388	10	e [não penetrarem	è não penetrarem
	11	as virações] com	as virações com
395	3	Os que lá vivem	Os que há vivem
480	33	ficaram	ficarão
530	3	Solutivo	Salutivo
532	18	»	»

1/3

Folia 49
Portugues, Literature.

no. C. 222, -

VII 63 5.000, -

Enc. 4681 - to Mindlin - S.P.

EDIÇÕES DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

(EXTRACTO DO CATÁLOGO)

BIBLIOTECA DE ESCRITORES PORTUGUESES

SÉRIE A)

Publicados:

BERNARDIM RIBEIRO e CRISTÓVÃO FALCÃO. — *Obras.* Conforme a ed. de Ferrara. Edição preparada e revista por Anselmo Bráamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. 2 vols. Esgotado.

No prelo:

SILVIA DE LISARDO.

LIVRO DAS CANTIGAS D'AMIGO. — Colecção de poesias dos séculos XII, XIII e XIV, organizada e prefaciada pelo Dr. José Joaquim Nunes. 3 vols.

SÉRIE C)

Publicados:

P. ANTÓNIO VIEIRA. — *CARTAS.* Coordenadas e anotadas pelo sr. J. Lúcio d'Azevedo. Tôm. I.

DISPERSOS, de Camilo Castelo Branco. Compilação e notas do Dr. Júlio Dias da Costa. Vols. I e II.

No prelo:

P. ANTÓNIO VIEIRA. — *CARTAS.* Coordenadas e anotadas pelo sr. J. Lúcio d'Azevedo. Tôm. II e III.

FR. HEITOR PINTO. — *Imagem da vida christã.* Rev. e pref. pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

DISPERSOS, de Camilo Castelo Branco. Compilação e notas do Dr. Júlio Dias da Costa. Vol. III.

JORGE FERREIRA DE VASCONCELOS. — *Memorial das proezas da segunda Tavola redonda.* Conforme a 1.ª ed. Rev. pelo Dr. Alberto Feio.

RODRIGUES LOBO. — *Eglogas.* Rev. e anotada pelo Dr. José Tavares.

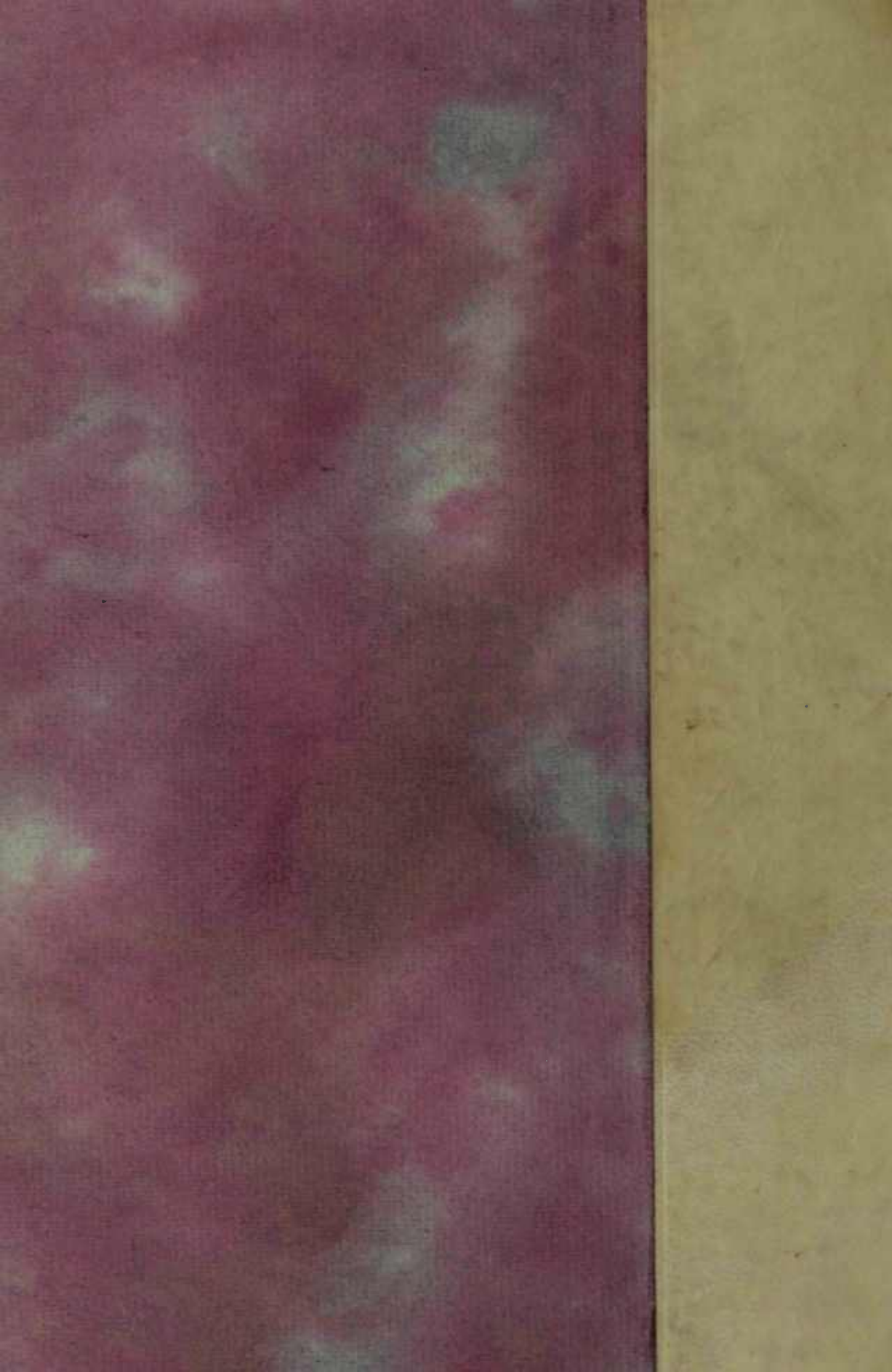
Em preparação:

ALMEIDA GARRETT. — *Discursos parlamentares.*

RUY GONÇALVES. — *Dos privilégios e prerogativas que o género feminino tem por direito comū e ordenações do reino mais que o género masculino.*

BALTAZAR ESTAÇO. — *Sonetos, Canções e Eglogas e outras Rimas.*

ESTEVAM RODRIGUES DE CASTRO. — *Rimas.*



BRASILIANA DIGITAL

ORIENTAÇÕES PARA O USO

Esta é uma cópia digital de um documento (ou parte dele) que pertence a um dos acervos que participam do projeto BRASILIANA USP. Trata-se de uma referência, a mais fiel possível, a um documento original. Neste sentido, procuramos manter a integridade e a autenticidade da fonte, não realizando alterações no ambiente digital - com exceção de ajustes de cor, contraste e definição.

1. Você apenas deve utilizar esta obra para fins não comerciais. Os livros, textos e imagens que publicamos na Brasiliiana Digital são todos de domínio público, no entanto, é proibido o uso comercial das nossas imagens.

2. Atribuição. Quando utilizar este documento em outro contexto, você deve dar crédito ao autor (ou autores), à Brasiliiana Digital e ao acervo original, da forma como aparece na ficha catalográfica (metadados) do repositório digital. Pedimos que você não republique este conteúdo na rede mundial de computadores (internet) sem a nossa expressa autorização.

3. Direitos do autor. No Brasil, os direitos do autor são regulados pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Os direitos do autor estão também respaldados na Convenção de Berna, de 1971. Sabemos das dificuldades existentes para a verificação se um obra realmente encontra-se em domínio público. Neste sentido, se você acreditar que algum documento publicado na Brasiliiana Digital esteja violando direitos autorais de tradução, versão, exibição, reprodução ou quaisquer outros, solicitamos que nos informe imediatamente (brasiliiana@usp.br).